Secretaria de Educação e Cultura

Boletim

do

Centro de Pesquisas

e Orientação Educacionais

Ano de 1959

Rio Grande do Sul

Brasil

Organizado por **Fanny D. Garcia** — Assistente da Direção

Dona Norma

BOLETIM DO CENTRO DE PESQUISAS E ORIENTAÇÃO EDUCACIONAIS

ANO DE 1959

ORGANOGRAMA

CENTRO DE PESQUISAS E ORIENTAÇÃO EDUCACIONAIS

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA — RIO GRANDE DO SUL

DIREÇÃO

ASSISTÊNCIA

- Serviço de Orientação
  Sec. de Ens. Pré-Primário e Primário
  Sec. de Ens. Normal e Secund.
- Serviço de Cinema Educativo
  Museu Audiovisual
- Serviço de Educação Artística
- Secção de Provas e Medidas
- Secção de Psicologia
- Secção de Pesquisas
- Setor de Documentação e Publicações
- Setor de Administração
  Secretaria — Arquivo
  Portaria
- Setor de Desenho Técnico

Comissão Especial de Estudo e Classificação de Publicações Periódicas

BIBLIOTECA

REGIMENTO DO CPOE

Decreto n.º 10.354/59

DECRETO N.º 10354 DE 30 DE JANEIRO DE 1959

Aprova o Regimento do Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais da Secretaria de Educação e Cultura.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 87, inciso II, da Constituição do Estado, de 8 de julho de 1947,

D E C R E T A :

Artigo 1.º — Fica aprovado o Regimento do Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais que com êste baixa, assinado pelo Secretário de Educação e Cultura.

Artigo 2.º — Revogadas as disposições em contrário, êste Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVÊRNO, em Pôrto Alegre, 30 de janeiro de 1959.

ILDO MENEGHETTI
Governador do Estado

Adroaldo Mesquita da Costa
Secretário de Educação e Cultura

REGIMENTO DO CENTRO DE PESQUISAS E ORIENTAÇÃO EDUCACIONAIS

CAPÍTULO I

Da Finalidade e Competência

Art. 1.º — O Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais, órgão técnico diretamente subordinado ao Secretário de Educação e Cultura, tem por finalidade a realização de estudos e pesquisas psicológicas, pedagógicas e sociais, destinados a manter em base científica o trabalho escolar e a supervisão técnico-pedagógica das escolas do Estado, competindo-lhe:

I — realizar estudos e pesquisas sôbre:

a) o educando em todos os aspectos que interferem no processo educativo;
b) a aprendizagem — princípios e leis, métodos e materiais;
c) o meio escolar — instituições, recreação e suas relações com o meio social.

II — contribuir para maior eficiência da educação em geral, mediante:

a) divulgação de estudos e pesquisas realizadas no campo educacional, no país e no estrangeiro;
b) elaboração e publicação de livros didáticos, instruções sôbre direção da aprendizagem e emprêgo de auxílios áudio-visuais;
c) manutenção de uma Biblioteca especializada para uso de professôres e estudantes de educação;
d) apresentação de sugestões sôbre livros didáticos a serem publicados, sempre que solicitadas por seus autores;
e) publicação do BOLETIM anual do C.P.O.E. e de estudos e trabalhos do interêsse do ensino.

III — orientar, do ponto de vista técnico-pedagógico, o trabalho escolar, em todo o Estado através:

a) da assistência técnico-pedagógica às escolas, exercida diretamente na Capital e através das Delegacias Regionais, quanto às unidades do interior;
b) da promoção de cursos de férias e outros de especialização e aperfeiçoamento, destinados ao magistério;
c) da organização, do ponto de vista técnico, de cursos propostos pelas Superintendências, cabendo-lhe indicar os professôres e os coordenadores;

d) da indicação dos auxílios áudio-visuais a serem utilizados por professôres e alunos;
e) da elaboração de programas, planos de trabalho, comunicados e instruções;
f) da organização de bibliografias para professôres e alunos.

IV — providenciar para:

a) estabelecer diretrizes para a organização das classes;
b) orientar o ensino;
c) aferir o rendimento da aprendizagem.

V — estudar o problema da orientação educacional, no Estado, para adotar medidas capazes de possibilitarem sua realização de maneira eficiente:

a) colaborando na solução de problemas relativos ao Serviço de Orientação Educacional encaminhados ao órgão pelos setores administrativos da Secretaria de Educação e Cultura, por diretores ou orientadores educacionais de estabelecimentos de ensino;
b) opinando sôbre os processos de orientação educacional adotados nas escolas, com fundamento em estudos realizados sôbre a personalidade do educando e suas aptidões especiais;
c) investigando as possíveis causas gerais de desajustamentos individuais ocorridos no meio escolar e indicando as soluções mais convenientes;
d) estudando as condições do meio social onde se localizam as escolas.

VI — proceder estudos, visando o perfeito ajustamento da escola às condições características das diversas comunidades sociais do Estado, através da realização de:

a) pesquisas que lhe permitam conhecer a comunidade onde a escola atua, visando um melhor planejamento do trabalho escolar;
b) investigações que determinem os aspectos significativos da realidade educacional em suas relações com a estrutura social;
c) estudos do tipo psicológico do educando, para uma orientação baseada no conhecimento de suas características fundamentais.

Artigo 2.º — Para fins de investigação e estudo terá o C.P.O.E. à sua disposição as escolas e classes que a natureza do trabalho exigir.

Artigo 3.º — No desempenho de suas funções técnico-científicas, gozará o C.P.O.E. de plena autonomia.

CAPÍTULO II

Da Organização

Artigo 4.º — O Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais terá as seguintes secções e serviços:

a) Serviço de Orientação, compreendendo:

1 — Secção de ensino pré-primário e primário;
2 — Seção de ensino normal e secundário.

b) Secção de Pesquisas;
c) Secção de Psicologia, compreendendo:

1 — setor de psicologia;
2 — setor de orientação educacional

d) Secção de Provas e Medidas;
e) Serviço de Cinema Educativo;
f) Setor de Administração, compreendendo:

1 — Secretaria;
2 — Arquivo;
3 — Biblioteca;
4 — Portaria.

g) Setor de Documentação e Publicações.

Artigo 5.º — O C.P.O.E. terá um Diretor, diretamente subordinado ao Secretário de Educação e Cultura e escolhido entre os técnicos em educação da S.E.C. As Secções terão coordenadores, os Serviços terão chefes e os Setores, encarregados.

Artigo 6.º — O Diretor terá 3 assistentes escolhidos entre os funcionários do C.P.O.E.

§ único — Um dos assistentes do Diretor poderá ser o encarregado do Setor de Administração.

Artigo 7.º — Haverá uma Comissão Especial de Estudos e Classificação de Publicações Periódicas, composta de funcionários especializados do C.P.O.E. a qual analisará e emitirá pareceres sôbre publicações infanto-juvenis, com a colaboração de professôres especialmente designados.

§ único — A Comissão será designada pelo Secretário de Educação e Cultura por indicação do Diretor do C.P.O.E.

CAPÍTULO III

Da Competência dos Órgãos

Artigo 8.º — O Serviço de Orientação, composto das Secções de ensino pré-primário e primário, normal e secundário, atenderá a supervisão do ensino das disciplinas constantes do currículo da Escola Pré-Primária, Primária, Secundária e Normal, com exceção de Educação Física, Música, Desenho e Artes Aplicadas, competindo-lhe:

I — elaborar programas;
II — expedir as diretrizes para a organização de classes;
III — orientar as classes de experiência;

IV — apresentar sugestões para o trabalho docente;
V — resolver problemas e atender consultas de ordem técnico-pedagógica;
VI — apreciar relatórios de orientadores e planos de trabalho de professôres;
VII — analisar obras didáticas e de literatura infanto-juvenil;
VIII — dar informações e emitir pareceres sôbre:

a) atuação docente dos professôres;
b) denominação de escolas;
c) obras didáticas;
d) bôlsas de estudos;
e) organização de cursos.

IX — promover a utilização nas escolas dos auxílios áudio-visuais.

§ único — Para atender as finalidades a que se propõe:

a) efetuará orientação direta;
b) expedirá instruções e ofícios-circulares;
c) realizará missões pedagógicas;
d) organizará cursos especiais e de aperfeiçoamento,
e) publicará matéria útil ao ensino.

Artigo 9.º — À Secção de Pesquisas compete:

I — realizar estudos e pesquisas psicológicas, pedagógicas e sociológicas;
II — divulgar estudos e pesquisas realizadas no campo educacional, no país e no estrangeiro;
III — fornecer subsídios para dar embasamento científico aos trabalhos do C.P.O.E. em seus diversos setores.

§ único — Para cumprir suas finalidades, terá a Secção uma equipe de pesquisadores que realizarão pesquisas:

a) que levem a um conhecimento objetivo da personalidade da criança, do adolescente e do adulto, para:

1 — estabelecer bases científicas aos trabalhos do C.P.O.E..
2 — propor normas e diretrizes básicas para o serviço de orientação educacional nas escolas do Estado.

b) que permitam conhecer a comunidade social onde a escola exerce sua ação, para um conhecimento mais exato dos aspectos significativos da realidade educacional, visando um melhor planejamento do trabalho escolar, levando a escola a realizar sua verdadeira função social;
c) que possibilitem traçar diretrizes científicas à educação em geral e à aprendizagem em especial.

Artigo 10 — À Secção de Psicologia, compete:

I — proceder estudos:

a) sôbre o educando em todos os aspectos que interferem no processo educativo;

b) sôbre a aprendizagem — direção, princípios e leis;
c) sôbre obras relacionadas com a Psicologia.

II — efetuar orientação através de:

a) cursos e conferências;
b) comunicados, planos de trabalho, etc.;
c) consultas;
d) divulgação de bibliografias atualizadas.

III — planejar seminários e cursos para os elementos incumbidos da orientação educacional nas escolas primárias, secundárias e normais, provendo para a revisão e o aperfeiçoamento das técnicas e processos utilizados nesse setor.

IV — realizar estudos sôbre orientação educacional;

V — colaborar na solução de problemas relativos à orientação educacional, em geral, encaminhados ao C.P.O.E. por orientadores, diretores e professôres.

Artigo 11 — À Secção de Provas e Medidas, compete:

I — Organizar:

a) as provas objetivas e provas diagnóstico;
b) as instruções gerais e as especiais;
c) chaves;
d) tabelas de conversão;
e) tabelas para julgamento de composição;
f) textos para leitura oral;
g) gravuras para composição.

II — fazer análise, estudo e crítica de sugestões apresentadas pelos professôres;
III — proceder:

a) atendimento de consultas relativas à aplicação e correção de provas;
b) recebimento de provas.

IV — promover:

a) análise estatística dos resultados;
b) determinação de critérios para classificação;
c) elaboração das tabelas de conversão para distribuição a Delegacias e Grupos Escolares;
d) estudo do rendimento escolar;
e) traçado de gráficos;
f) reunião da tabulação das questões para determinação de grau de dificuldade das mesmas;
g) organização de pastas;
h) seleção e arquivamento de material devolvido;
i) palestras sôbre a verificação do rendimento da aprendizagem, por ocasião de Missões Pedagógicas.

Artigo 12 — Ao Setor de Administração, compete:

I — elaborar os trabalhos relativos ao pessoal, material, comunicações, etc.
II — orientar o público e prestar-lhe as informações necessárias;
III — superintender os serviços de secretaria, arquivo, biblioteca e portaria.

Artigo 13 — À Biblioteca, compete:

I — organizar e manter o repositório de obras e periódicos nacionais e estrangeiros, sôbre assuntos relacionalos direta ou indiretamente com matéria da competência dos diversos órgãos que constituem o C.P.O.E.;
II — selecionar o material bibliográfico a ser adquirido mediante consulta prévia de todos os setores do Centro.
III — classificar, catalogar, registrar e conservar o material que constitui o acervo da Biblioteca;
IV — manter atualizado:

a) catálogos para uso do público;
b) catálogo para uso da própria biblioteca;
c) índice da legislação brasileira sôbre assuntos de interêsse do C.P.O.E.;
d) a relação dos órgãos congêneres, para efeito de intercâmbio de publicações e permuta de obras editadas e outros materiais bibliográficos;
e) um fichário de referência de assuntos de interêsse imediato do C.P.O.E.

V — estabelecer e manter permuta de publicações e duplicatas com instituições nacionais e estrangeiras;
VI — providenciar sôbre aquisição e encomenda de livros, periódicos e fichas impressas padronizadas;
VII — atender as pessoas que forem autorizadas pelo Diretor do C.P.O.E. a freqüentar a Biblioteca.

Artigo 14 — Ao Arquivo, compete:
I — conservar a documentação útil ao C.P.O.E.;
II — guardar ordenadamente as cópias de trabalhos técnicos ou administrativos realizados no Centro.

Artigo 15 — À Secretaria, compete:

I — cooperar com a Direção em tôdas as atividades administrativas;
II — executar os trabalhos datilográficos que lhe forem confiados;
III — redigir e preparar a correspondência comum do Centro.

Artigo 16 — À Portaria, compete:

I — orientar as partes que tiverem assuntos a tratar no Centro;
II — zelar pelo asseio e conservação das dependências do Centro;
III — manter a vigilância do Centro;
IV — expedir a correspondência;
V — acompanhar a tramitação de expedientes nos demais órgãos da S.E.C.

Artigo 17 — Ao Setor de Documentação e Publicações, compete:

I — documentar e divulgar os trabalhos realizados no Centro,
II — organizar e manter atualizado o fichário dos funcionários do Centro.
III — cooperar com o Setor de Orientação nas atividades relativas à organização e atualização do fichário do magistério;
IV — preparar o material referente a publicações, acompanhando os trabalhos de impressão;
V — classificar a legislação educacional;
VI — coletar e registrar dados significativos do movimento educacional do Estado e do País.

CAPÍTULO IV

Das atribuições do Pessoal

Artigo 18 — Compete ao Diretor do C.P.O.E.:

I — dirigir o Centro;
II — planejar e orientar as atividades do Centro;
III — distribuir entre seus auxiliares os serviços, de acôrdo com as necessidades do trabalho, tendo em vista a maior eficiência do mesmo;
IV — aprovar o trabalho de seus auxiliares;
V — reunir periòdicamente os coordenadores e chefes de serviço para tratar de assuntos do interêsse do Centro;
VI — comparecer às reuniões com o Secretário de Educação;
VII — informar periòdicamente o Secretário de Educação e Cultura dos trabalhos do Centro e apresentar anualmente um relatório circunstancial das atividades do órgão;
VIII — manter intercâmbio cultural com Instituições congêneres, no país e no estrangeiro;
IX — estabelecer cooperação com os demais serviços da S.E.C.;
X — selecionar e indicar ao Secretário de Educação e Cultura professôres para realizar cursos, estudos e estágios, no país e no estrangeiro;
XI — promover e dirigir sessões de estudo para os funcionários que integram o quadro de pessoal técnico do órgão;
XII — autorizar a divulgação de trabalhos do Centro e de outros de interêsse educacional;
XIII — opinar, do ponto de vista da atuação profissional, sôbre a designação e substituição de diretores de escolas e orientadores de ensino;
XIV — determinar as escolas e classes que servem para fins previstos no art. 2 dêste Decreto;
XV — zelar pelo cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis ao funcionalismo em geral e ao órgão, em particular;
XVI — propor ao Secretário de Educação e Cultura as providências necessárias ao bom funcionamento do Centro e que dependem de alçada superior;
XVII — baixar instruções e ordens de serviço para melhor andamento do trabalho;
XVIII — designar os coordenadores, chefes de serviço, encarregados e assistentes;
XIX — indicar os membros da Comissão Especial prevista no Art. 7.º dêste Regulamento, para posterior designação.

Artigo 19 — Aos Coordenadores, compete:

I — coordenar os trabalhos da secção sob sua responsabilidade;
II — distribuir aos encarregados os encargos e trabalhos relativos à secção;
III — apresentar mensalmente as fôlhas-resumo das atividades da secção;
IV — manter cooperação com as demais secções;
V — realizar periòdicamente reuniões com os funcionários da secção e comparecer às reuniões com o Diretor do C.P.O.E.;
VI — organizar anualmente, com antecedência, o planejamento de trabalho e submetê-lo ao Diretor do C.P.O.E.;
VII — providenciar sôbre o material necessário à secção e zelar pelas boas condições de trabalho a seus funcionários;
VIII — propor ao Diretor do C.P.O.E. as providências necessárias ao bom funcionamento do serviço dependentes de alçada superior;
IX — baixar as instruções necessárias ao andamento do trabalho.

Do Assistente

Artigo 20 — Aos assistentes, compete:

I — receber as pessoas que desejarem tratar com o Diretor ou transmitir a êste o assunto;
II — representar o Diretor quando fôr necessário;
III — elaborar o relatório dos trabalhos do CPOE;
IV — preparar a correspondência;
V — providenciar para que sejam atendidas as necessidades das secções;
VI — assistir o Diretor em tôdas as suas atividades.

Artigo 21 — Compete ao técnico em educação:

I — elaborar ou orientar a elaboração de programas de ensino;
II — proceder à revisão de programas de ensino;
III — realizar estudos sôbre a legislação educacional, propondo as modificações que julgar acertadas;
IV — estudar os diferentes processos de aprendizagens ou manter-se ao par das modernas técnicas; atualizar-se constantemente;
V — organizar séries metódicas e peças de provas;
VI — realizar estudos para a orientação educacional, contrôle do rendimento do ensino, causas de reprovação e racionalização do trabalho escolar;
VII — elaborar normas para a organização de bibliotecas escolares;
VIII — inspecionar os estabelecimentos de ensino do Estado;
IX — realizar estudos e pesquisas de interêsse para a Orientação Educacional nas escolas;
X — elaborar e aplicar provas psicológicas e de medida de aprendizagem, investigando o nível dos alunos de estabelecimentos de ensino do Estado;
XI — realizar estudos sôbre oportunidade de trabalho e suas exigências, fazendo a interpretação de dados estatísticos às pesquisas efetuadas;

XII — elaborar programas para orientação de professôres;
XIII — orientar e coordenar o trabalho de equipe de auxiliares empenhados na realização de pesquisas e orientação educacionais;
XIV — planejar a elaboração de material útil ao ensino;
XV — executar outras tarefas correlatas.

Dos Encarregados

Artigo 22 — Aos encarregados, compete:

I — prover para que os trabalhos e atividades do setor se processem em condições de ordem e eficiência;
II — distribuir ao pessoal integrante do setor as tarefas a serem executadas;
III — cientificar o superior hierárquico das conclusões dos trabalhos realizados no setor, bem como sugerir-lhe medidas tendentes à obtenção de resultados significativos.

Dos Demais Servidores

Artigo 23 — Aos servidores sem atribuições específicas neste regimento, compete a execução dos trabalhos próprios dos cargos e funções que exercem ou as atribuições que lhes forem determinadas.

Da Lotação

Artigo 24 — A lotação do Centro obedece ao Decreto 4081-53.

Parágrafo único — Além dos funcionários lotados o Centro poderá ter funcionários contratados e professôres à disposição.

CAPÍTULO V

Do Horário

Artigo 25 — Compete ao funcionário comparecer à repartição às horas de trabalho ordinário e às do extraordinário, quando convocado, executando os serviços que lhe competirem.

Parágrafo único — O período diário de trabalho será organizado pela Direção de acôrdo com as necessidades do Serviço, atendidas as disposições legais.

Das Substituições

Artigo 26 — Em seus impedimentos, ocasionais ou temporários, serão substituídos:

I — o Diretor, pelo Assistente com mais tempo de serviço estadual;
II — o Chefe de Serviço, por um coordenador, indicado pela Direção;
III — o coordenador, pelo funcionário efetivo com mais tempo de serviço na Secção;
IV — o encarregado, pelo funcionário com mais tempo de serviço no Setor.

OFÍCIO DA DIRETORA ALDA CARDOZO KREMER

Pôrto Alegre, 30 de janeiro de 1959.

Senhor Delegado de Ensino

Ao término do exercício das funções de Diretor do Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais da Secretaria de Educação e Cultura, vimos transmitir a V. Senhoria, aos Orientadores de Educação Primária e aos demais colaboradores dessa Delegacia profundos agradecimentos pela dedicada e valiosa cooperação que emprestaram às atividades promovidas por êste órgão, no setor da orientação do Ensino Primário do Estado.

Acreditamos sempre nas possibilidades de realização de nossos educadores, confiamos na capacidade e idealismo daqueles a quem compete a delicada e complexa missão de os orientar, representando, num sistema descentralizado de administração e supervisão escolares, nas diversas regiões do Estado, a Secretaria de Educação e Cultura e seus órgãos especializados e, pudemos, em inúmeras oportunidades, aquilatar o quanto tem sido feito pelas Delegacias Regionais de Ensino em prol da educação da infância de nossa terra.

Se, no estudo do panorama educacional, é possível constatar certas limitações, que, por motivos vários, ainda não foram superadas no plano material, por outra parte, podemos atestar o nível crescente e compensador da formação e do aprimoramento pedagógicos de nossos professôres e, mais ainda, o espírito idealista e os sentimentos de abnegação que os animam.

Essa situação é, a nosso ver, em grande parte o fruto do trabalho dedicado, permanente e incansável de nossas Delegacias Regionais de Ensino, a quem endereçamos, por intermédio de V. Senhoria, parabéns e votos de continuidade na obra magnífica que vem sendo realizada.

Consignamos aqui a convicção de que o Magistério do Rio Grande, cônscio de sua elevada missão, saberá distinguir com segurança e responsabilidade os caminhos que lhe cabe trilhar, cultivando com amor e confiança o espírito e o coração das novas gerações.

Reiteramos a V. Senhoria os protestos de nossa elevada estima e distinta consideração.

Ass. **Alda Cardozo Kremer**

Diretora do CPOE

ATIVIDADES DE ORIENTAÇÃO TÉCNICO PEDAGÓGICA

SETOR DO ENSINO PRÉ-PRIMÁRIO

GLADYS HADDA CORRÊA VIEIRA

REGIMENTO PARA OS JARDINS DE INFÂNCIA

REGIMENTO PARA OS JARDINS DE INFÂNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

TÍTULO I

Da Organização Geral

A ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DO JARDIM DE INFÂNCIA deverão levar em conta os objetivos da educação pré-primária.

CAPÍTULO I

Dos Objetivos da Educação Pré-Primária

Os objetivos da educação pré-primária são:

1.º — Oferecer condições favoráveis ao desenvolvimento integral da criança nesse nível escolar.
2.º — Iniciá-la na vida de comunidade, proporcionando-lhe situações e recursos para aquisição de hábitos e atitudes de vida social.
3.º — Preencher as lacunas ou deficiências de educação familiar.
4.º — Preparar a criança para realizar, satisfatòriamente, a aprendizagem na escola primária.

OBSERVAÇÃO: O Jardim de Infância não tem como objetivo específico a alfabetização.

CAPÍTULO II

Dos Tipos de Jardins de Infância

Os Jardins de Infância, organizados e mantidos pelo Estado, poderão ser de dois tipos:

a) anexos a escolas primárias
b) isolados ou independentes.

Os Jardins de Infância, quando anexos a escolas primárias, que ofereçam condições favoráveis para seu funcionamento, poderão funcionar no mesmo prédio da escola ou em pavilhão anexo, e participarão de tôdas as atividades e instituições da escola, devendo submeter-se à mesma Direção geral do estabelecimento de ensino.

Os Jardins de Infância independentes deverão possuir tôdas as instalações indispensáveis ao seu funcionamento e terão Direção própria.

CAPÍTULO III

Da Orientação Psicopedagógica dos Jardins de Infância

A) DIRETRIZES GERAIS:

A orientação educativa nos Jardins de Infância deve fundamentar-se no aproveitamento das tendências naturais da criança, compatíveis com os fins educacionais, isto é, respeitará a personalidade infantil, procurando desenvolvê-la de modo integral e harmônico em consonância com os ideais da educação.

Será especialmente baseada na observação, na experiência e capacidade criadora do educando, atendidos os princípios da educação espiritual e democrática, e deverá considerar os aspectos: físico, social, intelectual, estético, moral e espiritual da personalidade infantil.

B) DIREÇÃO DA APRENDIZAGEM:

A direção da aprendizagem nos Jardins de Infância, exercida sempre de modo informal, nos campos da Linguagem, da Matemática, das Noções Gerais, das Artes em geral, da Educação Física, Religião, etc., visará, especificamente, favorecer à criança a aquisição de habilidade e a formação de hábitos e atitudes convenientes à sua educação integral.

A orientação técnica dessas atividades será exercida pelas jardineiras de conformidade com diretrizes básicas, expedidas, periòdicamente, pelo Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais da SEC.

TÍTULO II

Do Funcionamento

CAPÍTULO I

Do Ano Letivo

Os Jardins de Infância, quando independentes, deverão funcionar sem interrupções durante o ano, considerando um de seus principais objetivos, que é suplementar a educação familiar e atender as crianças que por necessidades econômicas da família sejam privadas da direção materna, durante a maior parte do dia. As aulas funcionarão diàriamente com exceção dos domingos e feriados.

Quando os Jardins de Infância funcionarem anexos às escolas primárias, terão período letivo igual ao dêsses estabelecimentos de ensino, abrangendo no mínimo o período letivo de 20 de março a 30 de novembro, descontado naturalmente, o período de férias regulamentares de inverno.

OBSERVAÇÃO: A matrícula para os Jardins de Infância, nos Grupos Escolares, só será aberta depois da escola haver distribuído tôdas as classes de 1.º a 5.º ano, e atendido, dêsse modo, todos os alunos da escola primária, que se matricularem na escola no tempo hábil para isso.

Essa condição é necessária para evitar:

a) matrícula condicional do Jardim de Infância sem anterior previsão das possibilidades da escola: número de professôres, salas, material, etc.
b) funcionamento em caráter precário da classe de Jardim de Infância, redundando logo em suspensão da mesma por falta de professôra.

CAPÍTULO II

Da Matrícula

A matrícula nos Jardins de Infância, que deverá ser realizada sempre que possível pela professôra jardineira, incluirá duas épocas ou oportunidades:

1. Período de confirmação da matrícula para as crianças que já freqüentam o Jardim de Infância, a ser realizado nos primeiros dias de dezembro.
2. Período de registro de matrículas novas, que será realizado entre 10 e 20 de março.

As matrículas novas deverão obedecer ao rigoroso critério de zoneamento previsto para as classes do curso primário.

Além dessas exigências, deverá a matrícula dos Jardins de Infância atender as seguintes condições:

1. Serão matriculadas, primeiramente, as crianças, que constituirão a classe de 3.º período de Jardim de Infância.

Dentro das possibilidades de disponibilidade de professôres, salas e material, poderá a escola organizar uma classe de 3.º período do Jardim de Infância, a qual será constituída de um máximo de 30 crianças, cuja idade cronológica esteja compreendida entre 5 anos e 9 meses a 6 anos e 8 meses, em março. A essa matrícula corresponderá uma professôra e um dos turnos.

2. Possuindo a escola disponibilidade de professôres e salas, poderá matricular outro grupo de crianças para freqüentar o 2.º período de Jardim de Infância. Serão crianças cuja idade cronológica se acha compreendida entre 4 anos e 9 meses a 5 anos e 8 meses, em março. Essa classe atenderá um máximo de 28 crianças, por professôra e por turno.
3. Havendo, ainda, na escola possibilidade de designar outra professôra e sala, poderá matricular crianças para freqüentarem o 1.º período de Jardim de Infância. Será constituída de crianças cujas idades estejam compreendidas entre 4 anos e 4 anos e 8 meses. Esta classe terá o máximo de 25 alunos por professôra e por turno.

OBSERVAÇÕES: No caso do número de crianças matriculadas em um período não atingir o limite máximo previsto, poderá a escola aceitar, na mesma classe, crianças cujas idades correspondam ao período imediatamente anterior, e cujas idades (em meses) se achem mais próxi-

mas do período em funcionamento ou quando a situação familiar justifica a necessidade da criança ser matriculada no Jardim da Infância.

Dêste modo ficam eliminadas as classes mistas (3 períodos) ou classes muito numerosas, mesmo quando atendidas por duas professôras.

CAPÍTULO III

Das Exigências Para Matrícula

As matrículas do Jardim de Infância, depois de previstas as exigências relativas à organização de classes, de acôrdo com a distribuição dos períodos, deverá atender ainda as seguintes condições preferenciais.

Terão preferência na matrícula para o Jardim de Infância, sempre que estejam em igualdade de condições em relação à época de solicitação de matrícula, as crianças que pelos motivos seguintes necessitem ser mais atendidas, do ponto de vista emocional:

a) crianças oriundas de famílias de nível cultural deficiente;
b) crianças cujos pais (ambos) trabalham fora de casa, ficando as mesmas, por conseguinte, entregues à tutela de irmãos maiores, vizinhos, pessoas muito idosas, ou pesosas de índice cultural não satisfatório, para atendê-las do ponto de vista educativo (serviçais, etc.);
c) crianças que residam em locais, que não possuam áreas livres para recreação e atividades próprias da idade (apartamentos, peças), ou crianças que convivam com pessoas doentes ou adultos;
d) crianças na condição de filhos únicos ou caçulas, de famílias adultas.

CAPÍTULO IV

Do Horário

Os Jardins de Infância funcionarão, quando anexos ao Grupo Escolar, em um só turno para cada turma, e poderá receber em cada turno da escola um grupo diferente de crianças, do mesmo período, ou de período diferente, e obedecerá o horário regular da escola primária:

8 às 12 horas pela manhã
13 às 17 horas pela tarde

Entretanto, as crianças matriculadas no Jardim de Infância poderão ter uma tolerância de entrada, de 30 minutos, no período de 1.º de julho a 15 de setembro, e nos demais meses, será de 15 minutos.

Quanto à saida poderá haver uma tolerância de 10 minutos (anterior) à saída da escola primária.

OBSERVAÇÃO: As crianças, que vierem acompanhadas por irmãos, que freqüentam a escola primária, entrarão na sala do Jardim da Infância no horário regular da escola primária. Para a saída, o critério será, também, o mesmo.

Por essa razão, a professôra jardineira deverá aguardar na sala do Jardim de Infância, no horário de início e término das aulas, na escola.

Durante o período que o pré-escolar estiver na escola, permanecerá sob a responsabilidade da professôra jardineira.

As crianças, que regressarem à casa sem acompanhante, deverão trazer, para isso, autorização escrita dos pais, e se retirarão no término das aulas.

Os Jardins de Infância, quando funcionarem independentes, poderão funcionar com regime de semi-internato, como as creches onde as crianças entram às 8 horas da manhã, ficando ainda uma parte da tarde. Nesse caso a escola providenciará na refeição das crianças, que a freqüentam.

CAPÍTULO V

Da Freqüência

A criança matriculada no Jardim de Infância deverá ser iniciada no hábito da pontualidade e assiduidade; para êsse fim valer-se-á o Jardim de Infância de múltiplos recursos educacionais, procurando, principalmente, despertar na criança o desejo e o interêsse pela freqüência.

Quando uma criança tiver, mensalmente, menos de 50% de comparecimentos, sem motivo justificado, deverá a professôra do Jardim de Infância reiterar a comunicação aos pais ou responsáveis pela mesma sôbre a necessidade de observância da freqüência efetiva e regular.

Caso haja reincidência, terá, então, a criança sua matrícula condicionada à regularização da freqüência.

Serão tolerados os motivos de infreqüência seguintes:

a) falta por motivo de doença, sempre que comunicada à escola em tempo;
b) falta por doença grave, de membro da família, quando a mesma implicar no afastamento da criança do bairro escolar ou falta de companhia para ir à escola;
c) falta por motivo de mau tempo (chuva forte), epidemias ou outros acontecimentos, que recomendem, como medida de proteção, o afastamento da criança da escola.

CAPÍTULO VI

Da Recreação do Jardim de Infância

O Jardim de Infância, anexo ou independente, deverá possuir uma área livre para recreação.

O Jardim de Infância, quando anexo à escola primária, terá recreio à parte da escola primária, em horário anterior ou posterior ao das classes primárias em funcionamento.

Entretanto com a finalidade de observar os comportamentos infantís, poder-se-á, algumas vêzes, reunir a recreação do 3.º período do Jardim de Infância com o de algumas classes de 1.º ano, cuja idade esteja mais próxima do Jardim.

CAPÍTULO VII

Das Comemorações do Jardim de Infância

As comemorações no Jardim de Infância deverão ter caráter simples, podendo obedecer a marcha do calendário escolar: páscoa, dia

das mães, festas juninas, semana da Pátria, semana da criança, festa de encerramento e outras ocasionais: comemoração de datas e fatos especiais.

As comemorações no Jardim de Infância têm a finalidade de propiciar à criança vivências ricas de conteúdo educativo e ajustadas à sua capacidade intelectual e predisposições afetivas, relacionadas com os acontecimentos focalizados na vida escolar.

As festas do Jardim de Infância deverão limitar-se ao ambiente da escola. Também ficam suprimidas, nas festas de encerramento do período letivo do Jardim de Infância, as dramatizações de formaturas com vestimentas e diplomas especiais.

Caberá ao C.P.O.E. expedir, periòdicamente, diretrizes especiais para as comemorações em Jardins de Infância.

CAPÍTULO VIII

Da Promoção no Jardim de Infância

A promoção de um aluno de um período para outro será automática, atendendo apenas às exigências da idade cronológica, prevista para cada período.

Os casos de crianças de desenvolvimento mais lento, terão atendimento especial, de acôrdo com as necessidades do educando.

Os alunos que concluirem o 3.º período do Jardim de Infância, e se encontrarem dentro do limite mínimo de idade, serão encaminhados ao 1.º ano primário.

Às crianças, que concluirem o 3.º período do Jardim de Infância será fornecido, um "Boletim" do qual constarão dados relativos ao seu aproveitamento, consoante observações constantes da ficha acumulativa do aluno.

Êsse Boletim deverá ser preenchido pela professôra do último período, e visado e assinado pela Direção do Jardim.

TÍTULO III

Das Instituições Pré-Escolares

Deverão funcionar, a par das demais atividades dos Jardins de Infância, instituições que complementem a ação educativa, como: Caixa Escolar, Associação das Mães, Biblioteca Infantil, Cooperativa Escolar.

CAPÍTULO I

Da Caixa Escolar

A contribuição mensal de cada criança, para a Caixa Escolar da escola, será de Cr$ 5,00, não podendo ser cobrada taxa de matrícula, considerando-se o caráter de gratuidade das escolas oficiais.

De preferência, a contribuição para a Caixa Escolar deverá ser recolhida mensalmente, fornecendo-se à criança um recibo de sua contribuição. Tal medida soluciona os pedidos de devolução de contribuição pagos antecipadamente, quando a criança se retirar da escola, em meio ao ano letivo.

A Caixa Escolar, do Jardim de Infância, terá funcionamento à parte da Caixa Escolar da escola primária e ficará a cargo da profes-

sôra jardineira para que possa, autorizada pela Direção, dispor das contribuições na aquisição de material para desenvolvimento das atividades do Jardim.

Semestralmente, e sempre que solicitada, a professôra prestará contas das despesas efetuadas com a renda da Caixa Escolar, à Direção da escola.

Na aplicação da verba da Caixa Escolar, deverá ser observado o seguinte:

a) atendimento às necessidades individuais da criança, em alimentação, vestuário, assistência médica, etc.
b) aquisição de material didático, necessário ao desenvolvimento das atividades do Jardim de Infância.

CAPÍTULO II

Da Associação de Mães

A Associação de Mães é uma instituição indispensável à boa marcha do trabalho educativo das instituições pré-primárias, devendo ser criadas em todos os Jardins de Infância.

Poderá a Associação de Mães funcionar como um departamento do Círculo de Pais e Mestres, da escola primária, tendo, portanto, um representante na diretoria do Círculo, que fará o entrosamento de ambas as instituições. Dêsse modo a Associação poderá reger-se pelo mesmo estatuto do Círculo de Pais e Mestres, permitindo-se assim à família continuar como associada, quando a criança ingressar no curso primário.

CAPÍTULO III

Da Biblioteca Infantil

Todo o Jardim de Infância deverá ter sua biblioteca de classe, mas, independente dessa, poderá possuir sua biblioteca infantil, à parte, em sala própria, com o fim de favorecer a formação, na criança, de hábitos preparatórios à leitura, atitudes de interêsse e amor pelo livro.

Quando o Jardim de Infância funcionar anexo à escola primária, poderá a biblioteca escolar infantil possuir um departamento destinado ao Jardim de Infância, com bibliografia adequada às crianças, e com dias ou horas para atender os associados.

CAPÍTULO IV

Da Cooperativa Escolar

Deverá ser facultado a todo pré-escolar, que freqüentar o Jardim de Infância o direito de se associar à Cooperativa Escolar, devendo esta, de acôrdo com suas possibilidades, prover para o atendimento das necessidades materiais do associado.

Tem isso a finalidade, não só de unificar o espírito da escola, Jardim de Infância e escola primária, mas, também, formar na criança, desde pequena, o hábito de cooperação, economia e sociabilidade.

Os Jardins de Infância independentes poderão possuir sua cooperativa para suprir as necessidades de seus associados, observando para isso instruções específicas, expedidas ou aprovadas pela SEC.

CAPÍTULO V

Da Merenda

Sempre que a escola primária distribuir merenda a seus escolares, nela estarão incluídos os alunos do Jardim de Infância.

A merenda do Jardim de Infância deverá, cuidadosamente, atender aos requisitos dietéticos da merenda escolar, tendo em vista a fase de desenvolvimento em que se encontra o pré-escolar.

Caberá à professôra jardineira a incumbência de orientar a família no tipo de merenda aconselhada ao educando.

Isso poderá ser feito sempre que a escola, por condições precárias, não puder distribuir, através de palestras nas associações de mães ou individualmente.

TÍTULO IV

Das Instalações para o Jardim de Infância

Atendendo aos dois tipos de Jardins de Infância — anexos e independentes — deverão ser observadas as seguintes instalações:

Os que funcionam, independentemente, deverão possuir as dependências abaixo discriminadas:

a) salas para as atividades das crianças
b) sala de merenda
c) instalações sanitárias
d) sala de administração
e) área livre
f) gabinete médico-dentário
g) peças para depósito de material

A construção obedecerá os demais requisitos exigidos para edificações escolares, não dispensando instalações de água corrente.

Quando os Jardins de Infância funcionarem anexos aos Grupos Escolares, idicado seria que possuissem pavilhão à parte com instalações sanitárias próprias e água corrente, ou fiquem instalados em local mais ou menos isolado, de modo a não perturbarem as demais classes da escola.

CAPÍTULO I

Da Sala do Jardim de Infância

Em nenhuma escola o Jardim de Infância poderá funcionar em sala que não disponha das seguintes condições:

a) dimensões que ofereçam espaço suficiente para receber o número de alunos previsto para cada período:
   3.º período — 30 crianças
   2.º período — 28 crianças
   1.º período — 25 crianças
a) luz direta e ventilação
c) mobiliário adequado e suficiente para atender a lotação da matrícula.

CAPÍTULO II

Do Material para o Jardim de Infância

O Jardim de Infância deverá possuir material didático de uso coletivo e de uso individual.

O material de uso individual poderá pertencer ao educando, devendo ser marcado com o nome do aluno, para evitar extravio, e devolvido no fim de cada ano letivo.

O material de uso coletivo será adquirido pelo próprio Jardim e a êle pertencerá, devendo ser marcado com a rúbrica **J. de I.**

O material individual destina-se mais à formação e intensificação de hábitos do pré-escolar e, portanto, deverá ficar a seu cargo, embora guardado na escola.

A professôra jardineira apenas orientará essa responsabilidade, procurando fazer com que a criança zele pelo que é seu e pelo que pertence à escola.

TÍTULO V

Das Atribuições do Pessoal Docente e Administrativo

Os Jardins de Infância independentes deverão possuir pessoal administrativo próprio, tais como direção, médico, funcionários, zeladores, etc.

Os Jardins de Infância anexos a escolas primárias, servir-se-ão dos funcionários administrativos das mesmas, podendo ser um dêles escalado e responsável pela limpeza e conservação das dependências destinadas ao Jardim, bem como das instalações sanitárias que lhe pertençam.

CAPÍTULO I

Dos Professôres Substitutos e Especializados

Atendendo à educação integral do pré-escolar, deverão os professôres especializados prestar sua colaboração à professôra jardineira nos assuntos de sua especialização. Será conveniente que o Jardim possua, sempre que possível, uma professôra substituta.

CAPÍTULO II

Do Pessoal Docente

A professôra jardineira será escolhida entre os professôres primários do Estado, atendendo, pela ordem, as seguintes condições preferenciais:

1.º — professôra portadora de certificado de curso regular de especialização em educação pré-primária.

OBSERVAÇÃO: Em tôda escola que possuir Jardim de Infância, sempre que a ela fôr designada uma professôra portadora do curso de especialização pré-primária, terá a mesma prioridade na regência de classe no Jardim de Infância

2.º — professôra que possua curso intensivo de educação pré-primária, e que já exerça ou tenha exercido, eficientemente, a função de jardineira. É previsto para êsse caso uma apreciação da direção da escola e da orientadora de educação primária do C.P.O.E., ou chefia da Divisão de Direção da Aprendizagem do Instituto de Educação.

3.º — professôras que, por qualidades pessoais, demonstrem desejo de trabalhar em classes pré-primárias.

TÍTULO VI

CAPÍTULO ÚNICO

Das Atribuições Gerais

Os Jardins de Infância particulares obedecerão, no que lhes respeita, o regulamento dos Jardins de Infância oficiais.

TÍTULO VII

CAPÍTULO ÚNICO

Das Disposições Finais

Os Jardins de Infância estaduais receberão orientação do Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais, da Secretaria de Educação e Cultura, do Estado do Rio Grande do Sul.

Pôrto Alegre, 7 de agôsto de 1959

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

ASSUNTO: Ampliação da rêde de Jardins de Infância no Estado do Rio Grande o Sul.

As exigências da vida atual, comumente vêm impelindo os responsáveis pela família à ausência do lar em busca de recursos que garantam o seu sustento.

Essa ausência, nos dias que correm, se estende também às mães que deixam muitas vêzes seus filhos menores de 6 anos, na idade em que mais precisariam de assistência, pois é aquela em que, segundo capacitados especialistas, se estruturam as linhas básicas da personalidade, entregues a pessoas não preparadas para orientá-los (empregadas domésticas) ou, o que é mais grave, pràticamente sem qualquer amparo senão o de irmãos pouco mais velhos.

Tem-se observado, outrossim, que o déficit escolar de aprendizagem no 1.º ano primário é enormemente significativo, o que, sôbremaneira deve preocupar não só aos educadores, senão também aos responsáveis pela administração educacional.

O atendimento regular da criança em idade pré-escolar supriria, sem dúvida, essa deficiência familiar, proporcionado-lhe um ambiente favorável, bem assim o desenvolvimento, que concorreria para um melhor aproveitamento na idade escolar pròpriamente dita.

Considerando que, em levantamento realizado pelo Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais, acentua-se o decréscimo de Jardins de Infância em funcionamento;

Considerando que um maior número de Instituições de Educação Pré-primária favoreceria, em nosso Estado, um progresso no que respeita ao atendimento educacional;

pedimos vênia para sugerir:

1 — A criação de uma Instituição de Educação Pré-Primária junto a cada Grupo Escolar em funcionamento em nosso Estado.

2 — O aparelhamento especial de um Jardim de Infância na Capital e um em cada sede de Delegacia que funcione em caráter de "Instituição Pré-Primária Experimental".

3 — A organização, nas zonas mais habitadas por operários, funcionários públicos, classe média em geral, especialmente na Capital e nas cidades mais populosas do Estado, de Jardins de Infância independentes de Escola Primária e que possam funcionar durante todo o ano.

À consideração de S. Excelência, o Sr. Secretário de Educação e Cultura.

Sarah Azambuja Rolla
Diretora do C.P.O.E.

SECÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO

FUNCIONÁRIOS INTEGRANTES DA SECÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO

TÉCNICOS EM EDUCAÇÃO:

SYDIA SANT'ANNA BOPP ...	Assistente da Direção
ODETE CAMPOS	Coordenadora
CAROLINA CARVALHO	
GILDA DE FREITAS TOMATIS	
HILDA SILVA	
OLGA BRAGANÇA MACIEL	
DINAH F. FAGUNDES	

PROFESSÔRES À DISPOSIÇÃO DO C.P.O.E.:

AMÁLIA FAERMAN SOARES
IRIS RIBEIRO CARVALHO
IZABELLA KERTESZ
NELLY RODRIGUES SCHMITZ

ORIENTADORES DE EDUCAÇÃO PRIMÁRIA:

Ada Vaz Cabeda
Cecy Cordeiro Thofehrn
Clotilde Marques Andrino
Dorothy Ana F. V. de Moniz
Elvira B. Sobral
Florisbella M. Barbosa
Jucy Saraiva Osório
Jady M. Costa
José Barreto Lopes
Juracy Bragança Leonardo
Lady Godiva C. Azambuja
Laecy Maria F. Tonding
Laura Stella Picot
Lygia Ribas Duarte
Lygia Weber Leindecker
Luiza Werba
Marina Clulla Bohngahren
Margarida de Sousa Sirângelo
Maria Nage P. Schmidt
Maria Messias
Nair Coelho Russell
Nelly A. dos Santos
Olga Clélia P. Volkmer
Yedda Virgínia Castro

ENCONTRO COM DELEGADOS REGIONAIS DE ENSINO

ENCONTRO COM DELEGADOS REGIONAIS DE ENSINO

Época — 22 a 24 de julho
Local — P.U.C.
Horário — 8 hs. — 11 hs. — 13,30 hs. — 17,30 hs.

TEMÁRIO A CARGO DO C.P.O.E.

I — REFORMA DO ENSINO PRIMÁRIO — SUA APLICAÇÃO

— A Reforma do Ensino Primário tem, em sua opinião, trazido benefícios para o ensino? Quais?

— Julga oportuno estender a Reforma do Ensino Primário a maior número de escolas em sua Região?

— Caso contrário, quais as dificuldades que aponta para a sua aplicação:

Falta de professôres?
Preparo ineficiente dos professôres?
Condições materiais das escolas?
Falta de orientadores de Educação Primária?

— Qual a sua opinião sôbre o sistema de classificação proposto pelo Decreto 9950-58? Concorda com êle? Não concorda? Por que?

— Acha aconselhável retirar da escola os maiores de 14 anos e organizar turnos especiais para o atendimento dêsses alunos?

— Qual a sua opinião sôbre a extensão da escolaridade? Encontraria, na sua Região, dificuldades para a inclusão do 6.º ano na Escola Primária? Quais?

— E' muito grande o número de alunos desajustados em sua Região Escolar?

— Justificaria, por sua observação pessoal, a criação, nas escolas, de classes especiais para atendimento dessas crianças?

— Qual a sua opinião sôbre os novos Programas de Ensino?

II — EDUCAÇÃO RURAL

A. **Do Pessoal**

1. Na prática do trabalho docente, encontra V. Senhoria diferença fundamental entre o professor diplomado pela Escola Normal e o professor contratado?

2. Na realização de cursos de aperfeiçoamento, julga importante o atendimento, em conjunto, dos dois tipos de professôres ou em grupos diversos?

3. Acredita, tendo em vista a fixação do professor ao meio rural, seja necessária a transformação da escola isolada em escola reunida?

4. Qual a sua opinião a respeito da criação, nas zonas rurais, de G. Escolares servidos por transporte escolar?

5. Qual a sua opinião a respeito do internato rural?
6. Julga V. Senhoria indispensável à escola rural o auxílio de um Técnico rural?
7. Qual a sua opinião a respeito da presença, na escola rural, do operário rural e que sugestões apresenta para o necessário preparo dêsses elementos para o contato com a criança?

8. Que sugestões apresenta V. Senhoria para a extinção do analfabetismo no meio rural entre adolescentes e adultos?

B. A escola rural e o meio

1. E', em sua circunscrição, realidade o princípio necessário de entrosamento entre escola e meio?
a) Que dificuldade aponta para que isso se torne realidade?
b) Quais as sugestões que apresenta para que a escola rural se torne participante?

C. A escola rural e a Reforma

1. É, na Região Escolar em que V. Senhoria é Delegado, significativo o problema do êxodo escolar?
2. Encontra V. Senhoria possibilidade de estender a Reforma do Ensino Primário às Escolas Rurais?
3. Acredita que a adoção de um ano escolar diverso do comumente seguido, facilitaria o trabalho da escola rural? Que sugestões apresenta para o caso?
4. Devem, em sua opinião, os programas de ensino, nas zonas rurais, diferir dos adotados nas demais escolas primárias?
5. Que tipo de atividades extra-classe são comumente encontradas nas escolas rurais? Como funcionam? Quais as que mais convêm ao meio?

— Cooperativas?
— Clubes agrícolas?
— Clubes recreativos?
— Educação econômica?

III — RELAÇÕES HUMANAS

Sugestão para uma discussão preliminar

Existe como que uma tendência, em nossa época, a considerar que o desafio da sobrevivência de nossa cultura depende, em larga escala, da compreensão que se pode estabelecer entre os povos. E' crença, também, pelo menos de um grande grupo, que essa comprensão intercultural tem suas raízes na aprendizagem, desenvolvimento e prática constante da compreensão inter-pessoal. Ora, compreensão inter-pessoal tem como decorrência natural relações humanas mais harmoniosas e bem sucedidas no sentido de fins comuns. Tem sido constatado que os conflitos, desentendimentos e quebras de harmonia são explicados por:

1) falta de conhecimento de um e outro lado em litígio
2) preconceitos estabelecidos e arraigados em relação a minorias

3) intolerância de formas diferentes de pensar, sentir e agir
4) competição na luta por afirmação pessoal e satisfação de interêsses
5) rivalidade provocada pela necessidade de prestígio inerente ao ser humano
6) desejos acentuados de superação e domínio de pequenos grupos ou mesmo de determinados indivíduos
7) mêdos provocados por incertezas em relação ao futuro ou por situações familiares
8) desrespeito à pessoa humana nas formas e ambientes de trabalho,
9) incoerências em relação à filosofia de vida adotada pelo país ou pela cultura e às atitudes de pequenos grupos ou pessoas,
10) mecanização do trabalho e a conseqüente falta do calor afetivo que deve estar presente nas atividades humanas.

— Levantamento de problemas de relações humanas da experiência dos Delegados.
— Fundamentos e hipóteses para solução
— Discussões e Conclusões.

III — ESTRUTURAÇÃO DINÂMICA DE UMA DELEGACIA REGIONAL DE ENSINO

ORGANIZAÇÃO — EXECUÇÃO

1. Organograma e fluxograma de uma D.R.E.
2. Planejamento geral — administrativo e técnico
3. Serviços de secretaria
   Correspondência
   Fichário e cadastro
4. Documentação
   interna
   externa
5. Divulgação e publicidade
   interna
   externa
6. Escrituração
   Livros
7. Serviço de Rêde Escolar
   Revisão: Boletins mensais
8. Serviço de Orientação
   Orientação: direta
   indireta
   Museu áudio-visual: material
   cinema
9. Arquivo
   ativo: documentação funcional
   passivo: documentação retrospectiva.

— **DR. JOSÉ MARIANO DE FREITAS BECK**
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

— **DR. ADIB SALOMÃO**
SUBSECRETÁRIO DO ENSINO PRIMÁRIO

— **SRTA. DULCE GAYER COSTA**
DIRETORA GERAL

— **PROF.ª SARAH AZAMBUJA ROLLA**
DIRETORA DO CENTRO DE PESQUISAS E ORIENTAÇÃO EDUCACIONAIS

— **PROF. ANA MARIA AMANTINO**
SUPERINTENDENTE DO ENSINO PRIMÁRIO

— **PROF. SAMUEL DE SOUZA FILHO**
SUPERINTENDENTE DO ENSINO RURAL

TÉCNICOS EM EDUCAÇÃO QUE COORDENARAM O DESENVOLVIMENTO DO TEMÁRIO

— **SARAH AZAMBUJA ROLLA**

— **SYDIA SANT'ANA BOPP**

— **RUTH IVOTY TORRES DA SILVA**

— **JURACY MARQUES**

— **LUCINDA LORENZONI**

DELEGADOS REGIONAIS DE ENSINO

1.ª REGIÃO	— **Jandira Cardia Szechir** ...	—	Pôrto Alegre
2.ª "	— **Omar Laguna Fialho**	—	São Leopoldo
3.ª "	— **Cloé Reis de Azambuja** ...	—	Estrêla
4.ª "	— **Hilda Maria Amaral Lucena**	—	Caxias
5.ª "	— **Silvia Mello**	—	Pelotas
6.ª "	— **Nicolau Duarte de Quadros**	—	Sta. Cruz
7.ª "	— **Dinah Franco**	—	Passo Fundo
8.ª "	— **Heitor da Graça Fernandes**	—	Sta. Maria
9.ª "	— **Nair Antônia de Oliveira Rocha**	—	Cruz Alta
10.ª "	— **Zélia Antunes da Costa Nunes**	—	Uruguaiana
11.ª "	— **Anfilóquia Magnus de Assis**	—	Pôrto Alegre
12.ª "	— **Dr. Luiz Dalben**	—	Pôrto Alegre
13.ª "	— **Zita Fernandes de Vargas**	—	Bagé
14.ª "	— **Nair Vieira de Mello**	—	Sto. Ângelo
15.ª "	— **Alexandre Domingos Teixeira**	—	Erechim
16.ª "	— **Maria Borges Frota**	—	Bento Gonçalves
17.ª "	— **Ivone Martini**	—	Santa Rosa
18.ª "	— **Wlakiria Xavier Almeida**	—	Rio Grande
19.ª "	— **Cenira Couto de Torres** ..	—	Livramento

EM SESSÕES DE ESTUDOS REALIZADAS NA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA, NOS DIAS 22, 23 e 24 de JULHO, OS DELEGADOS REGIONAIS DE ENSINO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, APÓS A DISCUSSÃO DOS PROBLEMAS APRESENTADOS NO TEMÁRIO PROPOSTO PELO CENTRO DE PESQUISAS E ORIENTAÇÃO EDUCACIONAIS, CHEGARAM ÀS SEGUINTES CONCLUSÕES:

A — REFORMA DO ENSINO PRIMÁRIO — SUA APLICAÇÃO

CONCLUSÕES QUANTO AOS BENEFÍCIOS TRAZIDOS AO ENSINO:

1) — permite uma maior flexibilidade quanto ao critério de classificação, atendendo-se à idade, à maturidade e ao nível de adiantamento;
2) — consulta os interêsses próprios de cada idade;
3) — faculta melhor ajustamento psicológico do aluno ao seu grupo e melhores condições para a expansão de sua personalidade;
4) — proporciona melhor rendimento na aprendizagem;
5) — possibilita aquelas condições de trabalho que melhor se harmonizam com as exigências da vida real;
6) — atende as condições econômicas da família e do erário público pela diminuição das causas da repetência;
7) — representa um esfôrço de revitalização e prestigiamento da escola primária pública, cuja ação educativa tem sido enfraquecida por fatôres de natureza social e administrativa;
8) — prevê a organização de classes especiais de recuperação, para atendimento daquelas crianças cuja situação escolar requeira atenção especial.

QUANTO À EXTENSÃO DA REFORMA.

Os Srs. Delegados julgam conveniente estender a reforma a um número de escolas, desde que a expansão se processe por etapas progressivas, tendo-se em vista, especialmente, o ingresso, no magistério, de candidatos não diplomados, a falta de Orientadores em algumas Delegacias, a existência de verbas limitadas para o serviço de orientação e as dificuldades opostas por alguns Exatores na movimentação das mesmas.

QUANTO AO PROGRAMA DE ENSINO:

Opinam os Delegados pela manutenção do programa de ensino atual, para tôdas as escolas primárias do Estado já que o mesmo, por ser flexível, permite ao educador adaptá-lo às necessidades peculiares de cada zona.

OBSERVAÇÕES — Do estudo das causas da repetência e da evasão escolar resultou o reconhecimento da necessidade de serem criados maior número de cursos pré-primários.

DA OPORTUNIDADE DO DECRETO 9950/58.

Foi o mesmo julgado oportuno pois, entre outras vantagens, veio proporcionar maior liberdade didática ao educador primário e, ao mesmo tempo, transferir-lhe maior responsabilidade pessoal na escolha e emprêgo dos processos de verificação da aprendizagem.

RETIRADA DOS ALUNOS MAIORES DE 14 ANOS PARA FORMAÇÃO DE TURNOS ESPECIAIS.

Com referência a êste aspecto chegou-se à conclusão que, sendo muito pequeno o número dêsses alunos em nossos estabelecimentos de ensino, seria mais conveniente conservá-los na escola, salvo nos casos em que se trate de alunos cuja conduta seja considerada inconveniente ao ambiente escolar.

EXTENSÃO DA ESCOLARIDADE ATÉ O 6.º ANO

Opinam os Srs. Delegados pela extensão da escolaridade no curso primário até 6.º ano, promovendo-se a mesma de conformidade com as possibilidades de cada escola e as necessiades educacionais do meio a que serve a mesma.

ALUNOS DESAJUSTADOS — CLASSES ESPECIAIS.

Das observações feitas nas diferentes Regiões Escolares foi constatada a existência de um regular número de crianças desajustadas e, em conseqüência, sentida e recomendada a organização de classes especiais, para o tratamento dessas crianças.

QUANTO AOS NOVOS PROGRAMAS DE ENSINO

Sôbre os novos programas de ensino elaborados pelo CPOE, segundo o plano de estudos da reforma, com mais propriedade, conviria que fôssem ouvidos os professôres de cada Região, através de inquérito, entrevistas, questionárias, etc.

B — EDUCAÇÃO RURAL

1 — Da observação realizada em diversas Regiões Escolares ficou evidenciada a diferença existente entre o trabalho docente do professor diplomado e do professor contratado.

2 — Na realização de Cursos de Aperfeiçoamento recomenda-se o atendimento, em conjunto, dos dois tipos de professôres.

3 — Tendo-se em vista que a consecução dos objetivos específicos cometidos à Escola Rural exige do professor rural, além da formação pedagógica, qualidades pessoais de iniciativa e de liderança social, recomendam os Srs. Delegados que se promova, em tôdas as Regiões, a seleção prévia dos candidatos ao magistério rural, antes do contrato e durante o curso de formação.

4 — Considerando-se que o isolamento do professor rural tem sido uma das causas de fuga para a cidade, recomenda-se a transformação das Escolas Rurais Isoladas em Escolas Reunidas.

5 — Opinam os Delegados pela conveniência de ser procurada a colaboração e aproveitada a experiência de técnicos (Agrônomos Regionais, Assistentes Sociais) em caráter de assessoramento junto às Escolas Rurais.

6 — Julgam os Delegados de Ensino necessária a colaboração do Operário Rural junto às Escolas Rurais, mas recomendam que sejam prèviamente preparados, em função das tarefas que deverão desempenhar e após admitidos através de contrato.

7 — Com vistas à campanha de extinção do analfabetismo, chegou-se à conclusão de que sòmente a Escola Rural organizada e dirigida por bons professôres poderá contribuir eficazmente para a erradicação do analfabetismo.
Em conseqüência, recomenda-se, com insistência, a adoção de critérios rigorosos na escolha e contratação dos candidatos ao magistério rural dos quais depende, em última análise, a eficiência educativa da Escola.

C — A ESCOLA RURAL E O MEIO

1 — Não é realidade, na maioria de nossas escolas, o princípio necessário de entrosamento que deveria existir entre aquelas e o meio a que servem.

MEDIDAS ALVITRADAS PARA UM EFETIVO ENTROSAMENTO:

a) transformação das escolas isoladas em escolas reunidas;
b) contratação de operários rurais convenientemente preparados;
c) assistência técnica **contínua e metódica** às escolas;
d) maior assistência social ao professor rural;
e) seleção prévia, em cada município, dos melhores elementos destinados ao magistério rural;
f) confiar aos Delegados a tarefa de seleção, evitando-se, assim, o contrato de elementos socialmente desajustados;
g) promover o treinamento contínuo do professor rural através de cursos intensivos;
h) dotar as escolas rurais do equipamento agrícola e didático, de que necessitam para atingir as finalidades a que se destinam.

D — A ESCOLA RURAL E A REFORMA

1 — O problema do êxodo rural é significativo, especialmente na região colonial e campanha, onde o número de alunos que chegam ao 5.º ano não atinge a 10%, sendo que a evasão é mais acentuada a partir do 3.º ano.
Foi constatado em algumas Regiões Escolares que, na zona colonial, é apreciável o número de crianças que abandonam a escola, após haverem feito a 1.ª comunhão.
Para verificação objetiva do fenômeno da evasão escolar, recomenda-se que cada Delegacia de Ensino realize levantamentos estatísticos, abrangendo, se possível, tôdas as escolas primárias.

2 — Foi sentida a necessidade da extensão da reforma às Escolas Rurais, recomendando-se, todavia, que a mesma seja divulgada na medida das possibilidades e necessidades de cada escola.

ESTABELECIMENTO DE UM ANO ESCOLAR DIVERSO

3 — Do exame desta proposição e da apreciação de algumas experiências realizadas no ensino primário de alguns municípios, chegou-se à conclusão de que a adoção de um ano escolar diverso viria criar sérias dificuldades à administração do ensino.

E — RELAÇÕES HUMANAS

Tendo em vista a importancia que se reveste para a educação a prática constante da compreensão inter-pessoal, visando-se criar, entre a Escola e a Família, entre as autoridades educacionais, o Poder Público e a Comunidade, condições mais propícias ao entendimento harmonioso e bem sucedido, os Srs. Delegados recomendam que se promovam cursos de relações humanas através das Missões Pedagógicas que se venham a realizar nas Delegacias de Ensino.

F — ESTRUTURAÇÃO DINÂMICA DAS DELEGACIAS DE ENSINO

Se a eficiência de um órgão administrativo e técnico do ensino depende diretamente do elemento humano que o executa, nem por isto pode o mesmo prescindir do planejamento racional e objetivo de suas atividades.

Por esta razão, os Delegados de Ensino julgam oportuno, aplaudem e recomendam o planejamento geral, administrativo e técnico, proposto pelo CPOE, para estruturação dinâmica das Delegacias, por considerá-lo um trabalho inédito no gênero, pelo que encerra de esfôrço criador.

COORDENADORA DOS TRABALHOS: CLOÉ REIS DE AZAMBUJA — Delegada Regional de Ensino da 3.ª Região Escolar — Estrêla.

RELATOR: IVONE MARTINI — Delegado Regional de Ensino da 17.ª Região Escolar — Santa Rosa

---

COMUNICADOS

Pôrto Alegre, 25 de fevereiro de 1959

Senhor Diretor

Recomendamos a V. Sa., tendo em vista a necesidade de atualizar a organização administrativa de nossas escolas, adoção das diretrizes constantes do presente comunicado.

Saudações cordiais

Sarah Azambuja Rolla
Diretora do C.P.O.E.

COMUNICADO N.º 1

Com a finalidade de dar à organização interna de nossas escolas uma orientação mais funcional, atentando para a complexidade da vida moderna que nos solicita um desempenho eficaz e rápido nas múltiplas funções da vida escolar, apresentamos algumas sugestões às Direções de escolas, para que as mesmas sejam aproveitadas não como fórmulas rígidas e imutáveis, mas como fontes de informação em que as mesmas se poderão fundamentar para elaboração do material de organização interna, atendendo às condições de vida das respectivas escolas

MATRÍCULA

No início do ano letivo o primeiro problema com que se defronta a Direção é o da matrícula. Entre nós o problema vem sendo resolvido de forma um tanto empírica, nem sempre oferecendo aquelas condições de eficácia e brevidade necessárias, quando se encara a mesma como um processo geral, de que depende em grande parte o bom andamento da obra educativa.

O primeiro passo é, sem dúvida, a publicação do Edital de matrícula, em lugares acessíveis do bairro ou cidade, conforme seja a localização da escola, assim como a sua leitura na Igreja ou publicação na imprensa falada e escrita, quando fôr possível.

Êste Edital, que é numerado, deve trazer a data, local e horário em que se efetuará a matrícula, os documentos necessários para o ato, (certidão de idade, boletim de classificação do ano anterior, atestado de condição econômica, no caso de ser pleiteado o auxílio da Caixa Escolar, a indicação da pessoa responsável que deva acompanhar o candidato, a fim de que os dados relativos à identificação do aluno sejam inteiramente preenchidos na ocasião). Reg. Inter. Cap. III, art. 12 § 2.º e art. 20, alíneas a, b, e seg.

Qualquer alteração eventualmente adotada no critério de matrícula deve ser esclarecida no referido edital, para que se evite molestar os srs. pais com idas repetidas à escola ou gastos desnecessários de transporte.

A matrícula, inicialmente, será feita numa FICHA DE REFERÊNCIA, abolindo-se, de uma vez para sempre, o uso de fôlhas de papel almaço para rascunhar a matrícula. (Ficha modêlo 1)

Esta ficha inicial apresentará os seguintes dados:

Nome do aluno .....
N.º da matrícula ..... Data da matrícula .....

Tipo de matrícula { nova ..... / confirmada ..... / transferiu ..... / ex... admis... .....

Data do nascimento ..... Sexo ..... Côr .....
Naturalidade .....
(Localidade) (Estado)
Uniforme..... Caixa Escolar .....
Residência ..... Fone .....
Trabalha? ..... Horário .....
Natureza do trabalho .....
Religião .....
Classe a que se destina .....
Assinatura do Pai ou responsável .....
Observações — .....

No verso desta ficha devem ser registrados os dados relativos aos pais do aluno, tais como:

PAI	MÃE
Nome	Nome .....
Nacionalidade	Nacionalidade .....
Profissão	Profissão .....
Grau de instrução	Grau de instrução .....
Religião	Religião .....
Situação econômica	Situação econômica .....

N.º de irmãos — ..... mais velhos ..... mais moços .....

Esta ficha é renovada, anualmente, no ato da matrícula, mesmo no caso de alunos pertencentes à escola.

A Direção da escola poderá preparar uma equipe de professôres para auxiliar na efetuação da matrícula, instruindo-a sôbre a coleta de dados para o preenchimento da ficha de referência. Poderia ser feita a distribuição da matrícula, por grupos de alunos, de acôrdo com a escolaridade, como por ex.:

Professorá A — Matrículas novas
Professôra B — Alunos com um ano de escolaridade
Professôra C — Alunos com dois anos de escolaridade e assim sucessivamente. Isto tornaria o processo mais rápido e racional e com possibilidade de conclusão em 3 dias no máximo.

Registrada a matrícula nas fichas de referência, a 2.ª parte do processo poderá ser feita no 2.º ou 3.º mês do ano escolar e consistirá em registrar os dados colhidos na matrícula inicial, em caráter permanente, nas FICHAS CUMULATIVAS DE MATRÍCULA, cujo modêlo é anexado ao presente (Ficha modêlo 2).

Quando a condição econômica do aluno permitir, deverá o mesmo, no ato da matrícula, trazer uma foto 3 x 4, para fins de identificação na mesma ficha.

A Ficha Cumulativa de Matrícula visa substituir os Livros de Matrícula, que nos modernos sistemas escolares têm sido abolidos por serem pouco funcionais e obsoletos, trazendo, não poucas vêzes, o inconveniente do registro por número e ordem alfabética que nem sempre pode ser inteiramente observado.

Estas fichas são do exclusivo uso da Direção da escola e não podem ser retiradas da Secretaria, sob hipótese alguma. Devem ser ligadas, umas às outras por um ilhó de metal e prêso por um cordão à haste metálica do fichário de aço, no caso da escola possui-lo, ou em pasta registrador A-Z, para as escolas menos favorecidas.

A ficha cumulativa de matrícula acompanha o aluno do 1.º ao último ano de escolaridade, conservando, por isso, o mesmo número de matrícula inicial.

FREQÜÊNCIA

Enquanto as classes não ficam definitivamente organizadas, a freqüência poderá ser feita em fôlhas de papel almaço (nome do aluno e dias do mês), transcrevendo-se depois no respectivo livro de freqüência.

CAIXA ESCOLAR

Outro aspecto da administração de escola que merece especial cuidado é o que se refere à Caixa Escolar.

A Direção da escola necessita informar-se, com fundamento seguro sôbre a situação econômica da família do aluno, para ajuizar da possibilidade ou não de sua contribuição total, parcial ou nenhuma para a Instituição.

Para isso, poderia a Direção não sòmente se ater às informações prestadas pela família, mas utilizar os serviços de uma assistente social, caso a escola possua esta colaboração ou então organizar com os professôres uma equipe de visitadores que poderia, melhormente, trazer ao conhecimento da Direção a situação real da vida familiar do aluno.

E' indispensável que a Caixa Escolar possua uma Ficha de Assistência, na qual a professôra da classe registra todo o auxílio prestado ao aluno. Um exemplo muito simples, passível de ser ampliado, atendendo às diferentes condições de vida de cada escola, é o que apresentamos a seguir, a título de sugestão:

FICHA DE ASSISTÊNCIA DA CAIXA ESCOLAR (Modêlo 3)
(Esta ficha também pode ser utilizada no verso).

Grupo Escolar

Nome do aluno

Residência Fone

Situação econômica

Classe que freqüenta

Nome da professôra

Data	Material Esc.	Merenda	Vestuário	Ass. Méd.-Dent.	Outras

Estas fichas, no fim de cada mês, são recolhidas pela Direção que fará o cômputo geral do auxílio prestado pela Caixa Escolar, para fins de estatística e registro no relatório da Instituição e da Direção da escola.

UNIFORME

Por ocasião da matrícula, a Direção já deverá ter providenciado na afixação, em lugar bem visível da escola ou no quadro de avisos, de um Edital em que são esclarecidos os srs. pais sôbre os requisitos a atender com referência ao uniforme do aluno. Neste edital poder-se-á indicar o prazo máximo de tolerância do aluno sem uniforme, assim como para maior facilidade, transcrever em desenho claro e minucioso o modêlo do uniforme a ser adotado, tipo de fazenda, côr, padronização de medidas, etc.

Outra sugestão seria, quando houvesse possibilidade, a distribuição, por ocasião da matrícula, de uma fôlha mimeografada com o modêlo do uniforme e as diretrizes a seguir para sua confecção e uso

Concluído o processo de matrícula e as atividades de reajustamento, aplicação de testes, provas diagnóstico, etc., dos alunos, tem a Direreção o problema da distribuição de classes entre o corpo docente.

Há diferentes critérios que podem ser observados nesta distribuição, como por ex.: 1. sorteio; 2. rodízio; 3. escolha pelo professor; 4. indicação pela diretora, atendendo as reais qualidades do professor.

Os dois últimos critérios, pedagógica e psicològicamente, são mais aconselháveis, porque atendem às tendências vocacionais do professor e ao melhor desenvolvimento do ensino.

O critério de sorteio e rodízio nos modernos sistemas escolares foi relegado a 2.º plano, por não se coadunar com o verdadeiro espírito de **participação compreensiva** que deve caracterizar todo professor de personalidade adulta.

Nas classes de recuperação, dentro da orientação psicológica da reforma do ensino primário, aconselha-se que a professôra acompanhe os alunos em 2 ou 3 anos de escolaridade, até que se faça o seu melhor ajustamento às classes regulares.

ORGANIZAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO ESCOLAR

As escolas que iniciam, no corrente ano, o seu funcionamento precisam, desde logo, atender ao registro completo da escrituração escolar, a fim de que determinados acontecimentos ligados à vida do estabelecimento não sejam esquecidos.

São livros indispensáveis:

1. Livro de Ponto dos professôres
2. " de Ponto do pessoal administrativo
3. " de Atas e Comemorações
4. " de Reuniões de Professôres
5. " de Têrmos de Posse e Desligamento de Professôres
6. " de Contrôle da Matrícula e Freqüência, para fins de estatística.
7. " de Freqüência
8. " de Têrmo de Visita de Autoridades Educacionais.

Todos êstes livros devem ser numerados e rubricados pela Diretora, da 1.ª à última fôlha, fazendo-se, na mesma oportunidade, em cada um dêles, o têrmo de abertura e encerramento na 1.ª e última fôlha, respectivamente.

Nos livros, deve-se guardar margem, esquerda e direita, e a observância do ponto parágrafo é requisito indispensável nos princípios éticos da escrituração escolar.

Outro ponto que deve merecer cuidado, ao se iniciar, o funcionamento de uma escola, é a organização do **arquivo ativo.**

Tôda correspondência, material, notas de despesa, informações, fonogramas, boletins, etc., tudo enfim que diga respeito ao "histórico" da vida escolar deve ser selecionada, separando-se por **assunto e qualidade** em pastas de papel almaço ou cartolina (provisòriamente), até que a escola disponha de registradores ou pastas-arquivo adequados.

A orientação minuciosa sôbre a organização do arquivo ativo e passivo será dada em comunicação específica, oportunamente.

Lembramos, finalmente, que todo trabalho relativo à administração de uma escola não pode ser feito improvisadamente. A obra de formação de nossas crianças exige o esfôrço conjugado do Diretor e professôres da escola. Êste **esfôrço** deve produzir igual ou superior **rendimento.** Para isso é imprescindível que, desde o início, esboce o Diretor as linhas gerais do seu Planejamento de Direção numa **previsão cuidadosa** de tudo quanto deseja realizar durante sua atuaçao, para que haja coerência entre os meios empregados e os fins que te-

nha em mente alcançar, e, primordialmente, haja no desenvolvimento de seu trabalho a **unidade de propósitos** que é essencial para o sucesso da obra educativa.

Sobre êste assunto, os srs. Diretores encontrarão orientação específica num dos próximos números da Revista do Ensino e num comunicado dêste Centro a ser expedido brevemente.

Ao traçar-se o planejamento de atividades do ano escolar é muito interessante que a Direção e professôres, numa reunião especial, escolham os livros-texto mais adequados às diferentes classes, adotando um critério que se ajuste aos objetivos educacionais que a escola pretenda desenvolver no ano letivo.

Nota: Oportunamente o Serviço de Material possuirá as fichas sugeridas neste Comunicado. As Direções, entretanto, poderão providenciar sua impressão, quando possível, até que o referido Serviço disponha das mesmas em estoque, para distribuição.

Tamanho desta ficha deve ser 22 x 16 cm

FICHA DE REFERÊNCIA PARA MATRÍCULA (Modêlo 1)

N O M E .....

DATA DA MATRÍCULA ..... N.º da matrícula .....

DATA DO NASCIMENTO ..... Sexo ..... Côr .....

TIPO DE MATRÍCULA (Tempo de escolaridade)
nova .....
confirmada .....
transferência .....
ex-admissão .....

NATURALIDADE ..... (Localidade) (Estado)

UNIFORME ..... CAIXA ESCOLAR .....

RELIGIÃO .....

TRABALHA? ..... HORÁRIO .....

NATUREZA DO TRABALHO .....

CLASSE A QUE SE DESTINA .....

RESIDÊNCIA ..... FONE .....

ASSINATURA DO PAI OU RESPONSÁVEL .....

OBSERVAÇÕES .....
APRESENTOU CERTIDÃO? .....

No verso da ficha:

PAI

NOME .....

NACIONALIDADE .....

PROFISSÃO .....

GRAU DE INSTRUÇÃO .....

RELIGIÃO .....

SITUAÇÃO ECONÔMICA .....

ESTÁ EMPREGADO? .....

MÃE

NOME .....

NACIONALIDADE .....

PROFISSÃO .....

GRAU DE INSTRUÇÃO .....

RELIGIÃO .....

SITUAÇÃO ECONÔMICA .....

ESTÁ EMPREGADA? .....

N.º de irmãos ..... mais velhos ..... mais moços .....

OUTRAS OBSERVAÇÕES .....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

FICHA CUMULATIVA DE MATRÍCULA (Modêlo 2)

Foto 3 x 4

GRUPO ESCOLAR .....

LOCALIDADE ..... MUNICÍPIO ..... ESTADO .....

NOME .....

SEXO ..... CÔR ..... DATA DO NASCIMENTO .....

NACIONALIDADE ..... ESTADO ONDE NASCEU .....

CIDADE ..... APRESENTOU CERTIDÃO? .....

RELIGIÃO .....

OBSERVAÇÕES .....

Data da Matrícula	N.º de Matrícula	Ano de escolaridade	Tipo de matric.: nova conf. transf.	Nível de Maturidade	Q. I. Classificação	Residência Fone	Assisatura da Diretora

(O ilhó de metal)

O tamanho desta ficha deve ser 42 x 22 cm

FICHA CUMULATIVA DE MATRÍCULA (Parte que deve ser registrada no verso da ficha)

(Modêlo 2)

Pai ou responsável	Mãe ou responsável
Nome	Nome .....
Nacionalidade	Nacionalidade .....
Profissão	Profissão .....
Está empregado?	Está empregada? .....
Religião	Religião .....
Grau de instrução: analfabeto	Grau de instrução: analfabeta .....
primária	primária .....
secundária	secundária .....
superior	superior .....
Situação econômica:	Situação econômica: .....

N.º de irmãos ..... mais velhos ..... mais moços .....
Trabalha? ..... Horário .....
Natureza do trabalho .....
Mensalidade da Caixa Escolar ..... Faz uniforme? .....
Retirado da matrícula ..... Data .....
Motivo .....
Conclusão de curso ..... Data .....
Classificação .....

Observações: .....
.....
.....

(O ilhó de metal)

O tamanho desta ficha deve ser 32 x 22 cm

Pôrto Alegre, 2 de março de 1959

Sr. Diretor

O Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais da Secretaria de Educação e Cultura, visando proporcionar aos educadores riograndenses uma desejada integração no espírito da experiência que ora se realiza para Reforma do Ensino Primário no Rio Grande do Sul, encaminha a V. Sª. o presente Comunicado sôbre as "Classes de Recuperação", constantes dêsse novo plano de estudos.

Outrossim, encarece a V. Sª. a necessidade de sua divulgação e estudo entre os professôres.

Cordiais saudações

Sarah Azambuja Rolla
Diretora do C.P.O.E.

COMUNICADO N.º 2

DAS CLASSES DE RECUPERAÇÃO

I. Definição. Objetivos.

A. Definição

São consideradas classes de recuperação as contituídas de alunos que, com idade superior à série que normalmente lhes corresponderia, não possuem escolaridade ou aproveitamento condizentes com as mesmas, embora considerados dentro do nível de normalidade psíquica.

B. Objetivos

A constituição das classes de recuperação, na escola primária, tem os seguintes objetivos:

1. Gerais

a) Propiciar aos alunos, conhecida a causa de seu desajustamento, sempre que possível, sua recuperação, com vistas:

1) a uma adequada estruturação de sua personalidade em face dos fins últimos da educação (A formação integral da pessoa humana);
2) a resolução de problemas pessoais do aluno cujas causas repousem na situação escolar que lhe era oferecida até então.

b) Encaminhar, após a observação e estudo convenientes, os alunos cujo rítmo do desenvolvimento fugir aos limites da normalidade, a entidades especializadas, para o devido tratamento (Serviço de Educação Especial da S.E.C.).

2. Particulares

a) Oferecer ao professor desas classes condições de trabalho mais adequado, mediante:
1) a constituição de grupos menos numerosos de alunos (20 a 25);
2) o provimento da classe de material didático conveniente;
3) a assistência técnica regular.

b) Propiciar aos alunos condições ambientais e de assistência, condizentes com suas reais necessidades;

c) Pugnar para que as escolas ofereçam aos alunos condições propícias à aquisição de bons hábitos e métodos adequados de estudo, enriquecendo-as com ambientes bem equipados, sugestivos e apropriados (bibliotecas, museus didáticos, etc.).

d) Desenvolver programas diferenciados e mais ajustados às características psicológicas dos alunos e às exigências da vida.

e) Aplicar formas de verificação que visem o diagnóstico das reais carências do aluno, com vistas ao atendimento específico de cada caso.

II. Atuação do professor de classe de recuperação

Ao professor de classe de recuperação caberá:

A. Verificar, com a cooperação do Diretor, as causas reais que determinaram o desajustamento do aluno (ingresso tardio na escola, deficiência física, ritmo lento de aprendizagem, retardamento mental, condições sócio-economicas, etc.).

B. Planejar o trabalho, levando em conta o diagnóstico da classe.

C. Selecionar processos de ensino condizentes com a idade, os interêsses, o grau de maturidade e as necessidades dos alunos, tendo em vista a sua recuperação.

D. Prover para a aquisição e confecção de material didático necessário ao bom andamento do trabalho.

E. Proceder, periòdicamente, a verificação dos resultados do trabalhos, com vistas à atenção das dificuldades surgidas.

F. Efetuar, nos casos mais difíceis, estudos mais aprofundados, com a finalidade de encaminhamento dos alunos a entidades competentes.

G. Registrar, regularmente, os resultados de seu trabalho como contribuição à experiência que se está realizando, enviando-os nos prazos convencionais ao Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais.

H. Sugerir ao C.P.O.E., com base na sua observação pessoal, as modificações do planejamento que julgar oportunas.

I. Participar, sempre que convocado, de cursos, mesas redondas, seminários, etc., que fôrem realizados para os professôres dessas classes.

III. Sugestões para o desenvolvimento do trabalho nas classes de recuperação.

A organização das classes de recuperação tem como propósito principal a realização do aluno como pessoa.

Considerando-se que um aspecto fundamental para a atualização da potencialidade do educando é a leitura e tratando-se, nessas classes, de atender alunos que, por motivos vários, não se encontram no grau de atualização conveniente, óbvio será afirmar que uma das preocupações primordiais dos professores dêsse tipo de alunos deverá ser oferecer-lhes êsse tratamento.

Daí a preocupação com as técnicas a serem utilizadas para consecução dêsse fim, isto é, o ensino da leitura.

De outra parte, indispensável é, também, que se considerem métodos pedagógicos acordes com o interêsse dos alunos, suas preocupações imediatas, experiências prévias, aptidões especiais, assim como suas deficiências.

Em face disso, não poderá um professor de classe especial de analfabetos que apresentem idade cronológica correspondente a 9, 10, 11, 12 ou mais anos, iniciá-los na leitura usando cartilhas ou material de ensino destinado a crianças de 6 a 9 m, 7 e até 8 anos de idade.

Considerando a carência, em nosso meio, de material de alfabetização adequado ao nível de classes constituídas de alunos que, pela ida-

de cronológica que apresentam, serão de recuperação, far-se-á necessário adotar nessas classes processos de ensino em que o material de leitura seja preparado pelos alunos, sob a orientação do professor, respeitadas, no caso, as exigências técnicas ligadas ao caráter científico do trabalho. Para tanto ,far-se-á necessário, a par de seguro domínio, por parte do professor, dêsse tipo de trabalho, uma assistência técnica constante.

As experiências que servissem de base para a organização das unidades previstas para Conhecimentos Gerais seriam aproveitadas também para a preparação do referido material de alfabetização.

Esse processo de ensino previsto conseguirá a integração ou globalização do conhecimento do aluno.

Considerando os casos em que a Matemática, disciplina que por sua natureza, necessita uma graduação, não puder ser convenientemente atendida no desenvolvimento das unidades gerais, unidades paralelas ou pequenos projetos poderão ser desenvolvidos.

Êsse sistema de trabalho propiciará a aquisição simultânea dos meios de expressão (linguagem oral, escrita, desenho), de experiências científicas, vivência dos fatos e conhecimentos, de recursos sociais, ao mesmo tempo que favorecerá oportunidades para expressão e auto-afirmação do aluno.

Vencida a fase de alfabetização, sem quebra de continuidade, poder-se-á prosseguir com a mesma técnica de trabalho.

O essencial para o êxito dêsse sistema será o provimento da classe de material abundante e cuidadosamente selecionado, que deverá ser hàbilmente utilizado pelos alunos, orientado pelo professor o qual procurará utilizar processos de ensino que levem os mesmos a estudar com bom método, com seriedade, com esfôrço e com dedicação.

As formas socializadas de trabalho, a par de desenvolverem nos alunos o espírito de equipe e o senso de respeito à personalidade alheia, contribuirão para os ir libertando da atitude "passiva" de apenas escutar o mestre que explana, levando-os a uma progressiva independência nas atividades de pesquisa, observações e estudo em geral.

Estas formas de trabalho oportunizarão, paralelamente à aquisição, pelos alunos, de hábitos de estudo valiosos e indispensáveis à completação de sua formação cultural posterior, um melhor atendimento por parte do professor àqueles que necessitarem de uma assistência específica.

Será preciso que o sistema proposto não exclua as oportunidades de prática indispensáveis para que se processe a integração da aprendizagem que se refletirá nos modos de pensar, de sentir, de agir do educando.

IV — Dos programas para o plano de Reforma do Ensino Primário

O Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais expedirá um programa mínimo, a ser desenvolvido, em caráter experimental, nas classes constituídas dentro do plano da Reforma (regulares e de recuperação).

Tomaram-se por fundamento na sua elaboração os conteúdos de Linguagem, Matemática e Conhecimentos Gerais apresentados nos programas vigentes, exceção feita do programa de Gramática que obedecerá ao critério funcional.

Os programas de Arte e Educação Física deverão também sofrer as necessárias adaptações, orientadas pelas Superintendências competentes.

V — Da avaliação do trabalho nas classes de recuperação

Avaliar, no seu sentido verdadeiro, consiste no estudo e interpretação das mudanças efetuadas no comportamento global do aluno, face aos objetivos a serem atingidos pela ação educativa.

Nesse sentido é processo imprescindível à escola.

Desde logo pode-se inferir que muitos são os aspectos do processo de avaliação, sendo um dêles, necessàriamente, o que se refere aos resultados da aprendizagem (Linguagem, Matemática, Conhecimentos Gerais).

Terá o processo de avaliação, nesse campo, em tôdas as classes constituídas dentro do plano da Reforma do ensino primário, os seguintes objetivos:

A — Conhecer o ritmo de desenvolvimento do aluno, relativamente aos aspectos constantes do programa.

B — Estimular o educando em seu trabalho, pelo conhecimento do que foi capaz de realizar em determinado conteúdo programático e num determinado tempo.

C — Informar os pais sôbre o aproveitamento de seus filhos no sentido de conseguir sua cooperação no trabalho de recuperação da escola.

D — Corrigir aspectos da técnica empregada pelo professor no tratamento de determinado ponto do programa.

E — Favorecer a continuidade do trabalho, baseado no conhecimento exato do que já tenha sido dominado pelo aluno.

Não tem, como se pode observar, a verificação da aprendizagem na presente Reforma, a finalidade de reprovar o aluno, ponderadas que foram as conseqüências negativas dessa prática, principalmente do ponto de vista psicopedagógico, para não considerarmos as de natureza administrativa.

Não exclui, outrossim, êsse novo sistema a obrigação do professor propiciar o domínio, pela classe, dos mínimos correspondentes a cada grau de escolaridade, respeitado, é óbvio, o ritmo de aprendizagem dos alunos.

Bem assim, cabe ao professor da classe de recuperação proporcionar ao aluno tratamento que lhe permita avançar dentro do limite de um ano letivo no programa de trabalho, com a finalidade de ajustar êsse aluno à classe regular, isto é, relativa à sua idade cronológica.

O Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais proverá, de imediato para a orientação e, posteriormente, para a organização de provas que permitam ao professor realizar o que se propõe neste capítulo.

Pôrto Alegre, 19 de março de 1959

Sr. Diretor

Encaminhando o presente Comunicado, sôbre a organização das provas, para as classes especiais, solicitamos de V. Sª. a estrita observância das diretrizes constantes do mesmo. Encarecemos a necessidade de ser remetido a êste Centro, após a conclusão dos trabalhos, um exemplar de cada prova acompanhado dos respectivos resultados, como colaboração dos dedicados professôres ao trabalho da Secção de Provas dêste órgão Técnico.

Cordiais saudações

Sarah Azambuja Rolla
Diretora do C.P.O.E.

Comunicado n.º 4

INSTRUÇÕES PARA A ELABORAÇÃO DA PROVA DIAGNÓSTICO

I FINALIDADE
II SUGESTÕES PARA A ELABORAÇÃO

I FINALIDADE

A prova diagnóstico é uma forma de verificação da aprendizagem que visa indicar ao professor as reais carências do aluno.

Conhecendo essas deficiências, o professor poderá organizar seu plano de trabalho, procurando atender, especialmente, cada caso.

A prova diagnóstico tem como finalidade avaliar o desenvolvimento dos alunos, para atender suas dificuldades, visando evitar dois grandes problemas que são: **a evasão e a repetência.**

Especificamente, estas provas são destinadas a:

1) conhecer o ritmo de desenvolvimento do aluno, relativamente aos aspectos constantes do programa;

2) estimular o educando em seu trabalho, pelo conhecimento do que foi capaz de realizar em determinado conteúdo programático e num determinado tempo;

3) corrigir aspectos da técnica empregada pelo professor no tratamento de determinado ponto do programa;

4) favorecer a continuidade do trabalho, baseado no conhecimento exato do que já tenha sido dominado pelo educando;

5) preparar um registro permanente de cada aluno sôbre o seu desenvolvimento ou qualquer dos aspectos do trabalho escolar;

6) preparar informações objetivas para serem usadas em conferências com os pais, no sentido de conseguir seu auxílio no trabalho de recuperação do aluno;

7) favorecer a classificação das turmas, de acôrdo com as normas estabelecidas no comunicado n.º 5 de 1958.

II SUGESTÕES PARA A ELABORAÇÃO DA PROVA DIAGNÓSTICO

Na prova diagnóstico deve ser abordado o seguinte:

A — LINGUAGEM

1) Prova de leitura na qual sejam consideradas, gradativamente, tôdas as dificuldades peculiares a êsse aspecto da linguagem, compatíveis com as possibilidades dos alunos.

2) Uma prova graduada na qual sejam apresentadas as dificuldades de ortografia.

3) Uma prova de composição na qual sejam medidas a lógica do pensamento e as dificuldades gramaticais.

A prova deverá ser elaborada em etapas, para maior facilidade de julgamento.

A 1.ª etapa incluirá os conhecimentos correspondentes ao 1.º ano de escolaridade; a 2.ª incluirá os conhecimentos correspondentes ao 2.º ano e a 3.ª, ao 3.º ano de escolaridade e assim sucessivamente.

Poder-se-á permitir que os alunos de uma classe participem das etapas superiores (desde que o professor julgue conveniente) a fim de que se possa avaliar melhor o grau de interpretação do rendimento escolar de cada aluno.

1.ª ETAPA

A 1.ª etapa compreende 4 partes:

I Parte

a) As primeiras 8 a 10 linhas devem ter, uma, 5 palavras que comecem por sons diferentes.

Exemplo: papel — fruta — chuva — tigre — fogão

E' preciso que os alunos conheçam o som inicial de cada palavra para que possam dar a resposta certa.

(O professor lê as cinco palavras em voz clara e pausada e ordena aos alunos que passem uma linha em volta de uma palavra, por exemplo, "tigre" (ou qualquer uma das outras, evitando que os mesmos automatizem os modelos). As crianças deverão executar, exatamente, a ordem pedida pelo professor. Se a ordem fôr "passar um risco em volta da palavra", sòmente essa ordem deve ser executada e aceita como certa).

b) Neste ítem, poderão aparecer 8 a 10 linhas, com 5 palavras cada uma e que comecem com a mesma consoante.

Exemplo: jardim — jóia — jeito — juba — jôgo

Êste é um estágio mais adiantado. Os alunos deverão reconhecer a palavra na sua totalidade para responder certo.

(A ordem será a mesma do exercício anterior).

c) Finalmente, deverão ser incluídos 6 a 8 grupos de palavras que serão reconhecidas, não só pela grafia, mas pelo seu uso ou significado.

Exemplo: laranja — água — comida — doce — pato

(Nesse exercício o professor lê as 5 palavras com voz clara e pausada e ordena aos alunos que passem uma linha em volta da palavra que é o nome de uma "ave").

II Parte

Interpretação da leitura

Constará esta parte de 4 a 5 questões em que os alunos deverão ler e executar a odem sem a interferência do professor.

Exemplo:

Mário é um menino.

O menino tem a bola na mão.

Risca, no desenho, o brinquedo de Mário.

(Os alunos deverão cumprir, exatamente, a ordem pedida pelo professor, não sendo aceitos quaisquer outros sinais).

III Parte

A 3.ª parte compreende 3 ítens. As questões, 4 a 5 para cada ítem, serão resolvidas mediante interpretação ou execução de ordens.

1.º — Completar palavras.

Exemplo: Completa a palavra de acôrdo com os desenhos:

.....va etc. .....

2.º — Separação de sílabas.

Exemplo:

estante .....

etc. .....

3.º — Autoditado:

Exemplo: Dá nome aos desenhos.

..... etc. .....

IV Parte

A 4.ª parte constará de uma composição em face de uma gravura simples e sugestiva cuja interpretação esteja de acôrdo com a experiência do aluno.

Ao apresentar a gravura, o professor mandará os alunos citarem o nome de tudo que estão vendo na mesma e, finalmente, escreverem uma frase clara e bonita de acôrdo com o que a gravura sugere.

NOTA: Todo exercício diferente deverá ser precedido de módêlo que o professor fará no quadro negro a fim de verificar se a ordem foi compreendida.

JULGAMENTO

Cada questão (ou resposta certa) valerá um ponto.
Será considerado suficiente (classificado na série seguinte), o aluno que obtiver em cada uma das partes a metade dos pontos mais um.

Exemplo:

I Parte

a) 8 a 10 linhas ..... 5 ou 6 pontos
z) 8 a 10 linhas ..... 5 ou 6 pontos
c) 6 a 8 linhas ..... 4 ou 5 pontos

II e III Partes — adotar o mesmo critério.

IV Parte — Composição

Cada palavra com grafia certa e constante da gravura correspondente — 1 ponto.

Frase certa (sentido e grafia) — 2 pontos
Frase certa (com êrro de grafia) — 1 ponto
Máximo de pontos em cada composição — 10 pontos
(palavras 8; frase 2)

Leitura oral

A prova de Leitura oral constará da leitura individual dos alunos de trechos prèviamente escolhidos e adequados ao seu desenvolvimento (série escolar, no plano antigo). O professor observará se o examinando atingiu os hábitos de leitura convenientes, adotando, para o julgamento o mesmo critério considerado relativamente à leitura silenciosa (metade mais um para o acesso à classificação imediata).

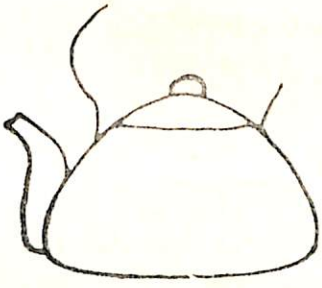
2.ª ETAPA

A 2.ª etapa se constitui de 5 partes, compreendendo exercícios de diferentes tipos, interpretação de leitura, ditado e composição.

1.ª Parte

a) O professor deverá elaborar 4 a 6 exercícios, com desenhos incompletos, onde as ordens serão dadas verbalmente.

Exemplo:



(Ordem verbal)

Completa o desenho da chaleira.

(Os desenhos devem ser simples, abrangendo objetos e animais do conhecimento do aluno e as ordens devem ser variadas).

b) O professor deverá apresentar desenhos semelhantes para cada exercício, 2 a 4, onde as ordens escritas devem ser interpretadas e executadas pelos alunos.

Exemplo:

(Ordem escrita)

Marca, com uma cruz, os sapatos.

2.ª Parte

Interpretação de leitura, com frases simples, de assuntos do conhecimento das crianças.

Hoje é o aniversário de Laura. Francisco, seu irmãozinho, colheu as flôres.

Mamãe enfeitou a mesa com as flôres do jardim.

Completa:

Francisco é irmão de
( ) Maria.
( ) Mamãe.
( ) Laura
( ) João.
( ) Luíza.

Completa esta frase:
Mamãe enfeitou a mesa com .....

(O número de exercícios, para interpretação de leitura, pode variar de 2 a 4).

3.ª Parte

Na 3.ª parte estão incluídos todos os exercícios de gramática, sobre gênero, número, qualidade, ação, separação de sílabas e acentuação tônica, relativos ao programa dessa etapa.

Cada ítem desta parte deverá constar de 4 a 6 questões.

1.º exemplo:

Completa a frase da direita de modo certo:

José é um bom aluno. Maria é uma boa .....

2.º exemplo:

Eu comprei um livro. A professôra comprou muitos .....

3.º exemplo:

Risca a palavra que indica qualidade:

O gatinho branco gosta de leite.

4.º exemplo:

Escreve sôbre os pontos a palavra que indica ação.

João brinca com a bola. .....

5.º exemplo:

Separa as sílabas das seguintes palavras:

ninho — .....
disparar — .....
pêssego — .....

6.º exemplo:

Risca a palavra que tem o acento tônico na última sílaba:

menino — chácara — casa — sofá — porta

4.ª Parte

Ditado de frases simples com lacunas (8 a 10 palavras).

O menino ficou muito ..... (satisfeito) com o presente.
etc. .....

5.ª Parte

Composição escrita, muito simples, de recados, convites, avisos, etc.

A correção da composição far-se-á mediante a tabela de julgamento do 2.º ano.

JULGAMENTO

Serão considerados suficientes os alunos que alcançarem, em cada uma das partes, a metade dos pontos mais um.

3.ª ETAPA

A 3.ª etapa abrange 4 partes, cada uma com diversos exercícios.

I Parte

Interpretação de leitura

a) Os exercícios devem ser organizados com frases incompletas, seguidas de expressões de múltipla escolha, sendo uma que completa a frase com exatidão.

1.º exemplo:

A primavera, a mais bela estação do ano, começa em

( ) julho.
( ) setembro.
( ) agôsto.
( ) dezembro.
( ) outubro.

b) Os exercícios dêste item devem ser organizados com trechos de 4 a 6 linhas, de assuntos do conhecimento dos alunos, cuja interpretação deve ser feita com frases para completar, lacunas ou escolha de título.

2.º exemplo:

Isabel era uma menina muito aplicada. Tôdas as tardes sentava-se no jardim, à sombra de uma árvore, a costurar ou a ler no seu livrinho, ouvindo o canto alegre dos pássaros.

Completa:

Isabel era uma menina

( ) estudiosa.
( ) desobediente.
( ) leviana.
( ) aplicada.
( ) bondosa.

Completa a frase de acôrdo com o trecho que lêste:

A menina, tôdas as tardes, sentada no jardim, punha-se .....

Marca a expressão que serve para dar título à história:

( ) O canto dos pássaros
( ) A menina sentada
( ) A aplicação de Isabel
( ) O jardim florido
( ) O livro da menina

II Parte

A 2.ª parte deve abranger exercícios de gênero, número e separação de sílabas, pronomes, verbos (tempos fundamentais), coletivos, categoria gramatical, sinônimos e antônimos muito simples.

III Parte

Ditado de frases simples com lacunas (10 a 12 palavras).

IV Parte

Composição

Narração de fatos, reprodução de histórias ou composição em face de uma gravura.

NOTA: A correção da composição deve ser feita de acôrdo com a tabela de julgamento do 3.º ano.

JULGAMENTO

Serão considerados suficientes os alunos que alcançarem, em cada uma das 4 partes, a metade dos pontos mais um.

4.ª ETAPA

Realizarão a 4.ª etapa os alunos que tiverem dominado as dificuldades da etapa anterior.

Esta etapa constará de trechos para interpretação de leitura, exercícios que envolvam conhecimentos gramaticais sôbre gênero, número, acentuação tônica, adjetivos, pronomes, verbos, categoria gramatical, sinônimos, antônimos, ditado e composição.

I — Interpretação de leitura

Os exercícios (de 3 a 4) deverão ser organizados com trechos literários, (ao alcance dos alunos) de 8 a 10 linhas, cuja interpretação será feita com frases para completar, lacunas ou escolha de título.

Exemplo:

Depois de uma noite escura, o céu vai se iluminando vagarosamente. O horizonte se tinge de vermelho, torna-se côr de ouro, em seguida, o sol começa a despontar, vai surgindo, surgindo, até que se ergue.

O alto dos morros e as copas das árvores douram-se de luz.

1. Lê com atenção, êste trecho e marca, com uma cruz, a expressão que lhe serve de título:

( ) A noite escura
( ) O horizonte
( ) As árvores
( ) O amanhecer
( ) O céu

2. Completa a frase de acôrdo com o trecho:

Surge, no nascente, uma orla dourada, em seguida, ...
.....

II — Exercícios gramaticais

Esta parte deverá abranger exercícios variados sôbre:

a) Gênero (uniforme, biforme e desconexo)
b) Número (terminados em s e os que indicam coleção)
c) Acentuação tônica
d) Adjetivos qualificativos e determinativos (grau, forma)
e) Pronome (casos retos e oblíquos)

III — Ditado

O ditado deverá constar de trechos com lacunas de palavras para serem preenchidas pelos alunos (10 a 15 palavras).

IV — Composição

A composição constará de narrações, descrições, resumos de trechos lidos ou interpretação de gravuras.

B — MATEMÁTICA

Para elaborar a prova de Matemática, o professor seguirá critério semelhante ao adotado na prova de Linguagem, fazendo constar dela de forma graduada, um exemplo correspondente a cada um dos itens do programa.

OBSERVAÇÕES:

1. Não há necessidade de que as provas sejam aplicadas em um só dia, devendo o professor realizá-las em vários dias, de modo que possa verificar as reais carências do aluno, sem o fatigar.
2. Todo exercício diferente deverá ser precedido do modêlo que o professor exemplificará no quadro negro.
3. Os exercícios devem apresentar tôdas as dificuldades constantes do programa de cada série.
4. A fim de facilitar o trabalho, o diretor solicitará a cada professor que elabore uma prova de acôrdo com a série que lecionou no ano anterior.

C — ESTUDOS SOCIAIS E NATURAIS

A prova de Estudos Sociais e Naturais será organizada nos moldes das provas de Linguagem e Matemática, dentro das possibilidades dos programas desenvolvidos.

Os resultados dessas provas não deverão, entretanto, influir decisivamente sôbre a classificação dos alunos. Esta deverá obedecer aos resultados obtidos pelas crianças na prova de Linguagem e Matemática.

COMUNICADO N.º 5

Pôrto Alegre, 2 de abril de 1959

ORIENTAÇÃO DE ESTUDOS SOCIAIS
ATUALIZAÇÃO DE CONCEITOS CONTIDOS NO PROGRAMA PRIMÁRIO (II)

"É evidente que a geografia tem evoluído através dos séculos, mas sòmente na segunda metade do século passado firmou-se em sua posição de ciência definida com objetivo e metodologia próprios.

A Geografia deixou de ser aquela catalogação insípida de acidentes geográficos e de dados estatísticos. Foi suplantada, também, aquela fase de simples instrumento de localização de fenômenos geográficos e da descrição artística de paisagens.

A Geografia tem, hoje, todos os foros de ciência: estuda os fatos geográficos, não só localizando-os, mas comparando-os e explicando-os, fazendo-se, assim, a intérprete das paisagens da superfície terrestre.

É, pois, grande a necessidade da Geografia para o homem, uma vez que, explicando-lhe o meio em que vive, ensina-o a agir em face do mesmo.

Embora como ciência tenha aproximadamente um século, a Geografia começou a ser estudada no Brasil, em moldes atualizados, sòmente a partir de 1934, quando pioneiros da Geografia moderna, principalmente mestres franceses, aqui vieram difundir os métodos da nova ciência, demonstrando a sua importância para a vida contemporânea. Foram organizados ,nas Faculdades de Filosofia de S. Paulo e do Distrito Federal, os primeiros cursos de estudos geográficos. Criou-se, também, uma associação cultural: a Associação dos Geógrafos Brasileiros, destinada "a realizar trabalhos de pesquisas, que tornassem melhor conhecido o nosso País, e a difundir as modernas diretrizes da Geografia".

Reconhecendo o Govêrno Federal a grande importância desempenhada pelos estudos geográficos, no desenvolvimento dos países em potencial, criou, em 1937, o Conselho Nacional de Geografia, destinado a coordenar e incentivar os estudos geográficos no Brasil.

Êste Conselho, localizado no Distrito Federal, já se constitui em serviço eficiente, onde técnicos devidamente preparados e treinados, realizam estudos sôbre o Brasil, baseados em pesquisas de campo, oferecendo à administração e ao público uma base sólida para os planejamentos que necessitam empreender.

Excluindo os Estados de Rio de Janeiro e de São Paulo, nos demais Estados do Brasil, assim também no Rio Grande do Sul, tem repercutido, lentamente, o desenvolvimento da Geografia", (Maria Luiza Lessa de Curtis)

Por essa e por outras razões, dispõem os professôres rio-grandenses de poucos recursos bibliográficos, no setor da geografia, que se destinem à divulgação de estudos científicos dedicados às realidades e possibilidades do meio em que vivem. O que há publicado, no assunto, além de não ser muito numeroso, ainda o é em publicações de âmbito muito restrito e tiragem pequena. Isso leva os professôres primários à sibilidade do meio em que vivem. O que há publicado, no assunto, tos que devem ser comunicados aos alunos, em situação do estudo.

Levando em conta essa situação e em face das inúmeras consultas sôbre aspectos do conteúdo da aprendizagem de Estudos Sociais no curso primário, controversos uns, insuficientemente divulgados outros, resolveu êste Centro difundir, através de comunicados, conceitos geográficos bem atuais, para que sirvam de imediato, à orientação de nossas escolas e possa, dessa maneira, garantir unidade de pontos de vista na aprendizagem, em todo o Estado.

Em face dos esclarecimentos contidos nos pareceres anexos e fornecidos por pessoas, entidade ou instituições de reconhecido mérito científico, encarecemos aos nossos professôres a necessidade de serem revisados os conceitos aqui estudados, nos livros didáticos ou em outros que constem de bibliografias mais antigas, desde que colidam com os aqui expedidos.

RELÊVO DO RIO GRANDE DO SUL

NOTAS: de Maria Luíza Lessa de Curtis, Geógrafa do Conselho Nacional de Geografia.
DATA: Janeiro de 1959
ANO DA ESCOLA PRIMÁRIA: 3.º ano
ASSUNTO: Principais linhas de relêvo do Rio Grande do Sul.

1. **O planalto:** Todo o norte do Estado é ocupado por um extenso planalto de arenitos triássicos, recobertos por lençóis de rochas extrusivas basálticas, denominadas "trapes" pelos geólogos.

Trata-se da porção mais meridional do grande planalto sedimentar que cobre a maior parte dos estados do sul do Brasil, o Triângulo Mineiro e o Sudoeste de Goiás.

Parte integrante do Planalto Meridional do Brasil, o planalto rio-grandense apresenta formas suaves: suas elevações se assemelham a grandes planuras elevadas. Quanto às altitudes, caracteriza-se por ser mais elevado a leste, próximo ao oceano, onde atinge a mais de 1.000 metros, decrescendo suavemente para oeste, onde desce a menos de 100 metros, junto ao rio Uruguai.

2. **A Serra Geral:** A borda oriental e meridional do planalto sul brasileiro é constituída por uma escarpa, vulgarmente chamada "Serra" Geral, que penetra no Rio Grande do Sul próximo ao oceano, percorrendo o litoral até o norte de Pôrto Alegre, onde inflete para oeste, dirigindo-se para o interior do Estado.

A "Serra" Geral não é, pois, uma serra na verdadeira acepçao da palavra, isto é, não se trata de uma elevação com declive acentuado de um e outro lados. A sua designação de serra vem da impressão que dá aos que a observam de um nível mais baixo. Galgada a escarpa, porém, chega-se ao alto do planalto, cujo declive é suave, como se disse em linhas atrás. O capeamento de rochas basálticas, resistentes à erosão, é o responsável pela existência da escarpa.

A nordeste do Estado, no seu trecho litorâneo, a "Serra" Geral apresenta o aspecto de grande muralha que a torna muito semelhante à "Serra" do Mar. Desta se distingue, entretanto, quer pela estrutura geológica (pois é constituida mais por camadas sedimentares e não por rochas cristalinas como a "Serra" do Mar, quer pela origem (é uma escarpa de erosão e não de falha, como a "Serra" do Mar). Para o interior do Estado, a escarpa se torna cada vez menos acentuada até esbater-se junto ao rio Uruguai.

3. **A peneplaníce:** A metade meridional do Estado, do Jacuí e Ibicuí para o sul, é constituída por vasta peneplanície, onde se estende a campanha gaúcha. Embora formada de terrenos antigos é uma região relativamente baixa, apresentando ondulações suaves "as coxilhas" rio-grandenses.

4. **O escudo rio-grandense ou Serras do Sudeste:** A sudeste do Estado, entretanto, salientam-se naquela peneplanície, algumas elevações, (Serras do Herval, Tapes, etc.), que constituem afloramentos do velho escudo arqueano e que têm sido considerados por muitos cientistas como continuação da "Serra" do Mar. Embora se trate de rochas cristalinas, as formas de relêvo são aí bastante diferentes das da "Serra" do Mar: são arredondadas e suaves. Assim, apenas a estrutura geológica é favorável àquela filiação.

5. **A baixada litorânea:** Ao longo do oceano, estreita e comprida, estende-se a faixa de terrenos baixos e arenosos, de sedimentos quaternários, que constitui o litoral do Rio Grande do Sul.

BACIAS HIDROGRÁFICAS DO R. G. DO SUL

PARECER: De Maria Luíza Lessa de Curtis, Geógrafa do Conselho Nacional de Geografia.

ANO DA ESCOLA PRIMÁRIA: 3.º ano

ASSUNTO: Classificação geral das principais bacias hidrográficas do Estado do Rio Grande do Sul.

Na mais simples inspeção sôbre um mapa em que se ache representada a rêde hidrográfica do Rio Grande do Sul, um fato logo ressalta à vista: se traçarmos uma linha que, partindo do nordeste para oeste, aproximadamente no centro do Estado, se encaminhe para o sul, dividiremos o território estadual em duas grandes áreas hidrográficas. A primeira é representada pelas águas que correm para o norte e para oeste e vão lançar-se no rio Uruguai; a outra, pelas que correm para leste e para o sul, sendo tributárias, diretamente ou através das formações lagunares, do oceano Atlântico.

Assim, ao fazer a distribuição oficial da rêde hidrográfica do Brasil, a Divisão de Águas do Departamento Nacional de Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, dividiu o Rio Grande do Sul em duas grandes bacias hidrográficas: a do Uruguai e a do Suleste.

Ao ensaiar uma classificação das bacias hidrográficas do Estado, parece lógico, pela razão exposta, observar, como ponto de partida, a classificação geral proposta pelo Departamento de Produção Mineral. Apenas, em relação às águas tributárias do Atlântico, faz-se mister trocar-lhes a designação de bacia do Suleste, uma vez que esta foi dada pela posição da bacia em relação ao país.

Propomos para elas o nome de bacias litorâneas, mais sugestivo quando consideradas em relação ao Rio Grande do Sul.

Examinando mais detidamente a rêde hidrográfica do Estado, a fim de detalhá-la, sòmente se nos afigurou de real importância destacar entre as bacias litorâneas, a do Jacuí.

As bacias litorâneas não são bacias isoladas, mas um conjunto de bacias independentes de rios tributários do Atlântico. Merece menção especial a do Jacuí, não só por ser uma bacia de grande extensão, tôda desenvolvida dentro do território gaúcho, mas também pela expressão econômica que tem para o Estado.

As demais bacias litorâneas não parecem reclamar subdivisão, a não ser num estudo técnico, minucioso, cuja finalidade foge à dêste trabalho. Não é interessante nem mesmo separar as bacias dos rios tributários das lagunas daqueles que contribuem diretamente para o oceano, por constituirem estas bacias de reduzida significação.

Quanto ao rio Uruguai, forma com seus afluentes um todo hidrogràficamente homogêneo, uma bacia isolada.

Em resumo, propomos, como divisão geral para a rêde hidrográfica do Rio Grande do Sul:

- Divisão geral da rêde hidrográfica do Estado do R. G. do Sul
  - 1. Bacia do Uruguai
  - 1. Bacias litorâneas
    - a) Bacia do Jacuí
    - b) Outras bacias litorâneas

A área hidrográfica do Rio Grande do Sul é avaliada, oficialmente, em 285.289 Km2, assim distribuídos:

149.183 pertencentes à bacia do Uruguai, ou sejam 52,3%;
136.106, pertencentes às bacias litorâneas, isto é, 47,7%.

Devido ao relêvo, a maioria dos cursos dágua, no Rio Grande do Sul, corre, pois, em direção oposta ao oceano.

O rio URUGUAI nasce nas proximidades do Atlântico, da junção do Pelotas e do Canoas, que procedem da Serra Geral. Corre, a princípio sôbre o Planalto, com direção leste-oeste, limitando os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina; toma, após, a direção sul; separa a campanha gaúcha das terras argentinas; e vai, finalmente, desaguar no estuário do Prata, já fora de nossas fronteiras.

São seus principais afluentes, em terras gaúchas: (margem esquerda): o Passo Fundo, o Várzea, o Ijuí, o Ibicuí e o Quaraí.

Possui 530 km navegáveis em terras brasileiras.

Dos seus 1800 km de curso, 1200 costeiam o Rio Grande do Sul, razão por que pode ser considerado um rio gaúcho. E "o rio-grandense tem inúmeras lembranças ligadas a êste curso dágua. Pelas águas do Uruguai, o Padre Roque foi um dos primeiros, senão o primeiro branco a pôr os pés em terras gaúchas. Pelo Uruguai, entraram os primeiros cavalos e as primeiras rêses; por êle chegaram os paulistas belicosos; sôbre ondas, suas tributárias, foi travada a primeria batalha naval, Mororé, suas margens foram cenários de batalhas decisivas na guerra do Paraguai; em seus vaus, as revoluções tiveram papel decisivo." (Wolfgang Harnish — O Rio Grande do Sul — Pg. 328). E', pois, o Uruguai um rio histórico para o gaúcho.

Entretanto, econòmicamente, não tem para o Estado a mesma importância de outras artérias hidrográficas do litoral. Sòmente depois da maior exploração da região missioneira e do oeste do Estado, poderá desenvolver-se a sua navegação, garantindo-lhe real significação na economia rio-grandense.

O rio JACUí nasce no planalto, ao norte do Estado, de onde desce em linha aproximadamente reta até o centro; daí, segue para leste, lançando-se no Guaíba, através do qual alcança a "lagoa" dos Patos.

Apresenta o seu curso uma extensão navegável de 220 km.

E' a artéria principal de interessante rêde hidrográfica, dominando todo o centro leste do Estado, como escoadouro comum das águas que descem da Serra Geral, ao norte, ou das rampas graníticas das Serras do Sudeste. Do sul, recebe, apenas, numerosos arroios; do norte lhe vêm os afluentes importantes, como o Taquari, o Caí e o Sinos. Além dêstes, é importante o Vacacaí, proveniente dos banhados do Centro.

Nenhuma outra área do Rio Grande do Sul, é tão intensamente dominada por um rio como o Centro, pelo Jacuí.

E' transcendental a sua importância para o Rio Grande do Sul, não só como via de penetração e comunicação, que lhe garantiu papel histórico, mas pela expressão econômica que tem no Estado.

Basta dizer que a planície do Jacuí é uma das maiores áreas de concentração da lavoura rizícola do Brasil, além de ser também importante área criadora. Graças ao desenvolvimento destas riquezas as águas principais fontes econômicas do Estado, o Jacuí apresenta uma paisagem intensamente humanizada: além das choupanas dos pescadores, dos lenhadores, dos agricultores e dos criadores, ladeiam suas margens portos fluviais, instalações fabris e vários núcleos urbanos, alguns de destaque, como a cidade de Cachoeira do Sul.

Centro rizícola desta área, Cachoeira do Sul é o maior produtor de arroz do país. "Vive" do arroz, sendo um exemplo do incremento que esta cultura propiciou ao vale do Jacuí.

Os demais rios das bacias litorâneas nascem nas orlas do Planalto ou nas elevações e circunvizinhanças das serras do Sudeste. As suas vertentes são, primordialmente, as lagunas dos Patos e Mirim. Constituem suas principais artérias: o Camaquã, (tributário da lagoa dos Patos); o Piratini (que deságua no canal de São Gonçalo — traço de união entre as duas formações lagunares: Patos e Mirim); e o Jaguarão (tributário da Lagoa Mirim).

Nenhum rio importante destas bacias lança-se diretamente no Atlântico. O maior é o Mampituba. Merece ser citado ainda, o arroio Chuí, pela sua função de fronteira extremo-sul do Brasil".

Organizado pela

Prof. Eddy Flores Cabral
Técnico em educação do CPOE

Pôrto Alegre, 15 de abril de 1959

Sr. Diretor

Recomendamos a V. Senhoria a consideração e estudo das diretrizes constantes do presente comunicado que poderá constituir tema a ser discutido em "Hora Pedagógica".

Valemo-nos do ensejo para apresentar a V. Senhoria

Cordiais Saudações

Sarah Azambuja Rolla
Diretora do C.P.O.E.

Comunicado n.º 6

ORGANIZAÇÃO DOS MUSEUS ESCOLARES

M U S E U :

As origens do museu se confundem com as origens do próprio homem sôbre a terra.

Desde tempos imemoriais que o homem procurou transmitir suas idéias, seus conhecimentos, suas experiências, através de sinais, figuras, símbolos e objetos.

Seu instinto colecionador deriva de seu instinto de conservação e do seu instinto gregário. O legado de suas experiências era sua contribuição à continuidade da vida organizada e tinha um sentido de orientação e direção.

A palavra "museu" se deriva de "museion", nome dado pelos gregos ao templo das Musas. Os latinos chamavam "Museum" a sala de trabalhos dos homens de letras e de ciências. O lugar de reunião dos sábios, em Alexandria, com sua famosa Biblioteca, foi a primeira organização cultural que recebeu o nome de Museu.

Como denominação de coleções artísticas, foi empregado o têrmo em 1750, na inauguração do Museu do Louvre, em França.

Daí para cá o têrmo passou a designar qualquer tipo de coleção. Porém, sòmente no século XX, assume um caráter dinâmico e funcional e se põe em evidência o seu alto valor educativo, apontando-o como um dos mais valiosos agentes da educação popular.

O Museu considerado como simples repositório de peças raras, obras-primas ou relíquias históricas é uma concepção já ultrapassada e que só pode acorrer a quem ignore as verdadeiras finalidades dos museus.

A importância da educação visual pela observação real do objeto deu um novo conceito aos museus, imprimindo-lhes um caráter dinâmico e funcional e permitindo o aparecimento de uma nova ciência — Museologia ou ciência de organização dos museus — que dá, à organização dos mesmos, critério seletivo baseado em princípios técnicos, e exige o conhecimento científico dos objetos.

Tendo-se em conta a situação educacional em nosso país, em que a maioria faz apenas o curso primário, torna-se preciso que se procure despertar na criança o amor pela cultura, para que possa mais tarde procurar, fora da escola, os meios de se instruir e educar.

Sendo os museus um dos maiores agentes da educação do povo, a iniciação nos museus é fundamental para atingir êste desiderato. Cabe ao Museu Escolar ensinar a criança a se "servir do museu".

O Museu Escolar é de fundamental importância para o ensino, devendo merecer a maior atenção por parte dos professôres. O desenvolvimento da técnica e da ciência criou novas condições de vida e revolucionou os métodos educacionais, oportunizando um novo conceito de aprendizagem, em que se apresenta como fundamental a necessidade de um ensino objetivo, baseado na observação e na experiência.

O ensino ativo, em contato direto com a realidade, com experiências de trabalho, dá oportunidade ao aluno de exercitar sua tendência de agir, criando condições para seu desenvolvimento integral e seu ajustamento social.

O museu escolar, com suas características próprias, vai ao encontro dos fins que se pretende alcançar no atendimento da educação infantil. Dentro desta nova orientação, o museu se impõe como recurso didático de grande alcance e valor.

De caráter geral e enciclopédico, tem organização própria e exerce suas atividades sob orientação pedagógica. Sua função é essencialmente educativa.

FINALIDADES:

1 — Permitir a objetivação da aprendizagem pela apresentação do objeto real.

2 — Aproveitar as conquistas da técnica moderna pela utilização dos recursos áudio-visuais.

3 — Dar ao professor, através do material didático, os meios necessários para atender os reclamos da técnica educativa.

4 — Preparar o aluno para se servir do museu, como fonte de formação e informação ,proporcionando-lhe oportunidades de participação ativa, no trabalho escolar.

5 — Propiciar possibilidades de socialização do educando, desenvolvendo seu espírito de organização e de cooperação, pela ação orientada, pela participação ativa e pelo trabalho de equipe.

6 — Favorecer a formação e o desenvolvimento integral do educando.

7 — Facilitar a motivação e a fixação da aprendizagem.

8 — Desenvolver o espírito de análise, a observação e o raciocínio, pela oportunidade de novas experiências.

9 — Estimular a freqüência aos museus, indispensável à instrução e à educação da criança.

TÉCNICA DE MUSEUS

O conhecimento da técnica de museus é necessário para a organização do museu escolar.

Chama-se técnica de museus o conjunto de regras indispensáveis à organização e ao funcionamento de um museu, compreendendo:

— organização
— arrumação
— catalogação
— restauração
— classificação dos objetos

ORGANIZAÇÃO

É necessário que tôdas as escolas tenham o seu Museu Escolar. Sua organização deve ser de tal forma que possa contribuir, efetivamente, para um ensino mais objetivo e mais eficiente.

Como centro das atividades escolares, embora possua coleções e material especializado é, ao mesmo tempo, classe e laboratório, realizando suas tarefas sob orientação psico-pedagógica. Deve possuir seus próprios clubes, como: clube de história, cineclube, clube de ciências, etc.

Embora pareça de difícil organização, não existe em realidade esta dificuldade. Suas coleções, em geral, são de fácil aquisição porque adequadas ao meio e aos interêsses infantis. O Museu Escolar deve ter, até certo ponto, caráter regionalista.

São condições necessárias à sua organização:

1 — INTERÊSSE DA ESCOLA
2 — PREPARAÇÃO E DIVULGAÇÃO
3 — PLANEJAMENTO
4 — PROFESSÔRES ESPECIALIZADOS

— O interêsse pelo museu escolar deve preceder qualquer iniciativa de organização do mesmo. Só o interêsse poderá encontrar os meios necessários à sua criação.

— Um trabalho preciso e eficiente de preparação e divulgação, através de reuniões, palestras, cartazes e todos os demais meios de difusão que se possam empregar, é indispensável, não só para despertar o interêsse de professôres e alunos, como dos próprios pais e da comunidade.

— O Planejamento é essencial. Tôda e qualquer organização para ser eficiente e atingir suas finalidades, deve ser objetiva e racionalmente planejada. Sem planejamento não há organização racional, acarretam desperdício de esfôrços, além de não atender aos fins colimados.

— O professor supervisor do Museu Escolar deve ter formação especializada e museológica. A seleção de pessoal do Museu é essencial para que a instituição realmente atinja as finalidades previstas.

SERVIÇO ADMINISTRATIVO

PESSOAL NECESSÁRIO:

professor supervisor — 1
professor encarregado das coleções do material áudio-visual e do cinema educativo — 1
professor encarregado da documentação — 1

Nas escolas pequenas o professor supervisor poderá também se encarregar do serviço de documentação. A previsão do pessoal necessário é o mínimo ideal. Cada escola, porém, procederá em relação ao pessoal, de acôrdo com suas possibilidades e necessidades.

SERVIÇOS TÉCNICOS

1 — SECÇÃO DE ÁUDIO-VISUAL
2 — SECÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO
3 — SECÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO

A secção de áudio-visual, compreende

Material, como:
filmes
diafilmes
diapositivos, etc.
discos
fitas, etc.
flanelógrafo
cartazes
gravuras
modelos
objetos
mapas em relêvo
marionetes
fantoches
aquário
herbário, etc.

A secção de áudio-visual, compreende:

Material especial de:
linguagem
matemática
estudos sociais
estudos naturais
arte e folclore
demais material necessário ao ensino
coleções de objetos (reais), etc.

A secção de documentação compreende:

Biblioteca especializada
Catalogação e fichário
Classificação dos objetos.

INSTALAÇÃO:

O Museu Escolar, embora deva satisfazer certos requisitos, deve ser instalado nas salas de que a escola puder dispor para êste fim e que devem ser adaptadas às suas necessidades, com lugar para exposições permanentes, temporárias e especializadas.

b) ARRUMAÇÃO

A apresentação é muito importante em qualquer museu e, principalmente, num museu escolar em que deve obedecer a requisitos especiais.

O material deve ser apresentado de forma a despertar o interêsse da criança, de maneira clara, original e estética. Dadas as dificuldades de apresentar os objetos em seu ambiente natural, deve-se colocar ao lado do mesmo, uma fotografia, gravura ou desenho colorido de como êle se apresenta na realidade, acompanhado de mapas, diagramas, esquemas elucidativos, etc. Cabe ao educador abrir o caminho que leva o aluno a êste objeto do qual deverá captar uma mensagem. O ensino exige que se ponha o aluno em contato com a realidade material ou humana que é objeto de estudo de cada disciplina.

A estética da apresentação não pode ser esquecida, assim como a originalidade, ambas muito importantes para a formação do educando. Exige do organizador um planejamento muito cuidado em que conhecimentos pedagógicos e museológicos se combinem e se completem.

As vitrines baixas que possam fàcilmente ser contornadas pelos alunos, são as preferidas para as exposições. Os painéis e os quadros são muito úteis para as exposições temporárias ou especializadas.

A assimilação e a influência educativa dependem do aspecto da exposição. Conforme fôr a apresentação, será diminuída ou favorecida a tarefa do educador. O tipo de apresentação depende da espécie do material apresentado e da finalidade da exposição.

c) CLASSIFICAÇÃO

A classificação do material de um museu é de grande importância e a parte mais difícil da "técnica de museus". É feita conforme a natureza dos mesmos e requer do classificador conhecimentos especializados: teóricos, técnicos e práticos.

No museu escolar, por sua natureza especial, é necessário, além dos conhecimentos básicos:

Conhecimentos gerais de :

métodos pedagógicos atuais
problemas escolares

Conhecimentos especiais de :

metodologia da linguagem
metodogia da matemática
metodologia das ciências sociais e naturais
emprêgo do material áudio-visual e material didático especializado.

Noções de :

Técnica de Museus
Armaria
Indumentária
Viaturas
Cerâmica
Numismática
Arte
Etnografia e Folclore, etc.

d) CATALOGAÇÃO

A catalogação compreende:

1 — numeração e etiquetagem
2 — catálogo
3 — fichário.

1 — NUMERAÇÃO E ETIQUETAGEM

A numeração e etiquetagem se aplicam ao objeto, relativamente a sua colocação, tanto para facilitar o inventário, como para guiar o consulente.

A etiquetagem é de dois tipos:

1.º) a que se coloca no próprio objeto, em lugar não visível ao público, destinada à identificação e contrôle do mesmo, para fins de inventário.

Consta de uma etiquêta com indicação do número de ordem e data (ano). São etiquêtas gomadas comuns.

Para os objetos de pano, como bandeiras, usam-se etiquêtas também de pano que se costuram no objeto. Para os de madeira ou mais pesados, como aparelhos de Física, utiliza-se a etiquêta metálica.

2.º) as etiquêtas que se colocam junto ao objeto, nas exposições e que devem trazer indicações precisas e objetivas, destinadas a guiar os alunos em suas observações e pesquisas.

2) CATÁLOGO

O catálogo pode ser descritivo, contendo pormenores, servindo para consultas. É de certa maneira uma ampliação da etiquetagem. O catálogo comentado, destinado a consultas e estudos mais especilizados, não é necessário no museu escolar, onde é substituído pela ficha pedagógica.

3) FICHÁRIO

O fichário constará de uma resenha completa de todo o material existente, estudado e catalogado. Servirá, ao mesmo tempo, para contrôle e consulta.

A **ficha histórica** que deve conter os dados essenciais referentes ao objeto é completada por uma fotografia do mesmo para melhor identificação. Na impossibilidade de se conseguir uma fotografia do objeto podemos substitui-la por uma gravura que o represente (modêlo 1)

MODÊLO 1 (face A)

FOTOGRAFIA

Matéria

Nome:

MODÊLO 1 (face B)

MUSEU . . ..

Objeto . . ..

Modo de aquisição .....

N.º de ordem .....

N.º de inventário .....

Localização . . ..

Fotografia n.º —

Data —

Observações —

Preenche-se a ficha histórica, escrevendo:

— nome do Museu
— nome do objeto ou material
— modo de aquisição (compra, doação ou troca)
— n.º de ordem anual (refere-se ao n.º do objeto, no inventário)
— n.º de ordem geral (refere-se ao n.º do objeto na relação geral do museu)

A localização é referente ao armário ou vitrina onde o objeto se encontra (modêlo 1 — face B).

INVENTÁRIO

O inventário pode ser feito em fôlhas mimeografadas conforme modêlo 2, constando do mesmo:

— n.º de ordem geral (refere-se ao n.º do objeto na relação geral de entrada, no museu)

— objeto
— modo de aquisição (compra, doação ou troca)
— procedência (lugar de onde veio o objeto)
— data (dia e mês).

Nas observações põe-se qualquer anotação importante que não conste na relação do inventário.

As fôlhas devem ser colecionadas em pasta-arquivo ou Registrador A-Z júnior.

No modêlo anexo de ficha de inventário (modêlo 2) temos um exemplo de inventário de objeto isolado e de coleção de objetos, com os números que devem constar nas etiquêtas (fig. 1).

Na etiquêta numerada do objeto fica à esquerda o n.º de ordem anual, seguido da data do ano.

Ex.: 1.58

Na etiquêta numerada de peças de coleção, fica à esquerda o n.º de ordem anual, ao centro a data do ano e à direita o n.º do objeto na coleção.

Ex: 2.58.2

O n.º 2 à esquerda refere-se à entrada anual dos objetos; o n.º 58 refere-se ao ano; o n.º 2 à direita refere-se ao n.º do objeto, na coleção (ficha de inventário — modêlo 2).

1.58

Etiquêta numerada do objeto

(Fig. 1)

2. 58. 2

Etiquêta numerada de peça de coleção (decalitro)

FICHA PEDAGÓGICA

A ficha pedagógica é a mais importante do Museu Escolar e traz referências: didática, técnica e bibliográfica (com indicação das Bibliotecas). Conforme o tipo de material, traz o histórico ou a técnica de aplicação (Modêlo 3).

Além das fichas mencionadas, são necessários os seguintes:

LIVROS

1 — MOVIMENTO
2 — VISITAS
3 — AULAS
4 — ATAS

PASTAS

1 — CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA E EXPEDIDA
2 — INSTRUÇÕES
3 — DIVERSOS

O livro de MOVIMENTO registra o movimento do material, nas atividades diárias do Museu. Consta de:

LIVRO DE MOVIMENTO

N.º de Ordem	N.º de Inventário	Objeto	Matéria	Classe	Data		Assinatura
					entr.	saída	

O LIVRO DE VISITAS registra as visitas feitas ao Museu por professôres, alunos, outras pessoas, classes, etc. Consta de:

Data:
Nome do visitante
Objetivo da visita
Observações

No LIVRO DE REGISTROS de aulas dadas, anota-se:

Dia
Hora
Classe
Assunto
Professor
Observações

O LIVRO DE ATAS é indispensável para documentação de todos os atos importantes da vida do Museu. Segue a praxe comum dos livros de atas.

Para que os museus escolares possam ter a orientação necessária e os professôres recebam o preparo técnico indispensável para a utilização dos auxílios áudio-visuais e do material didático especializado, serão realizados cursos pelo Museu Áudio-Visual do C.P.O.E.

Serão também, posteriormente, distribuídas as instruções que se fizerem necessárias, relativas aos auxílios áudio-visuais e demais material e sua aplicação.

O Serviço de Cinema Educativo do CPOE procederá a orientação dos professôres na utilização da cinematografia e da projeção fixa, como processo auxiliar de ensino; prestará assistência necessária aos museus, na parte relativa ao cinema e supervisionará a organização e funcionamento do Cineclube escolar.

MUSEU . . . . . .

GRUPO ESCOLAR . . . . . .

INVENTÁRIO 1958 . . . . . .

N.º de Ordem Geral	N.º de Ordem Anual	Objeto	Modo de Aquisição	Procedência	Data	Obs.
85	1	Mapa-mundi	Compra	S. Paulo	12-3	
86	2	Coleção de sistema métrico litro — 1 decalitro - 2 decilitro - 3	Doação	Secr. Educ.	20-3	
87	3	estatueta	Doação	Museu do Indio	15-4	
(modêlo 2)						

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
GRUPO ESCOLAR (face A)
MUSEU

MATÉRIA — Matemática

ASSUNTO — Números Romanos

COLEÇÃO — Jogos

OBJETO — Cartões (Jogo — "Festa dos Bichos")

CLASSE — 1.º ano

OBJETIVOS — Aprendizagem da numeração romana

CLASSIFICAÇÃO: **Material ilustrativo — coleção de cartões ilustrados com números arábicos e romanos**

Modêlo 3 Tamanho 25 x 16

HISTÓRICO DO OBJETO ou TÉCNICA DE APLICAÇÃO — A professôra dirá: — Os bichos vão à festa. Cada bicho recebeu um cartão numerado em arábico e o seu par para a dança recebeu um cartão com o mesmo número em romano. (Distribuir os cartões das coleções que quiser, indiferentemente entre os alunos, tendo o cuidado que todos os cartões distribuídos tenham correspondente).

Os bichos vão procurar os pares. A professôra aponta um aluno — Você que animal tem? Êle responderá o nome do animal e o número. Por ex.: Tenho o pato com o três romano. A professôra verificará e dirá para os outros alunos: — O par que se apresente. O aluno que tem o 3 arábico, dirá: — Eu tenho o gato com o três arábico. A professôra confere e os manda seguir. Toma os cartões, aparta outro aluno e o jôgo prossegue. Os pares se dispõem em fila, uns atrás dos outros. Depois de formados, todos os pares dão uma volta pela sala e sentam-se nos respectivos lugares. Quando se tratar de números arábicos não se especifica o algarismo.

BIBLIOGRAFIA — (face B)

....
Visto Data

Elaborado pela

Prof.ª Maria Nadyr de Freitas
Técnico em Educação do CPOE

Comunicado n.º 7 Pôrto Alegre, 14 de junho de 1959

Senhor Diretor

Estamos enviando a V. Senhoria o comunicado n.º 7, sôbre atualização de conhecimentos, cujo conteúdo confiamos a V. Senhoria para a necessária divulgação a todos os professôres dessa Escola.

Cordiais Saudações
Sarah Azambuja Rolla
Diretora do C.P.O.E.

ORIENTAÇÃO DE ESTUDOS SOCIAIS

ATUALIZAÇÃO DE CONCEITOS CONTIDOS NO PROGRAMA PRIMÁRIO (III)

Continuando a série de comunicados que nos propusemos remeter às escolas de nosso Estado, na série "Atualização de Conceitos", estamos enviando, na oportunidade, esclarecimentos sôbre a denominação do Guaíba, extenso lençol d'água que banha a capital rio-grandense.

Em face dos esclarecimentos contidos no parecer anexo, fornecidos por elementos de conhecido mérito científico, encarecemos aos nossos professôres a necessidade de serem revisados os conhecimentos aqui estudados, nos livros didáticos ou em outras obras que constem de bibliografias mais antigas, desde que contenham noções que colidam com as aqui expedidas.

Não deve o professor chamar a atenção do aluno para o êrro do livro. Seria desvantajoso que se despertasse no aluno um sentimento de desconfiança para com a letra impressa.

Então de maneira construtiva, dar-se-á a noção de que os conhecimentos geográficos estão em constante evolução e que o livro apenas está desatualizado. O próprio aluno será levado a pesquisar sôbre os conteúdos e a organizar, êle mesmo, o texto que deve substituir os prejudicados, no próprio livro.

DENOMINAÇÃO DE GUAÍBA

PARECER: Comissão de professôres especializados, designados pela XIII Assembléia da Associação dos Geógrafos Brasileiros: Professôres Jean Demangeot, Aziz Ab'Saber, Jorge Chebataroff, Michel Tabuteau, Gilberto Osório de Andrade, Elina O. dos Santos e Hans A. Thofehrn.
ESCOLA PRIMÁRIA: 2.º e 3.º anos
ESCOLA NORMAL: Divisão de Estudos Sociais.

"O Diretório Regional de Geografia do Rio Grande do Sul, tendo em vista as múltiplas consultas que lhe têm sido dirigidas a respeito da correta denominação da extenção de águas fronteiras à cidade de Pôrto Alegre, que medeia entre os rios Jacuí, Caí, Sinos, Gravataí e a laguna "Lagoa dos Patos", errôneamente chamada "RIO" Guaíba, deliberou consultar a XIII Assembléia da AGB sôbre a correta designação daquele acidente hidrográfico.

O professor Dr. Ary França designou os professôres especializados Jean Demangeot, Aziz Ab'Saber, Jorge Chebataroff, Michel Tabuteau,

Gilberto Osório de Andrade, Elina O. dos Santos e Hans Thofehrn para debater a questão em seminário. Em face dos debates, chegou-se às seguintes preliminares:

a) Situar o problema no campo da Geomorfologia (Prof. Demangeot) e no da Ecologia Marinha (Prof. Chebataroff).

b) Em virtude da maioria dos seminaristas não terem feito estudos sistemáticos na região em aprêço, ficou assentado formular apenas opiniões em caráter preliminar.

c) Embora a verdadeira natureza geográfica do acidente em tela sòmente pudesse resultar de pesquisas positivas, é possível estatuir, como preliminar, o que não é.

d) Concordar que o "GUAíBA" não reúne as condições físicas de Rio, tal como a diferença entre nível de origem e de base, desenvolvimento linear e perfil, regime e débito próprio, ação cíclica, etc.

e) A existência de um grupo de ilhas na confluência, em padrão centrípedo, dos rios Jacuí, com o Caí, Sinos e Gravataí não é característico de DELTA. Um DELTA é a deposição de transporte mecânico de um rio na sua entrada numa grande extensão de águas, tal como oceano, mar ou lago, em conseqüência de redução local na correnteza, causando assim o avanço progressivo da foz para dentro da grande extensão de águas na qual escoa. O DELTA é a parte acrescentada à foz primitiva (Mississipi, Nilo, Hoangho). Não é essencial a divisão do rio em canais, formando ilhas no escoadouro (Rhone, Llobregat) — (Consultar M. Derreau, Pritchard, Holmes, Beringer — Murawski).

f) O GUAíBA não tem, atualmente, características de estatuário. Derreau define simplesmente: Estuário é a parte de um rio onde a maré se faz sentir. Pritchard, em "Marine Ecology", caracteriza o estuário levando em consideração os fenômenos da convenção diferenciada de água salgada em contato com a água doce. Êsse fenômeno não se processa na entrada do Guaíba, na laguna "Lagoa dos Patos".

g) Examinar as teorias dos professôres Chebataroff e Thofehrn. Segundo o professor Chebataroff a extensa peneplanície fluvial do Jacuí não poderia ser obra só daquele rio. Os setores argentinos e a diminuta diferença de nível do ponto mais elevado da "Depressão Central" fazem supor que o rio PARANÁ teve seu curso primitivo pela "Depressão", servindo-lhe o atual curso dos rios Ibicuí-Jacuí por leito. Um arqueamento posterior separou o rio em Jacuí, Ibicuí e Paraná atual.

O professor Thofehrn admite que o rio Jacuí tenha desaguado diretamente no mar (então mais próximo) pelo curso do atual rio Gravataí. O movimento que causou a falha costeira, observada de Tôrres (Prof. Aziz Ab'Saber e Patrick Delaney) até Chuí, resultou numa cripto-depressão no local do atual Guaíba, desviando o curso do Jacuí, reencaixando-o como afluente com o nome atual de Gravataí. São invocados como favorável àquela teoria: o caráter centrípedo da drenagem, constituídos pelos rios Caí, Sinos e Gravataí e a direção nitidamente inversa dos afluentes do Gravataí. A modificação do então estuário foi responsável pela formação da atual restinga.

h) Recomendar que seja usado, nas cartas geográficas e livros de texto, até melhor juízo, simplesmente a designação GUAíBA, sem prefixo de especificação, uma vez que a etimologia da própria palavra, que provém do idioma Tupi, quer dizer, no parecer de alguns autores, "na baía".

Organizado pela
Prof.ª Eddy Flores Cabral
Técnico em educação do CPOE

Pôrto Alegre, 26 de junho de 1959

Comunicado n.º 14

CAMPANHA ESCOLAR EM PROL DA FORMAÇÃO E FORTALECIMENTO DE UMA OPINIÃO PÚBLICA A FAVOR DA MUDANÇA DA CAPITAL PARA BRASILIA

A campanha a ser desenvolvida dentro e fora da escola, alcançando mesmo a comunidade, deverá se desenrolar dentro de um clima de sadio e elevado patriotismo e amor ao Brasil, não deixando, absolutamente, margem a interpretações ou direção de natureza político-partidária.

OBJETIVOS

Essa campanha, na escola, deve ter os seguintes objetivos:

— esclarecer e mobilizar a opinão dos alunos e, através do Círculo de Pais e Mestres, das famílias e da comunidade, com demonstrações da extrema necessidade da mudança da Capital, como uma das medidas de salvação nacional;

— realçar as vantagens gerais para todo o país e para a cidade do Rio de Janeiro, em especial, que adviriam dessa transferência;

— propiciar maior conhecimento dos aspectos históricos, sociais e geográficos do futuro Distrito Federal.

CONTEÚDOS DE APRENDIZAGEM

Os conteúdos especiais aqui sugeridos poderão ser desenvolvidos em íntima correlação com os contidos no programa primário vigente ou como enriquecimento dos assuntos que nêle figuram:

Estudo do Planalto Central Brasileiro em seus múltiplos aspectos.

Estudo dos aspectos físicos da região geográfica em que está situada a nova Capital.

A História de Goiás (Indígenas. Pe. Antônio Vieira. Bandeirantes e as Riquezas minerais. Bartolomeu Bueno da Silva).

História moderna e contemporânea da região, dando relêvo especial ao fato da mudança da antiga Capital de Goiás para Goiânia.

Desenvolvimento da idéia de interiorização de nossa Capital, na História do Brasil.

Estudos de diversas capitais do mundo que sofreram mudança de sede.

SUGESTÕES DE ATIVIDADES

Recortar e juntar fotografias, artigos, referências e notícias, sôbre a nova Capital.

Confeccionar cartazes com esclarecimentos ou frases alusivas a Brasília.

Organizar exposição com vistas da nova cidade, bem como fotografias aéreas, gravuras, mapas e roteiros, retratos de grandes homens, etc.

Enviar correspondência solicitando material impresso que sirva ao desenvolvimento dos conteúdos.

Ornamentar a sala de aula com material alusivo.

Pesquisar nas Bibliotecas.

Colecionar selos comemorativos acêrca do assunto.

Usar mapas mudos para representação e exercícios.

Organizar quadros cronológicos.

Estudar a vida de personalidades que, pela sua atuação, promoveram e dinamizaram a construção da nova Capital.

Escrever listas, colecionar vistas e fotografias das capitais do mundo que foram mudadas.

Organizar quadros ou gráficos sôbre a distribuição das tribus indígenas, da região, ao tempo do descobrimento do Brasil e atualmente.

Usar não só mapas gerais, mas especiais (relêvo, hidrografia, clima, vegetação, comunicação, etc.) para que haja unidade no estudo da região e possibilidade do aluno ter uma idéia mais real do conjunto que forma, verdadeiramente, essas paisagens brasileiras.

Descobrir e usar como auxiliar da aprendizagem, prosa, poemas, lendas, brinquedos, diversões e jogos, que tenham relação com os conteúdos.

Comentar, debater e acompanhar os acontecimentos correntes em Brasília.

Colecionar ou expor objetos autênticos, confeccionados pelos nossos atuais indígenas.

Ler e comentar os aspectos mais significativos dos diversos materiais publicados sôbre o assunto.

Modelar em massa plástica e organizar maquetes ou paisagens no tabuleiro de areia, reproduzindo aspectos geográficos de Brasília.

Compor frases ou períodos para figurarem nos cartazes, etc.

ÉPOCA E DURAÇÃO DA CAMPANHA

Parece-nos oportuno realizar essa campanha após as férias de inverno.

A duração do trabalho poderá variar, dependendo do interêsse da classe pelo assunto.

ANEXO N.º 1 (Comunicado n.º 14)

TRANSFERÊNCIA DA CAPITAL DA REPÚBLICA PARA O ESTADO DE GOIÁS

A escolha do local para a nova Capital brasileira, feita após acurados estudos realizados pela Comissão de Localização da nova Capital, presidida pelo eminente brasileiro Mal. José Pessoa Cavalcanti, recaiu no Planalto Central em território do Estado de Goiás, unidade central do País.

VANTAGENS GERAIS PARA O PAÍS

A — Sabemos que o perigo de guerra não pode ser definitivamente afastado, apesar dos esforços das Nações em busca de uma fórmula para o estabelecimento da paz universal, assim, como sabemos também que, em caso de invasão, o primeiro e mais importante objetivo de ataque é sempre a Capital do país.

A verdade é que a interiorização da Capital constitui o principal fator de SEGURANÇA NACIONAL, sobretudo num país cujo território mede mais de oito milhões de quilômetros quadrados.

B — É princípio e norma de administração, de comprovado e indiscutível acêrto, que tôda Chefia deve localizar-se em ponto equidistante dos diversos pontos onde se situem os setores de trabalho.

Instalado no centro, o Govêrno Federal poderá, indiscutìvelmente, atender melhor às necessidades gerais da comunidade nacional, em todos os quadrantes do País:

A IRRADIAÇÃO DO PROGRESSO SE FAZ DO CENTRO PARA A PERIFERIA

A NOVA CAPITAL FEDERAL

Altitude maxima - 1248 m.
Altitude minima - 940 m.
Temperatura media - 19 graus
Potencial hidro-elétrico - 500 000 HP

DISTÂNCIAS ÀS CAPITAIS ESTADUAIS

(em quilômetros)

Aracaju	1270	João Pessoa	1685	Recife	1520
Belem	1575	Macapá	1770	Rio Branco	2280
B. Horizonte	725	Maceio	1455	R de Janeiro	940
Boa Vista	2490	Manaus	1940	S. Luiz	1495
Cuiabá	925	Natal	1750	S Paulo	890
Curitiba	1110	Pôrto Alegre	1550	Salvador	1030
Florianopolis	1240	Pôrto Velho	1920	Terezina	1290
Fortaleza	1660			Vitória	940
Goiânia	725				

C. Ademais, sabemos como os problemas locais do Rio de Janeiro, inclusive os de ordem político-social, dia a dia mais sérios e mais graves, absorvem inteiramente as atenções e os recursos do Govêrno da República.

A Mudança da Capital para o interior, onde não há nenhum daqueles problemas, permitirá que a Administração Federal se volte a ocupar dos problemas nacionais.

D. O mais sério problema do Brasil é o despovoamento de seu interior, enquanto que o problema mais grave do Rio de Janeiro é o super-povoamento.

A instalação da Capital Federal no centro do País promoverá o imediato deslocamento de grandes correntes humanas do litoral para o interior, inclusive parte da população do Rio de Janeiro, proporcionando assim, a mudança do Distrito Federal, a solução imediata daqueles dois problemas.

A interiorização da capital brasileira propiciará a ocupação efetiva de imensas áreas de baixa densidade demográfica. A realização de Brasília, ato indispensável na atual etapa do desenvolvimento brasileiro, será o ponto de apoio para que sejam ocupados efetivamente os 73% do território nacional, nos quais a nossa presença é apenas simbólica.

E. Um dos primeiros e mais importantes benefícios que a mudança da Capital trará, por imperativo das próprias necessidades do Govêrno, será a construção de ferrovias e rodovias destinadas a ligar, em tôdas as direções, o Distrito Federal às fronteiras do País. Com isso obter-se-á, de pronto, o aumento da produção, cujo maior entrave é a falta de transporte rápido e barato, que venha facilitar a circulação da riqueza, ao que se seguirá, forçosamente, o barateamento da vida.

VANTAGENS ESPECIAIS PARA O RIO DE JANEIRO

A. A concentração demográfica é inevitável em tôda Capital, onde se reune maior número de funcionários públicos, os membros do Poder Legislativo, o pessoal das Embaixadas e ainda o elevado número de pessoas que, em média permanente, vem dos mais diversos pontos do país para tratar de seus interêsses junto aos órgãos do Govêrno.

Essa concentração numa cidade como o Rio de Janeiro, que é, também um dos mais procurados centros turísticos da América Latina e um dos principais portos do País, teria fatalmente que causar, como causou, o denso congestionamento humano que é responsável por todos os males da "Cidade Maravilhosa".

Assim, só a transferência da Capital da República para outro local poderá eliminar os angustiantes problemas em que se debate a sofredora população carioca, sobretudo os relativos ao transporte urbano, habitação, alimentação e suprimento de água e energia elétrica.

B. A evacuação que se há de verificar, na maior parte de pessoas integrantes do funcionalismo público, não prejudicará a vida mundana nem o movimento comercial da cidade, pois irá retirar-se apenas o que hoje constitui excesso.

Rio de Janeiro continuará sendo um dos primeiros portos do País.

O seu movimento turístico ficará assegurado pelos encantos incomparáveis de sua natureza, e se intensificará, sensivelmente, ante as facilidades gerais que a mudança deve trazer à vida Carioca.

C. Poderá também o atual Distrito Federal, converter-se em um grande centro cinematográfico, quer se tornando o local preferido para os Festivais de Cinema, quer através da intensificação de sua indústria de filmes, para o que satisfaz a tôdas as condições, a começar pelos seus maravilhosos cenários naturais.

D. Só assim, com a mudança da Capital e as vantagens locais dela decorrentes, poderá o Rio de Janeiro voltar a ser a tão decantada e saudosa "Cidade Maravilhosa".

DESENVOLVIMENTO DA IDÉIA DA INTERIORIZAÇÃO DA CAPITAL BRASILEIRA ATRAVÉS DA HISTÓRIA

A idéia da interiorização da Capital brasileira parece já ter sido aventada durante a Rebelião de Vila Rica, pelos Inconfidentes.
1808 — Manifestação de Hipólito da Costa no "Correio Brasiliense".
1810 — O Conselheiro Veloso de Oliveira apresenta a D. João, então Príncipe-Regente, uma memória onde tratava da mudança da Capital.
Outubro de 1821 — Deputados às Côrtes de Lisboa discutiram o mesmo assunto. Entre êles: José Bonifácio de Andrada e Silva, Hipólito José da Costa e Nicolau Campos Vergueiro.
1822 — Publicação em Lisboa de um "Aditamento ao Projeto de Constituição para fazê-la aplicável ao Brasil".
Junho de 1823 — José Bonifácio apresentou trabalho referente à transferência da Capital para Goiás, sugerindo que se lhe dê o nome de Brasília.

O ilustre historiador brasileiro Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Pôrto Seguro, ocupou-se por anos a fio com o problema da interiorização da Capital brasileira. Em 1839, enviou uma carta, a respeito, ao Instituto Histórico do Rio de Janeiro e em 1849 publicava, em Madrid, um folheto sôbre o assunto .
Junho 1853 — Projeto de lei do Senador Holanda Cavalcanti visando levar a Capital para o interior.
1889 — Reunida a Assembléia Constituinte, após a proclamação da República, deliberaram seus membros a transferência da Capital para o interior do País.
1891 — Artigo 3.º da Constituição Republicana é referente ao assunto.
1892 — O Mal. Floriano Peixoto encarregou o Dr. Luís Cruls, então Diretor do Observatório Astronômico, de realizar uma expedição ao Planalto Central, chefiando uma comissão que deveria demarcar a área da futura Capital.
1934 — A Constituição Brasileira de 1934 conservou no seu texto o dispositivo da mudança da sede do Govêrno da União.
1946 — A Constituição Federal de 1946 adotou, também, o mesmo dispositivo.

O Presidente Eurico Gaspar Dutra nomeou uma comissão encarregada dos estudos para a localização da nova Capital.
Lei de janeiro de **1953** — no Govêrno do Presidente Getúlio Vargas determinou novas providências.

Durante a gestão do Presidente Café Filho foi escolhido definitivamente o local onde deveria ser edificada a futura Capital.

30 de abril de 1955 — Desapropriação da área da futura Capital do Brasil.

Janeiro de 1956 — O Presidente Juscelino Kubitschek incluiu entre as metas de sua administração a construção de Brasília.

Lei 2874, de 19-9-1956 — Dispõe sôbre a mudança da Capital Federal e cria a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil.

O arquiteto Lúcio Costa foi classificado como vencedor no concurso para o Plano-Pilôto da Nova Capital, ora em construção e dinâmico desenvolvimento.

Daí começou a verdadeira construção de Brasília: escritórios e oficinas da Novacap, palácio previsório, usinas, ruas, estradas, aeroporto internacional, hospitais, residências dos funcionários, hotéis, catedral, escolas, etc.

3 de maio de 1957 — Dom Carmelo de Vasconcelos Mota rezou a primeira missa em Brasília.

1.º de outubro de 1957 — O Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira sanciona a lei que fixa a 21 de abril de 1960 a mudança da Capital da República para Brasília.

1.º de junho de 1958 — Inauguração solene do Hotel de Turismo e do Palácio da Alvorada, em cuja Capela foi rezada missa.

. . . . . .

Falando à mocidade da nossa terra, assim se expressou o Presidente:

"Se vos posso fazer um apêlo, "mudancistas" como vós mesmos vos intitulais; se algo posso desejar de vós, concito-vos a que sejais ambiciosos, a que tenhais orgulho de vossa ambição, sacratíssima, nobilíssima e assaz justa, ambição de promover a grandeza do Brasil através do desbravamento do seu interior. Não me pejo de pedir-vos ajuda. Presidente da República, solicito o apoio da vossa energia, de vossa esperança, de vossa capacidade de sentir e compreender esta Nação. Divulgai, explicai, comunicai a todo o País o que desejamos fazer, o que faremos. Sacudi esta Nação com a vossa fé e a mim mesmo auxiliai-me a suportar esta luta que será tão mais violenta quanto mais nos negativos e descrentes se fôr tornando claro o entendimento de que não estamos falando em vão".

Do discurso do Presidente Kubitschek, quando da inauguração do Palácio da Alvorada:

"Não podemos continuar indefinidamente a ser um território manchado de desertos, com uma população na sua maior parte colada ao litoral, com as mais ricas zonas do nosso território abandonadas e que servem apenas para referências literárias".

"É Brasília um dos pontos básicos dessa luta de integrar o Brasil no seu território, de fortalecer a Nação. Brasília não resulta apenas da obrigação de obedecer a um preceito constitucional: é um marco, é a bandeira de luta contra o subdesenvolvimento. E é mais que isso: é a conquista do que tem sido nosso, apenas no mapa".

. . . . . .

MUITOS PAÍSES TIVERAM SUAS "NOVAS" CAPITAIS...

A Capital de um país, como bem o frisou o Presidente **Juscelino**, é o cérebro da Nação. Nela está o centro diretor da vida econômica e política, o pôsto de comando que irradia a todos os membros da União o impulso criador de suas riquezas materiais e culturais. A Capital é o reduto das instituições da Nação, patrimônio sagrado herdado dos maiores, amealhado com grandes sacrifícios. É o símbolo da Pátria. Muitas vêzes, no decorrer da História da Humanidade, e por circunstâncias várias, foi a Capital de um povo transferida para outro sítio, umas vêzes devido à posição geográfica que a tornava vulnerável aos ataques do inimigo; outras, por necessidade do comércio, do intercâmbio com Nações estrangeiras; outras ainda, por injunções políticas, para facilitar-lhe o sossêgo indispensável às atividades de um bom Govêrno.

E assim se tornaram as Capitais dos seus respectivos países, no decorrer dos séculos as cidades de Nova Delhi, Constantinopla, São Petersburgo, Madrid, Quito, Washington, Pretoria, Ottawa, Ancara, Camberra, Pequim".

(Da revista "Epopéia" — Brasília, coração do Brasil)

BIBLIOGRAFIA

A localização da nova capital. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

MOTA, Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos — **Brasília, Terra de Fé.** Rio de Janeiro. Departamento de Imprensa Nacional, 1957.

REVISTAS

Brasília, n.ºs 1 a 18. Rio de Janeiro.

Brasília, coração do Brasil, Rio de Janeiro, Editôra Brasil-América, Janeiro 1959 (Revista "Epopéia").

Módulo, n.ºs 8, 9 e 10. Rio de Janeiro.

Revista SHELL, São Paulo, Shell Brazil Limited, n.º 79, abril-junho 1957.

Três Américas. Rio Grande do Sul, Pôrto Alegre, VARIG, n.º 10, 1958.

Nota: Muitas revistas nacionais e estrangeiras tratam do assunto. Tão grande é a relação que deixamos a escolha a critério do professor.

Organizado pela
Prof.ª Eddy Flores Cabral
Técnico em educação do C.P.O.E.

Pôrto Alegre, 5 de outubro de 1959

Comunicado n.º 17

Senhor Diretor

Estamos enviando a V. Senhoria o comunicado n.º 17, sôbre a atualização de conhecimentos, cujo conteúdo confiamos a V. Senhoria para a necessária divulgação a todos os professôres dessa Escola.

Cordiais Saudações
Sarah Azambuja Rolla
Diretora do C.P.O.E.

ORIENTAÇÃO DE ESTUDOS SOCIAIS

ATUALIZAÇÃO DE CONCEITOS CONTIDOS NO PROGRAMA PRIMÁRIO (IV)

Continuando a série de comunicados que nos propusemos remeter às escolas de nosso Estado, na série "Atualização de Conceitos", estamos enviando, na oportunidade, esclarecimentos sôbre "Orientação pelo Cruzeiro do Sul" e "Clima do Estado do Rio Grande do Sul".

Em face dos esclarecimentos contidos no parecer anexo, fornecidos por elementos de conhecido mérito científico, encarecemos aos nossos professôres a necessidade de serem revisados os conhecimentos aqui estudados, nos livros didáticos ou em outras obras que constem de bibliografias mais antigas, desde que contenham noções que colidam com as aqui expedidas.

Não deve o professor chamar a atenção do aluno para o êrro do livro, se êste, por acaso, fôr constatado. Seria desvantajoso que se despertasse no aluno um sentimento de desconfiança para com a letra impressa.

Então, de maneira construtiva, poderá o professor chamar a atenção do aluno para o fato de que os conhecimentos geográficos estão em constante evolução e o livro apenas está desatualizado. O aluno será levado a pesquisar sôbre os conteúdos em questão e a organizar, êle mesmo ,o texto que deve substituir o prejudicado, no próprio livro.

ORIENTAÇÃO PELO CRUZEIRO DO SUL

PARECER: Baseado em notas fornecidas pelo Instituto Astronômico da Escola de Engenharia da Universidade do R.G. do Sul e no livro: CABRAL, Mário da Veiga — Lições de Cosmografia.

ESCOLA PRIMÁRIA — Programa de 5.º ano — (Admissão)

CRUZEIRO DO SUL — A CONSTELAÇÃO

"A mais famosa constelação do céu austral é, sem dúvida, a do Cruzeiro do Sul.

Suas quatro estrêlas principais estão dispostas em forma de cruz, de onde deriva seu nome.

Fazem parte das estrêlas circumpolares, assim chamadas por estarem situadas próximas do polo sul celeste, em tôrno da qual descrevem circunferências.

São visíveis durante todo o ano, ora mais cedo, ora mais tarde. Atinge o Cruzeiro a sua altura máxima sôbre o horizonte, ou seja, a sua culminação, aproximadamente nas horas indicadas abaixo para o dia 1.º de cada mês:

MESES:	CULMINAÇÃO:
1.º de janeiro	5 h. 45 m.
1.º de fevereiro	3 h. 45 m.
1.º de março	1 h. 45 m.
1.º de abril	23 h. 45 m.
1.º de maio	21 h. 45 m.
1.º de junho	19 h. 45 m.
1.º de julho	,17 h. 45 m.
1.º de agôsto	15 h. 45 m.
1.º de setembro	13 h. 45 m.
1.º de outubro	11 h. 45 m.
1.º de novembro	9 h. 45 m.
1.º de dezembro	7 h. 45 m."

ORIENTAÇÃO PELO CRUZEIRO DO SUL

"Êste processo de orientação só pode ser aplicado no hemisfério sul, pelo fato de ser a constelação do Cruzeiro do Sul visível apenas do hemisfério austral.

Para determinar os pontos cardeais pelo Cruzeiro do Sul, basta procurar no firmamento esta muito conhecida constelação.

Achada esta, obteremos a direção do polo sul, para o que basta prolongar o braço maior da cruz, de um comprimento quatro vêzes a êle igual, no sentido do pé da cruz. (Ver figura anexa).

Uma vez achada a direção do sul, os outros três pontos cardeais são prontamente determinados, para o que basta notar que, se temos o sul à nossa frente, à direita teremos o oeste, à esquerda, o leste e pelas costas, o norte".

BIBLIOGRAFIA

CABRAL, Mário da Veiga — Lições de Cosmografia. Rio, Francisco Alves.

GABAGLIA, Raja — Práticas de Geografia — Rio, Francisco Alves, pg. 46.

CLIMA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

NOTAS DE MARIA LUIZA LESSA DE CURTIS,

Geógrafa do Conselho Nacional de Geografia.

Situando-se entre os 27.º e os 34.º de latitude, o Estado do Rio Grande do Sul goza de um clima de tipo **subtropical** (1), que se caracteriza por ser **mesotérmico**, apresentando, assim, temperaturas amenas. Nota-se nêle a existência de uma estação fresca, o inverno, o que o distingue dos climas quentes que dominam no país. Outra característica fundamental do clima em questão é ser **sempre úmido**, não apresentando **estação sêca**. Ao contrário do que se verifica nas zonas quen-

---

(1) O clima subtropical do R..G.. do Sul corresponde, na classificação de Köppen, na qual nos baseamos, aos climas do grupo Cs, que tem por limite a isoterma de 18º no mês mais frio, (esta linha corresponde, de um modo geral, ao traçado da isoterma anual de 22º) apresentando chuvas distribuídas por todo o ano.

tes do Brasil, no Brasil subtropical, as chuvas se distribuem com relativa regularidade por todo o ano.

Regime térmico

Enquanto na zona quente, equatorial e tropical, que abrange mais de 50% da área do país, a distribuição das chuvas constitui o fator de maior influência nas variações de temperaturas, no Brasil subtropical, à latitude uniu-se a altitude, representando uma e outra os fatôres dominantes na caracterização do regime térmico, notando-se, ainda, na zona oriental, uma influência da **proximidade do oceano**, como fator atenuante da temperatura.

O traçado das isotermas separa, perfeitamente, a porção mais elevada do planalto (acima dos 700 metros aproximadamente) e as serras mais altas que o planalto), da região litorânea, da campanha, do vale do Jacuí, do vale do Uruguai e do planalto das Missões, com valores térmicos mais altos que os primeiros.

No planalto e nas serras, tem-se o clima ameno, com invernos frios (as temperaturas descem abaixo de zero, ocasionando geadas regulares e prolongadas) e verões brandos (2), ao passo que, nas outras áreas, devido às altitudes baixas, não se têm, no mês mais quente, temperaturas médias inferiores a 22.º: os invernos são ainda frios, mas os verões são quentes (3).

As médias mais baixas não ocorrem, assim, no extremo sul, mas nas áreas mais elevadas do planalto. A região serrana do nordeste rio-grandense é uma das zonas mais frias do país: enquanto em Santa Vitória do Palmar, a estação mais meridional, registra-se a média de 16º,5, em São Francisco de Paula, os fatôres latitude e altitude aliaram-se, resultando a média mais baixa que se verificou no sul do Brasil (14º,1). A freqüência em São Francisco de Paula é de 25 dias de geada anualmente. Sua área é também das mais atingidas pelas nevadas.

Cabe, ainda, fazer uma distinção entre as temperaturas da região litorânea e às das áreas baixas do interior. Devido à ação atenuante do oceano, tem-se no litoral médias anuais mais baixas que no interior.

As regiões mais quentes do Estado são: o vale do Uruguai, a região missioneira e a bacia do Jacuí, com temperaturas médias anuais acima de 19º. Isto se explica pelo fato destas áreas serem invadidas, no verão, pela Massa Tropical Continental, quente e sêca, que aquece fortemente o oeste do Estado e, depois, desloca-se para sudeste, penetrando pelo vale do Jacuí em direção ao oceano. Mas, no inverno avanços freqüentes das Massas Polares provocam violentos decréscimos nas temperaturas, cujas médias caem a 12 ou 13 em todo o território rio-grandense.

Em resumo, pode-se dizer que caracteriza o regime térmico do clima subtropical, dominante no Rio Grande do Sul, a temperatura média do mês mais frio inferior a 18º, que se verifica em todo o Estado, descendo a 11 e 12 no litoral e nas "serras" do Herval e dos Tapes e a menos de 10 em São Francisco de Paula, na borda do planalto.

---

(2) Corresponde ao clima Cfb de Köppen.
(3) Corresponde ao clima Cfa de Köppen.

A isoterma anual de 22º separa as áreas mais altas do planalto e as "serras", de invernos frios e verões também frescos, das áreas mais baixas, de verões quentes, mas ainda de invernos frios. Assim, embora não se possa dizer que as estações sejam bem caracterizadas, nota-se, em todo o Estado, uma oscilação térmica apreciável entre o verão e o inverno, ainda que não se distinga o inverno do outono e da primavera, como nas regiões temperadas.

A amplitude térmica ou a variação anual da temperatura aumenta gradativamente, acompanhando a latitude. Ela é maior, porém, no interior do Estado, onde, nestas latitudes, nota-se uma influência mais acentuada da continentalidade, devido ao aquecimento provocado pela Massa Tropical Continental, como se viu; no inverno, as massas polares ocasionam decréscimos apreciáveis nas temperaturas.

PLUVIOSIDADE

O que caracteriza o regime pluviométrico do clima subtropical é apresentar chuvas bem distribuídas durante todo o ano, não havendo nem mínimos rigorosos, nem máximos muitos elevados. Não existe, assim, estação sêca, sendo os mínimos mensais acima de 30 mm de chuvas. Isto por que as chuvas de primavera e verão do tipo tropical somam-se aqui às de outono e inverno das regiões de latitudes mais elevadas. Há, assim, uma superposição de regimes.

No Rio Grande do Sul, há predominância das chuvas de outono e inverno (o semestre de verão não atinge 50% dos totais anuais), o que se relaciona principalmete com as perturbações trazidas pela Frente Polar Atlântica e anticiclones móveis.

Quanto às áreas de maior pluviosidade, relacionam-se, no Estado, com o relêvo. São as áreas mais altas as de maior pluviosidade. O extremo nordeste do território gaúcho, de relêvo mais acentuado, apresenta os maiores totais de chuvas anuais. É sempre aí acima de 1.700 mm. É também a área mais úmida do Rio Grande do Sul. São Francisco de Paula, onde se verifica uma condensação mais intensa do ar, por realizar-se na subida dos dois flancos da "serra", é também onde se assinala o maior coeficiente de umidade, devido à proximidade do mar. Aí a percentagem de umidade relativa e a freqüência normal dos dias de chuvas atinge o máximo no território gaúcho.

O litoral é a região menos chuvosa do Estado. Na zona baixa da lagoa dos Patos e Mirim, observam-se os totais mínimos assinalados no Estado (entre 1000 e 1300 mm.). No trecho do litoral norte, devido à maior proximidade da escarpa da Serra Geral, contudo, os totais são mais elevados, porém, o máximo atingido é inferior a 1450mm. anuais.

Nas áreas baixas do interior chove mais do que no litoral. No alto vale do Uruguai e nas Missões têm-se totais acima de 1600 mm. anuais. As médias mais baixas são assinaladas no baixo vale do Uruguai e na Campanha, as zonas mais sêcas do interior do Estado (totais entre 1350 mm. e 1700 mm., no máximo). No vale do Jacuí, as médias são baixas próximo ao litoral (1322 mm. em Pôrto Alegre), mas as chuvas aumentam para o interior, subindo a 1769 mm. em S. Maria.

Consultas:

1. Lysia Maria C. Bernardes — **Clima do Brasil e Tipos de Clima do Brasil,** respectivamente nos Boletins 103 e 105, do C.N.G.)

2. Ruth A. Simões — **Climas da Região Sul,** no Boletim 134 do C. N.G.

3. Fábio de Macedo Soares Guimarães — **Clima do Brasil,** no Boletim 27, do C.N.G.

4. Floriano Peixoto Machado — **Contribuição ao estudo do Clima do R.G.S.**

Elaborado por

Eddy Flores Cabral
Técnico em educação do CPOE.

Pôrto Alegre, 12 de novembro de 1959

Comunicado n.º 18

Senhor Diretor

Estamos enviando anexo o comunicado n.º 18 sôbre atualização de conceitos, cujo conteúdo confiamos a Vossa Senhoria para a necessária divulgação a todos os professôres dessa Escola.

Cordiais saudações.

Sarah Azambuja Rolla
Diretora do C.P.O.E.

ORIENTAÇÃO DE ESTUDOS SOCIAIS

ATUALIZAÇÃO DE CONCEITOS CONTIDOS NO PROGRAMA PRIMÁRIO (V)

Quando revisamos livros didáticos, temos nos surpreendido com a impropriedade ou a desatualização de alguns conceitos que se pretendem divulgar.

Sempre que ao professor se deparar um êrro dessa natureza, num livro didático, em situação de aprendizagem, deverá êle fazer sentir ao aluno que os conhecimentos científicos estão em constante evolução e que o livro está apenas desatualizado. O próprio aluno será levado a pesquisar sôbre os conteúdos e a organizar, êle mesmo, o texto que deve substituir os prejudicados, no próprio livro.

Aproveitamos esta oportunidade para comunicar aos professôres rio-grandenses o que há de mais atual relativo a dois assuntos históricos muito elementares: Data do Descobrimento do Brasil e nome do mártir da Inconfidência Mineira.

DATA DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL

Notas de Aretê Saldanha de Vargas e Eddy Flores Cabral, do Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais.

Um dos pontos controversos que envolvem o descobrimento do Brasil é o da exata data em que se realizou.

É comum ainda encontrar-se em livros didáticos a referência de datas variadas, para o fato histórico do descobrimento de nossa terra.

Antes de se ter conhecimento da carta de Pero Vaz de Caminha justificava-se o êrro e sua difusão, uma vez que a data considerada era baseada em hipóteses e deduções.

Entretanto, depois que foi descoberto o original da referida carta e na atual situação de desenvolvimento dos conhecimentos da História do Brasil, não mais deviam permanecer razões para dúvidas.

A carta de Pero Vaz de Caminha, após ter permanecido quase três séculos desconhecida, veio a ser encontrada num arquivo português. Teve notável repercussão histórica sua publicação em 1817, porque serviu para esclarecer alguns pontos controversos acêrca do descobrimento do Brasil.

Para o conhecimento e uso de nossos professôres, transcreveremos parte dessa carta, tal como nos oferece Jaime Cortesão em sua obra: "Cabral e as origens do Brasil": Trecho da carta de Pero Vaz de Caminha, escrita no ano de 1500 a El-Rei D. Manuel, de Portugal:

> Quarta-feira, 22 de abril:
>
> "E assim seguimos nosso caminho, por êste mar longo, até que, terça-feira das Oitavas de Páscoa, que foram vinte e um dias de abril, estando na dita ilha (uma das de Cabo Verde) obra de 660 ou 670 léguas, segundo os pilotos diziam, topámos alguns sinais de terra, os quais eram muita quantidade de ervas compridas, a que os mareantes chamam botelho, assim como outras a que dão o nome de rabo-de-asno. E, quarta-feira seguinte (22 de abril), pela manhã, topámos aves a que chamam furabuchos.
>
> Neste dia, a hora de véspera, houvemos vista de terra. Primeiramente dum grande monte, mui alto e redondo; e doutras serras mais baixas ao sul dêle; e de terra-chã, com grandes arvoredos: ao monte alto o Capitão pôs nome — Pascoal, e à terra — a Terra da Vera Cruz".

Desta maneira, esperamos que nas comemorações, nas aulas e em tôdas as situações de aprendizagem, daqui por diante, seja referida e visada, exclusivamente a data certa, sem abrir oportunidade a futuras dúvidas.

BIBLIOGRAFIA:

CAMINHA, Pero Vaz de — Carta a El-Rei D. Manuel. Rio, Biblioteca do Exército Editora, 1957.

CORTESÃO, Jayme — Cabral e as origens do Brasil. Rio, Imprensa Nacional, 1943.

NOME DE TIRADENTES

Notas de Eddy Fores Cabral e Aretê Saldanha Vargas

Também o nome do mártir da Inconfidência tem sido encontrado com diversas apresentações nos compêndios escritos para as crianças. Oferecemos aos professôres trecho da "Sentença da Alçada", proferida no Rio de Janeiro a 18 de abril de 1792, que está assim redigida e onde se pode encontrar o nome completo e exato do chefe da Inconfidência Mineira:

> "Portanto condemnam o réo Joaquim José da Silva Xavier, por alcunha Tiradentes, alferes que foi da tropa paga da capitania de Minas, a que com baraço e pregão seja conduzido pelas ruas públicas ao lugar da forca, e n' ella morra morte natural para sempre, e que depois de morto lhe seja cortada a cabeça e levada à Villa Rica, aonde em o lugar mais público d' ella será pregada em um poste alto até que o tempo a consuma; o seu corpo será dividido em quatro quartos e pregados em postes pelos caminhos de Minas, no sítio da Varginha e de Sebolas, aonde o réo teve as suas infames praticas, e os mais nos sítios de maiores povoações, até que o tempo também o consuma. Declaram ao réo infame, e infames seus filhos e netos, tendo-os, e seus bens aplicam para o fisco e camara real, e a casa em que vivia em Villa Rica será arrasada e salgada, e que nunca mais no chão se edifique, e não sendo proprias, serão avaliadas e pagas ao seu dono pelos bens confiscados, e no mesmo chão se levantará um padrão pelo qual se conserve em memória a infamia d'este abominável réo".

BIBLIOGRAFIA:

AUTOS DA DEVASSA DA INCONFIDÊNCIA MINEIRA — Edição do Ministério de Educação e Cultura. Rio, 1942.

NOTA: Oportunamente, êste comunicado será publicado na Revista do Ensino do Rio Grande do Sul.

Elaborado por

Eddy Flores Cabral
Técnico em educação do CPOE.

OFÍCIOS

Pôrto Alegre, 3 de março de 1959

Ofício circular n.º 100

Senhor Delegado

Anexo ao presente, estamos enviando a V. S.ª, para divulgação entre as unidades escolares dessa região, um folheto fornecido pelo "Conselho Nacional de Proteção aos Indios" intitulado: "Brinquedos de nossos índios".

Lembramos que o aludido folheto, além de concorrer para despertar o interêsse de nossas crianças pelo conhecimento da vida do silvícola brasileiro e sua valorização como criatura humana, poderá servir de complemento às atividades surgidas no plano sôbre o índio, que será publicado na Revista do Ensino do corrente mês.

Desejamos, com o referido material, prestar nossa colaboração aos professôres no planejamento de atividades escolares ligadas à comemoração do "Dia do índio" (19 de abril).

Cordiais Saudações

Sarah Azambuja Rolla
Diretora do C.P.O.E.

Pôrto Alegre, 9 de março de 1959

Ofício circular n.º 114

Sr. Delegado

Encareço a V. S.ª, dado o atraso com que chegará a essa Delegacia da Revista do Ensino relativa ao mês de março, seja a mesma distribuída às escolas com a maior brevidade possível.

Tal encarecimento é feito em virtude do referido exemplar conter um documentário sôbre o silvícola brasileiro e um planejamento de trabalho preparatório para a comemoração do Dia do índio, efeméride que transcorrerá dia 19 de abril próximo.

Agradecendo de antemão a acolhida que houver por bem dispensar ao presente, apresentamo-lhes, na oportunidade,

Cordiais Saudações

Sarah Azambuja Rolla
Diretora do C.P.O.E.

Pôrto Alegre, 19 de março de 1959

Ofício circular n.º 145

Sr. Diretor

Decorrendo no dia 21 do corrente o Centenário do nascimento do eminente prof. Dr. Protásio Alves, solicitamos seja condignamente comemorada a passagem de data tão significativa, orientando-se as atividades escolares no sentido do estudo e apreciação dos aspectos de valor significativo da vida e obra do ilustre filho do Rio Grande do Sul.

Enviamos, em anexo, dados biográficos do homenageado, bem como algumas sugestões de atividade que deverão ser prèviamente adaptadas ao nível de desenvolvimento da classe.

Outrossim, lembramos que os trabalhos se poderão prolongar até quando perdurar o interêsse dos alunos.

Confiamos a V. Senhoria a observância da determinação constante do presente ofício circular.

Cordiais saudações

Sarah Azambuja Rolla
Diretora do C.P.O.E.

PATRÔNO: PROTÁSIO ANTÔNIO ALVES

Médico e político. Nasceu em Rio Pardo a 21 de abril de 1859. Diplomado em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, fêz viagem de estudo a Roma, Paris e outros centros europeus.

Fundou a Faculdade de Medicina de Pôrto Alegre, de que foi diretor durante muitos anos. Membro influente do Partido Republicano e amigo de Júlio de Castilhos, foi Deputado Estadual, Secretário do Interior e Vice-presidente do Estado. Pela inteligência, cultura, espírito humanitário e integridade de caráter, deve o dr. Protásio Alves ser considerado um dos maiores vultos rio-grandenses.

Faleceu em 5 de junho de 1933.

OBJETIVO

Comemorar o transcurso do centenário de nascimento de personalida de ilustre, evocando sua memória, destacando suas virtudes, sua atuação no meio social e profissional, a obra que realizou, sua repercussão e importância.

OPORTUNIDADES	SUGESTÕES APLICÁVEIS A TÔDAS AS SÉRIES		HÁBITOS E ATITUDES
1. Leitura de trechos que forneçam informações relativas à vida do homenageado (livros, artigos, folhetos, jornais, etc.).	LINGUAGEM	1. Leitura expressiva de pequenos trechos sôbre a vida e obra do homenageado.	1. Honrar e respeitar os grandes vultos municipais, estaduais ou nacionais.
2. Estudo da biografia do homenageado, para elaboração de trabalhos ilustrados sôbre o assunto.		2. Interpretação do material examinado.	2. Valorizar a contribuição brasileira ao progresso geral da civilização.
3. Palestras de pessoas habilitadas a prestar aos alunos informações sôbre a vida e a obra do extinto.		3. Reprodução de episódios lidos ou narrados pela professôra.	3. Desenvolver hábitos de análise objetiva e julgamento imparcial de atitudes próprias e alheias.
4. Entrevistas com as citadas pessoas e também com familiares do homenageado, a fim de colhêr informações, visando o debate de assuntos relacionados com as palestras proferidas.		4. Pesquisa em livros da biblioteca.	4. Consultar livros didáticos, listas telefônicas, guias de rua, mapas, atas, dicionários, etc.
5. Intercâmbio com diferentes escolas, divulgando informações sôbre a vida e obra do homenageado.		5. Seleção de sentenças ou frases ligadas à vida e obra do extinto.	5. Desenvolver o sentimento de solidariedade humana.
6. Distribuição, para tôdas as turmas da Escola, de boletins, cartazes ou prospectos, com as citadas informações.		6. Redação de convites para assistir às comemorações.	6. Planejar o trabalho antes de executá-lo.
7. Promoção, organização e julgamento de um concurso de composições sôbre a vida e obra do homenageado e sua importância.		7. Redação de agradecimentos a autoridades, entidades, sociedades, que hajam colaborado nos festejos.	7. Recorrer, quando necessário e de maneira conveniente, aos serviços públicos competentes.
8 Entronização solene do retrato do homenageado, em escolas que o tenham por patrono. Divulgação de sua fotografia entre as demais Escolas.		8. Cópia de pequenos trechos e citações.	8. Tomar conciência da própria responsabilidade na solução de problemas escolares e, por analogia, da importância de sua colaboração e influência na solução futura de problemas da comunidade.
9. Discussão sôbre trabalhos realizados em comum.		3. Narração de fatos relacionados com a vida e obra em causa.	9. Valorizar os benefícios da atuação dos antepassados, que se traduzem em vantagens, materiais ou espirituais, que desfrutamos atualmente..
10. Dramatização de passagens significativas da vida do homenageado.		10. Fixação, sob a forma de ditado, da grafia de palavras difíceis.	10. Honrar e respeitar as diferentes formas do trabalho humano.
11. Visitas a locais (Assembléias, Teatros, Faculdades, Hospitais, Repartições Públicas, residência, etc.) onde o homenageado tenha nascido, morado, onde haja exercido sua atividade ou que dêle hajam recebido atenção ou benefícios em particular. Da mesma forma, a logradouros públicos que hajam recebido seu nome.		11. Memorização de trechos em prosa e verso.	11. Tratar com urbanidade e delicadeza tôdas as pessoas.
12. Elaboração de registros com as informações sôbre os trabalhos feitos. Leitura de relatórios. Intercâmbio de tais informações.		12. Fundação de um clube de leitura.	12. Participar, com desembaraço e iniciativa, de atividades de natureza coletiva.
13. Visita à estátua ou herma erigida em homenagem ao morto, onde existir.		13. Formação de listas de palavras derivadas, sinônimos e antônimos. Colecionar poesias, provérbios, pensamentos e trechos literários.	
		14. Discussão e planejamento de excursões e passeios, a locais vinculados à possibilidade em foco.	
		15. Análise de palavras desconhecidas, do ponto de vista de sua significação e ortografia. Manejo do dicionário.	
	ESTUDOS SOCIAIS	1. Analisar e compreender a importância do meio em que viveu o homenageado na formação de sua personalidade.	
		2. Estudar o estado, município onde nasceu, viveu e morreu.	
		3. Valorizar a contribuição que o vulto em destaque emprestou ao progresso e evolução da localidade ou instituições (país, município, estado, sociedades, fundações, escolas, etc.)	
		4. Visitar ou excursionar a locais relacionados com a vida e obra do extinto, visando ressaltar aspectos históricos e geográficos.	
		5. Analisar e fixar, através do estudo da vida e obra dessa personalidade ilustre, os deveres inerentes à cidadania, bem como os atributos de verdadeiro líder.	
		6. Organizar álbum comemorativo, com recortes de jornais, fotografias, reportagens, etc.	

Pôrto Alegre, 21 de março de 1959

Ofício circular n.º 150

Sr.ª Diretora

Solicitamos a V. S.ª seja encaminhada a êste Centro, com a possível brevidade, a relação dos alunos que, com mais de dois anos de escolaridade, vêm freqüentando o 1.º ano dessa escola, sem terem logrado resultado positivo na aprendizagem.

Aproveitamos êste ensejo, para apresentar a V. Senhoria

Cordiais saudações

Sarah Azambuja Rolla
Diretora do C.P.O.E.

GRUPO ESCOLAR .....

..... entrância. Endereço: .....

Diretora ..... Orientadora .....

ALUNOS COM MAIS DE DOIS ANOS DE ESCOLARIDADE

N.º	Nome	Idade cronol.	Escolaridade (N.º de anos)	Observações

Pôrto Alegre, 23 de março de 1959

Ofício circular n.º 154

Sr. Diretor

Justificando o estabelecimento de um novo plano de estudos para a escola, desejamos assinalar o fato de o mundo social e científico evoluir continuamente, impondo, desta forma, aos educadores novas atitudes e novas diretrizes para o trabalho de orientação dos educandos, conservados, embora, os valores filosóficos perenes que caracterizam a cultura do país.

Aquêle que aprende deve ser considerado como um todo que age integralmente, implicando a aprendizagem em um processo de desenvolvimnto do próprio ser, pelo que êste recolhe e guarda das experiências que realiza e das vivências por que passou.

A educação não consiste, portanto, apenas na aquisição, pelas gerações novas, do que houver de sistemático na cultura; importa também em algo experimental que se caracterize pelo propósito individual do aluno de alcançar, sob a orientação do mestre, determinados objetivos.

A forma de atingir êsse processo de aprendizagem será colocarem-se os educandos em contato com situações vitais, permitindo-se-lhes abordá-las construtivamente, de acôrdo com sua idade e condições.

Nosso objetivo, como professôres, será guiá-los na resolução dos problemas que se lhe apresentem, problemas e experiências que, embora suficientemente difíceis para estimular-lhes a iniciativa, não deverão ser tão complexos que os levem a decepções ou frustações pela impossibilidade de resolvê-los.

A educação deve constituir-se, antes de mais nada, em uma técnica de vida e uma técnica de vida não se ensina por definições ou por preceitos; supõe meios pelos quais a criança se habitue a agir segundo normas que se inscrevam, definitivamente, no seu modo de proceder.

A criança educar-se-á melhor, observando, assumindo responsabilidades, realizando experiências, com o que irá marcando profundamente seu espírito com o cunho da verdade realista.

Para melhorar um estilo de vida, não será suficiente nem a provisão de recursos materiais, nem o sustarem-se atitudes ou impedirem-se hábitos; necessário se torna auxiliar o educando a superar, gradativamente, suas próprias limitações, despertando-se-lhe o desejo de agir no sentido de sua auto-formação.

É essencial que tornemos nossos alunos capazes de abordar com realismo, sinceridade e retidão problemas ao alcance de suas possibilidades, incutindo-se-lhes a confiança no poder que têm de chegar à verdade; ao mesmo tempo se lhes deve formar o espírito crítico, uma vez que a verdade se apresenta de mistura com o êrro.

Cumpre ainda auxiliar o educando na formação dessa "interioridade", essa capacidade de compreender; no que tange às verdades morais e espirituais que elas só serão plenamente atingidas, na proporção direta do acolhimento generoso que cada um lhes dispensar.

Sarah Azambuja Rolla
Diretora do C.P.O.E.

CONTEÚDO DOS PROGRAMAS

NORMAS GERAIS

Os pontos de vista aqui esboçados deverão ser atingidos através dos conteúdos programáticos que serão apresentados.

Constituirão êsses programas um plano graduado para a direção da aprendizagem na Escola Primária.

Procurou-se orientar a escolha dos assuntos e atividades, consoante as necessidades das crianças, de modo a se lhes permitir o desenvolvimento de suas personalidades, propiciar-se-lhes a formação de bons hábitos, o estabelecimento de relações sociais convenientes e de modo a que cada um possa contribuir para o bem-estar da família e da sociedade, sem que se percam de vista os valores reais da formação individual.

Na organização dessas diretrizes, cuidou-se incluir conhecimentos elementares correspondentes à herança cultural do país, sugerir atividades necessárias ao ajustamento às condições econômico-sociais brasileiras, bem como aspectos que contribuam para um melhor conhecimento e compreensão de outros povos.

Procurou-se, outrossim, imprimir todo o aprêço à coordenação entre a vida e as matérias escolares, cuidando-se também para que os assuntos se associassem por suas afinidades.

Oferecem os conteúdos programáticos dêsse plano de estudos suficiente flexibilidade, permitindo a cada professor ajustá-los, não só à natureza bio-psíquica das crianças como às exigências e características do meio.

Apresentam ainda essas diretrizes a possibilidade de adaptação a diversos processos de ensino, recomendando-se, entretanto, sejam usados pelos professôres os que se fundamentam em teorias atualizadas e comprovadas com relação à natureza do aluno que deverá constituir o centro das atividades escolares, sem que se prescinda, é evidente, da necessária orientação dos professôres.

Visa-se finalmente, com a apresentação dêsses conteúdos programáticos, mais do que impor normas obrigatórias, apresentar sugestões, deixando-se aos professôres ampla margem de iniciativa na utilização dos recursos de que dispuserem, para conduzirem os alunos a atingir as metas ideais da educação elementar.

NORMAS ESPECÍFICAS

Incluem os novos programas objetivos gerais e específicos, bem como sugestões relativas à orientação didática nas várias áreas da aprendizagem.

Considerando-se, ainda, a importância da valorização do esfôrço pessoal de cada aluno na sua formação, incluíram-se relações de hábitos, atitudes e habilidades que, ao fim de cada etapa, deverão ser demonstrados por êles.

Nada impedirá, entretanto, que, uma vez conseguido pelo aluno o domínio mais ou menos perfeito de cada etapa, possa o professor orientá-lo nas experiências correspondentes à imediatamente superior.

Os conteúdos específicos dêsse plano constam do seguinte:

1. ATIVIDADES PREPARATÓRIAS — Visam oferecer às crianças, especialmente àquelas que não tiveram oportunidade de freqüência aos Jardins de Infância, experiências indispensáveis à aprendizagem, em qualquer das suas áreas específicas.

2. ARTES DA LINGUAGEM — Os programas de Linguagem, parte integrante de qualquer dos aspectos do trabalho escolar, cuidam em especial, propiciar aos alunos de curso primário o aperfeiçoamento gradativo de expressão oral ou escrita, bem como iniciá-los na leitura e possibilitar-lhes o desenvolvimento da capacidade de ler e interpretar, corretamente, idéias contidas em livros ou periódicos, material literário ou informativo compatível com seus interêsses e grau de desenvolvimento.

Inclui o programa de Linguagem as seguintes áreas: Leitura, Escrita, Composição, Gramática e Ortografia.

3. ARITMÉTICA E GEOMETRIA — Teve-se por objetivo, na organização dêsses programas, familiarizar os alunos com situações matemáticas a seu alcance, apresentadas na vida quotidiana, de modo a favorecer-se-lhes a significação das operações que envolvam quantidade, o que deverá, outrossim, constituir alicerce seguro para a aquisição das noções subseqüentes.

4. ESTUDOS SOCIAIS — Visou-se, na organização dos conteúdos programáticos constantes dessa área, focalizando-se especialmente os aspectos humanos da vidade quotidiana, auxiliar os alunos a construir o respeito próprio e pelo próximo, desenvolverem-se apreciações referentes a interrelações, quer no campo familiar, quer escolar, quer de comunidade; levar-se gradativamente os alunos a reconhecer o grau de responsabilidade que lhes cabe em relação aos grupos dos quais fazem parte.

Cuidou-se ainda, através das experiências e conhecimentos relativos a seu habitat, quer no aspecto histórico, quer no aspecto geográfico, favorecer a fixação dos educandos ao meio, com vistas à repressão do êxodo dos campos e à superpopulação dos centros urbanos e à conseqüente constituição de grupos marginais.

Outrossim, partindo-se de conhecimentos e experiências sociais relativas ao meio, procurou-se levar gradativamente os alunos à apreciação de problemas do mundo contemporâneo e à necessária compreensão e solidariedade universais.

5. ESTUDOS NATURAIS — No planejamento das atividades referentes aos estudos naturais, visou-se levar as crianças ao desenvolvimento da capacidade de observação da vida animal, vegetal e mineral, do meio em que habitam, bem como à apreciação dos fenômenos ao alcance de sua percepção.

Procurou-se, outrossim, levar os alunos à possibilidade de desfrutar um relativo bem-estar, através dos cuidados higiênicos-sanitários e pelo aproveitamento conveniente dos recursos naturais a seu alcance.

6. DAS ARTES — Considerando ARTE o poder criativo do espírito humano, devemos encontrá-la, na E. Primária, através das mais diversas manifestações: na expressão lingüística do pensamento, na disposição de um trabalho escrito, no arranjo de uma sala ou na disposição de um quadro, nos trabalhos específicos de desenho, música, etc.

Arte, para a criança, deve caracterizar tudo que lhe é próprio, fruto espontâneo de seu espírito.

Evidentemente, não poderemos estabelecer um paralelo entre a arte adulta e a infantil. Sendo, como é, a criança um ser em desenvolvimento, as manifestações artísticas de seu espírito obedecerão também a uma evolução.

O importante, portanto, na direção do trabalho artístico da criança, é a consideração de que cada uma delas se deve desenvolver consoante suas próprias possibilidades, não cuidando o professor de impor quaisquer mudanças no curso de suas manifestações e limitando-as tão sòmente a incentivar a sua capacidade criadora.

É necessário que, no desenvolvimento de um programa de artes, cada manifestação do aluno constitua uma demonstração da sua maneira própria de sentir e se caracterize pela satisfação de expressar-se.

Através de suas criações artísticas, a criança cresce na habilidade de fazer julgamentos, e progride na capacidade de iniciativa na resolução de problemas.

Assim sendo, o método conveniente a êsse setor da direção de aprendizagem, buscar-se-á na premissa de que o crescimento da capacidade criativa da criança é semelhante ao crescimento de uma planta: não se poderão esperar resultados muito significativos do ponto de vista adulto, tão logo a criança seja iniciada no trabalho criativo. Coloque-se, isso sim, o aluno em condições que favoreçam sua auto expressão, não se imprimindo regras para êsse desenvolvimento. Ao professor caberá o respeito para suas opiniões e idéias, assim como a demonstração de real entusiasmo por qualquer progresso apresentado pelo aluno, no sentido da evolução verificada em seu trabalho criativo.

7. DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Com vistas à formação integral da criança, não se poderá omitir, na Escola Primária, o cuidado com o aspecto físico de desenvolvimento infantil.

Orientado de acôrdo com os interêsses e necessidades das crianças, o programa de Educação Física permitirá: o desenvolvimento de habilidades, coordenações sensório-motoras; o crescimento da capacidade de iniciativa, sempre que forem requeridas rapidez nas decisões e prontidão nas reações; favorecerá, outrossim, o desenvolvimento do espírito de grupo, concorrendo para o ajustamento social do aluno; propiciará oportunidade de concretização de desejo de aventura, movimento e sensação, assim como ocasiões de o aluno medir-se com obstáculos e companheiros, atitudes próprias à sua natureza em desenvolvimento.

Levará os educandos à compreensão da necessidade de cumprir regras e códigos para a consecução do bem-estar pessoal e coletivo; permitirá ainda, do ponto de vista pessoal do aluno, o ajustamento de suas tendências inatas, levando-o à modificação gradativa de suas formas de comportamento.

8. RELIGIÃO

Embora de matrícula facultativa, deve constituir o ensino religioso disciplina integrante do plano de estudos.

Dentro da concepção espiirtualista da filosofia cristã, o ensino da Religião deve alicerçar-se nos valores que representam a essência da natureza humana, criando um clima de alegria, otimismo e segurança, garantia de vida plena e contínua, transcendente das limitações materiais da humanidade.

Tendo, como objetivo precípuo, a mobilização das fôrças espirituais e afetivas do educando, o ensino religioso deve ser orientado no sentido do estabelecimento de íntimas relações com a vida, dando a esta sentido e direção, devendo, conseqüentemente, estar presente em todos os momentos da vida escolar e extra-escolar.

No desenvolvimento do programa, elaborado pelas autoridades confessionais, deve ser atendida a evolução psicológica do educando, apresentando-se a matéria de acôrdo com a idade e escolaridade do aluno.

Com essas considerações gerais sôbre os conteúdos de cada um dos programas a serem desenvolvidos na Escola Primária, encaminhamos aos senhores professôres roteiros que, em caráter experimental, deverão ser aplicados no corrente ano, nas escolas e classes que venham realizando a Reforma constante do novo plano de estudos dêsse grau.

Pôrto Alegre, 24 de março de 1959.

Sarah Azambuja Rolla
Diretora do C. P. O.E.

Pôrto Alegre, 20 de abril de 1959

Ofício circular n.º 228

Sra. Diretora

Tendo sido fundada, nesse estabelecimento, uma cooperativa escolar, registrada no Ministério da Agricultura e também na Secção de Assistência ao Cooperativismo, da Secretaria de Economia, bem como na Mesa de Rendas de Pôrto Alegre, torna-se imprescindível a observância dos itens constantes da Legislação Cooperativista, para o bom funcionamento dessa sociedade escolar.

Consoante o Dec. 6980, art. 5, letra "a", deverá essa cooperativa, em cada mês, e até o dia 7 p.v. expedir-nos dois exemplares de balancete, devendo ficar outra cópia no arquivo dessa entidade.

Fica entendido que o fornecimento de material escolar é feito exclusivamente ao associado, não sendo permitida, em nenhuma hipótese, sua venda a não ser por intermédio da cooperativa.

Certa de que V. Senhoria se empenhará no sentido de dar cumprimento às referidas diretrizes apresentamos

Cordiais saudações

Sarah Azambuja Rolla
Diretora do C. P. O.E.

Pôrto Alegre, 30 de abril de 1959.

Ofício circular n.º 254

Senhor Delegado

Sr. Diretor de Escola Normal

Transcorre a 15 de maio a festa de S. João Batista de La Salle, patrono do Magistério Público do Estado, segundo pronunciamento expresso do magistério consubstanciado no Decreto n.º 9872 de 22-12-58.

Por esta ocasião, recomenda o Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais aos professôres a apreciação da vida e obra do eminente educador, modêlo de idealismo, elevada vocação para o magistério, paradigma de amor e respeito ao educando, na sua preocupação constante pelo aprimoramento dos métodos e processos educacionais.

Como fonte de consulta pode servir a seguinte bibliografia:

1 — Manuais de História de Pedagogia.

2 — Meditações de S. João Batista de La Salle para Educadores Cristãos.

3 — Vida de S. João Batista de La Salle — Ir. Bernardo.

4 — Vida de S. João Batista de La Salle — Lochu

5 — Um precursor da Pedagogia Moderna — Ir. Henrique Justo.

As obras acima referidas são encontradas nas livrarias de P. Alegre.

Confiamos a V. Senhoria o encargo de transmitir a presente recomendação aos senhores professôres pertencentes a essa Região Escolar.

Vale-nos o ensejo para apresentar a V. Senhoria

Atenciosas Saudações

Sarah Azambuja Rolla
Diretora do C. P. O.E.

Pôrto Alegre, 4 de maio de 1959

Ofício circular n.º 258

Sr. Delegado

Comunicamos a V. S.ª que os Grupos Escolares que não estão em regime de reforma, bem como as Escolas Isoladas e Rurais, farão no corrente ano uma prova única.

Solicitamos, pois, a V. S.ª leve ao conhecimento das Direções das referidas escolas essa determinação, a fim de que sejam realizadas as sabatinas mensais, para que as médias dessas verificações influam na classificação para o ano de 1960.

Nesta oportunidade, apresentamos a V. S.ª cordiais saudações.

Sarah Azambuja Rolla
Diretora do C. P. O.E.

Pôrto Alegre, 20 de maio de 1959

Ofício circular n.º 326

Sr. Delegado

Solicitamos a V. Senhoria encaminhe às escolas dessa Região, em regime de reforma, o Programa Experimental de Gramática.

Outrossim, atendendo ao que prescreve a Portaria n.º 36, de 28 de janeiro de 1959, do Sr. Ministro de Educação, devem ser enviados a todos os estabelecimentos de ensino da Região, os exemplares do "Estudo dos valores gramaticais" **(contendo a nova nomeclatura gramatical)** que, com o Programa Experimental de Gramática, segue junto ao presente.

Valemo-nos da oportunidade, para apresentar a V. Senhoria nossas

Cordiais saudações

Sarah Azambuja Rolla
Diretora do C. P. O.E.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

DIRETORIA DO ENSINO SECUNDÁRIO

SECÇÃO DE INSPEÇÃO

Portaria n.º 36, de 28 de janeiro de 1959

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, tendo em vista as razões que determinaram a expedição da Portaria n.º 152.

de 24 de abril de 1957, e considerando que o trabalho proposto pela Comissão resultou de minucioso exame das contribuições apresentadas por filólogos e lingüístas, de todo o País, ao Anteprojeto de Simplificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira,

R E S O L V E

Art. 1.º — Recomendar a adoção da Nomenclatura Gramatical Brasileira, no ensino programático da Língua Portuguêsa e nas atividades que visem à verificação do aprendizado, nos estabelecimentos de ensino.

Art. 2.º — Aconselhar que entre em vigor:

a) para o ensino programático e atividades dêle decorrentes, a partir do início do primeiro período do ano letivo de 1959;

b) para os exames de admissão, adaptação, habilitação, seleção e do art. 91, a partir dos que se realizarem em primeira época para o período letivo de 1960.

As) **Clovis Salgado**

Pôrto Alegre, 5 de junho de 1959.

Ofício circular n.º 386

Sr. Delegado

Chegou ao conhecimento dêste órgão técnico que diversos fatôres dificultaram, no corrente ano, a implantação da Reforma do Ensino Primário no Interior e que, em algumas Regiões, reduzido número de escolas está incluído no novo plano de estudos.

Necessário se faz, portanto, o exato contrôle do movimento da Reforma no Estado, tendo em vista não só a remessa de material para as escolas que estão nesse regime como também o conhecimento do número de alunos, que serão submetidos às provas-diagnóstico, no fim do ano letivo em curso.

Assim, solicitamos nos envie V. Senhoria, até 5 de julho próximo, os dados constantes nos quadros anexos ao presente.

Contamos com a colaboração dessa Delegacia para que, dentro do prazo acima estabelecido, sejam encaminhados a êste Centro, os quadros em referência, devidamente preenchidos.

Neste ensejo, apresentamos a V. Senhoria nossas

Cordiais Saudações

Sarah Azambuja Rolla
Diretora do C. P. O.E.

.....*REGIÃO ESCOLAR*

REFORMA DO ENSINO PRIMÁRIO — 1959

N.º	ESCOLAS EM REGIME DE REFORMA	LOCALIDADE	MUNICÍPIO	N.º DE PROFESSÔRES	N.º DE ALUNOS

DATA:.....

DELEGADO REGIONAL DE ENSINO

.....

ORIENTADORES DE EDUCAÇÃO PRIMÁRIA

.....

.....

..... Região Escolar

REFORMA DO ENSINO PRIMÁRIO — 1959

ESCOLAS EM REGIME DE REFORMA	CLASSES REGULARES								CLASSES DE RECUPERAÇÃO									
	1.º ano		2.º ano		3.º ano		TOTAL		2.º C		2.º D		2.º R¹		3.º C		3.º D		3.º R¹		3.º R²	
	C1.	A1.	C1.	A1.	C1.	A1.	C1.	A1.	C1.	A1.	C1.	A1.	1.	A1.	C1.	A1.	C1.	A1.	C1.	A1.	C1.	A1.
TOTAL:																						

ESCOLAS EM REGIME DE REFORMA	CLASSES DE RECUPERAÇÃO																		TOTAL		Casses Mistas			
	4.º C		4.º D		4.º R¹		4.º R²		4.º R³		5.º C		5.º D		5.º R¹		5.º R²		5.º R³		5.º R⁴				2.º CM		2.º DM	
	C1.	A1.	C1.	A1.	C1.	A1.	C1.	A1.	C1.	A1.	C1.	A1.	C1.	A1.	C1.	A1.	C1.	A1.	C1.	A1.	C1.	A1.	C1.	A1.	C1.	A1.	C1.	A1.
TOTAL:																												

ESCOLAS EM REGIME DE REFORMA	CLASSES MISTAS																		TOTAL		CLASSES MISTAS			
	2.ºRM¹		3.º RM¹		3.º RM²		4.º RM¹		4.º RM²		4.º RM³		5.º RM¹		5.º RM²		5.º RM³		5.º RM⁴				1.º ARM		2.º ARM	
	C1.	A1.	C1.	A1.	C1.	A1.	C1.	A1.	C1.	A1.	C1.	A1.	C1.	A1.	C1.	A1.	C1.	A1.	C1.	A1.	C1.	A1.				
TOTAL:																										

ESCOLAS EM REGIME DE REFORMA	CLASSES MISTAS																		CLASSES QUE NÃO ENTRARAM NA REFORMA					
	3.º ARM		4.º ARM		5.º ARM		2.º BC		3.º BC		4.º BC		5.º BC		2.º BCRM		3.º CRM		TOTAL		4.º ano		5.º ano		TOTAL	
	C1.	A1.	C1.	A1.	C1.	A1.	C1.	A1.	C1.	A1.	C1.	A1.	C1.	A1.	C1.	A1.	C1.	A1.	C1.	A1.	C1.	A1.	C1.	A1.	C1.	A1.
TOTAL:																										

INSTRUÇÕES PARA O PREENCHIMENTO DOS QUADROS REFERENTES ÀS CLASSES DAS ESCOLAS EM REGIME DE REFORMA

Páginas 2, 3, 4 e 5. No item "Escolas em regime de reforma" poderão figurar, apenas, o número e as iniciais da escola. (Ver página 1 onde se encontra o nome do estabelecimento) Exemplo:

1. Almirante Barroso (Página 1). Página 2, 3, 4 e 5 1. A. B.
2. Santos Dumont (página 1). Página 2, 3, 4 e 5: 1.S.D.

Páginas 3 e 4 — "Classes mistas". Deverão figurar no quadro tôdas as classes mistas em relação à idade. Exemplo: 2.º RM^1, 5.º RM^2, etc.

Páginas 4 e 5— Classes Mistas — Deverão figurar as classes:

a) **Mistas em relação à idade:** 1.º ARM, 2.º BRM, etc.

(Classes constituídas de alunos de classe regular — A ou B — e de alunos de classes de recuperação — 2.º R^1 — 3.º R^1; 3.º R^2 — 4.º R^2;)

b) **Mistas em relação ao nível de aprendizagem:** 2.º BC, 3.º AC, etc.

(Classes constituídas de alunos de classes regulares — A ou B — e de alunos de classes de recuperação — C).

c) Mistas em relação ao nível de aprendizagem e à idade: 2.º BCRM, 3.º ACRM (classes constituídas de alunos de classes regulares — A ou B — e de alunos de classes de recuperação — C e R (3.º R^2, 4.º R^2, 4.º R^3, 5.º R^3).

Páginas 2, 3, 4 e 5 — As abreviações C1 e A1 significam respectivamente classes e n.ºs de alunos. O que deve ser registrado é o número de classes e de alunos de cada série escolar.

OBSERVAÇÃO — Deverão figurar, nos quadros, outras classes cujas denominações não foram previstas por êste Centro. Nêsse caso deve vir explícita a constituição das mesmas.

Pôrto Alegre, 19 de setembro de 1959.

Ofício circular n.º 733 A

Sr. Diretor

Sr. Professor Fiscal

As riquezas naturais, particularmente, a flora e a fauna representam um capital de valor inestimável cujo usofruto é destinado a todos em tôdas as épocas. Infelizmente, numerosas espécies de animais e plantas vêm sendo extinguidas pelo homem em seu próprio prejuízo.

Cabe à escola, pois, propiciar ao educando a formação de atitudes positivas em relação à natureza e, em especial às aves, despertando-lhe a curiosidade pela observação pos pássaros, suas características, seu valor, levando-os a compreender a necessidade da existência dos mesmos para o equilíbrio biológico da natureza, substituindo seus hábitos de captura pelo interêsse pelas coisas vivas e sua conservação.

Assim, atendendo à solicitação da União Protetora da Natureza, recomendamos seja comemorada nessa escola a Festa da Ave, dia 4 de outubro próximo, data de falecimento de S. Francisco de Assis, o grande amigo dos animais.

Anexamos ao presente algumas sugestões para o trabalho a ser desenvolvido nas escolas, bem como material informativo para o professor.

Nesta oportunidade, apresentamos a V. Senhoria

Cordiais Saudações

Sarah Azambuja Rolla
Diretora do C. P. O. E.

PLANO GERAL PARA AS COMEMORAÇÕES DA FESTA DA AVE

OBJETIVOS:

— Propiciar a formação de atitudes positivas em relação à natureza e em especial às aves.

— Oportunizar a prática de atividades investigadoras, desenvolvendo a observação e a capacidade de experimentação do educando e bem assim, ampliando-lhe as experiências.

— Cultivar e fortalecer o interêsse e o amor pelas aves.

— Favorecer a aprendizagem de alguns aspectos das Ciências Naturais.

ATIVIDADES:

— Realizar excursões como visitas a museus e zoológicos da localidade. O contato real com o meio estabelece não só o gôsto, como o verdadeiro amor à natureza, fundamentado no seu conhecimento. Melhor se cultivará a proteção à natureza pelo contato permanente com ela do que pela leitura de obras.

— Observar uma ave (um passarinho ou um pombo cujo tamanho permite melhor manuseio), reconhecendo os caracteres que a tornam diferente dos mamíferos: penas em lugar de pêlos, bico em lugar de bôca, ausência de dentes, posição bípede, asas em lugar de braços. Observar o ninho e a postura.

— Observar a família dos pássaros caracterizada pelos cantos e chamados peculiares.

— Observar a família das aves trepadoras, com pés especiais para se susterem nos galhos, tais como os papagaios, interessantes pela longa vida que têm, alguns chegando a viver 80 anos e por poderem imitar a voz humana e os sons emitidos por outros animais.

— Observar aves pernaltas, assim chamadas porque têm as pernas longas, tais como a garça, muito elegante, vivendo à beira dos rios e lagos, alimentando-se de peixes e insetos.

— Observar aves palmípedes, com pés espalmados, apresentando membranas entre os dedos, próprios para o nado, como o pato, ganso que nos dão boa carne e ovos, o cisne majestoso e belo, deslizando sôbre a água, inspiração de músicos e bailarinos.

— Observar aves de rapina como o gavião e os urubus, êsses, às vêzes, alimentando-se de carniças realizam limpeza nos campos.

— Observar aves corredoras, que não voam, apenas correm, como a ema que no galope de asas abertas, cada pulo é de 1,70m. A gema do ôvo chega a valer 15 gemas de galinha. Quando está a chocar ovos,

acostuma cavar um pequeno buraco na terra e, à aproximação de estranhos, esconde a cabeça, considerando-se bem segura com a cabeça escondida e o corpo de fora.

— Observar os columbinos que são os pombos e tôdas as aves semelhantes que voam muito e sendo, ainda hoje, utilizados nos exércitos.

— Organizar uma lista das aves que fôr posível identificar, quer pela plumagem, quer pelo canto. Tentar assoviar o que cantam ou reproduzir-lhe as notas em algum instrumento musical.

— Tomar uma ave na mão, medir a sua temperatura por meio de um termômetro e conversar sôbre as vantagens que levam os animais de temperatura quente, principalmente, durante a estação fria.

— Notar que as aves têm esqueleto, que apresentam a grande particularidade dos ossos longos estarem transformados em câmaras pneumáticas, isto é, cheios de ar para permitirem o vôo, enquanto que nos mamíferos contêm a médula que chamamos vulgarmente de tutano.

— Construir, quando possível — na escola ou no lar — um comedouro para aves, para atrair os pássaros. (Basta para isso uma tábua de madeira prêsa a um suporte, em lugar mais ou menos abrigado colocando uma vasilha com grãos e pedacinhos de pão.

— Construir uma banheira rasa para aves, montada sôbre estaca. Conservá-la sempre cheia de água. (Esta banheira pode ser feita de cimento. Também uma panela velha pode ser colocada sôbre uma pilastra resistente).

— Ler trechos, poesias e quadrinhas relacionados com o assunto em estudo.

— Fazer composições alusivas às aves.

— Realizar dramatizações.

— Recitar poesias e quadrinhas

— Apreciar gravuras.

— Organizar frisos com desenhos, recortes e gravuras.

— Recortar estampas de velhas revistas e jornais para organizar um álbum sôbre aves.

MATERIAL INFORMATIVO PARA O PROFESSOR

Anexo n.º 2
(Festa da Ave)

I — Orientação para a observação dos pássaros:

Podem-se conhecer os pássaros e mais espécies de pássaros, aprendendo como olhá-los. Começar por despertar a atenção para os pássaros da própria vizinhança. Não tentar memorizar os detalhes da asa, a côr da cabeça ou a cauda. Aprender a conhecer o pássaro como uma figura total. Quando fôr possível reconhecer um pardal, um beija-flor ou um sabiá, então concentrar nas marcas que os distinguem: côr, hábitos, formas de movimento, especial forma de vôo, e, o mais importante, o canto e os chamados. Cada uma dessas particularidades ajudam a conhecer o pássaro que se vê.

Encontram-se pessoas interessadas em pásaros mais do que se pode imaginar. Estando elas muitas vêzes organizadas em clubes, procurar informar-se da existência dos mesmos na localidade. Essas pessoas poderão ser um valioso auxiliar para prestar valiosas informações. Na identificação dos pássaros a prática é o essencial, devem-se olhar os pássaros tantas vêzes quantas se possa. A melhor hora para observação é pela manhã.

Equipamento — O único essencial equipamento para olhar os pássaros é par de olhos. Bons olhos ajudam. Mas há caminhos a seguir para a diversão, alguns dos quais envolvem despesa. Um pequeno caderno de notas. Um livro guia é importante. Um pequeno caderno para recordar os detalhes, as informações já obtidas. Lentes de aumento ou binóculo e uma boa máquina fotográfica, a mais dispendiosa do equipamento.

Onde olhar — Os pássaros estão por tôda parte. Entretanto para olhar mais pássaros, devem-se procurar os melhores lugares, fazendo para isso uma pesquisa local com essa finalidade

Como olhá-los — Penetrar com movimentos vagarosos e respiração curta, nos lugares onde êles se encontram. Os agudos olhos dos pássaros são fàcilmente assustáveis pelo movimento. Obervadores experimentados conseguem que os pássaros se aproximem.

Por que olhá-los — Quando uma pessoa é realmente interessada, nada agrada tanto como ver um bonito pássaro, identificada a espécie, se já havia sido visto antes. Todo o conhecimento adquirido acêrca de pássaros é recordado. Quando se lê alguma coisa sôbre a importância dos pássaros no mundo, de sua vida, sabe-se que êles ajudam o contrôle de muitos insetos que são pragas para as plantações. No próprio jardim pode não ser isso muito notado mas, em extensão, os pássaros ajudam a colocar os insetos em cheque. Pela observação dos pássaros descobre-se muito acêrca de seus alimentos e hábitos e então se está habilitado para proteger aquêles que necessitam auxílio na ordem da sobrevivência.

II — Relação de aves brasileiras

Aves brasileiras — citando apenas algumas: tico-tico, andorinha, sabiá, periquitos, pica-pau, joão-de-barro, bem-te-vi, beija-flor, urubu, coruja, garça, gaivota, quero-quero, ema, perdiz, mergulhão, colhereiro, anu, pombo.

Dados Informativos:

Corujas — Consideradas pelo povo como aves agoureiras, malquistas geralmente, porém tôdas elas devem ser incluídas nas aves dignas de proteção, pois nas suas caçadas noturnas destroem quase sòmente roedores, raramente apanham algum passarinho. A prevenção gratuita baseia-se na vida misteriosa destas aves de rapina de vôo silencioso e vista afeita à escuridão. Certas espécies são dotadas de penacho, outras não o possuem. Algumas vivem na mata e outras nos campos, outras, ainda, durante a noite se encontram no cimo dos campanários das igrejas ou no travejamento das velhas casas arruinadas. São pouquíssimas as espécies que atacam ocasionalmente os ninhos dos pássaros, segundo parece, nem o fazem com êxito. Entre as primeiras referidas se acha a suindara, que tem também os nomes vulgares de suinara e coruja branca, cujos exemplares, por vêzes, atacam os filhotes das andorinhas que se abrigam nos telheiros das igrejas ou dos forros das habitações onde elas se encontram.

Pombas — Êsses columbídeos se acham espalhados por quase todos os Estados do Brasil, vivem em bandos consideráveis, aparecendo com freqüência nos roçados e plantações de milho. Coloração cinza

azulado. Os bicos e os pés e o íris são vermelho-carminados. A grande parte dessas aves são migradoras. O estrepitoso bater das asas chama logo a atenção do obervador. O pombo é muito resistente e adata-se fàcilmente à vida em cativeiro. Sendo mantidas em viveiro, logo se multiplicam. Quanto à biologia dêsses animais, assim como as espécies afins, temos que: a postura, a incubação e a criação se procedem normalmente. Relataremos, a título de curiosidade, particularidades relacionadas com a nutrição dos filhotes: nota-se um carinho excepcional dos pais por seus filhos. Procuram êles pequenas sementes, raramente alguns crustáceos, recolhem ao papo, chegados ao ninho introduzem o bico na garganta dos filhotes, expelem o alimento no esôfago. Dizemos esôfago porque os pombos inoculam o alimento com uma secreção especial do papo, rica em substâncias gordurosas, que lhes permite fácil assimilação e, pois, fácil engorde. E por essa razão que nunca se vê um "borracho" magro. Êsse modo de introduzir o alimento proporciona o espetáculo muito conhecido, de se ver pai e filho num amplexo enternecedor, em que o filhote parece agradecer, com o constante vibrar das asas, o trabalho paterno.

Rolinha — Várias espécies de rôlas pequenas têm vasta distribuição por tôda a América do Sul. Mede 16 cm de comprimento e o colorido é roxo avermelhado, a cabeça é azul-cinzenta. Por tôda a parte, nos sítios e nas fazendas, as rolinhas gostam de associar-se ao trabalho do homem. Isoladas ou em pequenos bandos, percorrem os trilhos e as beiradas das roças e plantações. Quando ainda não foram muito perseguidas pelos caçadores, são confiantes e apenas procuram fugir apressando o passo ou escondendo-se nas moitas. Sua voz é gu-hu, gu-hu repetindo por longo tempo.

Pardal — Pássaro exótico da Ásia, foi uma "calamidade de pena e bico" que o prefeito Pereira Passos encomendou a um amigo de Paris, no evidente intuito de embelezar a urbs brasileira. Suas credenciais, tôdas negativas, são as seguintes: não é pássaro insetívoro, que possa prestar serviços, na horta ou no pomar, catando pragas. É excessivamente briguento e egoísta. Onde êle domina não admite que os outros pássaros do seu tamanho vivam sua vidinha pacata e principalmente útil. Sem cessar, êle atormenta aquêles seus pretensos rivais e, para eliminá-los de vez, lança mão de recursos como: indo aos ninhos dos outros pássaros, joga ao chão os ovos ou mata os pintainhos e toma posse da casa alheia. É do feitio e do tamanho do nosso tico-tico, porém o corpo é mais esguio, a cauda é um pouco mais curta e o bico também menor, mais grosso e mais bruscamente aguçado. A côr é bruno-parda, com tons ferrugíneos, no macho uma grande mancha preta, em forma de guardanapo, arredondado, estende-se da garganta ao eito, as asas são malhadas de prêto e duas listas brancas atravessam as coberturas das asas. A fêmea é um tanto mais castanho-ferrugínea.

Cambaxirra ou Corruíra — Passarinho, todo êle pardo ferrugíneo mais claro em baixo e com as assas e cauda atravessadas por linhas escuras um pouco onduladas. Muito gracioso e irriquieto, êste nosso amiguinho vive a saltitar pelos muros ou, então, da cumieira ou qualquer ponto mais elevado faz ouvir sua melodia chistosa e alegre interrompida, não raro, por uma conversa em tom gutural: kiet-kiet. Seu ninho é feito quase sempre escondido entre as telhas ou em algum outro abrigo seguro. Oferecendo-se-lhe uma caixinha apenas com um buraco, abrigada da chuva e colocada em lugar conveniente, a

corruíra não demora em aceitá-la para esconderijo do seu ninho. Uma vez afeita ao local, tôda a parentela considera-se hóspede da casa, e aluguel será pago com melodias e com o serviço de limpeza da horta e do pomar, conscienciosamente catam os insetos. De cada vez põe 3 a 4 ovos e durante o ano cuida de, pelo menos, 3 posturas, estando assim sempre preocupada com a ninhada, de agôsto até maio do ano seguinte.

Quero-quero — Êste elegante e empertigado habitante das grandes campinas úmidas e dos espraiados dos rios e das lagoas, caracteriza-se bem por ter algumas penas longas na região posterior da cabeça e um esporão encarnado no encontro das asas. O colorido geral é cinzento claro, como ornatos pretos na cabeça, peito, asas e cauda, as coberteiras menores das asas são verde-metálicas, as maiores e a barriga são brancas, o bico e as pernas destacam-se pela côr vermelha. Sua voz diz claramente as duas sílabas que lhe valeram as denominações onomatopaicas, gritadas com timbre quase metálico. Os ninhos, simples panelas rasas, esgravatadas em lugar sêco no meio dos brejos. Quando o quero-quero vê alguém se aproximar do ninho, êle voa para mais longe, grita desesperadamente, volteando ao redor de um ponto qualquer, como se lá estivesse o ninho, afastando a pessoa do lugar onde esteve, quando, então, abranda a fúria. Para se tomar os ovos do quero-quero, é necessário agir com cautela, porque a ave agride no desespêro de defender a ninhada e se tem a prova de que os esporões da asa são armas respeitáveis. As capivaras tiram bom proveito da convivência com o quero-quero, pastando no campo, elas prestam atenção aos gritos da ave e, quando pela entoação característica percebem que o clamor denuncia a aproximação do caçador, prontamente os grandes roedores se refugiam na água.

De cauda curta, com largas patas, seu bico afilado, seu uniforme cinzento de peito negro e branco e seu grito incessante, é a nota local nos prados rio-grandenses.

São aves briguentas, que provocam rixas com qualquer outra espécie de habitantes das mesmas campinas. A própria ema é atacada às vêzes, por um casal apenas, mas com tal insistência e petulante violência que a grande ave, disposta a princípio a não ligar-lhes importância e procurando afugentá-los com movimentos bruscos da cabeça e das asas, por fim se vê obrigada a correr quase meia légua, para livrar-se dos importunos salteadores.

Ema — Grande ave sul americana, dominada pelos índios Nhandu. O povo também lhe dá impròpriamente o nove de avestruz, mas zoològicamente os dois tipos distinguem-se a ponto de serem colocados em famílias distintas, caracterizando-se o avestruz por ter o pé apenas com dois dedos, ao passo que nas espécies sul-americanas o pé tem três dedos. Quanto ao valor econômico, também há grandes diferenças entre as duas espécies: as plumas do avestruz, muito delicadas e artísticas, são muito cotadas no comércio, ao passo que a ema fornece apenas material para a fabricação de espanadores. Bem menor que a avestruz, ainda assim a ema mede 1,30m de altura, seu colorido predominante é o acinzentado em cima, alvacento em baixo, em parte a cabeça e o dorso. É ave gregária que vive em bandos de algumas dezenas e até de 50 ou mais indivíduos. Sua alimentação consiste em vegetais que a ave pasta como qualquer herbívoro e também em insetos e vermes, fortuitamente, outros pequenos animais são devorados com prazer

Além disto vão ao estômago da ave muitas pedrinhas, como aliás é hábito, por estravagância não resiste a ema à tentação de engolir também quanto objeto miúdo lhe desperte a atenção pelo brilho ou pela côr: botões, fivelas, moedas, pregos etc. Singularmente dotadas de um aparelho digestivo poderosíssimo, notando-se pelo grande desgaste que sofrem as peças mais resistentes que são recolhidas ao seu estômago. Ao tempo da procriação cada macho procura arrebatar várias fêmeas, o que naturalmente dá lugar a violentos duelos. Depois de ter preparado uma cova ampla no chão, o macho vai arrebanhando os ovos de suas companheiras, para chocá-los e tal é sua dedicação ou ciúme, que nem permite à fêmea sentar-se no ninho, estendendo o pescoço busca o ôvo posto no chão e fá-lo rolar para a cova. Mede cada ôvo cêrca de 15 por 10 cm., e uma boa ninhada pode conter 25, 35 ou mais ovos, e êstes são chocados durante aproximadamente 6 semanas. Muito embora as condições de procriação sejam favoráveis para que a ema aumente em número, de ano para ano a sua prole, a perseguição pelos caçadores é tal que isso não acontece. Os ovos são muito apreciados por causa das gemas que equivalem a 15 das de galinhas. O povo afirma que, muito de propósito, a ema deixa gorar alguns ovos, para com êles alimentar os pintos recem-nascidos, o caso é verdadeiro apenas com a seguinte explicação: Em tôdas as ninhadas um ou outro ôvo não vinga, e, pôsto para fora da cova, logo sucede quebrar, serve então ao desenvolvimento de muitas larvas de môscas que, a seu tempo, naturalmente não são desprezados pelos filhotes. Ao cabo de duas semanas o pintinho mede 1 metro de altura e já então ninguém mais o alcança a pé, nem os adultos nem bons cavalos de corrida acompanham e a caçada torna-se mais difícil porque, vendo-se em apuros, a ema sabe desviar e enganar o perseguidor. Ao trote, cada passo lhe rende mais de um metro e no galope, de asas abertas, cada pulo é de 1,70m. Distingue-se das outras aves pela falta do osso externo, dêsse conhecido osso do peito, em forma de gume e de bordo e parte posterior cartilaginosos, e pela falta de rémiges das asas, providas sòmente de penas longas e flexíveis, o que não lhe permite alcançar vôo. Na cauda faltam as retrizes, mas, para compensar esta deficiência de plumagem, possui ela as penas musculosas e compridas. Infelizmente a ema vai sendo exterminada em todo o Brasil. Raros são os bandos maiores.

Tico-tico — De ampla distribuição por tôda a América do Sul. Representa entre nós o papel do pardal da Europa, mas apenas no que diz respeito à quase ingênua confiança com que se aproxima de nossas habitações, não só na roça como também nas cidades. Quanto à biologia diferem radicalmente. O tico-tico não é simples granívoro, como se costuma afirmar, mas nas suas refeições dá preferência até a substância animal (besouros, formigas, larvas). Raramente o vamos encontrar só, quase sempre o casal ou um grupinho de 3 ou 4 saltitam pelo chão, pelas sebes, pelos arbustos do jardim. Não gosta do mato deserto, é companheiro do homem. Onde quer que erija uma habitação humana, êle aparece logo a ciscar pelos arredores, sempre com voz curta a fazer ouvir a sílaba sêca tic...tic...tic... que lhe deu o nome onomatopaico. As vêzes alta noite ouve-se-lhe o cantar. É de uma confiança ilimitada e ingênua, jamais desconfia, quando se arma um alçapão ou qualquer outra armadilha, perto de casa, êle é o que vai primeiro.

Faz seu ninho com cuidado, construindo exteriormente de finas raízes e palhinhas, sendo por dentro bem forrado de crinas de animais, muito bem colocadas e ajeitadas pelo movimento de rotação do pró-

prio corpo dentro do ninho. Constrói em arbustos de pequena altura de um a dois metros, quando muito, e até no chão no meio de qualquer folhagem tufosa. Aproximadamente 12 dias de incubação. Os filhotes dispersam-se do ninho já emplumados no fim de 14 ou 15 dias. Tôda a evolução até a saída do ninho se faz dentro de um mês. O tico-tico é briguento e gosta de fazer rôlo no tempo da procriação. Quando estão a rolar pelo chão engalfinhados, nem se apercebem da aproximação do observador mesmo a meio metro de distância, coisa impossível fora dessa situação. É o tico-tico a vítima preferida do chopim. Logo que o ninho fica pronto e já contém ovos, a fêmea do chopim, aproveitando-se de uma ausência do dono do ninho põe seu óvo no meio dos outros.

Sabiá — Teve êsse pássaro consagração literária nos versos de Gonçalves Dias. O brasileiro embora não conheça tôda a bela poesia, ao menos os dois primeiros versos êle o sabe:

"Minha terra tem palmeiras
Onde canta o sabiá"

Na realidade o sabiá laranjeira é um apreciável artista e seu canto forte dá côr local à mata brasileira. Não procura complicações musicais, mas seu motivo simplório tem o encanto das cousas ingênuas e primitivas. As várias espécies de sabiá são sem dúvida os cantores mais apreciados da nossa fauna. Nem os amadores de viveiros, nem os poetas dispensam seu concurso lírico. O sabiá-laranjeira distingue-se fàcilmente das espécies congêneres, por ter o peito e a barriga de côr vermelho ferrugem. É a espécie de maior renome e também a mais comum perto das casas da roça ou nos subúrbios desde que haja arvoredo. Reputam-no muitos o nosso melhor cantor, outros o põem em plano igual ao sabiá-una. Êste de côr cinzenta, cabeça, cauda e asas pretas, pernas e o bico amarelos, vive só nas matas do Rio Grande do Sul e Bahia.

Os sabiás são aves de regular tamanho, 24 e 25 cm., que constróem seus ninhos com muito cuidado e bastante habilidade. O todo é uma simples tigela que assenta sôbre base sólida de uma forquilha adequada em meio a folhagem de arbustos ou de laranjeiras. Como alicerce o pássaro coloca vários travessões de ramos flexíveis ligados por um concreto de barro. Nas paredes laterais, também barreadas, emprega raízes disfarçadas por musgo verde formando êste revestimento exterior, e o interior é acolchoado com fíbras de raízes finas e macias. Aí põe 4 ovos verdoengos, manchados e salpicados de vermelho ferrugem. As ninhadas encontram-se de setembro a fevereiro. Sabe procurar insetos no chão, entre o folheto e tem um tino admirável em descobrir minhocas que engolem com visível prazer. Suas predileções são também figos bem maduros e morangos vermelhos. Não chega a causar estragos pròpriamente ditos. Cobra-se, embora parcamente do serviço que faz, destruindo os insetos.

João-de-barro — Trata-se de um pássaro cheio de qualidades, industrioso, inteligente, casto, trabalhador, pacífico, êste passarinho conquistou a simpatia dos homens em cuja vizinhança se compraz de viver, vindo confiante colocar seu ninho no beiral dos telhados, nas cornijas das casas, nas cêrcas, nas árvores e nos postes elétricos que rodeiam as habitações humanas. Quando se sente protegido pela benevolência dos que o cercam, então ainda mais confiante se mostra, chegando sem receio até junto ao homem. Parece ter grande afeto ao recanto que

elege para morar e dêle não se afasta. Nunca é visto na mata, mas sempre no campo, e, até, nos centros movimentados. A sua presença alegra os campos com o constante cantar que é muito característico, ligeira série de notas, quase uma gargalhada. Entremeia sempre o trabalho com essas alegres risadas. Se chove, cala-se ou solta ligeiros queixumes, porém mal cessa a chuva, ei-lo de novo desfazendo-se em risos. Quando constrói a casa, cada vez que amontoa o barro, levantando um pedaço da parede, voa para um galho próximo, limpa o bico e, satisfeito com o andamento da edificação, achando êsse mundo um paraíso, solta o seu cacarejo de alegria, em duo com a companheira. Enquanto canta, agita as asas em característica postura. Honesto, jamais esbulha a propriedade alheia, jamais cobiça a mulher do próximo. O par unido pelo eterno casamento, com isso está contente. Não há tragédias, raptos nem rixas entre o casal. Na apresentação de sua pessoa a natureza deu-lhe um traje sem brilho, mas como convém ao seu mister de oleiro. Tem côr geral terrosa, garganta branca e parte inferior do corpo algo amarelento sujo. Bico fino, prêto, ligeiramente curvado para a ponta, tendo mais ou menos 2 1/2 cm. Cabeça arredondada, corpo muito elegante, com tarsos altos, dedos fortes, cauda redonda com 7 cm. de comprimento. O tamanho do joão-de-barro não passa de 20 cm. espichado da ponta do bico à extremidade da cauda, e a envergadura das asas fica entre 26 e 28 cm. O ninho dêste pássaro constitui uma novidade e segurança. É construído de barro e tem a forma típica de um forno primitivo de cozer pão. O ninho divide-se em dois compartimentos, separados por uma parede de forma tal, que há um corredor de entrada que encurva e vai dar numa câmera arredondada, onde a fêmea põe os ovos. O material usado para a construção é barro misturado com palhas, crinas, fibras diversas. Nas tarefas de construir a moradia toma parte o casal, macho e fêmea revezam-se nas canseiras de amassar e carregar o barro, coisa que sòmente é possível fazer, quando aquela matéria prima se encontra amolecida pelas chuvas.

III — Sugestão para a realização das atividades previstas:

Informar-se sôbre filmes educativos que tratem de nossas aves, no Serviço de Cinema Educativo do C.P.O.E., na Filmoteca da Secretaria da Agricultura ou no Consulado Americano. (O filme deve ser passado na própria classe, pois constitui parte integrante da aula).

Obter informações sôbre a biologia dos pássaros no Serviço de Caça e Pesca da Secretaria de Agricultura e na Divisão de Cultura da Secretaria de Educação.

Estabelecer contato com as editôras e verificar a existência ou não de quadros sôbre a ave-fauna brasileira.

IHERING, Rodolph von — Dicionário dos Animais do Brasil — Ed. do Brasil, S. Paulo.

IHERING, Rodolph von — Da vida dos Nossos Animais — Ed. Rotermund. S. Leopoldo.

MAGALHÃES, Agenor Couto de — Ensaio sôbre a Fauna Brasileira — Ed. Brasil, S. Paulo.

SANTOS, Eurico — Da Ema ao Beija Flor — Ed. Briguet — Rio de Janeiro.
SANTOS, Eurico — Pássaros do Brasil — Ed. Briguet — Rio de Janeiro.
O Mundo da Criança — Volume 7.

Elaborado pela

Prof.ª Alzira Pinto Lima
Da Secção de Orientação do Ensino Normal e Secundário

Pôrto Alegre, 19 de outubro de 1959

Ofício circular n.º 821

Sr. Diretor

Solicitamos a V. Senhoria informar aos professôres de 1.º ano que no corrente período escolar usaram em suas classes a escrita tipoescrita ou "script", que a mudança da letra deverá ser efetuada espontânea e gradativamente a partir do 2.º ano; só assim poderão ser alcançadas as finalidades pedagógicas dêsse processo de escrita.

Esclarecemos, ainda, que as provas objetivas poderão ser feitas com a letra "script".

Deverão tomar conhecimento das determinações dêste ofício circular todos os professôres de 1.º e 2.º anos.

Cordiais saudações

Sarah Azambuja Rolla
Diretora do C.P.O.E.

Pôrto Alegre, 30 de outubro de 1959.

Ofício circular n.º 864
Sr. Delegado

Devendo êste Centro elaborar o plano de expansão da Reforma do Ensino Primário, no Estado, para o próximo ano letivo, solicitamos nos informe essa Delegacia sôbre as escolas dessa Região, que, em 1960, poderão funcionar em regime integral de reforma, adotando a nova organização de classes, os programas experimentais e as novas formas de verificação da aprendizagem.

Contamos com a colaboração de V. Senhoria, para que as informações ora solicitadas sejam encaminhadas a êste Centro até 10 de novembro próximo.

Cordiais saudações.

Sarah Azambuja Rolla
Diretora do C.P.O.E.

Pôrto Alegre, 25 de novembro de 1959

Ofício circular n.º 915

Sr. Delegado

Estando o Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais interessado em participar do IV Congreso Nacional de Professôres Primários que se realizará em Recife no início do próximo ano, vem, por meio dêste, solicitar a colaboração dessa Delegacia.

Entre os trabalhos que êste órgão apresentará, incluem-se apreciações dos resultados da Reforma do Ensino Primário no Estado. Para documentar o estudo relativo ao Programa de Ciências Naturais, encarecemos a necessidade da remessa de trabalhos que documentem o desenvolvimento dêsse Programa, como sejam:

— plano e diário do professor
— cadernos, álbuns ou outros trabalhos de alunos que demonstrem uso do método experimental.

A seleção dêsse material deverá ser feita nessa Delegacia, dando-se preferência à documentação que inclua o estudo de Ciências Naturais em correlação com as demais matérias do curso.

Encarecemos a urgência na remessa dêsse documentário, em numero de 5 aproximadamente, que deverá ser enviado a êste Centro (Secção de Orientação), até o dia 10 de dezembro impreterìvelmente.

Agradecendo a colaboração, subscrevemo-nos, apresentando

Cordiais saudações

Sarah Azambuja Rolla
Diretora do C.P.O.E.

INSTRUÇÕES

Pôrto Alegre, 27 de janeiro de 1959

Instruções n.º 1

Vem observando êste Centro, através de depoimentos de Diretores e Professôres, a existência de crianças cujas possibilidades biopsíquicas e condições de maturidade se evidenciam satisfatórias para o aprendizado antes mesmo de terem elas atingido a idade cronológica regulamentar para o ingresso no 1.º ano da Escola Primária.

Em face disso, julgou-se oportuno, sempre que as condições materiais e de pessoal da escola o permitirem, organizar em Grupos Escolares e Escolas anexas às Escolas Normais grupos ou classes experimentais em que sejam aceitas crianças que tenham de 6 a 6 anos e 8 meses de idade cronológica, a 1.º de março de cada ano.

A matrícula dessas crianças, entretanto, deverá subordinar-se ao seguinte:

I — Possuir o candidato condições bio-psíquicas satisfatórias comprovadas:

1. Por exame de saúde realizado, de preferência, por médico escolar;
2. Maturidade suficiente para o aprendizado da leitura e da escrita, evidenciada por teste limiar adequado.
3. Bom quociente intelectual revelado pela aplicação de medida de nível mental.

II — Apresentar a Escola as seguintes possibilidades:

1. Sala disponível.
2. N.º de professôres suficiente.
3. Assistência técnico-pedagógica regular.

Estas instruções deverão ser postas em execução a partir do ano de 1959.

Outrossim, em tôda escola em que forem criadas essas classes proverá a Direção para que sejam registrados, regularmente, todos os dados significativos colhidos na direção das mesmas, documentando-se o nível de aprendizagem atingido pelos alunos e tôdas as observações julgadas necessárias à apreciação do trabalho.

Alda Cardozo Kremer
Diretora do C.P.O.E.

Pôrto Alegre, 16 de janeiro de 1959

Ofício n.º 21

Senhor Delegado

Encaminhamos a V. Senhoria as Instruções n.º 2-59, relativas ao planejamento de trabalho para as Delegacias Regionais de Ensino no que respeita às atividades de supervisão do novo plano de estudos para as escolas primárias do Estado.

Recomendando a V. Senhoria a indispensável atenção a todos os itens constantes das presentes Instruções, solicitamos comunicar a êste Centro as dificuldades eventualmente encontradas.

Cordiais Saudações.

Alda Cardozo Kremer
Diretora do C.P.O.E.

Instruções n.º 2 Pôrto Alegre, 16 de janeiro de 1959

Estabelecem diretrizes para a implantação do novo plano de estudos para o Ensino Primário nas Regiões Escolares do Estado.

I — Delimitação do campo de trabalho.

A) Constituirão, no corrente ano, campo da experiência do novo regime de estudos os Grupos Escolares das Sedes das Delegacias Regionais de Ensino e as Escolas Primárias Anexas às Escolas Normais.

Observação n.º 1: A critério dos Srs. Delegados poder-se-ão incluir na experiência escolas das sedes de municípios, desde que ofereçam condições positivas ao trabalho, comunicando-se, prèviamente, a êste Centro as modificações do plano que forem julgadas oportunas.

Observação n.º 2: Graves deficiências de ordem material nas instalações de escolas das sedes de Delegacias ou insuficiência nos seus quadros docentes poderão justificar sua exclusão do campo da experiência.

Observação n.º 3: As demais escolas da Região devem obedecer ao novo critério de organização de classes (Comunicado n.º 5-58) e ao regime de classificação estabelecido no Decreto n.º 9950, de 31.12.58 do qual anexamos cópia.

No que respeita aos programas, permanecerão essas escolas com o programa em vigor, facultando-se-lhes, nas três primeiras séries e com aprovação dos Srs. Orientadores, efetuar pequenas adatações dos mínimos de estudo, tendo em vista, especialmente, as condições da região.

II — Equipes supervisoras

A) Para as Delegacias que estão com seu quadro de Orientadores de Educação Primária completo, sugere-se que todos participem do trabalho de supervisão da reforma, cabendo a cada um, de acôrdo com suas aptidões e preferências, a especialização e conseqüente responsabilidade no atendimento de um dos seguintes aspectos:

1) Organização de classes e verificação do rendimento da aprendizagem.
2) Orientação de classes de recuperação.
3) Orientação de classes de 1.º ano.
4) Orientação geral dos programas para as demais classes.

Observação n.º 1: — Outras formas de distribuição de trabalho poderão ser adotadas, sugerindo-se, ainda, dedique-se cada Orientador ao cuidado especial de um dos aspectos do novo programa: Linguagem — Matemática — Estudos Sociais — Estudos Naturais.

Observação n.º 2: — O atendimento das escolas localizadas no interior das Regiões Escolares processar-se-á pelos Orientadores responsáveis pela circunscrição, independentemente das tarefas especializadas que lhe foram atribuídas no plano de experiência.

Observação n.º 3: — Considerando-se a importância e responsabilidade das funções que foram conferidas aos Orientadores de Educação Primária no plano da reforma, propõe-se seja providenciado pelos Srs. Delegados a dispensa dos mesmos de trabalhos administrativos de rotina nas Delegacias.

III — Atividades previstas

A) Reuniões de estudo com Diretores e Professôres:

1) Nas sedes de Delegacias nos 1.ºs dias do ano letivo, sendo oportuno marcar para 5 de março o início das atividades de classe.

2) A hora Pedagógica regulamentar para as escolas da Sede poderá assumir caráter especializado, reunindo professôres de classes semelhantes, de mais de uma escola da localidade, com o fim de comparar resultados, discutir problemas comuns, e trocar sugestões que visem aperfeiçoar o planejamento e sua execução.

3) Nas sedes dos municípios, concentrações de professôres para estudo do novo plano, com vistas a sua observância no próximo ano. Aconselha-se, no mínimo, uma ou duas reuniões dessa natureza.

4) Encontros para troca de experiências entre a equipe de Orientadores de Educação Primária e Diretores e Professôres de Escolas Normais localizadas nas sedes de Delegacias ou municípios vizinhos.

B) Distribuição de material de orientação: expedido pelo C.P.O.E. ou elaborado pelos Orientadores de Educação Primária, bem assim como sugestões de planos e de material didático a ser executado pelos professôres.

IV — Material

No desenvolvimento do novo plano de estudos, considerando-se a boa execução dos trabalhos, especialmente nas classes de recuperação, será necessário dotar as Delegacias e Escolas de material conveniente tal como: máquinas de escrever, mimeógrafos, etc., além de papel, tintas, material didático e informativo.

Nesse sentido, chama-se atenção aos Srs. Delegados e Diretores de Escolas Normais oficiais para a conveniência de serem reservadas verbas dentro das possibilidades, para êsse fim.

V — Documentação

Em virtude de constituir o novo plano de estudos uma prática ainda experimental, necessário se torna sejam registrados com exatidão e regularidade os resultados dos trabalhos, não só os solicitados pelo C.P.O.E. mas também todos aquêles que essa Delegacia ou Escola julgarem convenientes e oportunos.

Do estudo e consideração dessas observações deverá resultar a manutenção ou modificação das diretrizes propostas no plano.

Alda Cardozo Kremer
Diretora do C.P.O.E.

Pôrto Alegre, 18 de fevereiro de 1959

Instruções n.º 4

Para o cumprimento do disposto no Art. 4.º do Decreto n.º 9950 de 31 de dezembro de 1958 relativamente aos alunos maiores de 14 anos, deverão os senhores diretores enviar a êste Centro, até 2 de março próximo, a relação das crianças (com idade cronológica superior a 14 anos) que solicitaram matrícula no Grupo Escolar, para que sejam tomadas medidas que visem o encaminhamento das mesmas às instituições que deverão assisti-las.

Na relação a ser enviada pelas unidades escolares deverão ser registados os dados constantes do quadro anexo à presente instrução.

Sarah Azambuja Rolla
Diretora do C.P.O.E.

Pôrto Alegre, 18 de fevereiro de 1959

Instruções n.º 5

Tendo-se em conta o bom andamento dos trabalhos, os Grupos Escolares que integram, no corrente ano letivo, o Plano de Reforma do Ensino Primário, em cada Região Escolar, deverão encaminhar às respectivas Delegacias de Ensino, até 31 de março próximo, a relação das classes organizadas de acôrdo com as instruções constantes do Comunicado n.º 5, de 5 de dezembro de 1958.

O trabalho enviado pelas escolas às Delegacias Regionais de Ensino, deverá ser revisado pelos senhores orientadores, com a finalidade de verificar se o mesmo obedeceu às diretrizes do Comunicado em aprêço, ou se por necessidade houve alterações ou modificações em face de condições especiais apresentadas por determinadas unidades escolares.

Com o objetivo de dar uniformidade às relações que deverão ser enviadas pelos senhores diretores, anexo a estas instruções, segue o modêlo do formulário que deverá ser preenchido pelos mesmos.

Após o recebimento dos referidos formulários devidamente preenchidos, deverão os senhores Delegados encaminhar a êste Centro os dados solicitados no Quadro n.º 1.

Sarah Azambuja Rolla
Diretora do C.P.O.E.

Estado do Rio Grande do Sul

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

.....Região Escolar

Delegacia Regional de Ensino
Delegado Regional de Ensino:

.....

REFORMA DO ENSINO PRIMÁRIO — 1959

Orientadores de Educação Primária:

.....

N.º	Grupos Escolares em regime de Reforma	Localidade	Professôres (N.º)	Classes Regulares (N.º)	Classes de Recuperação (N.º)	Alunos de cl. regul. (N.º)	Alunos de classes de recup. (N.º)
		TOTAL					

Observações

Instruções n.º 5 A

Com a finalidade de prestar esclarecimentos sôbre a orientação específica das classes de 1.º ano, no que respeita à direção da aprendizagem em escrita, enviamos, em aditamento às diretrizes constantes do Comunicado n.º 4-58, dêste Centro, as seguintes instruções:

I — ATIVIDADES INICIAIS

As inovações, em qualquer setor da atividade humana, provocam, quase sempre, desassossêgo e inquietação pela incerteza dos resultados a alcançar.

A mudança do tipo de escrita, porém, não deverá preocupar os senhores professôres, uma vez que há 5 anos se vem realizando, em escolas do nosso meio, experiência semelhante com resultados excepcionais.

NOVO TIPO DE LETRA

O tipoescrita ou "script" é uma maneira de escrever, um tipo de letra em que o alfabeto, pode-se dizer, é o de imprensa simplificada, com modificações das letras a e g.

Inalteráveis são os traçados básicos das letras em que se empregam retas, círculos e semicírculos, como se pode observar no exemplo:

Ver modêlo, pág. 38 do Boletim de 1958, do CPOE.

Desde que façam as letras bem feitas, essencialmente com círculos e retas, como por exemplo: a, b ou em semicírculos **h, c**; o feitio que virão a tomar mais tarde, dependerá, em cada criança, de sua personalidade e maneira de ser.

O professor deverá, desde o 1.º dia de contato com as crianças, escrever o que necessitar com a escrita tipoescrita ou "script", o que já lhe constituirá um treino.

Inicialmente o professor observará certa lentidão em sua escrita mas, em pouco tempo, o hábito fará desaparecer essa inibição.

O professor deve procurar impor à sua escrita uma certa regularidade. Escrever sempre do mesmo tamanho e com a mesma forma, dentro do possível.

Sabe-se que é uma das tendências fundamentais da natureza infantil a imitação, donde a necessidade do cuidado na escrita do professor. Em quase todos os casos de ilegibilidade da tipoescrita ou "script" feito pela criança, a causa é a escrita não devidamente cuidada do próprio professor.

Uma vez que o professor tenha decidido usar o tipoescrita em sua classe, **todo o material de trabalho**, seja qual fôr, será feito com êsse tipo de letra

Cartazes, quadros, cadernos, anotações, etc.

CARTILHA, MÉTODO, ETC.

O comunicado anterior sôbre o tipoescrita ou "script" dêste C. P.O.E. esclarece que foram usadas, durante a experiência, as mais variadas cartilhas. A escolha da cartilha a adotar, pois, dependerá ùnicamente das condições de classe e da preferência do professor. No ca-

so, porém, de ser adotada uma cartilha, em que **só apareça tipo manuscrito cursivo**, o professor terá de tomá-la apenas como guia, não apresentando às crianças.

Quando nas cartilhas se encontram os dois tipos de letras, será mais fácil e não haverá problemas quanto à criança, pois chega a passar desapercebido êsse fato.

Recomenda-se que o professor deixe a cartilha um pouco afastada da criança, nos primeiros tempos. Leituras, exercícios, cópias, etc. poderão ser feitos no quadro-negro, em cartazes, etc.

O professor não deverá chamar atenção para escritas que não sejam os de tipoescrita ou "script". O a que aparece no livro de leitura passará despercebido, sem que a criança disso chegue a tomar consciência.

No caso de perguntas sôbre a diferença de outras letras, o professor responderá apenas o essencial.

As comparações entre o tipoescrita ou "script" e a cursiva, só poderão ser feitas depois da criança ser alfabetizada.

O método ou processo de ensino, embora se recomendem essencialmente os globais, também será o de preferência do professor, desde que seja de seu inteiro domínio. Assim, não é aconselhável que o professor que inicia o uso do tipoescrita ou "script", ensaie o emprêgo de novo método de alfabetização.

O tipoescrita ou "script" é apenas uma maneira diferente de escrever e, em nada, irá interferir no método de ensino da leitura.

Entre inúmeras vantagens do tipoescrita ou "script", a mais importante para o trabalho do professor é a de reduzir em quase 50% o tempo empregado na alfabetização.

Houve casos, dentro da experiência que se realizou, de professôres alfabetizarem 3 turmas no mesmo período escolar (G.E. Rio de Janeiro.)

CONDIÇÕES MÍNIMAS EXIGIDAS PARA UMA BOA ESCRITA TIPOESCRITA OU "SCRIPT"

1 — A posição do corpo.

Para saúde da criança, para adquirir bons hábitos de escrita e para que o "script" seja correto e claro, a posição da criança, quando escreve, é muito importante. É indispensável o cuidado do professor para com a posição do corpo do aluno e maneira de segurar o lápis.

A criança deve sentar-se em frente à mesa, o corpo direito, ligeiramente inclinado para a frente. A cabeça prolonga o tronco; os pés constituem o apoio. É necessário combater qualquer curvatura ou caimento da coluna vertebral e o relaxamento dos músculos posteriores do pescoço que deixam cair a cabeça para a frente.

Os cotovelos repousam simètricamente sôbre a mesa. O professor deverá suprir, muitas vêzes, a insuficiência do mobiliário da melhor maneira possível, levantando ou baixando mesinhas, cadeiras, etc.

Ver modêlo, pág. 39 do Boletim de 1958, do CPOE.

Uma regra prática: a parte de cima da mesa, estará a boa altura, quando chega ao nível do cotovêlo, estando a criança corretamente sentada e com os braços caídos. A mão direita se apóia no dedo mínimo.

É um grande auxílio para o professor determinar, para cada aluno, a posição natural da mão ao escrever, respeitando as atitudes básicas, fazendo-o conservar essa posição.

A posição do caderno sôbre a mesa poderá ser a vertical, ou a levemente inclinada para a esquerda (que alguns consideram mais prática)

2 — MATERIAL DE ESCRITA

Lápis ou pena romba
Cadernos ou blocos, com ou sem pautas simples.
A pauta simples auxilia em caso de pouco equilíbrio muscular, mas o papel liso é o mais aconselhável.
Em alguns casos de resistência à direção, ao tamanho e uniformidade das letras, pode-se usar o quadriculado grande.

PASSAGEM PARA A ESCRITA CURSIVA

Para a beleza da letra, a criança deverá passar a escrever cursivo sòmente no fim do 1.º semestre do 2.º ano.
No entretanto, desde que a criança esteja alfabetizada e o professor ache necessário, poderá começar a apresentar o cursivo, 1.º para ler, e depois, paulatinamente, à vontade da criança, para escrever.
Tem-se recomendado a passagem nos primeiros meses do 2.º ano.
O professor de 2.º ano, uma vez que a criança lê a escrita cursiva, não deve insistir para que a escreva. Dependerá da própria criança mudar ou não, não havendo inconveniência em continuar com o tipoescrita ou "script".
Um cuidado indispensável será o de não permitir que a criança misture os dois tipos de letra: ou só cursivo ou só tipoescrita ou "script".
O professor poderá escolher e aceitar qualquer uma das várias formas de letras (maiúsculas) que apresentaremos a seguir.

ALFABETO TIPO ESCRITO ou "SCRIPT" publicado no Boletim de 1958, do CPOE, págs. 37 e 38.

VII — ALGUNS EXERCíCIOS PARA A FASE PREPARATÓRIA

VER BOLETIM DE 1958, do CPOE, págs. 41 e 42.

OBSERVAÇÕES —

1 — O professor que usa em sua classe o tipoescrita ou "script" pela 1.ª vez, será, pelo menos no R. Grande do Sul, um pioneiro no campo da didática da escrita, considerando que a família da criança poderá sentir a diferença da aprendizagem da escrita.
Será interessante que o professor reúna os pais, explique e justifique essa inovação.
2 — O professor poderá ficar em contato com o C.P.O.E. (por exemplo) — Secretaria de Educação e Cultura — Rua Sarmento Leite, 55 — 3.º andar, Prof.ª Dorothy F. Vasconcelos Moniz que estará à disposição do interessado para o esclarecimento das questões que naturalmente irão surgir no decorrer do trabalho.

Na fase experimental, os resultados do emprêgo do "script" em escolas da Capital, vieram demonstrar que a generalização de seu uso seria uma das medidas a adotar para diminuir o índice de reprovação nas classes de 1.º ano, intensificando a jornada de combate ao analfabetismo.

Para exemplificar, vejamos alguns fatos reais:

— No Grupo Escolar Rio de Janeiro (desde o ano de 1955, incluído no grupo de escolas que participam da pesquisa) em 1957, época em que tôdas as classes de 1.º ano adotaram êsse tipo de escrita, a percentagem de promoção foi de 97,6.

— Em 1956, em 45 dias, a professôra Nicia de Freitas alfabetizou 26 alunos de uma classe de 1.º ano A 14. Essa mesma professôra, em 1958, com uma classe A 8, com 31 alunos, 28 dêles liam já no mês de outubro o 2.º livro de leitura.

— A professôra Carmem Martins Bissacot, em 1957, alfabetizou, de março a setembro, sua classe de 22 alunos, tendo, nessa época, após uma reestruturação em algumas classes de 1.º ano da escola, recebido uma outra turma A 11 que também foi alfabetizada nesse mesmo ano.

Resultados semelhantes aos já citados, são inúmeros e de um valor consistente para a pesquisa.

O "script" é o tipo de letra que melhores resultados tem apresentado nos trabalhos de recuperação e alfabetização de crianças **subdotadas**, sendo usado por educadores que se dedicam a êsse tipo de crianças, há vários decênios.

Adultos, em regime de estudo individual, são alfabetizados em menos de 30 dias.

Os resultados obtidos, por êsses professôres, aqui especificados, foram igualmente significativos em todos os métodos ou processos de leitura empregados e com os mais variados tipos de cartilhas.

Quanto à mudança de tipo de letra, do "script" para o cursivo, realizou-se em alguns casos, no fim do 1.º ano, em outros, no 2.º ano. Uma vez que a criança lê a escrita cursiva, a professôra de 2.º ano terá, apenas, de atender a preferência da mesma em continuar, ou não, usando o "script".

Pôrto Alegre, 12 de junho de 1959.

Ofcíio circular n. 436

Senhor Delegado

Solicitamos a V. Senhoria encaminhe às escolas dessa Região as Instruções n.º 6 referentes às revisões mensais e às provas finais de verificação de rendimento da aprendizagem.

Sarah Azambuja Rolla
Diretora do C.P.O.E.

INSTRUÇÕES N.º 6

I — REVISÕES MENSAIS

A. Mensalmente, os professôres deverão verificar o aproveitamento de seus alunos mediante a aplicação da prova de revisão mensal.

B. A avaliação do aprovitamento do aluno deverá obedecer ao seguinte critério:

1. **atribuição de notas ou apreciação** (não satisfatório, regular, bem, muito bem, ótimo), para as provas dos alunos das escolas em regime de reforma (classes regulares e de recuperação);

2. **atribuição de notas** para as provas dos alunos das escolas que não estão em regime de reforma.

C. As notas das revisões mensais dos alunos das escolas em regime de reforma, não influirão na prova final dos mesmos. As referidas notas têm a finalidade precípua de informar o professor sôbre o aproveitamento dos alunos.

D. As notas das revisões mensais dos alunos **das escolas que não estão em regime de reforma**, serão computadas com os resultados da prova final dos referidos alunos.

E. A elaboração da prova de revisão mensal bem como a realização da mesma deve merecer especial cuidado por parte do professor.

Outrossim, as notas atribuídas ao trabalho do aluno devem expressar, realmente, o seu aproveitamento, isto é, a solução que o aluno deu às questões que lhe foram propostas.

F. As notas das provas de revisão mensal serão registradas no Boletim do aluno a fim de que também os pais tomem conhecimento do seu aproveitamento.

II — PROVAS FINAIS DE VERIFICAÇÃO DO RENDIMENTO DA APRENDIZAGEM

A. **As escolas em regime de reforma receberão provas especiais de linguagem e Matemática, elaboradas** neste Centro, para os alunos das classes regulares e de recuperação.

As provas de Estudos Sociais e Naturais serão elaboradas, nas escolas, pelos professôres, segundo instruções que êste Centro, oportunamente, encaminhará às Direções (Capital) e às Delegacias Regionais de Ensino (Interior) para que sejam convenientemente distribuídas entre as escolas da Região.

B. As escolas que não estão em regime de reforma receberão provas objetivas de verificação de rendimento da aprendizagem (Linguagem, Matemática, Estudos Sociais e Naturais).

Pôrto Alegre, 10 de setembro de 1959.

Ofício circular n.º 701

Sr. Delegado

Tendo êste Centro conhecimento de que muitas escolas que não estão em regime de reforma vêm desenvolvendo o novo Programa Experimental de Ciências Naturais, resolveu alterar as Instruções n.º 6, datadas de 12.6.59, no que diz respeito às provas finais da referida disciplina.

As provas finais de Ciências Naturais, pois, quer nas escolas que estejam desenvolvendo o novo programa, quer nas escolas que vêm trabalhando pelo programa antigo, serão elaboradas pelos professôres e de acôrdo com os assuntos que puderam desenvolver durante o ano e segundo as Instruções n.º 7 anexas ao presente.

Colhemos o ensejo para apresentar a Vossa Senhoria

Cordiais saudações

Sarah Azambuja Rolla
Diretora do C.P.O.E.

Pôrto Alegre, 10 de setembro de 1959

Instruções n.º 7

Estabelecem diretrizes para elaboração da Prova final de CIÊNCIAS NATURAIS.

I — PARA AS ESCOLAS QUE ADOTAM O PROGRAMA

Nos Grupos Escolares e nos Cursos primários das Escolas Normais a Direção designará uma comissão composta de 2 ou 3 professôres que se encarregará de, não só elaborar a prova, mas também, como trabalho inicial, proceder a um levantamento das observações, experiências e estudos que as crianças, nas várias classes, conseguiram realizar.

Assim, através dos cadernos de classe de que fala o Programa, à página 22, 3.ª linha: "A fim de facilitar o trabalho, etc. etc.", a comissão tabulará a freqüência das atividades desenvolvidas, em cada classe.

Assim:

1.º ano — **Botânica:**
Exercício 1 — /// (3 classes da escola o realizaram)
Exercício 5 — //// (4 classes)
Exercício 15 — / (5 classes)

Mineralogia, Geologia, etc.:
Exercício 3 — / (6 classes o realizaram)
Exercício 6 — // (2 classes)

2.º ano — **Botânica:**
Exercício 5 — /// (3 classes da escola)
Exercício 9 — / (6 classes)

Higiene, Mineralogia, etc. etc.

Idem para as outras classes, 3.º e 4.º anos, em relação a tôdas as partes do Programa: Botânica, Mineralogia, Geologia, Petrografia, Higiene.

Em face dêste trabalho inicial, a Comissão escolherá, para exame, as questões que apresentam maior percentagem de freqüência. Daqui se conclui que, se não houver diferença sensível quanto à freqüência da maioria das questões em 2 ou mais classes, poderá ser elaborada uma prova única para essas classes. Caso isso não se verifique, pela diversidade de experiências realizadas, cada classe terá, então, uma prova diferente das demais, elaborada de conformidade com o programa desenvolvido.

Para as classes de 5.º ano, em que de momento é facultativo o desenvolvimento do Programa de Ciências Naturais, o professor fará a prova desta disciplina só no caso de ter realizado algumas atividades com os alunos, o que representará uma contribuição valiosa à experiência que o C.P.O.E. vem realizando.

Nas Escolas Isoladas onde não é possível a constituição de uma comissão, o professor deverá realizar sua própria prova, solicitando, sempre que necessário, esclarecimentos ao Orientador de Educação Primária. Sugere-se, a fim de facilitar o trabalho nestas escolas, a elaboração de, apenas 2 provas: uma, para 1.º e 2.º anos, e outra para as demais classes.

A comissão que nas escolas se encarregará de organizar a prova de CIÊNCIAS NATURAIS deverá, inicialmente, ler e discutir o novo Programa, principalmente a parte referente a objetivos, método e avaliação da aprendizagem, às páginas 11, 12, 13, 14, 15.

A "medida" ou avaliação da aprendizagem deverá basear-se nas

técnicas de trabalho do professor que, de acôrdo com o Programa Experimental de Ciências Naturais, deve ter sido realizado através da observação e da experiência da criança.

O número de questões a serem incluídas na prova final, variará em função do nível de desenvolvimento dos alunos. Assim, num 1.º e 2.º anos poderá ter, mais ou menos, 4 ou 5 questões simples; num 3.º e 4.º anos, 8 ou 10 questões e no 5.º ano, onde o trabalho de Ciências tiver sido realizado, poderá ter 10 ou 12 questões.

Interessante seria realizar o exame de Ciências num dia reservado só para essa matéria, a fim de que o trabalho possa alcançar o resultado desejado, realizando-se num ambiente de calma e tranquilidade tão necessário a tarefas dessa natureza.

A chave para a correção da prova não poderá ser fixa, rígida, pois uma vez que o trabalho de observação é pessoal, realizado individualmente, cada criança responderá as questões dessa forma pessoal e que serão aceitas sempre que correspondam à realidade.

Como o número de questões constantes da prova de Ciências Naturais não é uniforme e nem rígido para tôdas as classes e escolas, sugerimos o seguinte critério para julgamento:

O aluno que acertar tôdas as questões terá a nota 100, o que acertar a metade, 50, etc. ou usar uma regra de três para cálculo das notas, assim:

No caso da prova ter 12 questões e o aluno acertar apenas 5:

12 questões — 100 pontos
5 " — X

$$x = \frac{100 \times 5}{12} = 41{,}6 \text{ ou } 42 \text{ pontos.}$$

O aluno só obterá a classificação suficiente, se obtiver 50 pontos ou mais; caso contrário ficará sujeito ao trabalho de recuperação no ano escolar seguinte.

Tanto as Escolas Isoladas, como os Grupos Escolares e Cursos primários das Escolas Normais deverão remeter às Delegacia Regionais de Ensino, até 15 de dezembro do corrente ano:

1. Resultado da tabulação (geral da escola) dos exercícios realizados em Botânica, Mineralogia, Geologia, Petrografia e Higiene, conforme explicação à página 1 destas Instruções.
2. Um exemplar de cada prova elaborada.
3. Relatório dos professôres de classe com uma apreciação sôbre o trabalho desenvolvido durante o ano — ver página 22 do Programa onde se lê: "Deverá acrescentar o professor uma apreciação sôbre o trabalho, indicando: a) as facilidades ou dificuldades encontradas; b) os processos usados, etc. etc .

Nas Delegacias Regionais de Ensino os Orientadores de Educação Primária reunirão o produto da tabulação realizada em tôdas as escolas e, juntamente com os relatórios e uma coleção das melhores provas de cada Região Escolar, remeterão o documentário à Secção de Orientação — Ciências Naturais do C.P.O.E., até fins do mês de fevereiro do próximo ano.

II — PARA AS ESCOLAS QUE REALIZAM O TRABALHO DE CIÊNCIAS NATURAIS PELO PROGRAMA ANTIGO

As escolas que durante o ano letivo trabalham pelo Programa antigo de Estudos Naturais, deverão, também, organizar sua prova de exame, baseando-se, para isso, no tipo de prova objetiva que o Centro

de Pesquisas e Orientação Educacionais vem remetendo já há alguns anos. O critério de avaliação será idêntico ao sugerido nestas Instruções para as escolas que estão desenvolvendo o Programa Experimental de Ciências Naturais.

Sarah Azambuja Rolla Diretora do C.P.O.E.

Pôrto Alegre, 18 de setembro de 1959

Ofício circular n.º 730

Sr. Delegado

As provas finais nas escolas primárias em regime de reforma e que vêm trabalhando segundo o "Programa Experimental de Estudos Sociais", de 1959, serão elaboradas pelos professôres, dentro dos conteúdos ali oferecidos.

Estamos enviando, anexo, a V. S.ª "Instruções para elaboração da Prova Final de Estudos Sociais", a fim de auxiliar os referidos professôres na organização de suas provas de fim de ano, dessa disciplina.

As escolas que desenvolveram o antigo programa deverão aguardar a prova objetiva, enviada por êste Centro, como nos anos anteriores.

Cordiais saudações

Sarah Azambuja Rolla Diretora do C.P.O.E.

Instruções n.º 8 Pôrto Alegre, 18 de setembro de 1959

Estabelecem diretrizes para a elaboração da Prova final de ESTUDOS SOCIAIS nas escolas em regime de reforma.

I — Instruções gerais:

Nos Grupos Escolares e nos cursos primários das Escolas Normais a Direção designará uma comissão composta de dois ou três professôres, que deverão encarregar-se da elaboração da prova, bem como da chave de correção da mesma. Dessa comissão deverá participar o professor da classe.

Nas Escolas Isoladas, onde não é possível a constituição de uma comissão, o professor da classe deverá realizar sua própria prova, solicitando, sempre que necessário, esclarecimentos ao Orientador de Educação Primária.

Nos 3.º, 4.º e 5.º anos será elaborada uma prova só para cada ano, dentro dos conteúdos programáticos previstos no "Programa Experimental de Estudos Sociais" — 1959.

No 1.º e 2.º anos o programa aludido não delimita quanto aos conteúdos de uma e de outra classe. Antes da elaboração da Prova deverá a comissão se informar quais os assuntos desenvolvidos pelo professor da classe. Desses assuntos será extraído o conteúdo das questões oferecidas na prova final de cada uma das séries.

II — Quanto às questões:

A — Número:

O número de questões ou acertos que devem constituir a prova final, variará em função de uma série de aspectos, entre os quais o nível de desenvolvimento da classe e a direção imprimida à elaboração da prova.

Por isso, parece-nos útil nos ater aos limites seguintes:

Prova relativa ao	Total de acertos
1.º ano	6 a 10
2.º ano	10 a 16
3.º ano	16 a 20
4.º ano	18 a 20
5.º ano	24 a 30

B — Tipos de questão:

Os professôres poderão organizar as questões da prova final de Estudos Sociais à semelhança das provas objetivas que êste Centro vem remetendo já há alguns anos às escolas primárias do Estado, consultando a seguinte bibliografia:

REVISTA DO ENSINO, Rio Grande do Sul (vários números) COMUNICADO N.º 3 de maio de 1951, do CPOE: "Das Verificações mensais do rendimento da aprendizagem" (Ver os tipos de questões).

BOLETIM do CPOE — 1950 e 1951 — RGSul, SEC, pg. 17.

CARVALHO, Delgado de — **Metodologia do Ensino Geográfico.** Rio, Francisco Alves, 1925.

LEITE, Dinara — **Metodologia da Geografia e da História.** Rio, Conquista, 1955.

C — Ambiente:

Interessante seria que as escolas dispusessem de recursos para permitir a realização do exame de Estudos Sociais em dia reservado exclusivamente para esta matéria. É de grande importância para o êxito do trabalho que a escola proporcione aos alunos um ambiente de serenidade tão necessário à realização de atividades dessa natureza.

D — Critério para julgamento:

Como o número de questões e o de acertos constantes da prova de Estudos Sociais não é uniforme e nem rígido para tôdas as classes e escolas, sugerimos o seguinte critério para avaliação:

O Professor obterá a nota do aluno através de uma regra de três. Assim, o aluno que acertar tôdas as proposições terá a nota 100; o que acertar sòmente a metade, obterá 50 pontos.

Cálculo: No caso da prova totalizar 18 acertos e o aluno acertar apenas 10, o resultado será:

18 questões ..... 10 pontos
10 questões x

$$x = \frac{100 \times 10}{18} = 55{,}55\ldots \quad 56 \text{ pontos}$$

O aluno obterá a classificação "suficiente" se obtiver 50 pontos ou mais. Em caso contrário ficará sujeito ao trabalho de recuperação no ano escolar seguinte.

III — Observações finais

A — Para o Professor:

Tanto as Escolas Isoladas como os Grupos Escolares e Cursos Primários das Escolas Normais deverão remeter às Delegacias Regionais de Ensino, até 15 de dezembro do corrente ano, o seguinte material:

1. Um exemplar dos professôres de classe com uma apreciação sôbre o trabalho desenvolvido durante o ano, indicando:
   a) as facilidades ou dificuldades encontradas no desenvolvimento de aprendizagem dos diferentes tópicos do "Programa Experimental de Estudos Sociais — 1959";
   b) os processos usados naquele desenvolvimento;
   c) outras informações que julgue convenientes para esclarecer os técnicos encarregados da revisão do programa atualmente em experiência, das alterações para torná-lo mais útil e acessível e da publicação futura, em caráter permanente.

Encarecemos aos professôres de tôdas as escolas do Estado que a remessa do pronunciamento aqui solicitado é de suma importância para que o trabalho de organização e levantamento de programas no CPOE possa, de fato, ter um cunho científico e atender melhor aos interêsses da educação no Rio Grande do Sul.

B — Para o Orientador de Educação Primária:

Nas Delegacias Regionais de Ensino os Orientadores de Educação Primária farão uma seleção prévia das melhores e mais significativas informações acima recebidas e uma coleção das melhores provas de sua Região, após o que remeterá êsse documentário à Secção de Orientação Primária — Estudos Sociais, do CPOE, até fins do mês de fevereiro do próximo ano.

Pôrto Alegre, 14 de outubro de 1959

INSTRUÇÕES N.º 9

I — Material de escrita:

Os professôres que usaram o "script" durante o corrente ano, deverão recolher o material usado por seus alunos (cadernos, blocos, fôlhas, sem selecionar) e encaminhá-lo a êste Centro através da Delegacia Regional de Ensino. (Escolas do Interior).

II — Informações relativas ao trabalho desenvolvido.

Junto ao material dos alunos, os professôres deverão enviar as informações seguintes:

Nome da escola ..... Localidade .....
Classificação da turma ..... Número de alunos .....
Número de dias de aula .....
Processo de alfabetização usado .....
Número de alunos alfabetizados .....
Período de tempo em que a classe foi alfabetizada .....
Diga em que sentido e como pôde apreciar em seu trabalho escolar as vantagens do "script" .....
Pretende usar no próximo ano em sua classe êste tipo de letra? Por quê?

III — Orientação para o professor de 2.º ano.

A criança alfabetizada, ao iniciar o 2.º ano, escreve com a letra tipo escrita mas lê todo o tipo de letra.

Asism sendo, o professor não deverá, de forma alguma obrigar o aluno a escrever, durante a primeira semana e mesmo no primeiro mês, com a letra cursiva. Irá, aos poucos, permitindo que a criança, espontâneamente, realize a mudança. Dêsse modo, não alterará, em nada, seu rítmo de trabalho, favorecendo uma letra clara e legível aos seus alunos.

O professor deverá sempre levar em conta, também na cursiva, a boa forma e disposição das letras, um dos fundamentos psicológicos indispensáveis à aprendizagem de qualquer tipo de escrita.

Pôrto Alegre, 23 de novembro de 1959.

INSTRUÇÕES N.º 10

Orientam sôbre o preenchimento das Listas de Exame e do Boletim do aluno.

I — ESCOLAS EM REGIME DE REFORMA.

A — LISTAS DE EXAME.

1. As notas das revisões mensais não influirão na prova final dos alunos. Deverão ,entretanto, **figurar nas Listas de Exame.**

2. As notas finais de Estudos Sociais e Ciências Naturais deverão ser registadas, separadamente, isto é, em colunas diferentes nas Listas de Exame.

3. Os alunos que venceram dois programas deverão figurar em duas Listas que o professor poderá denominar **A** e **B:**

a) na Lista de Exame (A) da classe, junto com os alunos que desenvolveram apenas um programa;

b) em uma lista a parte (B) onde serão registadas as notas obtidas na prova final correspondente ao segundo programa desenvolvido.

Exemplificando:

Os alunos do 3.º ano R¹ — X, Y e Z — venceram os programas de 1.º e 2.º ano. Figurarão, portanto:

a) Na Lista de Exame — A — 3. ano R¹ com os demais alunos da classe que desenvolveram apenas um programa, tendo, na coluna de Observações a nota: Desenvolveu também o programa de 2.º ano (Ver Lista B)

b) Na Lista de Exame — B — onde serão registradas as notas correspondentes às provas finais de 2.º ano.

4. Na coluna "Observações" o professor registrará o rendimento de cada aluno expresso nos têrmos "Suficiente" e "Insuficiente", de acôrdo com o número de pontos obtidos nas provas finais.

B — BOLETIM DO ALUNO.

1. No Boletim do aluno o professor deverá fazer uma pequena alteração na parte relativa à "Valorização do aproveitamento" que deve ser de 0 a 100 pontos em lugar de 0 a 100 graus. Assim, na penúltima coluna onde se lê — Graus — Prova objetiva — o professor deverá riscar a palavra **Grau** e escrever **Pontos,** bem como riscar também a palavra **objetivas.**

Exemplificando:

AQUISIÇÃO DE CONHECIMENTOS

Valorização do Aproveitamento (Pontos de 0 a 100)

	Março	Abril	Maio	Junho	Agôsto	Setembro	Outubro	Novembro	Pontos Provas	Final
Linguagem									P. O. - 39	93 - Regular
Matemática									Comp. - 54	
Estudos Sociais										
Ciências Naturais										
Artes Aplicadas, etc										

Em Linguagem, o professor fará constar no Boletim a Parte Objetiva (P.O.) da prova e a Composição (Comp.). Assim, a nota final de Linguagem será a soma dos pontos obtidos nas duas partes (Objetiva e Composição).

2. Para a classificação do aluno em classes regulares ou de recuperação deverão ser considerados apenas os resultados das Provas Finais de Linguagem e Matemática.

3. No ítem "Classificação para o próximo ano" o professor registrará a classe que o aluno deverá freqüentar em 1960 (2.º C, 3.º A, 3.º R^2, etc.).

II — ESCOLAS QUE NÃO ESTÃO EM REGIME DE REFORMA.

A — BOLETIM DO ALUNO.

1. No ítem "Classificação para o próximo ano", o professor registrará a classe que o aluno deverá freqüentar em 1960.

2. Tendo sido atribuída, nas revisões mensais durante o ano, a mesma nota a Estudos Sociais e Ciências Naturais, a **nota final de Estudos Sociais e Naturais** será a **média** dos pontos obtidos na prova objetiva de Estudos Sociais e na prova de Ciências Naturais elaborada na escola.

Exemplo:

O aluno X obteve 60 pontos em Estudos Sociais (prova objetiva) e 75 em Ciências Naturais (prova elaborada na escola). Sua nota final em Estudos Sociais e Naturais será: $\frac{60 + 75}{2} = 67{,}5$

Sarah Azambuja Rolla
Diretora do C.P.O.E.

Pôrto Alegre, 7 de dezembro de 1959.

Instruções n.º 11

Orienta sôbre a classificação dos alunos.

De acôrdo com as instruções n.º 10, de 23 de novembro do corrente ano, o aproveitamento do aluno expresso nos têrmos "Suficiente ou Insuficiente" deverá figurar apenas nos assentamentos da escola e nas Listas de Exame.

No Boletim do aluno serão registados apenas os graus e médias finais (provas objetivas) ou os pontos e notas finais (provas especiais) e a classe que o aluno deverá freqüentar no próximo ano: 2.º A, 3.º C, 4.º R[3], etc.

Com a finalidade de orientar os professôres no trabalho de classificação dos alunos, apresentamos, no quadro abaixo, exemplos de casos que, possivelmente, ocorrerão:

Classe que o aluno freqüentou em 1959	Rendimento escolar 1959 (Provas finais)	Classe que o aluno deverá freqüentar em 1960	Observações
1.º ano A	Bom — (suficiente)	2.º ano A	
1.º ano A	Regular — (")	2.º ano B	
1.º ano A	Insuficiente — (Ins.)	2.º ano C	
1.º ano A	Inabilitado para realizar as Pr. Finais	2.º ano D	
2.º ano D	Bom — (Suficiente)	3.º ano R[2]	Venceu apenas o programa de 1.º ano
2.º ano D	Regular — (Suficiente)	3.º ano B	Venceu também o programa de 2.º ano
2.º ano D	Insuficiente — (Ins.)	3.º ano C[1]	Não venceu ainda o programa de 1.º ano
2.º ano C	Bom — (Suficiente)	3.º ano R[2]	Venceu o programa de 1.º ano
2.º ano C	Bom — (Suficiente)	3.º ano A	Venceu o programa de 1.º ano e também o de 2.º ano.
2.º ano C	Insuficiente (Ins.)	3.º ano C[1]	Não venceu ainda o programa de 1.º ano
2.º ano R[1]	Ótimo — (Suficiente)	3.º ano R[2]	Venceu apenas o programa de 1.º ano
2.º ano R[1]	Bom — (Suficiente)	3.º ano A	Venceu o programa de 1.º ano e também o de 2.º ano
2.º ano R[1]	Insuficiente — (Insuf.)	3.º ano C[1]	Não conseguiu vencer o programa de 1.º ano

Classe que o aluno freqüentou em 1959	Rendimento escolar 1959 (Provas finais)	Classe que o aluno deverá freqüentar em 1959	Observações
2.º ano A	Ótimo — (Suficiente)	3.º ano A	
2.º ano A	Regular — (Suficiente)	3.º ano B	
2.º ano B	Insuficiente — (Insuf.)	3.º ano C	
3.º ano C	Regular — (Suficiente)	4.º ano R^2	Venceu apenas o programa de 2.º ano
3.º ano C	Bom — (Suficiente)	4.º ano A	Venceu o programa de 2.º ano e também o de 3.º ano.
3.º ano C	Insuficiente — (Ins.)	4.º ano C^2	Não conseguiu vencer o programa de 2.º ano.
3.º ano R^2	Bom — (Suficiente)	4.º ano R^2	Venceu o programa de 2.º ano.
3.º ano R^2	Regular — (Suficiente)	4.º ano B	Venceu o programa de 2.º ano e também o de 3.º ano.
3.º ano R^2	Insuficiente — (Insuf.)	4.º ano C^2	Não conseguiu vencer o programa de 2.º ano.
3.º ano R^1	Regular — (Suficiente)	4.º ano R^2	Venceu apenas o programa de 1.º ano.
3.º ano R^1	Bom — (Suficiente)	4.º ano R^2	Venceu o programa de 1.º ano e também o de 2.º ano.
3.º ano R^1	Insuficiente (Insuf.)	4.º ano C^1	Não conseguiu vencer o programa de 1.º ano.
3.º ano A	Ótimo — (Suficiente)	4.º ano A	
3.º ano B	Regular — (Suficiente)	4.º ano B	
3.º ano B	Insuficiente — (Ins.)	4.º ano C	
4.º ano C	Bom — (Suficiente)	5.º ano R^1	Venceu apenas o programa de 3.º ano
4.º ano C	Regular — (Suficiente)	5.º ano B	Venceu o programa de 3.º ano e também o de 4.º ano.
4.º ano C	Insuficiente — (Insuf.)	5.º ano C^2	Não conseguiu vencer o programa de 3.º ano.
4.º ano R^2	Bom — (Suficiente)	5.º ano R^1	Venceu apenas o programa de 3.º ano.

Classe que o aluno freqüentou em 1959	Rendimento escolar 1959 (Provas finais)	Classe que o aluno deverá freqüentar em 1959	Observações
4.º ano R^3	Bom — (Suficiente)	5.º ano B	Venceu o programa de 3.º ano e também o de 4.º ano.
4.º ano R^3	Insuficiente — (Insuf.)	5.º ano C^1	Não conseguiu vencer o programa de 3.º ano.
4.º ano R^2	Regular — (Suf.)	5.º ano R^2	Venceu apenas o programa de 2.º ano.
4.º ano R^2	Bom — (Suficiente)	5.º ano R^4	Venceu o programa de 2.º ano e também o programa de 3.º ano.
4.º ano R^2	Insuficiente — (Ins.)	5.º ano C^2	Não conseguiu vencer o programa de 2.º ano.
4.º ano R^1	Bom — (Suficiente)	5.º ano R^2	Venceu apenas o programa de 1.º ano.
4.º ano R^1	Bom — (Suficiente)	5.º ano R^3	Venceu o programa de 1.º ano e também o de 2.º ano.
4.º ano R^1	Insuficiente — (Insuf.)	5.º ano C^1	Não conseguiu vencer o programa de 1.º ano.
4.º ano A	Bom — (Sufic.)	5.º ano A	
4.º ano A	Regular — (Sufic.)	5.º ano B	
4.º ano B	Bom — (Sufic.)	5.º ano A	
4.º ano A	Insuficiente — (Ins.)	5.º ano C	
5.º ano C	Bom — (Suficiente)	5.º ano A	Venceu apenas o programa de 4.º ano.
5.º ano C	Regular — (Sufic.)	—	Venceu o programa de 4.º ano e também o de 5.º ano, concluindo o Curso Primário com regular aproveitamento escolar.
5.º ano C	Insuficiente — (Insuf.)	5.º ano R	Não venceu o programa de 5.º ano.
5.º ano R^1	Bom — (Suficiente)	5.º ano R^2	Venceu apenas o programa de 1.º ano.

Classe que o aluno freqüentou em 1959	Rendimento escolar 1959 (Provas finais)	Classe que o aluno deverá freqüentar em 1959	Observações
5.º ano R^1	Regular — (Suf.)	5.º ano R^2	Venceu o programa de 1.º ano e também o programa de 2.º ano.
5.º ano R^1	Insuficiente — (Insuf.)	5.º ano C^1	Não venceu o programa de 1.º ano. Poderá ficar no 5.º C^1, se tiver menos de 14 anos.
5.º ano R^2	Bom — (Suficiente)	5.º ano R^3	Venceu o programa de 2.º ano.
5.º ano R^2	Bom — (Suficiente)	5.º ano R^4	Venceu o programa de 2.º ano e também o de 3.º ano.
5.º ano R^2	Insuficiente — (Insuf.)	5.º ano C^2	Não venceu o programa de 2.º ano.
5.º ano R^3	Regular — (Suficiente)	5.º ano R^4	Venceu apenas o programa de 3.º ano.
5.º ano R^3	Bom — (Suficiente)	5.º ano A	Venceu o programa de 3.º ano e também o de 4.º ano.
5.º ano R^3	Insuficiente — (Insuf.)	5.º ano C^3	Não conseguiu vencer o programa de 3.º ano.
5.º ano R^4	Bom — (Suficiente)	5.º ano A	
5.º ano R^4	Regular — (Sufic.)	—	Venceu o programa de 4.º ano e também o de 5.º ano, concluindo o Curso Primário com aproveitamento regular.
5.º ano R^4	Insuficiente — (Ins.)	5.º ano C	Não venceu o programa de 4.º ano
5.º ano A	Bom — (Suficiente)	—	Concluiu o Curso Primário com bom aproveitamento escolar.
5.º ano A	Regular (Suficiente)	—	Concluiu o Curso Primário com regular aproveitamento escolar.
5.º ano B	Bom — (Suf.)	—	Concluiu o Curso Primário com bom aproveitamento escolar.
5.º ano B	Insuficiente — (Ins.)	5.º ano R	Não venceu ainda o programa de 5.º ano.

Os casos não previstos nestas Instruções poderão ser submetidos à apreciação dêste Centro.

Sarah Azambuja Rolla
Diretora do C.P.O.E.

NOTA: O aluno que pertencer a uma classe mista, 3.º RM¹, por exemplo, deverá ir para a classe correspondente à sua idade cronológica.

Exemplificando:

O aluno **X**, do 3.º RM¹ com 12 anos de idade, considerado suficiente nas provas finais de 1959, deverá freqüentar em 1960 o 5.º R².

Se não houver número suficiente de alunos para organizar uma classe de 5.º R², a direção da escola organizará uma classe mista.

BIBLIOGRAFIAS

1.º ANO
BIBLIOGRAFIA PARA ALUNOS

Organizadas por Eddy Flores Cabral
Técnico em educação do C.P.O.E.

Livros recreativos, relacionados com os Estudos Sociais:

AUTOR	NOME DO LIVRO	EDITÔRA
BECKER, Charlotte	Como vai Jaci?	Melhoramentos
BECKER, Charlotte	Jaci passeia de barco.	"
BECKER, Charlotte	Os irmãos gêmeos	"
BECKER, Charlotte	Os três pimpolhos	"
BECKER, Charlotte	Téo e Tico no Parque	"
BECKER, Charlotte	Uma surpresa para os três pimpolhos	"
BRANN, Esther	O livro de Antoninho	"
BUARQUE, Mary	Coleção Meus Livrinhos: Os dias da Semana	Ed. do Brasil
CAVANAH, Frances	A Girafa feliz	Melhoramentos
Coleção "Horas Felizes"	A cidade das crianças	"
Coleção "Horas Felizes"	Crianças em férias	"
Coleção "Horas Felizes"	Galinha Ruiva	"
Coleção "Horas Felizes"	O elefante Elmer	"
Coleção "Horas Felizes"	O circo está na cidade	"
Coleção "Horas Felizes"	Uma oração de criança	"
DISNEY, Walt	Mimoso, o carneirinho preto	"
GORITO	A rua do muito que fazer	Ed. Abril
HALL	O pintarroxo fazedor de laços	Melhoramentos
HAYES, Gilmore	Violeta, a foca amestrada	"
Historietas	Cinco irmãos bichanos	"
Historietas	Meus amiguinhos	"
LENSKI, Lois	O automòvelzinho	"
PALMER, Robin	Os sapatos de Pedrinho	"
PAYNE, Emmy	A bôlsa de Dona Catarina	"
PETERSHAN	As habitações e sua história	"
POLITI, Leo	Pedrito, o anjo da rua Olvera	"
RIGE, Ethel M.	O melhor lugar do mundo	"
ROSSELI, Collete	A primeira história de Suzana	"
SIGSGAARD, Jens	Paulinho sòzinho no mundo	"

RELAÇÃO DE MATERIAL DIDATICO

COLEÇÃO	NOME	EDITORA
Série "Brincar e Aprender"	Brinquedo das Profissões	Melhoramentos
Série "Brincar e Aprender"	Coisas de Nossa Casa	"
Série "Brincar e Aprender"	De que são feitas as coisas	"
Série "Brinquedos Melhoramentos"	Casinha de Brinquedo	"
Série "Brinquedos Melhoramentos"	A Pequena Modista	"
Série "Colar Quadros de Recortes"	Amiguinhos de Além-Mar	"
Série "Colar Quadros de Recortes"	Minhas Férias	"
Série "Colar Quadros de Recortes"	No Campo	"
Série "Domínio Infantil"	Bandeiras	"
Série "Domínio Infantil"	Frutas	"
Série "Domínio Infantil"	Legumes	"
Série "O Pequeno Arquiteto"	O Automóvel	"
Série "O Pequeno Arquiteto"	O Bonde e dois Barcos	"
Série "O Pequeno Construtor"	O Presépio	"
Série "Quarteto"	Transportes de hoje	"
——	Brincar e Construir	"
——	Correio Infantil	"
Série "Quebra-Cabeças"	Bandeira Nacional	"
Série "Álbuns de Figurinhas"	Automóveis	EBAL

BIBLIOGRAFIAS DE ESTUDOS SOCIAIS — CURSO PRIMÁRIO

2.º ANO

BIBLOGRAFIA PARA ALUNOS

Organizadas por Eddy Flores Cabral
Técnico em educação do C.P.O.E.

Livros recreativos, relacionados com os Estudos Sociais:

AUTOR	NOME DO LIVRO	EDITÔRA
ANDRADE, Tales C. de	O Capitão Feliz	Melhoramentos
CORRÊA, Viriato	A Descoberta do Brasil	Ed. Nacional
FONTES, Ofélia e Narbal	Ilha do Sol	Francisco Alves
RICE, Ethel M.	O Melhor Lugar do Mundo	Melhoramentos
Série "Histórias do Tio Damião"	A Irmã do Índiozinho	"
Série "Histórias do Tio Damião"	O Índiozinho	"
SPALDING, Walter	O Cruzeiro do Sul	"
VIGIL, Constâncio	A Formiguinha Viageira	"
WERNECK, Paulo e outra	A Lenda da Carnaúbeira	
——	Mimoso, Coração de Ouro	Vecchi, Ltda.

RELAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO

COLEÇÃO OU AUTOR	NOME	EDITÔRA
Série "Cenas Históricas"	O Descobrimento do Brasil	Melhoramentos
Série "Cenas Históricas"	Primeira Missa no Brasil	"
Série "Minhas Figuras"	Índios	"
Série "O Pequeno Engenheiro"	A Ponte das Bandeiras	"
Série "Quadros Murais"	Iniciação Geográfica (formato 76 cm x 110 cm)	"
Série "Quartetos"	Grandes Descobridores e Exploradores	Globo
——	Carta Topográfica de Pôrto Alegre	
Serviço de Geografia	Mapas dos Municípios	Secret. Agric. Pôrto Alegre

NOTA — Além dêstes materiais didáticos, são também recomendados aquêles que figuram na lista relativa ao 1.º Ano.

BIBLIOGRAFIAS DE ESTUDOS SOCIAIS — CURSO PRIMÁRIO

3.º ANO
BIBLIOGRAFIA PARA ALUNOS

Organizadas por Eddy Flores Cabral
Técnico em educação do C.P.O.E.

Livros recreativos, relacionados com os Estudos Sociais:

AUTOR	NOME DO LIVRO	EDITÔRA
DONATO, Mário	O Negrinho do Pastoreio	Melhoramentos
ESPINHEIRA, Ariosto	Viagem Através do Brasil - Rio Grande do Su — Vol. V	Melhoramentos
SANTOS, Teobaldo Miranda	Lendas e Mitos do Brasil	Ed. Nacional
Série "Histórias do Tio Damião"	Saci Pererê	Melhoramentos
STARLING, Nair	Nossas Lendas	Francisco Alves
GOMES, Alfredo	Visconde de Mauá	Melhoramentos

RELAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO

COLEÇÃO	NOME	EDITÔRA
Série "Panteon Nacional"	Bento Gonçalves (retrato)	Melhoramentos
Série "Quadros de História Pátria"	A Regência e a Maioridade	Melhoramentos
Série "Quadros Murais"	Iniciação Geográfica (formato 76 x 110 cm)	Melhoramentos
——	Correio Infantil	Melhoramentos
——	Globo Terrestre (com legendas em português - diâmetro 34 cm)	Melhoramentos
——	Mapa do Rio Grande do Sul (Divisão política)	Dep. Est .de Estatística (Rua Duque de Caxias — P. Alegre.)
——	Mapa Geográfico R. G. S.	Revista Ensino — R.G.S. n.º 45 — junho 1957
——	Pequeno Atlas Escolar	Melhoramentos
Mapa	Rio Grande do Sul (Síntese e mapa)	Globo

BIBLIOGRAFIAS DE ESTUDOS SOCIAIS — CURSO PRIMÁRIO

4.º ANO

BIBLIOGRAFIA PARA ALUNOS

Livros recreativos, relacionados com os Estudos Sociais

Organizadas por Eddy Flores Cabral
Técnico em educação do C.P.O.E.

AUTOR	NOME DO LIVRO	EDITÔRA
ACQUARONE, Francisco	Os Grandes Benfeitores da Humanidade	E. Pongetti
ANDRADE, Tales C. de	O Grito Milagroso	Melhoramentos
BILAC, Olavo e Coelho Netto	Contos Pátrios	Fr. Alves
BILAC, Olavo e Coelho Netto	Pátria Brasileira	Fr. Alves
BILAC, Olavo e Coelho Netto	Através do Brasil	Fr. Alves
CALMON, Pedro	Pequena História da Civilização Brasileira	Edit. Nacional
CANAVAZZA, Giusepe	Vida Heróica de Cristóvão Colombo	Melhoramentos
CINTRA, Assis	Alma Brasileira	Melhoramentos
CORRÊA, Viriato	A Bandeira das Esmeraldas	Edit. Nacional
CORRÊA, Viriato	As Belas Histórias da História do Brasil	Edit. Nacional
CORRÊA, Viriato	História do Brasil para as Crianças	Edit. Nacional
CORRÊA, Viriato	Meu Torrão	Edit. Nacional
DONATO, Hernani	História dos Meninos índios	Melhoramentos
DONATO, Hernani	Raposo Tavares — O Conquistador dos Andes	Melhoramentos
ESPINHEIRA, Ariosto	Viagem Através do Brasil (10 volumes)	Melhoramentos
FLEURY, Renato Sêneca	Almirante Tamandaré	Melhoramentos
FLEURY, Renato Sêneca	Anchieta	Melhoramentos
FLEURY, Renato Sêneca	O Barão do Rio Branco	Melhoramentos
FLEURY, Renato Sêneca	D. Pedro II	Melhoramentos
FLEURY, Renato Sêneca	Duque de Caxias	Melhoramentos
FLEURY, Renato Sêneca	Gusmão, o Padre Voador	Melhoramentos
FLEURY, Renato Sêneca	José Bonifácio	Melhoramentos
FLEURY, Renato Sêneca	Osvaldo Cruz	Melhoramentos
FLEURY, Renato Sêneca	Pedro Américo	Melhoramentos

AUTOR	NOME DO LIVRO	EDITÔRA
FLEURY, Renato Sêneca	Prudente de Morais	Melhoramentos
FLEURY, Renato Sêneca	Rui Barbosa	Melhoramentos
FLEURY, Renato Sêneca	Santos Dumont	Melhoramentos
FONTES, Ofélia e Narbal	Pindorama	Liv. Fc.º Alves
GOMES, Alfredo	O Visconde de Mauá	Melhoramentos
GOMES, Lindolfo	Contos Populares Brasileiros	Melhoramentos
GUIMARÃES, João	Castro Alves	Melhoramentos
GUIMARÃES, João	Patrocínio, o Abolicionista	Melhoramentos
LEONARDO, Araujo	Você já foi à Bahia?	Melhoramentos
LUZ, Clemente	Infância Humilde dos Grandes Homens	Ed. do Brasil
MOREIRA, Baltazar de Godoi	Negro Velho de Guerra	Ed. do Brasil
MOURA, Pedro AImeida	História do Automóvel	Melhoramentos
MOURA, Pedro AImeida	História da Aviação	Melhoramentos
MOURA, Pedro AImeida	História do Trem de Ferro	Melhoramentos
NABUCO, Carolina	Joaquim Nabuco	Melhoramentos
PETERSHAN, Maude e Miska	A História do Carvão	Melhoramentos
	A História do Ferro e do Aço	Melhoramentos
	A História do Ouro	Melhoramentos
	A História do Petróleo	Melhoramentos
RINALDI, Guiomar R.	Carlos Gomes	Melhoramentos
SANTOS, Theobaldo Miranda	Contos Cívicos do Brasil	Cia. Ed. Nacional
SANTOS, Theobaldo Miranda	Contos Maravilhosos do Brasil	Cia. Ed. Nacional
SANTOS, Theobaldo Miranda	Lendas e Mitos do Brasil	Cia. Ed. Nacional
SETTE, Mário	Brasil, Minha Terra	Melhoramentos
SPALDING, Walter	O Cruzeiro do Sul	Melhoramentos
STARLING, Nair	Nossas Lendas	Francisco Alves

RELAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO

COLEÇÃO OU AUTOR	NOME	EDITÔRA
CONS. NAC. DE GEOGRAFIA	Atlas Geográfico Escolar	Minist. de Educação e Cultura
CONS. NAC. DE GEOGRAFIA	Mapa do Brasil; escala 1:5.750.000	Cons. Nac. de Geografia
FREUDENFELD, R. A.	Isto é Minas Colonial	Melhoramentos
LOBO, Esmeralda	História do Brasil (Mapas e Quadros)	J. R. Oliveira
SÉRIE "CENAS HISTÓRICAS"	O Descobrimento do Brasil	Melhoramentos
SÉRIE "CENAS HISTÓRICAS"	Primeira Missa no Brasil	Melhoramentos
SÉRIE "CENAS HISTÓRICAS"	Uma Bandeira a Caminho do Sertão	Melhoramentos
SÉRIE "CERTAMES EDUCATIVOS"	Loto "Cidades Brasileiras"	Melhoramentos
SÉRIE "CERTAMES EDUCATIVOS"	Uma Excursão entre os índios do Brasil	Melhoramentos
SÉRIE "MAPAS FÍSICOS"	Brasil Físico (Formato 141 cm x 124 cm)	Melhoramentos
SÉRIE "MAPAS POLÍTICOS"	Mapa Geral do Brasil (Formato 90 cm x 98 cm)	Melhoramentos
SÉRIE "PEQUENOS MAPAS EM CARTEIRA"	Brasil — Centro-Oeste	Melhoramentos
SÉRIE "PEQUENOS MAPAS EM CARTEIRA"	Brasil (Geral)	Melhoramentos
SÉRIE "PEQUENOS MAPAS EM CARTEIRA"	Brasil — Leste	Melhoramentos
SÉRIE "PEQUENOS MAPAS EM CARTEIRA"	Brasil — Região Nordeste	Melhoramentos
SÉRIE "PEQUENOS MAPAS EM CARTEIRA"	Brasil — Região Norte	Melhoramentos
SÉRIE "PEQUENOS MAPAS EM CARTEIRA"	Brasil — Sul	Melhoramentos

COLEÇÃO OU AUTOR	NOME	EDITÔRA
SÉRIE "QUARTETOS"	*Grandes Descobridores e Exploradores*	Melhoramentos
SÉRIE "QUARTETOS"	*Grandes Vultos do Brasil*	Melhoramentos
SÉRIE "QUARTETOS"	*Nossa Terra — Nossa Gente*	Melhoramentos
	Globo Terrestre (com legendas em Português — Diâmetro 34 cm)	Melhoramentos
	Isto é São Paulo	Melhoramentos
	Pequeno Atlas Escolar	Melhoramentos
	Quadros de História Pátria (1 a 20)	Melhoramentos
	Riquezas Vegetais (Quadros de 1 a 8)	Melhoramentos
	Atlas do Brasil	Globo

BIBLIOGRAFIA DE ESTUDOS SOCIAIS — CURSO PRIMÁRIO

5.º ANO
BIBLIOGRAFIA PARA ALUNOS

Organizadas por **Eddy Flores Cabral**
Técnico em educação do C.P.O.E

Livros recreativos, relacionados com os Estudos Sociais

AUTOR	NOME DO LIVRO	EDITÔRA
ALMEIDA, Lúcia Machado de	Viagens Maravilhosas de Marco Polo	Melhoramentos
HYLLIER, V. M.	Geografia Pitoresca para Crianças	Edit. Nacional
PIPER, Watty	Nossos Amiguinhos de Outras Terras	Melhoramentos
SCHADEN, Egon e outra	Povos e Trajes da América Latina	Melhoramentos

NOTA: Além êstes volumes, são também recomendados aquêles

EDITÔRA	NOME	EDITÔRA
Série "Albuns de Figurinhas"	Marco Polo	EBAL
Série "Albuns de Figurinhas"	Pioneiros e Descobridores	EBAL
Série "Dominó Infantil"	Bandeiras	Melhoramentos
Série "Certames Educativos"	Loto Sul-Americano	Melhoramentos
Série "Mapas Físicos"	África (125 x 96 cm)	Melhoramentos
Série "Mapas Físicos"	América do Norte (formato 88 cm x 102 cm)	Melhoramentos
Série "Mapas Físicos"	América do Sul (formato 89 cm x 125 cm)	Melhoramentos
Série "Mapas Físicos"	Ásia (formato 145 cm x 125 cm)	Melhoramentos
Série "Mapas Físicos"	Europa (formato 140 cm x 117 cm)	Melhoramentos
Série "Mapas Físicos"	Oceania (formato 125 cm x 89 cm)	Melhoramentos
Série "Mapas Políticos"	Mapa Mundi (formato 125 cm x 88 cm)	Melhoramentos
Série "Pequenos Mapas em carteira"	África (35 cm x 42 cm)	Melhoramentos
Série "Pequenos Mapas em carteira"	América do Norte (35 cm x 46 cm)	Melhoramentos
Série "Pequenos Mapas em carteira"	América do Sul (32 cm x 38 cm)	Melhoramentos
Série "Pequenos Mapas em carteira"	Ásia (37 cm x 40 cm)	Melhoramentos
Série "Pequenos Mapas em carteira"	Europa (38 cm x 35 cm)	Melhoramentos
Serie "Pequenos Mapas em carteira"	Mundial (45 cm x 30 cm)	Melhoramentos
Série "Pequenos Mapas em carteira"	Oceania (40 cm x 32 cm)	Melhoramentos
Séie r"Quebra-cabeças geográficos"	África	Melhoramentos
Série "Quebra-cabeças geográficos"	Os Continentes	Melhoramentos
Série "Teceiagem"	Viagem pela América do Sul	Melhoramentos

NOTA: Além dêstes materiais, são também recomendados os que figuram na lista relativa a 4.º ano primário

DIVERSOS

REFORMA DO ENSINO PRIMÁRIO
ORGANIZAÇÃO DAS CLASSES — 1959

I ANO Idade cronológica: 6 a. 9 meses a 8 a.	II ANO Idade cronológica: 8 — 9 anos	III ANO Idade cronológica: 9 — 10 anos	IV ANO Idade cronológica: 10 — 11 anos	V ANO Idade cronológica: 11 — 12 anos
A^{17} Alunos sem qualquer escolaridade. Niv. de Maturidade: 17 — 20	A — Alunos com bom rendimento escolar. (Suficiente nas provas finais de 1.º ano.)	A — Alunos com bom rendimento escolar. (Suficiente nas provas finais de 2.º ano.)	A — Alunos com bom rendimento escolar. (Suficiente nas provas finais de 3.º ano.)	A — Alunos com bom rendimento escolar. (Suficiente nas provas finais de 4.º ano.)
A^{14} Alunos sem qualquer escolaridade. N. de Maturidade: 14 - 16	B — Alunos c/regular aproveitamento escolar. (Suficiente nas provas finais de 1.º ano.)	B — Alunos com regular aproveitamento escolar. (Suficiente nas provas finais de 2.º ano.)	B — Alunos com regular aproveitamento escolar. (Suficiente nas provas finais de 3.º ano.)	B — Alunos com regular aproveitamento escolar. (Suficiente nas provas finais de 4.º ano.)
A^{12} Alunos sem qualquer escolaridade. N. Maturidade: 12 - 14.	C — Alunos com aproveitamento insuficiente. (Insuficiente nas provas finais de 1.º ano.)	C — Alunos com aproveitamento insuficiente. (Insuficiente nas provas finais de 2.º ano.)	C — Alunos com aproveitamento insuficiente nas provas finais de 3.º ano.)	C — Alunos com aproveitamento insuficiente. (Insuficiente nas provas finais de 4.º ano.)
			C^2 — Alunos c/aproveitamento insuficiente nas provas finais de 2.º ano.	C^3 — Alunos com aproveitamento insuficiente. (Insuficiente nas provas finais de 3.º ano.)

ORGANIZAÇÃO DAS CLASSES — 1959

I ANO	II ANO	III ANO	IV ANO	V ANO
A^{10} — Alunos sem qualquer escolaridade. N. maturidade: 10 - 11.	D — Alunos com aproveitamento insuficiente. (Alunos inabilitados para realizarem as provas finais de 1.º ano).	R^1 — Alunos sem qualquer escolaridade. N. Maturidade: mais ou menos semelhante.	R^1 — Alunos sem qualquer escolaridade. N. Maturidade: mais ou menos semelhante.	R^1 — Alunos sem qualquer escolaridade: N. Maturidade: mais ou menos semelhante.
A^9 — Alunos sem qualquer escolaridade. N. Maturidade: 8 - 10.	R^1 — Alunos sem qualquer escolaridade. N. Maturidade: mais ou menos semelhante, quando possível.	R^2 — Alunos com aproveitamento correspondente a 1 ano de escolaridade. (**Suficiente** nas provas finais de 1.º ano.)	R^2 — Alunos com aproveitamento correspondente a 1 ano de escolaridade. (**Suficiente** nas provas finais de 1.º ano.)	R^2 — Alunos com aproveitamento correspondente a 1 ano de escolaridade. (**Suficiente** nas provas finais de 1.º ano.)
A^8 — Alunos sem qualquer escolaridade. N. Maturidade: 5 - 7.	RM^1 — Alunos de 8, 9, 10, 11 anos de id. cronológica, sem qualquer escolaridade. N. Maturidade: mais ou menos semelhante quando possível.	RM^1 — Alunos de 10, 11, 12 anos de id. cronológica sem qualquer escolaridade. N. Maturidade: mais ou menos semelhante.	R^2 — Alunos com aproveitamento correspondente a 2 anos de escolaridade. (**Suficiente** nas provas finais de 2.º ano.)	R^2 — Alunos com aproveitamento correspondente a 2 anos de escolaridade. (**Suficiente** nas provas finais de 2.º ano.)

ORGANIZAÇÃO DAS CLASSES — 1959

I ANO	II ANO	III ANO	IV ANO	V ANO
		RM² — Alunos de 10, 11, 12 anos de idade cronológica com aprovietamento correspondente a 1 ano de escolaridade. (**Suficiente** nas provas finais de 1.º ano.)	RM¹ — Alunos de 11, 12 13 anos de idade cronológica, sem qualquer escolaridade. N. Maturidade: mais ou menos semelhante.	R¹ — Alunos com aproveitamento correspondente a 3 anos de esoclaridade. (**Suficiente** nas provas finais de 3.º ano.)
			RM² — Alunos de 11, 12, 13 anos de idade cronológica, com aproveitamento correspondente a 1 ano de escolaridade. (**Suficiente** nas provas finais de 1.º ano.)	RM¹ — Alunos de 12, 13 anos de idade cronológica sem qualquer escolaridade. N. Maturidade mais ou menos semelhante.
			RM² — Alunos de 11, 12, 13 anos de id. cronológica, com aproveitamento correspondente a 2 anos de escolaridade (**Suficiente** nas provas finais de 2.º ano.)	RM² — Alunos de 12, 13, anos de idade cronológica com aproveitamento correspondente a 1 ano de escolaridade. (**Suficiente** nas provas finais de 1.º ano.)

ORGANIZAÇÃO DAS CLASSES — 1959

I ANO	II ANO	III ANO	IV ANO	V ANO
			RM³ — Alunos de 12, 13 anos de idade cronológica com aproveitamento correspondente a 2 anos de escolaridade. (**Suficiente** nas provas finais de 2.º ano.)	
			RM⁴ — Alunos de 12, 13 anos de idade cronológica com aproveitamento correspondente a 3 anos de escolaridade. (**Suficiente** nas provas finais de 3.º ano.)	

OBSERVAÇÕES:

1. Quando houver duas ou mais classes de 1.º ano com o mesmo nível de maturidade, terão essas classes as denominações seguintes:

A 17ª	A 12ª	A 8ª	A 5ª
A 17ᵇ	A 12ᵇ	A 8ᵇ	A 5ᵇ
A 17ᶜ etc.	A 12ᶜ etc.	A 8ᶜ etc.	A 5ᶜ etc.

2. Quando houver duas ou mais classes de igual rendimento escolar (bom, regular ou insuficiente), serão essas classes assim designadas:

Aª	Bª	Cª	Dª
Aᵇ	Bᵇ	Cᵇ	Dᵇ
Aᶜ etc.	Bᶜ etc.	Cᶜ etc.	Dᶜ etc.

3. Quando houver duas ou mais classes de recuperação constituídas de alunos com aproveitamento escolar correspondente a 1, 2, 3, ou 4 anos de escolaridade, terão as referidas classes a seguinte denominação:

R^{1a}	R^{2a}	R^{3a}	R^{4a}
R^{1b}	R^{2b}	R^{3b}	R^{4b}
R^{1c}	R^{2c}	R^{3c}	R^{4c}
RM^{Na}	RM^{2a}	RM^{3a}	RM^{3a}
RM^{Nb}	RM^{2b}	RM^{3b}	RM^{3b}
RM^{Nc}	RM^{2c}	RM^{3c}	RM^{3c}

4. Quando não houver alunos com a classificação **insuficiente** em número necessário para constituir uma classe **C**, poderão os mesmos ser incluídos em outras classes.

Exemplo:

— Alunos de 8 a 9 anos com aproveitamento **insuficiente** no 1.º ano poderiam reunir-se aos alunos do 2.º B — (2.º BC)

— Alunos de 9 — 10 anos com aproveitamento insuficiente nas provas finais de 2.º ano poderão reunir-se aos alunos do 3.º R^2 — (3.º R^2 C)

— Alunos de 10 — 11 anos com aproveitamento insuficiente na prova final de 3.º ano poderão reunir-se aos alunos do 4.º R^2 (4.º R^2C)

Quando o número de alunos inabilitados (que não puderam realizar a prova final de 1.º ano) fôr insuifciente para constituir uma classe D, poderão os mesmos reunir-se ao 2.º R^1 (2.º R^1 D)

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CENTRO DE PESQUISAS E ORIENTAÇÃO EDUCACIONAIS

FICHA DE APRECIAÇÃO DA ESCOLA

Nome do Estabelecimento ..... **Entrância** ..... **Região** .....

Localidade ..... **Municipio** .....

Categoria .....

DIRETORA .....

DATA .....

.....

ORIENTADORA DE EDUCAÇÃO PRIMÁRIA

FICHA DE APRECIAÇÃO

do GRUPO ESCOLAR ..... Região .....

Localização ..... Entrância ..... Categoria .....
(rua, n.º, cidade e município)

Proprietário do prédio: Estado — Município — Particular
( ) ( ) ( )

.....

I — Condições da escola:

A — Aspecto físico:

1. da escola:

a) capacidade: .....

.....

b) tipo de construção: (alvenaria — madeira — mista)
( ) ( ) ( )

.....

c) estado de conservação: (muito bom — bom — regular —
( ) ( ) ( )

não satisfatório)
( )

.....

d) mobiliário: (satisfaz — satisfaz em parte — não satisfaz)
( ) ( ) ( )

.....

e) condições higiênicas: (muito boas — boas — regulares —
( ) ( ) ( )

não satisfatórias)
( )

.....

f) aspecto geral (ornamentação, disposição do mobiliário, etc..):
(muito bom) — bom — regular — não satisfatório)
( ) ( ) ( ) ( )

.....

2.. das salas de aula:

a) número .....

b) capacidade (1,25m por aluno) (de 30 a 35 alunos —
( )

de 20 a 25 alunos — menos de 20 alunos)
( ) ( )

.....

c) aeração e iluminação (natural): (muito boa — boa — regular — má)
( ) ( ) ( ) ( )

.....

d) aspecto geral: (muito bom — bom — regular — mau)
( ) ( ) ( ) ( )

.....

3. das salas ambientes:

a) número .....

b) finalidade .....

c) capacidade (1,25 m por aluno): (de 30 a 35 alunos —
( )

de 20 a 25 alunos — menos de 20 alunos)
( ) ( )

.....

d) aeração e iluminação: (muito boas — regulares — más)
( ) ( ) ( )

.....

e) aspecto geral: (muito bom — bom — regular — mau)
( ) ( ) ( ) ( )

.....

4. da área para recreação e jogos:

a) aspecto geral: (muito bom — bom — regular — mau)
( ) ( ) ( ) ( )

.....

b) capacidade: (muito boa — boa — regular — má)
( ) ( ) ( ) ( )

.....

c) localização: (muito boa — boa — regular — má)
( ) ( ) ( ) ( )

.....

B — Aspecto administrativo:

1. escrita escolar :

a) organização: (em fase inicial — atualizada — desatualizada —
( ) ( ) ( )
em reorganização)
( )

.....

b) plano de direção (sim — não) .....
( ) ( )

.....

c) quadros demonstrativos: .....

.....

d) material de secretaria: (máquinas, fichários, mimeógrafos, etc.)

.....

2. pessoal:

a) distribuição: (em condições desejáveis — com restrições —
( ) ( )
em más condições)
( )

.....

b) pontualidade: (boa — regular — má) .....
( ) ( ) ( )

.....

c) assiduidade: (boa — regular — má) .....
( ) ( ) ( )

.....

d) mobilidade: (em excesso — normal)

— por determinação superior: (sim — não) .....
( ) ( )

.....

— por determinação da escola: (sim — não) .....
( ) ( )

.....

C — Aspecto sócio-econômico cultural:

1. nível cultural dos professôres (elevado — bom — regular — fraco)
( ) ( ) ( ) ( )

.....

2. nível social dos professôres (elevado — bom — regular — mau)
( ) ( ) ( ) ( )

.....

3. situação econômica da escola: (boa — regular — má) .....
( ) ( ) ( )

.....

4. atividades cívico-sociais: (em condições satisfatórias — regulares
( ) ( )
— más) .....
( )

.....

5. organização e funcionamento das instituições escolares:

(em condições satisfatórias — regulares — más) .....
( ) ( ) ( )

.....

D — Aspecto educativo:

1. impressão geral: (muito boa — boa — regular — má) .....
( ) ( ) ( ) ( )

.....

2. relações interpessoais: (satisfatórias - regulares - não satisfatórias)
( ) ( ) ( )

.....

3. outras observações: .....

.....

E — Assistência ao escolar:

1. médico (sim — não). Condições (satisfatórias — regulares — más)
( ) ( ) ( ) ( ) ( )

2. dentista: (sim — não) Condições: (satisfatórias — regulares — más)
( ) ( ) ( ) ( ) ( )

3. Alimentação: (sim — não) Condições: (satisfatórias — regulares — más)
( ) ( ) ( ) ( ) ( )

4. vestuário: (sim — não) Condições: (satisfatórias — regulares (más)
( ) ( ) ( ) ( ) ( )

5. Material escolar: (sim — não) Condições: (satisfatórias — regulares — más)
( ) ( ) ( ) ( ) ( )

6. recursos utilizados: (sim — não) Condições: (satisfatórias — regulares — más)
( ) ( ) ( ) ( ) ( )

F — Aspecto técnico pedagógico:

1 — Corpo docente (efetivo — contratado — substituto - comissionado)
( ) ( ) ( ) ( )

2 — Preparo técnico do professor (faculdade — normal I ciclo — normal II ciclo — ginásio — primário)
( ) ( ) ( ) ( ) ( )

II — Condições da comunidade em que está situada a escola:

A — Nível social (Bom — regular — mau)
( ) ( ) ( )

B — Nível Moral (Bom — regular — mau) .....
( ) ( ) ( )

.....

C — Nível econômico (Bom — regular — mau) .....
( ) ( ) ( )

.....

D — Condições higiênicas (Boas — regulares — más) .....
( ) ( ) ( )

.....

E — Existência de instituições e estabelecimentos de caráter sócio cultural (bibliotecas, clubes, etc.) .....

.....

III — Relações entre a comunidade e a escola:

.....

.....

IV — Atuação do diretor:

A — Capacidade administrativa (Boa — regular — má)
( ) ( ) ( )

.....

B — Atitude em relação ao trabalho técnico pedagógico (Colaboração
( )
— passividade — rejeição)
( ) ( )

.....

1 — Iniciativas relativas ao aperfeiçoamento técnico dos prof.

(colab. — passiv. — rejeição)
( ) ( ) ( )

.....

2 — Contatos com instituições especializadas: (sim — não)
( ) ( )

.....

C — Capacidade em estabelecer relações: (sim — não)
( ) ( )

D — Impressões gerais: .....

.....

GRUPO ESCOLAR _____

Atuação do professor _____

A — Atuação do professor:

1. Em classe: (Eficiente — regular — deficiente)
( ) ( ) ( )

.....

2. Extra classe: (Eficiente — regular — deficiente)
( ) ( ) ( )

.....

B — Técnicas de ensino:

1. Conhecimento: (atualizado — desatualizado)
( ) ( )

.....

2. Emprêgo: (eficiente — regular — mau)
( ) ( ) ( )

.....

C — Material didático (organização e uso): (eficiente — regular — mau)
( ) ( ) ( )

.....

D— Planejamento e documentação do trabalho — (bom — regular — deficiente)
( ) ( ) ( )

.....

E — Atitude dos profs. em relação ao serviço de orientação (colaboração — passiv. — rejeição)
( ) ( ) ( )

.....

F — Capacidade criadora do professor: (sim — não)
( ) ( )

.....

G — Correlação entre o trab. das instituições e o trab. de classe (efic. — regular — nula)
( ) ( ) ( )

.....

GRUPO ESCOLAR .....

A — Dados relativos ao rendimento geral do trabalho:

	Matr. geral	Matr. efetiva	Classificação dos Alunos		Porcentagens	
			Clas. reg.	Clas. de recup.	Clas. reg.	Clas. de recup.
1.º ano						
2.º ano						
3.º ano						
4.º ano						
5.º ano						

B — MOVIMENTO DAS CLASSES DE RECUPERAÇÃO

Recuperação	n.º de alunos	porcentagem sôbre a matrícula efetiva	Observações
1.º a 3.º ano			
a 4.º ano			
a 5.º ano			
2.º a 4.º ano			
a 5.º ano			
3.º a 5.º ano			

C — Avaliação de rendimento da escola: (muito bom — bom — regular — não satisfatório)
( ) ( ) ( ) ( )

.....

D — Avaliação da escola: (muito boa — boa — regular — má)
( ) ( ) ( ) ( )

.....

ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO

Para uso de Delegados de Ensino e Orientadores de Educação Primária

O QUE DEVE SER OBSERVADO NUMA ESCOLA

1. Administrativamente:
   a. Organização interna:
      arquivo ativo e passivo
      escrituração
   b. Necessidades da escola
      O que possui? O que não possui?
   c. Limpeza do prédio e do pátio

2. Atuação do pessoal administrativo
   a. com a direção;
   b. com os professôres;
   c. com as crianças;
   d. com os membros da comunidade;

3. Atuação dos professôres sob o ponto de vista das relações humanas:

   a. com a direção;
   b. com outros professôres
   c. com alunos
   d. com o pessoal administrativo
   e. com outros membros da comunidade

   f. Relações da escola com o meio.
      Como? Quais
   g. Hora de Reparação
      Como se processa? É dirigida? É livre?
      Atuação dos professôres
      Como se realiza a merenda?
   h. Uniformização
      Como é obtida?
   i. Publicidade na escola: gráficos, documentação fotográfica, etc.
   j. Funcionamento das instituições escolares:
      Quais funcionam? Como funcionam?

4. O que observar tècnicamente:

   a. Livros adotados — orientação adotada para sua escolha;
   b. Arquivo da classe;
      Fichas Relatórios Ornamentação Planos
   c. Publicidade na classe:
      Rendimento, promoção, preferência, leitura, etc.
   d. conservação de livros e mobiliário;
   e. limpeza e disposição da classe;
   f. higiene de hábitos e atitudes;
   g. ornamentação fixa e móvel;
   h. aspecto estético envolvente;
   i. clima emocional da classe;

6. Da professôra:

   a. atitude com relação à criança
      Voz Gesto Acento afetivo Segurança Equilíbrio
   b. Como realiza o registro de seus trabalhos;
   c. Quais as qualidades mais marcantes da professôra num 1.º contato;
   d. Como aceita a reação de seus alunos durante o trabalho?
   e. Estado sanitário dos alunos

7. Do processo de ensino:

   a. Como é desenvolvido?
   b. Participação do aluno?
   c. Movimentos físicos e psíquicos mais significativos da aula?
   d. Obedece a um planejamento?
   e. A fixação é considerada?
   f. A correção de falhas e deficiência é preocupação do professôr?
   g. O processo de ensino é um movimento total e abrangente ou é estanque?
   h. Qual a preocupação mais aguda da professôra? Cumprimento do programa? Desenvolvimento de uma atitude diante da vida?
   i. Observar aspectos que achar significativos no desenvolvimento das aulas.

6. Outras observações:

LEGISLAÇÃO

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Secretário

Considerando o elevado número de alunos maiores de 14 anos que solicitou matrícula nos Grupos Escolares da I Região Escolar;

Considerando que os referidos alunos, de acôrdo com o disposto no art. 4.º, do Decreto n.º 9950 de 31.12.58, deverão ser desligados da escola primária comum, excetuando-se os casos especiais previstos no parágrafo 1.º do citado artigo;

Considerando que êsses alunos desligados da escola primária, analfabetos ou semianalfabetos não adquiriram ainda os conhecimentos básicos necessários à vida;

Considerando que, afastados da escola primária, os maiores de 14 anos ficarão, provàvelmente, sem assistência educacional;

Considerando que, pelas razões acima expostas, êsses alunos irão aumentar o número dos desajustados sociais;

Considerando que muitos maiores de 14 anos não concluiram ainda os estudos primários, por incompatibilidade de seu horário de trabalho com o da escola;

Considerando que os alunos maiores de 14 anos, que por motivos diversos ainda se encontram na escola primária, devem ser convenientemente atendidos;

Considerando que êsses alunos, se deixados nas escolas primárias comuns, carecem de estímulos e atividades condizentes com os seus interêsses e necessidades;

Considerando que em atendimento ao Plano de Reforma do Ensino Primário se deve dar especial atenção à pessoa do educando, visando propiciar-lhe o desenvolvimento de suas potencialidades e, bem assim, favorecer o seu ajustamento no ambiente escolar e no meio social;

Considerando que é preocupação do atual Govêrno melhorar o padrão de vida das classes menos favorecidas;

Considerando que essa melhoria está condicionada à aquisição, por parte do indivíduo, de um mínimo de conhecimentos básicos, de desenvolvimento de habilidades manuais requeridas para o desempenho de determinadas profissões;

Considerando que êsses conhecimentos, bem como a necessária orientação pré-vocacional, poderão ser oportunizados aos alunos maiores de 14 anos, através de cursos que funcionem em horário diferente da escola primária comum;

Solicitamos a V. Excelência sejam criados, em caráter experimental, na I Região Escolar, dez Cursos Vespertinos nas unidades escolares mencionadas no planejamento anexo ao presente e destinados a atender os alunos maiores de 14 anos.

Sarah Azambuja Rolla
Diretora do C.P.O.E.

DECRETO N.º 10.532, de 20 de junho de 1959

Cria dez Cursos Vespertinos na I Região Escolar

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 87, inciso II, da Constituição do Estado, de 8 de julho de1947

D E C R E T A :

Art. 1.º — São criados na I Região Escolar dez Cursos Vespertinos com a finalidade de atender os alunos maiores de 14 anos.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO PIRATINI, em Pôrto Alegre, 20 de junho de 1959

ENG.º LEONEL BRIZOLA
Governador do Estado

JOSÉ MARIANO DE FREITAS BECK
Secretário de Educação e Cultura

CURSOS — ESTÁGIOS — MISSÕES PEDAGÓGICAS

Pôrto Alegre, 3 de abril de 1959

Ofício circular n.º 182

Sr. Delegado
Sr. Diretor
Sr. Professor Fiscal

Autorizado por S. Excelência o Sr. Secretário de Educação, promoverá êste Centro, no corrente ano, a realização de mais um curso de biblioteconomia para professôres primários interessados em organizar e orientar bibliotecas escolares.

Considerando que as referidas bibliotecas, se dirigidas por elementos especializados no assunto, alcançarão de modo mais satisfatório seus objetivos, êste órgão, valendo-se do Decreto n.º 4207 de 10.10.53, solicita a V. Senhoria indique um professor dessa Região para realizar o curso em aprêço.

Essa indicação deverá subordinar-se às seguintes condições:

— efetividade no magistério;

— interêsse pelo trabalho em bibliotecas;

— possibilidade de permanência, nesta Capital, de 20 do corrente — data provável do início do curso — a 15 de dezembro, excetuando-se o período de férias de inverno;

— integração social;

— compromisso, por parte da escola e do professor indicado, de permanência, após o curso, na biblioteca da escola a que o mesmo pertence, para que possa a biblioteca em referência servir de centro de observação e divulgação das atuais técnicas biblioteconômicas.

Solicitamos, pois, urgência no pronunciamento dessa Delegacia relativamente à escolha do professor, o qual deverá aguardar comunicação desta Secretaria sôbre a data exata para se apresentar neste Centro.

Nesta oportunidade, apresentamos a V. Senhoria

Cordiais saudações

Sarah Azambuja Rolla
Diretora do C.P.O.E.

Pôrto Alegre, 22 de junho de 1959

Ofício Circular n.º 454

Senhor Delegado

No desempenho de suas atribuições e tendo em vista, principalmente, a Reforma do ensino primário que ora se implanta, em caráter experimental, no Rio Grande do Sul, resolveu êste Centro realizar um curso intensivo para todos os orientadores de educação primária do Estado.

O referido curso, que se estenderá, também, aos orientadores de educação primária rural, terá a duração de 15 dias e será iniciado no dia 1.º de julho próximo, às 9 horas, realizando-se as sessões de estudo na Pontifícia Universidade Católica.

Temos a certeza — em face das inúmeras manifestações recebidas nesse sentido — de que a iniciativa dêste órgão será acolhida com o máximo interêsse por parte dos orientadores dessa região escolar, por isso que irá ao encontro dos elevados ideais que animam os professôres gaúchos, no desejo de elevar cada vez mais a obra educadora no Rio Grande e no Brasil.

Aproveitamos o ensejo para apresentar a Vossa Senhoria as nossas cordiais saudações.

Sarah Azambuja Rolla
Diretora do C.P.O.E.

Pôrto Alegre, 28 de agôsto de 1959

Ofício circular n.º 647

Sr. Delegado

Dando cumprimento ao plano de atividades relativo às "Missões Pedagógicas" para professôres primários estaduais, temos o prazer de comunicar a Vossa Senhoria a realização dêsse trabalho técnico nessa Região Escolar, no período de 22 a 26 de setembro.

Considerando que essa providência oportunizará aos professôres dessa região a discussão de assuntos e problemas referentes à Educação, temos a certeza de que a iniciativa dêste órgão técnico será acolhida com a máxima atenção e entusiasmo.

Esperamos, outrossim, que o comparecimento dos professôres às sessões de estudo e o interêsse pelo trabalho a ser realizado venham atestar a unidade de propósitos que existe entre esta Secretaria e os professôres rio-grandenses, tendo em vista o sucesso da obra educativa no Estado e no País.

No desenvolvimento dos trabalhos da Missão Pedagógica nessa Região Escolar serão estudados e discutidos temas referentes à didática geral, à psicologia da criança e das relações humanas, à direção da aprendizagem nas diferentes disciplinas do currículo primário, e, sobretudo, à Reforma do Ensino Primário no Estado, visando o revigoramento de ideais e valores que devem fundamentar o exercício do magistério.

Confiando no espírito empreendedor de Vossa Senhoria, fazemos votos para que a Missão Pedagógica nessa Região Escolar se desenvolva num clima de interêsse e eficiente cooperação.

Apresentamos-lhe, nesta oportunidade, cordiais saudações.

Sarah Azambuja Rolla
Diretora do C.P.O.E.

ORIENTAÇÃO — TÉCNICO — PEDAGÓGICA

1. MISSÕES PEDAGÓGICAS — ESTÁGIOS — CURSOS

MISSÕES PEDAGÓGICAS			ESTÁGIOS				ENCONTRO COM DELEGADOS REGIONAIS ENSINO	
				Prof. do Interior		Bolsistas do C.R.P.E.		
Região Escolar	Sessões de Estudo	Professôres Participantes	Região Escolar	Sessões de Estudos	Prof. Participantes	Sessões de Estudo	Prof. Participantes	Sessões de Estudo	Professôres Participantes
Santo Gonçalves	26	380	2.ª S. Leopoldo	44	14				
Sta. Rosa	25	300	3.ª Estrêla	37	14	24	16	21	19
Rio Grande	26	533	4.ª Caxias do Sul	45	13				
Uruguaiana	22	417	6.ª St.ª Cruz	44	8				
Pelotas	72	903	8.ª St.ª Maria	46	13				
Passo Fundo	23	936	11.ª P. Alegre	36	15				
Cruz Alta	20	823	12.ª P. Alegre	44	17				
			14.ª St.º Ângelo	44	16				
			15.ª Erexim	40	10				
			19.ª Livramento	32	14				
	214	4292		412	133	24	16	21	19

CURSOS INTENSIVOS

SESSÕES DE ESTUDO PARA PROFESSÔRES DE ENSINO PRIMÁRIO DA DIOCESE MERIDIONAL DA I. EPISCOPAL BRASILEIRA.

ORIENTADORES DE ED. PRIM.		PROF. CLASSES DE RECUPERAÇÃO		PROFS. FISCAIS ENSINO PARTICULAR		COORDENADORES DOS GRUPOS DE SUPERVISÃO		Sessões de Estudo	Profs. Participantes
Sessões de Estudo	Profs. Participantes	Sessões de Estudo	Profs. Participantes	Sessões de Estudo	Profs. Participantes	Sessões de Estudo	Profs. Participantes		
86 (Orient.) 15 (bolsistas)		56 (1.ª turma) 64 (2.ª turma)	72 (1.ª turma) 43 (2.ª turma)	24	31	31 (1.ª turma) 23 (2.ª turma)	9 (1.ª turma) 11 (2.ª turma)	10	12
101		125	115	24	31	54	20	10	12

ESTÁGIO PARA PROFESSÔRES — BOLSISTAS DO C.R.P.E.

DE 12 A 22 DE OUTUBRO, 1959

ROTEIRO DE TRABALHO

Dias úteis	Dias da Semana	8,10 — 9 h.	9,10 — 10 h.	10 — 10,15 h. Intervalo	10,15 — 11,15 h.
12	2.ª feira	Início dos trabalhos	Adm. Escolar	"	Reforma
13	3.ª feira	Adm. Escolar	Administração (Secret. Educação)	"	Reforma
14	4.ª feira	Administração (Org. C.P.O.E.)	Reforma	"	Adm. Escolar
17	Sábado	Cartilhas	Cartilhas	"	Provas
19	2.ª feira	Organização CPOE (S. Audio-Visual)	Provas	"	Organização CPOE (S. E. Primário)
20	3.ª feira	Provas	Organização CPOE (S. E. Médio)	"	Reforma
21	4.ª feira	Organização CPOE (S. Psicologia)	Provas	"	Organização CPOE (Orient. Ens. Primário)
22	5.ª feira	Provas	Cartilhas	"	ENCERRAMENTO

Início dos trabalhos	Prof.ª Sarah Rolla		Provas	Prof.ª Clotilde Cezar	(5)
Adm. (Organização Secr. Ed.) .	Prof.ª Lucinda Lorenzoni	(1)	Organ. CPOE (S. Áudio-visual)	Prof.ª Maria Nadir de Freitas	(1)
Administração Escolar	Prof.ª Lucinda Lorenzoni	(3)	Organ. CPOE (S. E. Primária) ..	Prof.ª Sydia Sant'Ana Bopp	(1)
Reforma	Prof.ª Hilda Silva	(4)	Organ. CPOE (S. E. Médio)	Prof.ª Yandir Santos	(1)
Adm. (Organ. CPOE)	Prof.ª Fanny Garcia	(1)	Organ. CPOE (S. Psicologia) ...	Prof.ª Leda R. Soeiro	(1)
Cartilhas	Prof.ª Amália F. Soáres	(3)	Organ. CPOE (Orientação)	Prof.ª Florisbela Barbosa	(1)

Pôrto Alegre, 10 de dezembro de 1959

Ofício circular n.º 935

Sr. Diretor

Promovido por êste Centro, através do Serviço de Cinema Educativo do Rio Grande do Sul, realizar-se-á, na primeira quinzena de fevereiro de 1960, um curso de INTRODUÇÃO À CULTURA CINEMATOGRÁFICA PARA PROFESSÔRES, ministrado pelo Pe. Guido Logger, ss. cc. do Serviço de Informações Cinematográficas do Rio de Janeiro, e Prof. Hélio Furtado do Amaral, do Serviço de Censura Cinematográfica do Juizado de Menores de São Paulo.

Tem o curso a finalidade de interessar o professorado por essa arte universal e importante instrumento didático, considerado, nos tempos atuais, não só como uma das fontes mais ricas de cultura, mas também um dos principais auxílios áudio-visuais postos à disposição da escola.

Reconhecendo a necessidade da escola também orientar o aluno no sentido de compreender a linguagem cinematográfica e aprender a escolher os filmes que lhe convêm, pois o cinema já é um hábito indispensável na vida moderna, êste Centro oferece aos professôres interessados a oportunidade de um estudo acurado sôbre Técnica de Cinema — Linguagem Cinematográfica — Crítica — Cinema e Moral — História do Cinema — Cinema Brasileiro — Análise Filmográfica — Cinema e Psicologia — Cinema, Criança e Adolescente — Valores Pedagógicos do Cinema — e Ação Cultural Cinematográfica.

Considerando que a introdução do Cinema Educativo em muitas de nossas escolas já é uma realidade e que é imprescindível fomentar a criação de cineclubes escolares orientados por professôres, temos em vista o preparo de professôres para assumir êsse trabalho junto às respectivas escolas, para o que solicitamos que seja designado por ofício, até 15 de dezembro do corrente ano, um professor interessado nessa atividade para acompanhar o referido curso.

A inscrição para êste curso é gratuita e já se encontra aberta, no Serviço de Cinema Educativo, neste Centro, extensiva a todos os demais professôres interessados, tanto do ensino primário como do ensino médio.

Cordiais saudações

Sarah Azambuja Rolla
Diretora do C.P.O.E.

CURSOS INTENSIVOS PARA PROFESSÔRES CONTRATADOS

Coordenadora: Prof.ª **Clotilde Cesar**
Técnico e educação

Pôrto Alegre, 30 de setembro de 1959

Ofício circular n.º 767.

Senhor Delegado

Sendo atribuição dêste Centro expedir diretrizes para organização de Cursos Intensivos, destinados a elementos contratados para os quadros do magistério primário, e considerando que no corrente ano foi bastante acrescido o quadro de contratados, necessitamos nos sejam enviados por essa Delegacia, com a máxima brevidade, as informações seguintes:

a) relação nominal dos elementos contratados pela Lei 913 d dezembro de 1949, com a respectiva localização nos municípios dessa Região Escolar;

b) relação nominal dos elementos contratados, de acôrdo com o Decreto n.º 10566, de 30.6.59 (ou outros) também com a indicação da Escola e município onde servem os mesmos.

Com essas informações pretendemos fazer o planejamento de distrbuiição dos Cursos Intensivos em algumas Delegacias, pois, é óbvio, que não será possível realizá-los em tôdas as Regiões Escolares.

Comunicamos, outrossim, que os programas para a prova de habilitação dos candidatos não portadores de certificado de conclusão de curso ginasial, serão encaminhados às Delegacias de Ensino, ainda no corrente mês, para distribuição aos interessados.

As demais informações referentes ao Curso serão encaminhadas, na devida oportunidade.

Valemo-nos do ensejo para apresentar a V. Senhoria cordiais saudações.

Sarah Azambuja Rolla
Diretora do C.P.O.E.

Pôrto Alegre, 4 de novembro de 1959

Ofício circular n.º 865

Senhor Delegado

Estamos enviando, nesta data, exemplares dos programas a serem distribuídos entre os professôres contratados que devem submeter-se à prova de suficiência que lhes possibilitará, quando aprovados, participar do Curso Intensivo de Formação Pedagógica ao qual estão sujeitos os professôres contratados e auxiliares de ensino.

Essas provas serão realizadas em tôdas as sedes de Delegacias Regionais de Ensino.

Competirá, portanto, a essa Delegacia providenciar no sentido de que os candidatos recebam êsses programas com a urgência possível, o que lhes permitirá uma revisão dos conhecimentos nêle contidos.

As referidas provas, que devem ser realizadas, impreterìvelmente, nos dias 4 e 5 de janeiro próximo, serão remetidas por êste Centro, acompanhadas das instruções, para aplicação das mesmas, chaves de correção e valorização.

Para tanto, solicitamos seja indicado, com a possível brevidade, um professor que deverá coordenar os trabalhos de aplicação e corre-

ção das provas acima e que deverá coordenar também as atividades inerentes ao Curso Intensivo, desde que a sede dessa Região Escolar seja uma das escolhidas para êsse fim.

A urgência dessa indicação prende-se a um possível encontro dos coordenadores, neste Centro, em data a ser noticiada.

O motivo porque as provas serão realizadas em tôdas as Delegacias, é evitar deslocamento dêsses professôres das Regiões onde desenvolvem suas atividades, o que lhes acarretaria gastos, sem a certeza de que poderão freqüentar o Curso, pois isso dependerá da aprovação nas referidas provas.

Devendo o Curso iniciar a 11 do mesmo mês de janeiro, haverá tempo para que os candidatos habilitados na prova de suficiência se desloquem para as sedes de Delegacias onde funcionarão os referidos Cursos, de acôrdo com o que consta nas instruções anexas.

Desejaríamos, ainda, uma confirmação sôbre se nas relações que nos foram enviadas, atendendo ao que solicitamos no ofício n.º 767, de 30.9.59 foram incluídos os professôres contratados do Ensino Rural, pois é pensamento do Sr. Secretário poderem êles participar do mesmo Curso.

Nas sedes das Delegacias onde serão realizados êsses trabalhos, poderá desde já ser feita uma sondagem, no sentido de escolher um provável corpo docente que poderá ser composto de professôres de Escolas Normais e Orientadores de Educação Primária preferencialmente.

Embora o currículo dêsses Cursos não esteja definitivamente estruturado, necessitaremos de professôres para os diversos aspectos de Direção da Aprendizagem, Português, Psicologia da Criança, Administração Escolar, Estudos sôbre a Escola e a Comunidade e Atividades Econômicas da Região.

Sendo o que se nos apresenta na oportunidade, colocamo-nos ao inteiro dispor de V. Senhoria para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários, valendo-nos a oportunidade para apresentar-lhe

Cordiais saudações

Sarah Azambuja Rolla
Diretora do C.P.O.E.

INSTRUÇÕES RELATIVAS À APLICAÇÃO DAS PROVAS — CURSO INTENSIVO DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA

Data de aplicação das provas de suficiência —
Português — 4-1-60
Matemática e Conhecimentos Gerais — 5-1-60

Elementos que realizarão as provas — 1) Todos os que não possuirem certificado de conclusão de curso ginasial ou equivalente, já em exercício no magistério.

Os elementos que freqüentaram os Cursos realizados de 17 a 21-7-59, em Caxias do Sul e Santa Maria, não tendo feito prova de habilitação, devem submeter-se a ela em janeiro, junto com os demais candidatos, pois as provas que fizeram não foram aplicadas com caráter de seleção.

Os exemplares das provas que serão elaboradas por êste Centro, serão enviadas a tempo de tirarem cópias em número suficiente, de acôrdo com os candidatos obrigados a realizá-las.

Acompanharão êsses exemplares tôdas as instruções necessárias à aplicação, correção e valorização das mesmas.

Elementos que ficam dispensados da prova:
1) Todos os que apresentem comprovante de conclusão de curso ginasial ou equivalente.
2) Os atualmente contratados e que já a realizaram em anos anteriores com apresentação de comprovante (atestados de conclusão de períodos de Cursos Intensivos já realizados, antecedidos por prova de habilitação)

Ficam dispensados de realizar o Curso:
1) Professôres normalistas de II ciclo, concursados ou não, contratados pelo Estado.
2) Professôres regentes do ensino primário, concursados ou não, contratados pelo Estado.
3) Estudantes das escolas normais de I e II ciclo, comprovada a matrícula e freqüência nas respectivas Escolas, contratados pelo Estado.

PERÍODO DE DURAÇÃO DO CURSO:

11 de janeiro a 18 de fevereiro:
Reservando-se os dias 15, 16 e 17 de fevereiro para realização das provas de verificação das disciplinas do Curso e o dia 18 para comunicação dos resultados finais e Encerramento das Atividades.

C U R S O S

Região Escolar	Local	Participantes — Professôres contratados das seguintes Regiões
III	Estrêla	III — II (S. Leopoldo) e XVI (Bento Gonçalves) os que desejarem
IV	Caxias do Sul	IV — II (S. Leopoldo) e XVI (Bento Gonçalves) os que desejarem
V	Pelotas	V — XIII (Bagé) e XVIII (Rio Grande)
VI	Passo Fundo	VII — XV (Erechim)
VIII	Santa Maria	VIII — VI (S. Cruz do Sul) — X (Uruguaiana) XIX (Livramento)
IX	Cruz Alta	IX — XVI (Sto. Ângelo) — XVII (Sta. Rosa)
I	P. Alegre	XI — XII (P. Alegre)

Pôrto Alegre, 24 de novembro de 1959.

Ofício Circular n.º 912

Senhor Delegado
Tendo sido resolvido que as provas de habilitação ao Curso Intensivo para Professôres Contratados sejam enviadas impressas, solicitamos, com a urgência possível, informações quanto ao número de candidatos que a elas estão sujeitos.

Queremos deixar bem claro que, por ordem do Sr. Secretário de Educação, só podem realizar as referidas provas os candidatos já contratados pelo Estado e em exercício.

Insistimos, novamente, na indicação do elemento que coordenará o trabalho de aplicação das provas, assim como o coordenador do Curso nas sedes de Delegacias onde está programada a sua realização, quais sejam:

AGRUPAMENTOS	REGIÕES ESCOLARES
Pôrto Alegre	I — XI — XII
São Leopoldo	II
Estrêla	III
Caxias do Sul	IV — XVI
Pelotas	V — XIII — XVIII
Passo Fundo	VII — XV
Santa Maria	VI — VIII — X — XIX
Cruz Alta	X — XIV — XVII

Comunicamos, outrossim, que até o dia 10 de dezembro serão enviados para entrega aos professôres que dirigirão as sessões de estudo do Curso, os programas elaborados pelos técnicos dêste Centro.

Colocamo-nos ao dispor para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários e apresentamos a V. Senhoria.

Cordiais saudações.

Sarah Azambuja Rolla
Diretora do C.P.O.E.

Pôrto Alegre, 18 de dezembro de 1959

Ofício circular n.º 952

Senhor Delegado

Estamos encaminhando os programas elaborados neste Centro e que devem ser desenvolvidos pelos professôres que constituirão o corpo docente do Curso Intensivo a realizar-se nessa localidade a partir de 11 de janeiro próximo.

São êles os seguintes:

1) Português e Direção da Aprendizagem em Linguagem
2) Direção da Aprendizagem em Matemática
3) Direção da Aprendizagem em Estudos Sociais
4) Direção da Aprendizagem em Estudos Naturais
5) Psicologia da Criança
6) Administração Escolar
7) Atividades Econômicas da Região
8) Agricultura e Zootecnia

O programa de Agricultura e Zootecnia será desenvolvido apenas com os professôres rurais e, só se o desejarem, os demais candidatos assistirão a essas aulas.

O conteúdo dos referidos programas poderia ser desenvolvido em extensão no presente curso, e, nos cursos subseqüentes, em profundidade.

Motiva essa sugestão a necessidade que se evidencia de os candidatos terem uma visão de caráter mais geral dos aspectos essenciais, no que se refere à orientação técnico pedagógica, de tôdas as matérias que fazem parte do currículo da escola primária.

Esperamos ter sido bastante explícitas sôbre o assunto; entretanto, colocamos-nos ao dispor para quaisquer esclarecimenots que se fizerem necessários.

Na oportunidade, enviamos a V. Senhoria

Cordiais saudações

Fanny Dellamora Garcia
Resp. pela Direção do CPOE

SUPERVISÃO DO ENSINO PRIMÁRIO MUNICIPAL

1.ª REUNIÃO DE ESTUDOS PARA COORDENADORES DOS GRUPOS DE SUPERVISÃO DO ENSINO PRIMÁRIO MUNICIPAL

PERÍODO DE REALIZAÇÃO: DE 14 a 19/9/1959

ROTEIRO DO TRABALHO

Dias	8,30 — 9,20 h.	9,30 — 10,20 h.	10,30 — 11,20 h.	14 — 14,50 h.	15 — 15,50 h.	16 — 16,50 h.
14 2.ª feira	Administração Escolar	Did. Geral	Org. do Grupo de Supervisão	Contrôle do Rend. Escolar	Matemática	Nova Nomenclatura
15 3.ª feira	Did. Geral	Ad. Escolar	Org. do Grupo de Supervisão	Psic. das Rel. Humanas.	Contr. do Rend. Escolar.	Matemática
16 4.ª feira	Nova Nomenclatura	Matemática	Org. do Grupo de Supervisão	Est. Nat.	Cartilhas	Contr. do Rend. Escolar.
17 5.ª feira	Did. Geral	Matemática	Org. do Grupo de Supervisão	Psic. das Rel. Humanas.	Leit. 1.º ano	Est. Naturais
18 6.ª feira	Composição	Est. Sociais	Org. do Grupo de Supervisão	Psic. das Rel. Humanas	Leit. no 1.º ano	Matemática
19 Sábado	Composição	Est. Sociais	Script.	——	——	——

II.ª REUNIÃO DE ESTUDOS PARA COORDENADORES DOS GRUPOS DE SUPERVISÃO DO ENSINO PRIMÁRIO MUNICIPAL

Dinâmica dos Grupos de Supervisão ...	**Oldemar Maboni**
Organização e Estruturação Interna dos Grupos de Supervisão	**Prof.ª Lucinda Lorenzoni**
Psicologia das Relações Humanas	**Prof.ª Juraci Marques**
Liderança Administrativa	**Prof.ª Malvina Rosat**
Processos de seleção de Professôres	**Prof.ª Isabel Lia**
Organização de Museu Áudio-Visual ...	**Prof.ª Ma. Nadir Freitas**
Estudos de Legislação	**Dr. Boris Seligman**

PERÍODO DE REALIZAÇÃO: DE 28/9 a 3/10/1959

ROTEIRO DE TRABALHO

Dias	8,30 — 9,30 h.	9,30 — 10,20 h.	10,30 — 11,20 h.	14 — 14,50 h.	15 — 15,50 h.	16 — 16,50 h.
28 2.ª feira	Início dos trabalhos		Dinâmica dos G. de Superv.	Psic. das Rel. Humanas	Organização e Estr. int. dos G. de Superv.	Org. e Estrut. interna dos G. de Superv.
29 3.ª feira	Org. e Estrutur. int. dos G. de Superv.	Org. e Estrutur. int. dos G. de Superv.	Dinâmica dos G. de Superv.	Psic. das Rel. Humanas	Organização e Estr. int. dos G. de Superv.	Org. e Estrutur. interna dos G. de Superv.
30 4.ª feira	Liderança Administrativa	Processos de seleç. de profs.	Dinâmica dos G. de Superv.	Org. de Museu Áudio-Visual	Proc. de seleç. de profs.	Proc. de seleç. de profs.
1.º 5.ª feira	Liderança Administrativa	Org. de Museu Áudio-Visual	Dinâmica dos G. de Superv.	TARDE LIVRE		
2 6.ª feira	Liderança Administrativa	Org. de Museu Áudio-Visual	Dinâmica dos G. de Superv.	TARDE LIVRE		
3	Estudos de Le-	VISITA AO				

CAMPANHA NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO EM JÚLIO DE CASTILHOS

ACÔRDO DE COLABORAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA ENTRE A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL E O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA PARA A REALIZAÇÃO DO PLANO PILOTO DA CAMPANHA NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO, EM JÚLIO DE CASTILHOS.

Aos dezenove dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e cinqüenta e nove, o Ministério da Educação e Cultura, pelo técnico de Educação do seu Q. P., João Roberto Moreira, Coordenador da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, e a Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, pelo seu titular, Dr. José Mariano de Freitas Beck, resolvem estabelecer o seguinte acôrdo de cooperação e assistência técnica, tendo em vista a aplicação dos recursos que a Lei n.º 3.487, de dez de novembro de mil novecentos e cinqüenta e oito, que fixou a receita e a despesa da União para mil novecentos e cinqüenta e nove, destinou pela Verba 3-1-07-4 da Unidade 09-04-02 do Orçamento do referido Ministério, à Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, mediante a aplicação preliminar de um Plano Pilôto:

I

A Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul permitirá:

a) A experimentação de novos métodos de trabalho e ensino das escolas estaduais e municipais de Júlio de Castilhos, município escolhido pelo Ministério da Educação e Cultura como capaz de servir de base para a aplicação do Plano Pilôto na Região Sul do País;

b) a mais ampla utilização dos prédios escolares pertencentes ao Estado, para os fins educacionais da Campanha;

c) a instalação de novas escolas em prédios próprios ou em caráter de emergência, no mencionado Município, a fim de escolarizar tôda a população de 7 a 11 anos que ainda não é atendida pelo sistema escolar existente;

d) a instalação de classe de emergência para atender, quer nas escolas já existentes, quer em outros locais apropriados, a população de 12 a 14 anos, que não teve oportunidade do ensino;

e) o desenvolvimento de um programa experimental, intensivo, de alfabetização e educação econômica, social e cívica de adolescentes e adultos.

II

A Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo se responsabilizará por tôda e qualquer despesa relativa às benfeitorias e melhorias de instalações e à aquisição de material, consideradas necessárias à experiência e ao bom êxito dos trabalhos.

III

A Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo se responsabilizará, igualmente, pelos ônus relativos à gratificação de pessoal por serviços extraordinários, a trabalhos realizados por técnicos contratados para o fim em vista, bem como o aperfeiçoamento do pessoal em exercício nas escolas públicas de Júlio de Castilhos.

IV

Os diretores e pessoal docente das escolas que o Estado mantém em Júlio de Castilhos, continuarão a ser de nomeação do Govêrno Estadual, cabendo, porém, à Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo sugerir medidas e colaborar na escolha do pessoal que vier a ser designado para o exercício naquele município.

V

Caberá à Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo a responsabilidade de orientação e direção técnicas do sistema escolar de Júlio de Castilhos, para o fim de ordenação das matrículas e promoções e do melhor aproveitamento didático, não ficando os alunos sujeitos ao regime vigente de promoção nas demais escolas do Estado, embora para a obtenção de certificado, a Secretaria de Educação e Cultura possa fazer submetê-los a exame de conclusão do curso primário.

VI

A Secretaria de Educação e Cultura colaborará com a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, acompanhando tôdas as atividades que esta desenvolver, sugerindo medidas que permitam uma exata correspondência e coordenação de meios e processos adotados pela Campanha e pelo Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais, da referida Secretaria de Estado.

VII

Os casos omissos serão resolvidos de comum acôrdo pelo Senhor Secretário de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul e pelo Coordenador da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo.

VIII

Anualmente a Coordenação da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo apresentará à Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul exposição escrita, circunstanciada, das experiências feitas e dos resultados alcançados, como contribuição para a solução de possíveis problemas educacionais em outros municípios sul-riograndenses.

IX

O presente acôrdo terá a duração de dois anos, a contar da data de sua assinatura, podendo ser renovado, se assim o solicitar a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo e concordar a Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul.

X

Nos exercícios subseqüentes ao de 1959, as despesas da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo no Município de Júlio de Castilhos, correrão por conta das dotações orçamentárias do Ministério da Educação e Cultura, destinadas à referida Campanha, na forma dos planos de aplicação aprovados pelo Poder Executivo da União.

E por assim terem acordado, lavrou-se em duas vias êste Têrmo, que é assinado pelas partes interessadas.

Pôrto Alegre, 17 de setembro de 1959.

José Mariano de Freitas Beck
Secretário de Educação do Estado do Rio Grande do Sul

João Roberto Moreira
Coordenador da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo

---

SETOR DE EDUCAÇÃO DE ADOLESCENTES E ADULTOS

ORIENTADORES DO ENSINO SUPLETIVO

DAISY ARAUJO RÊGO

ELCIRA TÔRRES MÜLLER

IRENE CLARINDA DE SOUZA MALLET

LOURDES CONCEIÇÃO L. BONOTTO

MARIA ELISA MEDAGLIA

NAIR TRINDADE RIBEIRO

OFÍCIOS E INSTRUÇÕES

Pôrto Alegre, 20 de abril de 1959.

Ofício circular n.º 230

Senhor Delegado

Temos a satisfação de comunicar a V. Senhoria que, como resultante dos trabalhos de reestruturação desta Secretaria, o Setor de Orientação Pedagógica do Serviço de Educação de Adolescentes e Adultos passou a pertencer ao Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais.

Desta forma, sempre que se fizer necessário, poderá V. Senhoria recorrer a êste órgão que, valendo-se da oportunidade, solicita-lhe fazer chegar, até às escolas Supletivas dessa Região, os ofícios anexos.

Agradecendo a valiosa cooperação, apresentamos

Cordiais Saudações

Sarah Azambuja Rolla
Diretora do C.P.O.E.

Pôrto Alegre, 8 de outubro de 1959.

Ofício n.º 785

Sr. Delegado

Encaminhamos a V. S.ª, para serem distribuídas, com a máxima urgência possível, aos Coordenadores dos Cursos Supletivos dessa Região, as instruções relativas à aplicação das provas finais nos referidos Cursos.

Nesta oportunidade, apresentamos a V. S.ª

Cordiais saudações.

Sarah Azambuja Rolla
Diretora do C.P.O.E.

INSTRUÇÕES RELATIVAS ÀS PROVAS FINAIS NOS CURSOS SUPLETIVOS
1959

Organização

As provas finais serão organizadas, levando em consideração o mínimo essencial de conhecimentos exigidos em cada série e atendendo as partes do programa consideradas de maior importância.

As provas deverão ser organizadas pela professôra da classe e devidamente revisadas pela coordenadora ou responsável pelo curso.

Os alunos que compõem determinada classe, embora de níveis diferentes, realizarão prova final idêntica, devendo a organização das classes, no ano seguinte, ser feita de acôrdo com os resultados revelados.

No corrente ano, as provas compreenderão:

1. **Prova oral de leitura**

Os alunos da 1.ª série deverão ser submetidos a uma prova oral, destinada a avaliar a capacidade de leitura e interpretação. Constará de um trecho de mais ou menos 10 linhas, prèviamente escolhido pelo professor e contendo palavras **chaves**, com diferentes dificuldades. Após a leitura oral o professor formulará algumas perguntas, cujas respostas estejam contidas, de maneira clara, no trecho lido.

Critério para a seleção do material de leitura destinado a adultos.

A seleção do material de leitura destinado a adultos principiantes na arte de ler não é tarefa fácil.

O adulto sente prazer, lendo algo relacionado com os seus interêsses e necessidades, bem como à sua família.

Os assuntos deverão, portanto, ser práticos; os textos simples, variados e acessíveis, mas não infantis; a extensão limitada; a impressão legível e clara.

2. **Prova escrita de Linguagem**

Os alunos de tôdas as séries dos Cursos Supletivos serão submetidos a uma prova escrita de linguagem, compreendendo:

a) **Interpretação**

Dada a significação da leitura na vida do adolescente e do adulto, parece-nos de suma importância que essa leitura seja avaliada pela sua interpretação correta e eficiente.

Ao elaborar essa parte da prova, o professor escolherá os trechos, levando em consideração o critério para a seleção do material de leitura, já abordado nestes instruções.

b) **Ditado**

Constará o ditado, de acôrdo com a série a que se destina, de palavras isoladas ou de palavras que completem um trecho. Essas palavras encerrarão dificuldades ortográficas, as mais variadas possíveis, mas tôdas do conhecimento dos alunos.

O ditado será precedido da leitura do trecho pelo professor, em voz pausada e dicção clara, a fim de evitar a necessidade de repetição.

c) **Composição.**

Sendo uma das preocupações da escola dar aos alunos um certo desembaraço no falar e escrever, a composição será usada como um dos meios eficientes ao se medir a capacidade de escrita dos alunos, como expressão correta do pensamento.

A composição, de acôrdo com a série a que se destina, assumirá uma das seguintes formas:

Enumeração: dos objetos da sala de aula, peças do vestuário, dependências da escola, etc.

Descrição: de uma gravura, de um local pitoresco da cidade, de uma festa cívica, do bairro onde reside; de ruas principais, meios de transporte, estabelecimentos de ensino, etc.

Narração de um fato.

Carta: de felicitações, de agradecimento a um convite recebido, carta a uma antiga professôra, etc.

História: reproduzida — O professor lê ou conta uma história; o aluno reproduz, sem alterar os fatos.

História: inventada — O professor dá um título, algumas palavras relacionadas, ou ainda o início ou o fim; o aluno compõe a história.

d) **Gramática.**

A parte gramatical será medida através de diferentes exercícios, visando os conhecimentos exigidos sôbre:

Concordância;
Pontuação;
Flexão do gênero e número;
Acentuação, etc.

3. **Matemática.**

A prova de matemática constará de três partes:

a) Problemas com enunciado claro, envolvendo as experiências dos alunos, de acôrdo com a matéria estudada em cada série.

b) Exercícios de cálculo mental.

c) Operação (Armar, efetuar e tirar a prova.)

4. **Estudos Sociais e Naturais.**

A prova final de Estudos Sociais e Naturais constará de 20 a 30 questões sôbre o programa estudado.

Os tipos de questões aconselháveis são:
Preenchimento de lacunas;
Escolha múltipla;
Completação de frase;
Resposta a questionário;
Testes com mapas;
Testes de ordenação cronológica.

DATA DAS PROVAS

Exame de leitura do 1.º ano: de 12/10 em diante
(prova eliminatória)

Admisão: Linguagem — data 26 de outubro
Matemática e Estudos — 27 de outubro
3.º ano: Linguagem — 22 de outubro
Matemática e Estudos — 23 de outubro
2.º ano: Linguagem — 20 de outubro
Matemática e Estudos — 21 de outubro
1.º ano: Linguagem — 19 de outubro
Matemática — " " "
Estudos — " " "

Encerramento: Data 31 de outubro.

APLICAÇÃO DAS PROVAS

A prova será aplicada pela professôra da classe, acompanhada, se possível, por uma professôra da classe imediatamente superior, designada pela coordenadora do curso.

AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

Recomendamos sejam as provas julgadas objetivamente. Os graus conferidos deverão variar de zero a cem. Serão considerados aprovados os alunos que alcançarem grau 50 em cada matéria.

COMUNICADOS

Pôrto Alegre, 24 de abril de 1959

Comunicado n.º 10

"A escrita tipo "script" nas classes de alfabetização para adultos e adolescentes".

I — FINALIDADE DA ESCRITA

"A escrita é o resultado de uma convenção social. Como produto da atividade humana, tem um fim imediato: a expressão gráfica das modificações acidentais do espírito, com sentido de comunicação.

A capacidade para escrever não é só o sêlo da instrução elementar; é um meio essencial para o progresso individual e o bem-estar coletivo; portanto, há interêsse em todo o mundo por saber quais são os métodos mais eficazes para ensinar a escrever de forma legível.

A antiga finalidade da escrita na escola era: caligrafia adquirida pela cópia e a reprodução de modelos impostos a todos, sem significação para o aluno. Hoje, a escola deve dar ao educando uma escrita legível e comum (princípio social, pessoal e progressivo (princípio psicológico e biogenético), obtida com o menor gasto de energias (princípio de economia) e o máximo de atividade pessoal por parte do aluno (um dos princípios da escola moderna).

Considerando que o aluno adulto não tem uma perfeita conexão neuro-motora e não tem familiaridade com o manêjo do material de escrita, só esta concepção atual de Escola poderá interessar ao educador.

Em tôdas as tentativas e ensaios de reforma da escrita, é notável o desejo de simplificar o traçado de seus elementos: de criar hábitos relacionados com a capacidade de quem inicia, de obter um máximo de rendimento prático e estético a par de condições de legibilidade e rapidez.

A escrita, sendo um valioso meio de auto expressão, deve ser ensinada de tal forma que chegue a ser um instrumento prático e eficaz de expressar o pensamento.

Tendo como objetivo uma aprendizagem bem mais rápida e considerando a dificuldade que apresentam as formas complexas, é que se sugere o uso da escrita simplificada nas classes de alfabetização.

A iniciativa dos inglêses, usando para certas matérias, caracteres de escrita de forma simples, fáceis de realizar, mesmo por mãos inábeis, denominando a êste tipo de escrita "printscript", seguiu a experiência de Dottrens em Genebra com o "script" adotado pelas escolas da Suíça.

Mesmo as formas adotadas em diversos países variam em certo modo, mas o propósito e os princípios em que se baseiam são idênticos, a saber: legibilidade e nitidez, facilidade de aprendizagem, semelhança entre a forma da letra escrita e a impressa (o que é uma vantagem, quando se ensina a ler e a escrever), simplicidade e beleza.

II — MOVIMENTOS FUNDAMENTAIS DA ESCRITA

Embora o adulto execute movimentos, cuja complexidade e dificuldades já não sente, uma vez que dedos, mãos, ante-braço, cotovelo

e ombro operam simultâneamente, o adulto analfabeto tem dificuldades ao escrever, pois não está familiarizado com os materiais de escrita; muitas vêzes, mesmo, o exercício de uma profissão que exige determinado esfôrço total de um conjunto de músculos concorre para o desuso e atrofiamento de outros importantes para o ato de escrever. Logo, o ensino visa levar o aluno a êsse domínio muscular e nervoso, o que só se pode alcançar progressivamente e dissociando os movimentos fundamentais:

1 — flexão dos dedos
2 — rotação da mão e, depois, de ante-braço sôbre o cotovelo.

A combinação dêstes exercícios permitirá o traçado de linhas perpendiculares, círculos e elípses.

OBS. — VER BOLETIM DE 1958, do CPOE, pág. 36.

O tamanho da escrita depende, na vida, das necessidades do escritor e das dimensões do papel que utiliza. Na classe, o tamanho da escrita é orientado pelas necessidades de aprendizagem e os meios com que contam os alunos.

III — FORMAS SIMPLIFICADAS DA ESCRITA

O "script" é a maneira de escrita em que se traçam as letras do alfabeto mediante retas, círculos e arcos de círculos. Poderíamos dizer que o "script" é a letra de imprensa simplificada, com as letras "a" e "g", modificadas.

Inalteráveis são os traçados básicos das letras em retas, círculos e semi-círculo, por exemplo:

Em sua aplicação, porém, deve-se deixar livre jôgo à expressão pessoal, condição psicológica indispensável para o êxito da aprenndizagem.

O tipo "script" é empregado, em geral, no primeiro ano da escola, pois é mais legível e rápido que a escrita cursiva e é aprendido com mais facilidade e em menos tempo. Experiências provaram que o aluno aprende, perfeitamente, após um período de 3 meses de aulas efetivas. Dependendo isto, naturalmente, das condições do aluno, trabalho do professor, material usado e necessidades a serem satisfeitas.

O ALFABETO "SCRIPT" E AS NORMAS DE EXECUÇÃO DAS LETRAS

VER BOLETIM DE 1958, do CPOE, págs. 37 e 38.

Para que o "script" seja correto e claro, a posição do aluno, quando escreve, é muito importante, ou seja, a posição do corpo e a maneira de segurar o lápis.

O aluno deverá sentar-se em frente à mesa, corpo ligeiramente inclinado para a frente. Os cotovelos repousam simètricamente sôbre a mesa e a mão direita se apóia no dedo mínimo. O professor deverá suprir, muitas vêzes a insuficiência do mobiliário da melhor maneira possível.

Uma regra prática: a parte de cima da mesa estará a boa altura, quando chega ao nível do cotovêlo, estando a pessoa corretamente sentada e com os braços caídos.

É um grande auxílio para o professor determinar, para cada aluno, a posição natural da mão ao escrever, respeitando as atitudes básicas e fazendo-o conservar essa posição.

Material de Escrita:

É o material comum: lápis e cadernos com ou sem pautas simples.

IV — VANTAGENS DÊSSE TIPO DE ESCRITA

1) As letras são de forma mais simples do que a cursiva.
2) É semelhante aos desenhos de letras que contìnuamente cercam o adulto.
3) O "script" emprega o mesmo alfabeto que os alunos encontram em todos os impressos que o rodeiam como estímulos.
4) Possibilita ao aluno expressar, com mais rapidez, suas idéias sôbre a forma gráfica, e assim adquirir certa satisfação.
5) Há menos fracassos no domínio das técnicas fundamentais da leitura e escrita.
6) Com o "script" há menos tensão dos olhos e é menor a possibilidade de cansaço físico nesta aprendizagem, do que na da cursiva.
7) A escrita "script", ao facilitar a expressão gráfica, estimula o espírito criador.
8) A claridade da escrita "script" tende a criar segurança emocional.

V — ARGUMENTOS MAIS FREQÜENTES CONTRA O EMPRÊGO DA ESCRITA "SCRIPT"

São os seguintes:

1) As dificuldades que os alunos poderão ter, quando da mudança de letra, ao se exercitarem na cursiva, prejudicando, assim, o rendimento da aprendizagem.
2) As dificuldades daqueles que aprendem a escrita "script" para efetuarem leitura em escrita cursiva.
3) Alguns críticos do "script" opinaram que ela oferece menos oportunidades para um estilo individual que a escrita cursiva.
4) Os alunos terem necessidade imediata de aplicar a escrita cursiva e a exigirem.

VI — OBSERVAÇÕES

O método para ensinar a escrever que se tem adotado nos anos mais recentes são o resultado de novos conceitos sôbre o propósito principal da instrução e da investigação nos campos da psicologia e da aprendizagem.

O Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, em seus planos para resolver os problemas que apresenta o emprêgo de estilos de escrita complexos para ensinar a ler e escrever, resolveu adotar para um certo número de escolas primárias, em caráter de experiência, a escrita tipo "script".

E embora não haja um resultado total para a experiência, em face do que se apurou foi possível comprovar e concluir ser o tipo de escrita "script" um auxiliar eficaz e poderoso do professor, na alfabetização quanto

a) ao desenvolvimento do processo educativo
b) ao tempo de alfabetização
c) à legibilidade e rapidez
d) à aquisição de maior uniformidade, continuidade e critério nos movimentos e, conseqüentemente, na escrita.
e) a predispor o aluno a uma apreciação estética da forma e movimento.
f) a favorecer no aluno um desenvolvimento do sentido de beleza e forma.

Acreditamos que, no segundo semestre do 1.º ano, não haverá inconveniente algum, após o aluno estar alfabetizado, em o professor iniciar a passagem da escrita "script" para a cursiva.

Quando o professor iniciar o ensino da escrita "script", é aconselhável cuidar do espaçamento das palavras. Para tal, aconselha-se usar, com freqüência, modelos no quadro negro.

Queremos, ainda, encarecer ao professor a adoção, em sua classe de 1.º ano, da escrita "script" oferecendo-lhe uma assistência efetiva dêste órgão, sempre que a mesma fôr solicitada. Pedimos que nos sejam remetidos dados sôbre o desenvolvimento do trabalho bem como amostras do mesmo.

O professor que usar em sua classe de alfabetização de adultos o tipo "script" pela 1.ª vez, será um pioneiro, no Rio Grande do Sul, no campo da didática da escrita.

Elaborado pela

Prof. Dorothy Anna V. de Moniz
Orientadora de Educação Primária do CPOE

P. Alegre, 29 de maio de 1959.

Comunicado n.º 11

Ao Coordenador do Curso Supletivo

Remetemos-lhe, para serem observadas nessa unidade escolar, as instruções que seguem ,relativas à organização e funcionamento dos Cursos Supletivos.

Cordiais Saudações

Sarah Azambuja Rolla
Diretora do C.P.O.E.

INSTRUÇÕES PARA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS CURSOS DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

I — DAS FINALIDADES:

A educação primária supletiva, além de sua identidade de fins com a educação primária fundamental, visará, especialmente:

A — atualizar valores humanos pelo despertar e desenvolver de possibilidades intelectuais e sociais, dirigidas no sentido do amadurecimento individual e coletivo;

B — levar o aluno à vida de comunidade, através de sua gradual integração às exigências sociais, pelo favorecer de novos recursos e padrões de conduta;

C — garantir um clima escolar de natureza especìficamente vocacional;

D — favorecer a prática de cidadania eficiente através da integração do processo escolar da legislação trabalhista vigente;

E — integrar a atuação individual às vantagens e exigências da sociedade democrática em suas instituições básicas;

F — ampliar a compreensão da dignidade do trabalho, qualquer que êle seja.

II — DO CURSO SUPLETIVO:

A assistência educativa, de grau primário, aos adolescentes e adultos, processar-se-á em três séries sucessivas.

A primeira série proporcionará a aquisição das técnicas fundamentais da cultura-leitura, escrita, rudimentos de cálculos e noções gerais indispensáveis.

As séries subseqüentes suplementarão a educação recebida na escola primária comum ou na primeira série do curso supletivo.

No caso da escola manter um curso de admissão, haverá também curso de admissão, com a duração de um período letivo, orientando-se o desenvolvimento das atividades pelo programa oficial de admissão ao ginásio.

A — Da articulação dos cursos:

O Curso Supletivo articular-se-á com os de aprendizagem agrícola e industrial e os de artezanato em geral.

No caso da escola manter um curso de admissão, haverá também, a articulação com o curso secundário do primeiro ciclo.

B — Da estruturação:

O Curso Supletivo compreenderá as disciplinas que seguem:
Linguagem (leitura, escrita, composição, ortografia)
Matemática (aritmética e rudimentos de geometria)
Conhecimentos gerais (estudos sociais e naturais)
Noções de Direito Usual (Legislação do trabalho, obrigações da vida civil e militar, etc.)

Tôda vez que a escola puder oferecer uma disciplina, unidade de trabalho ou instituição que se enquadre dentro dos objetivos contidos nestas instruções, (por exemplo: Puericultura, Datilografia, Economia

Doméstica, Música, Desenho, Orfeão, Artes Aplicadas, Clube de Ciências, Clube das Noivas, Costura, Remendo e Serzido, etc.) poderá criá-la e fazer funcionar, mediante:

7 — Comunicação ao Serviço de Educação de Adolescentes e Adultos;

2 — Obtenção de instruções especiais do órgão técnico da Secretaria de Educação e Cultura, que serão fornecidas, de acôrdo com as condições que cada caso oferecer.

III — DA ORIENTAÇÃO GERAL DO ENSINO

O ensino primário oferecido a adolescentes e adultos, orientado em dupla direção visa integrá-los nas técnicas fundamentais da cultura e dar-lhes oportunidade de melhorar suas condições de vida, mediante a aquisição e o desenvolvimento de capacidades, processos de trabalho, atitudes, ideais e valores; obedecerá aos mesmos princípios estabelecidos para o curso primário comum, em tudo quanto se lhe possa aplicar.

Procurar-se-á graduar convenientemente os conteúdos da aprendizagem a serem comunicados aos alunos, apresentando uma dificuldade de cada vez e obtendo resultados positivos imediatos, a fim de despertar, no adulto, a confiança em si mesmo e dar-lhe coragem e estímulo para seguir adiante.

Para atenuar o sentimento de inferioridade que o confronto de sua situação com a de outras pessoas de seu meio determina, procurar-se-á estimular, constantemente, os alunos, ressaltando as dificuldades vencidas, cada dia, e as possibilidades de êxito no plano de estudos que se propuserem realizar.

O material educativo deverá ser cuidadosamente selecionado, tendo em vista os interêsses, as experiências e o vocabulário do adulto, bem como os valores e ideais que se pretendem comunicar.

Considerando ser o interêsse em melhorar ràpidamente suas condições culturais ou técnicas o móvel capital que reconduz o adulto à escola, deverá o professor adotar métodos e processos que se adaptem a cada tipo individual, sem condicionar, em caso algum, o desenvolvimento do indivíduo ao do grupo.

Atendendo às condições de cansaço físico que experimenta o adulto, após um dia de trabalho, a prática deverá ser muito bem distribuída e dosada.

IV — DOS PROGRAMAS

Os programas dos Cursos Supletivos deverão ser elaborados pelo órgão técnico correspondente. No desenvolvimento dêsse programa deve o professor atentar para as particularidades da região e a diversidade de interêsses dos grupos a que devem servir, a fim de obter maior rapidez e rendimento da aprendizagem.

V — DO REGIME ESCOLAR

A — Do ano letivo

Os estabelecimentos de educação supletiva funcionarão de 1.º de abril a 30 de outubro.

O período de férias regulamentares de inverno coincidirá, em época e duração, com os das escolas primárias do Estado.

B — **Do horário:**

As unidades escolares supletivas do Estado deverão funcionar dez horas semanais. A distribuição das horas poderá ser feita de duas maneiras:
duas horas de funcionamento em cinco dias da semana, ou
duas horas e meia, em quatro dias semanais.

As condições de vida e os costumes da população indicarão o horário mais conveniente para o funcionamento das classes.

O coordenador da escola deverá comunicar, por escrito, ao Delegado da Região e êste ao Chefe do Serviço de Educação de Adolescentes e Adultos, o horário adotado e as razões que o determinaram. Na Capital, a comunicação é feita diretamente ao S.E.A.A. da Secretaria de Educação.

O prédio escolar deverá ser aberto quinze minutos antes do início das aulas.

C — **Da Matrícula.**

Processar-se-á a matrícula nos cursos de educação supletiva concomitantemente com o início das atividades escolares. Como a classificação dos alunos, deverão ser realizadas no menor espaço de tempo possível, permitindo o imediato começo e o rápido andamento dos trabalhos escolares.

É condição necessária à matrícula ser maior de 14 anos. Excepcionalmente poderão ser admitidos à escola menores de 14 anos, desde que provem exercer profissão durante o dia, mediante:

a) declaração feita pelo pai ou responsável;
b) atestado firmado pelo chefe da secção em que trabalham; ou
c) autorização do Juiz de menores.

Atentando para o caráter eminentemente popular de que se reveste a educação de adultos em nosso Estado, não se encerrará a matrícula, procurando o Coordenador da unidade escolar atender a cada caso em especial, de modo a não perturbar a continuidade dos trabalhos do professor e sempre dentro das possibilidades materiais que a escola oferecer.

Na segunda e na terceira séries das unidades escolares de educação supletiva serão admitidos os alunos que possuirem certificado de conclusão respectivamente, na primeira e segunda séries e, também, aquêles alunos que tenham alcançado o mesmo nível de conhecimentos, demonstrado em prova de suficiência, organizada por uma comissão de professôras, designadas pelo coordenador da escola.

Para verificação das condições de cultura dos candidatos que ainda não freqüentaram estabelecimentos, aplicar-se-á uma prova do mesmo nível e tipo da aplicada, anualmente, no fim de cada série.

Nessas provas, como aliás em outras situações de aprendizagem em que fôr necessário atribuir nota ou valor relativo aos trabalhos escolares, usar-se-ão graus inteiros que deverão variar entre zero e cem (100).

Dos candidatos não matriculados por falta de vagas, organizar-se-á uma relação, indicando nome, idade, profissão e residência, relação essa que deverá ser enviada, após o encerramento da matrícula, ao Serviço de Educação de Adolescentes e Adultos, a fim de que as autoridades competentes providenciem no sentido da ampliação da rêde do ensino supletivo.

D — **Da transferência.**

A transferência de uma escola para outra será concedida por motivo de mudança de residência ou por outra razão plenamente justificável.

Para fins de transferência será fornecido, pelo Coordenador da escola de que o aluno se desligou, um cartão no qual deve constar, além dos dados referentes à matrícula, a indicação do curso, da série e da turma freqüentados pelo educando.

E — **Da constituição das turmas:**

O número de turmas, em cada série das unidades supletivas, será fixado, cada ano, pelo Coordenador da escola, de acôrdo com as possibilidades materiais do estabelecimento e com o número de professôres que se propõem lecionar no estabelecimento.

A lotação máxima de cada turma é de trinta alunos.

Por processos semelhantes aos adotados nas escolas primárias comuns, assegurar-se-ão as condições de homogeneidade das turmas.

A homogeneização das classes, porém, não exclui a necessidade de organização e reorganização dos grupos constituídos segundo a idade cronológica, as experiências profissionais, os interêsses predominantes, hábitos, habilidades e atitudes a desenvolver.

F — **Da verificação do aproveitamento:**

Mensalmente, ou após o estudo de determinada unidade do programa, procederá o professor à verificação do rendimento da aprendizagem.

Do resultado dessa verificação dará conhecimento aos alunos, indicando-lhes os pontos já superados e os que exigem revisão, estudo e prática.

As provas finais, de cunho objetivo, serão organizadas por uma comissão de professôres designados pelo Coordenador e orientados pelo Setor de Orientação Pedagógica, mas aplicadas sempre pelos professôres das respectivas turmas.

Aos alunos que concluíram o curso supletivo e obtiveram aprovação na prova final, será conferido um atestado de conclusão do curso primário.

VI — DA ADMINISTRAÇÃO E DO CORPO DOCENTE

A — **Da direção**

As escolas de caráter supletivo serão administradas por Coordenadores designados dentre os professôres da unidade escolar, de preferência escolhidos do corpo docente de próprio estabelecimento primário comum, em que funcione o curso supletivo. Será conveniente que o Coordenador seja o diretor do Grupo Escolar.

B — **Da constituição do corpo docente:**

Deverão integrar o corpo docente dos cursos supletivos, por ordem de preferência:

1 — Professôres pertencentes aos quadros do magistério estadual;
2 — Professôres formados, sem exercício.
3 — Alunas do Curso de Formação de Professôres que estejam cursando o último ano letivo ou realizando estágio supervisionado.

Nas localidades em que os professôres, nas condições acima previstas, não aceitarem os encargos do ensino supletivo, poderão ser designadas pessoas que não pertençam ao quadro do magistério primário estadual, desde que conceituadas no meio social e, comprovadamente capacitadas para as funções didáticas.

A Delegacia Regional de Ensino abrirá, quando necessário, a inscrição para os professôres enquadrados nas condições anteriores. A inscrição poderá ser solicitada pelo próprio interessado, exigindo-se, para ambos os sexos, a apresentação de um atestado de idoneidade moral e capacidade para o exercício da função, atestado êsse fornecido pelas autoridades competentes.

C — Das atribuições

Cabem ao Coordenador e aos professôres das escolas Supletivas os deveres e as atribuições inerentes, respectivamente, aos encargos de Diretor e Professor, constantes do Estatuto do Magistério Estadual.

Pôrto Alegre, 30 de maio de 1959

Comunicado N.º 12

Ao Coordenador do Curso Supletivo

Remetemos-lhe, para serem observadas nessa unidade escolar, as instruções que seguem, relativas à organização das classes no início do período letivo do ano em curso.

Cordiais saudações

Sarah Azambuja Rolla
Diretora do C.P.O.E.

ORGANIZAÇÃO DAS CLASSES NOS CURSOS SUPLETIVOS DO ESTADO

1. **Seriação das classes:**

De acôrdo com as "Instruções para organização e funcionamento dos Cursos Supletivos no Estado",
expedidas por êste Centro, em 29-5-59, a assistência educativa de grau primário, aos adolescentes e adultos que em tempo próprio não receberam assistência escolar, processar-se-á em três séries sucessivas:

1. A primeira série proporcionará a comunicação das técnicas fundamentais da cultura: leitura, escrita, rudimentos de cálculo e outros conhecimentos úteis.

2. As duas séries subseqüentes suplementarão a educação recebida na escola primária ou na primeira série.

Não se justifica, portanto, nos cursos supletivos, uma seriação idêntica à adotada na escola primária; nos estabelecimentos de ensino para adolescentes e adultos deverão funcionar, exclusivamente, a 1.ª, 2.ª e 3.ª séries.

3. No caso da unidade escolar possuir recursos, poderá oferecer um curso de admissão, com a duração de um período letivo, orientando-se o desenvolvimento das atividades pelo programa oficial de admissão aos ginásios.

II — **Número de turmas:**

O número de turmas será fixado pelo coordenador, de acôrdo com as possibilidades materiais do estabelecimento e com o número de professôres designados para lecionar no curso.

A lotação máxima aconselhada para cada classe será de trinta alunos e a mínima de quinze, sendo que na zona rural a lotação mínima será de 10 alunos.

Se no decorrer do ano letivo, com o afastamento de um grande número de alunos, a matrícula se tornar inferior a êsses mínimos, a coordenadora determinará a realização de uma prova para avaliar o adiantamento individual. Após êsse trabalho, os alunos serão distribuídos pelas classes paralelas, segundo o nível de conhecimentos que tiverem demonstrado na prova realizada.

III — **Constituição das classes:**

Entre os problemas de organização escolar que reclamam solução imediata e conveniente, no início do ano letivo, destaca-se o da constituição das classes.

A — **Primeira série**

Sendo a alfabetização o problema preliminar e fundamental do movimento de educação de adolescentes e adultos, a distribuição dos alunos na primeira série se fará, tendo em vista maior rendimento da aprendizagem e atendendo às atuais condições de funcionamento de nossos cursos supletivos, do seguinte modo:

Com os alunos de primeira série serão formados três grupos:

GRUPO FORTE — Será formado com os alunos quase alfabetizados e constituirá a classe mais forte dêsse nível, na escola.

GRUPO MÉDIO — Formado de alunos novos ou repetentes que já dominaram parte das técnicas fundamentais da leitura e da escrita.

Considerar-se-ão alunos novos os matriculados pela primeira vez; não serão considerados novos, para efeito desta classificação, os alunos que já tiverem freqüentado a primeira série de outros estabelecimentos de ensino.

GRUPO INFERIOR — Composto de alunos novos analfabetos e daqueles que, tendo freqüentado a primeira série em anos passados, não venceram sequer as dificuldades iniciais da aprendizagem da leitura e da escrita.

Após a formação dêstes três grupos, proceder-se-á à constituição das classes, que deverá obedecer às seguintes normas:

1. As turmas que iniciam a aprendizagem (grupo inferior) serão compostas de número mais reduzido de alunos. Sempre que fôr possível e necessário, a coordenadora deverá considerar a idade dos alunos, na constituição das classes.

2. Quando o número de alunos, nas condições mencionadas nos grupos médio e forte, não for suficiente para constituir uma turma, poderão êles ser reunidos, formando uma única classe.

3. Quando um grande número de alunos tiver sido classificado num determinado grupo, de forma a preencher o efetivo para duas classes, estas deverão ser constituídas em separado. O critério subsidiário poderá, então, ser a idade cronológica ou o aproveitamento em matemática, ou ambos.

4. Designar-se-ão as classes da seguinte maneira: 1.ª série A^1, de nível superior ao de 1.ª série A^2 e assim sucessivamente.

O algarismo, ao lado da letra maiúscula A, indicará o decréscimo progressivo do nível de conhecimentos da classe.

Com exceção dos alunos recém iniciados nas técnicas fundamentais da leitura e da escrita, os demais deverão prosseguir na aprendizagem, a partir do nível de aproveitamento que apresentarem; nunca se deve exigir do aluno adulto práticas e estudos desnecessários, pelo fato de já estarem suficientemente dominados.

B — Segunda e terceira séries

Sempre que o candidato à matrícula nestas séries não possuir nenhum certificado que forneça elementos para sua classificação, será considerado aluno novo e terá de ser submetido a uma prova do mesmo tipo e nível das organizadas e aplicadas no fim do ano.

Essa prova será aplicada, em conjunto, a todos os alunos que estiverem em idênticas condições, na primeira quinzena de trabalho, e, individualmente, no decorrer do ano letivo, sempre que se apresente à matrícula um novo candidato.

Considerando certas características psicológicas do adolescente e do adulto recém-alfabetizados ou de escassa cultura, não é aconselhável ressaltar os resultados dessa prova, quando êstes não forem satisfatórios ,razão pela qual deve ela ser apresentada como um exercício comum ou como revisão dos conhecimentos adquiridos.

As turmas, constituídas de alunos novos e promovidos, serão organizadas ,atendendo às notas de promoção obtidas em Linguagem e às obtidas na mesma matéria na prova de classificação a que acima nos referimos.

Quando o número de alunos exigir a constituição de duas ou mais turmas, em cada uma destas duas séries poderá ser adotado, como critério subsidiário, um dos seguintes: idade ou aproveitamento em matemática, ou ainda, ambos.

Designar-se-ão as classes da seguinte maneira:

para a segunda série: 2.ª série A^1 (de nível superior), 2.ª série A^2, A^3 e assim sucessivamente;

para a terceira série: 2.ª série B^1 (de nível superior), 2.ª série B^2, B^3 e assim sucessivamente.

O algarismo, ao lado das letras maiúsculas A e B, significa o decréscimo progressivo do nível de conhecimento da classe.

Sempre que houver constituição de mais de uma classe paralela, o número de alunos da que apresentar rendimento inferior deverá ser menor que o número de alunos das demais classes.

EXEMPLOS:

Exemplo n.º 1: (Critério: aproveitamento escolar)

2.ª série A^1 — contsituída de 28 alunos com média superior a 68.
2.ª série A^2 — constituída de 24 alunos com notas de 50 a 67.

Exemplo n.º 2: (critério: idade cronológica)

2.ª série A^1 — formada com 23 alunos cujas idades estão entre 14 e 18 anos.
2.ª série A^2 — formada com 26 alunos de mais de 18 anos.

Exemplo n.º 3: (Critério: idade e aproveitamento escolar)

2.ª série B^1 (3.ª série) — constituída de 22 alunos cujas idades variam de 14 a 18 anos
2.ª série B^2 (3.ª série) — constituída de 25 alunos adultos cujas médias foram superiores a 65
2.ª série B^3 (3.ª série) — constituída de 20 alunos cujas médias foram inferiores a 65.

C — Curso de Admissão

No caso da unidade escolar possuir recursos poderá oferecer um curso de admissão, com a duração de um período letivo, orientando-se o desenvolvimento das atividades pelo programa oficial de admissão aos ginásios.

Poderão ser constituídas quantas turmas forem necessárias, atentando-se para as mesmas disposições já expressas com relação às turmas de segunda e terceira séries.

Estas classes deverão ser anotadas nos Boletins a serem enviados para a Secretaria de Educação e Cultura, da seguinte maneira:

2.ª série C^1 — à classe de admissão de nível superior; 2.ª série C^2, C^3, C^4 e assim sucessivamente, às classes de níveis imediatamente inferiores.

IV — Disposições finais:

Em qualquer época do ano, tendo vencido as dificuldades de determinada série, o aluno poderá ser promovido à classe imediatamente superior após se ter submetido a uma prova, organizada na escola, dentro dos mínimos de conhecimentos exigidos na série que cursou.

Em qualquer série, quando o número de alunos justificar, apenas, a constituição de uma turma, terão de incluir-se todos os alunos de idade e níveis de aproveitamento diversos; nêsse caso, se aconselha ao professor da classe a formação de grupos mais ou menos homogêneos, para efeito de orientação das atividades didáticas.

V — Observações:

No caso de já estarem as classes constituídas, cuidará a Coordenadora da escola que se ajustem as aulas às condições aqui sugeridas, de maneira equilibrada, a fim de evitar grande movimento de transferência de alunos e troca de professôres que venham prejudicar a normalidade dos trabalhos e criar desajustamentos.

SECÇÃO DE PROVAS E MEDIDAS

FUNCIONÁRIOS QUE INTEGRAM A SECÇÃO DE PROVAS E MEDIDAS

TÉCNICOS EM EDUCAÇÃO:

Zilda Acauan Severo — Coordenadora da Secção
Clotilde Cesar
Isabel Lia
Jaira Luteroti dos Santos
Lygia Acauan Araujo

ESTATÍSTICO:

Maria Aucyla C. Xavier

PROFESSÔRAS À DISPOSIÇÃO:

Lucy Monteiro
Manoela F. de Borba
Morena da Rocha Fontoura
Yolanda Hollanda C. da Silveira

. . . . . .

RENDIMENTO ESCOLAR DE 1959

FASE EXPERIMENTAL DA REFORMA DO ENSINO PRIMARIO EM PÔRTO ALEGRE, RIO GRANDE DO SUL

O resultado geral foi bastante significativo e animador, se levarmos em conta os seguintes fatôres, de ordem técnica e administrativa, que vieram interferir de modo incisivo no desenvolvimento dos trabalhos, no decorrer do ano letivo de 1959.

1.º — Introdução da Reforma em tôdas as classes do Curso Primário;

2.º — mudança dos programas;

3.º — introdução ao estudo da gramática funcional;

4.º — adoção da nova nomenclatura gramatical;

5.º — campanha de intensificação de matrículas para que nenhuma criança ficasse sem escola e conseqüente insuficiência da Rêde Escolar para atendimento de todos os alunos, resultando a superlotação das classes;

6.º — funcionamento de muitas escolas em três turnos em conseqüência do número elevado da matrícula geral;

7.º — mobilidade dos professôres em face de transferências de escola, licenças, etc.

8.º — estabelecimento de critério mais rigoroso para a classificação dos alunos ,isto é, abandono do sistema de escores estatísticos e adoção de nova modalidade de julgamento;

9.º — impacto sofrido pelo professorado diante de tantas inovações.

RENDIMENTO ESCOLAR

ESCOLAS EM REGIME DE REFORMA

Pôrto Alegre — 1959

CLASSES	APROVEITAMENTO					
	Classificação Suficiente			Recuperação		
	Matr. Real (classes regulares + classes de recuperação)	N.º de alunos classif. suficientes	% sôbre a matrícula Real	N.º de alunos que desenvolveram 2 programas	N.º de alunos suficientes e recuperados	% de recuperação
1.º p.ª 2.º ano	11 861	5 633	47%	—	—	—
1.º p.ª 3.º ano	—	—	—	634	225	35%
2.º p.ª 3.º ano	9 123	5 352	59%	—	—	—
2.º p.ª 4.º ano	—	—	—	484	175	36%
3.º p.ª 4.º ano	8 161	4 914	60%	—	—	—
3.º p.ª 5.º ano	—	—	—	498	141	28%
4.º p.ª 5.º ano	6 471	2 969	46%	—	—	—
4.º p.ª Conclusão de Curso	—	—	—	777	393	50%
5.º p.ª Conclusão de Curso	4 306	2 986	69%	—	—	—

QUADRO DEMONSTRATIVO DO MATERIAL DAS PROVAS

1959

PROVAS OBJETIVAS

ANO	Fórmulas Ling. - Matem.	Instruções Especiais	Chaves de Correção Ling. - Matem.
1.º ano ..	85 000	8 000	8 000
2.º ano ..	65 000 — 65 000	6 000 — 6 000	6 000 — 6 000
3.º ano ..	54 000 — 54 000	4 000 — 4 000	4 000 — 4 000
4.º ano ..	42 000 — 42 000	4 000 — 4 000	4 000 — 4 000
5.º ano ..	30 000 — 30 000	3 000 — 3 000	3 000 — 3 000

Outros impressos

ANO	Leitura Oral Textos - Instr.	Instruções Gerais	—
1.º ano ..	14 000 — 7 000	3 000	—
2.º ano ..	12 000 — 6 000	—	—

TOTAL DE PROVAS: 467 000

PROVAS ESPECIAIS

ANO	Fórmulas Ling. - Matem.	Instruções Especiais Ling. - Matem.	Chaves de Correção Ling. - Matem.
1.º ano ..	33 000 — 33 000	4 000 — 4 000	4 000 — 4 000
2.º ano ..	28 000 — 28 000	3 000 — 3 000	3 000 — 3 000
3.º ano ..	25 000 — 25 000	2 500 — 2 500	2 500 — 2 500
4.º ano ..	12 000 — 12 000	2 000 — 2 000	2 000 — 2 000
5.º ano ..	10 000 — 10 000	1 500 — 1 500	1 500 — 1 500

TOTAL DE PROVAS: 216 000

TOTAL GERAL: 683 000

SECÇÃO DO ENSINO NORMAL E SECUNDÁRIO

FUNCIONÁRIOS INTEGRANTES DA SECÇÃO DO ENSINO NORMAL E SECUNDÁRIO

TÉCNICOS EM EDUCAÇÃO:

Yandir Martins Santos — Assistente da Direção
Dalva da Rosa Dupuy
Eddy Flores Cabral
Lucinda Maria Lorenzoni
Luiz José Fin

PROFESSÔRAS À DISPOSIÇÃO:

Glacíra Amaral Barros — Coordenadora da Secção
Alzira Pinto Lima
Aretê Saldanha Vargas
Beatriz D. Pires
Cecília Cardoso Alves
Clara da Rosa Ferlauto
Dionéa Bonapace Feijó
Itália Zácaro Faraco
Olga Creidy
Rita Quintiliano de Moraes
Stella Daudt

OFÍCIOS

Pôrto Alegre, 7 de janeiro de 1959.

Ofício circular n.º 15

Sr. Diretor

Sr. Professor Fiscal

De conformidade com o que estabelece o Decreto 9865 de 22 de dezembro de 1958 (Diário Oficial de 30.12.58) em seu Artigo 2.º, devem as Direções das Escolas Normais, através dos Conselhos Departamentais (ou das Comissões da Reforma), estudar as possibilidades oferecidas pelas respectivas Escolas no que diz respeito à realização do estágio. Outrossim, as conclusões dêsse estudo serão enviadas aos órgãos competentes da Secretaria de Educação e Cultura, com antecedência de dois semestres à prática efetiva do estágio em cada Escola.

Solicitamos, pois, as providências dessa Direção no sentido de dar cumprimento às determinações legais, enviando a êste órgão, dentro do prazo previsto, o planejamento do estágio a ser realizado pelos professorandos.

Na oportunidade apresentamos-lhe

Cordiais Saudações.

Sarah Azambuja Rolla

Diretora do C.P.O.E.

Pôrto Alegre, 21 de maio de 1959.

Ofício Circular n.º 333

Senhor Diretor

Considerando que a Reforma do Ensino Normal, introduzida a partir de 1955, conta com sua aplicação em 41 escolas oficiais e particulares de 1.º e 2.º ciclos, parece-nos ser possível, já agora, colhêr algumas opiniões a respeito de certos aspectos significativos do novo sistema de trabalho.

Para isso, estamos enviando o inquérito anexo, que deverá ser respondido por todos os professôres que exercem atividades no Curso Normal dêsse estabelecimento de ensino ,pois serão de grande valia para êste Órgão.

Das respostas ao presente inquérito, poderão resultar algumas modificações que visem corrigir eventuais falhas existentes na regulamentação baixada pelo Decreto n.º 6004, de 26-1-55.

Solicitamos, pois, da parte dos senhores professôres o máximo de interêsse em, com a possível brevidade, devolverem-no devidamente respondido, em caráter sigiloso, podendo ser o mesmo assinado ou não, conforme o entenderem os inquiridos.

Poderá, ainda, o referido inquérito ser enriquecido, na parte destinada a comentários, com observações especiais de acôrdo com as experiências de cada professor.

Contando, portanto, com pronta resposta à nossa solicitação, valemo-nos da oportunidade para apresentar a V. Senhoria e ao corpo docente dêsse educandário

Cordiais Saudações

Sarah Azambuja Rolla

Diretora do C.P.O.E.

INQUÉRITO ENTRE OS PROFESSORES DO ENSINO NORMAL

Assinale (circulando o número) as afirmações com as quais concorda.

1 — O currículo proporcionado pela atual Reforma do Ensino Normal é melhor do que o anteriormente seguido pelo Regime Seriado.

2 — Deve ser proporcionada à normalista maior profundidade nos conhecimentos relativos às matérias que terá de lecionar no curso primário.

3 — As normalistas não têm sido suficientemente esclarecidas sôbre o que é a Reforma do Ensino Normal.

4 — As normalistas não chegam a adquirir métodos seguros de trabalho docente. Dever-se-ia proporcionar-lhes menos teoria e maiores oportunidades de trabalho prático.

5 — As normalistas, ao fim do curso, não são capazes de compreender uma criança.

6 — As normalistas deveriam estudar português durante seis semestres.

7 — As normalistas deveriam estudar matemática durante quatro semestres.

8 — Sociologia deveria fazer parte do currículo do Departamento de Cultura Geral.

9 — As unidades facultativas deveriam deixar de existir.

10 — As unidades eletivas são de grande valia.

11 — Os clubes dinamizam a escola, tornando possível uma aprendizagem mais efetiva.

12 — Há necessidade da criação de um Departamento Áudio-Visual em cada escola.

13 — Cada professor deve se encarregar dos auxílios áudio-visuais necessários ao ensino de sua disciplina.

14 — Os candidatos à matrícula em Escolas Normais, egressos do curso Colegial, devem ficar isentos de exames de admissão.

15 — A integração das disciplinas está sendo feita de modo conveniente.

16 — O Serviço de Orientação Educacional ainda não está desempenhando a contento suas funções.

17 — O Serviço de Orientação tem auxiliado muito os trabalhos da Escola Normal.

18 — O estágio supervisionado faz parte do currículo do Ensino Normal.

19 — O Ensino Normal deveria aceitar alunos só maiores de dezoito anos.

20 — O profesosr primário necessitaria ter formação de nível superior.

21 — A Escola Normal não deveria aceitar candidatos que realmente não pretendem ser professôres.

22 — As faltas justificadas das normalistas não estão sendo computadas como comparecimentos.

23 — As faltas justificadas das normalistas deveriam ser computadas como comparecimento.

24 — Os professôres das Escolas Normais estão realizando sempre reuniões semanais.

25 — As Escolas Normais devem iniciar, logo, cursos de aperfeiçoamento para professôres primários em exercício.

26 — Há necessidade urgente de regulamentação do Conselho Departamental.

27 — O Conselho Departamental é dispensável.

Se julgar necessário, apresente quaisquer comentários que possam esclarecer, melhor, seus pontos de vista.

Pôrto Alegre, 27 de maio de 1959

Ofício Circular n.º 340

Senhor Diretor

Iniciou êste Centro, no ano próximo passado, um fichário de professôres que dominam línguas estrangeiras, com a finalidade de propiciar informações que nos pudessem valer por ocasião de indicar elementos para gozar bôlsas de estudos ou outras atividades que exigissem êsses conhecimentos.

Notamos, entretanto, no preenchimento das fichas que nos têm sido devolvidas, algumas imperfeições.

Desejando obter as indispensáveis e preciosas informações, solicitamos que faça chegar aos professôres dessa escola o novo modêlo de ficha, a ser preenchida **sòmente pelos professôres de menos de 40 anos que falem línguas estrangeiras,** e que nos deverá ser devolvida com a possível brevidade.

Valemo-nos do ensejo para renovar a V. Senhoria protestos de confiança e elevada consideração.

Sarah Azambuja Rolla

Diretora do C.P.O.E.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CENTRO DE PESQUISAS E ORIENTAÇÃO EDUCACIONAIS

FOTO

FICHA DO PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO

1. Nome: .....

2. Enderêço: .....

Local de trabalho:

.....

Rua n.º Cidade

Residência:

.....

Rua n.º Cidade

3. Escola: .....

4. Estado civil: ..... Data do nascimento: .....

Dia — Mês — Ano

5. Data de ingresso no magistério secundário: .....

Dia — Mês — Ano

6. Matéria que leciona: .....

7. Situação no magistério secundário: .....

Contratado — Interino — Efetivo

8. Língua(s) que domina:

Conhecimento da língua (Bem — Regular — Mal)

Lê: Fala: Entende: Escreve:

a — Espanhol

b — Francês

c — Inglês

d — Alemão

e —

f —

9. Formação Profissional: Especificar Curso, Escola, Duração e Data)

Cursos realizados:

a — de nível médio: (Ginasial — Colegial — Normal — etc.)

.....

.....

.....

b — de nível superior:

.....

.....

.....

c — de especialização relacionados com a matéria que leciona:

.....

.....

.....

.....

.....

d — outros cursos em língua vernácula ou estrangeira:

.....

.....

.....

10. Publicações: (Livros — Artigos — etc.)

.....

.....

.....

.....

11. Comissões especiais desempenhadas no magistério: (Representações, participação em Congressos, Seminários, etc.)

.....

.....

.....

12. Bôlsas de estudo ou outras vantagens recebidas:

a — Da S.E.C.: (Local — Duração — Ano)

.....

.....

b — De Governos Estrangeiros: (Local — Duração — Ano)

.....

.....

13. Poderia afastar-se de sua localidade? .....

Por quanto tempo? .....

14. Países que já visitou: Finalidade: Ano:

.....

.....

.....

.....

OBSERVAÇÃO: Quando o espaço previsto nesta Ficha não fôr suficiente ao registro do candidato, ou no caso do professor desejar enriquecer os dados solici'ados, pedimos anexar as informações respectivas em fôlha à parte.

Pôrto Alegre, junho de 1959

Ofício Circular n.º 397

Atendendo a solicitações que nos foram feitas pelas Escolas Normais do Estado, estamos enviando a V. Senhoria o programa de Conhecimentos Gerais para a prova de admissão às escolas.

Outrossim, anexamos ao mesmo algumas normativas para a organização da referida prova, a serem utilizadas pelos professôres encarregados de sua elaboração.

Cordiais Saudações

Sarah Azambuja Rolla
Diretora do C.P.O.E.

NORMATIVAS PARA ELABORAÇÃO DA PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS DO EXAME DE ADMISSÃO DAS ESCOLAS NORMAIS:

I — GEOGRAFIA, HISTÓRIA E CIÊNCIAS

De acôrdo com as "Normas para Elaboração da Prova de Conhecimentos Gerais no Concurso de Habilitação", 40% das questões devem ser de nível correspondente ao curso primário e os restantes 60%, representados por questões de nível ginasial.

O que se deseja realmente verificar é se o candidato possui uma visão dos principais problemas da vida atual, vale dizer, se está integrado nas realidades de nosso tempo. Assim, as questões devem ser organizadas de maneira simples e acessível e

a) envolver os aspectos geográfico, histórico e o relativo a Ciências Naturais, ressaltando, sempre que possível, o **aspecto humano;**

b) levar o candidato a revelar, não só a sua formação básica, como a atualização de conhecimentos;

c) refletir a realidade local.

II — LÍNGUA ESTRANGEIRA

As questões relativas à língua estrangeira devem ser algo de muito simples e prático, como por ex.:

1. Preenchimento de uma ficha, cujos dados tenham relação com a vida do candidato. (Ex.: Nome, idade, escola de onde provém, etc.)

2. Resposta a um questionário, também muito simples. (Ex.: Desejas ser professôra? Por que?)

3. Reprodução de uma historieta.

4. Interpretação de uma historieta por meio de perguntas.

Tanto a apresentação da prova como a resposta serão na língua estrangeira.

NOTA:

1. A prova de Conhecimentos Gerais deverá ser única. A apresentação da matéria "em Geografia, História, Ciências e Línguas Estrangeiras" é tão sòmente para melhor orientação dos estudos dos candidatos.

2. O CPOE espera a opinião da Escola sôbre a extensão e a acessibilidade dêste programa.

Pôrto Alegre, 5 de junho de 1959.

Ofício circular n.º 413

Senhor Diretor

O Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais, por intermédio de V. Senhoria, vem convidar os professôres de inglês dessa Escola para o Curso Intensivo que o Instituto Cultural Brasileiro Norteamericano promoverá de 18 a 31 de julho dêste ano, em colaboração com a Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul.

Para dirigir as sessões de estudo foram especialmente convidados professôres norteamericanos e brasileiros.

O Curso versará sôbre os vários aspectos da língua inglêsa, didática especial de línguas vivas, psicologia educacional, história e cultura norteamericana.

Em vista da grande contribuição que êstes Cursos trazem ao preparo profissional dos professôres de línguas estrangeiras, êste Centro, a Superintendência do Ensino Secundário e a Superintendência do Ensino Normal apelam, no sentido de que os professôres de inglês dessa Escola participem do referido Curso.

Aproveitamos o ensejo para enviar-lhe

Cordiais Saudações

Sarah Azambuja Rolla
Diretora do C.P.O.E.

The
INSTITUTO CULTURAL BRASILEIRO-NORTEAMERICANO

With the coorporation of the

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

offers its

14th annual

SEMINAR FOR NATIONAL TEACHERS OF ENGLISH

for the State of
Rio Grande do Sul
July 18th to 31st, 1959

Edifício União, Av. Borges de Medeiros, 261 — Pôrto Alegre

WHAT IS IT?

Hard work and lots of fun for six hours each day for two weeks. Classes, lecturs, foruns ,teas, songfests, movies, socials, exhibits etc.

WHO'S IT FOR?

Any teacher of English in a government or private school (including binational Centers) or any student who will be teaching English in a government or private school in 1960.

WHAT'S THE IDEA?

To polish your prounciation, improve your teaching techniques, get better acquainted with the U.S.A. Meet your professional colleagues, make new friends. Best two weeks of the whole year!

CERTIFICATES?

One for Seminar itself. Also a chance to take the Michigan.

WHAT'S IT COST?

Only your board and room (arranged by you.) No tuition. And the I. C. B. N. A. will reimburse your bus or train fare.

HOW DO YOU MATRICULATE?

Fill out the form below completely and mail it. I It must reach us by June 30th. It you are one o ofthose that telegraph us the last minute, be sure your message includes all information.

WHEN DO YOU CHECK IN?

If you already have a Michigan Certificate, be here at 8 AM, Monday, July 20th. If you never passed the Michigan exam, you must report at 2 PM, Saturday, July 18th.

I shall attend this year's Seminar for National Teachers of Englsh.

Name .....

Address .....

School .....

How long have you taught English?

(Or: When will you begin teaching English) .....

Is your school state or private? (State Which) .....

How many students do you teach in an average semester? .....

Pôrto Alegre, 3 de outubro de 1959.

Ofício circular n.º 774

Senhor Diretor

As Nações aliadas, ao perceberem que se aproximava o término da segunda guerra, conceberam a idéia do estabelecimento de uma organização internacional destinada a prevenir, de modo eficaz, conflitos e instituir nova base de cooperação amistosa. Foi assim que surgiu a Organização das Nações Unidas, como segunda experiência mundial de organização internacional.

A Carta das Nações Unidas e o Estatuto da Côrte Internacional de Justiça, entraram em vigor no dia 24 de outubro de 1945, após terem sido assinados pelos representantes de cinqüenta Nações e ratificados pelos Estados ausentes.

São objetivos das Nações Unidas:

1. Manter a paz e a segurança internacionais e, para êsse fim, tomar coletivamente, medidas para evitar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão ou qualquer outra rutura da paz.

2. Chegar, por meios pacíficos, a uma solução de controvérsias ou situações que posam levar à perturbação da paz.

3. Desenvolver relações amistosas entre as nações.

4. Conseguir cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário, para promover e estimular o respeito pelos direitos humanos e as liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, cultura, língua e religião.

As Nações Unidas, nestes 14 anos passados, cresceram em número, em experiência e em compreensão pública da missão que lhes cabe.

As atividades da O.N.U. são inspiradas pela filosofia da solidariedade humana, derivada dos princípios que norteiam essa associação livre, de aproximação entre os povos dentro de um espírito de tolerância mútua e de boa vontade.

Êsses princípios são: — "Reafirmar a fé na dignidade e no valor do ser humano e na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas".

Aproximando-se o Dia das Nações Unidas e em comemoração de seu 14.º aniversário, recomenda êste Centro a tôdas as escolas do Estado em seus diversos cursos, que dêem à comemoração desta significativa data o realce que merece, como oportunidade de levar o educando a formar hábitos e atitudes de fraternidade; a crer nos seus propósitos de criar um mundo melhor; e formar sentimentos generosos de serviço, de cooperação e solidariedade internacional.

A celebração de tão relevante data não se deverá circunscrever apnas a uma classe ou uma lição. Mas a escola inteira deve ser mobilizada em tôrno dos profundos e valiosos conteúdos educativos que a oportunidade contém.

Cumpre reconhecer entretanto que, se é, sobretudo, às novas gerações que se deve dirigir o esfôrço em prol da difusão daqueles ideais, também a comunidade em geral deve ser atingida e mobilizada, para que mais se consolide, no futuro, a política de paz e entendimento em que tradicionalmente se baseiam as relações entre os povos do Novo Mundo.

Considerando que a escola deve constituir centro de irradiação cultural na comunidade, poderão ser promovidas, ainda, atividades de repercussão no meio social, como: conferências, palestras, concursos de monografias, programas de rádio ,colaboração escrita para a imprensa local, festividades folclóricas, solenidades cívicas e religiosas, bem como outras cerimônias, a fim de promover e intensificar nos educandos a formação de sentimentos cordiais e de amizade para com os povos do mundo e de compreensão dos verdadeiros deveres de cidadão.

O sentido das atividades escolares, desenvolvidas em prol da maior compreensão entre os povos, seria o de levar os educandos a

— estimar e respeitar todos os homens, qualquer que êle seja, sem distinção de classe ou de raça;

— considerar as pessoas que vivem em outros graus de cultura como sêres humanos, a quem nos devemos sentir ligados pela fraternidade;

— informar-se da maneira como êles habitam, alimentam-se, vestem, trabalham e divertem-se, para que do conhecimento possa nascer a simpatia e a compreensão;

— ser grato a todos aquêles que, muitas vêzes, com grandes sacrifícios próprios, cooperaram para nos legar os benefícios da paz que hoje usufruímos, e da unidade americana que temos obrigação de, a todo custo, manter.

Em tôdas as classes, deverão ser realizadas unidades de trabalho em tôrno do tema e dos homens ilustres que contribuíram com seus esforços e dedicação para a consecução dêsse ideal de fraternidade humana.

Seria de estimar que essa Direção tomasse tôdas as providências no sentido de ser condignamente comemorado nessa escola o "Dia das Nações Unidas" e envidasse todos os esforços no intuito da divulgação dos sadios princípios de compreensão e fraternidade universais no meio em que atua a escola.

Com a certeza antecipada de que Vossa Senhoria tudo fará para o cumprimento do que consta neste ofício, apresentamo-lhe

Cordiais Saudações

Sarah Azambuja Rolla

Diretora do C.P.O.E.

Pôrto Alegre, 8 de outubro de 1959

Ofício circular n.º 788

Senhor Diretor

Estando a Escola que V. S.ª dirige incluída entre aquelas, cujas alunas deverão realizar o período de estágio no próximo ano letivo, achou oportuno esta Secretaria, discutir o assunto pessoalmente com os representantes das escolas em questão. Assim, convidamos V. S.ª e o professor da Divisão de Direção da Aprendizagem que deverá presidir a comissão de supervisão do estágio, para, nesta Capital, de 29 a 31 do corrente, debaterem o problema do estágio com elementos dêste Centro, da Superintendência do Ensino Normal e Subsecretaria do Ensino Primário.

Informamos que, por sugestão do Sr. Subsecretário do Ensino Primário, seria conveniente que as Direções das Escolas Normais Oficiais entrassem em entendimento com as Prefeituras locais, para estudar as possibilidades de o estágio ser realizado em escolas municipais, postas à disposição do Estado para êsse fim.

Entretanto, isso não invalida o que estabelece o art. 1.º do Regulamento do Estágio, aprovado pelo Decreto 9865, de 22.12.1959 e que deve ser de pleno conhecimento dos professôres dessa Escola.

Solicitamos, que as Escolas que ainda não nos enviaram o planejamento do estágio, que o apresentem por ocasião das reuniões a que já nos referimos. Às Escolas que já o fizeram ,solicitamos a revisão dos mesmos, em face da sugestão apresentada pelo Sr. Subsecretário do Ensino Primário.

Encarecemos a necessidade de que êsses planejamentos estejam munidos do maior número possível de dados objetivos, o que muito facilitará a solução do problema.

Esclarecemos que a Superintendência do Ensino Normal autoriza a vinda dos professôres para essas reuniões.

Nesta oportunidade, apresentamos a V. S.ª

Cordiais saudações.

Sarah Azambuja Rolla

Diretora do C.P.O.E.

Pôrto Alegre, 2 de dezembro de 1959.

Ofício circular n.º 922

Senhor Diretor

Senhor Professor Fiscal

Considerando a necessidade de que as diretrizes expedidas por êste órgão, referentes às Divisões que integram os Departamentos de Cultura Geral e Profissional das Escolas Normais, sejam periòdicamente revisadas e considerando, ainda, deva êsse trabalho ser realizado com base nas experiências dos professôres a quem se destinaram, solicitamos, por intermédio de V. Senhoria, sejam respondidos pelos professôres os quesitos que formulamos em fôlha anexa.

Reputamos de grande importância a resposta franca e imediata a êsses quesitos que possibilitarão atendimento ao previsto, no art. 11 do Decreto n.º 6004, de 26-1-55.

Do atendimento ao solicitado dependerá a atualização dessas diretrizes, que devem servir de roteiro nos planejamentos de curso os quais integram o Currículo das escolas normais.

Contando com a colaboração sempre prestada pelos professôres dêsse estabelecimento de ensino, apresentamos nesta oportunidade

Cordiais Saudações.

Sarah Azambuja Rolla

Diretora do C.P.O.E.

Exemplo para apresentação das respostas aos quesitos formulados.

Departamento de Cultura Geral

Divisão de Filosofia (Diretrizes para Filosofia e para Psicologia)

Escola .....

Localidade .....

Assinatura do Diretor .....

Assinatura do Professor .....

1. Opinião sôbre as Diretrizes Básicas de ..... enviadas pelo Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais, externando possibilidades ou dificuldades encontradas no desenvolvimento dos trabalhos, etc.
2. Sugestões para futuras alterações.

Pôrto Alegre, 2 de dezembro de 1959.

Ofício Circular n.º 923

Senhor Diretor

Srs. Professôres Fiscais

É do conhecimento de V. Senhoria que, desde 1955, vem sendo adotada em nossas escolas a reforma do ensino normal prevista pela lei n.º 2588, de 25-1-55, considerando o estabelecido em seu art. 8.º.

Assim, anualmente um novo grupo de escolas, prèviamente orientadas por êste órgão técnico, se inicia no novo plano de estudos.

Dentro do critério que vem sendo observado por esta Secretaria, de consultar as escolas sôbre as possibiildades, tanto técnicas como materiais e de pessoal, para atenderem às exigências estabelecidas pelo Decreto n.º 6004, que aprovou o regulamento do Ensino Normal, solicitamos o pronunciamento dessa Escola quanto à adoção em 1960 do referido plano de estudos.

Em caso afirmativo, cumpre-nos informar que ao Seminário de Preparação à Reforma que realizaremos de 5 a 8 de janeiro, nesta capital, deverá comparecer uma comissão de professôres, da qual devem participar a direção e os professôres — fiscais no caso das escolas particulares.

Na certeza de que êsse estabelecimento de ensino procurará, na medida do possível, atender a êsse convite, aumentando o número de educandários que vêm se ajustando à legislação em vigor, esperamos receber, com a possível brevidade, resposta ao presente ofício.

Valemo-nos do ensejo para apresentar-lhe

Cordiais Saudações.

Sarah Azambuja Rolla
Diretora do C.P.O.E.

COMUNICADOS

Pôrto Alegre, 12 de março de 1959

Ofício n.º 121

Sr. Diretor

De acôrdo com o estabelecido, êste Centro continuará a prestar assistência técnico-pedagógica aos cursos secundários do Estado.

Atendendo, pois, ao Plano elaborado por êste Centro, enviaremos mensalmente um Comunicado aos Srs. Professôres de línguas estrangeiras, incluindo orientação didática, a fim de auxiliá-los em suas atividades docentes.

Êste mês, estamos enviando o Comunicado n.º 3, com uma lista de Endereços nos Estados Unidos da América do Norte, Grã Bretanha e França. Maiores informações poderão ser obtidas no próprio Comunicado.

Certas de contar com sua valiosa colaboração, apresentamos a V. Senhoria

Cordiais saudações

Sarah Azambuja Rolla
Diretora do C.P.O.E.

Pôrto Alegre, março de 1959

Comunicado n.º 3

ORIENTAÇÃO DO ENSINO DE LíNGUAS ESTRANGEIRAS

Correspondendo ao interêsse demonstrado pelos professôres de línguas estrangeiras, quando nos solicitam informações, orientação didática, ou nos consultam sôbre problemas de ensino, resolveu êste Centro remeter, durante o ano letivo de 1959, uma série de Comunicados de Orientação didática, visando auxiliar o professor em sua atividade docente.

Na oportunidade estamos remetendo:

I — BIBLIOGRAFIA PARA O PROFESSOR — abrangendo os quatro aspectos básicos, a saber:

A — O Ensino das Línguas Vivas e o Humanismo —
O Humanismo deve ser entendido como o espírito realizador do homem, expresso através dos diversos produtos da cultura objetiva e visando o enriquecimento da cultura humana, principalmente por meio do ensino das línguas vivas.

B — O Ensino das Línguas Vivas e a Compreensão da Civilização e Povos Estrangeiros —

Recebendo a escola e a sociedade a influência de culturas estrangeiras, visa também o estudo das línguas vivas a compreensão internacional.

C — Metodologia do Ensino das Línguas Vivas —

A orientação metodológica, sempre tão difícil de conseguir, aparece registrada nas 44 obras aqui indicadas e abrange a visão geral do problema, método, ação do professor, leitura, escolha do livro, conversação, fonética, ditado, gramática, estrutura das sentenças, testes de verificação, etc.

D — Aspectos Psicológicos no Ensino das Línguas Vivas

Os conhecimentos de psicologia da aprendizagem tão importantes ao professor de língua estrangeira, são nos volumes indicados tratados de maneira clara e acessível.

Os livros que constam desta Bibliografia poderão ser adquiridos por intermédio da Livraria Kosmos Editora, Andradas 1644 ou Livraria Leonardo da Vinci, Av. Senador Salgado F.º, 211, Pôrto Alegre ou ainda diretamente:

Great Britain

a) W. H. Smith and Son Ld.
Strand Health Portugal Street
London W. C. 2

b) W. C. Foyle Ld.
119/125 Charring Cross Road
London W. C. 2

U.S.A.

The Bookmailer
Box 101
Murray Hill Station
New York 16, N. Y.

France

La Librairie Joseph GIBERT
2 rue de l'École de Médecine
Paris

2 — LISTA DE ENDEREÇOS PARA A ORIENTAÇÃO DE MATERIAL GRATUITO NOS E.U.A., GRÃ BRETANHA E FRANÇA

Entre os problemas que se relacionam com o ensino das línguas estrangeiras, um dos mais importantes e mais difíceis é o de proporcionar aos alunos material ilustrativo.

A dificuldade em obter êste material levou-nos a organizar a presente lista, visando auxiliar o professor na aquisição de folhetos, gravuras, livros, etc.

Os endereços apresentados incluem Firmas particulares, Agências de Turismo, Câmaras de Comércio, Divisões de Informações, Departamentos de Conservação e Desenvolvimento, Seções de Agricultura e Indústria, etc.

Reconhecendo que as escolas têm necessidades que não podem ser fàcilmente satisfeitas, algumas firmas comerciais preparam e oferecem uma grande variedade de material que, embora de natureza essencialmente publicitária, pode ser perfeitamente utilizado nas escolas.

O exame dêste tipo de material revela, não só uma larga margem de valores educativos, mas também uma apresentação muito atrativa. Muitos livros e panfletos são ilustrados, em papel de ótima qualidade, com boas gravuras, muitas vêzes coloridas e com gráficos e diagramas.

Além disso, êste material, geralmente preparado por especialistas que conhecem as necessidades dos alunos, apresenta significativo valor educacional, difícil de ser obtido em outras fontes.

De um grande número de firmas, cujos endereços constam desta Lista, já recebemos material que, após cuidadoso exame, foi aprovado por êste Centro.

Ao examinar qualquer material para ser usado, o professor deverá verificar se o mesmo está de acôrdo com a filosofia educacional brasileira e o programa adotado, e se apresenta características tais como ser:

a) **Significativo** — estando de acôrdo com o item estudado.
b) **Recente** — contribuindo com seus informes para complementar os livros de texto, tornando assim os alunos atualizados.
c) **Adaptado** às necessidades e interêsses, ao nível da maturidade da classe, bem assim à localidade escolar.
d) **Verdadeiro** — apresentando não sòmente o que é, mas também, quanto possível, evitando conclusões ou atitudes em desacôrdo com a verdade total.
e) **Bem** balanceado e articulando-se com o programa adotado.
f) **Geral** — apresentando princípios ou produtos de um modo não particularizado.
g) **Acurado nos fatos** — Sem apresentar a missão ou exageros.
h) **Objetivo na apresentação** — não dando margem a interpretações errôneas.
i) **Fidedigno** — isto é, digno de crédito quanto à firma ou indústria que o distribui.

Entre muitos e variados objetivos das escolas, ao usar êste material comercial, apresentaremos os seguintes:

a) Suplementar o livro de texto ou os que houver na Biblioteca da escola.
b) Apresentar pontos de vista diferentes.
c) Aumentar o interêsse dos alunos pela língua estrangeira.
d) Habituar os alunos ao uso inteligente de material não escolar.
e) Dar aos alunos um senso de atualidade.
f) Propiciar assunto para conversações, discussões, etc.

Como sugestões de atividades, aconselhamos os senhores professôres que, em seu planejamento de trabalho, incluam a elaboração de cartas solicitando o material a que nos referimos.

Estas cartas, escritas no idioma estrangeiro, darão aos alunos a oportunidade de se expressarem em língua estrangeira, motivados pelo desejo de adquirir o material. O ensino será, portanto, uma vivência real e os alunos terão seu interêsse despertado para uma aprendizagem efetiva. Uma vez escritas e feitas as necessárias correções, cada aluno poderá enviar sua carta ao endereço escolhido, pedindo que o material seja enviado diretamente à escola. Nêste caso, a despesa dos pedidos

será relativamente pequena e a escola poderá contar com um grande número de material para os trabalhos que desejar realizar.

Permitimo-nos sugerir que seja organizada, em cada Escola, uma Pasta-Arquivo, para colocar material da natureza do que aludimos e que esta Pasta seja posta em local acessível aos professôres, de modo a permitir seu uso constante.

Elaborado pela
Prof.ª Olga Creidy
resp. pela Orientação do Ensino de Línguas Estrangeiras

Pôrto Alegre, 22 de junho de 1959.

Ofício n.º 454a

Senhor Diretor

Recomendamos a V. Senhoria especial interêsse na aplicação das sugestões contidas no comunicado anexo, se possível ainda no corrente ano e tendo em vista os resultados positivos que iniciativa da natureza da que é proposta trará aos professôres que compõem o corpo docente dessa Escola ou a outros da localidade.

Colhemos a oportunidade, para renovar a V. Senhoria protestos de nossa distinta consideração e elevado aprêço.

Sarah Azambuja Rolla
Diretora do C.P.O.E.

Comunicado n.º 8

O professor deseja sempre se renovar, buscar as últimas descobertas no campo da educação e auferir as vantagens de tôda nova experiência que possa enriquecer sua atividade. Conhecendo línguas estrangeiras o professor terá acesso à cultura e instituições estrangeiras, poderá conhecer com mais eficiência a vida e características de outros povos, bem como a arte dos outros países, ampliando, assim, sua capacidade de apreciação.

Sugerimos, pois, às Escolas darem oportunidade a que os professôres se familiarizem com as línguas estrangeiras, a fim de que tenham um meio de comunicação com lugares que o nosso próprio idioma não pode alcançar e que as utilizem nas contínuas leituras necessárias ao bom desenvolvimento de seu trabalho diário.

Assim, de conformidade com o Artigo 19 do Decreto 6004, de 26 de janeiro de 1955, sugerimos a organização nessa Escola de um **Curso de Inglês e Francês,** com finalidade instrumental, isto é, visando auxiliar o professor em suas pesquisas didáticas pois, como bem sabemos, a maioria dos livros de pesquisas é em língua estrangeira. Visamos também com isso preparar os professôres para, no caso de surgirem bôlsas de estudos nos países estrangeiros, podermos contar com elementos que estejam em condições de receber essas vantagens.

Será o Curso uma iniciativa do Departamento de Cultura Geral, Divisão de Língua e Literatura, devendo funcionar como uma atividade extra-curricular, com acesso a **todos professôres que, exercendo o magistério na comunidade, estiverem interessados na aprendizagem de idiomas estrangeiros.**

Por um entendimento já efetuado entre êste órgão técnico, o Instituto Cultural Brasileiro-Norteamericano e Associação de Cultura Franco-Brasileira, todos os professôres-alunos terão a oportunidade de freqüentar um Curso Intensivo de mais ou menos 7 dias, em janeiro ou fevereiro de cada ano, especialmente planejado para favorecer a integração dos conhecimentos já adquiridos, assim como realização de exame para promoção à turma mais adiantada. Tanto o Instituto como a Associação cobrarão uma taxa mínima pelo Curso de Revisão. Após o término do Curso completo, os professôres-alunos receberão um Certificado, em igualdade de condições com os alunos que freqüentam regularmente as aulas dessas duas instituições culturais.

Os livros adotados nos Cursos aqui sugeridos deverão ser os mesmos que o Instituto Cultural e a Associação adotam em seus cursos regulares, para que haja coerência entre o ensino realizado e a verificação que será feita, em conjunto, entre todos os professôres-alunos de nosso Estado.

Os livros adotados deverão ser os seguintes:

1 — Na Associação de Cultura Franco-Brasileira — é usado o Cours de Langue et de Civilization Françaises À l'usage des étrangers — G. Mauget — I et II annés — num só volume. Êstes livros poderão ser adquiridos diretamente na Librairie Hachette, 79, Boulevard Saint-Germain, Paris-VIe, ou por intermédio da Livraria Kosmos, Rua dos Andradas, 1644, Pôrto Alegre.

2 — No Instituto Cultural Brasileiro-Norteamericano — é usado o Let's Learn English — Wright-McGillivray Part I and II. Êstes livros poderão ser adquiridos na firma importadora em São Paulo: Livraria Pioneira, Rua 15 de Novembro, 228, Sala 412, ou por intermédio das Livrarias Kosmos e Da Vinci em Pôrto Alegre.

O horário de trabalho deverá ser organizado de acôrdo com as possibilidades de cada Escola: 3 vêzes por semana, aulas de 60 minutos, ou 2 vêzes por semana, aulas de 90 minutos.

Os professôres que irão lecionar as línguas estrangeiras poderão ser os que já lecionam na própria Escola, no caso da Escola já ter esta Unidade em seu Programa de trabalho, ou outras pessoas da localidade que estejam disponíveis e reconhecidamente credenciadas para exercer tais misteres.

Não podendo as Escolas contar com o auxílio do Estado para a remuneração dos professôres, sugerimos que haja um entendimento prévio, de forma a que cada um dos elementos interessados contribua, com sua parte, nas devidas despesas.

No caso de haver interêsse por parte dos professôres na sugestão contida nêsse Comunicado, solicitamos a V. S. nos enviar informes acêrca do início e desenvolvimento do trabalho para futuros entendimentos.

Outrossim, tão logo enviarem os dados finais **no máximo até fins de novembro,** quanto ao número e nomes dos candidatos que virão a

Pôrto Alegre, entraremos em contato com o Instituto e a Associação a fim de determinar a época em que deverá ser feito o Curso de revisão e o respectivo exame de promoção.

A data para o referido Curso será comunicada, por telegrama, às Escolas, em princípios de dezembro do corrente ano.

Esperamos encontrar interêsse por parte dos professôres quanto às sugestões desta Circular.

Elaborado pela

Prof.ª Olga Creidy
resp. pela Orientação do Ensino de Línguas Estrangeiras

Pôrto Alegre, maio de 1959

Sr. Diretor

Estamos enviando o Comunicado n.º 9, com material e sugestões, bem como relações bibliográficas, para desenvolvimento da aprendizagem de Português, na Divisão de Língua e Literatura.

Aproveitamos a oportunidade, para apresentar-lhe

Cordiais saudações

Sarah Azambuja Rolla
Diretora do C.P.O.E.

Comunicado N.º 9

SUGESTÕES PARA O ESTUDO DE PORTUGUÊS

Em virtude de professôres do interior do Estado manifestarem a dificuldade com que muitas vêzes se defrontam, quando necessitam de material para leitura suplementar, resolvemos organizar algumas coletâneas que anexamos ao presente.

Foram as mesmas extraídas de exemplares da coleção NOSSOS CLÁSSICOS, da Livraria Agir Editôra, cuja relação também remetemos.

Êsse material poderá ser utilizado para leitura suplementar e também para apreciação de poemas se, na aprendizagem da língua, nos valermos de unidades, tais como: "A poesia na literatura brasileira" ou "O modernismo no Brasil" ou "O simbolismo no Brasil" etc.

Para conduzir à leitura meditada, inteligente e ao gôzo do prazer estético, sugerimos:

— Escolher o texto e o autor. Em se tratando de prosa, é necessário dar o resumo da obra a que o texto pertença, a fim de despertar o interêsse pela leitura do livro.

— Depois, de acôrdo com os objetivos do plano estabelecido:

— Estudar a biografia do autor, sua bibliografia, a época em que viveu, características de sua temática, influência exercida, etc.

— Caracterizar o gênero que pode ser prosa ou poesia; didático, oratório, épico, lírico, dramático, etc.

— Distinguir no gênero a espécie e a forma. Por exemplo, o poema "As Pombas", de Raimundo Correia, quanto à espécie, pertence ao gênero lírico e, quanto à forma, é sonêto.

— Observar a técnica usada, pois esta individualiza a obra de arte, assim como o fundo ideal individualiza o artista.

— Identificar o fundo ideal e o conceito devida aí expressos.

— Identificar, enfim, os elementos formais artísticos, isto é, os recursos de que se valeu o autor na criação estética: figuras de palavras, de construção, de pensamento. Estão aqui compreendimos os aspectos estilísticos e as formas gramaticais.

— Comparar o texto estudado com o de outros autores que tenham tratado do mesmo assunto.

— Ler o texto expressivamente, para adquirir boa elocução e educar o ouvido na apreensão da melodia e do tom fraseal.

— Finalmente declamar o poema ou dramatizar o texto.

A verificação será feita mediante questões apropriadas.

Ainda poderão os textos lidos servir à composição oral, estabelecendo diálogos entre professor e alunos ou entre colegas. Também propiciam os textos a colaboração em classe e motivam a aprendizagem ao relacionarem um e outro fatos.

INTERPRETAÇÃO DE OBRAS LITERÁRIAS

O livro é de suma importância didática, na interpretação estilística que patenteia valores literários e sociais, em consonância com o despertar das consciências juvenis.

A novela, o conto, a poesia, o drama, o ensaio são outras tantas espécies de um gênero universal que é o livro em si. É êste, pois, o mais valioso instrumento de cultura didática, em tôrno do qual gira o processo de formação intelectual da humanidade.

O livro é, na didática do idioma, o cânon maior da aprendizagem lingüística. Pois nenhuma regra morta acrescenta conhecimento essencial de linguagem; nenhum princípio gramatical promove de per si as vivências estatilísticas da própria linguagem.

O jovem encontra, na leitura assinalada pelo professor, uma fonte inesgotável, cuja capacidade radioativa aumenta diàriamente seu haver ideológico e sua capacidade expressiva. Um capítulo, um trecho oportuno revelará ao aluno tôda a função gramatical posta em movimento na letra viva do livro. Ensinar-lhe-á a discriminar e descobrir valores de fundo e de forma, ao mesmo tempo que permitirá a indução teórica dos esquemas gramaticais indispensáveis. E ainda lhe ensinará algo mais: a perceber, no caudal dos giros e matizes expressivos, sua própria psicologia, implícita no reativo da emoção individual, promovida pelo jôgo das surprêsas espirituais.

O livro destinado ao ensino do idioma implica uma seleção e gradação, em consonância com a idade e a mentalidade do educando. Portanto, êle será objeto de análise, antes de ser pôsto em mãos alheias. Dar aos alunos do ciclo médio leituras apropriadas ao curso primário é conspirar contra a natural evolução do jovem estudante, cuja formação intelectual requer variação dentro do plano de leitura.

A pobreza de léxico do estudante secundário, sua escassa agilidade verbal e a tremenda dificuldade na construção provêm, muitas vêzes, do fato de considerarmos o estudante como incapaz de penetrar, de maneira vivaz e harmônica, no vasto campo do idioma.

Na projeção idiomática, o livro assinala-se por seu valor literário. Por isso, devem ser preferidos os modelos castiços, no giro sintático e na variedade do vocabulário ajustadamente empregado. Em matéria de linguagem o modêlo escrito exerce influência decisiva sôbre o estudante. A sugestão da palavra impressa tem características de sanção inapelável.

Também nos contactos com jovens, muitas vêzes, comprova o professor a disposição daqueles para compreender as abstrações gramaticais e gozar das belezas intrínsecas do idioma, na variada descrição dos motivos e argumentos literários.

O estudante manifesta seu interêsse pelo idioma na viva surprêsa causada pela novidade de uma palavra ou giro curioso. Depois com o estudo minucioso da obra ou capítulo, lidos e relidos em classe, começa a descobrir horizontes de insuspeitada amplitude estética até então vedados à sua imaginação.

A descrição do campo ou da cidade, o objetivo e o subjetivo, a combinação e o contraste, o indivíduo e a coletividade, o anímico e o somático, todos os elementos do mundo patenteado a seus olhos pela leitura dão ao jovem a possessão dos recursos de uma linguagem fecunda, quer pelo aprovisionamento verbal relacionando as idéias, quer pelas associações visuais e auditivas que vão despertando na alma afinidades sentimentais, ou ainda, o puro prazer estético, na evocação panorâmica das extensões ideais, removidas no subconsciente e a fluir como manancial de inesgotável frescura...

E afinal o aproveitamento didático: os segredos do idioma, o casticismo e o neologismo; as expressões de transição formal, permitindo juntar o giro arcaico e a locução moderna com sua elipse elegante... E o estudioso compreende, enfim, porque odeia a gramática fóssil: a antiga gramática com mais exceções que regras e estas ambíguas, contraditórias... E, coonestando o método racional que não desdenha em absoluto o velho código idiomático, adota no ensino do idioma êsse texto insubstituível, o livro saboroso que descreve e narra, que evoca e augura, que vive e sonha, sem regras enfadonhas; a novela e o artigo, o verso e o diálogo que ensinam a língua com método espontâneo, possibilitando ao mesmo tempo sua possessão gramatical e artística.

A **análise integral** de uma obra literária encerra **a maior possibilidade de aprendizagem idiomática.** Não há texto gramatical que supere sua eficácia. O procedimento é simples. **Um trabalho de seminário** para essa espécie de exercício não acarreta maior dificuldade, nem tarefa extraordinária para o aluno. **O método** consiste num **livro,** um **questionário ou guia,** uma **vontade operante.** O crítico sabe que há algo mais que gramática em seus esquemas de trabalho: **há linguagem** que espera ser revelada, vivência por vivência, na beleza substantiva do livro que analisa. Sabe também que para **classificar as formas externas e o sentido literário de uma obra** bastará um **critério claro** e **uma orientação interpretativa.**

Uma explicação prévia do professor, sôbre como se há de interpretar e aplicar o questionário prefixado e a tarefa será obra do próprio instinto analítico.

Quanto ao **questionário,** em seu primeiro ponto **deve pôr o estudante em contacto com o autor.** Os traços biográficos e a bibliografia do criador são necessários para relacionar muitos aspectos psicológicos de sua obra.

O segundo deve estabelecer o **valor ideológico,** assinalando as idéias fundamentais. Assim, em se tratando de novela, estudar-se-ão os

traços físicos e morais dos protagonistas e, se fôr poesia, observar-se-ão as qualidades de cadência e ritmo, versificação, rima, forma, etc.

O ponto seguinte **deve versar sôbre o caráter e estilo** do que se analisa, com ligeira explicação do gênero a que pertença e um glossário semântico em que se indaguem as significações do vocabulário geral e privativo do autor.

Por último, **induzir-se-á** do capítulo assinalado, em ponto correlativo do programa, a **teoria gramatical** que deve completar o estudo monográfico proposto.

Elaborado pela
Prof.ª Dalva da Rosa Dupuy
Técnico em Educação do C.P.O.E.

BIBLIOGRAFIA DE LITERATURA E LÍNGUA PORTUGUÊSA

COLEÇÃO NOSSOS CLÁSSICOS:

1. FERNANDO PESSOA, por Adolfo Casais Monteiro
2. OLAVO BILAC, por Alceu Amoroso Lima
3. TAVARES BASTOS, por Raul Lima
4. CRUZ E SOUZA, por Tasso da Silveira
5. SIMÕES LOPES NETTO, por Moisés Vellinho
6. ANTERO DE QUENTAL, por Adolfo Casais Monteiro
7. ALVARES DE AZEVEDO, por Maria José da Trindade Negrão
8. RAUL POMPÉIA, por Temístocles Linhares
9. EÇA DE QUEIRÓS, por João Gaspar Simões
10. CAMILO, por Paulo de Castro
11. VIÉIRA, por Eugênio Gomes
12. FAGUNDES VARELA, por Edgard Cavalheiro
13. SANTA RITA DURÃO, por Hernâni Cidade
14. CAMÕES, por Aires da Mata Machado Filho
15. COELHO NETO, por Octavio de Faria
16. CALDAS BARBOSA, por Luis da Câmara Cascudo
17. CESÁRIO VERDE, por Martinho Nobre de Melo
18. GONÇALVES DIAS, por Manuel Bandeira
19. ALPHONSUS DE GUIMARAENS, por Gladstone Chaves de Melo
20. RAIMUNDO CORREIA, por Ledo Ivo
21. JOSÉ VERÍSSIMO, por Olívia Montenegro
22. MÁRIO DE SÁ CARNEIRO, por Cleonice Berardinelli
23. CASIMIRO DE ABREU, por Sousa da Silveira

— Livraria AGIR Editôra —
Rio de Janeiro

BIBLIOGRAFIA PARA O ESTUDO DO PORTUGUÊS

1. NASCENTE, Antenor — "O Idioma Nacional na Escola Secundária" — Melhoramentos — S. Paulo, 1935.
2. VEIGA, Albino de Ben — "Ensino e Estudo da Língua Portuguêsa" — Faculdade de Filosofia do U.R.G.S.
3. EL-JAICK, Jamil — "Didática Especial de Português" — CADES — RIO.
4. FILHO, Leodegário A. — "Didática Especial de Português" — Conquista — Rio.

5. CARNEIRO, Orlando L. — "Metodologia da Linguagem" — Agir. Rio, 1955.
6. LACERDA, Virginia C. de — "Das Unidades Didáticas à Unidade de Vida".
7. GRISI, Rafael — Didática Mínima — Editôra do Brasil — S. Paulo, 1956.
8. SALOTTI, Martha A. e GARCIA, Carolina Tobar — "Enseñanza de la Lengua", — Kapelusz — Buenos Aires.
9. SAEZ, Antônia — Las Artes del Lenguaje en la Escuela Elemental" — Kapelusz, Buenos Aires. 1949.
10. CASTRO, Américo — "Lengua, Enseñanza y Literatura" — Madrid — 1924.
11. ALI, M. Said — "Dificuldades da Língua Portuguêsa" — L. Acadêmica — Rio, 1957.
12. ALI, M. Said — Gramática Secundária da Língua Portuguêsa" — Melhoramentos — S. Paulo.
13. ALI, M. Said — "Meios de Expressão e Alterações Semânticas" — Simões. Rio, 1951.
14. COUTINHO, Ismael de Lima — "Gramática Histórica" — 1958.
15. MELLO, Gladstone Chaves de — "Iniciação à Filologia Portuguêsa" — L. Acadêmica — Rio — 1957.
16. GALICHET, Georges — Methodologie Grammaticale — Paris — 1953.
17. GALICHET, Georges — Essai de Grammaire Psycologique — Paris — 1953.
18. VOSSLER, Karl — Filosofia del Lenguaje — Losada — Buenos Aires — 1957.
19. GASTAGNINO, Raul — El Analisis Literário — Editorial Nova — Buenos Aires — 1953.
20. BOUSOÑO, Carlos — Teoria de la Expresion Poética — Editorial Gredos — Madrid — 1952.
21. WELLEK, René y WARREN, Austin — Teoria Literária — Editorial Gredos — Madrid — 1953.
22. LIMA, Rocha — Gramática Normativa da Língua Portuguêsa — Rio — 1958.
23. ELIAS, Silvio — O Ensino do Latim, Doutrina e Método — Agir — 1957.
24. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA — Como Ensinar Português no Curso Ginasial — CADES.
25. Escola Secundária — CADES.
26. Jornal de Filosofia — S. Paulo
27. Revista Brasileira de Filologia — L. Acadêmica — Rio

Elaborado pela

Prof.ª Dalva da Rosa Dupuy
Resp. pela Orientação do Ensino de Língua Portuguêsa e Literatura

---

DADOS BIOGRÁFICOS DE JORGE DE LIMA

1895 — 23 de abril: Nasce em União dos Palmares, Estado de Alagoas, Jorge Matheos de Lima.
1903 — Ingressa no Instituto Alagoano, de Goulart de Andrade, em Maceió, onde vai fazer os seus estudos de admissão.

1904 — Entra no "Colégio Diocesano", recém-fundado pelos Irmãos Maristas, em Maceió, onde concluirá os seus "preparatórios" aos quinze anos de idade.

1911 — Vai à cidade do Salvador, na Bahia, em cuja Faculdade de Medicina ingressa, travando conhecimento então com Jackson de Figueiredo.

1914 — Transfere-se para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde se forma aos vinte anos, defendendo tese de higiene urbanística.

1922 — Volta a Maceió, onde é recebido como "o príncipe dos poetas alagoanos", pela publicação dos seus **XIV Alexandrinos**, na capital da República, o seu livro de estréia.

1923 — Faz concurso para a cadeira de História Natural da Escola Normal de Alagoas, onde passa a lecionar, passando em breve a dirigi-la.

1924 — Assume a direção do Liceu Alagoano e logo a seguir da Saúde Pública do Estado de Alagoas, aplicando em sua província natal os processos de higienização urbanística de Miguel Couto na Capital Federal.

1926 — É eleito deputado estadual na legenda do Partido Republicano alagoano.

1927 — Defende tese sôbre o "Romance de Marcel Proust", no concurso de catedrático de Literatura da Escola Normal de Alagoas.

1930 — Exilado político, vem fixar residência no Rio de Janeiro, abrindo consultório médico na Cinelândia.

1934 — Consegue com a sua novela **O Anjo** o "Prêmio Graça Aranha".

1940 — Ganha o "Grande Prêmio da Academia Brasileira de Letras", com o seu livro de poemas **A Túnica Inconsútil.**

1946 — Com a volta do país à legalidade, é eleito vereador, na legenda da União Democrática Nacional, pelo Distrito Federal.

1948 — É eleito presidente da Câmara de Vereadores.

1949 — Abandona a política, após uma tentativa de reeleição à Câmara Municipal, dedicando-se melhor à clínica médica e assumindo a cátedra de literatura da Universidade do Brasil e da Universidade Católica.

1952 — Recebe em São Paulo, onde vai realizar conferência, a convite do "Clube de Poesia", consagradora manifestação de escritores de tôdas as correntes e escolas.

1953 — É igualmente homenageado em Recife, pela intelectualidade local, e em Maceió, aonde vai após 23 anos de exílio político.

1953 — **15 de novembro: Morre Jorge de Lima, em** sua residência à Avenida Atlântica, Pôsto 6, deixando mulher, dois filhos e três netos. Tinha então 58 anos de idade.

SITUAÇÃO HISTÓRICA

Ao nascer Jorge de Lima, no último lustro do século XIX, passava o Brasil pela maior transformação econômica, social e política de sua história. Ao sistema de economia rural escravagista sucedera o de produção e trabalho livre assalariado. A pequena propriedade agrária, típica da economia nordestina, desde a época do descobrimento, cedia lugar aos poucos às primeiras tentativas de industrialização do engenho central, agrupando inicialmente três ou quatro propriedades rurais, até constituir o empório agro-industrial da usina de açúcar nordestina.

Quando nasceu o poeta alagoano da Negra Fulô, já fôra abolida a Escravidão e proclamada a República. E êsses acontecimentos marcariam profundamente a obra poética e literária de Jorge de Lima, por isso mesmo, talvez, o mais nacional de todos os nossos poetas e o escritor ou ficcionista de mais acentuado cunho nacional.

Tendo vivido numa época acentuadamente de transição, em tôda a História do Brasil, foi êle, mais do que nenhum outro, o poeta e o escritor dessa transição para novos moldes, dessa passagem do estilo antigo: patriarcal, escravagista e monárquico, para o dos novos tempos republicanos, contemporâneo da primira revolução industrial no mundo e desejoso de modalidades também novas e inéditas de expressão e comunicação de espírito humano.

Os cinco primeiros anos de vida do poeta decorreram, entre as mais fortes reminiscências, profundamente poéticas e populares, de todos os grandes eventos pátrios. Apesar de duas grandes ocorrências emocionais terem-lhe custado à primeira infância — aí pelos cinco anos de idade — as suas duas primeiras e festivas vigílias de menino asmático, marcado por tantas outras noites mal dormidas; apesar de ver tôda engalanada a casa grande do engenho "Maravalha" de seu pai, e o sobradinho lusitano em que também residia sua família em União dos Palmares, — com fôlhas de canela atapetando o assoalho dos corredores e salas, para que o século XX encontrasse ali um chão de festa; apesar do impacto emocional que fôra em sua meninice a passagem do cometa de Halley, são os grandes acontecimentos nacionais que vão marcar muito mais profunda e perenemente a sua obra poética e seus romances, contos e mesmo crônicas e pequenos ensaios críticos.

Apesar da Abolição, ainda não cicatrizara de todo a grande chaga nacional de escravidão negra no Brasil. A pouco mais de uma légua do engenho de seu pai e a duas de sua casa em União, lá estava plantado no horizonte, como a impedir que o menino alagoano o tentasse devassar, a sonhar com o futuro, fixando-se no seu passado e povoando-lhe de lendas escravagistas a imaginação infantil — lá estava o espinhaço da Serra da Barriga, o grande marco geográfico de sua infância, impondo-se, sobranceiro, à paisagem ambiente e, mais tarde, de mil e um modos estilizado, através de tôda a sua obra literária.

Na Serra tinha sido implantada a República dos Palmares, o grande núcleo de rebelião e de resistência das hordas de escravos fugitivos das senzalas nordestinas e que tanta luta ofereceram às expedições guerreiras enviadas para exterminá-loas. Era todo um mundo de lendas e de feitos guerreiros celebrados pela tradição oral, de geração em geração, pelas "mães pretas" que os narravam a seus "filhos brancos". E tôdas essas histórias chegaram, sem dúvida, aos ouvidos do poeta, acalentando as suas vigílias solitárias de menino asmático.

Seu pai José Matheos de Lima, negociante pernambucano, estabelecido com armazém de gêneros e armarinho de roupas e calçados, casara-se com Dona Delmira Simões Lima, sua prima e filha do proprietário rural Simões Lima, senhor do engenho "Maravalha", a pouco mais de uma légua de União dos Palmares. Tanto o avô materno como o pai do poeta eram abolicionistas muito antes da Abolição, recusando-se a usar o braço escravo em suas propriedades e domínios.

Assim, se Castro Alves foi "o poeta da Abolição dos escravos", Jorge de Lima seria o de sua Recuperação, de tal forma o mundo da escravatura negra impressionara a infância e a juventude do primeiro e o mundo do negro recém-redimido marcara a meninice do poeta alagoano.

Dois outros fatos, do maior relêvo na história nordestina dos primeiros decênios republicanos, foram o fanatismo religioso e o cangaceirismo, o primeiro mais acentuadamente sertanista e o segundo da Zona da Mata, mas com seus refúgios seguros no fanatismo e no patriarcalismo sertanejos. Ambos tiveram grande e marcada repercussão na obra literária e poética de Jorge de Lima.

A própria vocação e profissão médica de Jorge de Lima foi determinada pelo mundo e ambiente de desajustamentos sociais e humanos de sua meninice. Hesitara até o último ano preparatório, entre o sacerdócio, a vida monástica franciscana e a medicina, em cujo exercício sempre viu e veria até a morte um autêntico sacerdócio; essa preocupação com a saúde física de seu povo, para lhe assegurar melhor saúde espiritual, triunfou nêle, com o sacerdócio do corpo para a cura do espírito.

CRÍTICA

A obra poética de Jorge de Lima participa de tôda a história da literatura brasileira. Nenhum outro escritor brasileiro soube tão bem captar as mil e uma versatilidades de sua gente em evolução. Todos os grandes acontecimentos sociais, políticos, econômicos, religiosos ou meramente artísticos e culturais do tempo deixaram sua marca para sempre indelével na obra literária de Jorge de Lima. E isto se pode afirmar principalmente daqueles acontecimentos que mais impressionaram sua infância e nela armazenaram sua contribuição impoderável no subconsciente de poesia.

Na verdade, tôda grande experiência de poesia, por mais versátil e polimorfa, terá sempre sua palavra-chave. E, tanto na obra poética de Jorge de Lima, como em tôda a sua criação literária, a palavra-chave que nos permite desvendar o segrêdo e o elo misterioso de sua cadeia criadora é: Infância. Em tôda a sua obra, manifesta Jorge de Lima o seu misterioso e inesgotável mundo de criança. Poeta cristão e católico e, portanto, de uma versatilidade tão ecumênica quanto a do próprio catolicismo, sua conversão, se é que assim se pode chamar o rompimento com as veleidade sateísticas e darwinianas da juventude, como estudante de Medicina na Bahia, a própria volta do poeta a Cristo e ao Evangelho nada mais foi que seu reencontro com a criança que tinha sido na "aurora pura da vida".

Mesmo nas melhores composições ginasianas do poeta, há elementos imponderáveis da meninice.

É, porém, a partir do poema "O Mundo do Menino Impossível" que surge o verdadeiro poeta Jorge de Lima, com aquela sua contribuição muito pessoal ou original e, ao mesmo tempo, tão expressiva da versatilidade de nossa gente e de nossa literatura de transição, da metade da segunda década dêste século para cá.

Quem o converteu ao modernismo e ao catolicismo foi o seu próprio "Mundo de Menino Impossível". Desde êsse encontro, jamais de todo explorado, entre o poeta de 1927 e o menino de 1900 e pouco, nunca mais os motivos poéticos da infância abandonarão a sua poesia e prosa.

Se insistimos na temática da infância, como fator preponderante e verdadeiramente obsessivo, em sua obra poética, é porque tôdas as demais temáticas são, relativamente a esta, subsidiárias e serão sempre as mãos de uma criança que nos levarão a conhecer todos os tesouros escondidos em seu reino de poesia.

Tal menino conduziu primeiramente o poeta à dupla descoberta — da Terra e do Homem — que lembra as de Renascença. Na poesia brasileira — em razão de sua contemporaneidade ou da participação que teve e só então nos grandes movimentos e escolas poéticas da Europa e do mundo aquela dupla e concomitante descoberta foi realizada pelo modernismo. Apenas entre nós essa Renascença ter-se-ia antecipado com o descobrimento geográfico da Terra, na primeira década modernista, seguindo-se o descobrimento do Homem, na segunda década, de 1930 para cá. Essa observação cresce de importância, se considerarmos que a poesia brasileira e, em grande parte, a ficção não tiveram nem romantismo, nem simbolismo, segundo as características de movimentos e de escolas e, com mais razão, segundo as inestimáveis contribuições estéticas e psicológicas que marcaram indelèvelmente as grandes literaturas do Velho Mundo. O modernismo brasileiro significou uma espécie de "nova abertura dos portos", ao importar para as nossas letras a mensagem psicológica profunda e o significado estético inestimável, ao mesmo tempo, do romantismo e do simbolismo europeus. Até então possuíamos uma espécie de romantismo e simbolismo semicoloniais. E tanto o romantismo como o simbolismo europeus haviam retomado as coordenadas e ampliado a cartografia da aventura a um tempo geográfica e humana da renascença, aprofundando o primeiro a expedição geográfica e o segundo, a viagem interior ao mundo do primeiro homem e de seu autoconhecimento.

A primeira etapa renascentista do modernismo brasileiro, em sua euforia de vivencialização geográfica, arrastou seus poetas mais característicos, desde Manuel Bandeira e Carlos Drummond de Andrade, para a redescoberta da geografia física de cada província natal. Em tal fase quase todos os grandes poetas modernos evocaram algo de sua infância. Em Jorge de Lima os motivos poéticos provincianos estiveram presentes em sua poesia desde os primeiros versos. Além disso, Jorge de Lima é o único poeta brasileiro de todos os tempos a celebrar a província religiosa e católica de sua meninice. Foi nesse fundo que êle situou tôda a poética regionalista da casa-grande e da senzala, do sobrado e do mocambo, muito antes de Gilberto Freire iniciar a sua sociologia da civilização e da cultura nordestina açucareira.

E não se limita Jorge de Lima à simples poetização de aspectos folclóricos relevantes na paisagem rural do Nordeste brasileiro; assinala de preferência os elementos poéticos típicos da religiosidade católica e popular nordestina, em tôrno do binômio catolicismo-infância, desenvolvendo-se a sua obra de poesia e prosa na mais coerente e rica das estilizações temáticas de tôda a nossa literatura.

Tal poetização e desenvolvimento temático aparece, porém, de maneira mais manifesta, na obra poética da primeira fase do modernismo brasileiro, encerrada apenas com os últimos poemas incluídos no livro Poemas Escolhidos, de 1932. Inicia-se então a sua fase renascentista do "descobrimento modernista do Homem. E reencontra no subproletariado nordestino dos "mocambos", das "favelas" do "mangue", os antigos semblantes sofredores dos negros recém-libertos de sua meninice.

O clamor do poeta pela justiça social vinha da religiosidade cristã de sua infância. Igual procedimento teve o poeta com relação aos elementos afro-brasileiros de nossa geografia humana.

Finalmente, Jorge de Lima foi o eco mais fiel e consciente — na poesia brasileira e talvez na mundial — de inspiração católica; do admirável renascimento do catolicismo, caracterizado pela tríplice renascença: litúrgica, bíblica e de ação social católica e iniciado na ter-

ceira década dêste século. São dessa fase: "Tempo e Eternidade" e "A Túnica Inconsútil".

A sua fase modernista de poesia da "descoberta do Homem", juntamente com a de Murilo Mendes, revestiu-se de características originais: a participação de nossa poesia num movimento religioso universal, sendo a primeira grande tentativa poética de projetar o Homem no plano eterno.

COLETANEA DE POEMAS DE JORGE DE LIMA

O MUNDO DO MENINO IMPOSSíVEL

Fim da tarde, boquinha da noite
com as primeiras estrêlas
e os derradeiros sinos.

Entre as estrêlas e lá detrás da igreja,
surge a lua cheia
para chorar com os poetas.
E vão dormir as duas coisas novas dêsse mundo:
o sol e os meninos.

Mas ainda vela
o menino impossível
aí do lado
enquanto tôdas as crianças mansas
dormem
acalentadas
por Mãe-negra noite.
O menino impossível que destruiu
os brinquedos perfeitos
que os vovós lhe deram:
o urso de Nurenberg,

o velho barbado jugoslavo,
as poupées de Paris aux
cheveux crêpes,
o carrinho português
feito de fôlha de Flandres,
a caixa de música checoeslovaca,
o polichinelo italiano
made in England,
o trem de ferro de U.S.A.
e o macaco brasileiro
de Buenos Aires
moviendo la cola y la cabeza.

O menino impossível
que destruiu até
os soldados de chumbo de Moscou
e furou os olhos de um Papai Noel,
brinca com sabugos de milho,
caixas vazias,
tacos de pau,
pedrinhas brancas do rio...

"Faz de conta que os sabugos
são bois..."
"Faz de conta..."
"Faz de conta..."
E os sabugos de milho
mugem como bois de verdade...

E os tacos que deveriam ser
soldadinhos de chumbo são
cangaceiros de chapéus de couro...
E as pedrinhas balem!
Coitadinhas das ovelhas mansas
longe das mães
prêsas nos currais de papelão!

É a boquinha da noite
no mundo que o menino impossível
povoou sòzinho!

A mamãe cochila.
O papai cabeceia.
O relógio badala.

E vem descendo
uma noite encantada
da lâmpada que expira
lentamente
na parede da sala...

O menino poisa a testa
e sonha dentro da noite quieta
da lâmpada apagada
com o mundo maravilhoso
que êle tirou do nada...

Chô! Chô! Pavão!
Sai de cima do telhado
Deixa o menino dormir
Seu soninho sossegado!

(Extraído de "Poemas")

CANTIGAS

As cantigas lavam a roupa das lavadeiras,
As cantigas são tão bonitas, que as lavadeiras
ficam tão tristes, tão pensativas!

As cantigas tangem os bois dos boiadeiros! —
Os bois são morosos, a carga é tão grande!
O caminho é tão comprido que não tem fim.
As cantigas são leves...
E as cantigas levam os bois, batem a roupa
das lavadeiras.

As almas negras pesam tanto, são
tão sujas como a roupa, tão pesadas
como os bois...
As cantigas são tão boas...
Lavam as almas dos pecadores!
Levam as almas dos pecadores!

(Extraído de "Novos Poemas")

ESSA NEGRA FULÔ

Ora, se deu que chegou
(isso já faz muito tempo)
no banguê dum meu avó
uma negra bonitinha
chamada negra Fulô.
Essa negra Fulô!
Essa negra Fulô!

Ó Fulô! Ó Fulô!
(Era a fala de Sinhá)
— Vai forrar minha cama
pentear os meus cabelos
vem ajudar a tirar
a minha roupa, Fulô!
Essa negra Fulô!

Essa negrinha Fulô!
ficou logo pra mucama
pra vigiar a Sinhá
pra engomar pro Sinhô!
Essa negra Fulô!
Essa negra Fulô!

Ó Fulô! Ó Fulô!
(Era a fala de Sinhá)
vem me ajudar, ó Fulô,
vem abanar o meu corpo
que eu estou suada, Fulô!
vem coçar minha coceira,
vem me catar cafuné,
vem balançar minha rêde,
vem me contar uma história,
que eu estou com sono, Fulô!
Essa negra Fulô!

"Era um dia uma princesa
que vivia num castelo
que possuía um vestido
com os peixinhos do mar.
Entrou na perna de um pato
saiu na perna de um pinto
o Rei-Sinhô me mandou
que vos contasse mais cinco."
Essa negra Fulô!
Essa negra Fulô!

Ó Fulô? Ó Fulô?
Vai botar para dormir
êsses meninos, Fulô!
"Minha mãe me penteou
minha madrasta me enterrou
pelos figos da figueira
que o Sabiá beliscou."
Essa negra Fulô!
Essa negra Fulô!
Fulô? Fulô?
(Era a fala de Sinha
chamando a negra Fulô.)
Cadê meu frasco de cheiro
que teu Sinhô me mandou?
— Ah! Foi você que roubou!
Ah! Foi você que roubou!
.....
.....
.....
Essa negra Fulô!
Essa negra Fulô!
Ó Fulô? Ó Fulô?
Cadê meu lenço de rendas,
cadê meu cinto, meu broche,
cadê meu têrço de ouro
que teu Sinhô me mandou?
Ah! foi você que roubou.
Ah! foi você que roubou.
Essa negra Fulô!
Essa negra Fulô!
.....
.....
.....
.....
Essa negra Fulô!

INVERNO

Zefa, chegou o inverno!
Formigas de asas e tanajuras!
Chegou o inverno!
Lama e mais lama,
chuva e mais chuva, Zefa!
Vai nascer tudo, Zefa!
Vai haver verde,
verde do bom,
verde nos galhos,
verde na terra,
verde em ti, Zefa,
que eu quero bem!
Formigas de asas e tanajuras!
O rio cheio,
barrigas cheias,
.....

águas nas locas,
pitus gostosos,
carás, cabojes,
e chuva e mais chuva!
Vai nascer tudo:
milho, feijão,
até de novo
teu coração, Zefa!
Formigas de asas e tanajuras!
Chegou o inverno!
Chuva e mais chuva!
Vai casar tudo,
moça e viúva!
Chegou o inverno!
Covas bem fundas
para enterrar cana;
cana — caiana e flor de Cuba!

Terra tão mole
que as enxadas
nela se afundam
com ôlho e tudo!
Leite e mais leite
pra requeijões!
Cargas de imbu!
Em junho o milho,
milho e canjica
pra São João!
E tudo isto, Zefa...
É mais gostoso
que isso tudo:
noites de frio,
lá fora o escuro,
lá fora a chuva,
trovão, corisco,
terras caídas,
corgos gemendo,
os caburés gemendo,
os caburés piando, Zefa!
os cururus cantando, Zefa!
Dentro da nossa
casa de palha:
carne de sol
chia nas brasas,
farinha d'água,
café, cigarro,
cachaça, Zefa...
... rêde gemendo...

Tempo gostoso!
Vai nascer tudo!
Lá fora chuva,
chuva e mais chuva,
trovão, corisco,
terras caídas

e vento e chuva,
chuva e mais chuva!
Mas tudo isso, Zefa,
vamos dizer
só com os poderes
de Jesus Cristo!

(Extraídos de "Novos Poemas")

. . . . . .

Extraído de — JORGE DE LIMA — Poesia — Luís Santa Cruz — Coleção "Nossos Clássicos" — Livraria Agir Editôra — Rio

Organizado pela

Prof.ª Dalva da Rosa Dupuy
Resp. pela Orientação do Ensino de Língua Portuguêsa e Literatura

---

Pôrto Alegre, 2 de junho de 1959.

Senhor Diretor

O trabalho em grupo é um processo de ensino que cada vez mais vem recebendo a aceitação dos professôres pelo seu grande valor no desenvolvimento da ação educativa da escola, bem como no atendimento aos alunos em suas diferenças individuais.

Visando colaborar com nossos professôres, estamos, paralelamente com a análise e apreciação de suas vantagens, fazendo difusão de alguns pontos específicos relacionados a essa técnica de trabalhos apresentados pelo PABAEE — Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar dos institutos de educação e oferecendo sugestões para sua realização em nossas escolas, de acôrdo com os conteúdos programáticos vigentes.

Atenciosas saudações

Sarah Azambuja Rolla
Diretora do C.P.O.E.

Comunicado N.º 13

TRABALHO EM GRUPO

CONCEITO: Trabalhar juntos e cooperativamente na solução de um problema.

VANTAGENS: Está fundado sôbre os mecanismos essenciais da psicologia infantil.

Auxilia a formação da personalidade no duplo sentimento de uma tomada de consciência do eu e de um esfôrço para situar êsse eu no conjunto das demais perspectivas.

Considera amplamente as capacidades dos alunos e permite um auxílio mais efetivo aos mesmos de acôrdo com suas necessidades.

Permite a realização de uma aprendizagem eficiente.

OBJETIVOS:

Geral: Dar um melhor atendimento às diferenças individuais reveladas pelos alunos em classe, grupando-os segundo o grau de semelhança das mesmas.

Específicos:

a) Sociais:

1. Desenvolver virtudes sociais necessárias à vida.
2. Habituar ao esfôrço comum, como necessário ao bem de todos.
3. Fomentar a prática da solidariedade e da interajuda.
4. Favorecer o respeito à personalidade alheia.
5. Desenvolver o senso de responsabilidade individual e o espírito de liderança.
6. Favorecer a prática de educação democrática.

b) Intelectuais

2. Tornar a aquisição de conhecimentos mais agradável, profunda, rica, exata, duradoura e prática.
2. Permitir trabalhar de acôrdo com interêsses, gôsto, aptidões e possibilidades, para despertar o desejo de aprender.
3. Tornar a aprendizagem mais viva, alentando o trabalho criador e permitindo a ação espontânea.
4. Exercitar o espírito de observação, a capacidade de crítica e a de expressão.
5. Permitir o atendimento simultâneo de tipos diversos de alunos: fortes, médios, fracos.

c) Morais

1. Oportunizar a prática de hábitos de obediência.
2. Fortalecer a disciplina.
3. Cultivar o respeito aos outros e o domínio de si mesmo.
4. Desenvolver o respeito à opinião própria e o sentido da responsabilidade pessoal.

TÉCNICA DO TRABALHO

A. Pontos a considerar

1. Atitude democrática
2. Interação
3. Estrutura do grupo.
4. Organização dos objetivos específicos.
5. Plano de ação para usar o pensamento crítico.

B. Desenvolvimento

Planejamento

1. Discussão
2. Constituição dos grupos
3. Ação do grupo
4. Avaliação.

ATITUDE DEMOCRÁTICA:

O professor deverá saber sentir que o trabalho em grupo é uma parte integral do processo democrático da vida.

Sua personalidade influirá, preponderantemente, na maneira de trabalhar dos alunos. Deverá saber liderar, para ensinar seus alunos a fazê-lo.

INTERAÇÃO:

Para se conseguir a desejada interação far-se-á necessário:

Considerar:

— os membros, sem olhar diferenças de côr, condições econômicas, religião;
— equilíbrio de talentos, habilidades, necessidades;
— interêsses e necessidades em comum;
— afinidades afetivas de grupo;
— tendências;
— níveis de maturidade mental;
— experiências e idade.

Valorizar:

— o ajustamento da criança ao grupo;
— sua participação ativa no trabalho;
— a oportunidade de expansão, comunicação e esclarecimento de idéias.

ESTRUTURA EM GRUPO:

Líder
Secretário
Membros.

Líder será aquêle que, por suas qualidades, será escolhido para dirigir o grupo de trabalho. Esta liderança não deverá ser absoluta, atentando o professor para que seja dada oportunidade a todos os membros, visando o aperfeiçoamento de qualidades inatas.

Secretário ou relator será o encarregado de apresentar as conclusões finais, ou o resultado do trabalho realizado pelo grupo.

Membros serão os demais componentes da equipe, os quais serão estimulados a oferecer uma participação afetiva e eficiente.

ORGANIZAÇÃO DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO TRABALHO:

Os objetivos específicos:
— devem ser claramente estabelecidos na ocasião do planejamento do trabalho;
— devem ser desenvolvidos em cooperação e não impostos;
— devem ser suscetíveis de modificação, quando isso fôr necessário;
— devem servir para indicar níveis de pensamento e estabelecer pontos de partida para o trabalho.

DESENVOLVIMENTO

PLANEJAMENTO:

O planejamento é essencial para o bom desenvolvimento de um trabalho, devendo ser a resultante de um pensamento crítico e reflexivo.

Suas fases são:

1. **Discussão:** terá como finalidade básica estabelecer a troca de idéias e opiniões, de modo inteligente e objetivo; será orientada, sempre que necessário, pelo professor a fim de que não se desvie de seu fim primordial.

Envolve:
— a definição do problema;
— esclarecimento de propósito e definição de objetivos;
— seleção de meios para atingir os fins propostos;
— delegação de responsabilidades individuais e de grupo.

2. **Constituição dos grupos:** Na constituição dos grupos há a considerar:
— **a formação de componentes** — variável segundo a idade, interêsses e adiantamento dos alunos. (3 a 6);
— **a duração** do grupo: **permanente** (menos aconselhável) ou **variável**, conforme o tipo de atividade.
— **a distribuição do trabalho;**
— **a determinação do local de trabalho;**
— **a seleção de material;**
— **o período de trabalho necessário;**

3. **Ação dos grupos**

Fundamentos:

Para que a ação dos grupos se realize eficientemente será necessário que os alunos:
— conheçam o trabalho que deve ser feito;
— saibam usar adequadamente o material de trabalho e o tempo disponível;
— Compreendam o assunto em estudo o qual deve ser de seu interêsse e com uma possibilidade de aplicação prática;
— exercitem com responsabilidade as tarefas que lhes fôrem designadas;
— Pratiquem hábitos de cortezia e cooperação;
— sejam capazes de fazer a avaliação do trabalho realizado.

Atividades:

A atividade deve ser resultante da necessidade de encontrar a solução para o problema proposto.

Compreende várias fases:

— procura das fontes de informação;
— pesquisas bibliográficas;
— coleta de material necessário;
— exame e seleção de material;
— entrevistas ou excursões, visitas a museus, fábricas, etc.
— estudo em grupo dos aspectos significativos do problema (com ou sem assistência do professor);
— preparo dos resumos e do material ilustrativo;
— registro dos resultados atingidos;
— avaliação crítica do trabalho feito;
— apresentação dos resultados;
— novo planejamento.

4. **Avaliação:**

A avaliação é importante não apenas para o grupo que examinará o resultado de sua atividade, como também para o professor, que procederá a um balanceamento de pontos já vencidos e de outros que deverão constituir objeto de novos estudos.

Uma boa avaliação pressupõe o cômputo de:

— objetivos alcançados;
— atitude dos membros;
— clima de trabalho;
— informações obtidas;
— conhecimentos adquiridos;
— atitudes e hábitos formados;
— eficiência do planejamento;
— pontos que devem ser modificados ou melhorados;
— aquisição de bons métodos de trabalho;

OBSERVAÇÕES GERAIS

O sucesso do trabalho em grupo requer, além do conhecimento por parte do professor de sua técnica e de um adequado planejamento, a atenção a certas condições preliminares, a saber:

A. Serem os alunos prèviamente estimulados e encorajados a:

— pensar reflexivamente
— expor suas idéias
— fazer escolha das decisões
— procurar informações
— usar a biblioteca
— escolher e usar material didático
— cooperar no trabalho do professor
— trabalhar independentemente.

2. Ambiente físico da sala favorável à discussão, conversação à socialização dos alunos.
3. Disponibilidade de fontes de pesquisa.
4. Utilização inteligente de tôdas as oportunidades adequadas para despertar nos alunos o interêsse por êsse tipo de atividade, como seja:

— organizando excursões, visitas a museus, fábricas, etc.;
— criando situações problemáticas especiais;
— alertando para certos aspectos que carecem de maturação e estudo;
— inspirando-se nos acontecimentos diários da vida dos alunos;
— ressaltando o interêsse de determinado assunto;
— usando, de início, atividades concretas de acôrdo com o nível da classe;
— tornando os objetivos imediatos do trabalho, suficiente:

claros para despertar o interêsse;
atraentes para estimular esfôrço;
difíceis para criar o estímulo;
fáceis para estimular a coragem.

— adaptando os processos de trabalho ao nível dos alunos, isto é, para turmas fracas com grau de maturidade e nível mental menos elevado, usar fontes de motivação ricas e sugestivas e também prever, para coroamento do trabalho, a realização de atividades de caráter eminentemente prático e objetivo.

B. Cada professor deverá:

1. prever e preparar de antemão as atividades específicas para os grupos (temas de pesquisas, composição, problemas a resolver, questionários, exercícios diversos, etc.) adaptando-as às suas possibilidades e às deficiências que desejar corrigir.
2. assistir os alunos durante a realização dos trabalhos, quando solicitado, ou quando se fizer necessária sua intervenção;
3. verificar os trabalhos realizados pelos alunos, a fim de evitar do esmorecimento, entusiasmo do grupo e, também, para aquilatar seu aproveitamento;
4. orientar os alunos nos pontos mais difíceis;
5. chamar a atenção para os aspectos esquecidos ou desatendidos do trabalho em realização;
6. encorajar a auto-avaliação;
7. orientar a formação dos grupos, quando esta não se fizer espontâneamente;
9. ter a habilidade de sugerir tópicos de estudo fundamentados nas exigências dos conteúdos programáticos propostos às classes.

SUGESTÃO PARA A REALIZAÇÃO DE UMA UNIDADE DIDÁTICA

Unidade didática: **Meios de transporte**

Disciplinas estudadas: Linguagem, Matemática, Conhecimentos Gerais, Desenho e Artes Aplicadas.

Colhêr a oportunidade surgida em aula: pelo relato de um aluno; pela observação de uma gravura; por trecho lido, etc.; para despertar na classe o interêsse para realizar um estudo sôbre os "meios de transporte".

Bases do Trabalho

I — Discussão:

A) Definição de objetivos, variáveis de acôrdo com o nível da classe, a saber:

— conhecer a evolução dos meios de transporte;
— traçar um paralelo entre os antigos e os atuais meios de transporte;
— verificar sua influência no progresso e no desenvolvimento cultural e econômico dos povos;
— colecionar gravuras ilustrativas;
— confeccionar miniaturas alusivas do assunto;
— organizar frisos representativos;
— conhecer os meios de transporte da localidade;

B) Levantamento das possíveis fontes de informação:

— biblioteca da classe, da escola ou da cidade;
— idem a estações rodoviárias, ferroviárias, portos, aeroportos etc.
— contato com a professôra de artes aplicadas;
— idem com pessoas especializadas no assunto.

C) **Divisão do trabalho entre os grupos:**

1.º grupo: Transportes antigos terrestres: marcha, carruagem, diligências, etc.

2.º grupo: Transportes marítimos: barcas, veleiros.

3.º grupo: Transportes modernos: terrestres (trem, ônibus, automóveis, bondes, bicicletas)

4.º grupo: Transportes marítimos e aéreos (vapores, aviões, etc.)

5.º grupo: Os transportes e o progresso.

II — Atividades desenvolvidas em cada grupo

— Pesquisas bibliográficas
— Seleção de gravuras
— Organização de fichário
— Resposta a questionários prèviamente organizados pelo professor.
— Atividades de Linguagem relacionadas com o assunto em estudo: leitura de trechos selecionados, composições, frases, etc.
— Resolução de situações problemáticas ligadas a conteúdos matemáticos (datas, distâncias, escalas, sistema de medidas, valor monetário, tarifas, etc).
— Atividades relacionadas a conhecimentos gerais, por ex.: meios de transporte usados pelos descobridores; idem preferidos pelos bandeirantes; justificativas, Santos Dumont e seu genial invento.

Paralelo entre rapidez e eficiência dos vários tipos de transporte.

Influência no comércio e na agricultura; na indústria, nas comunicações e intercâmbio entre os povos.

As comunicações.

As rodovias e ferrovias: sua importância e localização no país.
— Cartografia.
— Atividades relacionadas a Desenho e Artes Aplicadas: aeromodelismo; modelagem, etc.

III — **Integração final do trabalho:**

Relatório das realizações
Apresentação aos outros grupos
Atividades de avaliação.

Pôrto Alegre, 16 de julho de 1959.

Ofício N.º 541

Senhor

Encaminhando o presente Comunicado, sôbre a leitura Suplementar nas aulas de Língua Estrangeira, temos a certeza de que o mesmo interessará de maneira especial aos professôres a quem se destina.
Solicitando, portanto, a V. Senhoria seja dado conhecimento dêste Comunicado ao corpo docente dêsse estabelecimento de ensino, valemo-nos do ensêjo para apresentar-lhes

Cordiais Saudações

Sarah Azambuja Rolla
Diretora do C.P.O.E.

Comunicado n.º 15

LÍNGUAS ESTRANGEIRAS NAS ESCOLAS DE NÍVEL MÉDIO

LEITURA SUPLEMENTAR

INTRODUÇÃO

A leitura suplementar, também denominada extensiva, visa dar aos alunos outras experiências que não as do livro de texto adotado para o ensino de língua estrangeira.

Ler para recreação é encontrar um livro que tenha o poder de recrear, de fazer rir, ou dar coragem ou esperança, alimentar a curiosidade e renovar o sentido do prazer. É pois nêste sentido que os professôres devem interpretar a leitura para os alunos — não leitura para passar o tempo, mas que contribua com fatos, distração ou beleza.

Êste tipo de leitura, no curso secundário, deverá começar com histórias simples e curtas, e apresentando um vocabulário à altura da experiência lingüística que o aluno tem do idioma estrangeiro.

É difícil encontrar nos lares, livros para adolescentes, em língua estrangeira. Esta é uma das razões pela qual nos parece que a Escola é quem deve assumir a responsabilidade de oferecer aos alunos variedade de livros que os levem a conhecer o modo de ser, os costumes e usos próprios da cultura estrangeira, bem como levá-los a apreciar a

leitura de um modo geral, mesmo quando já concluída esta fase escolar.

Os livros de história, jornais, revistas e outras publicações poderão ser trazidos à sala de aula, ou incluídos na biblioteca de classe, pois tornarão cada vez mais rico, mais interessante e mais flexível o estudo que os alunos estiverem realizando.

Não é fácil encontrar o tipo de livro que agrade os estudantes, especialmente nas salas de aula onde os alunos possuem diferentes experiências, interêsses e níveis de habilidade na leitura em língua estrangeira.

Devemos lembrar que, não importa quão idealistas sejam os professôres no que se refere à qualidade literária dos livros infantis; algumas vêzes, é uma pequena e simples historieta que, sùbitamente, descobre um mundo novo para o aluno e lhe dá entusiasmo para a leitura. Um livro clássico que aborreça o estudante ou que seja difícil de ler e compreender não é aconselhável, muito embora a crítica literária o considere em alto grau.

OBJETIVOS

MEDIATOS

1 — Fornecer ao aluno experiências novas em cada história que lê.
2 — Incentivar o gôsto pela leitura.
3 — Levar o aluno a aumentar seus interêsses e aspirações pessoais através da leitura.
4 — Dar oportunidade ao aluno de desenvolver o conhecimento funcional da estrutura do idioma que estuda.
5 — Desenvolver no aluno maior compreensão das formas e da sintaxe da língua estrangeira, levando-o a expressar suas idéias de modo mais claro e variado.
6 — Apresentar ao aluno situações em que êle possa desenvolver seus conhecimentos do idioma estrangeiro.
7 — Atender as diferenças individuais por meio de leitura escolhida e de acôrdo com a capacidade de compreensão na língua estrangeira.
8 — Levar o aluno a reconhecer a contribuição dos povos para a melhor compreensão internacional.

IMEDIATOS

1 — Proporcionar a introdução lógica e gradual de vocábulos novos, sua significação e uso.
2 — Levar o aluno a conhecer histórias adequadas ao seu adiantamento em língua estrangeira.
3 — Desenvolver no aluno a expressão criadora e a habilidade de resumir o que lê.
4 — Aumentar a curiosidade intelectual do aluno e levá-lo a apreciar a leitura em língua estrangeira.
5 — Auxiliar o aluno a melhorar sua pronúncia ao ler oralmente.
6 — Levar o aluno a ler expressivamente.
7 — Ampliar a capacidade de apreciação sôbre as idéias contidas em textos estrangeiros.
8 — Dar a oportunidade de organizar o pensamento, na expressão da língua estrangeira, com seqüência de idéias.

SELEÇÃO DO MATERIAL

A escolha do material de leitura suplementar é um trabalho digno de grande consideração.

É básico que, inicialmente, o material esteja assentado nas experiências do aluno e vinculado ao mundo em que êle vive, e indiretamente vise o idioma estrangeiro e o povo que o fala.

Aos poucos se irá dilatando êste horizonte e, quando o aluno dominar razoàvelmente a língua estrangeira, atingir-se-á a civilização e cultura estrangeira sem descurar o educando nem o aperfeiçoamento contínuo do idioma que o mesmo estuda.

Caberá ao profesor a escolha da leitura que mais se adapte à classe ou a cada aluno, pois nem todos êles têm as mesmas experiências anteriores e nem o mesmo conhecimento da língua estrangeira.

O assunto da leitura poderá ser o mesmo para tôda a classe, ou diferente para cada aluno, de acôrdo com o que o professor julgar mais adequado à aprendizagem efetiva.

De modo geral, podemos separar o material em duas categorias.

— **Material de informação ou didático** — quando serve para auxiliar o trabalho de classe, ou completar as observações dos alunos, etc. Nesse grupo estão os livros de texto, albuns diversos, revistas especializadas, etc.

— **Material de leitura** — quando serve para despertar o gôsto pela leitura e desenvolver a apreciação e cultivo da mesma. Temos assim os livros de histórias, romances, jornais, revistas, etc.

Nesta categoria a seleção do professor deve estar dirigida para dois aspectos:

— **Material que os alunos poderão ler sòzinhos,** por não apresentar dificuldades, mas está aquém do conhecimento do aluno na língua estrangeira.

— **Material que necessita do auxílio do professor** — quando houver necessidade de explicação sob o ponto de vista dos vocábulos, do conteúdo, etc.

Os livros de leitura recreativa ou de literatura devem ser agradáveis e interessantes, morais, sem preocupação ostensiva de pregar moral, de forma literária mais perfeita e mais bela possíveis, e de acôrdo com o adiantamento em língua estrangeira dos alunos a que se destinam.

A leitura apresentada deve ser acessível aos alunos e estar dentro de suas experiências comuns. Esta acessibilidade deve estar presente na linguagem, na forma, no assunto e ao pensamento.

Os assuntos devem ser: contos de fadas, contos históricos, histórias de animais e fábulas, histórias humoristas, enigmas fáceis, etc.

Para os alunos com menos tempo de contacto com a língua estrangeira, aconselhamos os livros de histórias que apresentam gravuras grandes e trechos de prosa pequenos, ou versos fáceis (quadrinhos, cantigas populares, etc.)

À medida que a classe vai tendo mais domínio da língua estrangeira ,os livros poderão apresentar gravuras menores e trechos de leitura um pouco mais estensos, até poderem os alunos chegar à fase de abstração na leitura da mesma.

Assim também o vocabulário usado deverá partir das palavras já conhecidas e ir introduzindo, progressivamente, novos têrmos, simples

e de acôrdo com as palavras novas que os alunos estiverem aprendendo na língua estrangeira.

Com as dificuldades dosadas progressivamente, o aluno irá aproximando sua leitura dos tipos de leitura para adultos.

Aconselhamos, também, o tipo de letra graúdo para as classes de principiantes, e gradativamente menor, até o normal, mais tarde.

A história, real ou fantasia, tem para o aluno uma duradoura lembrança. Por meio dela o adolescente desenvolve a melhor compreensão de si mesmo e dos outros: eis porque é importante que na ficção êle encontre conteúdo social, assim como um grande interêsse.

Cada aluno ,cada adolescente, tem suas preferências. O tema que trata de conhecimentos gerais é muito apreciado pelos que desejam, acima de tudo, fazer as coisas por si mesmos. As histórias que se referem à necessidade de segurança, afeto, são também muito bem aceitas pelos adolescentes. Também interessam as histórias de família em que, no parecer do aluno, o herói tem muito em comum com êle próprio. Quando a história é escrita de um modo compreensível, o interêsse pelas pessoas se espande e passa o aluno a incluir padrões de vida familiar inteiramente diferentes da de sua ou de seu país.

Existem autores que dão características humanas aos animais, dêste modo deliciando aos adolescentes e ensinando-lhes muitas coisas sôbre a vida dos mesmos.

Os alunos necessitam da influência estabilizadora do passado que poderá ser encontrada em biografias e ficção histórica. Um livro dêste tipo leva o aluno a viver com mais segurança, pois traz consigo argumentos convincentes sôbre a luta, o sofrimento e a sobrevivência. Existem ótimas biografias com vocabulário acessível que se adaptam ao nível de conhecimento das línguas estrangeiras em nossas escolas.

Existe um grande número de livros de ficção para quando os alunos estiverem começando a ler com crescente fluência. O professor deverá apresentar aos estudantes uma variedade de livros, com a esperança de que um dia, haverá UM LIVRO que alargue os horizontes do aluno, aumente sua introvisão e lhe dê o sentido do maravilhoso e da riqueza da vida.

Há livros escritos por especialistas nos diferentes campos, revisados quanto à acuidade, e bem ilustrados que são a resposta à grande curiosidade dos alunos. Êstes livros informativos ou de referência devem sempre fazer parte da Biblioteca Escolar.

Não devemos esquecer que os adolescentes necessitam leitura para satisfação indireta de suas necessidades mais íntimas, fantasias e ideações. A fantasia, velha ou nova, dará ao aluno também uma fuga da rotina diária, em que a vida apresenta tantos problemas para os adultos, mas dos quais êles têm conhecimento e participação.

TÉCNICA DE APLICAÇÃO

LEITURA INDIVIDUAL

Se a leitura é individual, o aconselhamento do melhor livro a cada aluno é propiciado pelo professor, pois êle, mais do que ninguém, poderá avaliar o grau de domínio que o aluno tem na língua estrangeira.

O professor poderá dar algumas referências sôbre a obra, visando auxiliar o aluno na compreensão do material que irá usar.

LEITURA GERAL

Quando é apresentado o mesmo material para tôda a classe:

1 — **Período Preparatório — ou Incentivo** — em que o professor fará referências sôbre o assunto a ser lido, sôbre o autor, etc. para despertar e manter a prontidão dos alunos.

2 — **Apresentação** — que poderá ser no quadro-negro ou em fôlhas mimeografadas. O professor lê a história ou conto em primeiro lugar, para fornecer o modêlo de leitura e dar aos alunos uma visão geral do assunto.

3 — **Desenvolvimento** — Nesta fase o professor deverá usar de vários meios para levar a classe a uma compreensão geral.

O professor **explica os vocábulos novos** por meio de sinônimos, ou antônimos, faz desenhos no quadro, apresenta gravuras, etc. ou conforme o caso, traduz certos trechos para melhor os alunos compreenderem.

Aconselhamos o **exercício coral de pronúncia** de todos os novos vocábulos apresentados e que foram difíceis.

Novamente **o professor lê tôda a história** e então espera-se que os alunos já não tenham dificuldades.

Conforme o conhecimento que a turma tem de língua estrangeira, o professor poderá fazer **leitura oral com os alunos** ou um aluno faz **leitura individual** de tôda a história ou parte dela.

O desenvolvimento depende essencialmente das necessidades de cada classe, e não nos é possível determinar o que mais se adapta nêste ou naquele caso. É o professor, em última análise, quem decide, na base dos elementos que êle vai colhendo, em seu contacto ativo com os alunos.

4 — **Atividades** — Daremos a seguir algumas atividades que poderão ser levadas a efeito:

Se o material é lido individualmente, o aluno poderá **contar o que leu, perante** os colegas de aula.

No caso do material ter sido dado a tôda a classe, poderá haver, além da apresentação de um ou mais alunos, uma **discussão e conclusões.**

Outra maneira é o professor fazer **perguntas relacionadas** com o material lido. É uma oportunidade que o professor tem de verificar o grau de compreensão dos alunos e se o assunto não apresentou dificuldades.

Para auxiliar o aluno a desenvolver seu vocabulário, poderão ser feitos exercícios sôbre o **significado de certas palavras,** sinônimos e antônimos, a formação que apresentam (com prefixo ou sufixo), etc. o que será de grande valor para o domínio gradativo da língua.

As **apreciações do material lido** poderão constituir um motivo para os **trabalhos escritos,** que serão, posteriormente, apresentados à classe.

COLETÂNEA DE HISTÓRIAS

Estamos enviando uma Coletânea que julgamos seja acessível aos alunos de escolas secundárias pela simplicidade de vocábulos que as histórias apresentam.

Êste material pretende vir em auxílio do professor pois sabemos a dificuldade que há no que se refere à obtenção de material de leitura em língua estrangeira para alunos.

A coletânea poderá ser utilizada na sala de aula, ou ser duplicada na Escola, com várias cópias que permitam aos alunos fazer a leitura individual em suas próprias casas, como uma atividade recreativa, empregando para isso alguns momentos do lazer diário.

Nêste trabalho, a ordem das histórias não está em seqüência de dificuldades em vocabulário, mas por ordem alfabética de título.

Foram escolhidas, propositadamente, histórias humorísticas por serem tão apreciadas por todos, inclusive pelos alunos de Escolas Secundárias, segundo o que já temos experienciado.

Acreditamos também que êste tipo de literatura desperte o interêsse dos alunos e os leve a desejar ler mais em língua estrangeira.

CONCLUSÕES

A Leitura Suplementar, de um modo geral, deve visar a atender aos alunos individualmente, melhorando os padrões de compreensão, de pronúncia (quando leitura oral), de maturidade, etc.

O professor deverá utilizar técnicas didáticas que façam uso das habilidades perceptuais (visual, auditiva, quinestética), para uma aprendizagem mais efetiva por parte dos alunos.

A escolha do material de leitura e as atividades a realizar devem ter sempre em vista o aluno em sua formação pessoal e no enriquecimento de suas experiências.

A leitura suplementar em língua estrangeira, bem dosada e orientada, é mais uma possibilidade que se apresenta ao aluno, não só com o objetivo instrumental para os anos de estudo que êle ainda terá, mas para sua vida atual e futura.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

1. INEP, **Linguagem na Escola Elementar.** Rio, Inep, 1955.
2. CHAGAS, R. Valnir C., **Didática Especial de Línguas Modernas** São Paulo, Nacional, 1957.
3. **English Three Years.** New York, Cambridge Book Co, 1954.
4. ARBUTHNOT, May Hill, **Recreational Activities** Childrood Education Magazine, april 1959.

Elaborado pela
Prof.ª Olga Creidy
Resp. pela Orientação do Ensino de Línguas Estrangeiras

DIRETRIZES

DEPARTAMENTO DE CULTURA PROFISSIONAL

DIVISÃO DA ADMINISTRAÇÃO DE CLASSES E ESCOLAS

1.º — DIRETRIZES BÁSICAS

Número de unidades exigidas pelo Dec. 6.071, de 10.5.55 — 2

SUGESTÕES PARA UNIDADES			OBSERVAÇÕES
Obrigatórias	**Eletivas**	**Facultativas**	
1) Administração de classes e escolas	1) Administração de escolas em zona rural	1) Problemas de administração de escolas	Com exceção da primeira unidade obrigatória, as outras servem apenas como sugestão.
2) Princípios de Adm. Escolar	2) Administração de escolas de zona urbana	2) Administração de Escolas Especiais	

2.º — PLANEJAMENTO DOS ESTUDOS

A Divisão de Administração de Classes e Escolas que integra o Departamento de Cultura Profissional, visa especìficamente à análise e estudo dos problemas relativos ao manèjo e direção de escolas. Essa Divisão compreende não só os estudos dos problemas de administração pròpriamente dita, conceitos, métodos, processos e normas de bem comandar, coordenar, controlar, preparar, organizar e dirigir as atividades docentes e discentes, como conhecer e estudar outros sistemas de escolas com suas peculiaridades e necessidades e dos meios adequados à sua boa administração. Ela tem um caráter técnico pedagógico e social, que objetiva dar às formandas uma compreensão mais ampla da significação social e moral da administração e do papel funcional que a escola tem no seio da comunidade.

Para atingir tal objetivo, devemos possibilitar às alunas conhecimentos básicos sôbre normas e fundamentos que estruturam a Ciência Administrativa em geral, com a finalidade de fazê-las sentir a necessidade que tem cada professor de conhecer os fundamentos dessa disciplina, para bem poder administrar sua futura classe ou escola.

O estudo estará dividido em duas partes: uma básica fundamental e outra de caráter prático.

3.º — DIRETRIZES PROGRAMÁTICAS
(Subsídios para um plano de Curso)

Administração de Classes e Escolas
ou
Princípios de Administração Escolar

1) **Fundamentação**

Para bem orientar o estudo nessa unidade, considerada básica, devemos dar às normalistas uma visão geral dos princípios que alicerçam a Ciência Administrativa, com a finalidade de prepará-las para a identificação, investigação, análise, discussão e solução dos problemas mais comuns que surgem no manêjo e direção de classes e escolas. A Administração Escolar dá conhecimentos necessários para a organização das classes e escolas, possibilitando às alunas uma boa base para comprender conceitos, métodos, processos, medidas e normas de bem comandar e dirigir o sistema escolar.

2) **Objetivos**

a) Dar às alunas uma visão conjunta dos problemas de ordem administrativa que interferem na organização de classes e escolas.
b) Proporcionar experiências tais que levem as formandas a situações de análise, discussão e conclusão de problemas administrativos mais comuns.
c) Interessá-las pelo trabalho organizado, pela melhoria do ensino, pelo contrôle do rendimento, pela eficiência e produtividade do mesmo.
d) Prepará-las para equacionar e enfrentar com eficiência problemas do campo administrativo (técnico e social);
e) Induzí-las a tomarem posição em face dos problemas que entravam o rendimento das classes e escolas, à luz da realidade e necessidade educacionais.
f) Levá-las a tomar consciência de suas responsabilidades, deveres, direitos e vantagens, de acôrdo com a legislação vigente.
g) Prepará-las para elaborar e executar um bom plano administrativo.

3) **Conteúdo Programático**

a) Conceito de Administração Escolar. Finalidades. Objetivos. Funções.
b) Princípios de uma administração democrática. Qualidades de um administrador.
c) Princípios de autoridade, disciplina, ordem, hierarquia, etc.
d) Conceito de Organização. Tipos.
e) A estruturação do ambiente escolar.
f) Planejamento administrativo. Objetivos que podem orientar um administrador.
g) A distribuição do tempo.

h) A freqüência escolar e seu contrôle.
i) A escrituração escolar.
j) A legislação escolar.
k) Normas que regulam a correspondência oficial.
l) Órgão da S.E.C. e suas funções.

Observações — Êstes tópicos representam, apenas, uma parte dos conteúdos que a Administração Escolar engloba. Deixamos a critério de cada colega a escolha dos mais significativos e sua posterior complementação.

a) **Administração de Escolas em zona rural e urbana**

Fundamentação

Pela configuração cultural da comunidade a que serve, a escola rural é diferente da urbana e, como decorrência, os problemas tomam peculiaridades próprias, que devem ser investigadas pelo professor da Cadeira.

Objetivos

A investigação ,a análise, a comparação e as características dos diversos aspectos dessas peculiaridades, são os objetivos visados por êstes estudos. Se a Escola Normal estiver situada em zona rural, serão estudados os problemas típicos de zona rural.

b) **Problemas de Administração de Escolas**

Fundamentação

Em uma escola surgem problemas de caráter puramente administrativo relacionados com os serviços de secretaria, gerência e direção. Esta unidade terá por finalidade estudá-los. Assim, assuntos como: organização do arquivo ativo e passivo da escola, fichários, uso e conservação do material e mobiliário, elaboração de gráficos de rendimento, movimento escolar, quadros demonstrativos de receita e despesa, avisos, contabilidade geral, organogramas, etc., bem como a distribuição do trabalho técnico e administrativo, a orientação correta e a fiscalização sistemática dos serviços gerais e especiais da escola, todos êstes assuntos, afora outros, são os objetivos desta Cadeira.

c) **Administração de Escolas Especiais**

Esta unidade estudará especìficamente os sistemas de trabalho em escolas especiais, experimentais, modelos, etc., ou os mais destacados sistemas de trabalho de escolas americanas ou européias.

4) **Técnica de Ensino**

Tomar como ponto de partida, para introdução dos assuntos básicos, os fatos da experiência docente, ou o estudo de um determinado problema que aflija a escola freqüentada pela aluna.

Através o levantamento de problemas ou o conhecimento das medidas adotadas na própria escola onde a normalista estuda, encontrará ela motivos e interêsses que a conduzam ao desejo de fundamentar-se sôbre o assunto. Na investigação de "que espécie de tarefas realiza uma professôra ou uma diretora" irá a mesma tomando conhecimento dos problemas que se apresentam em uma escola ou em uma classe, aprendendo, assim, a estudá-los em suas fontes, no seu desenvolvimento e causas.

As técnicas aconselhadas são aquelas que levem as alunas a conhecer os elementos positivos e negativos que estruturam uma organização escolar nos seus dois aspectos: estático e dinâmico.

A investigação, a pesquisa, as leituras individuais ou em grupo, o exame de bibliografia, relativo ao assunto, a **coleta de material** sôbre o mesmo (artigos de jornais, revistas, etc.) são técnicas aconselhadas para o desenvolvimento dêstes estudos.

As excursões são recomendadas com o objetivo de familiarizá-las com as técnicas de organização modelares, de ordem pública e privada (emprêsas e estabelecimentos), através de visitas prèviamente planejadas.

A organização do material coletado deve ser feita em **pastas** ou arquivos, de maneira que, ao concluir o curso, cada aluna possua um "dossier" individual ao qual recorrerá em busca de idéias, e informações e sugestões, sempre que necessitar. Êsse "dossier" constituir-se-á de conceitos, de problemas estudados com a descrição minuciosa de seu desenvolvimento, discussão e conclusões, modelos de gráficos, de organogramas, de modelos de escrituração escolar (fichas de matrícula, boletins de notas ,etc.), cópia de leis, Estatutos e Regulamentos, modelos de correspondência oficial, etc., etc.

A expressão oral, de parte das alunas, não pode ser esquecida. Deve ser feita para oportunizar relatos das pesquisas e investigações realizadas.

5) **Material Didático**

Material a ser usado para objetivação do ensino

a) Revistas especializadas
b) Livros didáticos selecionados pela Cadeira
c) Modelos de gráficos de rendimento, matrícula e freqüência
d) Modêlo de fichas usadas em serviço de secretaria
e) Coletânea de Leis e Regulamentos do ensino
f) Organograma de instituições modelares (ex. Órgãos da S. E. C.)
g) Modelos de planejamentos administrativos
h) Modelos de horários
i) Livros usados na escrituração da escola: Matrícula, Inventário, Chamada, Atas, Diário da Escola, Ponto, Fichário do Corpo Docente e demais funcionários, Visitas, Assentamento dos Exames, Notificações e Avisos, etc.
j) Boletins de Notas
k) Relatórios anuais
l) Fôlhas de pagamento, etc. etc.

6) **Possibilidades de Integração e Correlação**

Pela elaboração do planejamento de suas futuras atividades docentes, as alunas revelarão o grau de integração dos conhecimentos

aprendidos durante o curso. Na elaboração dêsse plano, terão ocasião de integrar a maioria das normas, princípios e experiências, objeto de seus estudos durante o curso.

As correlações com as disciplinas que integram o Departamento de Cultura Profissional, serão objeto de cuidadosa preocupação quando do planejamento das atividades dos estudantes. Indicaremos apenas alguns dos aspectos dos estudos da normalista passíveis de serem correlacionados com a Administração. Por exemplo: ao estudar a avaliação do rendimento escolar e da freqüência, as Cadeiras de Biologia, Psicologia, Estatística e Didática, podem correlacionar seus objetivos, focalizando o mesmo assunto. Para tanto é necessário uma conjugação de esforços por parte dos professôres das respectivas Cadeiras no sentido da realização de um plano de matérias integradas, onde os objetivos sejam mais ou menos comuns. Isto será possível mediante a reunião dos professôres, para discussão e elaboração de medidas adequadas. O assunto deve ser focalizado de todos os ângulos.

BIBLIOGRAFIA

BELLO, Ruy Ayres — Princípios e Normas de Administração Escolar

BURTON, William H. — The Guidance of Learning Activities

CAMPOS, Wagner Estelita — Chefia

CRISTEND, Jones Gryzzel — Sistemas de Unidades de Trabajo Escolar

FAYOL, Henry — Administração Industrial e Geral

HAGMAN, Harlan L. — Administration of Elementary Schools

LEÃO, Carneiro — Introdução à Administração Escolar

MENDONÇA JR., Luiz de — Curso de Organização Racional do Trabalho (tomo II)

MOITINHO, Álvaro — Ciência da Administração

NAVARRO, Maria Luiza — El Metodo de Trabajo por Equipe

REAVIS, William e JUDD, C. — The Teatcher and Educacional Administration

RUIZ, Santiago Hernandez — La Ciencia de la Educacion (tomo II)

UZANO, Ballesteros y — Organizacion de la Escuela Primaria

WEBER, Clarence A. Personnel Problems of Schools Administration.

Boletins e Comunicados do C.P.O.E.
Leis, Decretos e Portarias da S.E.C.

DIVISÃO DE DIREÇÃO DA APRENDIZAGEM

I — Diretrizes Básicas

SUGESTÕES (Série 2.ª, fevereiro de 1959)

OBRIGATÓRIAS	UNIDADES		INSTITUIÇÕES	OBS.
	ELETIVAS	FACULTATIVAS		
Problemas Gerais da aprendizagem	Direção da aprendizagem das crianças super-dotadas e o problema dos líderes.	Direção da aprendizagem em Escolas Isoaldas e reunidas	Clube de Didática	
Direção da aprendizagem da Linguagem	Direção da aprendizagem em classes não selecionadas.	Idem em Escolas de Zona Rural	Clube de Matemática	
Direção da aprendizagem da Matemática	Direção da Aprendizagem em classes de 1.º ano	Idem de Adolescentes e Adultos	Clube de Literatura Infantil	
Direção da aprendizagem dos Estudos Sociais	Direção de Aprendizagem em classes de recuperação	Literatura Infantil	Clube de Ciências Naturais	
Direção da Aprendizagem dos Estudos Naturais	Direção da Aprendizagem da leitura, da escrita e da matemática e as crianças de aprendizagem lenta	A Técnica do Estudo Dirigido	Clube de Cultura Artística	
Direção da Aprendizagem das Artes	Direção da aprendizagem no curso préprimário	Auxílios Áudio-Visuais	Clube de Teatro Clube de Cultura Cívica	
Direção da Aprendizagem da Educação Física, Recreação e jogos			Clube de Consertos Domésticos Clube de Decoração do Lar	

II — PLANEJAMENTO: DÊSSES ESTUDOS

Sabemos que "todo empreendimento humano, seja de ordem material, seja de ordem espiritual, para ser bem sucedido, deve obedecer a um plano de ação". Sabemos, também, que o planejamento de uma atividade qualquer envolve uma série de fatôres relacionados com a pessoa que o elabora. Assim, dificilmente o plano traçado por um corresponde exatamente aos ideais de outrem. Não obstante, apresentamos, a título de sugestão, o quadro acima, cujas unidades poderão ser alteradas no interêsse dos objetivos da escola, dos educandos ou da localidade.

A — Problemas Gerais de Aprendizagem.

Através desta unidade a normalista entrará em contato com as técnicas e procedimentos didáticos, bem assim como os problemas decorrentes, o que lhe permitirá a base indispensável à direção da aprendizagem de todos os aspectos do conhecimento humano que fazem parte do currículo do curso primário.

1. Direção da Aprendizagem das Crianças Super Dotadas e o Problema dos Líderes:

O estudo desta unidade auxiliará o futuro professor não só a descobrir os verdadeiros valores, como também a orientá-los no sentido de um melhor aproveitamento dos líderes naturais, uma vez que cabe "à escola o principal encargo quanto à seleção dos líderes em potencial e à sua educação".

2. Direção da Aprendizagem em Classes não Selecionadas:

As classes não selecionadas, isto é, as classes formadas de alunos fortes, médios e fracos de um mesmo grau escolar, requerem um atendimento diferente do das classes homogêneas. Orientar a direção da aprendizagem nessas classes, é o que se propõe esta unidade.

3. Direção da Aprendizagem em Classes de 1.º Ano:

Geralmente, o 1.º ano de experiência escolar tem influência decisiva na vida da criança. Assim, torna-se indispensável que a professôra conheça as técnicas mais eficazes, a fim de garantir o êxito da aprendizagem. O estudo desta unidade possibilitará isso aos interessados.

4. Direção da Aprendizagem em classes de Recuperação:

Por imperativo da Reforma do ensino primário, há necessidade da organização de classes de recuperação nas escolas primárias do Estado. Esta unidade permitirá, ao interessado, o estudo dos processos de ensino-aprendizagem mais adequados à natureza dessas classes.

5. Direção da Aprendizagem em Escolas Isoladas e Reunidas.

6. Direção da Aprendizagem em Escolas de Zona Rural:

Essas escolas (5 e 6) apresentam características peculiares não só ao tipo a que pertencem, como à zona em que estão localizadas. Assim, os professôres que a elas se destinam necessitam de uma preparação específica, quer quanto aos problemas inerentes às mesmas, quer quanto aos processos de ensino-aprendizagem.

7. Direção da Aprendizagem de Adolescentes e Adultos.
Como um bom número de normalistas são chamadas a colaborar nos cursos supletivos, esta unidade dar-lhes-á uma orientação nesse sentido.

8. A Técnica do Estudo Dirigido:
Embora o assunto tenha sido abordado em "Problemas Gerais da Aprendizagem", esta unidade oportunizará à normalista um estudo mais demorado do mesmo.

9. Auxílios Áudio-Visuais:
Visa-se com esta unidade não só levar a normalista à compreensão da importância do material áudio-visual no processo ensino-aprendizagem, como também ao estudo das técnicas de usá-lo e confeccioná-lo.

B — DIREÇÃO DA APRENDIZAGEM DA LINGUAGEM:

Através desta unidade os normalistas deverão formar o seu lastro de experiências no sentido da direção da aprendizagem das artes da linguagem na escola primária.

1. Aprendizagem da Leitura, da Escrita e da Matemática e as Crianças de Aprendizagem Lenta:
Requerendo os alunos de aprendizagem lenta processos todos especiais e representando êles uma percentagem não pouco significativa, achamos conveniente oferecer aos estudantes a oportunidade de um estudo mais demorado nesse sentido.

2. Literatura Infantil:
O propósito desta unidade será oferecer aos estudantes elementos que os habilitem a proceder — no futuro — a uma escolha acertada da literatura para crianças em idade escolar.

C — DIREÇÃO DA APRENDIZAGEM NO CURSO PRÉ-PRIMÁRIO:

Embora a formação da jardineira se faça em cursos especializados esta unidade porá os alunos em contato com as técnicas de trabalho específicas dêste curso, de modo a permitir que, eventualmente, estejam em condições de assumir essas funções.

D — UNIDADES DE RECUPERAÇÃO

Para atender a deficiências que, por acaso, se evidenciarem nas alunas e que possam comprometer o seu aproveitamento, o orientador da unidade proporá à direção da escola unidades de recuperação.

E — INSTITUIÇÕES

Não sendo possível uma instituição específica de cada unidade, é possível, no entanto, uma instituição comum a diversas ou a tôdas as unidades desta divisão, como por ex., um Clube de Didática.

F — OBSERVAÇÕES

As demais unidades que aparecem no quadro à pág. 1 serão apresentadas, oportunamente.

III — DIRETRIZES PROGRAMÁTICAS

UNIDADE: PROBLEMAS GERAIS DE APRENDIZAGEM

A — JUSTIFICATIVA:

"A aprendizagem não é um simples processo, é antes um complexo de numerosas e variadas maneiras de proceder". E a direção da aprendizagem, por sua vez, não é um processo de rotina. É uma "genuina aventura intelectual", já que requer habilidade para adaptar, inventar, criar procedimentos que conduzam a uma boa situação de aprendizagem.

A vantagem da inclusão de Problemas Gerais de Aprendizagem no início dos estudos desta Divisão é permitir aos educandos a formação de uma base didática igual e comum indispensável à direção de todos os aspectos da aprendizagem. Assim, através desta unidade, serão proporcionados aos futuros professôres os recursos necessários no sentido de que sejam "verdadeiros guias de crianças e não meros ditadores de lições".

B — OBJETIVOS:

1. Propiciar aos educandos o conhecimento de técnicas e procedimentos adequados na direção da aprendizagem.
2. Fazer com que despertem para os problemas gerais dessa natureza.
3. Fazer com que transformem a sala de aula em uma real e efetiva situação de aprendizagem e em um ambiente onde atitudes e propósitos democráticos sejam encorajados.

C — CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Para alcançar o professor os objetivos previstos, lembramos, entre outros, alguns pontos que nos parecem essenciais:

1. A fixação de conceitos básicos, tais como: educação, instrução, aprendizagem, etc.
2. O estudo do ambiente escolar, dos processos e técnicas didáticas, do currículo e da avaliação do rendimento escolar.

D — TÉCNICAS DE ENSINO:

Para um maior aproveitamento da classe, deve o orientador, tanto quanto possível, evitar os processos expositivos. Êstes devem ser substituídos ou então alternados com outras formas de atividade que propiciem uma participação ativa e interessada por parte dos educandos.

Como os problemas gerais de aprendizagem são comuns a tôdas as disciplinas que integram o currículo do curso primário, as atividades das alunas nesta unidade compreenderão:

a) aulas, pròpriamente ditas;
b) observação dirigida nas classes do curso primário;
c) formulação de problemas;
d) e a discussão
de situações didáticas inerentes à direção da aprendizagem, por parte do prfoessor, e à aprendizagem, por parte das crianças.

E — MATERIAL DIDÁTICO·

Êste dependerá diretamente da técnica de trabalho adotada pelo orientador. Livros, revistas, monografias, gráficos, cartazes, etc. constituem material de consulta ou material ilustrativo que auxiliam grandemente a palavra do professor.

As projeções móveis ou fixas, bem assim o rádio e, futuramente, a televisão podem dar às alunas uma visão de certo ambiente escolar cu de certas técnicas de trabalho difíceis de serem observadas na escola.

F — POSSIBILIDADE DE CORRELAÇÃO OU INTEGRAÇÃO.

As unidades que integram o plano de estudos de um curso devem guardar estreita correlação entre si, pois é preciso que o educando sinta a preocupação de que tôdas concorram para a realização de um propósito comum.

Problemas Gerais de Aprendizagem não têm um fim em si mesmo. Sua finalidade é tão sòmente servir as outras unidades dêste Departamento, principalmente às da Divisão de Direção da Aprendizagem, com as quais está intimamente correlacionada.

G — BIBLIOGRAFIA

Anexa.

III — DIRETRIZES PROGRAMATICAS.

DIREÇÃO DA APRENDIZAGEM DA LINGUAGEM

A — Justificativa:

"A necessidade de comunicação aparece na 1.ª infância e cresce em importância à medida que a criança se desenvolve e suas relações sociais se tornam mais complexas". A linguagem funciona em todos os aspectos do "viver e do aprender" e preside a tôdas as experiências da criança e do adulto. Embora sendo parte vital do currículo escolar, não deve ser considerada com um fim em si mesma, mas como "um meio de auxiliar a criança a desenvolver seu poder de pensar, de aprender e de se comunicar".

O lugar que a linguagem ocupa dentro e fora da escola e o papel do professor na direção da aprendizagem, são razões bastante fortes para a inclusão desta unidade na Divisão de Direção da Aprendizagem do Departamento de Cultura Profissional.

B — OBJETIVOS:

1. Levar o futuro professor a alcançar a importância da linguagem como fator de sucesso dentro e fora da escola.
2. Propiciar-lhe o conhecimento das técnicas e procedimentos adequados na direção da aprendizagem dos diversos aspectos da linguagem.
3. Fazer com que — através da prática na escola primária — "mobilize gradativamente a teoria no ato vivo da classe" e da orientação das crianças.

C — CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Recursos para reconhecer as condições das crianças no tocante à aprendizagem da leitura e da escrita.
2. Prontidão para a leitura. Atividades relativas. Auxílios áudio-visuais.
3. Direção da aprendizagem da expressão oral: falar, ouvir, ler. A aprendizagem da leitura e os processos sintéticos e analíticos.
4. Direção da aprendizagem da expressão escrita: escrita pròpriamente dita, composição, gramática.
5. Literatura infantil.

D — TÉCNICAS DE TRABALHO:

A distribuição do trabalho em aula, estudo dirigido e atividade nos parece uma boa orientação. Assim, a aula pròpriamente dita ficaria reservada à fundamentação teórica que, complementada pelo estudo dirigido, seria estruturada com uma atividade de caráter prático ou com a prática docente no curso primário.

Na aula pròpriamente dita, usará o orientador processos indutivos a fim de chamar a classe a uma participação mais ativa e efetiva nas atividades escolares. Muitos professôres, ao iniciar nova parte do programa, "começam, muitas vêzes, como se partissem de um esbôço e como se fôssem descobrindo com os alunos os fatos que se vão apresentando".

No estudo dirigido o educando será orientado no sentido da formação de hábitos de estudo e atitudes de reflexão.

Na prática docente viverão gradativamente a realidade dos problemas de aprendizagem que terão de enfrentar no futuro.

A prática docente poderá ter a seguinte graduação:

1. Observação dirigida
2. Participação na confecção de material ilustrativo e de fixação.
3. Participação na elaboração de planos de trabalho.
4. Execução, em parte, do plano de cuja elaboração participou.
5. Assunção da responsabilidade total da classe, não só por fôrça da própria unidade, como também nos impedimentos dos professôres regentes.

A apresentação — por parte da normalista — do resultado de suas atividades junto ao curso primário, dependerá da natureza da atividade observada e da sua atuação na mesma. Assim, poderá variar do simples do relatório circunstanciado, da exposição oral às discussões de mesa redonda. O essencial é que seja orientada no sentido de um julgamento seguro de seu próprio trabalho, quando no exercício da profissão.

E — MATERIAL DIDÁTICO:

Além do de consulta, esta unidade deverá pôr a professoranda em contato com todo o material usado no sentido de despertar o interêsse da criança pela leitura e escrita. Livros de texto, jogos, gravuras, cartazes, modelos, etc. são material valioso, quando não é possível, como ainda é o nosso caso, lançar mão de recursos mais condizentes com os interêsses infantis. Os próprios trabalhos das crianças devem fazer parte do material didático.

É interessante que a aluna, ao deixar a escola, leve consigo um mínimo de material didático por ela mesma confeccionado.

F — POSSIBILIDADE DE CORRELAÇÃO OU INTEGRAÇÃO:

Se o êxito da criança na escola depende em grande parte da linguagem que ela usa, esta unidade está intimamente relacionada com as outras unidades desta Divisão, cujos orientadores devem manter encontros freqüentes.

G — BIBLIOGRAFIA:

Anexa.

DIRETRIZES PROGRAMÁTICAS, CURSO NORMAL, DEPARTAMENTO DE CULTURA PROFISSIONAL

DIREÇÃO DA APRENDIZAGEM EM ESTUDOS NATURAIS

A — JUSTIFICATIVA

A inclusão da unidade Direção da Aprendizagem em Estudos Naturais, pela sua grande e relevante contribuição que representa para a formação integral do educando, nem seria necessário justificar.

No entanto, considerando que nunca é demasiado ressaltar a importância que cada unidade significa no currículo do Departamento de Cultura Profissional e o valor da mesma para a formação do futuro professor a fim de que possa, como pessoa, atingir uma perfeita integração consigo e com o ambiente que o envolve na escola, pelo constante crescimento para atingir seu pleno desenvolvimento, apresentamos algumas breves considerações:

O progresso que vem se evidenciando, através das mais ousadas e revolucionárias descobertas científicas, não pode deixar a escola indiferente, na aceitação de que se continue a desenvolver um trabalho em desacôrdo com o rítmo acelerado dessa evolução científica.

As condições de vida atual estão a exigir do estudo das Ciências Naturais uma revitalização nos seus processos de trabalho, a fim de que possam favorecer o surgimento de verdadeiras vocações para os estudos científicos. Estas, possìvelmente, ainda não tiveram oportunidade de desabrochar pela ausência, em alguns casos, ou fraca ressonância, em outros, no ambiente das nossas escolas, destas amplas perspectivas que a ciência atual nos deixa vislumbrar.

Entre os valores educacionais que podem ser atingidos pelo estudo das Ciências Naturais, solientam-se os propósitos de levar o futuro professor a sentir a beleza e a harmonia da Criação, e, assim, através dêste deslumbramento, impulsionar seus alunos a alçarem vôo no sentido da conquista da plena realização de si mesmo.

Êstes e outros valores deverão ser considerados também em função do trabalho que deve ser realizado na escola primária pelo futuro professôr.

B — OBJETIVOS

Entre os inúmeros objetivos da matéria, salientam-se:

1. Levar o futuro profesor a considerar os Estudos Naturais como um dos mais ricos valores para a educação integral.

2. Oportunizar-lhe uma visão geral do progresso crescente no mundo da Ciência e da necessidade de despertar, na criança, a admiração e o interêsse pelos sêres e fenômenos da natureza.
3. Propiciar a observação e interpretação do mundo natural, concorrendo para o desenvolvimento da capacidade reflexiva pela utilização do método científico, bem como dar possibilidades de alcançar um relativo bem-estar, não só através dos conhecimentos higiênico-sanitários, mas, também, pelo aproveitamento dos recursos que a natureza pródiga oferece.
4. Desenvolver o trabalho de modo a propiciar o conhecimento das técnicas e processos recomendáveis para a direção da aprendizagem.
5. Apresentar o Programa Experimental de Ciências Naturais do Curso Primário para estudo e comentário do qual decorrerá necessàriamente, a necessidade de revisão e atualização de conceitos científicos.
6. Oportunizar atividades que concorram para desenvolver o pensamento reflexivo, realizando um trabalho de acôrdo com o método científico, baseado, principalmente, na observação e na experiência, para que tais procedimentos possam ser utilizados, mais tarde, na escola primária.

C — CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Ao conteúdo programático, de importância fundamental do processo educativo, deve ser dada grande atenção por parte do professor.

Além de envolver uma posição, por estar legìtimamente ligado à filosofia educacional, psicologia, sociologia, etc., há a considerar os objetivos que se desejam alcançar, já que conteúdo de um programa é um meio na busca de um fim.

Entre os muitos fatôres a serem levados em conta na seleção do conteúdo programático, chamamos a atenção para os seguintes aspectos:

1. Atender as necessidades e interêsses dos alunos, o que poderá ser obtido, através das manifestações dos mesmos após a apresentação da matéria pelo professor.
2. Possibilitar uma apreciação dos valores que a matéria representa na escola, de qualquer grau de ensino, através de seus objetivos múltiplos.
3. Oferecer oportunidades para acompanhar e avaliar o progresso da Ciência e a valorizar a contribuição dos cientistas no progresso e bem estar da humanidade.
4. Incluir noções atualizadas e relacionadas com as condições de vida moderna.
5. Oportunizar a prática de trabalhos que deverão ser realizados na escola primária, tendo em vista, principalmente, a utilização dos recursos e materiais que o meio oferece, e só se valer do material representativo, quando o real não fôr encontrado na localidade.
6. Incluir, entre outras unidades de estudo, o Programa Experimental de Ciências Naturais do Curso Primário, o qual dará margem ao levantamento de inúmeros e interessantes problemas por parte dos alunos do curso, que deverão ter sua inclusão no conteúdo programático.

D — TÉCNICAS DE TRABALHO

Tôda realização do trabalho de classe deve criar situações para permitir aos alunos que atinjam sua auto-realização.

Sòmente através de um trabalho interessante, variado, rico de oportunidade para o pleno desenvolvimento dos alunos é que se conseguirão alcançar as finalidades da educação.

O estudo dirigido, técnica que poderá ser utilizada em grupo ou individualmente, sempre orientada pelo professor, como seminários, discussões, pesquisas, etc. são os recursos mais aconselhados para quem dirige o trabalho. (Ver Novos Rumos para a Escola Normal, de Juracy Marques, do C.P.O.E.).

Não se excluem, de todo, as exposições feitas pelo professor, principalmente em relação à apresentação da matéria e sua fundamentação, mas sempre como ponto de partida para novas investigações por parte dos alunos, dando-lhes oportunidades de uma boa aprendizagem não só em profundidade, mas feita com independência.

Dá-se grande ênfase às observações que os alunos realizarem na escola primária que lhes serve de campo, observação que deverá, de início ,ser orientada. Essas observações deverão ser sempre relatadas, a fim de permitirem uma crítica construtiva sôbre o que lhes foi dado verificar.

Outro procedimento didático bastante significativo, principalmente na Unidade Direção da aprendizagem em Estudos Naturais, é a realização de excursões, tão aconselhadas em todos os graus de ensino. Bem planejadas e orientadas são recursos valiosos para o estudo desta unidade, pelas oportunidades que oferecem, ricas de significação no estudo das coisas da natureza.

E — MATERIAL DIDÁTICO

O material didático será, sempre que as condições da escola permitirem, o material real, vivo, e que a própria natureza oferece constantemente e que por isso se reveste de maior significação para o estudante, permitindo uma aprendizagem em boas condições, plena de calor e entusiasmo.

Não se excluem as oportunidades de observação indireta dos sêres da natureza como as que nos fornecem os materiais áudio-visuais, mas considere-se sempre mais significativo o estudo dêsses sêres naturais no seu "habitat". Sòmente quando isso não fôr possível é que se lançará mão de outros recursos, como gravuras, fotografias, jogos, etc.

O resultado do Museu de Ciências, do Clube de Ciências, etc., deverá ser sempre produto do trabalho **de cada turma que passa pela escola**, e que equivale a dizer-se, deve ser renovado em cada ano escolar, enriquecido. Exceção se faça em relação a espécimes raros, difíceis de serem conseguidos.

Tal procedimento é que poderá contribuir para que o futuro professor, mais tarde, trabalhando com as crianças da escola primária utilize processos vivos, interessantes, em que o material dessas salas especializadas seja expressão da auto-atividade dos alunos.

A avaliação do rendimento de trabalho deve estar de acôrdo com as técnicas empregadas na direção da aprendizagem.

Serão também levadas em consideração as diferenças individuais e o rítmo de desenvolvimento próprio de cada aluno.

A "medida" da aprendizagem como problema didático é assunto bastante discutido, mas se ela puder dar ao professor os recursos de que necessita, não só para avaliar o progresso dos alunos, mas para corrigir possíveis falhas de seu planejamento e dar aos alunos a consciência do que puderam realizar e ainda do que lhes falta progredir, serão satisfeitas, pelo menos, algumas das mais importantes funções da "medida escolar".

G — POSSIBILIDADES DE INTEGRAÇÃO

A Reforma do Ensino Normal tem como ponto importante a possibilidade de integração entre as várias unidades que integram o currículo da escola.

Sendo assim, o professor da unidade Direção da aprendizagem em Estudos Naturais deve manter contatos regulares com os demais, a fim de ser possível, àqueles que trabalham pela causa educacional, realizarem de fato obra conjunta, em perfeita sintonia de propósitos. A troca de idéias, sugestões, planejamentos de trabalho em comum, são aspectos que podem concorrer para que os professôres possam atingir de fato uma integração desejada, sempre precedidas de um estudo pessoal, por parte de cada um.

Em relação à integração, o professor deve estar lembrado de que sua matéria é uma parte de um todo numa escola. "Programas integrados solucionam graves defeitos que têm sido apontados à educação brasileira: verbalismo, matérias isoladas, dissociações da realidade, etc."

H — BIBLIOGRAFIA

— Diretrizes básicas para Ciências Naturais — Departamento de Cultura Profissional — C.P.O.E.

— Marques, Juracy — Novos Rumos para a Escola Normal — C.P.O.E.

— Ciências na Escola Elementar — I.N.E.P. — Ministério de Educação e Cultura — D. Federal.

— Santo, Newton Dias — Práticas de Ciências — Gráfica Olímpica — Rio de Janeiro.

— Ferri, Mário Guimarães — Botânica, Morfologia Externa das Plantas — Edição Melhoramentos.

— Gicovati, Moisés — Manual de Geologia — Edição Melhoramentos.

— Heiss, Obourn — Modern Science Teaching — Macmillan Co. — New York.

— Ihering, R. von — Da Vida dos Nossos Animais — Editôra Rotermund — São Leopoldo.

— Macedo, Luís — Ciências Naturais — E. Conquista — Rio de Janeiro.

— Klausmeier, H. J. — Principles and Pratctices of Secondary School Teacher — Harper & Bros — New York.

— Souza, Geraldo de — Metodologia das Ciências Naturais — Ed. Conquista — Rio de Janeiro.

— Schultz, Alarich — Introdução ao Estudo da Botânica Sistemática — Ed. Globo — P. Alegre.

— Stephenson, J. P. — Sugestões para os Professôres de Ciências — UNESCO.

— Valls, Vicente — Metodologia das Ciências Naturais — Editorial Losada — B. Aires.

— Wells, H. G. & G. P. e Huxley, Julian — A Ciência da Vida — Ed. José Olímpio.

DEPARTAMENTO DE CULTURA GERAL

Divisão de Línguas e Literatura

I — DIRETRIZES BÁSICAS

Número de unidades exigidas pelo Decreto 6071, de 10.5.55:

Unidades Obrigatórias	Sugestões para Unidades		Instituições	OBS.
	Eletivas	Facultativas		
1. Língua Portuguêsa 2. Língua Portuguêsa	1. Literatura 2. Língua Estrangeira	1. Fonética 2. Dificuldades da língua 3. Arte de dizer	1. Clube de Literatura 2. Clube de Línguas	

II — PLANEJAMENTO DÊSSES ESTUDOS

A reforma do Ensino Normal prevê **duas unidades obrigatórias** de Língua Portuguêsa e **uma eletiva** que pode ser de Literatura ou Língua Estrangeira, as quais serão distribuídas pelos dois períodos do D.C.G.

Sugerimos, para o primeiro semestre, uma das seguintes unidades, mediante a qual se fará a revisão do conteúdo programático do curso primário:

I — O estudo dos autores regionalistas
II — O estudo de autores nacionais
III — Os contos do nosso folclore

Para o segundo semestre, sugerimos uma das seguintes:

I — Histórico do Português falado no Brasil
II — A evolução histórica do Português
III — A origem do Português

Como unidade de recuperação, sugerimos:

— O estudo do vernáculo através da leitura e comentário de uma de suas obras-primas.

Se, como unidade eletiva, fôr escolhida a literatura, esta poderá ser: literatura brasileira, portuguêsa ou universal. E o estudo poderá realizar-se, através de unidades como as seguintes:

I — Estudo de autores brasileiros através de suas obras-primas.
II — Estudo de autores portuguêses através de suas obras-primas.
III — Estudo dos grandes expoentes da literatura universal.

A título de sugestão, lembramos ainda outros assuntos que poderão constituir unidades de trabalho:

I — O modernismo no Brasil
II — O romantismo brasileiro
III — O romance brasileiro
IV — O Classicismo em Portugal
V — O renascimento português
VI — O barroquismo português
VII — A poesia trovadoresca em Portugal

Como facultativas, sugerimos — o estudo da fonética — por julgarmos que será útil ao professor algum conhecimento sôbre o assunto, quando mais tarde tiver de alfabetizar.

Na unidade — Dificuldades da língua — poderão ser estudados casos especiais de maior dificuldade na linguagem corrente. Sugerimos ainda — Arte de dizer ou estudo de califasia — como meio de educar a voz e corrigir vícios de pronúncia porventura existentes.

Observação:

O ciclo docente é uma sucessão normal de etapas, dentro das quais o professor **planeja, executa e controla** a aprendizagem. Abrange seis partes: o planejamento, a motivação, a orientação, a fixação, a sondagem, a correção e verificação de aprendizagem.

As fases supracitadas prevêem:

1. **Planejamento:** a) plano de curso; b) plano de unidade didática; c) plano de aula.
2. **Execução:** a) motivação; b) orientação; c) fixação da aprendizagem.
3. **Contrôle:** a) sondagem e correção; b) verificação da aprendizagem.

III — DIRETRIZES

1. Justificativa:

A revisão do programa de linguagem do curso primário é indispensável, a fim de esclarecerem as futuras professôras tôdas as dúvidas existentes. Êsse estudo será efetuado de acôrdo com as modernas teorias sôbre o ensino da língua, isto é, estudar-se-ão formas de pensamento, de modo que o aluno compreenda a estrutura da frase e sinta a língua em seu espírito. Para isso, é necessário discernir os valores gramaticais e semântico que a palavra só adquire na frase. Pois êsses valores não são absolutos, mas relativos. Uma palavra adquire determinado valor, segundo seu emprêgo na frase. Assim, as palavras não podem ser classificadas a priori, isto é, isoladas da frase a que pertencem.

Por isso, o estudo gramatical será feito no texto. Porque sòmente no texto ou na frase a palavra tem valor preciso, já no aspecto semântico ou significativo, já no gramatical em que se distinguem três valores: o de classe, o de flexão e o de função.

Classe é um valor linguístico, característico, independente das palavras por que se exprima. Corresponde à necessidade do espírito humano que se esforça por apoderar-se dos elementos da idéia e, espon-

tâneamente, os classifica, segundo sua natureza. De acôrdo com a natureza, as palavras classificam-se em: substantivo, verbo, adjetivo, advérbio, pronome, numeral, artigo, preposição, conjunção e interjeição.

Flexão é particularidade das classes variáveis. Afetando as classes de flexões, permitimos-lhes exprimir, na singularidade atual, os elementos da idéia. As flexões fazem descer as classes do plano léxico para o gramatical; marcam-nas para um emprêgo determinado e passageiro; preparam-nas, enfim, para entrarem no jôgo da frase.

Assim, mediante a flexão de gênero, o substantivo classifica os sêres em masculinos e femininos; mediante a flexão de número, enumera-os, indicando a sua singularidade ou pluralidade. As flexões individualizam o substantivo.

Também o verbo pode precisar os acontecimentos que exprime, indicando em que momento se realizam (tempo), se são considerados como certos ou simplesmente prováveis (modo), se a ação é praticada ou sofrida pelo sujeito (voz), que pessoa do discurso é seu autor (pessoa), se êste é singular ou plural (número). Mediante as flexões, o verbo se singulariza.

Função é o valor que adquire uma palavra ou grupo de palavras, relacionando-se com outras. As funções correspondem às exigências de uma representação e concepção, mais ou menos implícitas do mundo.

Por exemplo, era natural e psicològicamente necessário que o ser e o processo entrassem em conexão, assim como vemos o ser manifestar-se, engendrar-se ou finalizar no processo e através dêle. Assim aparece no plano gramatical a função sujeito.

Além disso, o par assim formado pode completar-se a si mesmo em outro ser. E aparece a função complemento verbal — objeto direto ou indireto — ou, invertendo a proposição, agente da passiva.

Também acontece que, para se determinar, o ser necessita situar-se, em relação a outros sêres, surgindo então a função adjunto adverbial.

Ainda pode ser preciso separar algum dos caracteres do ser; não o atualizando, teremos o adjunto adnominal; atualizando-o, porém, o predicativo.

As funções são, pois, relações necessárias e psicológicas que decorrem da natureza dos elementos primeiros da representação. Por elas finaliza, no plano gramatical, a identificação dos elementos da idéia, visando a mais fiel expressão.

As unidades sugeridas poderão abranger sub-unidades. Estas, porém, serão sempre significativas, com objetivos precisos e bem definidos; seu desenvolvimento motivará estudo interessante, realizado através de pesquisas, inquéritos, busca bibliográfica, etc. que proporcionem inúmeras oportunidades de expressão oral e escrita e do qual resultem monografias.

Mediante unidades como: História do Português falado no Brasil ou Evolução histórica do Português, estudar-se-ão a evolução do léxico, a partir de sua origem latina, a evolução semântica, o enriquecimento vernáculo, os empréstimos estrangeiros, diferenciação no Brasil.

O estudo da literatura justifica-se por possibilitar o conhecimento e apreciação das mais belas manifestações do espírito humano.

Nesta aprendizagem, é preciso "não esquecer que a literatura de um país é um dos aspectos que mais refletem a vida do povo, encarnando-lhe as idéias e sentimentos, manifestando-lhe a ação, imortali-

zando, na beleza de suas grandes obras, as criações originais de seu gôsto poético".

Tem, por isso, extraordinário poder formador, que deve ser aproveitado, mediante a leitura e análise literária orientada no sentido estético.

Para isso, é indispensável:

a) penetrar o sentido da história literária em que cada fase (era, época ou escola) se caracteriza pelo predomínio de determinadas correntes de idéias, expressões de diversas concepções de vida;

b) adquirir o conhecimento informativo das literaturas estudadas, de seus autores e obras representativas, através das diversas fases consideradas;

c) ler, dentre essas obras, as que sendo verdadeiramente representativas, contêm ao mesmo tempo elementos capazes de despertar e manter o interêsse de leitores adolescentes;

d) saber indicar, emitindo e justificando juízos de valor próprio, as obras que mais agradam;

e) aperfeiçoar o gôsto literário, pela educação do sentimento poético, capaz de penetrar no âmago da linguagem para colhêr-lhe a originalidade criadora e a beleza rítmica, que expressam ou sugerem estados da alma peculiares a cada escritor e a cada obra.

Verificar-se-á, assim, que a literatura sendo, como arte, uma revelação da vida através do poder criador dos autores, encerra um conteúdo metafísico e humano capaz de enriquecer e aperfeiçoar o espírito.

A mocidade, fase poética da vida, é a idade criadora por excelência e, por isso mesmo, a mais apta a receber a mensagem criadora da verdadeira literatura, a penetrar o sentido íntimo e as formas peculiares da língua em que se expressa.

A verdadeira formação literária supõe um método que seja o caminho mais certo para a realização das finalidades assinaladas.

Assim, faz-se mister:

a) uma preparação, por parte do orientador de leitura, professor ou bibliotecário;

b) a leitura, que exige desenvolvimento mental e treino mecânico instrumentos indispensáveis à captação da mensagem poética, através de seus elementos expressivos (ritmo, imagem, figuras...);

c) o comentário cuja forma varia desde a explicação de textos à francesa, que examina as idéias expressas, para chegar à reconstituição do todo, ao método sintético que leva a aprender a unidade mais para vivê-la com o autor do que para reproduzi-la em têrmos de lógica;

d) a crítica que reconstitui a obra para penetrá-la melhor, numa interpretação que é uma nova criação, em que se reflete todo o sentimento poético do autor.

2 — Objetivos

São objetivos da aprendizagem da língua:

A) Levar a usar da linguagem numa participação social efetiva.

B) Levar a organizar e apresentar o próprio pensamento aos outros, na conversação, na descrição, em relatórios orais, nas ordens, narrando experiências e falando em público.

C) Levar a usar da voz de modo agradável e adequado ao efeito.

D) Levar ao uso da linguagem gramaticalmente correta.

E) Levar a organizar e exprimir o próprio pensamento por escrito, em registros ou memórias, em cartas ou relatórios, em ordens ou petições.

F) Habilitar a conversar útil e agradàvelmente.

G) Habilitar a usar da linguagem como eficiente veículo do proprio pensamento.

H) Desenvolver a capacidade de atender ao próximo e de ouvi-lo atentamente.

I) Levar ao domínio dos principais recursos de idioma nacional, a fim de tornar-se efetivo da comunidade pátria.

J) Comunicar o gôsto da leitura de bons autores.

L) Ministrar apreciável parte do cabedal indispensável à formação do espírito e caráter, bem como base à educação literária.

M) Mostrar a origem românica de nossa língua e, portanto, nossa integração na civilização ocidental, o que ajudará a compreender melhor o papel do Brasil na comunhão americana e fora dela.

Êstes objetivos devem aliar-se aos objetivos gerais do curso de formação de professôres.

3 — Conteúdo programático:

O conteúdo programático deve abranger: leitura, composição e gramática.

A — Leitura de autores modernos brasileiros e portuguêses.

B — Composição:

1) Oral de relatórios, conversação, descrição, ordens, narração de experiências, palestras em público e rádio-difusão.

2) escrita de narrações, descrições, exposições, relatórios, requerimentos, ofícios, cartas, etc.

C — Gramática:

1. Estudo da gramática nos seus três aspectos: fonético, morfológico e sintático.
2. Estudo das classes, flexões e funções.
3. Processos sintáticos: concordância, regência e colocação.
4. Estudo da semântica.
5. Estudo da estrutura da frase, a partir da observação dos fatos do pensamento reflexivo. (Linguagem represenativa e afetiva).
6. A análise morfológica e sintática serão estudadas como dois aspectos da análise do pensamento.

Como conteúdo programático de literatura brasileira, sugerimos o estudo dos vários movimentos literários com seus expoentes máximos, como porta-vozes autorizados de tôda uma nacionalidade e seus diferentes matizes.

Estudar-se-á a personalidade e obra literária de cada autor, o clima social e literário em que o mesmo viveu; a influência que exerceu.

De modo análogo poder-se-á tratar a literatura portuguêsa ou universal.

4. TÉCNICAS DE ENSINO:

Como técnicas de trabalho, sugerimos:

UNIDADE DE TRABALHO — Esta representa um tipo específico de experiência sócio-linguística. É ainda um tipo específico de conduta social com uma finalidade e, na prática, consiste em tôdas as experiên-

cias de aprendizagem previstas para atingir a finalidade proposta em determinado período.

Além disso, compreende diferentes espécies de atividades, porque o trabalho escrito e oral são aí combinados. E o fim e a variedade das atividades específicas são determinados pelo objetivo total.

Atitudes, habilidades, destreza são parte essencial e integrante da unidade.

A unidade de trabalho possibilita o treino para as atividades prática, através das mesmas; nela as finalidades últimas tornam-se imediatas. Também uma unidade maior preserva a integridade da experiência de aprendizagem. Por isso os vários e complexos elementos da língua combinar-se-ão numa aprendizagem tão extensa quanto os seus propósitos de expressão. A experiência de aprendizagem deve ser, pois, um todo orgânico.

No trabalho de classe, espécie de problema-discussão, deverão os alunos levantar questões, discutir contribuições, esquematizar e sumariar material.

O trabalho de pesquisa conduzirá à colheita de material nas fontes originais da comunidade e obterá material de fontes distantes, através da correspondência. Além disso, serão usadas as várias fontes de informação para o relatório.

A compreensão e apreciação da música, literatura, pintura, isto é, das obras de arte contribuirão consideràvelmente para a expressão criadora.

A primeira etapa, no manejo de uma atividade, consiste em utilizar uma situação que crie razão definida para essa atividade. Seu conteúdo dependerá dos interêsses, experiências e atividades dos alunos.

O trabalho poderá ser realizado em lições sucessivas ou dentro de várias semanas, alternando com outras lições. O importante é que professor e alunos tenham consciência daquilo a que se propõem e o realizem até que seja observado progresso definitivo.

A motivação poderá resultar de um livro pelo qual se interessem os alunos; de experiências obtidas em excursões; de um filme visto, etc.

Eis algumas das atividades, situações e materiais que se podem utilizar nesta etapa:

a) Clube de leitura
b) Clube de ciências
c) Clube de arte
d) Clube de geografia
e) Clube de história
f) Conversações
g) Discussões
h) Excursões
i) Filmes
j) Contos e narrações
l) Viagens
m) Acidentes
n) Fenômenos naturais
o) Necessidades dos alunos e da comunidade.

Segundo a unidade escolhida, dela poderão resultar: álbuns, dramatizações, contos, etc.

TRABALHO EM EQUIPE. O trabalho em equipe consiste em dividir a classe em grupos, com um líder cada um.

Uma equipe pode responsabilizar-se pelo desenvolvimento de um ou mais assuntos, segundo as circunstâncias. Já aqui pode o trabalho compreender duas partes: **a investigação e busca de dados** que sirvam de base para redigir informações e a **organização e apresentação** à classe do resultado, isto é, as informações relativas ao trabalho que lhes foi atribuído.

Entre as atividades de informação, distinguem-se: as destinadas a obter informações e as que sugerem a maneira de organizá-las.

O grupo de atividades de informação é muito valioso, pois na coleta de dados os alunos recorrem a tôdas as fontes capazes de proporcioná-los. Tanto para a informação, como para a organização da mesma, são atividades: leituras, entrevistas, conferências, experiências, excursões, museus, bibliotecas, etc.

O resultado da investigação será apresentado na forma estabelecida pelo assunto: temas, dramatizações, artigos, exibições, etc.

Nesta primeira parte, o mestre deverá estar em contacto com cada grupo para apreciar seu progresso, dirigir seus passos e estimulá-los.

No início de cada sessão, o mestre verificará se os grupos estão conscientes de seus objetivos, quais as suas dificuldades, se trabalham em harmonia e com bom ritmo, pois esta técnica favorece a aprendizagem de boas relações humanas, tão necessárias à vida em sociedade.

Cada equipe deve ter oportunidade de apresentar ao resto da classe o resultado de suas investigações e trabalhos. A classe inteira deve aproveitar o trabalho de tôdas as equipes. Como cada uma destas trabalhou um ou mais assuntos do planejamento, é muito importante que todos os alunos se identifiquem com o resultado total e conheçam perfeitamente o resultado do trabalho das demais equipes e o integrem em suas anotações pessoais.

O mestre cederá seu pôsto à equipe informante, fazendo com que a mesma apresente o seu trabalho de maneira mais objetiva e efetiva possível.

Tanto durante o processo de informação do trabalho, como ao terminá-lo, deve-se estimular a discussão das informações apresentadas, seu esclarecimento e especialmente a integração de todos êstes esforços isolados numa unidade.

POSSIBILIDADES DE CORRELAÇÃO E INTEGRAÇÃO — Muitos preconizam completa integração da linguagem com o trabalho das outras áreas do currículo.

Com efeito, ensinar linguagem de maneira sistemática não significa esquecer a relação vital que existe entre a linguagem e as demais matérias. Não se pode ensinar a língua apenas na aula de linguagem. Cada atividade escolar proporciona oportunidade para treino e atividades típicas de linguagem.

Todavia na integração de matérias devem ser considerados fatôres que estabeleçam zonas de convergência. E êstes são:

a) A idade, o nível de desenvolvimetno geral e escolar, o potencial de experiências e as necessidades dos alunos.

b) A distribuição da matéria no curso e o programa de cada série.

c) Os objetivos específicos das matérias e suas mútuas relações.

d) Os padrões das realizações no caso dos alunos de cada grupo.

e) A significação de cada etapa do trabalho docente no conjunto unitário das experiências que a escola deve proporcionar.

f) A disponibilidade de material didático.

Além disso, deve haver um tema central que constitua a unidade de estudo; a matéria principal que, no presente caso, será Português, bem como matérias de correlação sistemática. Estas poderão ser: Português, Geografia, História, Filosofia, Ciências Naturais.

BIBLIOGRAFIA

1. AMOROSO LIMA, Alceu — **Introdução à Literatura Brasileira.** Rio, Livraria Agir. 1956. 190 pág.
2. AMOROSO LIMA, Alceu — **Estética Literária** — Rio. Americ. Edit. 1945. (A 2.ª edição é da Livraria Agir)
3. AMORA, Antônio Soares — **Teoria da Literatura.** S. Paulo. Editôra Clássico-Científica S/A.
4. AMORA, Antônio Soares — **História da Literatura Brasileira.** S. Paulo, Saraiva.
5. ANDRADE, Mário de — **Aspectos da Literatura Brasileira.** Rio Americ. Edit.
6. ATAIDE E OUTROS, Tristão de — **O Romance Brasileiro.** Rio. O Cruzeiro.
7. ALI, Said — **Gramática Histórica da Língua Portuguêsa.** S. Paulo. Editôra Melhoramentos.
8. ALI, Said — **Meios de Expressão e Alterações Semânticas.** Organizações Simões. 1951. 219 pág.
9. ALI, Said — **Dificuldades da Língua Portuguêsa.** Rio. Livraria Acadêmica.
10. BANDEIRA, Manuel — **Apresentação da Poesia Brasileira.** Rio. Casa do Estudante do Brasil.
11. BUENO, Silveira — **Tratado de Semântica Geral** — S. Paulo. Saraiva. 1951.
12. CARPEAUX, Otto Maria — **Pequena Bibliografia Crítica da Literatura Brasileira.** Rio. Serviço de Documentação do Ministério de Educação.
13. BITENCOURT, J. Barbosa — **História Comparativa da Literatura Portugusa,** Pôrto. Chardon. 1923. Rio. Francisco Alves.
14. CARVALHO, Ronald de — **Pequena História da Literatura Brasileira.** Rio. Briguiet;
15. COUTINHO E OUTROS, Afrânio — **Literatura do Brasil.** Rio. Liv. S. José.
16. COUTINHO, Ismael de Lima — **Gramática Histórica** — Rio. Liv. Acadêmica.
17. CROCE, Benedetto — **Estética.** Bari G. Laterza & Figli. 1950.
18. CARRIT E. F. — **Introduccion a la estética.** México. Ed. Fonte de Cultura Econômica.
19. COUTINHO, Afrânio — **Correntes Cruzadas.** Rio. Ed. **A Noite.** 1953.
20. CÂMARA Jr., J. Mattoso — **Princípios de linguística Geral.** Rio. Liv. Acadêmica. 1954.
21. FERREIRA, Joaquim — **História da Literatura Portuguêsa.** Pôrto. Ed. Domingos Barreira.
22. FIGUEIREDO, Fidelino — **História da Literatura Portuguêsa.** Rio. Livraria Acadêmica. 1955.

23. JUCA (FILHO), Cândido — **O Fator Psicológico na Evolução Linguística.** Rio. Organização Simões. 1953.
24. KAYSER, Wolfrang — **Fundamentos da Interpretação e da Análise Literária.** Coimbra. Armênio Amado. 1948.
25. LACERDA, Virgínia Côrtes de — **Unidades Literárias** (Literatura Portuguêsa). Rio. Organização Simões. 1953.
26. LINS, Álvaro — **Crítica.** 6 volumes. Rio. José Olímpio.
27. LAPA, M. Rodrigues — **Estilística da Língua Portuguêsa** — Lisboa. Livr. Popular de Francisco Franco.
28. MACIEL, Maximino — **Gramática Descritiva da Língua Portuguêsa.** Livr. Francisco Alves.
29. MELO, Gladstone Chaves de — **A língua do Brasil.** Rio. Agir. 1946.
30. MELO, Gladstone Chaves de e SILVA NETO, Serafim — **Conceito e Método da Filologia.** Rio. Organização Simões. 1952.
31. MIGUEL PEREIRA, Lúcia — **História da Literatura Brasileira.** Rio. J. Olympio.
32. MARQUES, F. Costa — **Problemas da Análise Literária** (Princípios e exemplificação) Coimbra. Livraria Goncalves. 1948.
33. MURRY, J. Middleton — **El estilo literário.** Méjico. Fondo de Cultura Económica. 1951.
34. MAGNO, Pe. Augusto — **Princípios Elementares de Literatura.** S. Paulo. Editôra Nacional. 1935.
35. MEYER, Augusto — **Le Bateau Ivre** (Análise e interpretação) Rio. Liv. S. José.
36. BOLÉO, Manuel de Paiva — **Introducão ao Estudo da Filologia Portuguêsa** — Edição da Revista de Portugal — Lisboa — 1946.
37. COUTINHO, Ismael de Lima — **Pontos de Gramática Histórica** — Livraria Acadêmica — Rio — 1954.
38. ELIA, Silvio — **Orientacão de Lingüística Moderna** — Livraria Acadêmica — Rio — 1955.
39. MELO, Gladstone Chaves de — **Iniciação à filologia Portuguêsa** — Livraria Acadêmica.
40. SILVA NETO, Serafim de — **Manual de Gramática História Portuguêsa.** Companhia Editôra Nacional — 1942.
41. SILVA NETO, Serafim da — **Manual de Filologia Portuguêsa** — Livraria Acadêmica — Rio — 1952.
42. VASCONCELOS, Carolina Michaelis de — **Lições Práticas de Português arcaico — Leitura e explicação de textos dos séculos XIII e XIV em fac-simile de manuscritos** antigos — Coordenados por Francisco Pinto de Almeida — Coimbra — 1913.
43. BAKER, Harry F. — **Introducción al estudio de los niños sub e superdotados** — Editorial Kapelusz — Buenos Aires — 1950.
44. ANDERSON, Gladys Lowe — **La Lectura Silenciosa** — Espasa — Calpe — S.A. — Madrid — 1934.
45. CAÑIZARES, Ana Echegoyen e Gomes Calixto Suares — **La Unidad de Trabajo y el Programa** — Cultural S.A. — La Habana.
46. DELACROIX, Hs e outros — **Psicologia del Lenguaje** — Editorial Paidos — Bnenos Aires — 1952.
47. MALLERY, Richard D. — **Grammar, Rhetorio and Composition** (reimpressão de 1956).
48. GRAY, William L. — **La Enseñanza de la Lectura y de La Escritura** — Publicação da Unesco.

49. REED, Hamer B. — **Psicologia de las Materias de Enseñanza Primaria** — Uteha — México, 1942.
50. REZZANO, Clotilde G. de — **Didactica General y Especial** — Editorial Kapelusz — 1952.
51. RIVLIN, Harry N. y SCHUELER, Herbert — **Enciclopedia de la Educación Moderna** — Losada — B. Aires — 1946.
52. TIDYMAN, Willard F. Ped. D. and Butterfield, Marguerite M.A. — **Teaching the Lenguage Arts** — M. Graw — Hill Book Co. Inc. — New York — Toronto — London — 1951.
53. CANEVARI, Reynaldo — **A Nova Nomenclatura Gramatical Brasileira.**
54. KURY, Adriano da Gama — **Pequena Gramática para explicação da nova nomenclatura gramatical** — Agir.
55. ELIA, Hamilton e ELI, Sílvio — **Nova Nomenclatura Gramatical Brasileira** — 1959 — J. Ozon Editôra — R. de Janeiro.
56. LIMA, C. Henrique da Rocha — **Gramática Normativa da Língua Portuguêsa** — 7.ª edição — Briguiet.
57. SCHUMACKER, Nelmo Luis — **Gramática da Língua Portuguêsa** — I Fonética — Livraria Editôra Sulina — P. Alegre.
58. OLIVEIRA, José Osório de — **História Breve da literatura brasileira.** S. Paulo. Livraria Martins.
59. PROENÇA, M. Cavalcanti — **Roteiro de Macunaíma** — S. Paulo. Ed. Anhembi.
60. PROENÇA, M. Cavalcanti — **Ritmo e Poesia** — Rio. Organizações Simões. 1955.

DEPARTAMENTO DE CULTURA GERAL

DIVISÃO DE LÍNGUA E LITERATURA

I — Diretrizes Básicas:

Número de unidades exigidas no Decr. 6071 de 10.5.1955

UNIDADES OBRIG.	SUGESTÕES PARA UNIDADES ELETIVAS	PARA INSTITUIÇÕES
	Língua Inglesa " Francesa " Espanhola	Clube de Línguas Vivas

II — Planejamento dêsses Estudos:

A Divisão de Língua e Literatura que integra o Departamento de Cultura Geral, prevê uma unidade eletiva de Língua Estrangeira.

Esta Unidade compreende o estudo da língua como um instrumento de trabalho e procura auxiliar os alunos na compreensão da leitura de livros didáticos em língua estrangeira.

II — JUSTIFICATIVA

A linguagem não é um fim em si própria. É uma maneira de comunicar os pensamentos, sentimentos e desejos, recebendo cada pessoa alguma coisa do conteúdo psíquico dos outros e dando em troca sua própria maneira de pensar e sentir. É ela um meio de comunicação.

Embora haja outros modos de comunicação, como o gesto, a mímica, etc., é a linguagem o mais completo, o mais rico, o melhor de todos, pois permite a comunicação entre indivíduos separados no tempo e no espaço.

O propósito em aprender línguas estrangeiras deverá ser, portanto, o de ter um meio de comunicação com lugares que a nossa própria língua não pode alcançar, capacitando o aluno a obter comunicações diretas sôbre os pensamentos dos outros.

Conhecendo línguas estrangeiras, o aluno terá acesso à cultura e instituições das nações estrangeiras, à vida e características de seu povo, bem como à arte dos outros países, ampliando sua capacidade de apreciação.

O ensino das línguas estrangeiras no Curso Normal tem principalmente finalidade instrumental, isto é, não encontra em si próprio a razão de ser, mas se destina à consecução dos objetivos específicos da formação do professor primário.

O professor deseja se renovar, buscar as últimas descobertas no campo da educação e auferir as vantagens de tôda nova experiência que possa enriquecer sua atividade.

Como em nosso país a grande maioria dos livros de pesquisa é em língua estrangeira, é justo e conveniente que, durante o curso, os alunos tenham a oportunidade de se familiarizar com elas a fim de que possam utilizá-las nas contínuas leituras necessárias ao bom desenvolvimento de seu trabalho diário.

III — OBJETIVOS

Uma das mais modernas e importantes características da didática atual é o ensino baseado em objetivos derivados das necessidades dos alunos.

Não é conveniente adotar como objetivos do ensino de língua estrangeira no Curso Normal o que certos autores julgam ser as necessidades gerais dos alunos. É preciso que o professor de língua estrangeira tenha um conhecimento direto das necessidades e problemas dos estudantes para então organizar uma lista dos objetivos gerais que deverão orientar o curso.

Julgamos que, para o Curso Normal, o **objetivo geral** do ensino das línguas seja: **"Desenvolver a habilidade no uso das línguas estrangeiras, a fim de utilizá-las como meio para a compreensão da leitura de livros didáticos".**

Como objetivos específicos podem ser apontados, dentre outros, os seguintes:

— Desenvolver o conhecimento funcional das formas e da sintaxe da língua estrangeira, através da leitura.
— Desenvolver a habilidade de compreender e utilizar a língua estrangeira.

— Desenvolver o conhecimento da história da língua estrangeira e suas várias relações com a língua nativa, nos significados, derivações e gramática.
— Desenvolver a habilidade de ler livros, jornais e revistas didáticas em língua estrangeira, com facilidade e prazer.
— Desenvolver o vocabulário técnico pedagógico, frases idiomáticas, prefixos e sufixos mais comuns usados na língua estrangeira. Ver "Word Study".

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Ao organizar seu programa de trabalho, o professor de língua estrangeira tomará em consideração um certo número de fatôres geográficos, sociais, filosóficos e educacionais que se relacionam com a comunidade em que está a Escola, vida social ambiente, filosofia que orienta curso e nível educacional do lugar, a fim de obter resultados mais positivos.

Caberá ao professor da matéria a organização do conteúdo do programa. Não obstante isso, faremos algumas considerações que poderão ser tomadas como sugestões de trabalho.

Damos ênfase ao ensino da leitura por julgarmos que é básico para o Curso a compreensão da língua estrangeira.

A leitura é um processo através do qual os alunos reconstroem, na base das suas próprias experiências, as experiências dos outros. Os estudantes têm experiências diferentes que deverão ser levadas em consideração e a leitura de livros em língua estrangeira deverá ser usada com habilidade e facilidade para conseguir os fins a que o Curso se propõe. A leitura então será funcional e necessária na vida diária dos estudantes, quer seja para recreação ou como meio de realizar um trabalho.

Ao planejar um programa de leitura, é necessário que o professor o faça guiado por um amplo conceito e deverá ter como objetivo o desenvolvimento tanto **nela** como **através dela**, pois a leitura deve contribuir para tornar a vida do indivíduo pessoalmente satisfatória e socialmente produtiva.

Os objetivos dêste programa deverão estar claramente definidos e em adição ao desenvolvimento das habilidades fundamentais, há outros objetivos que visam o desenvolvimento integral dos estudantes. Os alunos deverão conhecer êstes objetivos e considerá-los como parte integrante no tipo de vida pessoal e social que os cerca, a fim de que se tornem significativos para cada estudante em particular.

Um programa de leitura, desenvolvido com todo o cuidado, deverá visar influir em atitudes para que seja considerado adequado e efetivo.

Os alunos deverão ser auxiliados a desenvolver os tipos de atividades que necessitam; deverão ter leituras que desenvolvam seus poderes interpretativos e aumentem a compreensão.

Como propósitos ou finalidades de um programa de leitura no ensino de línguas estrangeiras para o Curso Normal, daremos alguns dos **objetivos gerais.**

— Despertar o desejo de ler para o desenvolvimento pessoal e social.
— Interpretar a leitura como um processo de aquisição de idéias.
— Auxiliar os alunos a compreender e interpretar o que lêem.

— Desenvolver a independência na identificação e reconhecimento de palavras.
— Aumentar o interêsse de leitura dos estudantes.
— Melhorar o gôsto pela leitura.
— Desenvolver hábitos e habilidades desejáveis na leitura.

Quanto aos **objetivos especiais**, citaremos alguns como sugestões:

— **Fé no esfôrço inteligente** — Os alunos deverão aprender através de suas experiências de leitura que o esfôrço perseverante os auxiliará a alcançar seus objetivos.
— **Pensamento criador** — Os alunos deverão ter experiências integrando a aprendizagem através de leituras que os levem a fazer uso da imaginação, habilidade em avaliar experiências, em formar conclusões certas e em improvisar soluções para seguir adiante com seus planos.
— **Tolerância inteligente** — Os alunos deverão chegar a compreender que seus colegas podem não dar uma resposta certa ou completa, mas, mesmo assim, êles têm direito à cortesia de serem ouvidos.
— **Conhecimento de suas capacidades e limitações** — As experiências de leitura em língua estrangeira deverão auxiliar os alunos a utilizar suas capacidades, ao mesmo tempo que enfrentam suas limitações, honesta e construtivamente.
— **Independência e auto-direção** — Os alunos deverão ser encorajados a levar avante seus próprios planos, bem como a fazer auto-avaliação.
— **Personalidade equilibrada** — Os alunos deverão chegar a sentir que seus interêsses foram ampliados, bem como perceber um progresso no desenvolvimento de suas capacidades em interpretar e comunicar idéias.

TÉCNICAS DE ENSINO

As técnicas do ensino das línguas estrangeiras serão usadas de acôrdo com os objetivos do curso em que são ministradas.

No Curso Normal, a técnica que mais importante se torna, dado o objetivo, é a do ensino da leitura.

Poderemos partir dos tipos de leitura (sistemática, funcional, recreativa) e considerar o que dentre elas é mais conveniente na situação específica dos nossos alunos.

É básico na leitura que os alunos compreendam o que lêem.

Poderemos conseguir o desenvolvimento da compreensão da leitura através de atividades como: discutir o material lido, relacionar o conteúdo da leitura com as experiências dos alunos, encorajar os estudantes a dar opiniões, escrever sumários, etc. Estaremos, assim, levando os alunos a formar opiniões sôbre os personagens, a interpretar o que o escritor quis dizer, a julgar o valor das idéias, etc., de um modo progressivo e constante, ao mesmo tempo que êles estão desenvolvendo certas habilidades úteis e necessárias para a compreensão do trecho, como: seguir a seqüência das idéias, encontrar as desejadas e relacioná-las, etc.

A leitura envolve vários processos significativos que necessitam ser considerados num programa. Como passos básicos, citaremos:

— **Apreensão do significado** — sem o qual o aluno não poderá desenvolver adequadamente certas habilidades mais complexas que lhe forem exigidas.
— **Uso de material auxiliar** — para suprir as faltas que o aluno tiver, no caso dêle não trazer para a leitura um rico e variado cabedal de experiências e fatos significativos.
— **Análise crítica** — para avaliar o que foi lido e interpretar a lógica usada pelo autor, sob a luz do seu atual conhecimento.
— **Leitura criadora** — ao assimilar o que foi lido e torná-lo uma parte de si mesmo, sem influência de suas próprias tendências.
— **Uso de idéias na elaboração de novas idéias** — por parte do aluno que tiver compreendido o significado completo do trecho lido, avaliado o que foi apresentado e incorporado à sua própria maneira de pensar. Assim fazendo, o aluno estará reavaliando o que leu e construindo ao redor da leitura novas associações e significados.

Os alunos diferem não sòmente em conteúdo de experiências, como também em habilidade no manejo da língua estrangeira.

Grandes diferenças em habilidade para a leitura existem em tôdas as classes. O material deverá ser, portanto, nem muito difícil nem muito fácil, mas suficientemente fácil para que os alunos compreendam o que lêem, e ao mesmo tempo difícil, para despertar o desejo de melhorar.

A média do crescimento mental, desenvolvimento físico e ajustamento social e emocional são diferentes em cada aluno. É essencial, portanto, que o professor conheça o "status" de leitura de cada aluno para que possa atender melhor as necessidades e habilidades de cada um.

À medida que os alunos aumentam suas habilidades em leitura, a associação dos significados com as palavras e o reconhecimento de novos vocábulos deverá mostrar um desenvolvimento rápido.

Algumas vêzes a leitura silenciosa poderá ser usada com o propósito de aumentar o vocabulário. Neste exercício, os alunos serão orientados pelos professor, na procura de expressões e palavras chaves, de modo a que possam apreender o significado do texto sem consultar o glosário. Assim, êles aprenderão a usar a leitura como um instrumento de treino na compreensão e no desenvolvimento do vocabulário.

No uso de auxílios, ao se lhe depararem palavras novas, o professor poderá decidir, dentre outros, quais os necessários a um determinado grupo de alunos, se: o uso de gravuras, o uso do texte, os sons de consoantes iniciais, o reconhecimento de palavras pequenas dentro de palavras grandes, as semelhanças e diferenças, e uso de prefixos e sufixos, etc.

Citaremos algumas sugestões para o aumento do vocabulário:
— **Aprendendo novas palavras** — que o cinema, o rádio, as ciências de um modo geral introduzem, tornando o campo do conhecimento livre do limite de tempo e espaço.
— **Conhecimento de palvaras que pertencem a uma determinada especialidade** no caso das Escolas Normais, onde as línguas estrangeiras deverão ser usadas como um instrumento de leitura, as palavras que se referem à didática, psicologia, filosofia, etc., deverão ter mais ênfase.
— **Sinônimos** — são muito importantes e deverão ser estudados dentro do texto para melhor compreensão de cada caso e uso que dêles se faz.

Embora em nosso caso particular, a compreensão seja considerada como o objetivo mais importante, a mecânica da leitura também é fundamental, pois a compreensão não se poderá desenvolver ao máximo, a não ser que a mecânica esteja dominada.

No programa do ensino de línguas estrangeiras haverá, na maioria das vêzes, leitura silenciosa, devendo ser planejada de modo que o interêsse dos estudantes seja continuamente aumentado e aprofundado. O professor deverá dar orientação aos seus alunos de acôrdo com o propósito de leitura que êle visa, guiando-os em suas necessidades.

Baseadas na compreensão da leitura em língua estrangeira, sugerimos, dentre outras, as seguintes atividades que poderão ser desenvolvidas pelos alunos: relacionar idéias, ordená-las, sumarizar um trecho, selecionar material para um determinado propósito, avaliar a importância e a relevância dos itens, etc. Como outra atividade de leitura, professor poderá distribuir livros cujo texto não tenha sido prèviamente estudado e, após um certo tempo dado para a leitura silenciosa no qual os alunos lerão pela idéia geral e não para tradução literal, fazer perguntas oralmente ou por escrito, a fim de verificar se compreenderam o que foi lido.

De modo geral, o professor poderá dizer que os padrões de leitura estão melhorados e que os alunos estão fazendo progresso, quando êles lerem material de seu nível e quando procurarem por êste tipo de leitura.

Citaremos algumas sugestões para esta avaliação:

— Mudança de atitude para com a leitura.
— Escolha de maior número de material de seu nível de maturidade.
— Habilidade crescente em usar a leitura para obter informações, organizar relatórios, etc.
— Leitura como atividade recreativa.

Seleção do material torna-se muito importante, pois não é suficiente proporcionar material ao nível da habilidade de leitura dos alunos, mas o assunto do material proporcionado deverá ter valor em ser lido e deverá auxiliar os alunos em suas necessidades individuais, bem como nas do grupo.

Lembramos ao professor que, ao selecionar material de leitura, deverá levar em consideração três aspectos fundamentais:

— Uma compreensão profunda das necessidades dos alunos, suas experiências passadas, seus interêsses, etc.
— Um amplo conhecimento do material com o qual irá trabalhar.
— Um conhecimento batante grande do nível e das habilidades de cada aluno em leitura e domínio da língua estrangeira.

Nas Escolas Normais, o material selecionado para a aula, como livros de estudo, revistas pedagógicas, jogos educativos, etc., deverá ser em língua estrangeira e é partindo daí que o professor poderá auxiliar cada aluno em suas dificuldades individuais.

As atividades programadas nesta Unidade deverão fazer parte funcional da vida dos estudantes e ser relacionadas com os problemas e experiências que são importantes para os alunos.

Portanto, o professor deverá primeiro conhecer as necessidades dos alunos, saber que leituras estarão mais próximas de seus interêsses e procurar suprimir as faltas que houver, indo ao encontro dêstes interêsses e necessidades.

MATERIAL DIDÁTICO

Dado o reduzido número de aulas em cada semestre, o professor deverá conduzir as atividades dos alunos de modo a alcançar o máximo nos objetivos visados.

Aconselhamos os professôres de língua estrangeira que orientem seus alunos na confecção do material didático necessário de acôrdo com o trabalho que estiverem desenvolvendo.

Sugerimos, entre outras atividades, a confecção de um fichário em ordem alfabética, onde os têrmos desconhecidos encontrados em livros pedagógicos, estejam devidamente exemplificados.

Julgamos que isto muito auxiliará os estudantes, pois, além de organizar o fichário, êles o manusearão sempre que surgir uma palavra cujo significado não ficou bem claro durante a leitura. Tomemos, como exemplo, a palavra patterns, comum nos livros de didática em língua inglesa. No livro diz: "These are our teaching patterns". Os alunos repetirão na ficha a frase acima e acrescentarão uma sentença explicativa, que poderá ser: "The primary schools of R.G.S. follow the same general patterns".

Êste fichário, além de auxiliar os alunos que o organizam, continuará sendo usado e ampliado pelos que ingressam nesta unidade nos semestres posteriores, sempre que novos vocábulos se tornarem necessários.

Outro objetivo de grande valor dêste material é que irá habituando os alunos a uma atividade de pesquisa independente, sem a constante necessidade de ter o professor ao lado no momento da leitura, pois a não ser um dicionário específico da matéria, nem sempre se podem encontrar os têrmos desejados em um dicionário comum. Ver "Pequeno Vocabulário anexo.

POSSIBILIDADE DE CORRELAÇÃO

A Unidade de língua estrangeira se prestará de modo incomparável para a correlação com tôdas as matérias.

Como instrumento de cultura usado para auxiliar as atividades de outras unidades, ela **estará na dependência dos livros didáticos que os alunos consultarem.**

O professor desta unidade orientará os alunos individualmente ou em grupo, conforme o caso, nas pesquisas de Psicologia, Didática, Filosofia, Sociologia, Música, etc. que êles, usando bibliografia estrangeira, necessitarem para seu trabalho.

OBSERVAÇÕES

Sugerimos a organização de um Clube de línguas com reuniões semanais, quinzenais ou mensais, conforme o interêsse dos alunos e possibilidades da escola.

O Clube teria sua diretoria autônoma, independente de qualquer outra atividade, mas sempre com a orientação do professor.

Estas reuniões poderão constar de jogos, canções, palestras, etc em língua estrangeira e se referirem ao país cujo idioma os alunos estudam.

Com a organização de uma biblioteca especial para o Clube, os alunos poderão levar os livros para casa, aumentando cada vez mais o desejo de ler e o prazer sentido na leitura de obras no original.

O Clube não se refere a um determinado semestre, mas, uma vez iniciado, continuará por muito tempo, mesmo que os alunos já tenham terminado a Unidade de língua estrangeira.

Como o estudo de língua em apenas um semestre é muito reduzido, é conveniente que os alunos continuem seus estudos de modo aritmético através de um Clube do qual poderão ser membros, enquanto permanecerem na Escola ou talvez mesmo como ex-alunas.

BIBLIOGRAFIA

ALVAREZ, Dionísio Fuertes — Núcleo Mínimo da Expressão Linguística — Pôrto Alegre.

BREAL, M. — L'enseigmente des Langues Vivantes — Paris.

BUMPASS, Faye L. — The Teaching of English as a Foreign Language — Trujillo, Instituto Cultural Dominico-Americano — 1950.

COHEN, Marcel — Pour une Sociologie du Language — Paris, Michel, 1956.

CONNEGTICUT STATE DEPARTAMENT OF EDUCATION — Education for Living. — Hartford, 1948.

GULLETTE, Cameron C. e outros — Teaching a Modern Language — New York, Appleton-Century — Crofts, Inc., 1942.

JESPERSEN, Otto — How to Teach a Foreign Language — London, George Allen & Unwin Ltd.. 1952.

MERAS, Edmond A. — A Language Teachr's Guide. New York, Harper & Brothers, 1954.

SMITH, Henry Lee, Jr. — Linguistic Science and the Teaching of English Cambridge, Massachussets, Harvard University Press, 1956.

UNESCO — La Enseñanza de las Lenguas Vernaculas — Paris, 1954.

Elaborado pela **Prof.ª Olga Creidy**
da Secção do Ensino Normal e Secundário

DEPARTAMENTO DE CULTURA GERAL

DIVISÃO DE FILOSOFIA

I — DIRETRIZES BÁSICAS

Número de unidades exigidas pelo Decreto 6071, de 10.5.55.

Unidades obrigatórias	Sugestões para unidades		para instituições	Obs.
	eletivas	facultativas		
Introdução à Filosofia e à Psicologia	Problemas filosóficos gerais Problemas atuais da Psicologia Filosofia grega e Filosofia contemporânea História da Psicologia	Filosofia e Cristianismo A arte e a moral O herói, o sábio, o artista e o santo	Clube de Filosofia Laboratório de Psicologia	

II — PLANEJAMENTO DOS ESTUDOS

A Reforma do Ensino Normal (Decreto 6004 de 11-1-55, alterado pelo Decreto 6071 de 10-5-55: Diretrizes Gerais do C.P.O.E.) prevê para a Divisão de Filosofia do Departamento de Cultura Geral, a realização de três unidades, cujos conteúdos, abrangendo o campo da Filosofia e da Psicologia, deverão ser desenvolvidos em dois semestres.

Nessa circunstância é óbvio que, pelo menos, uma das unidades deverá ser colocada, obrigatòriamente, no primeiro semestre, devendo a distribuição das restantes, como eletivas, se processar pela maneira que à Escola parecer mais conveniente e tendo em vista seu plano de estudos.

De acôrdo ainda com o planejamento da Escola, poderá a Divisão de Filosofia, quantitativamente:

a) distribuir os conteúdos filosóficos e psicológicos de maneira uniforme;

b) dar mais ênfase à Filosofia ou à Psicologia.

Sôbre a constituição das unidades convém que os titulares das respectivas cadeiras tenham sempre presente os ítens 5 e 7 dos objetivos da Reforma do Ensino Normal (Exposição de motivos).

(ítem 5) Substituir a atual organização do sistema seriado de disciplinas que integram os currículos por cursos que constituam problemas a resolver e a discutir, visando situações reais de vida e que formem unidades de estudo, tanto quanto possível independentes.

(ítem 7) Prever que a programação dessas unidades de estudo seja objeto de revisão periódica, enriquecendo ou substituindo o conteúdo dos problemas que as constituam, permitindo assim uma constante atualização dos currículos.

Desejamos observar que o fato da Filosofia e da Psicologia figurarem numa mesma unidade — (Introdução à Filosofia e à Psicologia) poderá, à primeira vista, parecer estranho, uma vêz que a primeira considera seu objeto sempre do ponto de vista universal e totalitário, enquanto a segunda, de ponto de vista parcial e derivado.

Assim justificamos a inclusão da Psicologia na Divisão de Filosofia, dentro de uma unidade, porque os objetivos a que se refere, são objetos que não são fáceis de isolar, dentro do âmbito da realidade.

É difícil libertá-los do que os objetos em geral e totalitàriamente são; e estando assim interrelacionados, as soluções dadas aos problemas filosóficos da ontologia e da gnoseologia repercutem, dentro do campo da psicologia. Assim, a estrutura desta disciplina depende intimamente da posição que tomarmos com respeito aos problemas fundamentais da totalidade do ser.

Por esta razão, a Psicologia encontra-se aqui unida à Filosofia, porém na periferia desta.

Além disso, tendo presente a imaturidade que, de maneira geral ainda caracteriza os alunos recém-ingressos nos estabelecimentos de formação de professôres primários que, se no contacto inicial dos normalistas com os problemas filosóficos e psicológicos forem os mesmos apresentados em situação de vida e, portanto, em estreita e íntima relação, os estudos serão realizados em condições, não só de maior facilidade como de maior fecundidade.

A experiência de nossas escolas normais é que, no futuro, dirá a última palavra a êste respeito, confirmando ou negando a suposição acima formulada.

Quanto às demais unidades apresentadas no quadro anexo, queremos não deixar dúvida sôbre o verdadeiro sentido de sua presença: valem como sugestões aos senhores professôres que têm a liberdade de adotá-las ou substituí-las, caso o plano de estudos e de curso assim aconselharem.

III — DIRETRIZES PROGRAMÁTICAS

(Subsídios para um plano de curso)

A. FUNDAMENTAÇÃO

Além do sentido cultural e técnico, teria indubitàvelmente real importância, dada a sua indispensável contribuição à solução de problemas filosóficos da educação que, pelo conteúdo e pelo grau de generalidade, não podem ser resolvidos ùnicamente através dos métodos científicos.

Sendo a escola primária o fundamento da educação de qualquer país, e dela dependendo o seu destino cultural e histórico, os educadores encarregados da formação de professôres primários devem voltar sua atenção para a preservação da unidade do pensamento brasileiro em relação aos principais problemas que afligem nossa realidade atual.

Em face da situação do Brasil, em nossos dias, torna-se necessário despertar o normalista para a fôrça e a direção das tendências sociais e econômicas no que se refere às suas conseqüências partidárias, políticas e sociais. Além de treiná-los nesta percepção das possíveis direções do pensamento, positivas ou negativas, que se procuram infiltrar no seio das nossas comunidades, elevando-as ou desintegrando-as, devem as escolas normais prepará-los para uma atuação pronta e adequada.

Considerando-se a necessidade de todo estudante de Psicologia conhecer as principais correntes filosóficas para, no estudo das escolas psicológicas, não cair num ecletismo inconsciente e perigoso, sentimos bem de perto, a importância da Filosofia no currículo das escolas normais.

Com respeito ao valor moral, salientamos a motivação do aluno para as inquisições não voltadas exclusivamente para fins práticos e contingentes.

"A filosofia é moralidade essencial: é inquisição honesta, reta, sincera, humilde, desinteressada da verdade; dedicação e renúncia, por isso, é elevação e sublimação, purificação, ascese e liberação".

B — OBJETIVOS

I — Levar à compreensão da filosofia como ciência do universal, como unificadora do saber humano.

II — Despertar a sensibilidade no sentido de captar a fôrça, a direção e os possíveis cursos das tendências filosóficas no domínio da literatura, da arte em geral, no âmbito social e industrial, sob o ponto de vista político, etc.

III — Levar a uma atitude de inquietação quanto ao "status quo" para que, liberando intuições criadoras venha a ter consciência do melhor, da necessidade de dirigir-se a alguma coisa mais satisfatória do que o comum, onde o homem médio vive satisfeito.

IV — Desenvolver atitudes coerentes entre convicções, atitudes e ações. Não sòmente estar de posse de verdades que ultrapassem o comum e o aceito, mas estar pronto a defendê-las no embate da interação social de idéias.

C — CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

De acôrdo com as características da escola e das condições peculiares da turma de estudantes, sugerimos sejam selecionados conteúdos de alguns dos aspectos filosóficos e psicológicos abaixo indicados:

Gnoseologia
Axiologia
Metafísica
Lógica
Ética
Estética
Filosofia da Religião
História da Filosofia
Psicologia Geral
A personalidade do ponto de vista evolutivo
Dinâmica do comportamento
Psicologia do estudo
História da Psicologia

D — TÉCNICAS DE ENSINO

"O ensino será não apenas histórico, mas pessoal e íntimo. Um estudante pode considerar-se no caminho da filosofia no dia, mas só no dia em que, no silêncio do seu quarto de estudo, começa a meditar por si mesmo sôbre algum trecho de um grande filósofo".

Não se ensina filisofia. Ensina-se a filosofar. O método filosófico, por excelência, seria aquêle que nos incitasse a raciocinar por conta própria. O ato de filosofar impõe o emprêgo do método crítico às situações problemáticas independentemente de qualquer interpretação já formulada. O método de reflexão livre pressupõe a autonomia do espírito diante dos vários tipos de interpretação doutrinária.

Examinando-se as obras de Descartes, Kant, etc..., verificamos que nenhum dos filósofos seguiu, na exposição das idéias, o método por êles aconselhado para atingir um fim prèviamente definido. Esta infidelidade ao método por parte dos seus criadores levou alguns filósofos a assumir uma posição eclética. Outros baseiam-se na reflexão autônoma sôbre os problemas, sem buscar recursos em qualquer outra solução, inspirada no método da autoridade.

Reafirmamos a nossa opinião de que, tendo em vista a imaturidade que, de maneira geral, ainda caracteriza os alunos que freqüentam as nossas escolas normais, os problemas filosóficos e psicológicos devem ser apresentados em situação de vida.

Relativamente à Psicologia, sugerimos que as aulas sejam dadas num ambiente de realidade e responsabilidade, levando os alunos a estabelecer e a realizar o propósito de procurar o ajustamento da própria personalidade. Procurar-se-á, no desenvolvimento dos estudos, dar um sentido orgânico em tôrno das várias unidades em que se desdobrar o problema central — a personalidade. Seria interessante haver sempre discussão dos temas propostos com participação ativa dos alunos, sob a orientação do professor. O estudo dos casos favorecerá as condições de plena realização dos objetivos colimados nesta diretrizes.

E — MATERIAL DIDÁTICO

— Quadros célebres
— Objetos de arte
— Uma discoteca selecionada
— Objetos simbólicos em geral
— Biblioteca: obras filosóficas e literárias
— Museu didático
— Jornais, revistas, etc.
— Filmes, como por exemplo:
  — Who is my Neighbour?
  — Make Way for Youth (Abra caminho para a juventude)
  — Experimental Studies in Social Climates of Groups (Estudos experimentais sôbre climas sociais de grupos)
  — Democracy

F — BIBLIOGRAFIA

BÜHLER, Charlotte — El curso de la vida humana como problema psicológico

CARREL, Alexis — O Homem perante a Vida

DUNN, David — É Fácil Ser Feliz

DESMARAIS, Pe. — A Felicidade, Essa Desconhecida — Ed. José Olimpio — Rio

FRANCA, Pe. Leonel — A Crise do Mundo Moderno — Ed. Agir — Rio

GARCIA MORENTE, Manuel — Fundamentos de Filosofia — Espasa — Calpe, S.A. — Madrid, 1951.

GARCIA MORENTE, Manuel — Lecciones preliminares de filosofia

GRATTAROLA, Lazzaro — Recordando a los niños — Ed. El Ateneo — Buenos Ayres

IDEM — A Realidade Americana — Idem

IDEM — Idade, Sexo e Tempo — Idem

PEIXOTO, Afrânio — Eunice ou A Educação da Mulher — Ed. Jackson

KELLER, Helen — A Histria da Minha Vida — Ed. José Olímpio — Rio

MARIAS, Julian — Introducción à la Filosofia
História de la Filosofia
Biografia de la Filosofia

MARITAIN, Jacques — Elementos de Filosofia

MORGAN, Clifford T. — Introdução à Psicologia

SCHNEERSOHN — La neurosis Infantil — Ed. Iman, B.A. 1940

SERTILLANGES, O. P. — As grandes teses da Filosofia Tomista

WAGNER, Charles — O Valor — Ed. Melhoramentos — S. Paulo

UNESCO — L'enseignement de la philosophie — Enquête Internationale

REVISTA BRASILEIRA DE FILOSOFIA

DIVISÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS — DIRETRIZES BÁSICAS

I — NÚMERO DE UNIDADES EXIGIDAS PELO DECRETO 6071 DE 10.5.1955:

UNIDADES OBRIGATÓRIAS		SUGESTÕES		
		PARA UNIDADES		Para instituições
De conteúdo obrigatório	De conteúdo eletivo	Facultativas	De recuperação	
1 unidade: Revisão dos conhecimentos contidos no programa primário vigente, que sofreram atualização.	1 unidade: Exemplos: Estudo de um problema ou de uma necessidade local. Influência da colonização de determinado povo no R. G. Sul. Brasília e a densidade demográfica brasileira. Evolução do govêrno no Brasil. Formação da sociedade brasileira, etc.	Exemplos: Influência da cultura européia na América. Estudo sócio-cultural de populações indígenas remanescentes da localidade. E muitas outras.	Sempre que necessário.	Clube de História. Clube da História Local. Clube de Geografia. Clube de Turismo. Liga de Civismo. Museu Histórico. Museu Geográfico. Museu Etnográfico Museu Regionalista. Clube da Comunidade. Clube de Tradições. Clube dos Amigos da Cidade, etc.

II — PLANEJAMENTO DÊSSES ESTUDOS:

DUAS UNIDADES OBRIGATÓRIAS

A Reforma do Ensino Normal no Departamento de Cultura Geral prevê o estudo de duas unidades obrigatórias na Divisão de Ciências Sociais.

De acôrdo com o disposto no artigo 11 do Capítulo II do Decreto n.º 6004 de 26.1.1955, sugere êste Centro que a satisfação dessas exigências seja feita da seguinte maneira:

Uma unidade de Ciências Sociais deverá reestudar, cientificamente o conteúdo do programa primário vigente nas escolas do Estado. Impõe-se essa revisão a fim de esclarecer os professôres, enriquecendo ou substituindo seus conceitos, permitindo assim uma constante atualização da aprendizagem.

É evidente que nem sempre é possível ao professor revisar completamente todos os conteúdos da aprendizagem exigidos no programa do curso primário com os alunos, por exigüidade de tempo. Assim, talvez fôsse oportuno, nessa unidade, o professor oferecer aos normalistas o estudo daquêles aspectos científicos onde se verificou mais radical atualização de conceitos ou em outros que estejam a exigir complementação e enriquecimento, face às mais novas conquistas científicas.

O Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais tem publicado inúmeros comunicados, onde procura levar aos professôres rio-grandenses uma colaboração nêsse sentido. Êsses comunicados pertencem à série "Atualização de Conceitos contidos no programa primário" e abrangem a revisão de conceitos geográficos e históricos.

Outra unidade, cujo conteúdo será objeto de escolha do professor, poderá incluir estudos subordinados, por exemplo, a um dos temas seguintes:

Aspectos significativos da cultura local ou estadual ou nacional.

Aspectos históricos e geográficos da localidade, ou do Estado, ou do País, ou ainda outros assuntos sócio-culturais de comprovada atualidade e que possam levar os alunos a um melhor ajustamento e à maior compreensão de problemas vitais.

Evidentemente, como estas diretrizes só constituem sugestões para a elaboração dos diferentes conteúdos programáticos a serem elaborados pelos professôres do ensino normal em suas escolas, outros títulos poderão ser escolhidos, de vez que cabe ao professor a faculdade de organizar seu programa, levando em consideração os interêsses e necessidade locais, os interêsses dos alunos, os recursos de que dispõe a escola, bem como os conteúdos básicos que a disciplina deve oferecer à compreensão do educando.

Entretanto, há um aspecto muito importante a considerar, quando o professor se detém na resolução do problema "que assuntos oferecem ao aluno no desenvolvimento da segunda unidade obrigatória, mas de conteúdo eletivo".

Como em tôdas as obrigatórias, os conteúdos programáticos dessa unidade serão comuns a todos os alunos e deverão constituir um fundo de cultura integrador na formação do futuro professor. Por isso, deve haver muito cuidado na escolha dsses conteúdos, de maneira a atender não só à formação integral da personalidade do educando, mas, também, estudar aspectos históricos e geográficos de muita significação e que facilitem ao futuro educador a tarefa de levar seus alunos a atin-

gir os elevados objetivos gerais propostos no programa primário com que vão atuar.

Como se pode observar pelos exemplos oferecidos no quadro anexo é sempre recomendável estudar integralmente no mesmo conteúdo os aspectos histórico e geofráfico, porque é assim que êles vão ser tratados no Curso Primário. Não se justifica, pois, por exemplo, um conteúdo expresso apenas dessa maneira: "História da Localidade" ou "Geografia da Região". Para que se possa integrar no espírito da Reforma do Ensino Normal o desenvolvimento dos es'udos, devem êles ser feitos de maneira a abrangerem "aspectos históricos e geográficos da localidade" ou "aspectos históricos e geográficos do Estado", ainda no caso do exemplo acima citado.

Integrar, sempre que possível, é uma das grandes metas que se propõe alcançar a Reforma. Aliás, a ciência é uma, nós é que a separamos e a rotulamos sob diversos nomes, apenas por razões didáticas e para facilidade de compreensão.

UNIDADES FACULTATIVAS

Dentro das mesmas condições previstas para a unidade obrigatória de conteúdo eletivo e ainda levando em consideração interêsses especiais dos alunos, é que a escola poderá proporcionar outras unidades, em caráter facultativo, tais como as que sugerimos no quadro anexo.

AINDA A ESCOLHA DOS CONTEÚDOS

Além do que já foi dito e para que melhor se interprete o espírito da reforma do ensino normal, cumpre fazer, ainda, outras considerações.

É necessário que os professôres voltem sua atenção para a necessidade de despertar naqueles que estudam, a consciência e o desejo de aprender em profundidade.

É preferível, pois, que o assunto central do conteúdo abranja menor extensão, para que os estudos selecionados sejam desenvolvidos em profundidade e assim, cumprir-se, também, um dos objetivos gerais do Departamento de Cultura Geral que é: "proporcionar vivências de trabalho e estudo que preparem para futuras aprendizagens didáticas".

Recomenda-se de preferência a escolha de temas da realidade e atualidade brasileiras, a fim de fortalecer, cada vez mais, os laços de compreensão e amor que devem prender um professor à terra em que nasceu.

III — DIRETRIZES PROGRAMÁTICAS:

1. **Justificativa**

Sob a rubrica "Ciências Sociais", no Departamento de Cultura Geral, estudam-se na Reforma duas disciplinas: Geografia e História.

Antigamente, Geografia significava apenas "a descrição da terra". Hoje, a Geografia não deixa de descrever a terra, mas essa descrição foi reduzida, pois passou a ser apenas uma parte de seu âmbito, que se tornou consideràvelmente maior, abrangendo muitos outros setores interessantes".

"No conceito moderno, a Geografia é o ramo da ciência que estuda a terra como "habitat" do homem, mostrando as relações entre o mundo orgânico e inorgânico".

"O conceito antigo sôbre História colocava-a na qualidade de um repositório do passado, uma espécie de arquivo do que havia acontecido e que pouca serventia podia ter".

"Hoje, a história é entendida de uma maneira diferente e passou a ter um caráter dinâmico e utilitário. No conceito atual **a história é a ciência que tem por objetivo o estudo das origens e desenvolvimento das sociedades humanas, dos fatos mais importantes nas mesmas sucedidos e das relações entre êles existentes**".

"A modernização inclui seleção de dados e reconheceu a importância da casualidade histórica. O passado agora servirá para melhor compreender o presente e êste influirá bastante nos fatos futuros".

A continuidade histórica, entretanto, não inclui previsões; só se ocupa com o que já aconteceu; seu limite no tempo não é a última página do livro mais recente, mas o último fato significativo para a sociedade, embora a ocorrência se tenha dado segundos antes do momento atual.

Colocamos Etnografia como disciplina sob o título geral de "Ciências Sociais", porque os estudos a ela vinculados têm estreita relação com os estudos histórico-geográficos da localidade.

Modernamente **Etnografia é a ciência que observa, descreve e arquiva os fenômenos das culturas primitivas** (povos sem escrita).

O objetivo formal dessa ciência é a simples observação e descrição dos fatos. A Etnografia não é ciência interpretativa.

É evidente que, quando se realiza o planejamento das Ciências Sociais na Escola Normal, não se pode prescindir de relacionar êsses estudos com a Sociologia — ciência como nenhuma outra tão prêsa e ligada continuamente ao meio e aos grupos humanos.

Ao professor de ensino normal, dentro do espírito da reforma, compete, pois, não só aplicar as melhores técnicas na direção da aprendizagem, mas também acompanhar a evolução das ciências geográfica e histórica, atualizando sempre e cada vez mais seu conceito e seus conhecimentos.

O Ensino Normal é destinado a preparar professôres aptos para solucionarem diferentes problemas de educação primária, de acôrdo com as peculiaridades das diversas regiões do Estado, a par do desenvolvimento dos interêsses e capacidades pessoais de cada um dêles.

Sendo assim, parece de vital importância, no currículo dêsse grau de ensino, a Divisão de Ciências Sociais, mòrmente numa época em que é anelo de todos os povos civilizados a consecução de uma paz mundial construtiva e duradoura.

2. Objetivos

a) Compreensão internacional

A escola normal rio-grandense deve ter por norma alcançar êste ideal de compreensão e amizade internacionais, através de um trabalho de preparação das novas gerações e fazendo uso dos conhecimentos incluídos nas diversas unidades de Ciências Sociais.

Uma ação nêsse sentido seria iniciada na localidade, ampliando o âmbito, dentro dos conhecimentos dos outros assuntos do conteúdo programático quando da revisão dos conhecimentos primários.

"A Geografia dá o sentido do espaço, como a História é a ciência que dá o sentido do tempo. Por isso mesmo ela alarga os horizontes do espírito, descreve e explica sôbre os elementos que constituem o cená-

rio do drama humano. Na idade do avião, na qual acabamos de ingressar, êste cenário é bastante reduzido. Pela primeira vez na história o homem toma consciência duma maneira experimental e dominadora da unidade espacial do planeta.

A geografia humana em particular faz ressaltar a solidariedade de todos os homens e a engenhosidade que êles empregam para se adaptar a seu meio natural e dêle tirar o melhor partido possível. As necessidades primárias de todos os homens são as mesmas, (alimentação, vestuário, habitação, defesa, vida social, moral e espiritual) se bem que a maneira de as satisfazer varie de uma região para outra. Os estudos das diferentes maneiras de viver, observados dêste ponto de vista, constituem poderoso fator de compreensão internacional.

A geografia econômica, enfim, traz à luz, mais que as outras partes da geografia, a interdependência, a complementação das diferentes nações e dos diferentes países. Ela é capaz de dizer e de ilustrar com a ajuda de dados estatísticos precisos o que cada país dá ao outro e o que cada um recebe dos outros.

Partindo dêsses conhecimentos, podem-se determinar as grandes áreas de complementaridade da superfície do globo: complementaridade dos dois hemisférios, de antigos e novos continentes, de países marítimos e continentais e outro fator poderoso de compreensão internacional".

b) **História**

No desenvolvimento dos conteúdos de História há de o professor ter em vista os objetivos formadores da matéria, provendo para que o ensino, além de propiciar a aquisição dos conhecimentos e técnicas inerentes a essa disciplina, concorra efetivamente para a formação social dos educandos. O conhecimento e memorização dos fatos históricos deve secundar o fortalecimento de atitudes e ideais sociais e cívicos.

Pelas virtudes que pode estimular, pelos exemplos edificantes que apresenta, e pelos ideais que suscita, do programa de História, devem extravasar lições riquíssimas de moral e civismo que se transmitirão de maneira implícita, através do trabalho harmônico, com os ideais e valores da educação. Ao desenvolver as unidades, cuidará o professor de formar no educando atitudes cívica e moral corretas, levando-o a uma visão equilibrada da realidade brasileira: "Nem patriotismo que se exalta em enumerar e descrever riquezas naturais do Brasil, nem atitudes de pessimismo em face dos problemas brasileiros, mas um sadio equilíbrio baseado num sentimento generoso de serviço à Pátria, na formação de energia capaz de enfrentar problemas e de solucioná-los, bem como na discriminação e na valorização de nossas riquezas naturais e humanas".

O ensino da História não deve limitar-se a proporcionar o conhecimento do passado, vivido pelo próprio povo e por aquêles que fertilizaram e influiram em seu pensamento e existência; nem a apresentar de maneira viva os valores éticos que encerra a História, no sentido de despertar e fortalecer o espírito cívico dos alunos. É imprescindível, também, que êstes penetrem, por sua vez, no sentido teórico que os fatos encerram.

A relação entre o que foi e o que é, deve ser ressaltada a todo instante, pois o movimento do passado para o presente, e vice-versa, constitui um dos principais métodos de estudo da História, um a tornar o outro mais compreensível e apreciável.

Não se pode compreender bem o presente sem conhecer o espírito e a ação dos homens que nos precederam; pois sua atuação concorre para que sejamos o que somos, devendo ser assim interpretados, não apenas no setor político, mas também no campo da arte, ciência, literatura e em tudo que haja contribuído para o progresso da Pátria e da Humanidade.

c) **Geografia**

A Geografia deve ser estudada como um auxiliar no ajustamento do educando ao meio físico, econômico, social e político.

Também é ao estudo da Geografia que cabe a missão de desenvolver no aluno a capacidade de pensar geogràficamente, de orientá-lo para que se formule uma idéia especial bem clara e de encarar com equilíbrio as relações de dependência entre o homem e a terra.

A Geografia ainda deverá proporcionar aos alunos conhecimentos geográficos ativos, básicos e necessários à comprensão da vida diária, (conhecimento dos recursos econômicos dos principais centros de população, das principais estradas, da significação econômica da vida moderna) contribuindo para cultivar o sentido de realidade das coisas, levando a criança a conhecer por sua própria observação e interpretação os lugares estudados.

Enfim, a Geografia deve ter por objeto fazer com que o estudante conheça os caracteres e fatos geográficos de seu lugar natal, da região, do país, da unidade continental e chegar, através desta graduação, ao conhecimento da unidade da terra; mas, procedendo de tal forma, que cada lugar estudado tenha vinculação com o resto, por semelhança ou diferença.

3. **Conteúdos:**

Sôbre êsse assunto, ver item II destas diretrizes: "Planejamento dêsses estudos".

4. **Técnicas de ensino**

a) **História**

Os acontecimentos da História devem ser focalizados em suas origens, com o estudo de suas causas e a interpretação de sua marcha evolutiva até o presente. Abordando as unidades do programa, aspectos parciais do desenvolvimento da vida social e política dos povos, o professor, sempre que fôr oportuno e necessário, efetuará a conexão com os demais fatôres, levando a classe a uma interpretação global do assunto.

Outrossim, cuidará o professor de aproveitar as situações que o estudo oportunizar para desenvolver nos alunos um sadio otimismo, uma visão histórica, fruto da meditação e julgamento da classe, do que decorrerá uma serena interpretação dos fatos sociais e maior integração na vida da comunidade.

Como pontos de referência para o planejamento do trabalho didático deverá o professor considerar que a aprendizagem deve:

a) ser intuitiva;
b) suscitar a atividade do aluno, especialmente do ponto de vista intelectual;

c) obedecer à ordem cronológica;
d) atender os interêsses naturais do educando (gôsto pelas aventuras, pelas biografias, etc.)
e) relacionar-se às experiências da classe e à vida na localidade.

Figurando a História entre as disciplinas preferidas pelos alunos, o que decorre dos palpitantes e sugestivos problemas humanos que apresenta, não será difícil ao educando encontrar os meios de motivar o seu estudo. Repleta de ações, estimulando a imaginação, apelando para o espírito de aventuras, a curiosidade e os interêsses sociais e patriótico dos educandos, a História oferece ao professor facilidades para a motivação de seu trabalho.

A exposição do assunto a ser estudado, pesquisas informativas e a observação da realidade, recolhidas de fontes diretas ou representadas, devem ser as principais formas a utilizar para o ensino da História. A primeira delas, para se tornar significativa, é preciso que venha revestida das exigências que a escola hoje lhe impõe. À luz da Psicologia, o estudo da História deve aproveitar o interêsse do aluno pela matéria, pelo que é concreto, pelo que tem vida e movimento. Deve apresentar, de modo intuitivo, os homens e os acontecimentos; reviver a História nas passagens que mais se prestem para expansão, para desenvolvimento da sensibilidade do educando, assegurando-lhe, através de atividades livres, experiências culturais que firmarão conceitos históricos ou cívicos, visando aumentar seu acervo cultural.

Devem ser evitadas as exposições demasiado suscintas, que não permitem ao aluno visualizar as cenas e acontecimentos descritos, especialmente quando não forem secundados da apresentação de material ilustrativo.

Os trabalhos de pesquisa, em fontes várias e prèviamente selecionadas pelo professor, devem receber atenção especial.

Entre as formas de atividade aconselhadas para os alunos a se processarem de forma individual ou em grupos, apontam-se: questionários, problemas, esquemas (croquis cartográficos, quadros sinóticos, diagramas); dramatizações, discussões e apreciação de valores (debates, comentários de frases, juízos); leituras; excursões; reconstrução de temas (monografias, análise de obras).

Considerando a função das escolas normais, onde os estudantes ampliam seus conhecimentos de cultura geral e se preparam para o magistério, deve dedicar o professor atenção especial à resolução de dificuldades observadas na aprendizagem.

Algumas, entre outras:

— O estudante procura memorizar antes de compreender.
— O aluno não sabe como estudar.
— Faltam-lhe estímulos para o estudo.
— Faltam-lhe conhecimentos básicos e vocabulário adequado.
— Tem dificuldade em estabelecer correlações entre causas e efeitos e em perceber relações.
— Tem dificuldade em selecionar o essencial do acessório.
— Não é capaz de realizar pesquisas, sem orientação prévia.

Como complemento da elaboração do tema proposto, com a finalidade de esclarecer, aprofundar ou firmar o sentido dos fatos históricos, poderá ser usada a discussão dirigida. Para atingir os objetivos visados, o professor não descurará da apresentação de fotografias, quadros sinóticos, ou qualquer outro material representativo que possa concorrer para maior compreensão e fixação do assunto em estudo.

A feitura de álbuns, a organização de museus e de galerias de brasileiros ilustres, são, entre ou ras, atividades recomendadas no estudo da História. Acrescentam-se, ainda, como meios auxiliares que, aliados a outros, o professor não poderá deixar de recorrer como: as vantagens imaginárias, através de mapas, roteiros: visitas a museus, visitas reais ou imaginárias a monumentos, cidades, lugares que tenham relação com os estudos feitos; troca de correspondência entre alunos de diversas cidades ou países, projeções cinematográficas, freqüência a biblioteca, etc.

b) **Geografia**

Na orientação da aprendizagem da Geografia deverá o professor considerar, preliminarmente, as características dessa disciplina que apresenta o duplo aspecto de ciência natural e social, valendo-se, simultâneamente, dos processos de trabalho peculiares a ambas. É necessário que se tenha sempre em vista a aplicação dos princípios da Geografia, tais como os de localização, extensão, causalidade, conexão, atividade, distribuição e generalização.

Para isso, o estudo de um assunto cuja observação direta pelo aluno não seja possível, deve ser efetuado de modo a possibilitar à classe uma perfeita localização do fato geográfico, sua extensão, seus limites, os fatôres que se associam para caracterizá-lo, seus atributos ativos e as causas do fenômeno.

É aconselhável que o professor, sempre que possível, efetue a associação dos aspectos e problemas desenvolvidos com relação à localidade e ao Estudo, com os dos outros relativos ao País e ao Mundo.

Ligado a problemas da vida da localidade em que vive o aluno, oferece o programa desta unidade aspectos que favorecem por si só a motivação dos estudos, despertando o interêsse da classe.

Como recurso para motivação dos outros temas sugeridos, indicamos:

1. A consideração do interêsse dos alunos pelas atividades de pesquisa no trabalho de campo.
2. O emprêgo de problemas atuais e sugestivos, que requeiram estudo, interpretação e solução.
3. A conexão íntima com a aprendizagem de outras disciplinas ou unidades, especialmente: História, Atividades Econômicas da Região, Ciências Naturais, etc.
4. A realização de projetos em geral.
5. O preparo de material geográfico para o gabinete da escola.
6. A realização de excursões e visitas.
7. A organização de coleções (particulares ou para a classe ou escola).
8. O emprêgo de material áudio-visual variado, interessante, ajustado ao trabalho e posto à disposição do aluno.
9. A consideração dos interêsses sociais dos educandos favorecendo a organização de grupos de estudo ou clubes escolares.
10. A organização de um "boletim" ou coluna no jornal escolar com o registo das atualidades geográficas (movimentos econômicos e demográficos, notas meteorológicas, aspectos pitorescos e interessantes de determinada região, etc.).

Os conhecimentos geográficos, pelo seu próprio conteúdo, despertam nos alunos interêsses científicos, sociais, patrióticos e artísticos, o que favorece sobremodo a vitalização da aprendizagem.

Deverá o professor orientar o estudo do programa através de atividades variadas que completarão as observações, pesquisas e estudos efetuados como: traçado de mapas, gráficos e esboços, reproduções plásticas, quadros estatísticos e comparativos. Organização de coleções com amostras, fotografias, recortes, etc., as quais, quando bem dirigidas, além de interessar o aluno e propiciar a fixação das noções adquirdias, concorrem para a formação de hábitos de ordem, exatidão e verificação.

Entre os recursos especialmente indicados para o ensino desta disciplina apontam-se: as excursões, os problemas e os projetos.

EXCURSÕES

Para que sejam realmente proveitosas, devem as excursões ou visitas escolares ser cuidadosamente planejadas pelo professor, atendendo-se não só à aquisição dos conhecimentos geográficos previstos, como o desenvolvimento de hábitos e atitudes necessárias à formação social dos educandos.

Podem constituir objetivo de uma excursão:

a) aquisição de conhecimentos que, no momento, interessem vivamente a classe;
b) colheita de material para museu ou biblioteca da escola;
c) desenvolvimento de parte de um projeto;
d) realização de atividades ou experiências interessantes para os alunos.

Podem constituir motivo de excursão ou visita os seguintes locais:

1. Prefeitura
2. Estações de transporte (ferroviárias, rodoviárias, aéreas)
3. Pôrto
4. Casas comerciais — importadoras e exportadoras
5. Correios e telégrafos
6. Fábricas
7. Bibliotecas
8. Museus
9. Arredores da localidade (um rio, montes, granjas, etc.)
10. Estações experimentais (agrícolas, zootécnicas)
11. Estação ou pôsto de meteorologia.

No planejamento de uma excursão ou visita hão de ser considerados os pontos seguintes:

— **Que observar:**

Depois de fixar os aspectos que devem ser observados, a classe será dividida em grupos, com atribuições definidas o que facilitará o trabalho e atenderá preferências individuais.

— **Como e quando realizar a excursão**

Elaborar o itinerário, escolher os meios de transporte, conhecer as distâncias, prever a duração da visita, resolver sôbre o lanche ou merenda necessária, calcular as despesas, fixar a data da excursão, constituem pontos importantes do trabalho de planejamento de que deve cuidar o professor, orientando a classe para uma participação ativa na sua resolução.

— **A verificação**

Efetuada a excursão, deve a classe analisar as observações que realizam. As informações colhidas pelos diversos grupos irão sendo examinadas para uma apreciação final, ao mesmo tempo que se processa a crítica e classificação do material colhido.

Para um estudo mais completo sôbre excursões seria interessante que os professôres consultassem os comunicados sôbre o assunto, expedido por êste Centro.

PROBLEMAS

As situações de estudo com caráter de "problema" oferecem ao professor ocasião para desenvolver nos alunos hábitos de pesquisa e raciocínio.

Para resolver um problema de maneira correta há necessidade de focalizar os elementos da nova situação, de procurar os meios para a sua resolução, de interpretar o material colhido, de proceder à sua seleção e, por fim, aplicá-lo no caso em estudo.

Como etapas do desenvolvimento de um problema geográfico podemos, analìticamente, apontar:

a) um exercício preliminar;
b) o reconhecimento de uma situação problemática;
c) a organização do problema;
d) a pesquisa, interpretação e classificação do material coligido;
e) a solução ou conclusão;
f) a verificação ou aplicação, quando possível ou necessária.

Convém ressaltar que uma questão para ser considerada "problema é necessário que, em primeiro lugar, o seja para o aluno, isto é, que se forme no espírito dêste um estado de dúvida e interêsse que o induza à pesquisa, que o leve a raciocinar e concluir. O problema é, pois, um início de estudo e não um questionário final para evocação de conhecimentos adquiridos.

Na orientação do trabalho deve o professor cuidar que a **solução do problema seja encontrada pelo aluno.** Para isso convém sejam observadas pelo professor as seguintes precauções:

— examine e selecione, prèviamente, as fontes de informações a que recorrerá a classe;

— comunique as noções que o aluno não possa adquirir diretamente;

— corrija, através de palestras e ilustrações, as falhas de raciocínio cometidas pela classe, evitando, outrossim, o afastamento do tema fundamental;

— procure manter vivo interêsse:

— ressalte e fixe a solução de problemas, quando a mesma fôr encontrada pelos alunos.

PROJETOS

Os projetos geográficos, quando adatados aos interêsses e nível da classe, são aconselhados e podem se apresentar sob diversas modalidades: realização de um trabalho sôbre a localidade, preparo de material para o museu regional, construção de material para o gabinete de geo-

grafia, barômetro, anemômetro, pluviômetro, modelado do relêvo ou cutro aspecto físico do Estado, região ou município, maquetes com tipos de habitação caracterizadas, croquis e desenhos geográficos de extensão comparadas de rios e estradas; de altitudes; de produções; de densidades demográficas; de temperaturas, mapas de diversos tipos, etc.

5) Material didático

Materiais didáticos, ou segundo Dent, auxiliares sensoriais, "são todos os materiais usados em classe ,ou em outras situações instrutivas, para facilitar a inteligência da palavra falada ou escrita".

Tipos de auxiliares sensoriais para a aprendizagem de História e Geografia:

— Quadro-negro; quadros que são mapas mudos negros; quadro de notícias.
— Dramatização: Pantomina, jôgo, alegoria, fantoche, sombras animadas.
— Desenhos lisos, sem relêvo: fotografias, reproduções, variadas (de pinturas, esculturas, mapas, etc.) e cartões postais.
— Gráficos: estatísticas em figuras, barras, superfícies, linhas e diagramas.

— Mapas e glôbos: planos, em relêvo, projeções, elétricos ou iluminados, mudos, plásticos, tipo quadro-negro.
— Modelos, objetos e exemplares (mostruário).
— Fotografia: vistas, "slides", cartões-postais.
— Cinema: mudo e sonoro, fixo e em movimento.
— Fonógrafos, toca-discos e outros reprodutores; discos.
— Cartões, historietas, recortes.
— Rádio, ditafone, alto-falante, outros sistemas de intercomunicações.
— Estereoscópios.
— Placas transparentes, cristal, celofane, película, cerâmica.
— Televisão
— Desenhos

6. Bibliografia

É necessário que o professor registe a bibliografia que usou na elaboração de seu Plano e a que vai recomendar ao uso dos alunos.

Integrando o planejamento do professor, a bibliografia deve incluir livros de textos, fontes literárias, documentos oficiais periódicos, leituras formativas (cívicas, morais, estéticas).

7. Possibilidades de integração e correlação

A Divisão de Estudos Sociais presta-se a muitas correlações com outras Divisões, principalmente com as de:

Divisão de Atividades Econômicas
" " Ciências Físico-Naturais
" " Línguas e Literatura
" " Artes
" " Filosofia

Recomenda-se, ainda, que sendo a História um resultado orgânico de tôdas as atividades humanas e, por conseguinte, a expressão geral globalizada da vida do homem sob todos os aspectos, seu estudo deve ser feito relacionado com tôdas as unidades do currículo, propiciando ao aluno situações reais que possam contribuir para sua formação integral.

Para a realização de um plano de estudos com integração de disciplinas, sugere-se aos professôres o conhecimento dos comunicados dêste Centro que incluem planos integrados.

IV — INSTITUIÇÕES ESCOLARES

As instituições escolares enriquecem o estudo dessa divisão, especialmente a Biblioteca, o Museu, o Clube Agrícola que motivam, objetivam, completam e fixam a aprendizagem, vitalizando-a.

Os clubes e associações escolares sugeridos no quadro anexo da 1.ª página também são preciosos auxiliares da aprendizagem, sempre que forem resultantes da iniciativa dos alunos e contarem com a participação do trabalho efetivo dos mesmos.

Muitas são as finalidades que podem levar à fundação de um clube histórico-goegráfico ou instituição escolar semelhante.

Um Clube de História, por exemplo, pode ser criado com algum dos seguintes objetivos:

a) reunir material gráfico para organizar lâminas de projeção, (opidiascópio) para a biblioteca da classe ou para a sala ambiente;
b) conseguir contribuição de obras de interêsse histórico ou geral para a biblioteca da escola ou para a sala ambiente;
c) realizar comemorações de grandes datas cívicas brasileiras;
d) organizar um dicionário de História para a classe.

O colecionamento de objetos históricos ou amostras geográficas pode ser feito com um fim em vista ou constituir apenas uma simples reunião de objetos esparsos, que vai sendo guardado e catalogado até que possa ter aplicação.

Há várias formas de apresentação dêsses objetos. Uma delas é o **museu escolar** instituição que pode reunir objetos de determinado lugar, pertences de personalidades ilustres, álbuns, selos, fotografias, cartões-postais, etc.

BIBLIOGRAFIA PARA OS PROFESSÔRES

ABELEDO, Amarante — La Enseñanza de la Historia. B. Aires, Ateneo, 1945.

CAMPOS, Maria dos Reis — Geografia e História. Rio, Frco. Alves 1945

CANO, Miguel A. — La Enseñanza de la Historia en la escuela primaria Havana, Cultural S.A. 1930. 119 p.

CARVALHO, Delgado de — A Excursão Geográfica. Rio, IBGE, Consêlho Nacional de Geografia, 1945.
———— — La Geografia, la Historia y la Instruccion Civica. B. Aires, Kapeluzs.
———— — Introdução Metodológica aos Estudos Sociais. Rio, Agir Editôra, 1957. 310 p.
———— — Metodologia do Ensino Geográfico. Frco. Alves, 1925. 220p.
Dicionário Labor — I — Barcelona, Ed. Labor, 1936.
Geografia e Educação. Rio, IBGE, 1942.
GARCIA, Júlio Fuster — Didactica de la Historia desarrollada en lecciones. Madrid, Rev. de Pedagogia, 1936. 109p.
GIBBS e outros — La enseñanza de la Geografia. Madrid, La lectura, 185 p.
GOMEZ, Luiz Miguel — La Geografia. B. Aires, Kapeluzs, 97p.
HERNANDEZ y TIRADO — La ciencia de la educaccion — II. México, Ed. Atlante, 1940.
HISTOIRE (Instructions provisoires concernant la réforme de l'enseignemant moyen). Bélgica, Ministério de Instrução Pública, Direção de Ensino Médio, 1952. 74p.
LEITE, Dinara — Metodologia da Geografia e da História. Rio, A Conquista, 1952, 152p.
MARTINEZ, Eladio Garcia — La enseñanza de la Historia en La Escuela Primária — Madrid, Espasa Calpe S.A., 1941.
MCKOWN, Harry G. e ROBERTS, Alvim S. — Educacion Audio-Visual. México, UTEHA, 1954, 581 p.
MOMBEIG, Pierre — Papel e valor do ensino da Geografia e de sua pesquisa. Rio, IBGE, Conselho Nacional de Geografia, 1956.
PENTEADO JUNIOR, Onofre — Metodologia da Geografia. S. Paulo, Tip. Ideal, 1935.
PROENÇA, A. F. — Como se ensina a Geografia. S. Paulo, Melhoramentos.
Programa de Ciências Sociais — I e II. S. Paulo, Cia. Editôra Nacional, 1934.
REED, Homero — Psicologia de las materias de enseñanza primaria. Mexico, UTEHA, 1942.
REZZANO, Clotilde G. de — Didactica Especial. B. Aires, Kapeluzs, 1951, 339p.
RIVLIN and SCHUELER — Enciclopedia de la Educacion Moderna — I. B. Aires, Losada, 1936.
RUELLAN, Francis — Os métodos modernos do ensino da Geografia — Rio, IBGE, Conselho Nacional de Geografia, 1943.
SCHNASS E RUDE — Enseñanza de la Geografia, de Historia y de Educacion Civica — (El Tesouro del Maestro — III) Barcelona, Ed. Labor, 1937. 323p.
SERRANO, Jônatas — Como se ensina a História — S. Paulo, Melhoramentos, 158p.
SILVEIRA, Juraci — O Método de Projetos Aplicado à Educação da Saúde. Rio, Departamento Nacional da Criança, n.º 67.
STERNBERG, Hilgard O'Reilly — Contribuição ao Estudo da Geografia. Rio, MEC., Serviço de Documentação, 1946.
VERNIERS, L. — Metodologia de la Historia. B. Aires, Losada, 1949, 96p.
ZARUR, Cecília de Cerqueira Leite — Leituras Geográficas — Rio — IBGE — Cons. Nac. de Geografia — 1949.

ZELADA, Carmen Victoria — Los Estudios Sociales en la Escuela Elemental. Assunción, Servicio Cooperativo Interamericano de Educacion.

(Nota: Em geral tôdas as "Metodologias" e "Didáticas" trazem um capítulo especial para cada uma das matérias: Geografia e História).

BIBLIOGRAFIA SÔBRE COMPREENSÃO INTERNACIONAL

Publicações da UNESCO — Place de Folreney — Paris 7e, FRANCE:

A Handbook for the Improvement of Textbooks and Teaching Materials as Aids to International Understanding — 1949, 172p.
HILL, Peter C. — L'Enseignement de l'Histoire — Conseils et Suggestions Vers la Compréhension Internationale. — 132p.
La classe de Géographie au Service de la Compréhension Internationale.
La Préparation du Personnel Enseigment — Vers la Compréhension Internationale, 77p.
LAWERYS, J. A. — History Textbooks and International Understanding. 84p.
L'Enseignement de la Géographie — Petit Guide à l' usage des Maitres — Vers da Compréhension Internationale. 1952, 116p.
L'Enseignement de la Géographie — Quelques Conseils et Suggestions — Vers la Compréhension Internationale. 1949, 134p.
Les Nations Unies et le Civisme International. 1949.
Vers de Meilleurs Manuels d'Histoire. 1951.

Série "Estudios y Documentos de Educacion": Paris, UNESCO
La Educacion para el Desarrollo de la Comunidad — Bibliografia selecta. Abril 1954, n.º VII.
Les Consulations bilatérales pour lámelioration des manuels d'Histoire, Julho 1953, n.º IV.
BRIGGS, Asa — La education de los trabajadores para la compreension internacional. Julho 1954, n.º VIII.

Série "Revista Analítica de Educacion" — Paris — UNESCO

Educacion de la Juventud para la Cooperacion Internacionale. Junho, 1954, VL. VI n.º 6.

La Educacion Extraescolar de los Jóvenes para Inculcarles un Sentido de Responsabilidad Social. Maio 1955, VI. VII, n.º 5.
La Enseñanza acerca de las Naciones Unidas — (Bibliografia selecta).
La Funcion de los Museus en la Educacion. Fevereiro 1956, VI. VIII, n.º 2.

Organizado por

Eddy Flores Cabral
Técnico em educação do CPOE

ENSINO NORMAL — DEPARTAMENTO DE CULTURA GERAL

DIVISÃO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS

I — DIRETRIZES BÁSICAS:

Número de unidades exigidas pelo Decreto 6071, de 10.5.55:

Unidades Obrigatórias	Sugestões para unidades		para instituições
	derivas	facultativas	
Educação econômica (1)	Arte culinária Corte e costura. Correaria. Fiação e tecelagem Carpintaria Cestaria.	Decoração Doces Fiação e tecelagem. Cerâmica. Encadernação. Arte regional.	Museu regional. Clube de turismo. Clube de excursões Liga de conservação dos recursos naturais.
Economia regional (1)	Construções rurais	Tintas e vernizes. Cortume. Ferraria.	Liga de proteção à natureza. Sociedade ou clube de amigos da localidade. Clube de donas de casa. Centro social. Clube "Nosso Lar". Clube de economia.
Pequenas indústrias (2)			Clube de pequenas indústrias. Clube "Nossa Fábrica". Clube industrial. Cooperativa Clube do Trabalho. Conheçamos nosso município" ou Melhoremos nossa vila. (campanhas)

Observação:

As escolas de segundo grau aproveitarão essas diretrizes, em seus aspectos fundamentais, desenvolvendo-as no sentido do melhor ajustamento ao nível dos alunos, que já contam com o preparo do curso ginasial podendo, por isso, ser desenvolvidos em profundidades os pontos básicos dessas diretrizes. Outrossim, devem ser levadas em conta as condições do meio e o tempo disponível, isto é, apenas uma unidade prevista em lei, para esta Divisão.

II — PLANEJAMENTO DOS ESTUDOS

A Divisão de Atividades Econômicas, integrando o Departamento de Cultura Geral, visa especialmente dar oportunidade a que se processe a educação econômica dos normalistas e possibilitar aos mesmos reconhecer a situação sócio-econômica da localidade em que vão atuar, para melhor adaptação da escola primária às peculiaridades do meio.

Para facilitar o estudo, a Divisão de atividades econômicas foi subdividida em

a) EDUCAÇÃO ECONÔMICA

b) ECONOMIA REGIONAL

c) PEQUENAS INDÚSTRIAS

A educação econômica deverá ser tratada de um modo geral, isto é, como um dos aspectos da educação integral, visando educar o consumidor e o produtor e dando também especial atenção para a educação para o lar, principalmente da mulher.

A economia regional visa o maior conhecimento da situaçao sócio-econômica da região, devendo ser, portanto, peculiar a cada uma, isto é, diversificada conforme a situação particular das mesmas. É através do conhecimento da economia da região que a escola irá atuar positivamente no meio, no sentido de melhorar seus padrões econômicos.

Êsse aspecto orientará, também, a escolha das unidades eletivas a serem conferidas pela escola.

Nas pequenas indústrias devem ser consideradas as de ordem geral, isto é, comuns a qualquer zona do Estado, e as que representam aproveitamento de matérias primas provenientes das atividades econômicas mais características do Estado, como laticínios e embutidos, ou seja, o aproveitamento industrial do leite e da carne, as conservas de frutas e legumes, a fabricação do sabão caseiro.

Em escolas mistas, as unidades eletivas e facultativas podem ser previstas de forma a oferecer atividades paralelas, porém diferenciadas, para atender aos alunos de ambos os sexos.

Sugerimos para unidades eletivas Arte Culinária e Corte e Costura, pela conveniência de preparar, nestes setores, elementos que irão atuar em zona rural, visando a formação da mulher para o lar.

Na unidade Construções Rurais poderão ser realizadas, com a participação dos alunos, as construções que a escola estiver necessitando ou, se isso não fôr possível, convém sejam executados projetos das mesmas, como banheiros carrapaticidas, bretes, mangueiras, aramados, as cêrcas, filtros, chuveiros rústicos, fornos de pão e de cerâmica.

A Arte Regional sugerida como unidade facultativa na divisão de Atividades Econômicas visa o aproveitamento de matérias primas locais.

III — DIRETRIZES PROGRAMÁTICAS

(Subsídios para um plano de curso)

A. Fundamentação

"A Economia é uma ciência sociológica. Tem ligações com a Matemática (levantamentos estatísticos), a Antropologia, a Geografia, a Meteorologia, a Agrologia, a Climatologia, a História e o Direito". Seu estudo deve conduzir à solução de problemas práticos da vida social relacionados à produção, circulação e consumo dos bens, isto é, nas relações econômicas do homem na sociedade, de vez que "a Economia estuda o processo que relaciona os indivíduos na sua atividade criadora dos bens e serviços necessários à vida (produção) e como socialmente se realiza a distribuição das utilidades entre os componentes do grupo social (circulação e repartição)".

EDUCAÇÃO ECONÔMICA

A educação econômica, na formação do professor, dentro dos princípios gerais da educação integral, tem como finalidade precípua proporcionar-lhe recursos para maior integração na comunidade a que deve servir, visando —

B. Objetivos

1) Levar o educando à compreensão da necessidade de ser cada cidadão um elemento produtivo na comunidade, desenvolvendo-lhe o senso de responsabilidade, ante o estudo dos fatôres da produção, circulação e distribuição.

2) Criar e desenvolver o espírito de cooperação e de serviço, bem como hábitos e habilidades que levam à utilização racional dos recursos locais.

3) Oferecer oportunidades de observação e prática de administração e aproveitamento racional da propriedade e produção, através de noções de contabilidade, uso do crédito, legislação do trabalho, elementos de política econômica.

4) Atender a necessidades, interêsses e capacidades ou aptidões individuais, proporcionando, assim, oportunidades de novas vivências para a orientação profissional.

5) Valorizar a solução qualitativa da produção (educação do produtor e do consumidor):

a) despertando valores éticos que levem ao desejo de superação própria, nas diferentes atividades econômicas, a fim de produzir melhor;

b) compreendendo a conveniência de melhorar a produção, isto é, que o produto de melhor qualidade deve ser preferido, porque tem maior aceitação no mercado;

c) compreendendo que a aquisição do produto de melhor qualidade ou em qualidades maiores resulta em economia, no primeiro caso, pela duração e no segundo, pelos possíveis abatimentos nos preços.

6) Levar o educando à compreensão do seu papel na vida econômica da comunidade e da família, dando-se atenção especial à formação da mulher para complexas responsabilidades do lar e não no simples aprendizado de habilidades:

a) na educação dos filhos;
b) no ambiente agradável que deve oferecer à família (na decoração da casa, com os recursos que o meio oferece, na cooperação das atividades dos diversos membros da família, na atitude ante as dificuldades, etc.);
c) na gerência do lar (administração racional, orçamento, tarefas executadas pelos diversos membros da família, aproveitamento das matérias-primas locais, aquisição de artigos mais duráveis ou em quantidades que proporcionem redução nos preços), arte culinária, corte e costura, etc.

7) Humanizar o trabalho.

ECONOMIA REGIONAL

Para levar o normalista à compreensão da conjuntura econômica e de problemas relativos à economia regional, mister se faz focalizar o assunto de forma global, ou seja, dar uma visão do panorama econômico mundial e nacional para, então, serem estudadas em particular as possibilidades locais. Êsse estudo deve ser desenvolvido em estreita colaboração com as disciplinas afins que integram as demais divisões e tem como objetivos gerais:

Objetivos

1) a educação econômica dos alunos;

2) o seu preparo para ação que lhes corresponde no meio social como futuros educadores.

Como **objetivos especiais** destacam-se:

1) desenvolver a capacidade de reconhecer e interpretar valores econômicos que influam ou possam influir na vida da escola, da família e da comunidade local;

2) criar hábitos de pesquisa e desenvolver o espírito criador e a capacidade artística:

a) no reconhecimento de novas matérias-primas aproveitáveis na indústria, na decoração;
b) na criação de uma arte regional, pelo aproveitamento de matérias que o meio oferece;
c) na valorização dos aspectos estéticos do meio (pela conservação, pelo melhoramento, pela propaganda (Clube de Turismo).

PEQUENAS INDÚSTRIAS

As pequenas indústrias na escola devem revestir-se de cunho prático e prescindir, sempre que possível, de máquinas ou aparelhos complexos, visto ser finalidade precípua da prática dessas atividades na escola normal dar ao professor o conhecimento de certas técnicas que deverá aplicar na escola primária, quando em exercício de sua profissão. Isso não impede, entretanto, que o normalista, a par dessas técnicas mais simples, que se destinam a pequenas indústrias ou simples atividades caseiras, conheça ou pratique outras mais evoluídas, para poder avaliar o progresso industrial na região onde fôr exercer sua profissão.

Objetivos

Como objetivo principal destaca-se:

1) preparo do professor para colaborar no desenvolvimento econômico da família e da comunidade, através de:

a) criação de novas fontes de renda na localidade (plantações ou criações cujos produtos se prestem à industrialização);
b) aproveitamento integral de produção escolar e caseira, bem como das fontes de renda da localidade (subprodutos).

c) TÉCNICAS DE ENSINO

Para atingir os verdadeiros objetivos desta Divisão, o trabalho deve ser realizado de forma ativa, a fim de que os alunos possam aplicar imediatamente as técnicas e os conhecimentos aprendidos, não só para a melhoria das condições de vida pessoal, como da coletiva (uso inteligente dos recursos naturais que o meio oferece), desenvolvimento de outras fontes de renda na localidade, como novas plantações e criações que se adaptem ao meio, pequenas indústrias rurais caseiras e artezanais). Para isso é indispensável conhecerem, entre outras, as técnicas de pesquisa e de trabalho em grupo ou equipe, dos projetos e problemas.

Serão atividades indispensáveis as excursões, os seminários, os clubes, ligas ou sociedades, o museu regional, as exposições, as missões, os concursos, as demonstrações práticas, as pesquisas, biblioteca ambulante, os cursos de aperfeiçoamento ou de extensão, as festas, as cooperativas, os auditórios. Desta forma serão feitas visitas aos locais de trabalho e a outras fontes produtoras, consultas a técnicos e a estatísticas, bem como levantamento de dados relativos a fontes de produção, coleta de produtos regionais (matéria-prima e sua industrialização).

As atividades devem ser organizadas e planejadas num todo significativo, aonde o aluno vivencie o conteúdo fundamental e não se deixe impressionar apenas pela forma (atividade) pela qual êsse conteúdo pretende ser desenvolvido.

d) MATERIAL DIDÁTICO

1. OFICINAS DIVERSAS (indústrias e artezanatos).
2. Instalações de cozinhas e de atividades domésticas.
3. Máquinas de costura.

Além do material citado, a escola providenciará, de acôrdo com as oportunidades que puder oferecer aos alunos, no material indispensável a qualquer atividade que pretender realizar.

e) POSSIBILIDADES DE INTEGRAÇÃO OU CORRELAÇÃO

A Divisão de Atividades Econômicas presta-se a muitas correlações com outras Divisões, tais como:

Divisão da Matemática e Ciências Físico-Naturais — nos levantamentos estatísticos, nos cálculos de produção, no estudo botânico ou zoológico, de acôrdo com o material ou produto utilizado;

Divisão de Ciências Sociais — na sociologia, de vez que a Economia é uma ciência social, na Geografia Econômica, no histórico da localidade, do ponto de vista econômico;

Divisão de Agricultura e Zootecnia — estudo do ponto de vista agrícola ou zootécnico dos produtos a serem industrializados (culturas ou criações para industrialização na escola);

Divisão de Filosofia — bases psicológicas que explicam a escolha de determinados tipos de atividades no campo econômico; justificativa dessas atividades na escola;

Divisão de Artes — nesta Divisão, as oportunidades de associação são riquíssimas, através da decoração do lar e da escola, das artes regionais, com aproveitamento de matérias primas locais, de arte culinária na decoração de bolos ornamentais.

f) BIBLIOGRAFIA

1 — ÁVILA, J. Ornel y Montesó, C. Ávila — **Tratado Moderno de Lecheria y indústrias derivadas de la leche.** Buenos Aires, Ed. Montesó.

2 — GRANGE, Cyril — **Conservas Alimentícias** (frutas, hortaliças, volateria, carnes, huevos y pescados). Barcelona, Ed, Gustavo Gili.

3 — GORRELLA, Aldo — **Economia Agrária**

4 — HILLMAN, Artur — **Organização da comunidade e planejamento**

5 — MENEZES, Djacir — **Estudos de Sociologia e Economia.** Rio de Janeiro.

6 — NICOLÉ e FANTI — **Prontuário Dellágricultores e del tecnico agrário.**

7 — MONDIN, Guido — **Elementos de Contabilidade Rural.** Pôrto Alegre, Ed. Index.

8 — RIOS, José Artur — **A Educação dos Grupos** — Rio de Janeiro, Ministério da Saúde.

9 — SMITH, Lynn T. — **Sociologia da vida rural.** Rio, Casa do Estudante do Brasil.

ESCOLA NORMAL REGIONAL

DEPARTAMENTO DE CULTURA GERAL

Divisão de Agricultura e Zootecnia

I — DIRETRIZES BÁSICAS — UNIDADES EXIGIDAS: 4

Unidades Obrigatórias	SUGESTÕES PARA UNIDADES		Para Instituições	OBS.
	Eletivas	Facultativas		
Agricultura (1) Zootecnia (1)	Culturas regionais. Criação de animais domésticos	Culturas especiais (cactos, orquídeas) ou plantas cuja cultura possa vir a interessar a localidade. Plantas forrageiras e industriais. Criação de animais que possam vir a interessar a localidade. Cunicultura. Criação de animais aquáticos. Sericultura. Piscicultura	Clube agrícola. Clube de milho Clube de mandioca, etc. Clube "Nossa Horta". Liga dos horticultores. Liga de proteção à natureza Clube de criadores. "Vamos nos alimentar bem"? (campanha de alimentação). "Embelezemos nosso lar" (campanha do cultivo de plantas ornamentais).	

II — PLANEJAMENTO DOS ESTUDOS

Integrando o Departamento de Cultura Geral, a Divisão de Agricultura e Zootecnia tem por finalidade precípua dar ênfase a essas atividades, na Escola Normal, considerando-se a importância das mesmas, uma vez que nossa economia nelas repousa e que a maioria da nossa população habita a zona rural, o que vale dizer, entrega-se a atividades dêsse tipo.

A Agricultura e a Zootecnia não devem ser consideradas isoladamente, mas fazendo parte de um conjunto de ciências, como a Física, a Química, a Biologia, Agronomia e outras. Ao organizar seus programas, o professor, necessàriamente, terá de considerar a complexidade dêsses materiais e harmonizá-los no conjunto de que fazem parte, não esquecendo, outrossim, a finalidade do curso, isto é, preparar professôres, não técnicos em Agricultura ou Zootecnia.

Subdividindo-se em Agricultura Geral e Especial e Zootecnia Geral e Especial, esta Divisão tem entre os principais objetivos, o de oferecer aos normalistas oportunidades para aquisição de conhecimentos e técnicas relativas àqueles estudos, nos seus aspectos essencialmente científicos, pois o caráter econômico será tratado na Divisão de Atividades Econômicas.

Nas unidades obrigatórias de Agricultura e Zootecnia devem ser considerados os aspectos geral e especial, em virtude desta Divisão contar apenas com quatro unidades de estudos, sendo duas obrigatórias e as outras duas eletivas e facultativas. Como as atividades práticas exigidas por essa Divisão necessitam de muito tempo cabe ao professor, ao planejar o seu trabalho, entrar em entendimentos com os professôres das Divisões que poderão tratar de assuntos correlatos a esta ou que lhe sirvam de fundamento ou complementação, como estudo do solo, que poderá ser feito na Química, ou estudo botânico ou Zoológico das espécies a cultivar ou criar, que deverão ser feitos, respectivamente, na Botânica e na Zoologia.

É necessário dar mais ênfase às atividades predominantes ou que melhor caracterizem a região, devendo ser planejadas, como vimos, em colaboração com os professôres das Divisões que correlacionem com esta e, sempre que possível, com a participação dos alunos e de elementos da comunidade, quando as condições do meio o permitirem.

Nas unidades obrigatórias de Agricultura e Zootecnia especiais deve ser feita a seleção das atividades, de acôrdo com as condições da escola e do meio.

Os trabalhos práticos de Agricultura e Zootecnia, quando em escola mista, devem ser comuns a todos os alunos, considerando-se, porém, a inconveniência de algumas atividades para os alunos do sexo feminino e a conveniência de que certos assuntos não sejam tratados em comum.

Nas unidades eletivas, onde são indicadas as culturas regionais, sugerimos seja feita a escolha entre, por exemplo, milho, feijão, mandioca, olericultura, fruticultura, jardinagem, silvicultura. Na criação de animais domésticos poderão ser escolhidas, entre outras atividades, apicultura, avicultura, suinocultura.

III — DIRETRIZES PROGRAMÁTICAS

(Subsídios para um plano de Curso)

A. Justificativa

A inclusão da Divisão de Agricultura e Zootecnia no currículo da Escola Normal Regional teve em vista a situação sócio- econômica de nosso País e de nosso Estado, considerando-se a importância da zona rural, não só pelo que representa na nossa economia, como pelo número mais elevado da sua população.

O nosso Estado tem zonas distintas por suas características especiais, o que deverá ser considerado face o problema do preparo de professôres para as mesmas. Portanto, ao lado do caráter comum, que deve garantir a formação básica a todo professor, deverá ser considerado o traço diversificador, que irá caracterizar cada escola regional.

Com isso pretendemos realmente adaptar o ensino às características do meio e tornar os professôres primários rurais cada vez mais aptos para o desempenho de sua missão naquela zona, realmente adaptando a escola ao seu ambiente próprio e, assim, contribuindo para melhor ajustamento do campesino ao meio.

Outro aspecto considerado foi a oportunidade de oferecer aos normalistas práticas agro-pecuárias indispensáveis ao exercício do magistério primário em zona rural, sob pena dêsses professôres se tornarem elementos desajustados e desajustadores daquele meio.

B. Objetivos

Como objetivos gerais dessas disciplinas, destacam-se:

1. Desenvolver a mentalidade agrícola, nos educandos, a fim de que os mesmos atribuam àquelas atividades o seu verdadeiro valor.
2. Propiciar aos alunos a compreensão de que o homem depende da terra e dos recursos naturais, que decorre a necessidade da conservação dêsses recursos pelo seu uso racional.
3. Proporcionar aos futuros professôres conhecimentos e técnicas que os orientem no reconhecimento de certas deficiências na localidade, relativas aos processos agro-pecuários em uso.
4. Dar oportunidade aos alunos de adquirir conhecimentos teóricos e práticos atualizados em agricultura e zootecnia, para transmitir às crianças das escolas primárias, quando no exercício profissional.

C. Técnicas de Ensino

Todo o trabalho deve ser realizado de forma ativa, através de pesquisas bibiográficas, de trabalho de campo e de atividades muito práticas. Estas serão selecionadas de acôrdo com as condições de cada unidade escolar, isto é, extensão, natureza, localização, etc. do terreno de que dispõe a escola.

Tendo em vista a vantagem do número reduzido de alunos nas atividades práticas, convém sejam adotadas, de preferência, as técnicas do trabalho em equipe, os projetos e outras que facilitem o desenvolvimento do trabalho, nas condições requeridas pela natureza das disciplinas que integram esta Divisão.

Outro aspecto a ser considerado é o da variedade de realizações em cada setor como, por exemplo, jardim, horta, pomar e culturas diversas ou criação de animais domésticos — galinhas, gansos, coelhos, abelhas e outros. Estas atividades, como lembramos anteriormente, devem ser escolhidas de acôrdo com as condições da escola e as necessidades do meio; entretanto será difícil e, mesmo, desaconselhável que a totalidade dos alunos participe de tôdas ao mesmo tempo. O professor deverá, no planejamento de seu trabalho, ter o cuidado de distribuí-las em séries diferentes ou enquadrá-las em diversas equipes, a fim de que no decorrer do curso e através das atividades obrigatórias e eletivas os alunos possam ter praticado maior número de atividades agro-pecuárias, sem repetição das semelhantes.

D. Material Didático

O material didático para a Divisão de Agricultura e Zootecnia deverá, forçosamente, ser selecionado de acôrdo com a natureza da atividade escolhida, atendendo às técnicas mais atualizadas. Isso não impede que os alunos improvisem e preparem algum material, o que lhes será proveitoso, certamente, no caso de irem trabalhar, quando professôres primários, em localidades onde as condições materiais sejam difíceis.

Entre o material didático que, no mínimo, deve contar esta Divisão recomendamos:

1. Ferramentas e utensílios para agricultura e criação de animais domésticos.
2. Sementes, mudas e animais para criação.
3. Fertilizantes do solo.
4. Inseticidas e material diverso para desinfecção de galinheiros, pocilgas, etc., conforme as criações feitas na escola.

E — Possibilidades de Integração e Correlação

A Agricultura e a Zootecnia oferecem muitas oportunidades de correlação com outras matérias. Para exemplificar, citamos algumas das muitas possibilidades que podem surgir:

Divisão de Ciências Sociais — Nos aspectos sociológicos da zona rural, no estudo geográfico e histórico da mesma zona, sua influência no período Colonial, no Império e na República.

Divisão de Matemática e Ciências Físico-naturais — nos cálculos de despesa e lucro, nas medições, na estatística, no estudo do solo, do ponto de vista físico-químico, no aspecto botânico e zoológico de plantas e animais.

Divisão de Atividades Econômicas — na industrialização de produtos vegetais ou animais, no valor econômico da zona rural.

Divisão de Artes — na decoração do lar com produtos de origem animal ou vegetal, na arte culinária (decoração de bolos).

Divisão de Filosofia — no que se refere às relações culturais específicas entre o homem e o meio e na caracterização dos aspectos significativos da personalidade do homem do campo.

F — Bibliografia

Em vista desta Divisão ser, de modo geral, atendida por Agrônomos ou Técnicos em agricultura e zootecnia e, mesmo porque deverá atender às necessidades e peculiaridades locais, esperamos que os professôres organizem a sua própria bibliografia.

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE

Nesta Divisão consideramos 4 unidades básicas para tôdas as escolas, isto é, situadas nas diferentes zonas do Estado. Entretanto, levando em conta as características regionais, as escolas localizadas em zonas agropastoris poderão ampliar para 6 o número de unidades (na Divisão de Agricultura e Zootecnia-, retirando-as da Divisão de Ciências Sociais.

Com o mesmo objetivo, isto é, de atender às peculiaridades do meio, na zona industrial, ou de pesca podem ser estas 2 unidades deslocadas para a Divisão de Atividades Econômicas.

Finalmente, quando a escola regional estiver localizada em zona que não apresente características muito definidas, poderão ser conservadas as unidades previstas na Divisão de Ciências Sociais (8).

Pôrto Alegre, 19 de março de 1959

Ofício circular n.º 147

Senhor Diretor

Sr. Professor Fiscal

Enviamos-lhe cópia do Decreto 10034, de 23.1.59, relativo à criação do Departamento de Educação Religiosa nas Escolas Normais que se encontram sob a vigência da Lei n.º 2588 de 25.1.55.

De acôrdo com o que estabelece o parágrafo 2.º do Art. 24, do Regulamento do Ensino Normal, aprovado pelo Decreto 6004, de 26.1.55, alterado pelo parágrafo 2.º, do Art. 1.º, do Decreto 10034, de 23.1.59, foram elaboradas as diretrizes básicas para o ensino religioso nas Escolas Normais, no que diz respeito à Igreja Católica, Apostólica, Romana. O referido trabalho, que remetemos em anexo, resultou dos estudos de uma comissão constituída de professôres representantes das Escolas Normais desta Capital, sob a presidência de Mons. Alberto Etges, D. Diretor do Departamento Catequético da Arquidiocese de Pôrto Alegre.

Desejamos frisar que as atividades dêsse Departamento continuarão a ser desenvolvidas através de Associações que funcionarão durante os seis períodos do Curso.

Valemo-nos da oportunidade para apresentar-lhe

Cordiais saudações

Sarah Azambuja Rolla
Diretora do C.P.O.E.

DIRETRIZES BÁSICAS PARA O ENSINO RELIGIOSO (IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA ROMANA) NAS ESCOLAS NORMAIS.

Elaboradas de acôrdo com o que estabelece o parágrafo 2.º, do Art. 24, do Regulamento do Ensino Normal, aprovado pelo Decreto 6004 de .... 26.1.55, alterado pelo parágrafo 2.º, do Art. 1.º do Decreto 10034, de 23.1.59.

I — JUSTIFICATIVA

A finalidade da educação religiosa é formar o cristão perfeito devidamente equipado para viver e agir dentro da sociedade atual em vista do mundo sobrenatural.

O cristão é cidadão do mundo terrestre e do celeste.

Sem uma compreensão clara e completa do homem e de seu destino temporal e eterno, não é possível traçar-lhe normas, indicar-lhe rumos e levá-lo às vivências que o conduzem ao seu fim verdadeiro e último.

II — OBJETIVOS

A formação religiosa, para ser completa, deverá visar os três objetivos seguintes:

1.º — Comunicar ao aluno um conteúdo doutrinário que lhe possibilite a criação de convicções religiosas profundas;

2.º — Levá-lo à prática e à vivência de sua religião. A religião não é pura especulação sôbre um conteúdo doutrinário, é precipuamente uma vivência.

3.º — Formá-lo para que êle próprio comunique a mensagem da Fé. A vivência tende a comunicar-se.

O que determina os programas, os métodos, as diversas atividades são os objetivos. Pois os meios estão subordinados aos fins e devem conduzir a êles.

Constatamos que um dos mais modernos e importantes aspectos da didática atual é o ensino baseado em objetivos derivados das necessidades dos alunos.

No ensino da Religião se há de atender a êste aspecto com cautela. Pois a Religião tem sempre a característica de uma mensagem que vem do alto e que não pode ser interpretada segundo a opinião da maioria. A Fé é um dom que se recebe de alma humilde e agradecida.

Para conseguir êstes objetivos julgamos necessária a seguinte estrutura do Departamento de Religião das Escolas Normais:

1) Uma divisão de estudos doutrinários abrangendo o **dogma**, a **moral**, os **sacramentos** e a **liturgia.**

2) Uma divisão de direção de aprendizagem em Religião, a fim de possibilitar ao aluno a comunicação da verdade religiosa. O verdadeiro cristão é aquêle que conhece, ama, serve a Deus e o faz **amar.**

3) A organização de associações religiosas, de práticas de piedade e de movimentos de apostolados que levem o aluno a viver a doutrina apreendida.

É oportuno aqui lembrar as palavras de Sua Santidade, o Papa Pio XII, aos participantes do Congresso Internacional de Catequese.

"Como já dissemos, a instrução religiosa deve abranger tudo o que toca à doutrina da Igreja: o dogma, a moral e o culto divino. Sobretudo, quando se trata da instrução religiosa dos homens de idade avançada, interessa, màximamente, que se dê a maior importância à doutrina acêrca de Deus, de Cristo e da sua divindade, da Igreja, que é instituição de Cristo. Se estas três cousas se gravam sólida e profundamente no espírito, não só nas aulas, mas também na vida pública, as outras cousas causarão dificuldades menores".

"É necessário, porém, evitarem-se dois escolhos nesta matéria: o primeiro que, para agradar e despertar o interêsse, não seja em prejuízo da reverência, que se deve às coisas sagradas, à piedade, à persuação íntima, e se fixem no pensamento e na memória as imagens e as narrativas, ficando na sombra as cousas verdadeiramente importantes; o segundo escolho a evitar se é se, na escolha das matérias, cada um se guia pelo gôsto, desejo ou juízo inconstante dos alunos e volte a repetir-se o que se dizia no tempo do profeta Isaías "falai-nos de cousas que nos agradam" (Is. 30,10)." (Cf. R.E.B. pg. 436, junho de 1951).

"Entre os setores a rever com atenção, não há dúvida de que o mais fundamental segundo a ordem lógica é o da instrução religiosa: é preciso partir daí para edificar uma sociedade cristã, e particularmente da instrução catequética das crianças". (Cf. Discurso de Pio XII aos sacerdotes peritos em atividades catequéticas, a 30 de setembro de 1953).

III — CONTEÚDO PROGRAMATICO

O conteúdo programático da Divisão de Religião há de obedecer à idéia de que a Religião não é simples pesquisa em tôrno de verdades de maior ou menor relação com o destino último do homem.

Há na formação religiosa um conteúdo doutrinário intangível independente de qualquer gôsto ou adesão humana. E há de modo especial a vivência de um conjunto de convicções nascidas de uma inteligência esclarecida pela Fé.

Por isso um programa de Religião deve ser estruturado de maneira a criar convicções pela comunicação dessas verdades fundamentais.

Portanto a Divisão de Religião propiciará estudos sôbre:

1.º — A Pessoa de Nosso Senhor Jesus Cristo e sua doutrina, e, através dela, os dogmas principais.

2.º — A Igreja como continuadora do Cristo através dos séculos, deduzindo dêste estudo princípios morais de uma Religião vivida e praticadas pelos cristãos. Êste estudo será feito com base na realidade. A Sagrada Escritura, a História da Igreja são fontes dêste estudo;

3.º — A vida da graça pela liturgia através dos sacramentos. O cristão vivendo no "cotidiano" a doutrina do Corpo Místico, "Alter Christus" em face dos problemas atuais. A instrução religiosa deverá sempre visar a formação da vida teologal, da vida cristocêntrica, da vida eclesial, através de um marianismo autêntico.

Além disso, a referida Divisão comportará a revisão do conteúdo programático do curso primário.

A Divisão de Aprendizagem em Religião visa preparar o futuro catequista. Dará ao aluno um preparo técnico e prático de como se comunica a mensagem religiosa de que é possuidor. Esta formação lhe possibilitará realizar progressivamente a sua vocação de cristão com-

pleto, de membro do Corpo Místico de Cristo, i. é., o levará não só a conhecer e amar a Deus pessoalmente mas também a fazê-lo conhecer e amar.

IV — ASSOCIAÇÕES RELIGIOSAS

O primeiro trabalho na educação é esclarecer a inteligência para que a vontade possa realizar as exigências da verdade. Mas o conhecimento do bem, da virtude não significa adesão a êles. Por isso, embora o ato voluntário comece na inteligência, nela não se consuma. É preciso que a vontade adira à verdade e faça dela as obrigações na vida prática.

Donde decorre a necessidade da prática da Religião através de Associações Religiosas na Escola e de movimentos de apostolado.

Essas Associações Religiosas podem constituir-se em estatutos próprios elaborados em colaboração com os alunos.

Aliás, a Reforma do Ensino Normal (Regulamento do Ensino Normal, Art. 21, parágrafo 2.º, aprovado pelo Decreto 6004 de 26.1.55) prevê justamente a organização de Associação Religiosa, de caráter extra-classe, mas curricular, e por isso obrigatória.

V — AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

O processo de avaliação de aproveitamento, relativamente ao ensino religioso, deve ser idêntico ou semelhante àquele utilizado para as demais áreas do conhecimento.

De acôrdo com o que estabelece a alínea b, do Art. 50, do Regulamento do Ensino Normal aprovado pelo Decreto 6004, de 26.1.55, os alunos recebem atestado de participação efetiva em atividades programadas nas instituições. No que diz respeito à Associação Religiosa, o atestado em referência deverá mencionar o aproveitamento do aluno e, na aferição dêsse aproveitamento, levar-se-á em consideração a freqüência, o interêsse e a atitude do estudante, bem como os trabalhos práticos e demais atividades por êle desenvolvidas.

VI — ESTÁGIO E DIPLOMA DE CATEQUISTA

A formação prática do aluno como catequista tem seu ponto alto no período do estágio. Período que o habilitará para receber o Diploma de Catequista.

VII — POSSIBILIDADE DE INTEGRAÇÃO

A Religião em face das demais disciplinas não tem um sentido de complementação. Pela sua própria natureza exige mais do que isto. Sua posição é a de dar o significado verdadeiro a tôda a cultura e atividade humanas. Significado em relação ao destino último do homem.

Por isso, mais do que qualquer outra disciplina, se presta para uma integração com tôdas as matérias. Não sòmente se presta, mas mesmo se torna necessária uma correlação com todo o ensino da Escola. A educação se faz na medida que o aluno alcança unidade nos seus conhecimentos, nas suas atividades e principalmente no seu modo de agir e de ser. Ora o que pode dar esta unidade é o fim verdadeiro último. Torna-se, portanto, evidente que a Religião, que tem como objetivo principal levar-nos ao fim último, seja a disciplina por excelência para dar essa unidade.

Donde não haver atividade, nem ensinamento, nem organização da Escola que se possa conservar estranha à Religião.

BIBLIOGRAFIA

Nota: A bibliografia apresentada é apenas um roteiro. Tenta auxiliar a execução dos objetos apresentados nessas diretrizes.

a) **Catecismo da Doutrina Cristã**
para uso da Arquidiocese de Pôrto Alegre (texto básico)

b) **Cadernos do Catequista** (para o professor) e
Meu Caderno de Religião (para o aluno)
Publicação do Departamento Catequético da Arquidiocese de Pôrto Alegre, para uso do curso primário, à base do Catecismo da Doutrina Cristã.

1.º ano: "Para que o bom Deus seja conhecido, amado e servido pelas crianças".
2.º ano: "Para que as crianças tenham a **Vida** e a tenham em maior abundância".
3.º ano: "Para que as crianças vão a Jesus por Maria".
4.º ano: "Para que todos sejam **Um Só** em Jesus Cristo".
5.º ano: "Para que as crianças amem a Deus sôbre tôdas as coisas e ao próximo como a si mesmas".

Nota: Êstes textos servirão de base para verificação de conhecimentos em religião. A adquirir na Livraria das Irmãs Paulinas, Rua Dr. Flores 252, P. Alegre.

a1) — QUINET (Abbé)
"Lições Catequéticas para os pequeninos pelo método ativo" — IV edição, 1955, Editôra Vozes — Petrópolis, Estado do Rio.

b2) — JUNCMANN, S. J. (Joseph André)
"Catéchese"
Objections et méthodes de l'enseignement religieux, 299 ps. — Les Editions "Lumen Vitae" — Cahiers de "Lumen Vitae", VI — 184, rue Washington, Bruxelles, 1955, Belgique.

c) — ROY (Abbé C.E.)
"Méthode pédagogique de l'enseignement du Cathéchisme" 346 ps.
(Les fondements philosophique et historique) Editions Casterman, Paris, Tournai (Belgique), 1955.

d) — KRIEKEMANS, (Albert)
"Principes de l'éducation religieuse, Morales et Sociale" — Editions Nauwelaerts, 1955 (Louvain)

e) — ADAM, (Karl)
"A essência do Catolicismo"
Tradução de Tasso Silveira — Editôra Vozes, Petrópolis — Rio de Janeiro, 1943 — 22 ps.

f) — BOULANGER — "Dourina Caólica" — Livraria Francisco Alves — Paulo de Azevedo — 1927 (S. Paulo) — Coleção F.T.D. — 271 ps.

g) — BOYER, (Chanoine) — "Du Catéchisme Vivant au Catéchisme Vécu" — Lethielleux, Éditeur, Paris, 1943 — ps. 62.

h) — BOING, (Pe. Guilherme) — "O Educador Católico" — Emprêsa Editôra ABC LTDA, Rio ps. 81.

i) — CHAUTARD, (Dom J.B.) — "A alma de todo Apostolado" — Tradução de Mons. Dr. Silveira Barradas, Livraria Paulo de Azevedo & Cia., 7.ª edição, 1912, ps. 242.

j) — TOTH, (Mons. Thiamér) — "Cristo e os Problemas de nosso Tempo" — Tradução de Luiz Leal Ferreira, Livraria José Olympio Editôra — 1939, ps. 304.

k) — PIO XII — "Encíclica: Do Corpo Místico de J.C. e da nossa união nêle com Cristo, Edições Lumen Christi, Rio, 1943, ps. 99.

l) — DESPLANQUES, (F.) — "A Missa daqueles que não são padres" — Tradução de Emiliana W. de Magalhães, Editôra Vozes — Petrópolis, Rio de Janeiro, 1944 — ps. 232.

m) — BENSON, (Robert Hugh — Pe.) — "Amizade de Cristo" — Tradução de Luiz Leal Ferreira, Editôra Vozes — Petrópolis, 1950, ps. 199.

n) — BERNADOT, (Vicente — O.P.) — "Nossa Senhora na minha vida" — Tradução de Dom Frei Luiz A. Palha — Livraria Duas Cidades, S. Paulo, 1955, ps 223.

o) — COHAUSZ, (Otto, S. J.) — "O Mestre te ensinará" — Reflexões para professôras — Traduzidas e adaptadas por Geraldo Pires de Souza, C. SS.R. — 4.ª edição — Editôra Vozes, Petrópolis, Rio, 1953.

p) — ERWICH, (Marcos, SS.CC.) — "Pequeno Curso de Apologética" — 3.ª edição, Editôra Vozes, Petrópolis, Rio, 1953, ps. 213.

q) — MASSIMI, (Mássimo, Cardeal) — "A nossa Fé" — As bases e a síntese do dogma católico, tradução do Dr. Luís Castagnolla, Ed. "A Nação", Pôrto Alegre, 1950 ps. 260.

r) — CÂMARA, (D. Jaime de Barros — Cardeal) — "Apontamentos de História Eclesiástica" — 2.ª edição, 1945, Editôra Vozes, Petrópolis, ps. 392.

s) — ROPS, (Henri Daniel) — ABC da criança cristã" — Tradução de Lúcia J. Villela, Editôra Flamboyent 1955 — Rio — 24 ps.

t) — DUTRA, (Antônio de Paula, Cônego) — "Páginas Bíblicas" — 33 ps. ilustradas em quadrinhos (Série Sagrada n.º 16) — Cr$ 5,00 — Editôra Brasil - América, 1954 — Rio.

u) — DUTRA, (Antônio de Paula, Cônego) — "Novas Páginas Bíblicas" — Editôra Brasil-América, Rio, 1955, 34 ps. ilustradas em quadrinhos (Série Sagrada n.º 19) — Cr$ 5,00.

v) — CÂMARA, (Jaime de Barros, Cardeal) — "Sou Cristão — Curso Primário, 2.º ano, catecismo, Departamento de Imprensa Nacional — Rio, 1950 — 78 ps. il.

x) — "Catecismo da Primeira Comunhão" — Livraria Editôra Salesiana, São Paulo, 1954, 31 ps. il.

y) — DEHARBES, (José, Pe.) — "Grande Catecismo Católico" — Traduzido por uma Irmã da Congregação de S. Catarina — 3.ª edição, Edições Paulinas, São Paulo, 1954, 482 ps.

z) — "Doutrina Cristã" — 2.º Catecismo para a primeira comunhão — Edições Paulinas — São Paulo — 31 ps. il.

1. "Guia Didático para o teu Catecismo"

1.º ano, 136 ps.
2.º ano, 169 ps.
3.º ano, 162 ps.
4.º ano, 199 ps.
5.º ano, -59 ps.

Livraria da Doutrina Cristã, São Paulo, 1954

2. JAEGER, Luiz Gonzaga — S.J. — "Nossa neopenitente e neocomungante" — Catequese para crianças de 7 a 9 anos — Ed. "A Nação" — P. Alegre — 2.ª edição — 1950 — 64 ps. il.
3. MEIER, Miguel — S.J. — "A Catequese ilustrada pela Bíblia e exemplos" ou "Mina de ouro e prata explorada em prol da catequese" — Ed. "A Nação" — P. Alegre — 1954 (?) — 256 ps.
4. MEIER, Miguel — S. J. — "Manual de catequese teórica e prática" — "A Nação" — P. Alegre — 1954 — 272 ps.

5. NEGROMONTE, Álvaro — Pe. — "Meu Catecismo".
1.º ano primário, 92 ps.
2.º ano primário, 83 ps.
3.º ano primário, 152 ps.
4.º ano primário, 172 ps.
Ed. José Olympio, Rio, 1950 — 1955.

6. NEGROMONTE, Álvaro Pe. — "A Pedagogia do catecismo" — 6.ª edição — Livraria José Olympio — 1955 — Rio — 258 ps.
7. O'BRIAN, John J. Pe. — "Catecismo da Bíblia" — Traduzido do inglês pelo Padre Oscar Chagas, C.SS.R. — Ed. Vozes — Petrópolis — 1954 — 32 ps.
8. "Primeiro catecismo da doutrina cristã" — Ed. Vozes — Petrópolis — 66 — 72 ed. — 1950 — 54 — 48 ps.
9. QUINET, Charles Alexandre — Pe. — "Pontos de Catecismo" — Ed. Vozes — Petrópolis — 1953 — 87 ps.
10. "Segundo catecismo da doutrina cristã" — Ed. Vozes — Petrópolis — 1950 — 52 — 48-51 ed. — 159 ps.
11. SLATER, Jacob Huddleston Pe. — "Explicação do pequeno catecismo" — 9.ª edição — Ed. Vozes — Petrópolis — 1954 — 394 ps.
12. SLATER, Jacob Huddleston Pe. — "Pequeno Catecismo" — 15.ª edição — Ed. Vozes — Petrópolis — 1954 — 32 ps.
13. "Fôlha Catequética" — Suplemento d'O Eco — Redação: Anchieta — C.P. 385 — P. Alegre.
14. "Mon Catéchisme" — Centre National Catéchistique — 18, Rue de Varenne, Paris VII.
15. NEGROMONTE, Álvaro Pe. — "Diretrizes Catequéticas" — E. Vozes — Petrópolis — 1938.
16. STIEGLITZ, H. — "Esboços catequéticos" — Vozes — Rio — 1934.
17. BONDALLAZ, Jacques Pe. — "História Sagrada" (em figuras) — Agir — Rio — 1954.
18. Revista Catequética" (bimensal) — A.C.B. — Rio — Rua México, 11 — 16.º andar.
19. LOURENÇO JOSÉ, Irmão — "Como introduzir a J.E.C." — Edição própria do Colégio Rosário — Pôrto Alegre — 1958.
20. CELESTINO AUGUSTO, Irmão — "A.C. nas Escolas" — Coleção F.T.D. — Livraria Francisco Alves.
21. CODERRE, Dom Gérard Marie — (Bispo de Saint-Jean de Quebec — Canadá —) "O Catecismo segundo Pio XII" — Tradução do Irmão Faustino João — Ed. Tipografia Champagnat — P. Alegre — 1958 — 58 ps.

22. "Terceiro catecismo da doutrina cristã" — 17.ª edição — Edit. Vozes — 1953 — 270 ps.

23. "Teu catecismo"
Primeiro ano, 73. ps.
Segundo ano, 88 ps.
Terceiro ano, 112 ps.
Quarto ano, 128 ps.
Quinto ano, 140 ps.
Livraria da doutrina cristã
São Paulo, 1954.

24. MIRANDA, Antônio — S.D.N. — "Doutrina Eucarística" — Resposta às perguntas mais naturais que o espírito humano formula diante do ministério da Eucaristia — Ed. "O Lutador" — 1955 — Manhumirim — 174 ps.

25. NEGROMONTE, Álvaro Pe. — "A doutrina viva" (para a 2.ª série ginasial) — Ed. José Olympio, Rio — 1951 — 232 ps.

26. NEGROMONTE, Álvaro Pe. — "As fontes do Salvador" — Missa e Sacramentos (para o curso secundário) — Ed. José Olympio — Rio — 1951 — 191 ps.

27. NEGROMONTE, Álvaro Pe. — "História da Igreja" — Ed. José Olympio, Rio — 1953 — 176 ps.

28. NEGROMONTE, Álvaro Pe. — "Manual de Religião" — (para o curso elementar) — Ed. José Olympio — Rio — 1954 — 219 ps.

29. PIO XII — "Sôbre a ação católica" — (Cartas "Quamvis mostra", "Singulari animi" e "Firmissimam Constantiam") — (Documentos Pontifícios, 108) — 2.ª edição — Edit. Vozes — Petrópolis — 1955 — 29 ps.

30. PIO XII — "Sôbre a ação católica" — (Cartas "Ex officiosis litteris" e "Quae nobis") — (Documentos Pontifícios) — Ed. Vozes — 1950 — 16 ps.

31. PARSCH, Pius, Cônego — "Para entender a Missa" — Tradução de D. Geraldo Martins O.S.B. — 5.ª edição — Ed. Lumen Christi — Rio — 1954 — 155 ps.

32. SILVA, Maria Lyra da — "Missa das crianças" — Adaptado dos trabalhos do mesmo gênero de Dom Frei Henrique C. Trindade, O.F.M. e do Pe. Negromonte — 4.ª edição — Ed. Vozes — Petrópolis — 1954 — 16 ps.

33. "Cultura Bíblica" (trimensal) — Livraria Agir, C.P. 3291 — Rio.

34. "Cahiers d'Action Catholique" (mensal) — 430, Rue Sherbrooke — Montréal, 24.

35. "Revista Eclesiástica Brasileira" (trimensal) — Convento dos Franciscanos — Petrópolis — Rio.

36. "Lumen Vitae" — Centre Internationale d'Etudes de la formation religieuse — 184, Rue Washington, Bruxelles — Belgique.

BIBLIOGRAFIA PARA DIDÁTICA GERAL

1. RUIZ, S. Hernandez — Metodologia General de La Enseñanza — Uteha, México.
2. CANIZARES, Ana Echegoyen e Gomez, Calixto Suarez — La Unidad de Trabajo y el Programa Cultural, S.A. La Habana
3. REZZANO, Clotilde G. de — Didactica General y Especial (6.ª edicion, 1952). Editorial Kapelusz Buenos Aires.
4. GONZALES, Dr. Diege — Didatica e Dirección del Aprendizaje (3.ª edicion, 1946). Cultural S.A. La Habana.
5. PALMADE, Cuy — Os Métodos Pedagógicos Tradução de Pérola de Carvalho Difusão Européia do Livro São Paulo, 1954.
6. RIVLIN, Harry N. y Schueler, Herbert — Enciclopedia de la Educación Moderna. Losada Buenos Aires, 1946.
7. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos — Introdução ao estudo do currículo da escola primária. Rio de Janeiro, Brasil Publicação n.º 7, 1955
8. GASPAR, José Maria e FERREIRA, Ortelino Geraldes Notas de Didática Especial (2.ª edição) Coimbra Editôra, Ltda., 1946
9. BURTON, William H. — The Guidance of Learning Activities (2.ª edição, New York, 1952) Appleton — Century — Crofts, Inc.
10. OTTO, Henri F., Ph. D. — Principles of Elementary Education Rinchart & Co., Inc. New York, 1949.
11. Wofford, Kate V. — Teaching in Small Schools The Macmillan Company — New York — 1946
12. FITZGERALD, James A. and FITZGERALD, Patrícia G. Methods and Curricula in Elementary Education The Bruce Publishing Co. — Milwankee (2.ª edição 1956).
13. GREEN, Harry A.; JORGENSEN, Albert N.; GEBERICH, Raymond — Measurement and Evolution in the Elementary School Langman, Greend and Co. New York, London, Toronto (Reimpressa em 1954)
14. RUIZ, Hernandez — Organizacion Escolar Uteha, México (1954)
15. BELLO, Ruy de Ayres — Princípios e Normas de Administração Escolar. Editora Globo, Pôrto Alegre (1956)
16. JONES, J. Arthur — A Educação dos Líderes Cia. Editôra Nacional, 1942.

17. HILLMAN, Arthur — Organização da Comunidade e Planejamento
Agir, Rio de Janeiro — 1956
18. MC KOWN, Harry C. e Roberts, Alvin B.
Education Audio-Visual
Uteha — México, 1954.
19. ALPERA e outros — Manual de Didática y Organización Escolar
Editorial Losada, Buenos Aires 1947.
20. MATTOS, Luiz Alves de — Os objetivos e o Planejamento de Ensino.
Gráfica Editôra Aurora, Ltda. — Rio de Janeiro, 1957.
21. Estudios y documentos de educación — La enseñanza en escolas de maestro único.
Unesco, 1955 — n.º XII.
22. Revista analítica de educación — O plano de estudios en la enseñanza primaria.
Unesco, 1955 V. VII N.º 2
23. Idem — La educación en las zonas rurales
Unesco, V. X n.ºs 7 e 8.
24. Education de base et éducation des adultes
Boletim trimestral
Unesco
25. BUTTERWORTH, Julian E. e Dawson, A. Howard
The Modern Rural School
Mc Graw — Hill Book Company, 2 inc.
New Yor, Toronto, London, 1952.

BIBLIOGRAFIA PARA ARTES DA LINGUAGEM

1. GASPAR, José Maria e Ferreira
Orvelino Geraldes — Notas de Didática Especial.
(2.ª edição).
Coimbra Editora, Ltda. 1946.
2. REZZANO, Clotilde, G. de — Didática General e Especial
(6.ª edição, 1952)
Editorial Kapelusz — Buenos Aires.
3. REZZANO, Clotilde G. de — Didactica General e Especial
(5.ª edição, 1952)
Editorial Kapelusz — B. Aires.
4. DELECROIX E. e outros — Psicologia del Lenguaje
Editorial Paidos — B. Aires, 1952.
5. REED, Homor B. — Psicologia de las Materias de Enseñanza Primária — Uteha
México, 1942.
6. DOTHRENS, Robert — La Escritura "Script"
Editorial Kapelusz
Buenos Aires, 1950.
7. HONROTH, Curt y Ribera, Ramón — La Escritura Infantil
Editorial Kapelusz
Buenos Aires, 1952.
8. BANER, Harry F. — Introduccion al Estudio de los Niños sub y superdotados
Editorial Kapelusz
Buenos Aires, 1950.

9. ANDERSON, Gladys Lowe — La Lectura Silenciosa
Espasa — Calpe, S/A
Madrid, 1934.
10. TIDYMAN, Willard F. Ped. D. and Butterfield, Marguerite, M. A. — Teaching the Language Arts.
Mc.Graw Hill Book Co. Inc.
New York, Toronto, London — 1951.
11. The Comision on the English Curriculum of the National Conceil of Teachers of English — Language Arts, for Today's Children.
Appleton — Century — Corft, Inc. — 1954.
12. The Forty — Third Yearbook of the National Society for the University of Chicago Press.
Chicago 37, Ilinois.
13. HARRIS, Albert F. — How to Increase Reading Ability
Longmans, Green and Co.
London, New York, Toronto — 1952.
14. MALLERY, Richard D. — Grammar, Rhetoric and Composition (reimpressão de 1956).
Bames & Noble, Inc. — New York.
15. Edited by Edna Johnson, Carrie E. Scott and Evelin R. Sickles — Anthology of Children's Literature
Houghton — Mifflin — Company — Boston.
16. SAUCIER, W. A. — Theory and Practice in the elementary School (reprinted 1944)
The Macmillan Company — New York.
17. RUIZ, Hernandez — Metodologia General de la Enseñanza
Uteha, México.
18. CANIZARES, Ana Echegoyen e Gomez, Calixto Suarez
La Unidad de Trabajo y el Programa
Cultural, S/A — La Habana
19. RIVLIN, Harry Ney Schueler, Herbert
Enciclopedia de la Educación Moderna
Losada, Buenos Aires, 1946.
20. Encyclopedia of Educational Research
Walter S. Monroe, Editor
University of Ilinois
The Macmillan Company, 1941.
21. CLAPAREDE, Ed. — A Educação Funcional
Tradução de J. B. Damaso Penna (2.ª edição 1940)
Companhia Editora Nacional
22. GRAY, William S. — La Enseñanza de la Lectura y de la Escrita
Publicação da UNESCO.
23. APPLEGATE, Mauree — Helfing Children Write
Row Peterson and Company — 1954
Evanston, Illinois — White Plains, New York
24. HILDRETH, Gerturde — Taeching Spelling
Henry Holt and Company — N. York, 1955.
25. GRAY, William e outros — Guidebock to accompany
The Three Pre — Primers
Scolt, Foresman and Company
Chicago, Atalnta, Dallas, Palo Alto, New York
BÜHLER, Charlotte — Infancia y Juventud
Espasa — Calpe Argentina S/A
Buenos Aires — México (2.ª edição 1950)

27. JESPERSEN, Otto — Lenguage
George Allen C. Unwin
London (9.ª edição 1950)

PARA PROFESSÔRES DE ESTUDOS SOCIAS — AGÔSTO DE 1959.

Organizada por

Eddy Flôres Cabral
Técnico em educação do C.P.O.E.

ABELEDO, Amaranto — **La enseñanza de la Historia.** Buenos Aires. Ateneo, 1945.

CAMPOS, Maria dos Reis — **Geografia e História.** Rio, Francisco Alves, 1945.

CANO, Miguel A. — **La enseñanza de la Historia en la Escuela Primaria.** Havana, Cultural S.A., 1930.

CARVALHO, Delgado de — **A Excursão Geográfica.** Rio, IBGE, Conselho Nacional de Geografia, 1945.

CARVALHO, Delgado de — **La Geografia, la Historia y la Instruccion Cívica.** Buenos Aires, Kapelusz.

CARVALHO, C. Delgado de — **Introdução Metodológica aos Estudos Sociais.** Rio, Agir Editôra, 1957.

CARVALHO, Delgado de — **Metodologia do Ensino Geográfico.** Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1925.

Ciências Sociais na Escola Elementar. Rio, MEC, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1955.

La classe de Géographie au Service de la Compréhension Internationalle. Paris, UNESCO.

Les Consultations Bilatérales pour l'Amélioration des Manuels d'Histoire. Paris, UNESCO, julho 1953, n.º IV.

Dicionário Labor, I. Barcelona, Ed. Labor, 1946.

La Educacion Extra-escolar de los Jovenes para darles un Sentido de Responsabilidad Social. Paris, UNESCO, maio de 1955, vl. VII. n.º 5.

Educacion de la Juventud para la Cooperacion Internacional. Paris, UNESCO, junho de 1954, vl. VI, n.º 6.

L'Enseignement de la Gégraphie — Petit guide à l'usage des maitres. Paris, UNESCO, 1952.

L'Enseignement de la Géographie — Quelques conseils et suggestions. Paris, UNESCO, 1949.

La Enseñanza acerca de las Naciones Unidas — Bibliografia selecta. Paris, UNESCO, Marco de 1954: VL. VI n.º 3.

GABAGLIA, Raja — **Práticas de Geografia.** Rio, Francisco Alves.

GARCIA, Julio Fuster — **Didactica de la Historia Desarrollada en Lecciones.** Madrid, Revista de Pedagogia, 1936.

Geografia e Educação. Rio, IBGE, 1942.

GIBBS e outros — **La enseñanza de la Geografia.** Madrid, La Lectura.

GOMEZ, Luiz Miguel — **La Geografia.** Buenos Aires, Kapelusz.

A Handbook for the Improvement of Textbooks and Teaching Materials as Aido to International Undestanding. Paris, UNESCO, 1949.

HERNANDEZ y TIRADO — **La ciencia de la educacion, II.** México, Atlante, 1940.
HILL, Peter — **L'enseignement de l'Histoire** — Conseils et Suggestions. Paris, UNESCO.
LAUWERYS, J.A. — **History Textbooks and International Understanding.** Paris, UNESCO.
LEITE, Dinara — **Metodologia da Geografia e da História.** Rio, A Conquista, 1952.
MARTINEZ, Eladio Garcia — **La enseñanza de la Historia en la Escuela Primaria.** Madrid, Espasa Calpe, 1941 .
MCKOWN e ROBERTS — **Educacion Audio-Visual.** México, UTEHA, 1954.
MOMBEIG, Pierre — **Papel e valor do ensino da Geografia e sua Pesquisa.** Rio, IBGE, Conselho Nacional de Geografia, 1956.
Les Nations Unies et le Civisme International. Paris, UNESCO, 1949.
La Préparation du Personnel Enseignement — Vers la Compréhension Internationelle. Paris, UNESCO.
Programa Experimental de Estudos Sociais. Pôrto Alegre, Secretaria de Educação e Cultura, C.P.O.E., 1959.
Programa Graduado para Uso de Mapas e Globos na Escola Primária. Belo Horizonte, PABAEE, 1958.
RED, Homer B. — **Psicologia de las Materias de Enseñanza Primaria.** México, UTEHA, 1942.
REZZANO, Clotilde G. de — **Didactica Especial.** Buenos Aires, Kapelusz, 1951.
RIVLIN E SCHUELER — **Enciclopedia de la Educacion Moderna I.** Buenos Aires, Losada, 1936.
RUELLAN, Francis — **Os Métodos Modernos do Ensino da Geografia.** Rio, IBGE, Conselho Nacional de Geografia, 1943.
SCHNASS E RUDE — **Enseñanza de la Geografia, de Historia y de Educacion Cívica.** (El Tesoro del Maestro, vl. III, Barcelona, Labor, 1937.
SERRANO, Jônatas — **Como se Ensina a História...** S. Paulo, Melhoramentos.
SILVEIRA, Juraci — **O Método de Projetos Aplicado à Educação da Saúde.** Rio, Departamento Nacional da Criança, n.º 67.
STERNBERG, Hilgard O'Reilly — **Contribuição ao Estudo da Geografia.** Rio, MES, Serviço de Documentação, 1946.
VERNIERS, L. — **Metodologia de la Historia.** Buenos Aires, Losada, 1949.
Vers de Meilleurs Manuels d'Histoire. Paris, UNESCO, 1951.
ZARUR, Cecília de Cerqueira Leite — **Leituras Geográficas.** Rio, IBGE, Conselho Nacional de Geografia, 1949.
ZARUR, Jorge — **A Geografia no Curso Secundário.** Rio, I.B.G.E., 1941.
ZELADA, Carmem Victoria — **Los Estudios Sociales en la Escuela Elemental.** Assuncion, Servicio Cooperativo Interamericano de Educion.

NOTA: Em geral tôdas as "Metodologias" e "Didáticas" trazem um capítulo especial para cada uma das matérias: Geografia e História.

BIBLIOGRAFIA PARA HISTÓRIA DO BRASIL

1.ª série ginasial

Organizada por **Eddy Flores Cabral** Técnico em educação do C.P.O.E.

BIBLIOGRAFIA INFORMATIVA

AUTOR	NOME DO LIVRO	EDITORA
ALVES, Heitor B.	História do Brasil (1.ª s.g.)	Editora do Brasil
CALMON, Pedro	Pequena História da Civilização Brasileira	Editora Nacional
HERMIDA, A. S. Borges	História do Brasil (1.ª s.g.)	Editora Nacional
HORTA, Brant	Minha Segunda História do Brasil	Conquista
LOBO, R. Haddock	História do Brasil (1.ª s.g.)	Melhoramentos
LOBO, R. Haddock	Pequena História do Brasil	Melhoramentos
MUSSUMECI, Victor	História do Brasil	Editora do Brasil
SILVA, Joaquim	História do Brasil (1.ª s.g.)	Editora Nacional
SOUZA, Alcindo Muniz de	História do Brasil (1.ª s.g.)	Editora Nacional

BIBLIOGRAFIA RECREATIVA

AUTOR	NOME DO LIVRO	EDITORA
ALMEIDA, Lúcia Machado de	Viagens Maravilhosas de Marco Polo	Melhoramentos
ANDRADE, Tales C. de	O Capitão Feliz	Melhoramentos
ANDRADE, Tales C. de	O Grito Milagroso	Melhoramentos
BILAC, Olavo e Coelho Neto	Contos Pátrios	Francisco Alves
BILAC, Olavo e Coelho Neto	Pátria Brasileira	Francisco Alves
CINTRA, Assis	Alma Brasileira	Melhoramentos
CANAVAZZA, Giuseppe	Vida Heróica de Cristóvão Colombo	Melhoramentos
CORRÊA, Viriato	A Bandeira das Esmeraldas	Editora Nacional
CORRÊA, Viriato	As Belas Histórias da História do Brasil	Editora Nacional
CORRÊA, Viriato	Histórias de Nossa História	Cia. Editora Nacional
	História do Brasil para as Crianças	Editora Nacional

AUTOR	NOME DO LIVRO	EDITORA
CORRÊA, Viriato	Meu Torrão	Editora Nacional
DONATO, Hernani	Histórias dos Meninos índios	Melhoramentos
FLEURY, Renato Sêneca	Almirante Tamandaré	Melhoramentos
FLEURY, Renato Sêneca	Anchieta	Melhoramentos
FLEURY, Renato Sêneca	O Barão do Rio Branco	Melhoramentos
FLEURY, Renato Sêneca	D. Pedro II	Melhoramentos
FLEURY, Renato Sêneca	O Duque de Caxias	Melhoramentos
FLEURY, Renato Sêneca	Gusmão, o Padre Voador	Melhoramentos
FLEURY, Renato Sêneca	José Bonifácio	Melhoramentos
FLEURY, Renato Sêneca	Osvaldo Cruz	Melhoramentos
FLEURY, Renato Sêneca	Pedro Américo	Melhoramentos
FLEURY, Renato Sêneca	Prudente de Morais	Melhoramentos
FLEURY, Renato Sêneca	Rui Barbosa	Melhoramentos
FLEURY, Renato Sêneca	Santos Dumont	Melhoramentos
FONTES, Ofélia e Narbal	Pindorama	Francisco Alves
GOMES, Alfredo	O Visconde de Mauá	Melhoramentos
GOMES, Lindolfo	Contos Populares Brasileiros	Melhoramentos
GUIMARÃES, João	Castro Alves	Melhoramentos
GUIMARÃES, João	Patrocínio, o Abolicionista	Melhoramentos
LEONARDO, Arroyo	Você já foi à Bahia?	Melhoramentos
LOBATO, Monteiro	Aventuras de Hans Staden	Brasiliense
LUZ, Clemente	Infância humilde dos Grandes Homens	Editora do Brasil
MOREIRA, Baltazar de Godoi	Negro velho de Guerra	Editora do Brasil
NABUCO, Carolina	Joaquim Nabuco	Melhoramentos
RINALDI, Guiomar R.	Carlos Gomes	Melhoramentos
SANTOS, Theobaldo Miranda	Contos Cívicos do Brasil	Cia. Editora Nacional
SANTOS, Theobaldo Miranda	Contos Maravilhosos do Brasil	Editora Nacional
SANTOS. Theobaldo Miranda	Lendas e Mitos do Brasil	Editora Nacional
SETTE, Mário	Brasil, Minha Terra	Melhoramentos
SPALDING, Walter	O Cruzeiro do Sul	Melhoramentos
STARLING, Nair	Nossas Lendas	Francisco Alves
TOLEDO, João	Sombras que Vivem	Francisco Alves

AUTOR OU COLEÇÃO	NOME	EDITORA
BARROSO, Gustavo e outros	O Brasil em Jornal	Ed. Reforma — Rio
BELMONTE	Brasil de Outrora	Melhoramentos
Consêlho Nacional de Geografia	Mapa do Brasil (escala 1.5.750.000)	Cons. Nac. de Geografia
DIAFILMES PARA CURSOS DE NÍVEL MÉDIO	Descobrimento do Brasil (n.º 1)	Inst. Nacional de Cinema Educativo
DIAFILMES PARA CURSOS DE NÍVEL MÉDIO	O Indígena Brasileiro (n.º 2)	Inst. Nacional de Cinema Educativo
FREUDENFELD, R.	Isto é Minas Colonial	Melhoramentos
LOBO, Esmeralda	História do Brasil (mapas e quadros)	J. R. Oliveira
Série "Cenas Históricas"	O Descobrimento do Brasil	Melhoramentos
Série "Cenas Históricas"	Primeira Missa no Brasil	Melhoramentos
Série "Cenas Históricas"	Uma Bandeira a Caminho do Sertão	Melhoramentos
Série "Certames Educativos"	Uma Excursão entre os índios do Brasil	Melhoramentos
Série "Mapas"	Brasil físico (formato 141cm x 124cm)	Melhoramentos
Série "Pequenos Mapas em Carteira"	Brasil (Geral)	Melhoramentos
Série "Quartetos"	Grandes Vultos do Brasil	Melhoramentos
	Globo Terrestre (com legendas em Português — diâmetro 34 cm)	Melhoramentos
	Quadros de História Pátria n.ºs 1 a 20	Melhoramentos

ENSINO SECUNDÁRIO

BIBLIOGRAFIAS DE HISTÓRIA ANTIGA

1.ª Série Colegial

LIVROS INFORMATIVOS

AUTOR	NOME DO LIVRO	EDITÔRA E LOCAL
LIMA, Oliveira	História da Civilização	Melhoramentos — S. P.
LOBO, R. Haddock	História Geral — (1.ª s. col.)	Melhoramentos — S. P.
MATTOSO, Antônio G.	Compêndio de História Universal	Melhoramentos — S. P.
SAMPAIO, Florinda Tubino	História da Civilização	Globo — P. A.
SAMPAIO, Florinda Tubino	Lições de História da Civilização	Globo — P. A.
SCHNELLER, Max	Epítome da História da Civilização	Globo — P. A.
SOUZA, Alcindo Muniz de	História Antiga (1.ª s. col.)	Edit. Nacional — S. P.
TAUNAY e Morais	História Geral (1.ª s. col.)	Edit. Nacional — S. P.

COLEÇÕES

AUTOR	NOME DA OBRA	EDITÔRA E LOCAL
AYMARD et AUBOYER	História Geral das Civilizações	Difusão Européia do Livro — S. Paulo
DURANT, Will	História da Civilização	Cia. Editôra Nacional — S. Paulo
ERRADONEA, Pe. Ignácio	Dicionário del Mundo Clasico	Labor — Barcelona
HOEKNES, Moritz	PRE-História (3 vol.)	Labor — Barcelona
VALENTIN, Vet	História Universal (3 vl.)	Edit. Sudamericana — B. Aires
VIVES, Jaime Vicens	Mil Lecciones de la Historia	Instituto Gallach — Barcelona
	Enciclopedia e Dicionário Internacional (20 vls.)	Edit. Jackson — Rio
WELLS, H. G.	História Universal	Edit. Nacional — S. P.

AUTOR	NOME DO LIVRO	EDITÔRA E LOCAL
ARISTÓFANES	Las Avispas. La Paz. Las Aves	Losada — Montevideo
ARISTÓFANES	MISISTRATA. Las Ranas	Losada — Montevideo
ARISTÓFANES	Las Nubes. Los Acarmenses. Los Cabaleros	Losada — Montevideo
ARISTÓTELES	Los Tres Tratados de la Etica. El Tratado del Alma	Ateneo — B. Aires
CÉSAR, Julio	Obras Completas	Ateneo — B. Aires
CICERÓN	Obras Escogidas	Ateneo — B. Aires
CÍCERO	Tratados dos deveres	Edit.Cultura Bras S. Paulo
DEMÓSTENES	A Oração da Coroa	Organização Simões — Rio
ÉSQUILO Y SÓFOCLES	Obras Completas	Ateneo — B. Aires
ÉSQUILO	Prometeu Agrilhoado	Lello Irmão — Pôrto
ÉSQUILO	Tragedias	Losada — Uruguai
EURÍPIDES	Electra. Ifigênia en Tauride	Espasa Calpe — B. Aires
EURÍPIDES	Obras Completas	Ateneo — B. Aires
HOMERO	Ilíada (3 vls.)	Livr. Sá Costa — Portugal
HOMERO	Obras Completas	Ateneo — B. Aires
HOMERO	Odisea	Espasa Calpe — B. Aires
HORÁCIO	Odas	Espasa Calpe — B. Aires
JENOFONTE	La expedicion de los dez mil	Espasa Calpe — B. Aires
MARCO AURÉLIO	Solilóquios e ...	Espasa Calpe — B. Aires
OVÍDIO, Publio	Las Heroidas	Espasa Calpe — B. Aires
PETRONIO Y SUETONIO	Obras completas y Los Doce Césares	Ateneo — B. Aires
PLATÓN	Apologia de Sócra'es	Espasa Calpe — B. Aires
PLATÓN	Diálogos	Espasa Calpe — B. Aires
PLATÓN	Diálogos Escogidos	Ateneo — B. Aires
PLATÓN	La Republica	Espasa Calpe — B. Aires
PLUTARCO	Vida dos Homens Ilustres	Edit. das Américas
PLUTARCO	Vidas Paralelas (Agesilao y Pompeyo)	Espasa Calpe — B. Aires
PLUTARCO	Vidas Paralelas (Agis y Cleomenes — Tiberio y Cayo Graco)	Espasa Calpe — B. Aires
PLUTARCO	Vidas Paralelas (Aristides y Marco Catón — Filopemeny Tito Flaminino)	Espasa Calpe — B. Aires

AUTOR	NOME DO LIVRO	EDITÔRA E LOCAL
PLUTARCO	Vidas Paralelas (Artojerjes y Arato — Galba y Oton)	Espasa Calpe — B. Aires
PLUTARCO	Vidas Paralelas (Demóstenes y Cícero — Demetrio y Antonio)	Espasa Calpe — B. Aires
PLUTARCO	Vidas Paralelas (Dion y Bruto)	Espasa Calpe — B. Aires
PLUTARCO	Vidas Paralelas (Sertorio y Eumenes — Foción y Catón, el Menor)	Espasa Calpe — B. Aires
PLUTARCO	Vidas Paralelas (Solon y Publícola — Temístocles y Camilo)	Espasa Calpe — B. Aires
PLUTARCO	Vidas Paralelas (Teseo y Rômulo — Licurgo y Numa)	Espasa Calpe — B. Aires
PLUTARCO	Vidas Paralelas (Timoleon y Paulo Emilio — Pelópidas y Marcelo)	Espasa Calpe — B. Aires
PLUTARCO	Vidas Paralelas	Ateneo — B. Aires
SALOMÓN	El Cantar de los Cantares	Espasa Calpe — B. Aires
SÉNECA	Tratados Morales	Espasa Calpe — B. Aires
SÓFOCLES	Ayante	Espasa Calpe — B. Aires
TÁCITO	Los Anales (Augusto y Tiberio)	Espasa Calpe — B. Aires
TÁCITO	Obras Completas	Ateneo — B. Aires
TERENCIO Y LUCIANO	Teatro Completo y Diálogos Escogidos	Ateneo — B. Aires
VIRGILIO	Églogas — Geórgicas	Espasa Calpe — B. Aires
VIRGILIO	La Eneida	Espasa Calpe — B. Aires
VIRGILIO	La Eneida	Losada — Uruguai

OBRAS RECREATIVAS E DE CONSULTA

AUTOR	OBRA	EDITÔRA E LOCAL
ALTAVILA, Jayme de	Origem dos Direitos dos Povos	Melhoramentos — S. P.
BETHE	Um Milênio de Vida Grega	Labor — Barcelona
BILL, Maurice	Druídas, Heróis e Centauros	Itatiaia — B. Horizonte
PRÉHIER, Louis	Le Style Roman	Larousse — Paris
CERAM, C. W.	Deuses, Túmulos e Sábios	Melhoramentos — S.P.
CERAM, C. W.	O Segredo dos Hititas	Itatiaia — B. Horizonte

AUTOR	OBRA	EDITÔRA E LOCAL
DEVAMBEZ, Pierre	Le Style Grec	Larousse — Paris
DURANT, Will	Os Grandes Pensadores	Edit. Nacional — S. P.
EBELING	Historia del Antiguo Oriente	Labor — Barcelona
FINSLER, Georg	La Poesia Homérica	Labor — Barcelona
GRAVES, Robert	Eu, Claudius, Imperador	Globo — P. Alegre
HALL, H. R.	História Antiga do Oriente Próximo	Casa do Estud. do Brasil
HERMANN, Paul	A Conquista do Mundo	Melhoramentos — S. P.
HUMBERT, J.	Mitologia Griega y Romana	Gustavo Gili — Barcelona
KAISER, Bruno	10.000 anos de descobertas	Melhoramentos — S.P.
KEES, Hermann	Arte Egípcio	Labor — Barcelona
KELLER, Werner	E a Bíblia tinha Razão	Melhoramentos — S. P.
KINER, Grace	Os Homens de Antigamente	Melhoramentos — S. P.
KOCH, Herbert	Arte Romano	Labor — Barcelona
KOCH, J.	História de Roma (2 vls.)	Labor — Barcelona
LANGE, Kurt	Pirâmides, Esfinges e Faraós	Itatiaia — B. Horizonte
LAURAND, L.	Geografia, História da Grécia Antiga	Anchieta — S. Paulo
MAISCH e outro	Instituciones Griegas	Labor — Barcelona
MALET, Albert	Grecia	Hachette — B. Aires
MALET, Albert	El Oriente	Hachette — B. Aires
MALET, Albert	Roma	Hachette — B. Aires
MARILUZ, Enrique P.	Las Razas y la História	Atlantida — B. Aires
MARSTON, Charles	A Bíblia Disse a Verddae	Itatiaia — B. Horizonte
MONTESQIEU	Grandeza y Decadencia de los Romanos	Espasa Calpe — B. Aires
NOBLECOURT, Christiane	Le Style Égyptien	Larousse — Paris
ROMERO, José Luiz	De Herodoto a Polibio	Espasa Calpe — B. Aires
SWOBODA	História de Grecia (2 vls.)	Labor — Barcelona
THOMAS, Henry	A História da Raça Humana Através da Biografia	Globo — P. Alegre
VAN LOON, Hendrik W.	L'ypte Face a Face	Clairefontaine — Lausane (Suiza)
TZARA, Tristan e outro	*As Artes*	*Globo — P. Alegre*
WILSON, Grove	*Os Grandes Homens da Ciência*	*Editôra Nac. — S. P.*
WALTARI, Mika	*O Egípcio*	

MATERIAL DIDATICO

1. Diversos

AUTOR — COLEÇÃO OU TIPO DE MATERIAL	N O M E	EDITÔRA OU PROCEDÊNCIA
ABELEDO, Amaranto	Equipos para Trabajos Practicos de Historia Universal — Grecia	Kapelusz — B. Aires
ABELEDO, Amaranto	Idem — Oriente	Kapelusz — B. Aires
ABELEDO, Amaranto	Idem — Roma	Kapelusz — B. Aires
Atlas	Atlas Histórico Escolar	Min. Ed. Cult. — Rio
BOISSONNAS, Fred	El Turismo en Grecia	Paul Trembley — Genebra
Cadernos históricos	Encyclopedie par l'image: La Grèce	Hachette — Paris
Cadernos históricos	Encyclopedie par l'image: Rome	Hachette — Paris
Cartões Postais	Welcome to Syria	Tourist Office — Syria
CRAVEN, Thomas	The Pocket Book of Greek Art	Pocket Books — N. Y.
DAUX, Georges	Les Merveilles de l'Art Antique (Grèce — Rome)	F. Nathan — Paris
D., F.T.	Pequeno Atlas Histórico	Francisco Alves — Rio
La Epopeya del Hombre -- I	El primer Ser Humano de Europa	Life Espanhol — 5 dez. 1955
Idem — II	El alba de la Religión	Idem — 2- 1-1956
Idem — III	Familia Esquimal que Vive Como en la Edad de la Piedra	Idem — 26- 3-1956
Idem — IV	Descubrimiento de la Agricultura	Idem — 21- 5-1956
Idem — V	La Primera de las Grandes Civilizaciones	Idem — 2- 7-1956
Idem — VI	Egypto: La Primera Nacion	Idem — 19 nov. 1956
Idem — VII	La Gloria de Egypto	Idem — 31-12-1956
Idem — VIII	La Primera Civilizacion Europea	Idem — 25- 2-1957

AUTOR — COLEÇÃO OU TIPO DE MATERIAL	N O M E	EDITÔRA OU PROCEDÊNCIA
La Epopeya del Hombre — IX	Gran Era de Guerreros y Comerciantes	Idem — 22-4-1957
Idem — Conclusión	Los Celtas, Antepassados de la Civilizacion Occidental	Idem — 17- 6-1957
FERREIRA, Manoel R.	Cenas da Vida Indígena	Melhoramentos — S. P.
Folheto ilustrado	Rhodes	Automobile and Touring Club — Greece
HAMMOND'S	Historical Atlas	Hammond Co. Maplewood, — N. Y.
HERGET, H.M.	Everyday Life in Ancient Times	National Geographic Soc — Washington DC
Ilustrações	Egito	O Cruzeiro — 14-6-956
Ilustrações (Egito)	The National Geographic Magazine — Nov. 1955	National Geographic Soc. — Washington, DC
Ilustrações (Grécia)	Idem — December 1949	Idem
Série "Mapas Pequenos em Carteira"	Mapa pequeno da África	Melhoramentos — S. P.
Série "Mapas Pequenos em Carteira"	Mapa pequeno da Ásia	Melhoramentos — S. P.
Série "Mapas Pequenos em Carteira"	Arte Prehistorico	Melhoramentos — S. P.
MARINGER y BANDI	Mapa pequeno da Oceania	W. M. Jackson — Rio
Quadro Mural	Shoes Thru The Ages	International Shoe Co.
ZANINI, Alfeo	Manuel de Dibujo para colegios Nacionales y Liceos	Atenco — B. Aires

2. Guias ilustrados de Museus

NOME	LOCAL
Museu do Louvre	Paris
British Museum	Londres
National Gallery	Londres
Museo Nazionale	Nápoles
Museo Capitolino	Nápoles
Museo Vaticano	Roma
Galleria degli Uffizi	Florencia
Museo Archeologico	Florencia

ENDEREÇOS ONDE OBTER MATERIAIS AUDIO-VISUAIS

Argo Slides 62, William Street New York, 5 — N.Y.	"Slides" sôbre: Paris, Roma, Roman Basilicas, Italy, Athens, Egypt e outros.

Ministry Of National Economy
Tourist Office
Damascus — Syria

International Shoe Co.
Sto. Louis — Mo. — U.S.A. (Estados Unidos)

The Central Office of Information — Great Britain (Inglaterra)

Ente Nazionale per le Industrie Turistiche — Itália

Ente Nazionale per le Industrie Turistiche — Ferrovie dello Stato — Roma — Itália

Junta Provincial del Turismo — Espanha
Patronato Nacional de Turismo — Espanha

Automobile and Touring Club of Greece — Amerikis Street, 7 — Athens — Greece.

Office National de Tourisme — Atenas — Grécia

Sous — Secretariat d'État pour la Presse et le Tourisme — Grécia

Secretary General for Tourism
30, Omiron Street — Atenas, Grécia

National Tourist Organization — Atenas — Grécia

Office Hellènique du Tourisme — Gréce

Lloyd Real Holandês — Holanda

Tourist Office — La Haya — Holanda

Reichsbahnzentrale für den Deutsnhen Reiseverkehr — Berlin

Chemin de Fer de Paris à Orleans — Paris — France

Museo Archeol di Firenze — Italy

Direzione Generale delle Antichità e Belle Arti — Roma — Italy

Ministeri della Educazione Nazionale de Itália

NOTA:

Os livros informativos constantes desta lista são apropriados ao uso dos alunos. Os outros livros e materiais nela contidos servirão como subsídio para a aprendizagem, sendo que só depois de uma prévia análise e consideração sôbre a maturidade, os interêsses, o nível de desenvolvimento dos alunos, etc. é que poderá o professor oferecer ou recomendar, parcial ou totalmente, ao uso e leitura.

Quanto aos materiais didáticos, deve também o professor conhecê-los prèviamente, antes de oferecer à apreciação dos alunos.

Trabalho organizado por
Eddy Flores Cabral
Técnico em educação do CPOE e Professôra de História do Colégio Estadual Júlio de Castilhos.

BIBLIOGRAFIA

Organizada por
Olga Creidy
da Secção de Ensino Normal e Secundário

I — O ENSINO DAS LÍNGUAS VIVAS E O HUMANISMO:

1 — Les Langues Modernes — R. Michéa. "Vocabulaire et Culture" Paris, Mai-Juin 1952, n.º 3, p. 187-192.
2 — Les Langues Modernes — "La Culture par la langue" Paris, Oct. 1952, n.º 5, p. 328-335.
3 — Publications of the Modern Language Association — Harwood Keninton. New York, March 1954, vol. 69, n.º 1, p. 3-11.
4 — Modern Language Journal — Raymond Schwegler. Ann Arbor, Univ. of Michigan, Oct. 1937, vol. n.º 1, p. 41-45.

II — O ESTUDO DAS LÍNGUAS VIVAS E A COMPREENSÃO DA CIVILIZAÇÃO E POVO ESTRANGEIROS:

1 — Modern Languages Journal — Louis L. Curcio. "Lenguas Vivas en Argentina". Ann Arbor, Gaiv. of Michigan, May 1952, vol. 36, n.º 5, p. 236-238.
2 — The School — Emilio Goggio. "Modern Languages and Interrelacions". Ontário, Université de Toronto, Nov. 1926, vol. 15, n.º 3, p. 215-218.
3 — Modern Languages — Marjorie Chaplyn. "Modern teaching and the World". — London, Dec. 1947, vol. 29, n.º 1, p. 9-12.

4 — Languages Studies and International Relationship — London, Harrap, 1944, 48 p.
5 — Teaching for International Understanding — Charles F. Strong. London, Her Majesty Stationery Office, 1952, vol. VI, 95 p.
6 — Revista Nacional de Cultura — Julian Padron. Caracas, Marzo-Abril 1944, p. 113-126.
7 — School and Society — Theodoro Andersen. New York, Nov. 1952, vol. 76, n.º 1976, p. 273-277
8 — Publications of Modern Language Association — New York, Dec. 1953, vol. 68, n.º 5, p. 1196-1218.
9 — Foreing Languages and Cultures in American Education — Kaulfers & Roberts. N. York, McGraw-Hill, 1942, 405 p.
10 — Modern Language Journal — Earl J. McGrath. Ann Arbor, Univ. of Michigan, May 1952, vol. 36, n.º 5, p. 205-209.
11 — School and Society — William R. Parker. N. York, Oct. 1953, vol. 78, n.º 2019, p. 129-133.

III — METODOLOGIA NO ENSINO DAS LÍNGUAS VIVAS:

1 — Teaching a Modern Language — Gullete, Cameron & Viens. N. York, F.S. Crefts & Co., 1942, 136 p.
2 — Modern Languages for Modern Schools — Walter V. Kaulfers. N. York, McGraw-Hill, 1942, 525 p.
3 — Learning to Read a Foreing Language — Michel Philip West. London, Longmans, 1926, 56 p.
4 — Modern Language Learning — Joseph J. Findlay. London, Gregg Publishing Co., 1928, 13 p.
5 — Introduction à une didactique des Langues Vivantes — Bru- MÉTODO xelles, Marcel Didier, 1941, 42 p.
6 — Outline Guide for the Practical Study of Foreing Languages — Leonard Bloomfield. MÉTODO Baltimore, Linguistic Society of America, 1942, 16 p.
7 — Language Learning — Charles Fries. The Chicago Investiga- tion. vol. 2, n.º 3, p. 89-99, July-Sept. 1949, Ann Arbor, Mi- MÉTODO chigam, 6 vol., 1943-44.
8 — Learning a Foreign Language: A Handbook for Missionaries — E.A. Nida. New York, Foreign Missions Conference, 1950, 237 p.

TÉCNICA DA AQUISIÇÃO DE UMA LÍNGUA ESTRANGEIRA

9 — An Intensive Course in English for Latin-American Students — Charles Fries. Ann Arbor, Michigan, 6 vol., 1943-44. MÉTODO
10 — 3e. Congrès International des Professeurs de Langues Vivantes. Paris, 1937, Maison du Livre Français, 475 p. MÉTODO
11 — Programa de Inglés e Guia Didáctica — Gráfica Morsem S. A., Lima, Peru, 1948, 132 p. MÉTODO
12 — Modern Language in Secondary Schools — Great Britain, Scottish Education Departament — London, Her Majesty's Stationary Office, 1950, 31 p.

INTERÊSSE — VOCABULÁRIO — RECITAÇÃO — REDAÇÃO TRADUÇÃO — AVALIAÇÃO

13 — On Getting Things Learnt — Frederic Spencer — London, Modern Language Association, 1931, 32 p.

CONSELHOS PRÁTICOS: TRADUÇÃO — REDAÇÃO — DITADO — CONVERSAÇÃO — LEITURA

14 — L'enseignement Vivant des Langues Vivantes par la Méthode Directe Progressive — Gaston Benedict.
Lausanne, Editiones pro schola. 1950. 35 p.
MÉTODO DIRETO: INTUIÇÃO DIRETA — INTUIÇÃO INDIRETA — INTUIÇÃO MENTAL.

15 — Language Learning — Bulletin of the Research Club in Language Learning. Ann Arbor Michigan. MÉTODO

16 — Modern Language Journal — Bulletin of the National Federation of Modern Languages Teachers Association — Ann Arbor. Michigan. MÉTODO

17 — L'enseignement du Français aux Étrangers — Bulletin Mensuel par l'École Pratique de l'Alliance Française. Paris. MÉTODO

18 — Composition Exercises in Elementary English — A. S. Hornby. London, MacMillan & Co., 1951.. MÉTODO

19 — Teaching Modern Foreign Languages — University of N. Carolina. Modern Languages Journal. vol. 36. Feb. 1952, p.65-67 MÉTODO

20 — Learning a Foreign Language — E. Eugene Nida. Committee on Missionary Personnel Division of Foreign Missions.
New York, 1950. MÉTODO

21 — Helping People Learn English — W. Earl Stevick. Nashville. Tenn., Scarritt College, 1955. MÉTODO

22 — La Nouvelle Pédagogie des Langues Vivantes: Observations et Réflexions critiques — A. Pinloche.
Paris, Henri Didier, 1913, 86 p. MÉTODO

23 — English Language Teaching — W. F. Mackey. "The Meaning of Method". London, The Britsh Council, Oct. 1950. vol. V. n.º 1, p. 3-6. MÉTODO

24 — Les Langues Modernes — Grandeur et Servitudes de L'enseignement des Langues Vivantes. Paris, n.º 1. Janvier-Février 1953. p. 55-60. AÇÃO DO PROFESSOR

25 — The Scientific Study and Teaching of Languages — London. Harrap, 1917, 328 p. AÇÃO DO PROFESSOR

26 — Revue des Langues Vivantes — G. Vannes. Bruxelles, n.º 4. Juillet-Août 1941, p. 158-163 CENTRO DE INTERÊSSSE

27 — Les Langues Modernes — Louis A. Fouret. "L'enseignement des Langues Vivantes et L'orientation Scolaire". Paris, n.º 3. Avril 1938, p. 245-255. ETAPAS

28 — English Language Teaching — "Simplified and Abridged" — London, Nov. 1950, vol. 5, n.º 2, p. 48-52.
ESCOLHA DO LIVRO

29 — Revue des Langues Vivantes — T. Decaigny. Bruxelles, Juillet-Août 1948, p. 227-230. n.º 4. LEITURA

30 — The School — T. A. Brough. Ontario, Toronto University, Oct. 1937, vol. 26, n.º 2, p.105-110. LEITURA

31 — Publication of the Modern Language Association — William C. Meulton. "The Cornell Language Program". New York, Oct. 1952, vol. 67, n.º 6, p. 38-46. LEITURA E CONVERSAÇÃO

32 — Basic Principles of Teaching Foreign Pronunciation — Paul F. Orlow — Ann Arbor, University of Michigan, May 1951, Modern Language Journal, n.º 35, p. 387-390. PRONÚNCIA

33 — Les Langues Modernes — "La Phonétique descriptive dans L'enseignement de L'anglais". Paris, sep. 1946, n.º 5, p. 424-446.
FONÉTICA

34 — Les Enseignements d'une Dictée — Samuel Roller. Neuchatel, Delachaux et Niestlé, 1952, n.º 8. DITADO
35 — English Language Learning — Roger and Martha Kingdon. London, Autumn 1951, vol. 6, n.º 1, p. 11-25. DITADO
36 — Revué des Langues Vivantes — A. Doppagne. Bruxelles, Sep. — Oct. 1936, n.º 5, p. 205-207. GRAMÁTICA
37 — Les Langues Modernes — Robert Larrie. "Quelquer Réflexions sur l'enseignement de la grammaire des Langues néolatines". Paris, Nov. — Bec. 1949, n.º 6, p. 193-394. GRAMÁTICA
38 — Principles and Practice of English Grammar — College Outline Series — George O. Curme. New York, Barnes & Noble Inc. GRAMÁTICA
39 — Les Langues Modernes — "La Rédaction en Langue Étrangère". Paris, Sept.-Oct. 1947, n.º 5, p. 517-522. COMPOSIÇÃO
40 — Modern Languages — Elvira Sarmiento. "Teaching by Oral Stories and free Composition". London, Sept. 1950, vol. 31, n.º 3, p. 103-109. HISTÓRIAS e COMPOSIÇÃO
41 — Living English Structure — W. Stannard. London, Logmans Green & Co., 1952. ESTRUTURA
42 — Language Learning — "Materials and Tests in English as a Foreign Language". Ann Arbor, Michigan, 1953-54, vol. 5, n.º 1-2, p. 48-55. TESTES
43 — English Language Teaching — D. F. Anderson. "Testes of Anchievement in English Language". London, Winter 1953, vol. 7, n.º 2, p. 37-68. TESTES
44 — English as a Foreign Language — Advice to non-English Teachers — Edward Vivian Gatenby. London, Longmans, 1944, 64 p. TESTES

IV — ASPECTOS PSICOLÓGICOS NO ENSINO DAS LÍNGUAS VIVAS:

1 — The Psychology of Foreign Language Study — H. R. Huse. Chapel Hill, Univ. of North Carolina Press, 1931, 231 p.
2 — Da aprendizagem das línguas vivas e mortas — José Arruda. Piracicaba, "O Jornal", 1938, 132 p.
3 — La Nouvelle Revue Pédagogique — Robert Assaglioli. "L'étude des Langues par le Subconscient..." Paris-Tournai, Avril 1950, n.º 4, p. 418-424.
4 — Les Langues Modernes — C. Camugli. "Intuition et réflexion dans l'enseignement des langues vivantes". Paris, 1931, n.º 2, p. 124-128.
5 — Psychologie du Langage — H. Delacroix. Paris, Alcan, 1933, 498 p.
6 — Language Learning — Peter Hagboldt. Chicago, Chigado Press, 1953, 165 p.
7 — Experiments and Studies in Modern Language. Teaching — A. Coleman. Chicago, Univ. of Chicago Press, 1934, 376 p.
8 — Which Step First — The Relation of Sequena to Language Achievement. G. C. Kettelkamp. Illinois, Univ. of Illinois, Urbana, 1949, vol. 46, n.º 58.
9 — Revue des Langues Vivantes — Louis Michel. Bruxelles, Sept.-Oct. 1939, n.º 5, p.196-201.
10 — Les Langues Modernes — Maurice Antier. Paris, Aoôt-Sept. 1952, n.º 5, p. 298-301.
11 — Revista de Educación — Antonio Tovar. Madrid, Minist. de Educ. Nac., Julio-Agosto 1952, ano 1, n.º 3, p. 1-2.

FLAMMARION
Le roman des bêtes (6 — 8)

Bourru L'Ours Brun
Froux le Lièvre
Panache L'écureuil
Quipic, le Hérisson
Coucou
Martin
Plouf, Canar Sauvage
Scaf, le Phoque

PREMIERES LECTURES

Cachés dans la forêt
Boucle D'Or et les Trois Ours
Bravo Tortue
Chante Pinson
Marlaguette
Où les Mettre?
Pourlerousse
La Plus Mignonne des Petites Souris
Roule Galette
Les Bêtes que J'aime
Chat Lune
La Maison que Chante

Les Nouveaux Cigalou (5 — 10)

La Grande Nuit d'été
Le Pèlerigane de la Fourmiguette
Poulet des Bois
Tritoti Tricota
Le Petit Poisson d'Or
Calendrier des Enfants
Histoire du Balai Fleuri

Collection Pour Les Jeunes (8 — 13)

Il Etait un Petit Chat
Riki, Demoiselle de la Légion d'Honneur
Paris — Londres
Cordon S'il Vous Plaît
Boule D'Or et sa Dauphine
Le Capitaine Gribouillard
Au Clair de la Lune
Coco de France
Dadou, Gosse de Paris
En Avant
La Grande Découverte
Le Grand Monsieur Poucet
Kounto
Louna, la Petite Chérifa
Lulu, le Petit Roi des Forains
Madame Carabousse
Malasika, Petit Prince Hindou
Moineau, la Petite Libraire
D'un Palais Rose a une Mansarde
La Petite Maréchale
Le Petit Monsieur Vincent
Le Petit Roi Malgré Lui
Poupoune au Pays des Navets
La Princesse Mimosa
Une Sainte, Des Démons et Kiki
Titi la Carotte et sa Princesse
Totor et Companie
Vocances et Liberté
La Messe Pour les Jeunes
Ady et Bamboula
Missy la Sauvageonne
Caty
Le Visiteur de la Nuit
Le Joyeux Clan des R. T.
Marche au Trésor
Le Secret de la Lézardière

Collection Cigalou (5 — 10)

Cigalou
Conte de la Marguerite
Histoire de Perlette
Michka
La Moitié de Poulet
Pic et Pic et Colégram
Le Roi que ne pouvait pas éternuer
Le Royaume des Abeilles

(7 — 12)

Le Beau Chardon d'Ali Boron
Bernique
Le Chat Botté
La Chèvre de M. Seguin
Demoiselle Libellule
Dialo
Les Emotions d'un Perdreu Rouge
Noise de Coco et son Ami
Merlin-Merlot
Les Nains et le Géant
Le Jouer de Flute
Le Secret de Maitre Cornille

Les Enfants de la Terre (7—12)

Apoutsiak
Amo Le Peau-Rouge
Mangazou le Pygmée
Jan de Hollande

Albuns Noury (8 — 13)

Les Trois Mousquetaires
Bug-Jargal
Le Case de L'Oncle Tom
Contse des Mille et une Nuit
Richard Coer de Lion
Robin des Bois
Robinson Crusoé

Johanna Spyri (8 — 13)

Heidi
Heidi Grandit
Heidi Jeune Fille
Heidi et ses Enfants
Heidi Grand-Mère
Au Pays de Heidi
Kornelli
Le Sourire de Heidi

RELATION D'ADRESSES POUR ACQUERIR MATERIAL EN FRANCE

1. Agence Generale de Tourisme
   3 Place de l'Opera
   Paris (2e)
2. Excursions - France - -Express
   1 Place des Pyramides
   Paris (1e)
3. Office du Tourisme Scolaire et Universitaire
   137 Boulevard Saint-Michel
   Paris (5e)
4. Touring Club de France
   65 Avenue de la Grande Année
   Paris 16e)
5. Federation Nationale des Logis de France
   16 et 18 Rue Arcade
   Paris (8e)
6. Associatin Générale des Camps de Vacances
   12 Avenue Maine
   Paris (15e)
7. Union des Auberges de la Jeunesse
   155 Boulevard Hanssman
   Paris (8e)
8. Syndicat d'Initiative de Paris
   127 Champ Elysées
   Paris (8e)

OBSERVATION:

Il y a le JOURNAL FRANCAIS DU BRÉSIL — Le Seul Journal de Langue. Française Publié au Brésil — qui peut être trouvé à la Maison de France. — Av. Presidente Antonio Carlos, 58 — RIO DE JANEIRO.

— (et dans toutes les grandes villes de France).

LISTA DE ENDEREÇOS PARA A OBTENÇÃO DE MATERIAL GRATUITO NOS U.S.A. E GREAT BRITAIN

NÚMERO 1

DIDACTIC MATERIAL FROM GREAT RBITAIN

1. Nova Scotia Travel Bureau
   P. O. Box 130
   Halifax — Nova Scotia, Canada
2. The Pump Hoom
   Bath, England
3. Information Bureau
   Bournemouth, England
4. Information Office
   Brighton, England
5. Director of Publicity
   Eastbourne, England
6. Information Bureau
   Folkstone, Kent, England
7. Town Clerk
   Dept. X
   Guildford, England
8. Isle of Man
   Tourist Board
   13 Victoria Street — Douglas, Iale of Man
9. Official Tourist Information Center
   Box XZY
   Jersey, Channel Islands
10. Old Town Hall
    Paignton, Devon
11. Information Center (Dept T. A.)
    Town Hall
    Dept. 101
    Scarborough, Yorkshire
12. Information Bureau
    Castle Building
    Clarence Esplanada
    Portsmouth, Southsea

13. Publicity Department
Vaughn Parade
Terquay, Devon

14. Publicity Department
London Transport
55 Broadway, Westminster, S.W.I.
The British Travel Association

15. The British Travel Association
Woothall Read,
Epeom, Auskland
New Zealand

16. The Britsh Travel Center
90 Adelaide Street West,
Toronto, Canada

17. Provincial Publicity Bureau
Parliament Buildings
Quebec, Canada

18. Canadian Government Travel Bureau
Ottawa, Canada

19. British Irish Railways, Inc.
9 Rockfeller Plaza
N. York 20 — New York — U.S.A.

20. New Brunswick Travel Bureau,
Fredericton,
New Brunswick, Canada

21. Bureau of Travel and Publicity,
824 Legislative Building,
Winnipeg, Manitoba, Canada

22. Ontario Travel Hostess
Room 304, Parliament Buildings,
Toronto 2, Ontario

DIDACTIC MATERIAL FROM THE U.S.A.

1. State of Alabama, Dep. H9
Bureau of Publicity and Information
Montgomery 4, Alabama

2. Oregon State Highway Department
Travel Information Division, Room 32
Salem, Oregon

3. All-Year Club of So. California, Div. A-3
629 S. Hill St.
Los Angeles 14, California

4. Colorado Springs and Manitou Springs
Chamber of Commerce
201 Midland Bldg.;
Colorado Springs, Colorado

5. Denver Convention and Visitors Bureau
225 West Colfax,
Denver, Colorado - Dep. SC

6. Department of Conservation and Development
Room 821, 914 Capitol Street
Richmond 19, Virginia

7. This Sek in Santa Barbara
P.O. Box 486
Santa Barbara, California

8. State of Florida
Room 1701-B
Commission Building
Tallahassee, Florida

9. Department of Conservation & Development,
Box U-1
Raleigh, North Carolina

10. Mass. Development & Industrial Comm.
State House, Dept. Bx 4
Boston, Massachussets

11. Michigan Tourist Couneid
Room 40, Capital Building
Lansing 1, Michigan

12. Natural Bridge of Virginia, Inc.
General Manager
Dept. H-37
Natural Bridge, Virginia

13. Mississipi Agricultural and Industrial Board
State Office Building, H-3-52
Jackson, Mississipi

14. Division of Information
614 State Office Bldg.
Nashville, Tennessee

15. Union Pacific Railroad
Room 489
Omaha 2, Nebraska

29. Colorado Winter Sports Committee
Room 367 Capitol Bldg
Denver 2, Colorado

30. San Diego Convention and Tourist Bureau
Dept. 4355
924 2nd Avenue
San Diego, California

31. El Paso Sunland Club
337 San Francisco Street
El Paso, Texas

32. Chamber of Commerce
Dept H-5
Hollywood — by — the — sea, Florida

33. Pennsylvania Department of Commerce
893 State Capitol Building
Harrisburg, Pennsylvania

34. National Coal Association
802 Southern Building
Washington 5, D.C.

35. Tennessee Tourist Board and Development Assn.
118 — 20 — Seventh Avenue, North
Nashville 3, Tennessee

36. Chamber of Commerce
1 Arcade Building
Fort Pierce, Florida

37. Field Enterprises Educational Corporation
Merchandise Mart Plaza
Chicago 54, Illinois

38. Northern Great Lakes Area Council
P.O. Box 6467
Chicago, Illinois

39. Missouri Division of Resources and Development.
Jefferson City, Missouri

40. Pacific Northwest Associated
General Adminitsration Bldg.
Olympia, Washington

41. State Tourist Bureau.
Box 58 — H State Capitol
Santa Fé, New México.

16. West Virginia Industrial & Publicity Commission
State Capitol, Room 415
Charleston 5, West Virginia

17. Cape Cod Chamber of Commerce
Hyannis 11, Massachussets

18. Ogunquit Publicity Bureau
Ogunquit 11, Maine

19. Maryland Department of Information
Room 12 — State House
Annapolis, Maryland.

20. Dept. of Conservation and Economie Development
520 East State St.,
Trenton 25, New Jersey

21. Pennsylvania Dept. of Commerce
1233 State Capitol Bldg.
Harrisburg, Pennsylvania.

22. Wyoming Commerce and Industry Comission
Room 700 State Capitol
Cheyenne, Wyoming.

23. Washington State
Advertising Commission
Room N.° H 522, Transportation Bldg.
Olympia, Washington.

23. Wisconsin Conservation Dept.
Recreation Section
Room 85, State Office Bldg.
Madison 2. Wisconsin.

25. Bureau of Publicity and Information
Dept. H 9
Montgomery 4, Alabama

26. All — Year Club of So. California
Div. A - 3
629 S. Hill St.
Los Angeles 14, California.

27. Colonial Williamsburg
P.O. Box 516
Williamsburg, Virginia

28. Denver Rio Grande Western Railroad
Passenger Department 102-F
P.O. Box 5482
Denver 17, Colorado

42. Railway Passenger Traffic Manager.
Dept. H-38 — Great Northern Railway
St. Paul 1, Minnesota

43. South Caroline State Development Beard
Dept. H-28 Box 927
Columbia, South Caroline

44. New York State Department of Commerce
Room 192, 112 State Street
Albany 7, New York.

45. Arkansas Publicity and Parks Commission
Dept. 118 — State Capitol
Little Rock, Arkansas

46. National Cotton Council
P.O. Box 76
Memphis, Tennessee.

47. Pan — American Coffee Bureau
Educational Dept, I — 3,
120 Wal Street
New York 5, New York

48. California Zephir Headquarters
Dept. 572 — H,
547 West Jackson Blvd.
Chicago 6, Illinois.

49. General Mills Inc.
400 Second Avenue South
Minneapolis 1, Minnesota

50. Association of American Railroads
Educational Division
Merchandise Mart Plaza
Chicago 54 — Illinois

51. Natural Rubber Bureau
1631 K. Street, N. W.
Washington 6, D.C.

52. B.F. Goodrich Company
Akron, Ohio

53. National Dairy Council
111 North Canal Street
Chicago, Illinois

54. American Bottlers of Carbonated Beverages
1128 Sixteenth St., N.W.
Washington 6, D.C.

55. Greyound Educational Department
P.O. Box 815
Chicago 90, Illinois

56. Massachusetts Dept. of Commerce
Div. H 6, 334 Boyston St.,
Boston 16, Mass.

57. New York State Department of Commerce - Box 64 - C,
Mount Vernon 10, New York

58. UTAH Tourist & Publicity Council
Dept. 12, State Capitol
Salt Lake City, Utab.

59. State Highway Commission
Publicity Director
Pierre, South Dakota.

60 — Dept. of Commerce and Public Relations
Dept. 102 — G, State House
Indianopolis — Indiana.

61. General Pass'r Traffic Manager
Rock Island Lines
723 La Salle Street Station,
Chicago 5, Illinois.

62. Maine Dept. of Economic Development
1132 Gateway Circle,
Portland, Maine.

64. Georgia Department of Commerce
Dept. V — 8, 100 State Capitol
Atlanta, Georgia.

64. Municipal Information Bureau
153 Navarro.
San Antonio 5, Texas.

Organizado pela
Prof. Olga Creidy
Resp. pela Orientação do Ensino de Línguas Estrangeiras

CURSOS — SEMINÁRIOS — ENCONTROS —
PALESTRAS — VISITAS A ESCOLAS NORMAIS

CURSOS SEMINÁRIOS E ENCONTROS

NATUREZA DA ATIVIDADE	LOCAL	
CURSOS		
Didática Geral	Seminário Cristo-Rei	S. Leopoldo
Direção da Aprendizagem em Linguagem	Escolas Normais	Erexim
SEMINÁRIOS		
Psicologia, Didática e Orientação Educacional	Escolas Normais	Ijuí
	"	Passo Fundo
	"	Rio Grande
	"	Uruguaiana
Preparação à Reforma do Ensino Normal	Escolas Normais	Santa Cruz do Sul
	"	São Leopoldo
Estágio Supervisionado das Normalistas	Escolas Normais do Interior e de P. Alegre	Pôrto Alegre
ENCONTROS		
Filosofia	Escolas Normais da Capital e Arredores	Pôrto Alegre
Ciências Sociais	Escolas Normais da Capital e Arredores	Pôrto Alegre

PALESTRAS

ASSUNTO	LOCAL
Nova Nomenclatura Gramatical e Gramática Funcional	C.P.O.E. E. N. Carmen Chacon — P. Alegre E. N. N. Sra. Medianeira — B. Gonçalves E. N. Maria Auxiliadora — Canoas E. N. S. José — Pelotas E. N. Sta. Rosa de Lima — Sta. Rosa E. N. Pereira Coruja — Taquari
Material Didático no trabalho de Ciências Sociais	II Jornada de Diretores de Escolas Secundárias — P. Alegre E. N. Nossa Senhora da Glória — P. Alegre E. N. Maria Auxiliadora — Canoas
Aprendizagem de Estudos Sociais	E. N. Nossa Senhora da Glória — P. Alegre E. N. Sévigné — P. Alegre
Orientação do Ensino de Línguas Vivas c/apresent. de material didático	E. N. I.º de Maio — P. Alegre
Reforma do Ensino Normal	E. N. Nossa Senhora Medianeira — Bento Gonçalves E. N. Ernesto Alves — Rio Pardo E. N. Santa Rosa de Lima — Santa Rosa

VISITAS À ESCOLAS NORMAIS

ESCOLA	ASSUNTO	LOCALIDADE
N. Sra. Medianeira	Orientação	Bento Gonçalves
João Neves da Fontoura	"	Cachoeira do Sul
São João Batista	"	Camaquã
Maria Auxiliadora	"	Canoas
Duque de Caxias	"	Caxias do Sul
Sacre Coeur de Marie	"	" "
São José	"	" "
Bandeirantes	"	Guaporé
Sagrado Coração de Jesus	"	Ijui
Santa Teresa de Jesus	"	Itaqui
Ildefonso Simões Lopes	"	Osório
Notre Dame	"	Passo Fundo
Osvaldo Cruz	"	"
Santa Cruz	"	"
Assis Brasil	"	Pelotas
Imaculada Conceição	"	"
São José	"	"
Carmen Chacon	"	P. Alegre
Instituto de Educação	"	"
N. Sr.ª da Glória	"	"
I.º de Maio	"	"
Sévigné	"	"
Juvenal Miller	"	R. Grande
S. Joana D'Arc	"	"
Ernesto Alves	"	Rio Pardo

ESCOLA	ASSUNTO	LOCALIDADE
Murilo Braga de Carvalho	Orientação	Santa Cruz do Sul
Sagrado Coração de Jesus	"	" "
Olavo Bilac	"	Santa Maria
N. Sra. do Trabalho	"	"
Santa Rosa de Lima	"	Santa Rosa
Visconde de Cairu	"	"
S. José	"	S. Leopoldo
Pereira Coruja	"	Taquari
Elisa Valls	"	Uruguaiana
N. Sra. do Hôrto	"	"
União	"	"
Monsenhor Scalabrini	Inspeção Prévia	Guaporé
Maria Auxiliadora	"	S. Luiz Gonzaga
N. S Medianeira	"	Santiago
N. S. Aparecida	"	Catuipe
Henrique de Ossó	"	Arroio Grande — S. Maria
Imaculado Coração de Maria	"	Santa Maria
Fundação Evangélica	"	Novo Hamburgo
N.ª Sr.ª do Trabalho	"	Santa Maria

DIVERSOS

ENSINO SECUNDARIO

PLANO DE CURSO

Sugestões Para Organização do Planejamento Anual

Organizado por **Eddy Flores Cabral** e **Olga Creidy, do CPOE**

"O conhecimento da finalidade é da maior importância e, quando a visamos à maneira dos arqueiros que apontam para um alvo bem assinalado, estaremos na melhor situação para bem cumprirmos a nossa tarefa". (Aristóteles — **Ética a Nicômaco, Liber I, cap. 20**.

"Convém que tudo esteja preparado de antemão, para que seja menor o perigo de errar e maior o tempo consagrado ao ensino". (Comenius — Didactica Magna, cap. XIX, v. 33).

"O Plano de ação é o instrumento mais eficaz para o sucesso de qualquer empreendimento. Prever e já agir. É o primeiro passo obrigatório de tôda a ação construtiva e inteligente". (Henri Fayol).

No início do ano letivo todo professor dirige sua atenção para o problema do planejamento das atividades que deverá desenvolver no decorrer do mesmo.

Alguns professôres resolvem êste problema com a simples elaboração mental de um plano, que terá um desenvolvimento natural, ao acaso da improvisação do momento, transformando a aprendizagem num instrumento de baixa produção e baixos índices de rendimento escolar.

"Ensinar, em sua autêntica acepção, é sempre uma atividade racional, metódica, construtiva e conscienciosa, valorizada pelos objetivos educcaionais que constituem sua meta e sua razão de ser.

O hábto de planejar antes de agir, complementado pelo seu corolário lógico de agir sempre de acôrdo com os planos traçados, é uma das mais firmes garantias de eficiência e de sucesso em qualquer grande empreendimento humano.

No terreno da educação, dada a proeminente importância moral, social e psicológica da obra a realizar, o planejamento esmerado é, não apenas uma exigência indiscutível da boa técnica docente e garantia de sua eficiência, mas também, e acima de tudo, um dever de ética profissional, ao qual o professor, deveras compenetrado de sua missão, jamais poderá furtar-se.

O planejamento — etapa preliminar indispensável a tôda atividade construtiva, — é particularmente importante para o ensino de qualquer disciplina, pois permite que o professor estabeleça, de antemão, o seu roteiro de trabalho, o qual lhe dará uma visão antecipada e conjunta das atividades a serem realizadas, para alcançar os objetivos em mira".

"O reconhecimento da necessidade de submeter o ensino a um esmerado planejamento não implica em confissão de falta de preparo ou de capacidade docente".

VANTAGENS DO PLANEJAMENTO

Para todos os profesôres, "o planejamento assegura vantagens definidas, tais como:

a) elimina as falhas, imprecisões e lacunas, decorrentes da improvisação ou do esquecimento momentâneo, no transcurso das aulas;
b) garante ao professor um progressivo aperfeiçoamento, libertando-o do marasmo improficuo da rotina docente e abrindo-lhe novas e mais ricas perspectivas quanto ao conteúdo e quanto ao método;
c) torna o ensino mais metódico, construtivo e eficaz, reajustando-o, continuamente aos progressos da ciência, às necessidades reais dos alunos e às exigências da vida social em constante evolução;
d) leva a jornada anual de ensino ao seu têrmo final, dentro dos prazos previstos, com a satisfação da missão integralmente cumprida;
e) compensa a falta de certas qualidades pessoais.

Com o propósito de colaborar com os Professôres de Ensino Médio do Rio Grande do Sul e facilitar-lhes o trabalho, estamos oferecendo, nesta oportunidade, algumas sugestões no sentido da organização de seu Plano de Curso Anual.

Queremos salientar que as sugestões constantes dêste comunicado não constituem absolutamente, um rígido esquema, podendo ser alterado de acôrdo com as situações de aprendizagem e as peculiaridades que cada local ou Escola possa oferecer.

Quer nos parecer que o esquema aqui sugerido será um bom auxiliar na organização dos planejamentos de cursos de várias disciplinas do curso secundário, tais como: Português, Latim, Grego, Espanhol, Francês, História Geral e do Brasil, Geografia Geral e do Brasil, e outras.

O PLANO "DE CURSO"

Que é "plano de curso"?

"O plano anual, ou "de curso" consiste na previsão global de todos os trabalhos a serem realizados pelo professor e por seus alunos no transcurso do ano escolar. Caracteriza-se, não tanto pelas minúcias da matéria e pormenores do método, como pela descrição geral, balizamento e cronometragem da marcha dos trabalhos.

Como plano anual ou" de curso" visa-se assegurar que o total de horas reservadas ao curso seja aproveitado ao máximo, de modo a conseguir a cobertura total do programa oficial num ritmo normal de trabalho, sem detenças e sem precipitações, garantindo-se uma autêntica aprendizagem por parte dos alunos. O professor que cuidadosamente organiza seu plano anual de trabalho e por êle gradua sua execução, nunca chegará às vesperas das provas finais com o programa oficial ensinado apenas pela metade, como ocorre, freqüentemente, com os professôres que não planejam, com graves prejuízos para seus alunos.

Normalmente, o plano anual ou "de curso" deve ser elaborado pelo professor, antes de iniciar suas aulas. Tomado por base, de um lado, o programa oficial de sua matéria para a série em aprêço, e, de outro, o calendário real do ano em tela, o professor organizará seu plano anual, caracterizando a marcha dos trabalhos escolares, balizando-a de modo a lhe assegurar plena e integral execução.

O plano deve ser sintético, quanto às idéias do professor e analítico no que concerne ao aluno.

COMENTÁRIOS ACÊRCA DO PLANO DE CURSO AQUI SUGERIDO

I — IDENTIFICAÇÃO

É evidente que o registo de um plano de curso deva começar com a notação do nome da Escola, referência ao ano escolar, à disciplina, às séries, às turmas e ao nome do professor.

Após êstes dados, o professor registrará os horários que lhe foram destinados pela secretaria da escola onde trabalha, cuidando que fiquem especificados os dias e as horas da semana em que êle atenderá as diversas turmas que lhe couberam.

II — OBJETIVOS

"A finalidade é a razão de ser de tôda a ação humana; é o que a explica e lhe dá sentido e valor; por isso, os grandes filósofos lhe atribuem a função de autêntica causalidade na explicação de tôda a atividade humana. São Tomás de Aquino, o grande filósofo medieval, afirma categòricamente: "omnis agens agit propter finem": todo o agente age por causa de um fim. Por sua vez, John Dewey, o grande filósofo norte-americano da atualidade, baseado num ponto de vista predominantemente experimentalista, assevera também: "Agir com um fim em vista é ter um ponto básico de referência, que nos permite observar as circunstâncias, escolher e ordenar inteligentemente os meios de nossa ação, relacionando as condições presentes com os resultados futuros a serem conseguidos pela nossa ação. A finalidade é que dá significação e valor aos nossos atos, tornando-os inteligentes... Agir com um fim em vista é agir inteligentemente"; e ainda, "O objetivo é o que dá unidade e continuidade intrínseca ao nosso trabalho; significa a previsão do têrmo ou do provável resultado de nossa ação. Agir com um objetivo em mira redunda sempre em atividades seriadas e ordenadas para atingí-lo. O objetivo é, pois, o princípio que governa e dirige tôda a nossa atividade e influencia cada um dos passos que dermos para atingi-lo".

Se isto é verdade em relação a tôda ação humana em geral, muito mais o será no plano educativo". (Matos)

Os objetivos de um planejamento válido para todo um ano letivo em determinada disciplina, devem ser gerais e estar bem ajustados às condições e situações reais de que o professor dispõe para o desenvolvimento da aprendizagem.

Assim, êsses objetivos devem incluir todos os aspectos que, dentro de determinada disciplina, contribuam para a formação integral da personalidade do aluno.

"Os objetivos do ensino devem exprimir concretamente os alvos imediatos da atuação do professor; êstes não podem ser outros que não produtos da aprendizagem, isto é, modificações, palpáveis e perfeita-

mente mensuráveis no modo de a) agir, b) pensar e exprimir-se, c) sentir dos educandos. Tais objetivos, tomados isoladamente, serão modestos e de reduzido alcance; mas, organizados em seqüência progressiva, conduzirão cumulativamente os alunos a meta expressa pelas finalidades.

Os produtos da aprendizagem, que devem constituir os alvos ou objetivos imediatos do ensino, dividem-se em três categorias fundamentais.

Primeira categoria: hábitos, destrezas e habilidades específicas, quer mentais, quer verbais.
Segunda categoria: informações, conhecimentos e raciocínios.
Terceira categoria: atitudes, ideais, interêsses e preferências.

a) **Na primeira categoria** agrupam-se os automatismos indispensáveis e socialmente valiosos, que assegurarão ao educando o perfeito domínio das condições normais e constantes da vida e da atividade profissional.

b) **Na segunda categoria** reunem-se os elementos de valorização reflexiva dos fatos e das experiências, que garantirão ao educando capacidade e discernimento, compreensão e relacionamento necessários para uma conduta inteligente em situações novas e problemáticas da vida.

c) **Na terceira categoria** incluem-se aquêles produtos de fundamental importância no convívio social, caracterizados pela dinâmica efetiva que lhes serve de base. São êstes produtos de base afetiva que condicionam fundamentalmente tôda a conduta humana e determinam a normalidade do ajustamento do indivíduo às suas condições de vida social e profissional.

Trabalhando de maneira metódica e progressiva na consecução destes três tipos fundamentais de alvos ou produtos da aprendizagem, o professor estará aparelhando seus alunos para enfrentarem as condições e problemas de sua vida social e profissional com segurança e perspectivas de bom êxito. (Matos)

Assim encarados, os objetivos traçados para o curso deveriam incluir as três categorias acima citadas e serem válidos para tôda a atividade educativa desenvolvida pelo professor durante o ano letivo.

Os objetivos gerais do ensino secundário dão a direção ao desenvolvimento do currículo escolar nesse grau. Segue-se daí que tôdas as atividades didáticas e os objetivos dêste planejamento devem estar intimamente relacionados com aquêles objetivos, já determinados para o ensino secundário, e que devem ser do perfeito conhecimento de todos os professôres do ensino médio.

Do traçado dos objetivos do plano de curso dependem as técnicas usadas, bem como dêles se derivam os objetivos específicos de cada uma das unidades didáticas que o professor desenvolverá quando comunicar a seus alunos a aprendizagem.

"Os objetivos devem ser enunciados de forma clara e precisa, em têrmos de aquisições a serem feitas pelos alunos".

III — DISTRIBUIÇÃO DO TEMPO:

A — Uma vez que o professor esteja de posse do horário que lhe compete atender durante o ano letivo, deverá, a seguir, fazer o levantamento do número de aulas disponíveis para uma futura distribuição de assuntos.

Seria interessante registrar os seguintes dados: a data do início e do término das aulas nos dois períodos escolares anuais, o número de aulas reservadas para verificações mensais, para recapitulação geral e ainda a previsão de um número razoável de imprevistos.

Subtraindo do número total essas aulas, destinadas a verificações mensais, recapitulação e imprevistos, obterá o professor o número de períodos disponíveis para fazer a distribuição dos conteúdos da aprendizagem e levantar um quadro geral de aulas.

Êste quadro deverá especificar os dias que correspondem a tôdas as aulas, mensalmente, e o total mensal e geral das mesmas.

B — Os programas que oMinistério da Educação e Cultura oferece já vêm apresentados sob a forma de unidades. Entretanto, isso constituiu apenas o conteúdo essencial da matéria a ser desenvolvida em cada série. Algumas disciplinas, como a História do Brasil, por exemplo, permitem ao professor muita liberdade para uma redistribuição e reorganização dos conteúdos, quer do ponto de vista lógico, ou do ponto de vista psicológico.

Essa seqüência pode ser alterada não só para atender melhor aos objetivos propostos, como também para assegurar uma aprendizagem mais efetiva.

O professor deverá relacionar em seu planejamento, a sucessão dos assuntos conforme preferiu adotar no desenvolvimento de sua atuação docente.

"Uma vez assim organizado o conteúdo da matéria em unidades didáticas, o professor distribuirá estas unidades pelo escalão de aulas, levando em consideração a relativa importância, a maior ou menor extensão ou o grau de dificuldade que cada unidade didática apresentará para os alunos, no plano de estudos. Atendendo a êsses critérios, o professor fará as necessárias compressões e acomodações, de modo a encaixar, no escalão de aulas, tôdas as unidades julgadas necessárias. Nisto consistirá o balizamento e a cronometragem do curso: por meio delas, o professor poderá prever, com relativa certeza e segurança, que a 30 de março, por exemplo, estará terminada a unidade I, a 20 de abril a unidade II e assim sucessivamente, até 5 ou 10 de novembro, quando deverá ser terminada a última unidade programada para esta série".

IV — MEIOS AUXILIARES

É evidente que nenhum professor poderá dispensar do auxilio de um bom material áudio-visual na dinâmica da aprendizagem.

O professor consignará no plano todos os materiais auxiliares que pretenda usar no desenvolvimento da aprendizagem, durante o ano, enquanto possível, com as respectivas unidades didáticas a cujo estudo servirão.

Êsses materiais didáticos, parecem-nos indispensáveis em tôda e qualquer aprendizagem.

Segundo a matéria, uns ou outros auxiliares áudio-visuais são indispensáveis.

Lembraremos alguns: gravuras, quadros murais, instrumentos, modelos, espécimes, livros, mapas, globos terrestres, atlas, enciclopédias, fotografias, projeção (epidiascópio, diafilmes, filmes, etc) objetos, miniaturas e "realia" em geral.

É oportunidade para o professor anotar o livro adotado (autor, título, editôra) bem como a relação de material de consumo, (cadernos, fichas, fôlhas de papel, etc) que irá necessitar durante o ano de trabalho.

V — ATIVIDADES

Será conveniente que o professor relacione no planejamento geral do ano letivo as principais atividades de classe e extraclasse que pretende realizar com os alunos, durante o ano, bem como as que serão de exclusiva responsabilidade do aluno.

Serão registradas de maneira geral, pois que se detalhará quando fôr traçado o plano de unidade.

Exemplos:

De atividades discentes:

Debates, resolução de problemas, desenhos, torneios de perguntas, elaboração de esquemas e gráficos, dramatizações, registo orientado dos resumos de aula, exposição de trabalhos, leituras, pastas para documentação do trabalho, confecção de materiais e amostras, exercícios em mapas mudos, observações de experiências, respostas de questionários, organização de biblioteca de classe especializada, etc..

De atividades docentes:

Aula dialogada, discussão dirigida, mostra de material didático, exposição oral intercalada com perguntas, estudo dirigido, trabalho em grupo, seminários, etc.

De atividades fora da escola:

Visitas a museus, hortos florestais, exposições, livrarias, laboratórios, livrarias, bibliotecas, instituições, etc. Excursões, passeios, etc.

VI — BIBLIOGRAFIAS

No fim do plano deverá ser registrada a bibliografia usada pelo professor não só na elaboração do plano como as referentes a obras de consulta, na matéria.

Também deveriam registrar-se aquêles livros recomendados ao aluno, no decorrer do ano letivo.

No mínimo devem ser anotados os nomes do autor, da obra, da editôra, do local e data da edição.

VII — AVALIAÇÃO

Ao fim do plano, deverá, ainda, haver algum espaço em branco que sirva para o professor registrar observações sôbre o desenvolvimento do mesmo para que estas observações possam servir a possíveis modificações em planos subseqüentes.

Eis aqui o esquema de plano de curso, anteriormente comentado, que tomou a seguinte forma:

PLANO DE CURSO

I — **IDENTIFICAÇÃO:**

Nome da Escola:
Ano escolar:
Disciplina:
Séries: Turmas: Cursos: Turno:
Nome do Professor:
Horário:

II — **OBJETIVOS**

III — **DISTRIBUIÇÃO DO TEMPO:**

A — **Calendário escolar:**

Data do início das aulas:

1.º período: de ..... a ..... (..... aulas)
2.º período: de ..... a ..... (..... aulas)
Total de aulas: .....
Número de aulas para verificação mensal: .....
Número de aulas para recapitulação: .....
Número de aulas para imprevistos: .....
Número de aulas disponíveis: .....

QUADRO GERAL DAS AULAS

MÊS	DIAS	TOTAL DE AULAS
MARÇO ABRIL MAIO JUNHO AGÔSTO SETEMBRO OUTUBRO NOVEMBRO		

B — **Reorganização dos conteúdos e distribuição do tempo**

1. Relação das unidades programadas:
2. Escalão de aulas:

UNIDADES	N.º DE AULAS	
1.ª Unidade		
2.ª Unidade		
3.ª Unidade		
4.ª Unidade		
5.ª Unidade		
6.ª Unidade		
7.ª Unidade		
8.ª Unidade		
9.ª Unidade		
10.ª Unidade		

IV — **MEIOS AUXILIARES (MATERIAL DIDÁTICO)**

V — **ATIVIDADES**

1. Discentes
2. Docentes
3. Fora da escola

VI — **BIBLIOGRAFIAS:**

1. Usada pelo professor
2. Recomendada ao aluno

VII — **AVALIAÇÃO**

BIBLIOGRAFIA

CARVALHO, Irene Mello — **O Ensino por Unidades Didáticas.** Rio, MEC, CILEMA, 1954.

EBERT, Albert — **Planejamento do Ensino das Ciências Naturais.** (In "Educação Secundária", Rio de Janeiro, MEC, CADES, março de 1958, n.º 2).

GASMAN, Lindinéa — **Plano de Curso de História do Brasil.** (In "Educação Secundária", Rio, MEC, CADES, março 1958, n.º 4).

MATTOS, Luiz Alves de — **Os objetivos e o Planejamento do Ensino.** Rio, Aurora, 1957.

Planejamento do Ensino — (In "Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos" Rio, MEC, INEP, VI. 27, n.º 66 e "Revista do Ensino", Rio G. do Sul, Secretaria de Educação e Cultura, n.º 60, 61, 62.

CHILDREN PRESS, Chicago 7, Illinois, U.S.A.

The True Book of:

Cloth
Seasons
Tools for Building
Weeds and Mildflowers
Our Postoffice and Its Helpers
Animal Babies
Policemen and Firemen
Moon, Sun and Stars
Trees
Health
Birds We Know
African Animals
Little Eskimos
Pabbles and Shells
Air Around Us
Plnats We Know
Insects
Indians
Science Experiments
Animals of Small Pond
Toys at Work
Pets
Farm Animals
Honeybees

Animal Stories:

Shoe For My Poney
Johny And The Monarch
Grandpa's Farm
Cattail House
Scatter, The Chipmunk
Favorite Animal Stories

ROW, PETERSON AND COMPANY, 1911, Ridge Avenue, Evanston, Illinois, U.S.A.

The New Alice an Jerry Bools:

GRADE 1

Skip Along
Under the Sky
Open The Door
New High On The Hill
New Day In and Day Out
New Wishing Well
New Round About
New Anything Can Happen

GRADE 2

New Down The River Road
New Friends Village
New Neighbors On The Hill

GRADE 3

New Through the Green Gate
New If Were Going

The Worder-Story Bobbs

I Know a Story — 1st. reader
It Happened One Day — 2nd. reader
After the Sun Sets — 3rd. reader
It Must Be Magic — 4th. reader

Suplementary Preprimers:

Happy Days
Rides and Slides
Here and There

BENEFIT PRESS, 1900 N. Narragansett, Chicago 39, Illinois, U.S.A.

PREPRIMERS

Bucky Button
Busy Days
Buttons at the Zoo
Jerry
Let's Go
Our Day
Our Way
Prety Bird
Surprise Egg

PRIMERS

Buttons and the Pet Parade
Buttons Take a Boat Ride
Cowboy Sam
Cowboy Sam and Miss Lily
Cowboy Sam and Porky
Jerry Goes Riding
Let's Try
Our Family
Pony Ring
School and Play

GRADE 1

Buttons at the Farm
Buttons and Mr. Pete
Come On
Cowboy Sam and Freddy
Cowboy Sam and Shorty
I can Read
Jerry Goes Fishing
Let's Find Out
Monkey Island
Our Home and School
Snow Children, The
Story Pictures of Farm Animals
Tim of Tall Grain Farm
We Live and Grow

GRADE 2

Buffalo Boy
Buttons and the Boy Scouts
Buttons Go Camping
Cowboy Sam and the Fair
Cowboy Sam and tre Rodeo
Hear We Read
Here We Go
Jerry Goes on a Picnic
Let's Look Around
Making Friends
Our Neighborhood
Shining Star
Story Pictures of Our Neighbors
What is a Chicken
What is a Fish

GRADE 3

Buttons and the Little League
Buttons at the Soap Box Derby
Cowboy Sam and the Indians
Jerry Goes to the Circus
Let's See Why
My Dog Lucky
Our Community
Peter and the Moon Trip
Reading's Eeasy
Sharing Together

GRADES 4 — 5

Children of the Colonies
Children of the Mayflower
Good for You
Let's Learn How
Manners Please
Ourselves and Others
Robinson Crusoe
What is a Tree

BECLEY-CARDY PUBLISHERS, 1632 Indiana Ave., Chicago 16, Illinois, U.S.A.

GRADES 6 — 8 (Junior High School)

Abraham Lincoln
Baloonist from Brazil
Builders for Progress
For Freedom's Sake
World is Wide, The
George Washington
Knowing Our World
Latin-American Leaders
Robert E. Lee
Thomas Jefferson

WORD STUDY

Prof.[a] Olga Creidy

MOST FREQUETLY USED PREFIXES

Prefix	Meaning	Example
ab	away, from	absent
ac, ad, af, ag	to, toward	accede, admit
ente	before	antediluvian
anti	against	antidote

Prefix	Meaning	Example
auto	self	autograph
bi	two	bi-monthly
circum	around	circunference
co, com, con	together with	commit, conduct
contra	algainst	contradict
de	down, from	denote
di, dis	apart from	dissever
e, ex	out, out of, from	exit, eject
fore	before, in front of	forehead
il, im, in, ir	not	illegible
inter	between	interrupt
intra, intro	into, between	introduce
mal	bad, ill	malediction, malady
pan	all	Pan-American
per	by, thorough, thoroughly	permit, permeate
poly	many	polyglot
post	after	postdate
pre	before	precede, prelude
pro	forward, before	process
re	apart	secede
sub	under	submarine
super	above, on, over	superhighway
trans	across	transport
vice	In place of	vice-president

SUFFIXES — FORMING ADJECTIVES

Suffix	Meaning	Example
able, ible	able to	agreable
al, ary, ery	pertaining to	radical, judiciary
ic, ical, inc	pertaingng to	conic, porcine
ful, eous, ious	full of	beautiful, plenteous
ous, oso	full of	generous, pilose

MOST FREQUENTLY USED WORD ROOTS (BASES, STEMS)

Root	Meaning	Example
ag, act, ig	act, do	agent
cede, ceed, cess	go, yeld	success
ceive, cept, cip, cap	take	accept
cour, course	run	concourse
dic, dict	say	diction
duce, duct	lead	conduct
fact, fic, feit, fect	make do	manufacture
fer	bear, carry	conference
graph, gram	write	telegram
ject	throw	reject
Join, junct	join	junction
lat	bear carry	relate
leg, lect	read	lectern

Root	Meaning	Example
log	word, study	logic
logu, loc	speak	loquacious
mis, mise, mit	send	transmit
mote, mov, mob	move	motion, mob
pena, pond	hang	pendant
port	carry	report
pose, pone	place	repose, postpone
scrib, scrip	write	scripture
sequ, secu, suc	follow	consecutive
spec, spic	look	spectator
sta, sti(t), sist	stand	station
tact, tang, tain, tog	touch	tangent
tra, tract	draw	contract
vene, vent	come	convention
vert, vers	turn	convert
voc, voke	call	vocation

SUFFIXES — FORMING ADJECTIVES

Suffix	Meaning	Example
acy, cy, ance, ary	state or quality of being	accuracy, transforence, quality, likeness, honor, probity
ence, ity, ty, ness, or ant, ent, ier, er, eer ist, or, tor, sor, ser	one who	agent, clothier, actor antagonist, sponsor, lessee
age, ion, action, sion	condition or act of	courage, coronation, decision
hood, ism, ness	condicion or quality of	sisterhood, deism, leveliness
an, ane, ion, ary ery, ory	portaining to	action, trajectory

SELEÇÃO DE CUMPRIMENTOS EM FRANCÊS E INGLÊS PARA USO NAS ESCOLAS DE GRAU MÉDIO

Organizado pela
Prof.ª Olga Creidy
da Secção de Ensino Normal e Secundário

FÊTES DE NOEL ET BONNE ANNÉE

1 — Je Vous Souhait
Une Bonne
Et
Heureuse Année!

2 — Bonne Année
Et
Bonne Santé!

3 — Je Vous Présente
Mes Voeux de
Bonne Année!

4 — Mes Meilleurs Souhaites
Pour La Nouvelle Année!

5 — Je Vous Présente
Mes Meilleurs Souhaites
Pour la Nouvelle
Année!

6 — Mes Meilleurs Voeux
Pour La Nouvelle Année!

7 — Je Vous Adresse Mes
Souhaites
Les plus Sincères
À L'occasion De Cette
NOUVELLE ANNÉE!

8 — Mes Voeux
Les Plus Sincères!

9 — Meilleurs Voeux!

10 — Meilleurs Voeux De Bonheur
Pour Cette Nouvelle
Année!

11 — Acceptez Mes Voeux
Les Plus Sincères
Pour 1960!

12 — Bon Noël,
Bonne Année!

13 — Tous Mes Meilleurs Voeux
Pour 1960!

14 — Bonnes Fêtes De Noël
Et De
Nouvel An!

15 — Mes Meilleurs Voeux
Pour Une Bonne Année!

16 — Veillez Accepter Mes Sincè-
res
Souhaites De Bonheur
Pour La Nouvelle Année!

17 — Je Vous Souhaite un BON
NOËL
Et Une NOUVELLE
ANNÉE HEUREUSE!

CHRISTMAS GREETINGS

1. Hope your CHRISTMAS
Is a MERRY ONE!

2. MERRY CHRISTMAS GRE-
ETINGS
and a
HAPPY NEW YEAR!

3. The Season's best wishes to
you
MERRY CHRISTMAS
and a
HAPPY NEW YEAR!

4. CHRISTMAS Greetings
And friendly good wishes
For the coming year!

5. CHRISTMAS GREETINGS
And Best wishes
For Your Happiness
In The NEW YEAR!

6. Season's Greetings
And Best Wishes
For the New Year!

7. To wish you a
BLESSED CHRISTMAS
and a
NEW YEAR filled
with HAPPINESS!

8. Wishing you true
CHRISTMAS HAPPINESS
And the best of God's love
for the NEW YEAR!

9. Hope you have a
MERRY CHRISTMAS
and
HAPPY NEW YEAR!

10. Every Good Wish
For Your Happy
Holiday Season!

11. For cacu cheery little candle
That's aglow on Christmas
Day,
This greeting brings a loving
wish
In a specially loving way ...
MERRY CHRISTMAS
TO ALL OF YOU!

12. Remembering You
AI Christmas Time
Wiht Wishes For The Best
That Such A Day
Con Bring Your way
To Maka You Happiest!

13. A Joyous
CHRISTMAS SEASON
And A Year Of Happy Days
And All Of Life's
Richest Blessings
To Be With You — Always!

14. Bringing a WISH
Specially to YOU
For JOY, GOOD HEALTH
And GOOD FRIENDS too.
But most of all
You're wished today
The MERRIEST KIND
Of CHRISTMAS DAY!

15. Best Wishes
For A Very
MERRY CHRISTMAS
And
May All The Season
Bring you
HAPPINES AND CHEER

16. May the Joy and Peace
of Christmas
Bless the old days
and the new
And rest, like benediction
in the hearts of yours
And YOU!

17. A Very Merry Christmas
and Best Wishes
for the New Year!

18. God Bless you on
CHRISTMAS
And may His Love
Be with you throughout
The coming Year!

19. A Christmas apology
Very sincere,
And a wish for
Your Happiness
All through the Year!

20. Wishing you much good cheer
FOR CRISTMAS
and a NEW YEAR filled with
HAPPINESS!

21. With all the GOOD WISHES
The postman can carry
That CHRISTMAS at your
home
Is HAPPY and MERRY!

22. May the Divine Child
grant you and yours
His choicest blessings
during this holy
CHRISTMAS SEASON
And throughout the NEW
YEAR!

23. To wish you all
The joyful things
A happy time
Like Christmas brings!

24. To wish you Joy
at
CHRISTMAS
and every day
in the
NEW YEAR!

25. May the Star of Bethlehem
shine again
To bring you Christmas cheer.
And may its light abide with
you
To lead you all the year!

26. May the Infant Jesus
Shower His Blessings
On You TODAY,
And May His Divine Love
Enrich For You The Whole
NEW YEAR!

27. To wish you a CHRISTMAS
As Happy as a song
With Joys that echo
On and on and on!

28. Have a mighty MERRY
CHRISTMAS
Have a joyful NEW YEAR
too —
And have yourself a HAPPY
TIME
Al the whole year through!

29. May the Holy Angels
Bless you with Christmas
joy
And New Year Happiness!

30. This brings you the very best
of whishes for Christmas and
the New Year.

BIRTHDAY GREETINGS

1. Happy, Happy Birthday
   And Many Many More!

2. With Lots of Wishes
   And Lots of Love
   For a Girl Who's Thought
   A Whole Lot of
   HAPPY BIRTHDAY!

3. Happy Birthday
   And Many Happy Returns!

4. HAVE A BRIGHT AND
   HAPPY BIRTHDAY!

5. HAPPY BIRTHDAY!
   To someone
   who's nice
   to
   Remember

6. Because I thought
   of you today,
   The way I often do
   I'm sending you
   this oard to say
   "HAPPY BIRTHDAY
   TO you

7. And then for ALWAYS
   Here's a wish
   May all that you hold dear
   Come your way,
   And make your life
   More wonderful each year
   HAPPY BIRTHDAY!

8. From both of us
   on your
   BIRTHDAY:
   Best Wishes, Good Luck
   and lots of love!

9. Many Happy Returns
   on your BIRTHDAY!

10. Greetings
    on your Birthday!

11. Birthday Greetings
    To Someone
    I care a lot!

(Modêlo)

EMBLEMA DA ESCOLA

BOLETIM CURRICULAR DA

Escola Normal . .....

Localidade ..... Estado .....

Ano letivo de

.....

Períodos: Semestres:
.....

Êste BOLETIM foi organizado de acôrdo com o que determina a LEI n.º ..... de ....., em seus aspectos de estrutura geral do sistema escolar do Estado.

O currículo escolar foi elaborado com bases no Decreto n.º ..... de .....

ESTRUTURA DO CURRÍCULO

DEPARTAMENTO DE CULTURA GERAL

Tempo: 2 períodos de 1 semestre cada um
Obrigatoriedade mínima: 14 unidades em:

Divisão de Filosofia 3 unidades	Divisão de Línguas e Literatura 3 unidades	Divisão de Matemática e Ciênc. Físico Naturais 4 unidades	Divisão de Ciências Sociais 2 unidades
Divisão de Atividades Econômicas 1 unidade	Divisão de Artes 1 unidade 1 clube	Divisão de Educação Física Recreação e Jogos 1 associação	

DEPARTAMENTO DE CULTURA PROFISSIONAL

Tempo — 4 períodos de 1 semestre cada um
Obrigatoriedade mínima — 28 unidades

Divisão de Fundamentos da Educação 12 unidades	Divisão de Direção da Aprendizagem. 14 unidades	Divisão de Administração de classes e escolas 2 unidades

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO RELIGIOSA

Tempo: 6 períodos de 1 semestre
Obrigatoriedade mínima — 6 unidades

Divisão de Cultura Religiosa 4 unidades	Divisão de Direção da Aprendizagem 2 unidades	

BOM DIA ! NORMALISTA

SÊ BENVINDA A ESTA ESCOLA QUE É TUA, ETC.

O QUE A ESCOLA ESPERA DE TI!

DEVERES

" 1.º — .....

(Transcrever a parte do Regulamento que diz respeito à aluna.)

O que deves saber sôbre o

sistema departamental em relação à sua flexibilidade e obrigatoriedade:

tempo de duração do curso
n.º de períodos
n.º de aulas semanais
n.º de aulas semestrais
Distribuição de matéria em face da técnica:

aulas
estudos dirigidos
atividades

atividades de observação e experiência participante, etc.
tempo que a aluna deve doar ao seu curso para que êle seja bem feito (determinado pela Escola).
unidades obrigatórias que devem ser feitas (Escola)
o que são unidades eletivas e facultativas.
o que é recuperação.
n.º de créditos que cada aluna deve possuir em cada Divisão no fim do semestre.
Referências ao critério de avaliação, incluindo atitudes, participação, etc.
Breve referência ao estágio.
Outros informes de interêsse da aluna.

ASSIM É TUA ESCOLA:

Histórico da Escola —

Origem
Fundador
Data
Características iniciais da escola
Lema
Declaração dos objetivos fundamentais que a escola tem em vista, princípios de vida que a escola defende (espírito da escola).
1.ª turma formada
N.º de professôres que a escola já formou.
Instituições escolares que ela mantém.

Principais movimentos curriculares extraordinários, com vistas à sadia ocupação das horas de lazer.

Outras referências interessantes

Grêmio de ex-alunos

Movimentos comunicatórios ligados à escola

O que a escola oferece em sua organização estática: aparelhamento escolar, melhoramentos introduzidos, prédio em geral, etc.

Planos futuros da escola.

(Esta página pode ser ilustrada com clichê, fotografia ou desenho da escola).

O QUE PODES ESPERAR DA ESCOLA:

Direitos que assistem à aluna de acôrdo com os REGULAMENTOS com relação à:

a. matrícula
b. freqüência
c. exames
d. assistência às aulas
e. escolha de currículo
f. participação em atividades de instituição
g. condições de assistência que a escola oferece
h. bôlsas de estudo
i. o que a aluna pode fazer na escola
j. outros aspectos da vida escolar que contribuem para maior integração da aluna à escola.

ESTE É O CORPO DOCENTE DE TUA ESCOLA:

Nome do Professor	Unidade	Período	Divisão	Departamento	Horário

Se houver ambiente psicológico favorável será interessante citar fatos significativos, experiências, cursos feitos, trabalhos publicados, etc, referentes aos professôres da escola.

ESCOLAR DÊSTE PERÍODO:

Conteúdo	Distribuição no Tempo (Horário Semanal)	Instituições Afins	Unidades Correlatas	N.º de Períodos em que vai Aparecer

PÁGINA PARA SER USADA EM ASSUNTOS DO INTERÊSSE DA ESCOLA, COMO POR EXEMPLO:

CALENDÁRIO ESCOLAR

Dias feriados
Dias santos
Dias de excursão
Dias de passeios
Dias de reuniões de grêmios
Dias de comemorações religiosas ligadas à vida da escola, etc.

TRANSCREVER O CAPÍTULO DA CONSTITUIÇÃO QUE SE REFERE À EDUCAÇÃO DO POVO

Indicar os requisitos que todo aluno deve preencher para cursar a Escola Normal.

Indicar os cursos que legalmente podem se articular com a Escola Normal.

"A escola existe para que se realizem tuas mais altas aspirações !"

MODÊLO PARA O RELATÓRIO SEMESTRAL DAS ESCOLAS NORMAIS

Escola Normal ..... de .....ciclo
Localidade ..... Município .....
Período..... Semestre..... Ano.....
Diretora .....

SETOR ADMINISTRATIVO

Professôres-fiscais: 1 —...
2 —...

1. **Corpo docente**

Nome	Curso	Departamento	Divisão	Unidade	Período	Horário

2. Professôres licenciados ou afastados
3. Número de porteiras-serventes
4. Número de domésticas
5. Número de zeladores ou porteiros

6. **Cursos que funcionam**

CURSO	MATRÍCULA	TURMA	CLASSES	TURNO

OBSERVAÇÃO: .....

7. Resultados do exame de admissão:

Em números:

Inscrições	Comparecimentos	Aprovações	Em 1.ª chamada	Em 2.ª chamada	% de Aprovação	Obs.

8. **Casos de articulação de alunas egressas de outros cursos:**

Escola de que procede	Enquadramento	Nome da aluna	Recuperações feitas	Outros informes

9. **Iniciativas tomadas**
   A. Conservação e melhoramento do prédio
   B. Conservação do mobiliário
   C. Conservação do pátio de recreação
   D. Aparelhamento escolar
   E. Instalações para Educação Física

10. **Organização interna**

   A. Escrituração
   B. Arquivo ativo e passivo
   C. Fichários:

      1. do professor
      2. dos alunos
      3. do pessoal administrativo

11. **Trabalhos para ornamentação da escola:**

12. **Trabalhos relativos à organização do Museu áudio-visual da escola:**

13. **Boletim curricular**

Divisão	Unidades				Instituições			Professor
	Obrigat.	Eletiv.	Facult.	Recup.	Obrig.	Eletiv.	Facult.	

14. **Reuniões realizadas**

N.º	Tipo de reunião	Assunto	Professôres presentes	Hora
	de coordenação de Divisões de caráter admin. de orient. educ. de circ. de estud. (hora pedagógica) especiais			

15. **Atividades extraordinárias nas Instituições curriculares**
16. **Atividades culturais**
Palestras — Conferências — Projeções cinematográficas — Audições

17. **Atividades realizadas de acmôrdo com o Calendário Escolar**

A.	Comemorações e Horas Cívicas	Data	N.º
B.	Festas religiosas	Data	N.º
C.	Festas tradicionais, etc.	Data	N.º
D.	Resumo dos programas:		

PEDAGóGICO

TOTAL DE AULAS	AULAS SEMANAIS			
	AULAS	ESTUD. DIRIG.	ATIV.	

Duração	Conclusões em ficha	Tópicos de aplicação imediata

Musicais Exposições Teatro Recitais etc.

19. **Curso de Aplicação**

Trabalhos práticos realizados:

Tipo de trabalho	Classe	Tempo	Assunto	Periodo D C P
a. observação pessoal				
b. experiência participante				
c. prática docente				

Trabalhos práticos realizados em outras escolas primárias.

20. **INSTITUIÇÕES EM FUNCIONAMENTO**

A. BIBLIOTECA

Condições em que funciona
Número de volumes
Número de volumes adquiridos | por compra | por doação
Número de volumes consultados
Número de consulentes
Outras atividades

B. CÍRCULO DE PAIS E MESTRES

Número de reuniões
Festividades promovidas
Palestras culturais
Auxílios prestados
Outras atividades

C. MUSEU ÁUDIO-VISUAL

Material existente
Material adquirido
Material confeccionado no semestre:
Material selecionado
Número de pesquisas feitas
Número de consulentes

D. Outras Instituições

E. Salas Especiais

(funcionamento)

SETOR SOCIAL

21. Atividades curriculares extraordinárias:

A. Ocorrências
B. Participação em Campanhas
C. Festas promovidas pela Escola
D. Participação em atividades sociais e culturais da localidade
E. Resumo dos programas

22. Visitas recebidas

A. Autoridades educacionais

Procedência	Função	Finalidade

B. Outros elementos

Professôres de outras escolas
Pais de alunos
Autoridades, etc.

23. Outras atividades

Diretora	Fiscal do C. Primário ou Assistente do C. Prim.	Fiscal do C. Normal ou Assist. do C. Normal

DOCUMENTOS QUE DEVEM ACOMPANHAR O RELATÓRIO SEMESTRAL:

Planejamento geral da escola
Planejamento de cada unidade
Planejamentos extraordinários, de excursão, etc., de reunião, etc.
Relatório de exames de admissão e cópia da prova
Relatório da avaliação de fim de semestre
Relatório das atividades do Serviço de Orientação.

ESQUEMA PARA UM PLANEJAMENTO DIDÁTICO:

Fins e objetivos

Para que vou ensinar?
O que vou ensinar?

Desenvolvimento

Como vou ensinar?

Distribuição da matéria
Entrosamento das unidades
Recursos a utilizar para o desenvolvimento da experiência
Auxílios áudio-visuais
Recursos que outras unidades do currículo podem oferecer para o alcance do objetivo
Correlação com clubes e instituições gerais
Avaliação concomitante

Atividades intra-curriculares

Atividades para aplicação do estudo realizado
Trabalho em grupo
Estudo dirigido
Pesquisa
Observação do real
Experiência participantes
Prática
Seminários
Assembléia para discussão e conferência
Levantamento de fontes: bibliográfica viva, filmográfica, museográfica, etc.

Atividades curriculares extraordinárias

Pesquisas em literatura, palestras, excursões, programas áudio-visuais (cinema, exposições, discoteca, concertos, museus, etc.), para extrair conteúdos de experiência significativa para a profissão escolhida.

AVALIAÇÃO GERAL

Que resultados estou obtendo?
Para correção de falhas e deficiências e sentir o grau de integração dos alunos:
Observação, entrevista, depoimento pessoal
Verificação escrita, assembléias e seminários.

Elaborado pela **Prof.ª Lucinda M. Lorenzoni**
Técnico em educação CPOE

LEGISLAÇÃO

DECRETO N.º 10062 DE 24 DE JANEIRO DE 1959

Aprova o regulamento sôbre a concessão de bôlsas de estudo para os cursos do Departamento de Estudos Especializados do Instituto de Educação.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 87, inciso II, da Constituição do Estado, de 8 de julho de 1947.

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica aprovado o Regulamento que com êste baixa sôbre a concessão de bôlsas de estudo para os Cursos do Departamento de Estudos Especializados do Instituto de Educação, previstos nos artigos 8.º e 9.º do Regulamento do Ensino Normal, aprovado pelo Decreto n.º 6004, de 26.1.55.

Art. 2.º — Revogadas as disposições em contrário, êste Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PIRATINI, em Pôrto Alegre, 24 de janeiro de 1959.

Ildo Meneghetti
Governador do Estado

Adroaldo Mesquita da Costa
Secretário de Educação e Cultura

REGULAMENTO RELATIVO À CONCESSÃO DE BÔLSAS DE ESTUDO PARA OS CURSOS DE SUPERVISÃO ESCOLAR, DIREÇÃO DE ESCOLAS, EDUCAÇÃO PRÉ-PRIMÁRIA, EDUCAÇÃO EMENDATIVA E OUTROS DO DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ESPECIALIZADOS DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO

Art. 1.º — A Secretaria de Educação e Cultura concederá, anualmente, trinta bôlsas de estudo a serem distribuídas entre os candidatos aos vários Cursos oferecidos pelo Departamento de Estudos Especializados do Instituto de Educação.

§ 1.º — As indicações para o preenchimento dessas bôlsas serão feitas pelo Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais a quem compete, de acôrdo com o inciso VII, do art. 5.º do Decreto n.º 4207, de 10.10.53, selecionar e indicar ao Secretário de Educação e Cultura professôres para realizar cursos, estudos e estágios relacionados com a educação.

§ 2.º — As bôlsas serão concedidas, preliminarmente, por um semestre letivo, devendo, após, serem confirmadas mediante parecer favorável da Direção do Instituto de Educação, ouvidos os professôres

dos cursos, sôbre os resultados obtidos pelos candidatos nos estudos feitos.

§ 3.º — A bôlsa de estudo consistirá no pagamento de vencimentos do professor, que permanecerá afastado de suas funções, sem prejuízo da contagem de tempo de serviço, para todos os efeitos, durante o período previsto em lei, para a realização do curso.

Art. 2.º — Anualmente, no mês de dezembro, uma comissão constituída de representantes da Superintendência do Ensino Normal, do Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais, da Superintendência do Ensino Primário e do Instituto de Educação indicará ao Secretário de Educação e Cultura o plano de concessão de bôlsas para o Departamento de Estudos Especializados, fixando os tipos de cursos para os quais serão destinadas as bôlsas, conforme as necessidades do ensino primário do Estado.

Art. 3.º — A duração das bôlsas para os cursos do Departamento de Estudos Especializados, será, no mínimo, de 1 (um) semestre letivo e, no máximo, de 4 (quatro) semestres.

Art. 4.º — Serão concedidas bôlsas de estudos no Departamento de Estudos Especializados do Instituto de Educação aos candidatos que preencherem as seguintes condições:

I — Comprovante de possuir o candidato diploma de Professor Primário por Escola Normal de 2.º Grau Oficial ou Equiparada, ou certificado de Regente do Ensino Primário, por Escola Normal de 1.º Grau, Oficial ou Equiparada.

II — Comprovante de efetivo exercício no magistério:

a) para o Curso de Supervisores — 5 anos, sendo, no mínimo, 3 de regência de classe;
b) para o Curso de Direção de Escola — 3 anos, sendo, no mínimo, 2 de regência de classe;
c) para o Curso de Educação Pré-Primária, Educação emendativa e outros que sejam oferecidos pelo Departamento — 3 anos, sendo, no mínimo, 2 de regência de classe.

III — Comprovante de ter, no máximo, 15 anos de serviço público.

IV — Indicação preliminar enviada ao CPOE pelo Delegado de Ensino da Região a que pertencem os candidatos, o qual ouvirá, para êsse efeito, o orientador e diretor da escola correspondente.

Parágrafo único — Essa indicação será baseada em instruções especiais expedidas pelo referido órgão técnico.

V — Autorização prévia para afastar-se da unidade escolar, comprovada por documento fornecido pela Superintendência do Ensino Primário.

VI — Realização de prova de entrevista com professôres do Departamento de Estudos Especializados, com parecer favorável.

VII — Apresentação de atestado de sanidade física e mental, expedido por autoridade credenciada.

Art. 5.º — Satisfeitas as condições previstas no art. 3.º, cumprir-se-á o que estabelece o § 1.º do art. 1.º.

Art. 6.º — Não será concedida matrícula a candidato à bôlsa, que já freqüente outro curso.

§ 1.º — Se a freqüência a outro curso ocorrer após a matrícula nos cursos de especialização ora previstos, esta será automàticamente cancelada.

§ 2.º — Não será permitido aos candidatos assumir compromissos que não sejam os relativos ao curso.

§ 3.º — Não será concedida matrícula mais de uma vez no mesmo período do curso, salvo por motivo justificado por autoridade competente.

Art. 7.º — Será cancelada, em qualquer tempo, a matrícula nos cursos, se o aproveitamento e freqüência não forem satisfatórios ou fôr comprovada a inaptidão do bolsista para o exercício da função a que se propõem os estudos especializados.

Art. 8.º — Só poderá ser concedida matrícula a professor que com percepção de vencimentos, ou outras vantagens, não tenha realizado cursos ou estágios de aperfeiçoamento no Estado ou no País, no triênio anterior.

Art. 9.º — Concluído o curso, fica o professor obrigado mediante compromisso assinado com a Secretaria de Educação e Cultura — por ocasião da matrícula — a exercer na Região a que pertence, pelo espaço de 2 anos, no mínimo, funções relativas à especialização propiciada pelos cursos realizados.

Art. 10.º — A efetividade dos professôres — alunos dos vários cursos — será controlada pela direção do Instituto de Educação que, da respectiva fôlha, enviará cópia, mensalmente, à Superintendência do Ensino Primário.

Art. 11 — Os casos omissos serão resolvidos pelo Secretário de Educação e Cultura, ouvidos os setores competentes, administrativo e técnico.

Secretário de Educação e Cultura

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Assunto: Alteração de artigos constantes do Decreto n.º 10062/59 que dispõe sôbre a concessão de bôlsas de estudos para o Departamento de Cultura Especializada do Instituto de Educação.

Senhor Governador

O Decreto 6004, de 26 de janeiro de 1955, que aprova o Regulamento do Ensino Normal do Estado do Rio Grande do Sul, no seu Título III, Cap. I, art. 8.º diz:

> "O Instituto de Educação manterá um Departamento de Estudos Especializados, com a finalidade de preparar administradores escolares, supervisores de ensino primário, orientadores educacionais e professôres especializados para o ensino primário".

Dispõe ainda o mesmo Decreto em seu art. 9.º:

> "O Departamento de Estudos Especializados será constituído das seguintes divisões:
>
> a) Divisão de Administração e Supervisão Escolar
> b) Divisão de Orientação Técnico-Pedagógica

c) Divisão de Orientação Educacional e Orientação Vocacional
d) Divisão de Educação Emendativa
e) Divisão de Educação Pré-Primária

Cumpre-nos informar que, até a presente data, vêm funcionando com regularidade as Divisões de Administração e Supervisão Escolar e de Educação Pré-primária.

Cuida-se, entretanto, no corrente ano letivo segundo semestre, de prover para que funcione a Divisão de Educação Emendativa, em virtude dos trabalhos constantes do plano da Reforma do Ensino Primário, em experiência em nosso Estado, estarem a exigir professôres especializados na orientação de alunos de aprendizagem lenta.

O recrutamento dos professôres que freqüentam os cursos do Departamento de Estudos Especializados do Instituto de Educação no exercício pelo Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais, de conformidade com o inciso VIII do art. 5.º do Decreto n.º 4207, de 10-10-53 considerando-se nessa seleção as qualidades pessoais e profissionais dos referidos professôres demonstradas no exercício de suas funções docentes em período nunca inferior a 3 anos.

O atendimento pelos professôres a alguns dêsses cursos é feito mediante bôlsas concedidas preliminarmente, por um semestre letivo, devendo, após, serem confirmadas mediante parecer favorável da Direção do Instituto de Educação ouvidos os professôres dos cursos sôbre os resultados obtidos pelos candidatos, nos estudos feitos.

A bôlsa de estudos consiste apenas, até a presente data, no pagamento dos vencimentos do professor que permanece afastado de suas funções, durante o período de realização do Curso sem prejuízo da contagem de tempo de serviço para todos os efeitos.

Considerando a dificuldade que encontram os professôres em realizar estudos da natureza dos exigidos em alguns dos Cursos do Departamento de Estudos Especializados do Instituto de Educação é real cício de suas atividades docentes.

Considerando que o número de bôlsas até agora concedido não corresponde às necessidades existentes para o desempenho de funções orientadoras do ensino, previstas, principalmente, nos planos do Govêrno de Vossa Excelência.

Considerando a dificuldade que têm os professôres, especialmente os do interior, de se manterem, nesta Capital, apenas com os vencimentos do cargo que ocupam, submetemos à consideração de Vossa Excelência as seguintes alterações a serem feitas no Decreto n.º 10062, de 24-1-59:

— aumentando para 60 o número de bôlsas a serem concedidas anualmente, por esta Secretaria de Educação e Cultura e que deverão ser distribuídas pelos Cursos do Departamento de Cultura Especializada do Instituto de Educação, de acôrdo com critério já consagrado.

— concessão aos professôres bolsistas de 1 mês de vencimentos, a título de ajuda de custo, para despesas com o curso e a passagem de ida e volta às suas localidades.

Esclarecemos, ainda, não colidir êsse plano com o projeto de concessão de bôlsas de estudo previsto pelo govêrno de Vossa Excelência, por se tratar de vantagens a serem concedidas, exclusivamente, a professôres já em exercício.

Secretário de Educação e Cultura

DECRETO N.º 10.534, DE 20 DE JUNHO DE 1959

Altera o Regulamento sôbre a concessão de Bólsas de Estudo para os Cursos do Departamento de Estudos Especializados do Instituto de Educação e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 87, inciso II, da Constituição do Estado, de 8 de julho de 1947,

D E C R E T A :

ARTIGO 1.º — Os artigos 1.º e 5.º do Regulamento sôbre a concessão de bôlsas de estudo para os cursos do Departamento de Estudos Especializados do Instituto de Educação, aprovado pelo decreto n.º 10.062, de 24 de janeiro de 1959, passam a ter a seguinte redação:

"Artigo 1.º — A Secretaria de Educação e Cultura concederá anualmente sessenta bôlsas de estudo a serem distribuídas entre os candidatos aos vários cursos oferecidos pelo Departamento de Estudos Especializados do Instituto de Educação.

Artigo 5.º — Satisfeitas as condições previstas no artigo 4.º cumprir-se-á o que estabelece o § 1.º do Artigo 1.º".

ARTIGO 2.º — É acrescentado um parágrafo ao artigo 1.º do referido regulamento:

§ 4.º — A título de ajuda de custo, concederá o Estado, aos professôres bolsistas, um mês de vencimentos e passagens de ida e volta.

ARTIGO 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO PIRATINI, em Pôrto Alegre, 20 de junho de 1959.

ENG.º LEONEL BRIZOLA
Governador do Estado

JOSÉ MARIANO BECK
Secretário de Educação e Cultura

CAMPANHAS E CONCURSOS

Pôrto Alegre, 16 de abril de 1959.

Ofício circular n.º 217

Senhor Delegado

Comunicamos-lhe que, em prosseguimento à campanha, iniciada no ano p.p., patrocinada pela Secretaria de Educação e Cultura e realizada pela Cruzada Sul-riograndense de Assistência Social ao tuberculoso, estamos confiante nas iniciativas que V. S.ª empreenderá no sentido de que um movimento de solidariedade humana de tanta oportunidade para nosso Estado (morrem 7 tuberculosos por hora), encontre nessa Região a mais profícua repercussão e sucesso.

Agradecendo a colaboração prestada, apresentamos

Cordiais saudações

Sarah Azambuja Rolla
Diretora do C.P.O.E.

Nota: As importâncias coletadas deverão ser remetidas à Prof.ª Lucinda M. Lorenzoni — Sarmento Leite, 55 — 3.º andar.

Pôrto Alegre, 15 de maio de 1959

Ofício circular n.º 287

Sr. Delegado

Conforme se vem procedendo em anos anteriores, atendendo à solicitação da "Liga Feminina de Combate ao Câncer no Rio Grande do Sul", esta Secretaria prestará, também no corrente ano, sua colaboração à magna Campanha que conclama os esforços de todos os brasileiros.

Assim, enviamos a V. Senhoria, para serem encaminhados às unidades de ensino dessa Região, o ofício circular n.º 286-59 e o material de propaganda da referida Campanha.

A fim de evitar múltiplas remessas, solicitamos a V. Senhoria que o total das contribuições das escolas dessa Região seja remetido, por intermédio da Delegacia, diretamente ao Banco Nacional do Comércio — Liga Feminina de Combate ao Câncer, em Pôrto Alegre.

Confiando no êxito das atividades desenvolvidas nessa Região Escolar em prol dessa patriótica iniciativa de tão grande alcance social, apresentamos a V. Senhoria

Cordiais saudações.

Sarah Azambuja Rolla
Diretora do C.P.O.E.

Pôrto Alegre, 15 de maio de 1959

Ofício circular n.º 286

Sr. Diretor

A Secretaria de Educação e Cultura, através de seu Órgão Técnico o Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais, vem, mais uma vez, solicitar a colaboração das escolas de nosso Estado para a "Campanha Nacional Educativa contra o Câncer" que habitualmente se desenvolve em todo o país, durante o mês de maio.

O referido movimento que visa auxiliar a luta contra essa enfermidade, tem sempre merecido o apoio de tôdas as escolas.

O trabalho realizado nesse sentido, em anos anteriores, vem alcançando pleno êxito, não só sob o ponto de vista educacional, como também do ponto de vista material, pela significativa contribuição monetária prestada pelos alunos de nossas escolas.

Estamos certas de que, com o indispensável e valioso auxílio dos professôres no desenvolvimento de um plano de trabalho em tôrno do assunto, a referida campanha alcançará, também êste ano, idêntico sucesso.

As contribuições dos Grupos Escolares deverão ser enviadas pelas direções às respectivas Delegacias Regionais de Ensino, que as enviarão, posteriormente, ao Banco Nacional do Comércio — Liga Feminina de Combate ao Câncer, em Pôrto Alegre, o total das arrecadações da Região.

As contribuições dos alunos das Escolas Normais e Secundárias deverão ser remetidas diretamente ao Banco Nacional do Comércio — Liga Feminina de Combate ao Câncer, em Pôrto Alegre.

Caso não haja na localidade filial do referido Banco, solicitamos sejam as importâncias recolhidas depositadas em outro Banco ou Agência de Correio e o cheque enviado ao Banco Nacional do Comércio — Liga Feminina de Combate ao Câncer, Pôrto Alegre.

Nesta oportunidade, apresentamos a V. Senhoria

Cordiais saudações

Sarah Azambuja Rolla
Diretora do C.P.O.E.

DA COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDO E CLASSIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

Pôrto Alegre, 20 de maio de 1959

Ofício circular n.º 321

Sr. Presidente

Temos o prazer de remeter a V. Senhoria a publicação anexa - RELAÇÃO DAS PUBLICAÇÕES CLASSIFICADAS EM 1958 — trabalho da Comissão Especial, dêste Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais, sob a presidência do Técnico em Educação, Lahidy Zapp.

Nosso intuito em divulgar a cotação pedagógica dos periódicos é cooperar com os educadores na nobre missão a que se dedicam: guiar e orientar a infância e a juventude em sua formação integral.

Uma leitura recreativa e sadia dá aos educandos perspectivas de se tornarem, no futuro, homens úteis a si e à sociedade a que pertencem.

Atenciosamente

Sarah Azambuja Rolla
Diretora do C.P.O.E.

AO ILMO. SR. PRESIDENTE
DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PREFEITURA DE (Tôdas as Prefeituras do Estado)

Pôrto Aelgre, 20 de maio de 1959

Ofício circular n.º 322

Senhor Delegado

Enviamos a V. Senhoria as publicações anexas — Relação das Publicações Classificadas em 1 958 — pela Comissão Especial dêste Centro, para distribuição entre as unidades escolares e as bibliotecas dessa Região.

A finalidade dessa publicação é facilitar aos professôres a orientação que devem dar aos alunos na seleção das revistas destinadas a lhes proporcionar recreação sadia, e reunir colaboradores na obra de saneamento e valorização da literatura infanto-juvenil.

Cordiais saudações

Sarah Azambuja Rolla
Diretora do C.P O E

Pôrto Alegre, 20 de maio de 1959

Ofício circular n.º 324

Exmo. Senhor

Temos o prazer de remeter a V. Excelência a publicação anexa — RELAÇÃO DAS PUBLICAÇÕES CLASSIFICADAS EM 1958 — trabalho de uma Comissão Especial sob a presidência do Técnico em Educação Lahidy Zapp, dêste Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais.

O nosso escopo, usando das leis em vigor, é orientar pais e educadores para uma melhor seleção nas leituras infanto-juvenis, procurando fazer, da geração futura, homens dignos da Pátria.

Para que tal seja colimado, solicitamos a imprescindível colaboração de V. Excelência, no que concerne ao saneamento das revistas postas a venda, nessa localidade.

Aproveitando o ensejo, apresentamos a V. Excelência

Cordiais saudações

Zarah Azambuja Rolla
Diretora do C.P.O.E.

Ao Exmo. Sr. Juiz de Direito e Pretor

(A todos do Interior do Estado)

RELAÇÃO DAS PUBLICAÇÕES CLASSIFICADAS EM 1958

Publicações Livres

N.º	Título	Editôra	Gênero	Categoria	Classificação Pedagógica
1.	Álbum Gigante	Ebal	Romance	Adultos	Aceitável
2.	Brasil em Jornal (O)	Reforma S. A.	História	Todos	Recomendável
3.	Cacique	SEC	Miscelânia	Infanto-Juvenil	Recomendável
4.	Capricho	Abril	Romance	Juvenil	Aceitável com restrições
5.	Capitão Z (O)	Ebal	Fantasia	Infantil	Aceitável
6.	Cinemin	Ebal	Cinema	Adultos	Aceitável com restrições
7.	Cirandniha	O Malho	Miscelânia	Infantil	Aceitável
8.	Conquista (A)	C. Sto. Inácio	Religião	Todos	Recomendável
9.	Correio Infantil	Correio do Povo	Miscelânia	Infanto-Juvenil	Aceitável
10.	Crisol (O)	As. O Crisol	Miscelânia	Juvenil	Recomendável
11.	Edição Maravilhosa	Ebal	Romance	Infanto-Juvenil	Aceitável
12.	Epopéia	Ebal	Romance	Adultos	Aceitável
13.	Gene Autry	Ebal	Aventura	Adultos	Desaconselhável
14.	Grandes Figuras	Ebal	Cultura	Todos	Recomendável
15.	Grande Hotel	Vecchi	Romance	Adultos	Aceitável com restrições
16.	Herói (O)	Ebal	Aventura	Juvenil	Aceitável a critério de Pais e Professôres
17.	Hora Estudantil (A)	a Hora	Miscelânia	Juvenil	Aceitável
18.	Horinha (A)	a Hora	Miscelânia	Juvenil	Aceitável com restrições

N.º	Título	Editôra	Gênero	Categoria	Classificação Pedagógica
19.	Invictus	Ebal	Aventura	Juvenil	Aceitável
20.	Lassie	Ebal	Aventura	Juvenil	Aceitável
21.	Mindinho	Ebal	Fantasia	Infantil	Aceitável c/restr. à Linguagem
22.	Mocidade	C. Publ. Bras.	Cultura	Juvenil	Recomendável
23.	Nosso Amiguinho	C. Publ. Bras.	Miscelânia	Infanto-Juvenil	Recomendável
24.	Papai Noel	Ebal	Fantasia	Juvenil	Aceitável
25.	Pequenina	Ebal	Romance	Juvenil	Aceitável
26.	Pinduca	Ebal	Aventura	Infanto-Juvenil	Aceitável com restrições
27.	Popeye	Ebal	Fantasia	Infantil	Aceitável com restrições
28.	Possante	Ebal	Fantasia	Infantil	Aceitável com restrições
29.	Princesinha	Ebal	Fantasia	Infantil	Aceitável
30.	Prossigamos	E. N. S. José	Miscelânia	Juvenil	Recomendavel
31.	Rin Tin Tin	Ebal	Aventura	Juvenil	Aceitável
32.	Rosalinda	Ebal	Romance	Juvenil	Aceitável com restrições
33.	Roy Rogers	Ebal	Aventura Faroeste	Juvenil	Aceitável a critério de Pais e Professôres
34.	Seleções de Idílio	Ebal	Romance	Juvenil	Aceitável com restrições
35.	Sétimo Céu	Bloch	Miscelânia	Adultos	Aceitável com restrições
36.	Star Álbum	Ebal	Cinema	Adultos	Aceitável com restrições

N.º	Título	Editôra	Gênero	Categoria	Classificação Pedagógica
37.	Superxis	Ebal	Aventura	Juvenil	Aceitável a critério de Pais e Professôres
38.	Suplemento Infantil	Fôlha da Tarde	Miscelânia	Infanto-Juvenil	Aceitável com restrições
39.	Tarzan	Ebal	Aventura	Juvenil	Aceitável a critério de Pais e Professôres
40.	Tico-Tico (O)	O Malho	Miscelânia	Infantil	Aceitável
41.	Vias Véritas Et Vita	Paulinas	Pedagogia	Professôres	Aceitável
42.	Vida e Saúde	C. Publ. Bras.	Higiene	Todos	Recomendável
43.	Voz de Assis	Miss. Capuchinhos	Miscelânia	Todos	Aceitável c/restr. à Linguagem

Publicações Taxadas

1.	Águia Negra	Rio Gráfica	Aventura	Juvenil	Desaconselhada
2.	Aí, Mocinho!	Ebal	Av. Faroeste	Juvenil	Desaconselhada
3.	Batman	Ebal	Aventura	Juvenil	Desaconselhada
4.	Capitão Marvel	Rio Gráfica	Aventura	Juvenil	Desaconselhada
5.	Cavaleiro Negro	Rio Gráfica	Aventura	Juvenil	Desaconselhada
6.	Cowboy Romântico	Ebal	Aventura	Juvenil	Desaconselhada
7.	Dom Chicote	Rio Gráfica	Av. Faroeste	Juvenil	Desaconselhada
8.	Fantasma (O)	Rio Gráfica	Policial	Adultos	Desaconselhada
9.	Flecha Ligeira	Rio Gráfica	Aventura	Juvenil	Desaconselhada
10.	Garras da Lei	Coluna Sel	Policial	Adultos	Desaconselhada
11.	Gibi Mensal	Rio Gráfica	Aventura	Juvenil	Desaconselhada

N.º	Título	Editôra	Gênero	Categoria	Classificação Pedagógica
12.	Globo Juvenil (O)	Rio Gráfica	Aventura	Juvenil	Desaconselhada
13.	Homens em Guerra	Garimar	Guerra	Adultos	Desaconselhada
14.	Idílio (O)	Ebal	Romance	Juvenil	Desaconselhada
15.	Marvel Magazine	Rio Gráfica	Aventura	Juvenil	Desaconselhada
16.	Quem foi?	Ebal	Policial	Adultos	Desaconselhada
17.	Reis do Faroeste	Ebal	Aventura	Juvenil	Desaconselhada
18.	Superman	Ebal	Aventura	Juvenil	Desaconselhada
19.	Zorro	Ebal	Aventura Faroeste	Juvenil	Desaconselhada

Classificação variável de acôrdo com o conteúdo de cada número

1.	Cine-Romance	E. Abreu	Cinema	Adultos
2.	Cine-Mignon	S. Roncoli	Cinema	Adultos
3.	Meu sonho	Tecnoprint	Romance	Juvenil

Encaminhadas ao Juizado de Menores para Proibição

1.	Confidencial	N. Risarde	Escândalo	Adultos
2.	Escândalo	Revista Escândalo	Escândalo	Adultos
3.	Seleções Humorísticas	Seleções Humorísticas Ltda.	Humorismo	Adultos

Pôrto Alegre, 20 de maio de 1959

OFÍCIO CIRCULAR N. 427

Senhor Diretor
Sr. Professor Fiscal

Comunicamos-lhe que a Secretaria de Educação e Cultura patrocina a Campanha empreendida pela CRUZADA SUL-RIOGRANDENSE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL AO TUBERCULOSO, que visa a criação de uma Colônia para Tuberculosos crônicos.

Neste sentido, estamos encaminhando a V. Sa. material relativo à divulgação da referida Campanha que, pela finalidade tão meritória e de grande alcance social, cremos seja recebida com a generosidade que caracteriza nossos estudantes secundários.

Informamos que as importâncias coletadas podem ser remetidas a PROF. LUCINDA M. LORENZONI — Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais, Sarmento Leite n.º 55 — 3.º andar — Pôrto Alegre.

Na certeza de que mais uma vez poderemos contar com o valioso apoio de V.Sa., apresentamos-lhe

Cordiais saudações

Sarah Azambuja Rolla
Diretora do C.P.O.E.

NOTA: O material relativo à Campanha do Sêlo que não puder ser colocado deve ser devolvido juntamente com as importâncias coletadas.

Pôrto Alegre, 26 de junho de 1959

OFÍCIO CIRCULAR N.º 463

Senhor Diretor

Passamos a expor a V. Senhoria problema de excepcional relevância, qual seja o da mudança da Capital da República, grande empreendimento para as gerações brasileiras atuais, em prol de melhores dias para a nacionalidade e um futuro grandioso para a Pátria comum.

Por fôrça de determinantes sociais e geográficas e após abalizados estudos técnicos e estratégicos, a escolha do local para a nova Capital da República recaiu em território do Estado de Goiás, unidade central do país.

A transferência da Capital Federal para o interior, problema tão antigo quanto a própria nacionalidade, **previsto em tôdas as Constituições Republicanas** e assunto que já algumas vêzes se viu objeto de amplos e intensos movimentos destinados a convertê-lo em realidade, nunca estêve tão perto de se concretizar como nos dias atuais, quando encontra, inclusive, o apoio da mais alta autoridade da República, o Senhor Presidente Juscelino Kubistchek de Oliveira, bastando lembrar entre tantas outras providências a aprovação unânime, pela Comissão de Justiça da Câmara Federal, do projeto de lei que baixa as últimas e definitivas medidas sôbre a realização da mudança.

Ante a iminência da concretização da transcedental medida, hão de se mobilizar sem dúvida as fôrças adversas, constituídas de grupos que julgam a mudança prejudicial aos seus particulares interêsses, aos quais, impatriòticamente, subordinam a própria grandeza da Nação.

Cumpre, assim, a todos os brasileiros conscientes da realidade nacional e verdadeiramente amantes de sua Pátria, desenvolver, por tôdas as formas, cada um na medida dos respectivos recursos e através dos meios que suas próprias atividades normais possam oferecer, a mais ativa e intensa participação na campanha em prol da referida mudança, a fim de que seja atenuada ou anulada a oposição daqueles grupos.

Diante do exposto e em face das inúmeras vantagens para nossa Pátria, vimos apelar para os sentimentos de brasilidade de Vossa Senhoria, encarecendo a participação dessa Escola na campanha de orientação da opinião pública a favor da mudança da Capital brasileira e sua interiorização, movimento que, na oportunidade, se reveste de transcedental importância.

Apresentamos a Vossa Senhoria nossas

Cordiais Saudações

Sarah Azambuja Rolla
Diretora do C.P.O.E.

Pôrto Alegre, 8 de setembro de 1959

OFÍCIO CIRCULAR N.º 693

Sr. Diretor
Sr. Professor Fiscal

O Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais, intensificando o trabalho de orientação da boa leitura, resolveu determinar uma "Campanha da Leitura Recreativa", a realizar-se em outubro, quando se comemora a "Semana da Criança".

Esta Campanha visará selecionar, especialmente, as publicações periódicas e terá um duplo objetivo:

1.º) — contribuir para livrar a sociedade da influência perniciosa das más revistas;

2.º) — iniciar as normalistas em tôdas as atividades que direta ou indiretamente contribuem para a formação da personalidade do educando.

Assim o C.P.O.E., através da Direção e Corpo Docente dessa Escola, confia às normalistas o desenvolvimento da "Campanha", estimulando-as e valorizando suas iniciativas.

A "Campanha", irradiando da Escola, deverá ser feita de modo a interessar e mobilizar tôda a comunidade, utilizando os meios disponíveis para despertar a responsabilidade dos que produzem ou veiculam essa forma de literatura, seja comerciante, adquirindo ou utilizando periódicos.

Os trabalhos deverão ser conduzidos de modo que o maior número possível de pessoas sejam orientadas na seleção de revistas e alertadas para os prejuízos que a literatura malsã traz para a infância e a juventude.

Assim, as atividades devem constar de duas partes: uma na própria escola, outra na localidade. Para a realização de ambas, enviamos sugestões, em anexo.

Nas cidades onde funcionarem duas ou mais Escolas Normais, sugerimos seja o trabalho realizado em colaboração, para que haja unidade no movimento destinado a envolver a comunidade social.

Após a realização da "Campanha", deverá ser enviado ao C.P.O.E. um relatório sucinto do desenvolvimento da mesma e dos resultados obtidos.

Confiamos à Direção e a todo corpo Docente dêsse estabelecimento a incumbência de dar às professorandas todo o apoio e assistência que se fizerem mister, para a consecução do fim em vista: levar os leitores de periódicos a discernir os que realmente são fonte de recreação sadia, repelindo aquêles que veiculam emoções prejudiciais ou ensinamentos deletérios.

Nesta oportunidade, apresentamos a V. Senhoria

Cordiais Saudações

Sarah Azambuja Rolla
Diretora do C.P.O.E.

CAMPANHA DA LEITURA RECREATIVA

I — SUGESTÕES PARA AS ATIVIDADES

A — Na Escola

Nas Escolas Normais que já adotaram o nôvo regime de estudo (Sistema Departamental) poderá a coordenação dêste trabalho ser confiada aos professôres da Divisão de Línguas e Literatura, em entrosamento com a Divisão de Direção de Aprendizagem.

Nas demais escolas, parece-nos deva caber essa coordenação aos professôres de Literatura.

Em ambos os casos, o trabalho deve atingir, também, o Curso de Aplicação do estabelecimento.

Como atividades internas da Escola, sugerimos:

1) — Círculos de estudo, nos quais sejam abordados:

   a) a necessidade da boa literatura, como fonte de recreação sadia;
   b) dosagem dessa recreação;
   c) vantagens e desvantagens de determinados tipos de revistas,
   d) influência psicológica dos temas desenvolvidos;
   e) higiene da leitura, etc.

2) — Trabalhos práticos, como:

   a) classificação de revistas, quanto ao gênero, categoria, apresentação, etc.
   b) análise e crítica do conteúdo,
   c) classificação pedagógica.

3) — Coletânea de frases que:

   a) sintetizem a influência da leitura;
   b) despertem a responsabilidade na formação da infância e da juventude, etc.

4) — Feitura de cartazes, quadros murais, etc.

5) — Organização de álbuns de recortes sôbre o assunto.

6) — Exposição de revistas recomendáveis.

B — **Na Comunidade**

1) — Interessar na "Campanha" as autoridades locais.

2) — Mobilizar a imprensa escrita e falada.

3) — Utilizar o cinema para projeção de pequenas frases durante as sessões comuns.

4) — Promover conferências, palestras, por autoridades no assunto.

5) — Expor cartazes com frases sugestivas nas casas comerciais, veículos de transporte coletivo e locais públicos — sala de espera de cinemas, estações rodo e ferroviárias, etc.

II — TABELAS DE CLASSIFICAÇÃO
III — APRECIAÇÃO DE UM EXEMPLAR
IV — SUGESTÃO BIBLIOGRÁFICA
V — BREVE COLETÂNEA DE FRASES

OBSERVAÇÕES: O material acima mencionado (II a V) vem detalhado em fôlhas anexas.

TABELA I

GÊNERO

1. **Arte** — pintura, escultura, foto, arq., música
2. **Aventuras** — viagens, história, heroismo, "far-west", etc.
3. **Charadas** — quebra-cabeça, palavras cruzadas.
4. **Ciência** — medicina, higiene, noticiário, etc.
5. **Cinema** — teatro, artista de —
6. **Cultura** — filosofia, sociologia, diversos, etc.
7. **Divulgação** — de instituições, serviços, etc.
8. **Escândalo** — comentários desabonatórios.
9. **Fantasia** — especialmente infantis.
10. **Humorismo** — anedotas, charges, etc.
11. **Micelânea** — variedades, reportagens, receitas, contos, artigos.
12. **Modas** — figurinos, tricô, domésticos, receitas.
13. **Policial** — mistério, detetive, crimes, etc.
14. **Política** — propaganda partidária.
15. **Rádio e TV** — artistas de —
16. **Religião** — divulgação religiosa.
17. **Romance** — contos e novelas de amor.
18. **Seleções** — conteúdo variado, condensado, formato pequeno tipo R. Digest.
19. **Técnica** — rádio, rural, aviação, autos, etc.
20. **Terror** — superstição, emoções, negativas, sobrenatural, etc.

TABELA II

CATEGORIA

1. INFANTIL
2. JUVENIL
   1) moças
   2) rapazes
   3) em geral
3. ADULTOS
   1) senhoras
   2) homens
   3) profissionais: educação; rádio; auto; economia; agricultura; arquitetura; música, etc.
   4) público em geral
   5) exclusivo para adultos

TABELA III

APRESENTAÇÃO

- 1. TEXTO (tipo)
  - Seqüente (sem gravuras intercaladas)
  - Legenda
  - Foto-novela
  - Em quadrinho
- 2. MATERIAL
  - Papel
    - côr
    - qualidade
  - Impressão
  - Capa
  - Ilustração
    - estética
    - moral
- 3. CONTEÚDO
  - Linguagem
    - nível
    - correção
  - Assunto
    - interêsse
    - moral
  - *Orientação*

TABELA IV

- CLASSIFICAÇÃO legal
  - PROIBIDA
  - TAXADA
  - LIVRE
- CLAS. PEDAGÓGICA
  1. Recomendável
  2. Aceitável
  3. A critério de pais e educadores
  4. C/restrições:
     - Quanto: à linguagem
     - tema
     - certos n.os
     - certos contos
     - idade
     - sexo
     - religião
     - filosofia
     - apresentação
  5. Desaconselhável
  6. Reprovável

APRECIAÇÃO DE EXEMPLAR

TÍTULO: XXXXXXXX n.º ..... de..... de 19.....

EDITÔRA: XXXXXXX

GÊNERO: Romance

CATEGORIA: Juvenil (Para moças)

ANÁLISE

1) — 1.ª CAPA: ACEITÁVEL C/RESTRIÇÕES.
2) — 1.ª CONTRA-CAPA: Lero-Lero. ACEITÁVEL C/RESTRIÇÕES.
3) — 3.ª AMOR DE ARTISTA: 27 páginas (3 a 29) —
Leviandade feminina. Astúcia masculina. Falsidade. Ciúmes. Tentativa de homicídio. NEGATIVO.
4) — SIM, E NÃO: — 1 página (30)
Conselhos. ACEITÁVEL C/RESTRIÇÕES.
5) — QUESTÃO DE OPORTUNIDADE: 1 página (31)
Busca da felicidade em "si". ACEITÁVEL.
6) — UMA OPINIÃO: — 2 páginas (32 e 33)
Conselho a um caso sentimental. ACEITÁVEL.
7) — ANÚNCIOS: — 3 páginas (34, 35, 36).

CRÍTICA

Apresentação: Capa com boa policromia em papel gessado. Papel jornal bom. Impressão nítida. Ilustração a prêto escuro.

Conteúdo: Os aspectos negativos que predominam na história "Amor de Artista", empanam os elementos positivos que se encontram neste exemplar, colocando-o na classificação **pedagógica** de DESACONSELHÁVEL.

Data: .....

Censores: .....

TÍTULO XXXXXXXX n.º ..... de ..... de 19.....

EDITÔRA: XXXXXXX

GÊNERO: Fantasia

CATEGORIA: Infanto-Juvenil

ANÁLISE

1) — 1.ª CAPA: Humorismo. ACEITÁVEL.
2) — 1.ª CONTRA-CAPA: (O convite é para todos...)
Humorismo. ACEITÁVEL.
3) — O FANTASMA DO PAPITO: 10 páginas (3 a 12).
História humorística. Valor do esfôrço. ACEITÁVEL.

4) — A GRANDE CORRIDA: 16 páginas (13 a 28)
Desonestidade. Técnica de roubo. Trapaça. Violência. Participação de um menor. NEGATIVO
5) — POPEYE (Resolução cumprida). Humorismo. ACEITÁVEL. 2 páginas.
6) — O EMPRÊGO: 2 páginas (31 a 32).
Preguiça. Fuga de responsabilidade. NEGATIVO.
7) — PROCOPINHO (O cão amestrado): 1 página (33).
Humorismo. ACEITÁVEL.
8) — ANÚNCIOS: 3 páginas (34, 35, 36)

CRÍTICA

Apresentação: Capa com boa policromia em papel 1/2 cartolina. Papel jornal. Impressão nítida. Ilustração: tinta muito escura.

Conteúdo: Nas páginas 13 a 28 e 31 a 32, notam-se muitos aspectos negativos. Assim, sua classificação é:
ACEITÁVEL C/RESTRIÇÕES A CERTOS CONTOS.

Data: .....

Censores: .....

IV — SUGESTÃO BIBLIOGRÁFICA

1 — Bühler, Charlotte — El Desarollo Espiritual del Niño — Madrid
2 — Cone Bryant, Sara — Comment Raconter des Histoires à nos Enfants.
3 — Delacroise, H. e outros — Psicologia del lenguaje — Ed. Paidos — B. Aires.
4 — Franccarolli, Lenira — Relação Bibliográfica de Literatura Infantil — Dep. Educ. — São Paulo.
5 — Jesualdo — La Literatura Infantil — Ed. Losada, SA — B. Aires.
6 — Junqueira Schmidt, Maria — Educar pela Recreação — Agir — 1958.
7 — O. Chaves, Otília — A Arte de Contar Histórias — Confederação Evangélica do Brasil — 1952.
8 — Salem, Nazira — Literatura Infantil — (Pequena enciclopédia) — Editôra Mestre Jou — São Paulo — 1959.
9 — Santos de Oliveira e outros, Antenor — Curso de Literatura Infantil — Editôra Santos de Oliveira — 1958 — S. Paulo.
10 — Schultz Mantovani, Frida — El Mundo Poético Infantil — B. Aires.

.....

Leitores e Livros — Ed. Agir — R. Janeiro (N.os 11, 13, 14, 23, 24, etc.).
O Mundo da Criança — Ed. Delta — R. de Janeiro — (Vols. 13, 14, 15).
Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos — (N.os 5, 6, 7, e 8 — 1944; 27 — 1947; 35, e 45 — 1949; etc.) — Investigação sôbre jornais e revistas — I.N.E.P. — Rio.

Revista do Ensino — (N.ºs 17 — 1953; 28, 29, 30 — 1955; 41 — 1956; 59 — 1959, etc.) — S. E. C. — R. Grande do Sul.
Revista Brasileira — Publicação da Academia Brasileira de Letras — (N.º 7 — 1943) — Rio.
Comunicação da Comissão Especial de Estudo e Classificação de Publicações Periódicas — 1957 — S.E.C. — R. Grande do Sul.

. . . . . .

V — COLETANEA DE FRASES

1) "As nações se forjam nas boas bibliotecas".
2) "A sociedade hodierna e o homem de nossos dias precisam reagir contra o inimigo que ameaça o mundo. Êste inimigo está corrompendo o mundo com uma imprensa e espetáculos que matam o pudor nos jovens". (Pio XII)
3) "...nossa alma rende-se muito mais pelos olhos que pelos ouvidos". (Pe. Antônio Vieira)
4) "O livro é sempre um degrau: sobe, se é bom; desce, se é máu. Por êle o espírito ascende à claridade ou abisma-se na treva. (Coelho Neto)
5) "Literatura Infantil é um gênero literário dos mais importantes, porque contribui para a formação e aperfeiçoamento das novas gerações.
6) "O Indivíduo em sociedade não pode e não deve ter a liberdade de fazer tudo o que quizer, mas sòmente de fazer o que deve. Em resumo: Só deve ter liberdade para o bem". (Amaral Fontoura)
7) "Ao educardes uma criança, pensai na E ernidade". (René Betlem)
8) "Quem balança um bêrço, balança um mundo". (Provérbio Judeu)
9) "História grava-se, indelèvelmente, em nossas mentes e seus ensinamentos passam ao patrimônio moral de nossa vida". (Otília de Oliveira Chaves)
10) "Da Direção impressa às crianças de hoje depende a contextura da sociedade de amanhã". (Herman H. Horne)
11) "A História, como o exemplo das pessoas queridas, atua como sugestão". (Maria Junqueira Schmidt)
12) "Ler é um hábito que se adquire; necessita de treino e de estímulo". (Maria Junqueira Schmidt)

Pôrto Alegre, 17 de setembro de 1959

Ofício circular n.º 741

Senhor Diretor

Realizar-se-á, nesta Capital, no período de 16 a 25 do corrente, o Campeonato Mundial de vela tipo "Snip", acontecimento significativo para o Brasil e, particularmente, para o Rio Grande do Sul.

Assim sendo, solicitamos sejam os alunos dessa escola devidamente informados sôbre o referido Campeonato através de palestras e ati-

vidades que os levem à compreensão da importância dêsse intercâmbio esportivo entre o Brasil e os diversos países que se farão representar no certame em aprêço.

Os professôres de Educação Física deverão realizar reuniões com os demais professôres da escola, a fim de prestar-lhes maiores esclarecimentos sôbre o campeonato, bem como sôbre os locais onde poderão os alunos excursionar, a fim de observarem o barco, tipo "Snip".

Anexo ao presente, enviamos o Plano Geral para o trabalho a ser desenvolvido nessa unidade escolar.

Cordiais Saudações

Sarah Azambuja Rolla
Diretora do C.P.O.E.

PLANO GERAL PARA DIVULGAÇÃO DO CAMPEONATO MUNDIAL DE VELA TIPO "SNIP"

OBJETIVOS:

— Divulgar, no meio escolar e social, a realização do Campeonato.

— Levar o aluno a compreender a importância do estreitamento das relações de amizade entre o Brasil e as diversas nações, oportunizado pela vinda dos representantes dos diversos países.

— Dar-lhe uma visão geográfica dos países que participarão do certame.

— Fortalecer, no educando, atitudes de solidariedade e compreensão humana.

— Oportunizar a aprendizagem de alguns aspectos das Ciências Naturais.

ATIVIDADES:

— Realizar excursões a locais onde poderá ser observado o tipo de barco "Snip".

— Fazer composições sôbre o assunto.

— Modelar, representar pelo desenho, barcos a vela.

— Organizar frisos com desenhos e gravuras relativas ao tema em estudo.

— Pesquisar, em livros e revistas. trechos em prosa, poesias e quadrinhas referentes aos países inscritos no Campeonato.

— Organizar quadros com estampas e legendas sugestivas.

— Apreciar, quando possível, filmes sôbre Campeonatos de vela já realizados, bem como sôbre paisagens, usos, costumes. etc., dos países participantes do certame.

— Representar pelo desenho ou modelagem, vestuários típicos das diferentes nações.

— Realizar dramatizações resultantes dos estudos e atividades desenvolvidas.

— Enviar mensagens aos escolares dos países representados no certame.

— Resolver problemas relacionados com as Ciências Naturais. Qual a função da vela no barco? Que é o vento? Que é o ar? O ar é indispensável à vida humana Porquê? O vento vem sempre do mesmo lado? De acôrdo com a intensidade, que nome toma o vento? Qual a utilidade do vento para o homem?

Pôrto Alegre, 3 de outubro de 1959.

Ofício circular n.º 774

Senhor Diretor

As Nações aliadas ao perceberem que se aproximava o término da segunda guerra, conceberam a idéia do estabelecimento de uma organização internacional destinada a prevenir, de modo eficaz, conflitos e instituir nova base de cooperação amistosa. Foi assim que surgiu a Organização das Nações Unidas, como segunda experiência mundial de organização internacional.

A Carta das Nações Uidas e o Estatuto da Côrte Internacional de Justiça entraram em vigor no dia 24 de outubro de 1945, após terem sido assinados pelos representantes de cinqüenta Nações e ratificados pelos Estados ausentes.

São objetivos das Nações Unidas:

1. Manter a paz e a segurança internacionais e, para êsse fim, tomar, coletivamente, medidas para evitar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão ou qualquer outra rutura da paz.
2. Chegar, por meios pacíficos, a uma solução de controvérsias ou situações que possam levar à perturbação da paz.
3. Desenvolver relações amistosas entre as nações.
4. Conseguir cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário, para promover e estimular o respeito pelos direitos humanos e as liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, cultura, língua e religião.

As Nações Unidas, nestes 14 anos passados cresceram em número, em experiência e em compreensão pública da missão que lhes cabe.

As atividades da O.N.U. são inspiradas pela filosofia da solidariedade humana, derivada dos princípios que norteiam essa asosciação livre, de aproximação entre os povos dentro de um espírito de tolerância mútua e de boa vontade.

Êsses princípios são: — "Reafirmar a fé na dignidade e no valor do ser humano e na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas".

Aproximando-se o Dia das Nações Unidas e em comemoração de seu 14.º aniversário, recomenda êste Centro a tôdas as escolas do Estado em seus diversos cursos, que dêem à comemoração desta significativa data o realce que merece, como oportunidade de levar o educando a formar hábitos e atitudes de fraternidade; a crer nos seus propósitos de criar um mundo melhor; e formar sentimentos generosos de serviço, de cooperação e solidariedade internacional.

A celebração de tão relevante data não se deverá circunscrever apenas a uma classe ou uma lição. Mas a escola inteira deve ser mobilizada em tôrno dos profundos e valiosos conteúdos educativos que a oportunidade contém.

Cumpre reconhecer entretanto que, se é, sobretudo, às novas gerações que se deve dirigir o esfôrço em prol da difusão daqueles ideais, também a comunidade em geral deve ser atingida e mobilizada, para que mais se consolide, no futuro, a política de paz e entendimento em que tradicionalmente se baseiam as relações entre os povos do Novo Mundo.

Considerando que a escola deve constituir centro de irradiação cultural na comunidade, poderão ser promovidas, ainda, atividades de repercussão no meio social, como: conferências, palestras, concursos de monografias, programas de rádio, colaboração escrita para a imprensa local, festividades folclóricas, solenidades cívicas e religiosas bem como outras cerimônias, a fim de promover e intensificar nos educandos a formação de sentimentos cordiais e de amizade para com os povos do mundo e de compreensão dos verdadeiros deveres de cidadão.

O sentido das atividades escolares, desenvolvidas em prol da maior compreensão entre os povos, seria o de levar os educandos a

— estimular e respetiar todos os homens, qualquer que êle seja, sem distinção de classe ou de raça;
— considerar as pessoas que vivem em outros graus de cultura como sêres humanos, a quem nos devemos sentir ligados pela fraternidade;
— informar-se da maneira como êles habitam, alimentam se, vestem, trabalham e divertem-se, para que do conhecimento possa nascer a simpatia e a compreensão;
— ser grato a todos aquêles que, muitas vêzes, com grandes sacrifícios próprios, cooperaram para nos legar os benefícios da paz que hoje usufruímos, e da unidade americana que temos obrigação de, a todo custo, manter.

Em tôdas as classes, deverão ser realizadas unidades de trabalho em tôrno do tema e dos homens ilustres que contribuíram com seus esforços e dedicação para a consecução dêsse ideal de fraternidade humana.

Seria de estimar que essa Direção tomasse tôdas as providências no sentido de ser condignamente comemorado nessa escola o "Dia das Nações Unidas" e envidasse todos os esforços no intuito da divulgação dos sadios princípios de compreensão e fraternidade universais no meio em que atua a escola.

Com a certeza antecipada de que Vossa Senhoria tudo fará para o cumprimento do que consta neste ofício, apresentamos

Cordiais Saudações

Sarah Azambuja Rolla
Diretora do C.P.O.E.

Ofício circular n.º 781

Pôrto Alegre, 2 de outubro de 1959.

Sr. Diretor

Com o presente, encaminhamos a V. S.ª as bases e diretrizes pedagógicas do Concurso escolar que, com a autorização de S. Excelência, o Sr. Secretário de Educação, promoverá a Associação Antialcoólica do Rio Grande do Sul, nas escolas desta Capital, durante o período da realização da "Campanha Antialcoólica" ou seja de 26 a 31 do corrente mês.

Mereceu essa Campanha apoio integral desta Secretaria, visto que significa preciosa movimentação de esforços, no sentido de solucionar um dos mais graves problemas sociais — o alcoolismo — que, através dos tempos, vem afligindo a humanidade.

Solicitamos, pois, a V. S.ª providenciar para que seja desenvolvido nessa escola um plano de trabalho sôbre o assunto, o qual, tendo como objetivo para o aluno a participação no Concurso, deverá atender à finalidade altamente educativa da Campanha: esclarecimentos e orientação sôbre os inconvenientes do uso das bebidas alcoólicas.

Nesta oportunidade, apresentamos a V. S.ª

Cordiais saudações.

Sarah Azambuja Rolla Diretora do C.P.O.E.

Pôrto Alegre, 2 de outubro de 1959.

CAMPANHA ANTIALCOÓLICA

CONCURSO ESCOLAR

Bases do Concurso e Diretrizes Pedagógicas para a realização do mesmo.

I — **Participantes:** Alunos das escolas de nível:
- — **Primário** (G. Escolares e E. Particulares (4.º e 5.º anos).
- — **Secundário** (Ginásios, Colégios e E. Profissionais)
- — **Normal** (Instituto de Educação e E. Normais)

II — **Tipo de trabalho a ser apresentado:** Composição.

III — **Período de realização:** De 26 a 31 de outubro.

IV — **Desenvolvimento:**

a) Será desenvolvido nas escolas um planejamento de atividades, através das quais o professor procurará orientar o aluno, de modo a proporcionar-lhe a aquisição dos conhecimentos necessários à realização do trabalho a ser apresentado no "Concurso".

b) Êsse plano de estudos, sôbre os inconvenientes do uso das bebidas alcoólicas, iniciado no dia 26 de outubro, finalizará a 31 do mesmo mês, com a execução, por parte dos alunos, de uma composição em tôrno do assunto — Os efeitos do alcoolismo no indivíduo, na família e na sociedade — tema central da Campanha.

c) Nos cursos primários deverá evitar-se a focalização de certos aspectos demasiadamente negativos sôbre os efeitos maléficos do alcoolismo, pois tais aspectos poderiam ocasionar situações traumatizantes em determinadas crianças.

d) Nos cursos secundários, particularmente na 3.ª e 4.ª séries do Ginásio, as atividades relativas à Campanha podem ser desenvolvidas pela ação conjunta das cadeiras de Ciências Naturais e Português. Nos cursos normais, em tôdas as unidades de ensino, pode encontrar o aluno valiosos recursos que o possibilitem a participar do Concurso Escolar em foco.

V — **Requisitos a serem observados na realização do trabalho.**

1.º) — As composições deverão atender aos seguintes requisitos:
- a) Obediência ao tema proposto.
- b) Exatidão dos conhecimentos apresentados.
- c) Clareza e precisão de idéias.
- d) Correção e elegância da linguagem, requeridas pelo nível da série.
- e) Apresentação cuidadosa (legibilidade, observância da margem e paragrafação; ausência de rasuras).

2.º) — Em todos os trabalhos deverão constar:

a) Nome da escola.
b) Data da realização do Concurso.
c) Nome do aluno.
d) Idade.
e) Classe ou série que freqüenta.

VI — Comissões julgadoras:

a) Em cada estabelecimento de ensino haverá uma comissão julgadora que selecionará os três melhores trabalhos. remetendo-os até o dia 9 de novembro, ao Cen'ro de Pesquisas e Orientação Educacionais da S.E.C., à rua Sarmento Leite. n.º 55 — Edifício Felix de Matos — 3.º and.

b) Para a seleção final dos trabalhos haverá uma comissão especial de julgamento, assim constituída: um representante da Associação Antialcoólica e dois representantes da Secretaria de Educação e Cultura.

VII — Prêmios e Classificações:

Os vencedores serão classificados em 1.º, 2.º e 3.º lugares.

Todos os colocados receberão diplomas de menção honrosa, cabendo ainda valiosos prêmios às escolas a que pertencem os dois primeiros colocados.

Os prêmios e menções honrosas serão conferidos aos alunos classificados, em sessão solene, à qual deverão também comparecer representações das escolas que participaram do Concurso.

VIII — Observações:

— Os alunos de Colégios e Escolas Normais concorrerão em igualdade de condições; as Escolas Profissionais concorrerão paralelamente com os Ginásios.

— Os trabalhos constantes do Concurso serão executados em classe, com a presença do professor. Uma vez concluídos, deverão ser imediatamente recolhidos.

— Não serão considerados os trabalhos que forem entregues após o dia 9 de novembro.

Ofício circular n.º 20

Pôrto Alegre, 16 de janeiro de 1959

Sr. Diretor

Consoante solicitação do Sr. Chefe da 8.ª Inspetoria Regional Florestal, comunicamos a V. Senhoria a realização, por aquela entidade, de um concurso de trabalhos dedicados aos estudantes, com a finalidade de exortá-los para uma tomada de consciência da necessidade de florestamento e reflorestamento do país, com vistas à fertilidade do solo, abundância de aguadas, além de outros fatôres que poderão determinar o bem estar da coletividade brasileira.

A seguir, passamos a transcrever as bases estabelecidas para o referido concurso, bem como as condições para a concessão de prêmios aos vencedores:

"A Inspetoria Regional, através da Campanha de Educação Florestal, acaba de instituir um concurso de trabalhos que será realizado dentro das seguintes bases:

1.º — O assunto a ser exposto será de escolha do candidato.

2.º — O trabalho deve consistir de temas que tenham ligação com a vida florestal, com a utilização das árvores na indústria, seus efeitos sôbre o solo e sua fertilidade. Sôbre proteção das árvores, seu aproveitamento racional e reflorestamento.

3.º — Os trabalhos devem ser apresentados em painel, nos quais fiquem ressaltados, além dos fatôres enumerados no item anterior, os efeitos prejudiciais decorrentes de práticas e explorações contrárias à Natureza.

Para melhor orientação, damos o exemplo concreto, a seguir:

O candidato tomaria a acácia negra: apresentaria um desenho de árvore ou uma plantinha preparada como para herbário; faria ilustrações de tôdas as utilidades da planta — como valor industrial, e produtos dela derivados; seus inimigos, modo de defendê-la, sua aplicação para defesa do solo; enfim, tudo que o estudo possa revelar ao concorrente.

4.º — O concurso será dividido em duas partes: para o curso primário e secundário médio (ginásio).

5.º — Os prêmios serão distribuídos da seguinte forma: Curso primário:

1.º lugar — um prêmio no valor de Cr$ 3.000,00
2.º lugar — um prêmio no valor de Cr$ 2.000,00
3.º lugar — um prêmio no valor de Cr$ 1.000,00

Para o Curso secundário médio — (ginásio):

1.º lugar — um prêmio no valor de Cr$ 5.000,00
2.º lugar — um prêmio no valor de Cr$ 3.000,00
3.º lugar — um prêmio no valor de Cr$ 2.000,00

As inscrições já estão abertas, na sede da Inspetoria, à rua Cel. Vicente n. 421, 1.º andar, das 13 às 17 horas. As inscrições serão encerradas em Agôsto do próximo ano, e o julgamento dos trabalhos será feito durante a "Semana das Árvores", de 1959.

Recomendamos a V. Senhoria o necessário interêsse por êsse movimento de cunho tão significativo e relevante para a formação dos alunos e contamos com sua valiosa colaboração.

Cordiais Saudações.

Alda Cardozo Kremer
Diretora do C.P.O.E.

Pôrto Alegre, 5 de agôsto de 1959

Ofício circular n.º 598

Sr. Diretor

Deverá realizar-se nesta Capital, durante o período de 29 de agôsto a 1.º de setembro do corrente ano, a XXIII EXPOSIÇÃO ESTADUAL DE ANIMAIS E PRODUTOS DERIVADOS, promovida pela Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio.

Para essa ocasião, resolveu aquela Secretaria instituir um Concurso de Reportagens sôbre a Exposição, entre alunos da 4.ª série dos cursos ginasiais da Capital.

Sendo solicitada a colaboração desta Secretaria ficou resolvido que a inscrição seria facultada a alunos da referida série ginasial que se tenham destacado, ao mesmo tempo, nas matérias: Geografia e Português (especialmente em composição) e revelem especial interêsse pela atividade prevista.

Acreditamos estar em presença de uma interessante e ótima oportunidade de motivação da aprendizagem, não só porque as atividades planejadas oferecem aos alunos oportunidade de participar de estudos sócio-econômicos da comunidade, como, também, podem concorrer para a orientação vocacional dos mesmos.

Por essa razão estamos remetendo a V. Senhoria, em anexo, instruções para um Plano Preparatório do Concurso de Reportagens da XXIII Exposição Estadual de Animais e Produtos Derivados.

Certas de que V. Senhoria valorizará os objetivos do plano anexo e tudo fará para sua integral realização nessa escola, apresentamos nossas

Cordiais saudações

Sarah Azambuja Rolla
Diretora do C.P.O.E.

PLANO PREPARATÓRIO PARA O CONCURSO DE REPORTAGENS DA XXIII EXPOSIÇÃO ESTADUAL DE ANIMAIS E PRODUTOS DERIVADOS

1. JUSTIFICATIVA E CONTEÚDO

O programa de Geografia Regional do Brasil, correspondente à 4.ª série ginasial, prevê a aprendizagem relativa à Região Meridional do Brasil, onde os alunos são informados sôbre os recursos econômicos do Rio Grande do Sul.

Sendo assim e em face do próximo Concurso de Reportagens, os estudos e pesquisas dêstes conteúdos poderão constituir atividades de caráter integrado, onde, após o planejamento conjunto, colaborarão estreitamente os professôres de Português e de Geografia, empenhados em despertar, entre os estudantes, interêsse para aquêle certame educativo.

2. OBJETIVOS

a — Favorecer uma aprendizagem mais real, despertando o interêsse do aluno pelos problemas da comunidade e da região.

b — Propiciar estudo minucioso dos aspectos sócio-econômicos da região sul, em especial do Estado rio-grandense.

c — Oferecer conhecimento das fontes de publicações oficiais, de caráter geográfico do Estado.

d — Desenvolver no educando capacidade de iniciativa é senso de responsabilidade, bem como propiciar a realização de atividades de cunho social e literário.

3. SITUAÇÕES DE APRENDIZAGEM

GEOGRAFIA

Coleções de fotografias, vistas, estampas, amostras de produtos, objetos característicos, etc.
Esbôço ou desenhos de mapas
Consulta a estatísticas, a publicações oficiais e outras fontes bibliográficas.
Visitas a locais: fábricas, exposições, fazendas, frigoríficos, xarqueadas, serviços públicos etc.
Entrevistas com pessoas e técnicos da localidade, que possam enriquecer a situação de aprendizagem.
Confecção de álbuns, cartazes, mapas murais.
Visitas a museus e instituições de caráter geográfico, técnico e econômico.
Preparo de reproduções em miniaturas, modelos, maquetes, etc.
Modelagem de formas.
Excursões.

PORTUGUÊS

Colecionar artigos de jornais para:
a. Classificação segundo o estilo (crônica, notícia, reportagem, editorial, etc.)
b. Observação dos característicos da linguagem jornalística (clareza, simplicidade, acessibilidade ao grande público, etc.)

Prática de redação de tipo jornalístico.
Descrição de uma viagem imaginária ou de uma excursão.
Leitura de textos literários ou informativos (prosa ou poesia) sôbre temas diretamente relacionados com o motivo central do plano.
Narrações.

REGULAMENTO

I — **PARTICIPANTES** — Alunos da 4.ª série dos Ginásios da Capital.

II — **TIPO DE TRABALHO** — Reportagem sôbre a XXIII Exposição Estadual de Animais e Produtos Derivados.

III — **ORIENTAÇÃO DAS ATIVIDADES:**

A — Realização, pelos professôres, do Plano Preparatório ao Concurso de Reportagens expedido pelo Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais, da Secretaria de Educação e Cultura.

B — Visita dos alunos, devidamente credenciados, ao local da Exposição, nos dias 23 a 28 do corrente, quando se processará ao julgamento dos animais.

C — Realização do trabalho, em classe, sob a orientação do professor que deverá informar os alunos sôbre os pontos a serem observados no mesmo:

1 — Título (síntese da notícia).
2 — Exatidão dos conhecimentos apresentados.
3 — Relato dos fatos como se estivesse em presença dos mesmos.

Observação: Os alunos poderão utilizar e consultar dados sucintos e notas registradas nas visitas à Exposição, referências estatísticas prèviamente apresentadas ou visadas pela Comissão.

4 — Clareza e precisão de idéias.

5 — Concisão e originalidade (eliminação de palavras desnecessárias, frases curtas).

6 — Correção e elegância da linguagem requeridas pelo nível da série (ausência de frases rebuscadas).

7 — Apresentação cuidadosa (legibilidade, observância de margens, paragrafação, ausência de rasuras).

8 — Extensão: uma página e meia de papel almaço datilografadas (dois espaços — escrever só de um lado do papel)

9 — Outros requisitos que devem apresentar os trabalhos:

carimbo da escola,
rubrica da Comissão que presidiu à escolha dos mesmos,
indicação do nome do aluno, idade, sexo e escola.

IV — PRAZO PARA A ENTREGA DOS TRABALHOS — 20 de setembro.

V — COMISSÃO JULGADORA — Em cada estabelecimento de ensino haverá uma Comissão Julgadora que selecionará os três melhores trabalhos os quais serão enviados ao Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais, na Secretaria de Educação e Cultura, à rua Sarmento Leite, n. 55, 3.º andar (Edifício Felix de Matos).

O julgamento final será feito por uma Comissão Especial composta de representantes do Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais da Secretaria de Educação e Cultura, da Diretoria da Produção Animal e do Serviço de Informações e Publicidade Agrícola, da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio.

VI — PRÊMIOS E CLASSIFICAÇÕES — O estabelecimento no qual está matriculado o aluno classificado com o primeiro lugar, receberá o "Prêmio Sipa de Reportagem" que ficará no seu ginásio até o próximo ano, quando da realização de outra exposição.

Aos alunos colocados do primeiro ao quinto lugar, serão conferidos diplomas e prêmios no valor de Cr$ 10.000,00. Os prêmios devem ter conteúdo educativo, não sendo aconselhável, assim, a concessão de prêmios em dinheiro. Caber-lhes-á, portanto, como prêmio individual uma Caderneta da Caixa Econômica com a importância de Cr$ 5.000,00 para o 1.º lugar. O aluno que se classificar em 2.º lugar receberá, também, uma Caderneta com a importância de Cr$ 2.000,00, enquanto os colocados em 3.º, 4.º e 5.º lugares serão contemplados com Cadernetas de Cr$ 1.000,00.

Os demais trabalhos que chegarem a julgamento final receberão "Menção Honrosa".

VII — INSCRIÇÃO AO CONCURSO — Os ginásios que desejarem participar do Concurso de Reportagens deverão comunicar sua decisão ao Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais na Secretaria de Educação e Cultura até o dia 25 do corrente, a fim de receberem as devidas credenciais para o acesso ao local da Exposição.

Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais — Rua Sarmento Leite, n.º 55 — 3.º andar. Tel. 7137

SERVIÇO DE EDUCAÇÃO ARTÍSTICA

FUNCIONÁRIOS INTEGRANTES DO SERVIÇO DE EDUCAÇÃO ARTÍSTICA

CARLOS BARONE — Assistente técnico-chefe do Serviço
SYLVIA BARONE
GUIOMAR CABRAL ODORCYK
JOANA FOQUES
HILDA AZAMBUJA CARVALHO
RUTH TERRA LAMAS

ORIENTADORES DE EDUCAÇÃO ESPECIALIZADA

EM DESENHO E ARTES APLICADAS:

GILDA BARBOSA DE HAIN
HONORINA CAUDURO MASSOLA
WANDA ORDOVÁS SEADI

EM MÚSICA:

IDA F. PAOLINI
MARIA EMÍLIA GESTA
MARINA DIVAN
MARINA ELIZABETH MARC

Pôrto Alegre, 6 de abril de 1959

Senhor Governador

As atividades de caráter técnico-pedagógico relativas ao ensino em geral, tanto estudos e pesquisas, como orientação e promoção de medidas que visem o aperfeiçoamento das técnicas educativas, estão afetas ao Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais, órgão diretamente subordinado a esta Secretaria.

Impròpriamente, porém, no campo do ensino artístico essa incumbência de ordem técnica, específica do Centro supra referido, escapa totalmente à sua alçada, sendo atribuída à Superintendência de Educação Artística.

Objetivando consertar a situação anômala caracterizada acima, onde se evidencia a falta de entrosamento dos serviços afins, e assegurar, ao mesmo tempo, uma perfeita unidade de propósitos no que tange à orientação fundamental dos processos educativos, foi elaborado o pro-

jeto de decreto anexo ao presente, o qual tenho o prazer de encaminhar à aprovação de Vossa Excelência.

Referido projeto pretende criar o Serviço de Educação Artística no Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais e extinguir a Superintendência de Educação Artística da Secretaria de Educação e Cultura, lotando no serviço criado o pessoal técnico e administrativo da Superintendência extinta.

Transferindo-se para o órgão próprio a coordenação e orientação das atividades escolares relativas ao ensino artístico e para as Sub-Secretarias de Estado as tarefas administrativas daquela Superintendência, concernentes ao pessoal de magistério primário, secundário e moral, estar-se-á dispensando ao problema o tratamento adequado, sob o duplo aspecto técnico-pedagógico e administrativo.

Acreditando que a solução ora apresentada para o caso em pauta é consentânea com a linha mestra dos propósitos manifestados pelo atual Govêrno, aguardo pronunciamento de Vossa Excelência sôbre o projeto de Decreto anexo.

Valho-me do ensejo para reiterar a Vossa Excelência meus protestos de consideração e aprêço.

José Mariano de Freitas Beck

Secretário de Educação e Cultura

DECRETO N.º 10.533, DE 20 DE JUNHO DE 1959.

Cria o Serviço de Educação Artística, no Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais, e extingue a Superintendência de Educação Artística da Secretaria de Educação e Cultura.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 87, inciso II, da Constituição do Estado, de 8 de julho de 1947,

D E C R E T A :

ARTIGO 1.º — É criado, no Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais, o Serviço de Educação Artística.

ARTIGO 2.º — É extinta a Superintendência de Educação Artística e transferidas, para o Serviço ora criado, suas atribuições de caráter técnico, definidas nos artigos 61 e 62 do Regulamento aprovado pelo decreto n.º 794. de 17 de junho de 1943.

ARTIGO 3.º — Além das atribuições a que se refere o artigo 2.º, cabe ao Serviço de Educação Artística informar e emitir pareceres sôbre:

a) — atuação profissional dos professôres especializados

b) — obras didáticas

c) — concessão de bôlsas de estudo a professôres especializados

d) — realização de convênios com estabelecimentos particulares de ensino artístico.

ARTIGO 4.º — As atividades administrativas da Superintendência de Educação Artística, concernentes ao pessoal do magistério primário, secundário e normal, passam para a competência das respectivas Subsecretarias.

ARTIGO 5.º — O pessoal técnico e administrativo da Superintendência de Educação Artística, bem como os Orientadores Especializados de Educação Artística, FG 3, ficam lotados no Serviço de que trata o artigo 1.º, transferindo-se para o mesmo as dotações orçamentárias da extinta Superintendência de Educação Artística.

ARTIGO 6.º — Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO PIRATINI, em Pôrto Alegre,.... de..... de 1959.

LEONEL DE MOURA BRIZOLA
Governador do Estado

José Mariano de Freitas Beck
Secretário de Educação e Cultura

Pelo Decreto n.º 794, de 17 de junho de 1945 que aprovou o Regimento Interno do Departamento de Educação Primária e Normal da Secretaria de Educação e Cultura — foi criada a SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO ARTÍSTICA, junto às Superintendências do Ensino Primário e do Ensino Normal.

Posteriormente, o Decreto-lei n.º 1.259, de 16.11.1946 — que alterou e fixou o Quadro II da Secretaria de Educação e Cultura — transformou a Superintendência de Educação Artística em SERVIÇO DE ENSINO ARTÍSTICO da Superintendência do Ensino Primário.

Entretanto, o Decreto-lei n.º 1 402, de 26.3.1947, restabeleceu o nome de SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO ARTÍSTICA, dando maior amplitude de ação. Na mesma data, o Decreto-lei n.º 1 394 — que deu nova organização aos Serviços da Secretaria de Educação e Cultura — incluiu a Superintendência de Educação Artística entre os órgãos de administração especial.

Na realidade, durante o período em que funcionou como Serviço da S.E. Primário, não deixou de atender ao Ensino Normal, evitando sofresse o trabalho solução de continuidade.

Pelo Decreto n.º 10 533, de 20 de junho de 1959, foi criado o SERVIÇO DE EDUCAÇÃO ARTÍSTICA, integrando o CENTRO DE PESQUISAS E ORIENTAÇÃO EDUCACIONAIS e extinta a Superintendência de Educação Artística.

As atribuições técnicas e o pessoal técnico, bem como as dotações orçamentárias, foram transferidas para o Serviço criado, passando as atividades administrativas, concernentes ao pessoal do magistério primário, secundário e normal, para a competência das respectivas Subsecretarias.

1. **SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS**

a) Funcionários em exercício — 7
b) Serviços de expediente

2. **SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO**

Orientadoras em exercício — 7
Música e Canto Orfeônico — 4
Desenho e Artes Aplicadas — 3
Reuniões de professôres para fins de Orientação — 10
Orientação individual — 252
Visitas às Escolas 206

TOTAL 468

3. **SERVIÇOS AUXILIARES**

a) **Biblioteca especializada: em Desenho e Artes Aplicadas** — 106 volumes
em Música e Canto Orfeônico — 274 volumes

b) **Discoteca** — 587 discos

c) **Arquivo Musical** — 632 músicas
Hinos — Coleções — Marchas e saudações — Músicas religiosas — Músicas regionais — Cantigas e canções — Músicas para Bandinhas Rítmicas — Côros falados.

d) **Museu Didático**

e) **Modelos para desenho e artes aplicadas — 84**

f) **Fichário**

Fichas de professôres especializados
Fichas de Grupos Escolares
Fichas de Ginásios e Colégios
Fichas de Escolas Normais.

MÚSICA E CANTO ORFEÔNICO

NATUREZA	ÉPOCA	PARTICIPANTES	ESTABELECIMENTOS DE ENSINO	LOCAL	OBSERVAÇÕES
2 DEMONSTRAÇÕES ORFEÔNICAS	Semana da Pátria	3.000 orfeonistas	22 escolas primárias	Estádio Olímpico do Grêmio Futebol Clube - P. Alegre	Regentes: Prof.ªs Maria Marc — Ida Paolini Banda da Escola Preparatória de P. Alegre
	Hora da Pátria	1.200 orfeonistas	Instituto de Educação "Gen. Flôres da Cunha"	Estádio Olímpico do Grêmio Futebol Clube - P. Alegre	Banda da Escola Preparatória de P. Alegre Prof.ª Dinah Nery Pereira
52 AULAS DE APRECIAÇÃO MUSICAL	Durante o ano letivo	Alunos das diversas classes	17 Grupos Escolares	Escolas da Capital	Colaboração da divisão de Cultura — Discoteca. Objetivos dessas aulas — fôlha anexa.
1 DESFILE DE "BANDINHAS RÍTMICAS"	Novembro	Para alunos de Jardins de Infância e Orfeão	Instituto de Educação "Gen. Flôres da Cunha" 4 Grupos Escolares	Teatro S. Pedro	Prof.ª de música das Escolas que participaram
6 CONCERTOS EDUCATIVOS	Durante o ano letivo	Para alunos	Escolas da Capital		Realizados pela Orquestra Sinfônica — OSPA — com a supervisão do SEA e comentários pelo Serviço de Orientação e Alunos das Escolas Normais da Capital.

AULAS DE APRECIAÇÃO MUSICAL

Com programas, comentários e questionários elaborados pelo S.E.A. e pela Discoteca Pública da Divisão de Cultura, as aulas de Apreciação Musical foram aplicadas em 1959, com resultados satisfatórios, em 17 estabelecimentos de ensino, através de aparelhos de reprodução de som, em 52 aulas.

As "Aulas de Apreciação Musical", tiveram os seguintes objetivos:

1 — Levar ao conhecimento da criança um repertório musical selecionado de modo a lhe aperfeiçoar o gôsto pela música.
2 — Dar à criança a oportunidade de travar maiores conhecimentos com a música brasileira e seus autores.
3 — Levar a criança a:
   a) distinguir os vários aspectos com que se apresenta a música (se solo ou conjunto, vocal ou instrumental);
   b) discernir gênero e rítimo;
   c) reconhecer os vários timbres vocais e instrumentais;
   d) conhecer os grandes compositores nacionais e estrangeiros, através de sua obra e biografia;
   e) discernir o caráter ténico das composições.
4 — Implantar nos alunos o hábito de ouvir em silêncio e atentamente.
5 — Contribuir para a educação integral da criança, desenvolvendo-lhe a sensibilidade musical num sentido estético e disciplinar.
6 — Iniciar na escola a formação da futura platéia para o artista, a atitude respeitosa diante da Obra de Arte.

DESENHOS E ARTES APLICADAS

NATUREZA	ÉPOCA	PARTICIPANTES	ESTABELECIMENTOS DE ENSINO	LOCAL	OBSERVAÇÕES
EXPOSIÇÕES DE DESENHO E ARTES APLICADAS	Semana da Pátria	Alunos de tôdas as classes	Grupos Escolares	Capital	Trabalhos colhidos em situações normais de aprendizagem
EXPOSIÇÕES AO AR LIVRE	Outubro	Alunos de tôdas as classes e crianças Alemãs	Grupos Escolares e Escolas Primárias	Parque Farroupilha	Trabalhos colhidos no IV FESTIVAL de Desenho ao Natural ao Ar Livre e fornecidos pelo Instituto Cultural Brasileiro Alemão
V FESTIVAL DE DESENHO NATURAL AO AR LIVRE	Novembro	700 alunos	12 Oficiais 8 Particulares	Parque Farroupilha	
EXPOSIÇÃO IBERO-AMERICANA	Janeiro	Crianças riograndenses	—	Madrid	Comunicação da Embaixada do Brasil na Espanha — fôlha anexa.

1. "A Embaixada do Brasil em Madrid cumprimenta a Superintendência de Educação Artística do Estado do Rio Grande do Sul e tem a honra de acusar o recebimento do Ofício n.º 12/59 de 18 do corrente mês, relativo à participação, com 150 desenhos de escolares brasileiros, da Secretaria de Educação e Cultura na I Exposição Iberoamericana de Arte Infantil, realizada nesta Capital, de 6 a 30 de janeiro último.

2. Em resposta, a Embaixada do Brasil tem o maior prazer em comunicar à Superintendência de Educação Artística que o referido certame constituiu um grande êxito, tendo a Comissão Julgadora da mencionada Exposição concedido o Primeiro Prêmio, "Consêlho Diretor da Oficina de Educação Iberoamericana", ao Ministério de Educação e Cultura do Brasil "pelo conjunto de obras apresentadas", entre as que se destacaram, notàvelmente os 150 desenhos dos escolares riograndenses. A medalha de bronze e o diploma correspondentes ao prêmio foram enviados, no dia 19 do corrente, ao Ministério das Relações Exteriores, a fim de serem encaminhados ao Ministério da Educação e Cultura.

3. A Embaixada do Brasil felicita vivamente a Superintendência de Educação Artística do Estado do Rio Grande do Sul pela vitória conquistada. no certame em aprêço".

Madrid, 25 de fevereiro de 1959

SERVIÇO DE CINEMA EDUCATIVO

FUNCIONÁRIOS INTEGRANTES DO SERVIÇO DE CINEMA EDUCATIVO

TÉCNICOS EM EDUCAÇÃO:

MARIA NADYR DE FREITAS ..... Chefe do Serviço
LUIZ FRANCISCO LUCENA BORGES

ORIENTADOR DE EDUCAÇÃO PRIMÁRIA:

LYGIA WEBER LEINDECKER

DATILÓGRAFO-OPERADOR:

JÚLIO CELSO NACUL DE ANDRADE

A EDUCAÇÃO CINEMATOGRÁFICA NAS ESCOLAS DO RIO GRANDE DO SUL

O Cinema tem demonstrado infinitas possibilidades no terreno da educação e da cultura. A velha aspiração do nosso século de introduzir o Cinema na escola é hoje uma realidade.

Por motivos financeiros e de preparo técnico do professor na sua aplicação, o Cinema ainda não se disseminou sistemàticamente em tôdas as escolas, até mesmo nos centros mais adiantados.

É necessário que os responsáveis pela causa do ensino e da educação se interessem pelos novos recursos didáticos, destinando verbas para êsse fim, facilitando, assim, a aquisição do equipamento cinematográfico de projeção e dos filmes a tôdas as escolas.

Por outro lado, deve ser dada aos professôres a orientação necessária para uma adequada aplicação do Cinema no ensino. Mas, ainda assim, não estará resolvido o problema do Cinema na Escola.

O Cinema não é só um precioso auxiliar do ensino e da educação, é, também, uma arte autônoma e democrática, um símbolo de nossa civilização, que é uma civilização áudio-visual, entrando de uma maneira ou de outra na cultura integral do homem.

Por isso, a Escola também deve se preocupar por uma educação cinematográfica do escolar. O Cinema é um dos hábitos populares que precisa de orientação. Sua influência é notável e pode ser desenvolvida tanto positiva como negativamente.

O aspecto negativo que êle muitas vêzes apresenta não implica na sua condenação. Não só não convém proibir o Cinema aos jovens, como é impossível fazê-lo.

Importa, pois, promover uma educação cinematográfica de todos os escolares desde a mais tenra idade, gradualmente, de acôrdo com seu adiantamento.

Por essa razão, a educação cinematográfica do escolar é, imprescindìvelmente, um dos trabalhos do professor moderno.

É êste, portanto, o duplo aspecto do Cinema que deve ser equacionado na Escola: o do cinema educativo e o da educação cinematográfica.

A OFICIALIZAÇÃO DO CINEMA EDUCATIVO

Geralmente todos os empreendimentos de progresso resultam da iniciativa particular, o que difìcilmente acontece no Brasil dada a situação econômica do país.

Não existe no Brasil uma sociedade particular que fomente o Cinema Educativo com produção própria de filmes escolares, documentários, artísticos e científicos, que atendam aos programas escolares, estimulem os bons hábitos e abram os horizontes do povo nas campanhas de educação popular.

Desde que o Cinema-espetáculo vem demonstrando a fôrça poderosa que é a projeção cinematográfica, a qual mestres de todo o mundo proclamam ser um dos mais valiosos instrumentos de ensino, tem-se pensado em utilizar o cinema como fator educativo.

É sabido que o Cinema é uma fôrça que pode tender para o bem ou para o mal. Sòmente na mão de educadores é que o Cinema devia estar. Tal não acontece em nenhuma parte do mundo, porque o Cinema é, além de meio de cultura e educação, uma indústria e comércio dos mais difundidos e menos controlados.

Com o presente, não pretendemos dar a conhecer todo o movimento de cinema educativo no Brasil, senão apenas esboçar ràpidamente como se chegou à criação do Instituto Nacional de Cinema Educativo, na capital do país, e do Serviço de Cinema Educativo no Estado do Rio Grande do Sul.

A idéia de aproveitar a projeção luminosa no ensino é mais velha do que o Cinema. Já, em 1882, Rui Barbosa, em seu projeto de Reforma do Ensino Primário, se referia à projeção fixa como auxiliar no ensino da geografia, no curso normal.

Em 1910, foi iniciada uma filmoteca no Museu Nacional. Dois anos depois, o professor Roquette Pinto trazia da Rondônia os primeiros documentários dos índios Nambiquaras. Em todos os setores se desenvolvia crescente interêsse pelo nôvo processo de documentação e ensino, especialmente entre professôres da Universidade, formando-se magníficas coleções de filmes científicos.

Em 1928, o professor Fernando de Azevedo, com sua reforma do ensino do Distrito Federal, determinou que "tôdas as escolas de ensino primário, normal, doméstico e profissional, quando funcionassem em edifícios próprios, tivessem salas destinadas à instalação de aparelhos de projeção fixa e animada, para fins meramente educativos". O regulamento acrescenta: "O cinema será utilizado exclusivamente como instrumento de educação e como auxiliar de ensino que facilite a ação do mestre, sem substituí-lo. O cinema será utilizado sobretudo para o ensino científico, geográfico, histórico e artístico. A projeção animada será aproveitada como aparelho de vulgarização e demonstração de conhecimentos, nos cursos populares noturnos e nos cursos de conferências..." Nesse mesmo ano, o aparecimento da película à base de acetato (ininflamável), em formato reduzido (16mm), veio facilitar muito o cinema escolar.

Em 1929, o professor Jonathas Serrano inaugurou oficialmente o movimento, com a Primeira Exposição de Cinematografia Educativa, no Rio de Janeiro.

Surgiram logo duas obras especializadas, especialmente dedicadas ao Cinema Educativo: CINEMA E EDUCAÇÃO dos professôres Jonathas Serrano e Francisco Venâncio Filho (1930) e CINEMA CONTRA CINEMA do Sr. Mendes de Almeida (1931).

"Apesar das diversas iniciativas, o cinema educativo ainda não tinha no Brasil uma organização sistemática com finalidades e recursos que lhe garantissem pleno êxito. Era esta a situação quando o Ministro Gustavo Capanema levou ao Presidente Getúlio Vargas a sua exposição de motivos referentes à criação do Instituto Nacional de Cinema Educativo a título de ensaio, em caráter de comissão".

Foi assim que nasceu o Instituto Nacional de Cinema Educativo, órgão oficial do Brasil, iniciando os seus trabalhos em 1936 e oficializando-se em 1937. Seu organizador e diretor foi o professor Edgard Roquete Pinto, desde a fundação até 1947, ano em que foi aposentado, sucedendo-lhe o professor Dr. Pedro Gouvêa Filho, como discípulo e continuador desta grande obra, até os nossos dias.

O Instituto Nacional de Cinema Educativo (I.N.C.E.) destina-se a produzir e orientar a utilização da cinematografia, especialmente como processo auxiliar do ensino e também como meio de educação em geral. "Sua finalidade foi mais precisamente definida em 1946:

a) Editar filmes educativos escolares, sub-standard (16mm) e populares standard (35mm); fotografias e diafilmes para serem divulgados no país e no estrangeiro.

b) Editar programas para documentação artística e cultural do país.

c) Prestar assistência científica e técnica às iniciativas particulares, no caso em que suas produções industriais ou comerciais tenham finalidade educativa".

O território brasileiro é muito grande, criando o problema de fazer os filmes chegarem aos lugares mais distantes.

A Filmoteca do I.N.C.E. empresta gratuitamente os filmes, mas as despesas de transporte correm por conta dos interessados e isto tem prejudicado os Estados mais afastados, ficando o empréstimo por um preço proibitivo. Surgiu então a necessidade de descentralizar a Filmoteca do I.N.C.E.

Daí a origem dos "Acôrdos de Auxílios", firmados entre o Ministério da Educação e Cultura, através do Instituto Nacional de Cinema Educativo, e os Governos dos diversos Estados do Brasil, para possibilitar o desenvolvimento do Cinema Educativo em todo o país. O Estado do Rio Grande do Sul foi o primeiro a assinar o Acôrdo, em 27 de dezembro de 1955, e o primeiro a mandar estagiários para o Instituto Nacional de Cinema Educativo, em 1.º de julho de 1956.

Embora não estivesse ainda oficialmente criado e equipado com material e pessoal técnico necessário, o Serviço de Cinema Educativo (SERCE) do Rio Grande do Sul começou a funcionar desde janeiro de 1957, no Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais da Secretaria de Educação e Cultura, tendo realizado vários trabalhos: seleção de filmes do I.N.C.E., e encomenda de cópias, já recebidas e arquivadas na filmoteca; foto-filmagens de trabalhos educacionais e assistenciais; palestras sôbre cinema, planejamento e realização de um curso básico de cinema educativo; empréstimo de filmes e diafilmes a escolas e colônias de férias e outras atividades de caráter interno.

Em 17 de maio de 1958, é criado oficialmente o Serviço de Cinema Educativo do Rio Grande do Sul, na Secretaria de Educação e Cultura, e em 19 de setembro do mesmo ano é aprovado o seu regimento interno.

A introdução do cinema na escola já é uma realidade em nosso meio. Muitas escolas do Rio Grande do Sul estão aparelhadas, realizando sessões de cinema educativo.

Sendo a finalidade precípua do Serviço de Cinema Educativo difundir e orientar a utilização da cinematografia, como processo auxiliar de ensino, assim como promover a cultura cinematográfica e estimular as iniciativas particulares nesse sentido, organizou:

I — A filmoteca e seu serviço de distribuição;
II — o serviço de projeções cinematográficas, nas escolas;
III — a patrocinação de cursos de cultura cinematográfica;
IV — o serviço de orientação cinematográfica.

FILMOTECA

A Filmoteca do Serviço, embora conte ainda com poucos filmes, tem um movimento intenso de distribuição de filmes, o que vem demonstrar o interêsse de nossas escolas pelo Cinema Educativo.

Para a retirada de filmes e pedidos de projeção é necessário que o estabelecimento de ensino ou entidade cultural esteja devidamente registrado no Serviço. Para isto distribui-se entre os mesmos a "Fôlha de Registro", assim como uma lista dos filmes existentes e o regulamento da Filmoteca.

Depois de devidamente preenchida a Fôlha de Registro, deve ser devolvida ao Serviço para o competente registro do estabelecimento.

Todos os filmes devolvidos à Filmoteca são revisados, antes de serem guardados.

Fica anotado no "Boletim de Revisão" o estado de conservação do filme, sendo feitos, no mesmo, todos os reparos necessários, deixando-o apto para ser novamente usado.

MOVIMENTO DA FILMOTECA EM 1959

— filmes retirados: 143
— diafilmes emprestados: 11
— diafilmes distribuídos: 40
— projeções feitas: nos grupos escolares: 23
nas escolas de ensino médio: 20
nas escolas superiores: 15
em cursos e seminários: 30
no Serviço: 30
— revisão de projetores: 3
— registros de escolas: 36
— filmes existentes: 28
— filmes adquiridos durante o ano: 14
— filmes encomendados: 45
— revisão de filmes: 251
— pessoas atendidas: 268

PROJEÇÕES CINEMATOGRÁFICAS

Para regulamentar as projeções cinematográficas, nas escolas, baixaram-se instruções a respeito.

O professor encarregado das sessões cinematográficas deverá preencher, para posterior remessa ao SERCE, a "Fôlha de Estatística" anexa.

Nas escolas que não possuem aparelhos de projeção o Serviço de Cinema Educativo se encarrega das mesmas, levando tôda a aparelhagem necessária. O registro dessas sessões é feito no competente "Boletim de Projeção".

Uma sessão de cinema educativo (didático ou recreativo) na escola não se limita à simples passagem de filmes. Faz parte do programa uma orientação prévia do espectador.

Essa sessão deve servir para criar bons hábitos e atitudes, tanto no espectador infantil como no juvenil. Assim, por exemplo, "saber assistir a um filme" e saber ter cinema" para "saber ver cinema".

A criança ou o jovem devem estar preparados ou motivados, não só para receber o filme, como também para compreendê-lo e julgá-lo.

É imprescindível que o professor, ajudado pelos pais quando necessário, predisponha os alunos a assistir ao filme com civilidade. O aluno deve saber que não se entra na sala de projeção aos empurrões, mas faz-se fila; deve saber que não se faz barulho com os pés nem algazarra, antes e durante o filme; que devem imperar as boas maneiras; que deve atender rápido a um pedido de silêncio e sentar-se convenientemente, sem incomodar os outros.

Não se trata de tirar tôda a liberdade dos espectadores escolares, mas de ensiná-los a se portarem num cinema como pessoas educadas.

Também é necessário que o professor ensine o espectador escolar a ler cinema. O professor deve ensinar a linguagem cinematográfica, assim como êle ensina a gramática, visando a compreensão da imagem animada.

O espectador escolar deve aprender a analisar um filme, a julgá-lo, discutí-lo em cinedebate e tirar conclusões próprias.

É preciso combater a inércia do espectador diante da influência hipnótica da tela e prepará-lo para "saber ver cinema".

Esta é a função primordial do cinema educativo, porque Cinema Educativo não é só a aplicação do filme educativo na aprendizagem ou na recreação do escolar. É também um meio eficiente de desenvolver a educação cinematográfica do escolar — futuro espectador adulto.

O Cinema é a diversão mais procurada em todo o mundo. É, pois, indispensável que a escola se preocupe e se proponha a fazer a educação cinematográfica de todos os escolares.

Para realizar uma sessão de cinema escolar são necessárias duas coisas:

1.º — o planejamento da sessão
2.º — o cinedebate

Do planejamento da sessão:

1.º —
2.º — escolha dos filmes pela projeção prévia dos mesmos;
— preparo dos alunos sob o ponto de vista:
pedagógico — adequação aos objetivos visados pelo professor;
social — comportamento dos alunos na sala de projeção (interrelação);
disciplinar — atitudes necessárias para assistir ao fime;
3.º — arranjo da sala de projeção;
escurecimento por meio de cortinas, cobertores ou qualquer outro meio;
improvisação da tela (pode ser um lençol branco ou a parede clara).

Se o professor sabe projetar o filme, também poderá improvisar a mesa do projetor cinematográfico, colocando uma das classes individuais sôbre outra.

Caso o professor não saiba projetar, apenas pedirá instruções ao projecionista, para dar o material do qual êle necessita, e o resto ficará por conta do projecionista.

O cinedebate poderá ser de duas formas:

1.º — cinedebate pedagógico — quando fôr sôbre o assunto;
2.º — cinedebate cutural — quando fôr sôbre o filme.

O cinedebate se poderá realizar por meio de:

1.º — debate oral dirigido pelo professor, com anotação final das conclusões ou observações aprovadas em plenário;
2.º — resposta a questionários elaborados prèviamente;
3.º — análise fílmica;
4.º — decupagem do filme por meio de desenhos, isto é, desenho esquemático em quadrinhos das diversas cenas de uma ou mais seqüências;
5.º — outras experiências julgadas oportunas, para efetivo aproveitamento da sessão.

PATROCINAÇÃO DE CURSOS

O SERCE, visando difundir a cultura cinematográfica, no Estado, criou um serviço de patrocinação de cursos de cinema de iniciativa particular baixando para isso o regulamento aprovado pelo Decreto n.º 9362, de 19 de setembro de 1958.

Já foram patrocinados no presente ano (1959) 12 cursos com um total de 1140 alunos.

INSTRUÇÕES

Pôrto Alegre, 21 de agôsto de 1959

OFÍCIO CIRCULAR N.º 639

Senhor Diretor

Enviamos anexo a lista de filmes existentes na Filmoteca do Serviço de Cinema Educativo, dêste Centro, e que se encontram à disposição dos Srs. Professôres.

Encarecemos a necessidade de serem utilizados os filmes cinematográficos e os demais auxílios áudio-visuais pelos Srs. Professôres em seus trabalhos de classe.

O Museu Áudio-Visual e Serviço de Cinema Educativo, dêste Centro, prestarão tôda a assistência técnica que se fizer necessária para a correta aplicação dêsses modernos e eficientes processos de ensino.

Cordiais saudações

Sarah Azambuja Rolla
Diretora do C.P.O.E.

RELAÇÃO DOS FILMES EM 16 MM DA FILMOTECA DO SERCE — INSTRUÇÃO N. 1A

N.º	Assunto	Título	Tempo de Projeção
1	ANATOMIA	Os músculos Superficiais do Homem (silencioso)	3 min.
2	FÍSICA	Alavancas (silencioso)	6 min.
3	INDÚSTRIA	De Árvore a Jornal (silencioso)	13 min.
4	BOTÂNICA	De Flôr a Fruto (silencioso)	11 min.
5	HISTÓRIA	Despertar da Redentora (sonoro)	24 min.
6	BIOGRAFIA	Barão do Rio Branco (sonoro)	36 min.
7	CIDADE BRASILEIRA	Rio de Janeiro (sonoro)	36 min.
8	RECURSOS NATURAIS	O Minério e o Carvão (sonoro)	13 min.
9	RECURSOS NATURAIS	Salinas (Cabo Frio) (sonoro)	12 min.
10	HISTÓRIA	Bandeirantes (sonoro)	46 min.
11	CIDADE BRASILEIRA	Cidade do Salvador (sonoro)	24 min.
12	DOCUMENTÁRIO	Escola Técnica de Pesca Marambaia (sonoro)	23 min.
13	COMÉDIA INFANTIL	Dragãozinho Manso (sonoro)	28 min.
14	HIGIENE	Dentes (sonoro)	12 min.
15	BIOGRAFIA	Castro Alves (sonoro)	23 min.
16	CIDADE BRASILEIRA	Belo Horizonte (sonoro)	24 min.
17	EDUCAÇÃO RURAL	Silo Trincheira (sonoro)	12 min.
18	EDUCAÇÃO RURAL	Higiene Rural (sonoro)	12 min.
19	DOCUMENTÁRIO	Educação e Desenvolvimento (sonoro)	18 min.
20	INDÚSTRIA	Indústria Farmacêutica (sonoro)	32 min.
21	BIOGRAFIA	Alberto Nepomuceno (sonoro)	12 min.
22	EDUCAÇÃO ARTÍSTICA	Manhã na Roça (sonoro)	8 min.
23	EDUCAÇÃO ARTÍSTICA	Meus Oito Anos (sonoro)	11 min.
24	BIOGRAFIA	Vicente de Carvalho (sonoro)	12 min.
25	DOCUMENTÁRIO	Congresso Infantil Brasileiro de Economia (sonoro)	10 min.
26	QUÍMICA	Oxigênio (sonoro)	
27	INDÚSTRIA	Cloro (sonoro)	11 min.
28	INDÚSTRIA	Lentes Oftálmicas (sonoro)	14 min.

(DO Regulamento da Filmoteca)

1 — Só podem ser retirados, no máximo, 4 filmes de cada vez.
2 — É concedido o prazo de 5 dias para devolução.
3 — A reserva de filmes será feita apenas pelo espaço de 24 horas.
4 — Quando a devolução ultrapassar o prazo estipulado, ficará o interessado proibido de retirar filmes da Filmoteca durante 3 meses. Em caso de reincidência, o prazo será maior.
5 — Em caso de perda ou dano, exige-se uma indenização equivalente.
6 — Só poderão retirar filmes as Escolas e entidades devidamente registradas no Serviço.

NOTA: Solicitamos aos Srs. Professôres ou Projecionistas o obséquio de anotar na Fôlha de Estatística o número de assistentes e demais informações de interêsse para o Serviço.

I — Da bagagem dos chamados auxílios áudio-visuais, a imagem animada é o que mais tem despertado o interêsse e a alegria da criança, dizem os pesquisadores do assunto.

II — O fato de possuir filmes e um projetor cinematográfico não é suficiente para fazer cinema educativo nas escolas.

III — A utilização do cinema no ensino e na escola, implica em cuidadosa preparação pessoal e técnica de seus aplicadores.

IV — Uma sessão cinematográfica ou de projeção fixa deve ser prèviamente preparada pelo professor, sabendo êste que terá de proferir a sua opinião abalizada depois de ouvir a dos alunos.

V — Os alunos, como espectadores, devem estar preparados para assistir o filme.

VI — Não é aconselhável fazer projeções a esmo nem com o único fim de agradar ou recrear.

VII — O filme não é o principal objetivo, mas a aprendizagem na qual êle é utilizado como ilustração.

VIII — Uma sessão de cinema na escola é um fato ocasional, não pode ser um espetáculo diário.

IX — É inadmissível que, hoje em dia, um mestre que vai ao cinema ainda o desconheça na escola ou no seu trabalho.

PROFESSOR! O SERVIÇO DE CINEMA EDUCATIVO FOI CRIADO PARA SERVIR-TE. PROCURA-O.

Fôlha de Registro

Nome do Estabelecimento: .....

Enderêço: . . ..

É Oficial, Particular ou Subvencionado? .....

Nome do Diretor ou Responsável: .....

Voltagem da Localidade: ..... volts. Ciclagem:..... ciclos.

Possui sala adaptável à Projeção? ..... Características do Diascópio:

Modêlo: ..... Marca: .....

Voltagem do Aparelho: ..... volts. Lâmpada: .....watts.

Tem dispositivo para passar diafilmes de 35 mm? .....

Tem dispositivo para passar diapositivo de 35 mm? .....

Possui Episcópio ou Epidiascópio? Indique: .....

Quantos aparelhos de projeção possui? .....

Possui Projetor Cinematográfico? .....Características do Aparelho:

É sonoro? ..... É silencioso? .....De 35 ou 16 mm? .....

Modêlo: ..... Marca: .....

Voltagem do Aparelho: ..... volts. Lâmpada: ..... watts.

O aparelho é Propriedade (adquirido ou doado)? .....

O aparelho é Emprestado (gratis ou alugado)? .....

Observações: .....

.....

.....

Data do pedido de registro: .....

Assinatura da pessoa que forneceu os dados acima:

ass.: .....

(Esta fôlha deve ser devolvida, depois de preenchida, ao Serviço de Cinema Educativo — C.P.O.E.)

Fôlha de Estatística

Nome do Estabelecimento: .....

Localidade: ..... Município: .....

Professor: .....

Disciplina: .....

PROGRAMA REALIZADO NO MÊS .....

Marque com um X a resposta certa:

CURSO: { Primário ☐ / Secundário ☐ / Superior ☐ } SÉRIE: { 1.º ano ☐ / 2.º ano ☐ / 3.º ano ☐ / 4.º ano ☐ / 5.º ano ☐ / 6.º ano ☐ }

Título do Filme: .....

Procedência: .....

Número de Alunos ou Espectadores: .....

Número de Sessões: .....

O Serviço de Cinema Educativo cede seus filmes gratuitamente para sessões de Cinema Educativo e Cinema Recreativo.

1. Uma sessão de cinema educativo deve ser sempre gratuita.
2. Uma sessão de cinema recreativo pode ser grátis ou paga.

O filme foi usado { antes da aula ☐ / durante a aula ☐ / depois da aula ☐ } { motivação / complementação / revisão } de conhecimentos

O filme foi usado { para alguma campanha? Qual? ..... / gratuitamente? ..... / ou com entrada paga? ..... }

Título do Filme: .....

OBS. — Os filmes do SERCE só poderão figurar em sessões com entrada paga, mediante licença prévia do mesmo.

(Êste boletim deve ser enviado mensalmente ao Serviço de Cinema Educativo — C.P.O.E.)

.....

.....

.....

INSTRUÇÃO N.º 2A — 1959

Projeções Cinematográficas

1 — Qualquer escola ou professor poderá solicitar, com antecedência, uma Projeção cinematográfica do Serviço de Cinema Educativo, desde que esteja devidamente registrado no Serviço.

2 — As projeções na sala do Serviço estão à disposição do interessado, no horário normal de trabalho.

3 — As projeções noutros estabelecimentos, em que há projetor cinematográfico em boas condições de funcionamento, podem ser realizadas pelo Serviço desde que:

a) seja combinado prèviamente (uma semana antes);

b) na falta de condução própria do Serviço, seja dada condução, quando fôr longe ou lugar de difícil acesso;

c) os filmes sejam do Serviço.

4 — A projeção de filmes que não pertençam ao Serviço pode ser realizada pelo mesmo, porém a obtenção e devolução dêsses filmes ficarão a cargo do interessado.

5 — As projeções noutros estabelecimentos, onde não há projetor cinematográfico, podem ser efetuadas desde que:

a) seja combinado uma semana antes da sessão;

b) na falta de condução própria do Serviço, seja dada condução de ida e volta, pelo interessado, para o projecionista e aparelhos;

c) seja providenciado pelo interessado o preparo da sala, destinada à projeção, escurecendo-a convenientemente e instalando a tela.

d) sejam dadas as seguintes informações:

voltagem da corrente de luz
ciclagem
existência de tomada de corrente na sala

6 — Os casos omissos no presente regulamento serão resolvidos pelo coordenador do Serviço.

Boletim de Revisão

Número: . . . . . .

Título: . . . . . .

Cópia: . . . . . Partes: . . . . . .

Recebido de: . . . . . .

Remetido para: . . . . . .

Estado de conservação:

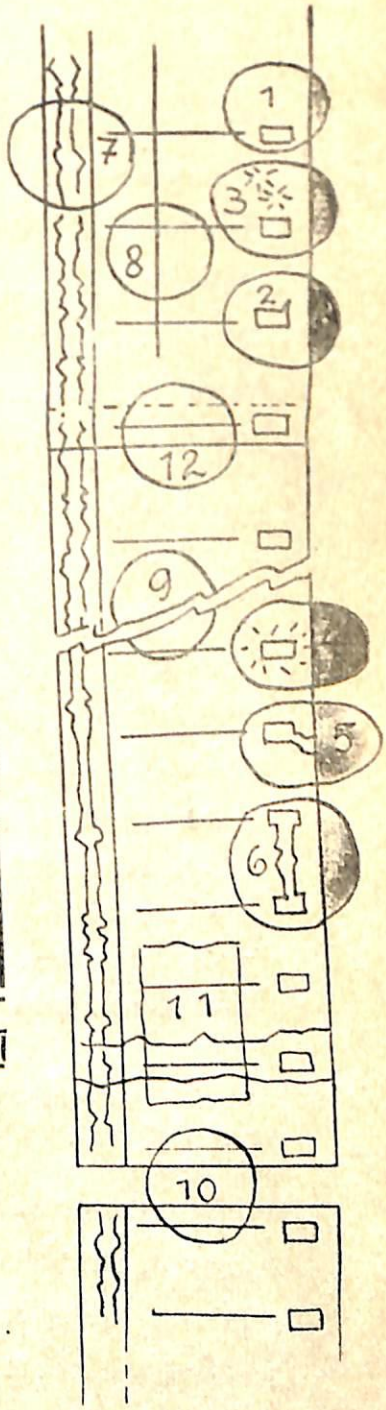
I — Perfuração: 1 — perfeito .....
2 — picada .....
3 — mastigada .....
4 — forçada .....
5 — rompida .....
6 — corrida .....

II — Riscos: 7 — na banda de som (som defeituoso) .....
8 — na imagem (visível na tela) .....

III — Rebentado quantas vêzes? (9) .....

IV — Emendas: 10 — descolada .....
11 — com fita adesiva .....
antes .....
12 — existentes depois .....

V — Comprimento do filme em metros:
original ..... metros
atual ..... metros



Significado dos sinais
O não
X sim, pouco
XX sim, bastante
XXX sim, muito

Em..../...../19....

Revisado por: . . . . . .

Boletim de Projeção

(por sessão)

Número do pedido: .....

Solicitante: .....

Entidade ou escola: .....

Enderêço: .....

Dia: ..... Semana: ..... Mês: ..... Ano: 19....

Hora: ..... Condução: .....

Título do filme ou filmes: Duração

1 ..... min.

2 ..... min.

3 ..... min.

4 ..... min.

Procedência: .....

Estado de conservação:

a) perfeito ..... a

b) rebentado ..... b

c) quantas vêzes? c

d) emendas descoladas ..... d

e) emendas com fita adesiva? e

1	2	3	4

Tipo de espectadores: alunos | professôres | misto

Nível cultural: primários | médio | superoir

Número de espectadores (aproximado): .....

Tempo de trabalho: .....

Nome do projecionista: .....

Observações: .....

.....

.....

INSTRUÇÃO N.º 3 — SERCE — 1959

Patrocinação de Cursos pelo Serviço de Cinema Educativo

O Serviço de Cinema Educativo patrocinará todos os cursos de iniciativa particular sôbre C I N E M A, desde que ministrados por professôres reconhecidamente idôneos, mediante as seguintes condições:

1.º — Ofício, comunicando a realização do curso, contendo os seguintes dados:

a) estabelecimento onde vai ser realizado,

b) enderêço,

c) localidade,

d) perigo de realização;

e) professôres que forem lecionar.

2º. — O referido ofício deverá vir acompanhado dos seguintes documentos:

a) programa do curso, em três vias;

b) número de aulas a serem ministradas;

c) súmulas das aulas a serem dadas.

Só serão fornecidos certificados de freqüência dos cursos que tiverem seus programas prèviamente aprovados pelo Serviço de Cinema Educativo.

O registro dos certificados será feito mediante apresentação da lista de freqüência dos alunos, devidamente assinada pelo coordenador do curso e desde que tenham sido cumpridas tôdas as determinações anteriores.

Secção de Estudo e Assistência Pedagógica

SETOR DE ORIENTAÇÃO E PESQUISA

O Serviço de Cinema Educativo realizará Cursos de Orientação Cinematográfica (Cultura Cinematográfica e Cinema Educativo) para professôres, nas escolas, quando solicitado, mediante as seguintes condições:

1.º — Ofício dirigido ao Chefe do Serviço de Cinema Educativo, do Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais, solicitando a realização do curso, com os seguintes dados:

a) instituição que coordenará;

b) enderêço;

c) localidade;

d) época mais própria.

2.º — A data de realização do curso e número de aulas serão fixados por êste Serviço.

O Serviço de Cinema Educativo dará certificados aos professôres inscritos que tiverem no mínimo 90% de freqüência.

3.º — Providências que devem ser tomadas pelo coordenador, para a realização do curso:

a) conseguir a sala apropriada para o número de cursistas;

b) informar se há projetores fixo e cinematográfico na escola que possam ser utilizados no curso e ainda sôbre o seguinte: voltagem e ciclagem da localidade, mesmo que a escola não possua projetores, para as necessárias providências;

c) estudar a possibilidade de escurecimento da sala para as projeções;

d) no ato de inscrição, solicitar aos professôres a entrega de uma fotografia 3 x 4, destinada à ficha do curso;

e) comunicar as providências tomadas, em relação à presente instrução, a êste Serviço com a necessária antecedência.

Secção de Estudo e Assistência Pedagógica

SETOR DE ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA

Boletim de Cursos

Curso: . . . . . .

Solicitante: .....

Entidade ou escola: .....

Endereço: .....

Epoca mais própria para a realização:

Dia: ..... Semana: ..... Mês: ..... Ano: 19.....

Data da realização do curso:

Iniciado em: ..... Terminado em: .....

Número de aulas: ..... Número de alunos: .....

Assunto das Aulas	Nome do Professor	Horário

PROJEÇÕES	MATERIAL AUDIO-VISUAL

Tipo de cursistas: alunos professôres misto

Nível cultural: primário médio superior

NOME DO COORDENADOR: .....

nome do projecionista: . .....

LEGISLAÇÃO

DECRETO N.º 9362 de 19 de setembro de 1958

Aprova o Regimento do Serviço de Cinema Educativo.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 87, inciso II, da Constituição do Estado, de 8 de julho de 1945,

D E C R E T A :

ARTIGO 1.º — Fica aprovado o Regimento do Serviço de Cinema Educativo, que com êste baixa, assinado pelo Secretário de Educação e Cultura.

ARTIGO — 2.º — O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO PIRATINI, em Pôrto Alegre, de de 195

ILDO MENEGHETTI
Governador do Estado

Adroaldo Mesquita da Costa
Secretário de Educação e Cultura

Regimento do Serviço de Cinema Educativo do Estado do R. G. do Sul

CAPÍTULO I

Da Finalidade e Competência

Artigo 1.º — O Serviço de Cinema Educativo, órgão subordinado ao Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais, da Secretaria de Educação e Cultura, tem por finalidade promover e orientar a utilização da cinematografia, especialmente como processo auxiliar de ensino e como meio de educação em geral, competindo-lhe:

a) orientar os professôres na utilização da cinematografia e da projeção fixa como processos auxiliares do ensino;
b) prestar assistência científica, pedagógica e técnica à iniciativa particular, desde que sua produção, industrial ou comercial, tenha finalidade educativa, tornando acessível aos interessados, mediante condições que serão estabelecidas, material destinado a estudos e pesquisas;
c) planejar e elaborar filmes educativos escolares (16 mm) e populares (35 mm), microfilmes, fotografias, diapositivos e diafilmes de caráter educativo sôbre aspectos geográficos, his-

tóricos e folclóricos do Estado e outros considerados de interêsse pedagógico, científico e cultural, contando para isso, sempre que necessário, com a colaboração dos demais Serviços da Secretaria de Educação e Cultura e das outras Secretarias ou Departamentos de Estado;

d) atender às solicitações de instituições educacionais e culturais, exibindo filmes educativos e de projeção fixa, para ilustrar aulas, cursos e conferências;

e) estabelecer e manter intercâmbio com organizações congêneres, permutando filmes, microfilmes e outros materiais foto-documentários;

f) produzir e reproduzir microfilmagens, inclusive externas, para documentação, e realizar reportagens e levantamentos foto-cinematográficos;

g) realizar pesquisas em todos os campos culturais, visando investigar as necessidades imediatas a serem atendidas para favorecer o desenvolvimento educacional, e propor soluções para atualização dos meios de divulgação e objetivação de conhecimentos;

h) estimular a criação de serviço de cinema educativo nos municípios, oferecendo-lhes a assistência técnica necessária;

i) promover a formação técnica de estagiários nos serviços de laboratório e de filmoteca e na utilização da cinematografia e da projeção fixa como processo auxiliar de ensino;

j) estudar e propor às autoridades competentes a divulgação, através das casas exibidoras, de documentários e filmes educativos;

l) organizar a publicação de revistas, folhetos e boletins referentes à utilização do cinema e demais auxílios áudio-visuais no ensino e na educação geral.

§ 1.º — Para cumprir sua finalidade, em tôda extensão, o Serviço de Cinema Educativo manterá uma filmoteca que inclua filmes, diafilmes, diapositivos, fotografias e microfilmes que documentem os elementos artísticos, históricos e culturais esparsos para fins de pesquisa, divulgação e ensino, cedendo-os por empréstimo às instituições culturais e de ensino, oficiais e particulares, nacionais e estrangeiras.

§ 2.º — Instalará, dirigirá e manterá um laboratório foto-cinematográfico completo, de imagem e som, indispensável para produzir e reproduzir filmes, microfilmes, diafilmes, diapositivos e fotografias.

CAPíTULO II

Da Organização

Artigo 2.º — O Serviço de Cinema Educativo terá as secções seguintes:

a) Secção de Estudos e Assistência Pedagógica;
b) Secção de Técnica Cinematográfica;
c) Filmoteca e Serviços Auxiliares.

Artigo 3.º — O Serviço de Cinema Educativo terá um Chefe diretamente subordinado ao Diretor do Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais e escolhido entre os técnicos em educação da S.E.C. As Secções terão coordenadores.

Artigo 4.º — O Chefe do Serviço terá um secretário escolhido entre os oficiais administrativos da S.E.C.

§ único — O secretário pode ser coordenador dos serviços auxiliares.

Artigo 5.º — Haverá uma Comissão Especial de Estudos e Seleção de Filmes, composta por pessoas de reconhecida autoridade no assunto, a qual serão submetidos, sempre que necessários, os projetos dos filmes a serem editados ou os originais concluídos.

§ 1.º — A Comissão será organizada pelo Chefe do Serviço, prèviamente autorizado pelo Diretor do C.P.O.E.

§ 2.º — O Chefe do Serviço presidirá os trabalhos da Comissão.

§ 3.º — O desempenho da função de membro da Comissão é gratuita e vale como contribuição relevante à cultura do Rio Grande do Sul.

CAPITULO III

Da Competência dos Órgãos

Artigo 6.º — À Secção de Estudos e Assistência Pedagógica compete:

I) — proceder:

a) ao estudo preliminar dos filmes a serem feitos pelo Serviço, fazendo a pesquisa educacional e bibliográfica necessária à elaboração do argumento para o roteiro literário;
b) a pesquisa nas escolas e centros consumidores dos filmes educativos e demais campos culturais, para atender à organização educacional e pedagógica da legislação em vigor;
c) à censura dos filmes a serem adquiridos pelo Serviço;
d) às traduções de artigos publicados em revistas estrangeiras sôbre cinema e educação, necessárias ao bom andamento do Serviço;

II) — elaborar, para uso da Secção de Técnica Cinematográfica, o roteiro literário dos filmes a serem editados pelo Serviço;

III) — emitir parecer sôbre o valor educativo e cultural de todos os trabalhos de procedência nacional e estrangeira para o qual fôr solicitada a assistência do Serviço;

IV) — classificar por assunto e grau escolar o material existente na filmoteca, na fototeca e na discoteca;

V) — coligir e organizar o material necessário às publicações do Serviço;

VI) — organizar a publicidade do Serviço nos estabelecimentos de ensino e estabelecimentos culturais do Estado;

VII) — orientar os professôres na utilização da cinematografia e da projeção fixa, nas escolas;

VIII) — supervisionar a organização e funcionamento dos cineclubes escolares, nas unidades de ensino do Estado;

IX) — superintender os setores de Orientação e Pesquisa e de Publicidade do Serviço.

Artigo 7.º — À Secção de Técnica Cinematográfica compete:

I) — organizar a adaptação e o tratamento das edições cinematográficas, fotográficas e fonográficas;
II) — executar os trabalhos de filmagem, gravação de som, revelação, copiagem, redução, ampliação em filmes normais e reduzidos;
III) — produzir e reproduzir microfilmagens, fotografias e discos;
IV) — fazer ensaios e pesquisas de laboratório exigidos pelo incessante progresso da técnica cinematográfica;
V) — superintender os Setores de Adaptação, Tratamento, Filmagem e Documentação, o Laboratório e a Oficina.

Artigo 8.º — Ao Laboratório compete:

I) — fazer revelação dos filmes em geral e demais operações complementares;
II) — executar as cópias, ampliações e reduções dos filmes em geral, de acôrdo com a determinação do coordenador da Secção de Técnica Cinematográfica;
III) — ter sob sua guarda as salas de revelação e cópia.

Artigo 9.º — À Oficina compete:

I) — manter em perfeito funcionamento tôda a aparelhagem de luz e som, tanto a empregada na confecção dos filmes, quanto na projeção;
II) — observar a conservação do material de uso e fazer os reparos que forem necessários;
III) — executar qualquer atribuição dentro de sua capacidade, determinada pelo coordenador da Secção de Técnica Cinematográfica.

Artigo 10 — Aos Serviços Auxiliares compete:

I) — elaborar os trabalhos atinentes a pessoal, material, orçamento e comunicações;
II) — prestar ao público as informações que lhe puderem ser prestadas e orientá-lo no que pretender do Serviço;
III) — superintender a Filmoteca e Distribuição, o Arquivo e o Almoxarifado.

Artigo 11 — À Filmoteca e Distribuição compete:

I) — guardar os originais das edições foto-cinematográficas, microfilmográficas e fonográficas e zelar pela sua conservação;
II) — manter atualizado:

a) fichário que contenha a vida completa dos originais e cópias dos filmes, microfilmes, diafilmes, diapositivos, fotografias e discos e registrar a saída, destino e entrada dos mesmos;

b) catálogo dos filmes, diafilmes, diapositivos, microfilmes, fotografias e discos em circulação nos estabelecimentos de ensino e cultura;

c) cadastro dos estabelecimentos de ensino e cultura, oficiais e particulares;
d) cadastro dos possuidores de aparelhos de projeção fixa e animada, normal e reduzido.

III) — Inscrever e registrar os estabelecimentos de ensino e cultura que solicitarem os serviços do Cinema Educativo e provarem possuir aparelhamento adequado;
IV) — preparar as demonstrações a professôres interessados por ocasião de suas visitas ao Serviço;
V) — fazer a distribuição de cópias das edições e registrá-las;
VI) — registrar o movimento e supervisionar o funcionamento da sala de projeção;
VII) — rever o material que volta de circulação e comunicar a ocorrência de defeitos ao coordenador de Secção de Serviços Auxiliares.

CAPITULO IV

Das Atribuições do Pessoal

DO CHEFE DO SERVIÇO

Artigo 12 — Ao Chefe do Serviço compete:

I) — chefiar o Serviço a seu cargo;
II) — distribuir pelos subordinados os encargos e os trabalhos;
III) — organizar estatística mensal dos trabalhos do Serviço;
IV) — manter estrita cooperação com os demais Serviços do C.P.O.E.;
V) — reunir, periòdicamente, coordenadores e encarregados para tratar de assuntos do interêsse do Serviço e, quando convocado, comparecer às reuniões com o Diretor do C.P.O.E.;
VI) — organizar anualmente o plano de trabalho e submetê-lo à apreciação do Diretor do C.P.O.E.;
VII) — baixar instruções e ordens de serviço para melhor andamento do trabalho;
VIII) — propor ao Diretor do C.P.O.E. as providências necessárias ao bom funcionamento do Serviço e que dependerem de alçada superior;
IX) — apresentar ao Diretor, anualmente, o relatório dos trabalhos realizados;
X) — submeter à consideração do Diretor as escalas de férias do pessoal pertencente ao Serviço;
XI) — prorrogar o expediente ou antecipar a hora do seu início, respeitando o número de horas semanais fixado para o serviço público, atendendo as conveniências do Serviço;
XII) — organizar a Comissão Especial de Estudos e Seleção de Filmes e presidir os trabalhos da mesma.

DOS COORDENADORES

Artigo 13 — Aos coordenadores compete:

I) — coordenar os trabalhos da Secção sob sua responsabilidade;
II) — distribuir os encargos e trabalhos relativos à Secção;
III) — manter cooperação com as demais Secções;
IV) — apresentar mensalmente um boletim e anualmente um relatório dos trabalhos realizados.

DO SECRETÁRIO

Artigo 14 — Ao secretário compete:

I) — receber as pessoas que desejam tratar com o Chefe do Serviço ou transmitir o assunto;

II) — representar o Chefe do Serviço, quando fôr necessário;

III) — preparar a correspondência.

DOS DEMAIS SERVIDORES

Artigo 15 — Aos servidores, sem atribuições específicas neste regimento, compete a execução dos trabalhos próprios dos seus cargos ou funções que lhes forem determinados.

CAPÍTULO V

Das Disposições Gerais e Transitórias

Artigo 16 — Dentro do prazo de 30 dias, a contar da publicação dêste Regimento, o Secretário de Educação e Cultura enviará ao Executivo a proposta de criação do quadro de funcionários do Serviço de Cinema Educativo.

Artigo 17 — As disposições contidas neste Regimento entrarão em vigor na data de sua publicação.

Artigo 18 — Revogam-se as disposições em contrário.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, em Pôrto Alegre, de de 1958.

Adroaldo Mesquita da Costa
Secretário de Educação e Cultura

Pôrto Alegre, 28 de setembro de 1959

Ofício n.º 757

Senhor Secretário

Encaminhamos à reconsideração de Vossa Excelência, acompanhado de uma exposição de motivos para a qual solicitamos sua preciosa atenção, o orçamento para a instalação do Laboratório completo e estúdio complementar, no Serviço de Cinema Educativo do Rio Grande do Sul, enviado pela Companhia Black, conforme nosso pedido, por autorização de Vossa Excelência.

Encarecemos que o critério adotado pela Companhia Black na organização do orçamento foi de atender as exigências mínimas dessa espécie de laboratório, possibilitando todo o tipo de trabalho dentro da máxima economia.

A Companhia Black é a representante direta da Rank Precision Industries Ltda., de Londres, a única que possui aparelhagem dentro das condições técnicas exigidas e, portanto, sem concorrente em nosso País.

Cumpre-nos esclarecer que estabelecemos o plano de organização do Laboratório conforme orientação abalizada do Instituto Nacional de Cinema Educativo.

Aproveitamos a oportunidade, para renovar a Vossa Excelência os protestos de alta estima e consideração.

Sarah Azambuja Rolla
Diretora do C.P.O.E.

Exposição de Motivos

Senhor Secretário

Foi com plena compreensão da necessidade de se instalar, nesta Secretaria, um LABORATÓRIO CENTRAL CINEMATOGRÁFICO COMPLETO, de imagem e som, que Vossa Excelência nos mandou solicitar orçamento, tendo em vista o aperfeiçoamento técnico e a economia do Estado.

Passamos a expor novamente as razões que fundamentam a necessidade de um Laboratório Cinematográfico completo, nesta Secretaria:

1. É sabido que existem serviços de cinema em nossas Secretarias e Departamentos, demonstrando a importância do cinema como documentação e pesquisa de trabalho, mas nenhum tem laboratório cinematográfico completo.

2. Isto tem motivado dificuldades quanto ao aperfeiçoamento técnico dos seus funcionários especializados em cinematografia, ao mesmo tempo encarecendo a produção do filme, pois o trabalho complementar tem de ser feito em laboratórios particulares, o que é inconveniente, quando se trata de uma pesquisa.

3. Cabe ainda fazer a seguinte referência:
Um fotógrafo sem laboratório equivale a um amador de fotografia; o mesmo pode se dizer dos profissionais de cinema do Estado, se não tiverem um laboratório cinematográfico completo em condições de funcionamento.

4. O Serviço de Cinema Educativo do Rio Grande do Sul, oficialmente criado pelo Decreto n.º 8926 de 17 de maio de 1958, junto ao Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais, desta Secretaria, precisa também de LABORATÓRIO FOTO-CINEMATOGRÁFICO COMPLETO e acrescenta o seguinte:

5. Embora pese sôbre o nosso ensino a fama de gozar elevado padrão no país, temos de reconhecer que pouco ou nada se tem feito para documentá-lo vivamente, por falta dos modernos recursos de documentação animada.

6. Por outro lado, na prática, o nosso ensino em geral ainda está muito VERBALIZADO e, portanto, desprovido dos atuais recursos didáticos como o cinema e a projeção fixa, e de muitos outros auxílios áudio-visuais considerados importantes.

7. Tema da maior atualidade, o cinema, pela grande influência educacional, moral e social que exerce, pode ser considerado como um dos fatôres que preponderam na educação da criança, em particular, e do povo, em geral. O filme deve ser usado em campanhas de educação de adultos, na orientação de professôres da Capital e do interior do Estado, como auxiliar das diversas disciplinas dos cursos primário, secundário e até universitário e em campanhas de educação cívica do povo.

8. Por ocasião do III Congresso Nacional de Professôres Primários, realizado em janeiro do ano passado (1958), nesta Capital, o Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais, através de uma comunica-

ção, deu aos professôres do Rio Grande do Sul esperanças de se aproveitar no ensino o mágico poder da imagem, tanto a animada como a fixa, cujo emprêgo vem sendo prejudicado sempre por falta de recursos financeiros.

9. A criação do Instituto Nacional de Cinema Educativo, instituição digna de louvores de todos os brasileiros, deve-se à alta visão do saudoso Presidente Getúlio Vargas que fêz da educação do povo um dos pontos básicos de seu fecundo govêrno.

10. Merecem apoio do Serviço de Cinema Educativo do Rio Grande do Sul as instituições particulares chamadas cineclubes que vêm fazendo campanhas pelo bom filme, promovendo cursos de cultura cinematográfica, patrocinados por esta Secretaria, para alertar os espectadores em geral, de sua inércia contra a influência imoral e antiestética do chamado cinema "comercial"

11. Êsse movimento em tôrno do cinema cultural e moral, porém, não se contentou com a camada universitária e, justamente, vem penetrando no ensino médio, através das futuras professôras, nas escolas normais particulares e oficiais, coincidindo com a campanha do cinema educativo iniciada pelo Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais, desta Secretaria, desde 1957, quando realizou o primeiro curso básico de cinema educativo, com ótimos resultados, enquanto trabalhava na organização de um serviço específico de Cinema Educativo, junto ao seu trabalho.

12. A idéia de criar junto ao Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais, desta Secretaria, um SERVIÇO DE CINEMA EDUCATIVO partiu do próprio Ministério da Educação e Cultura, representado pelo Instituto Nacional de Cinema Educativo que, vendo a dificuldade de manter uma filmoteca central que atendesse todo o país, devido as distâncias do imenso território brasileiro, estabeleceu com os govêrnos dos Estados da União acordos para descentralizar a filmoteca, fornecendo cópias mediante o pagamento do filme positivo virgem apenas, comprometendo-se o Estado a produzir também seus filmes para permuta com o Instituto e outros Estados, além de outras obrigações.

13. É importante notar aqui que o Instituto fêz questão de que fôsse criado o Serviço de Cinema Educatvio do Rio Grande do Sul junto ao Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais, por ser êste o órgão técnico de pesquisas e orientação e porque a posição do cinema educativo é intra-escolar e sua função é tornar mais dinâmico o processo didático.

14. É comum, na escola, o professor improvisar tudo. É comum ver-se o professor dar o que tem, porque êle vive dando. Mas, não se pode exigir que o professor tenha coleções de diapositivos ou alugue filmes para empregá-los no ensino, porque os filmes de empréstimo gratuito são poucos e, vale dizer, que uma vez o professor tendo iniciado as projeções, fixa ou animada, tem de continuá-las a bem da continuidade de organização de seu trabalho.

15. Não se pode negar haja um ou outro professor que empregue os auxílios áudio-visuais no seu ensino, mas, talvez, sem a devida técnica de aplicação, e o emprêgo do áudio-visualismo não é de simples improvisação.

16. É portanto indispensável instalar, junto ao Serviço de Cinema Educativo do Rio Grande do Sul, um LABORATÓRIO FOTO-CINEMATOGRÁFICO COMPLETO

17. Poder-se-á argumentar ser muito oneroso para o Estado a instalação e manutenção de um laboratório desta natureza.

18. Já na exposição de motivos, quando da criação do Serviço de Cinema Educativo do Rio Grande do Sul, foi sugerida a criação de um Laboratório Central como medida econômica e racional para o Estado. Isto não tiraria o direito de funcionarem, nas Secretarias e Departamentos de Estado, os seus Serviços de Cinema e Fotografia.

19. Sabe-se quão oneroso é para o Estado qualquer filme documentário que seja feito por serviço particular, e da mesma forma, como já foi dito, ainda sai caro mesmo o Estado filmando, se tem de mandar revelar, copiar, sonorizar e reproduzir num laboratório particular, por não ter um bem equipado para atender êsses serviços.

20. O Estado devia instalar e manter, através da Secretaria de Educação e Cultura, um LABORATÓRIO FOTO-CINEMATOGRÁFICO completamente equipado com a maquinária necessária para o tratamento da imagem e do som, como no Instituto Nacional de Cinema Educativo, porque tem a assistência técnica dêste órgão.

21. Êste laboratório podia revelar, copiar, reproduzir e sonorizar, bem como podia emprestar auxílio técnico na montagem dos filmes a serem editados.

22. O trabalho começaria da filmagem, como a revelação do negativo, o copião, a reprodução ótica do som gravado magnèticamente, a sincronização na montagem, os títulos, legendas e a reprodução em cópias reduzidas ou em tamanho natural, seria executado no Laboratório, como se fôsse num particular, com a diferença que o cinematografista ou técnico de cinema poderia acompanhar o desenvolvimento do seu trabalho, colhendo dados técnicos ou observando as falhas a evitar, para melhorar cada vêz mais. E o que o Estado economizasse com esta forma de aplicação do Laboratório, poderia ser revertido em mais material, mais filmagens e microfilmagens para documentação e melhor aperfeiçoamento do trabalho em geral, especialmente, na Educação.

23. Além da documentação por meio da microfilmagem, pelo mesmo processo êsse Laboratório deve produzir diafilmes e diapositivos, para distribuição às escolas e utilização da projeção fixa no ensino.

24. É indispensável que o Serviço de Cinema Educativo do Rio Grande do Sul tenha equipamento de filmagem e iluminação, para estar aparelhado tanto para filmagens exteriores como interiores.

25. Segundo a mesma orientação técnica do Instituto Nacional de Cinema Educativo, o Serviço de Cinema Educativo do Rio Grande do Sul filmará em 35 mm, visando maior perfeição e nitidez da imagem, ficando a cargo do Laboratório a redução dêsses filmes a 16 mm, para distribuição da Filmoteca do Serviço às escolas.

26. Em campanhas de educação do povo, será editada uma cópia em 35mm, para circular pelos cinemas públicos.

27 Também é necessária ao Serviço de Cinema Educativo do Rio Grande do Sul, a produção de fotografias para os diversos tipos de trabalho.

28. Por outro lado, a instalação de um laboratório dessa natureza é um verdadeiro patrimônio para o Estado, pois, anteriormente já foi feito orçamento semelhante, verificando-se que, de ano para ano, com a vertiginosa desvalorização da moeda, o preço da aparelhagem foto-cinematográfica tem subido assustadoramente.

29. O Instituto Nacional de Cinema Educativo ainda tem em funcionamento todo o material de laboratório adquirido há mais de vinte (20) anos, o que representa uma economia fabulosa, e não se pode prescindir dêsses modernos processos de trabalho numa administração moderna de Estado.

30. São êstes, Senhor Secretário, os pontos em que repisamos para reiterar o nosso pedido de instalação de um Laboratório Foto-Cinematográfico completo, nesta Secretaria.

SECÇÃO DE PSICOLOGIA

FUNCIONÁRIOS QUE INTEGRAM A SECÇÃO DE PSICOLOGIA

TÉCNICOS EM EDUCAÇÃO:

LEDA RIBEIRO SOEIRO — **Assistente da Direção — Coordenadora**

ANITA PEIXOTO WELLAUSEN

JURACY C. MARQUES

LÍLIA COSTA CARVALHO

SUELLY AVELINE

ASSISTENTE TÉCNICO EM EDUCAÇÃO:

MANUELA GARCIA RAMIREZ

PROFESSÔRES À DISPOSIÇÃO:

ITÁLIA ZÁCARO FARACO

MARIA LUIZA RÖTH

OFÍCIOS

Pôrto Alegre, 24 de abril, 1959

Ofício circular n.º 240

Sra. Diretora

O Serviço de Psicologia dêste Centro está tomando as medidas iniciais para a organização de um Gabinete de Psicologia que possa atender as Escolas do Estado em relação a suas necessidades de melhor conhecimento do estudante, de utilização de programas de testes, de preparo e desenvolvimento de seu pessoal para o efetivo uso das técnicas modernas de Psicologia.

Para isso está processando um Levantamento de Recursos e Necessidades, com a ficha anexa.

É nosso pensamento estimular o funcionamento, em bases mais efetivas, dos Gabinetes existentes e propiciar a organização de novos, quando fôr o caso.

Assim sendo, solicitamos de V. S.ª o especial interêsse no preenchimento e devolução da ficha anexa. Esperamos obter êstes dados até fins de maio, a fim de podermos efetivar o trabalho ora iniciado. Para tanto, contamos com sua valiosa e eficiente colaboração.

Cordiais Saudações

Sarah Azambuja Rolla
Diretora do C.P.O.E.

GABINETE DE PSICOLOGIA

LEVANTAMENTO DE RECURSOS E NECESSIDADES

1. NOME DA ESCOLA —
   LOCALIDADE —
   CURSOS —

2. N.º DE ALUNOS —
   N.º DE PROFESSÔRES —
   N.º DE FUNCIONÁRIOS —

II. EXISTE GABINETE DE PSICOLOGIA? ..... (sim-não)
Em caso afirmativo, descreva o referido Gabinete:

a. **Área ocupada** —

b. **Material Existente** —

c. **Condições de Funcionamento** —

d. **Observações**

III. 1. N.º DE PROFESSÔRES QUE TÊM APLICADO TESTES —
2. N.º DE PROFESSÔRES COM CURSO DE FILOSOFIA —
3. N.º DE PROFESSÔRES COM CURSO DE PEDAGOGIA —
4. N.º DE PROFESSÔRES COM OUTROS CURSOS AFINS —

Especifiquem os Cursos:

5. N.º DE ALUNOS APROVADOS NO ÚLTIMO ANO ESCOLAR
6. N.º DE ALUNOS REPROVADOS NO ÚLTIMO ANO ESCOLAR
7. N.º DE ALUNOS QUE NÃO RENOVARAM SUAS MATRÍCULAS NESTE ANO —
8. N.º DE PROVAS ESCOLARES QUE, NO FIM DO ANO PASSADO, CONSTARAM APENAS DE DISSERTAÇÃO —
9. N.º DE LIVROS DE PSICOLOGIA EXISTENTES NA ESCOLA
10. ENUMERE DEZ LIVROS DE PSICOLOGIA, DENTRE OS EXISTENTES NA ESCOLA.

1.

2.

3.

4.

5.

6.

7.

8.

9.

10.

IV. QUAIS OS TESTES QUE COSTUMAM SER USADOS NA ESCOLA?

Especifique para alunos de que nível escolar.

2. COSTUMAM OS SERVIÇOS DE PSICOLOGIA CONTAR COM A COLABORAÇÃO DE AGÊNCIAS OU MEMBROS DA COMUNIDADE? .....

Em caso afirmativo, quais?

3. DESCREVA QUAL O USO QUE TEM SIDO FEITO DOS RESULTADOS DOS TESTES APLICADOS NA ESCOLA —

4. QUAIS OS PROBLEMAS DE ORDEM PSICOLÓGICA MAIS FREQÜENTES EM SUA ESCOLA?

Pôrto Alegre, 24 de julho de 1959.

Ofício circular n.º 565

Senhora Diretora

Por determinação da Sra. Diretora dêste órgão, comunicamos a V. Senhoria que, de acôrdo com o que estava programado, realizar-se-á nesta Capital, promovido por êste Centro, o II Seminário de Psicologia para Professôres de Escolas Normais, no período de 10 a 15 de agôsto.

Outrosim, solicitamos sejam os professôres de Didática avisados, de que o trabalho acima será sòmente para os responsáveis pela cadeira de Psicologia, não havendo, portanto, naquele período, necessidade da presença dos de Didática.

Para êsses, que também já receberam autorização da SEN para afastamento na época oportuna, receberá a escola aviso, com a necessária antecedência, da data de realização do Seminário de Didática.

Permitimo-nos relembrar a solicitação feita em nosso ofício n.º 443, de 15 de junho, sôbre as contribuições dos Professôres de Psicologia.

Também os professôres de Didática, desde já, poderão reunir suas experiências tal qual elas se processaram, para na época propícia serem trazidas como contribuição ao Seminário de Didática.

Aproveitamos a ocasião para solicitar que nos seja enviada, com urgência, a relação nominal dos professôres de Sociologia, esclarecendo os cursos de Formação Profissional que possuem, ligados ou não, com a Cadeira.

Valemo-nos da oportunidade para apresentar-lhe

Cordiais Saudações

Jandyr Martins Santos
Assistente da Direção do C.P.O.E.

SEMINÁRIOS

II SEMINÁRIO DE PSICOLOGIA PARA OS PROFESSÔRES DAS ESCOLAS NORMAIS *

Data: 10 a 15 de agôsto de 1959

Local: Pontifícia Universidade Católica e Faculdades de Ciências Econômicas da U R G S.

ATIVIDADES E HORÁRIO

Dia 10 — Segunda-feira

9 horas — Sessão preparatória com todos os professôres inscritos.
Informações sôbre a estrutura do trabalho.
Apresentação das coordenadoras e observadoras e especificação de suas funções.
Distribuição dos grupos de trabalho.
Distribuição do material.

11 horas — Sessão de Instalação com a presença da professôra Sra. Iris Leão Marques, DD Superintendente do Ensino Normal.
Palestra: Professôra Sarah Azambuja Rolla, Diretora do Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais.

14 horas — SEMINÁRIO. Grupos A—B—C—D

17 horas — Palestra: "Psicologia da Aprendizagem"
Prof.ª Malvina Rosat do S.O.E.E. da S.E.C.

Dia 11 — Têrça-feira

9 horas — SEMINÁRIO — Grupos A—B—C—D.

11 horas — Palestra: "Distribuição e conteúdo das unidades de Psicologia no Sistema Departamental".
Prof.ª Maria Flavia Cestari, do I.E.

14 horas — Comunicação: "Técnicas de observação nas salas de aula"
Colaboração dos professôres do interior do Estado.

17 horas — Palestra: "Psicologia na Educação"
Prof.ª Graciema Pacheco da U.R.G.S.

20 horas — SIMPÓSIO

---

* Tôda a documentação relativa a êste Seminário — inclusive conferências e respostas dos simposiastas — foi publicada em folheto especial.

Dia 12 — Quarta-feira

9 horas SEMINÁRIO — Grupos A—B—C—D.
11 horas — Comunicação: "Influência Psicológica da Leitura Recreativa"
Prof.ª Lahidy Zapp do C.P.O.E.
14 horas — Palestra: "Fundamentação psicológica de diferentes técnicas de trabalho. Princípios de aprendizagem em jôgo"
Prof.ª Juracy Marques do C.P.O.E.
17 horas — Palestra: "Contribuição ao estudo da relação professor - aluno"
Prof.ª Elmira Pelanda do I.E.

Dia 13 — Quinta-feira

9 horas — SEMINÁRIO — Grupos A—B—C—D.
11 horas — Comunicação: Técnicas de trabalho na Unidade de Psicologia: técnicas de pesquisa relativamente ao estudo dirigido e às atividades de aula".

Colaboração dos professôres do interior do Estado.

14 horas — Palestra: "A evolução e a educação sexual"
Prof. Irmão Henrique Justo, da P.U.C.
17 horas — Palestra: "Situação de aprendizagem"
Prof.ª Dalila Mayer Alvim, do I.E.
20 horas — SIMPÓSIO

Dia 14 — Sexta-feira

9 horas — Palestra: "Aspectos significativos das correntes psicológicas contemporâneas.
Prof. P. Lucio Moehlecke da Fac. Fil. "Cristo Rei"
11 e 14 horas — Redação final das sugestões sôbre os seminários, comunicações, palestras e simpósios.
17,30 horas — Filme.

Dia 15 — Sábado

9,30 horas — Leitura das sugestões dos grupos
Encerramento dos trabalhos pelo Exmo. Sr. Dr. Mariano Beck, DD. Secretário de Educação e Cultura.

TEMAS DOS SEMINÁRIOS:

"O homem, sua unidade"
"A estrutura da personalidade"
"O desenvolvimento da personalidade: fatôres que o condicionam"
"O sistema psíquico e a percepção".

ORGANIZADORA DAS SUMULAS PARA OS SEMINÁRIOS:

Prof.ª Itália Faraco.

ORGANIZAÇÃO GERAL DOS TRABALHOS

Professôras: Itália Faraco
Leda R. Soeiro
Yandir Martins dos Santos.

II SEMINARIO DE PSICOLOGIA PARA OS PROFESSÔRES DAS ESCOLAS NORMAIS

10 — agôsto — 1959

As súmulas do Seminário

— O homem: sua unidade
— A estrutura da personalidade
— O desenvolvimento da personalidade: fatôres que condicionam
— O sistema psíquico e a percepção

que integram uma proposição científica fundamental — a unidade estrutural e dinâmica dos fenômenos físicos e psíquicos — se propõem:

— informar os seminaristas sôbre êsses temas;
— proporcionar discussão;
— provocar um entendimento entre os membros dêste Seminário no que se refere à ciência psicológica;
— favorecer a descoberta de critérios para o início do aprendizado que a normalista deve realizar.

Considera-se, logo, a seguinte interrogação. Por que discutir essas idéias? Quais os "pontos de referência" que as justificariam e como determiná-los? Por isso, além das perguntas gerais que acompanham cada súmula.

No 1.º tema: — As manifestações expressivas da personalidade são específicas e independentes ou, ao contrário, formam uma unidade coerente?

No 2.º tema: — As diferentes estruturas da personalidade são independentes entre si ou se interdependem entre suas diversas manifestações?

No 3.º tema: — Como a personalidade chega a se expressar em conduta?

No 4.º tema: — Como percebemos as coisas, as pessoas e os acontecimentos?

deve-se ter presente a necessidade de serem formuladas outras questões, de caráter mais prático, as quais serão discutidas sob o ponto de vista dos temas propostos.

Essa é a tarefa que atribuímos a cada **grupo de estudo,** numa ação criadora entre coordenador e membros do grupo.

1.º TEMA

O Homem: sua unidade

As manifestações expressivas da personalidade são específicas e independentes ou, ao contrário, formam uma unidade coerente?

POSIÇÃO PARA O ESTUDO

Dois aspectos, neste estudo, são considerados:
um de relação entre a Psicologia e Biologia e outro relativo ao método para conceber essas relações. (1)

CAMPOS DE DISCUSSÃO

A Psicologia e outras ciências

A vida unitária do homem é um movimento generalizado de tôdas as ciências: físico-químicas, biológicas, sociais etc. Acrescente-se aqui um movimento antropológico que atribui à Psicologia uma posição integrativa no estudo do homem.

A Psicologia e a Filosofia

A Psicologia Moderna inicia-se, afirmando que o "animismo aristotélico", unindo de novo a Psicologia à Biologia, surge como conclusão metafísica aceitável pela psicologia experimental", e se mantém nesta posição numa linha progressiva na relação físico e psíquico, considerados como expressões da manifestação total da pessoa. (1) (5)

A Psicologia e a Biologia

A Psicologia admite o fundamento biológico da personalidade, isto é, da realidade somática do psiquismo humano. (1) (5)

Os acontecimentos psicológicos (12) (15) ou vivências de experiência bio-sociais, são raízes do que logo serão funções intelectuais altamente diferenciadas (idéia de espaço e tempo, reflexão elaboração...) e que acontecem na consciência. As coisas que acontecem na consciência são vivências conscientes e a vivência que as impulsiona é inconsciente.

Vivência é o acontecimento interno, é a experiência interna — Há uma participação da pessoa total na diferenciação do psiquismo em consciente e inconsciente. Vejo um amigo a uma certa distância (consciência) e digo: "Lá vem o...". Logo depois o esqueço, (latente), vendo-o novamente digo: "Oh! como vai?" (evocando sua presença anterior). Vejo-o, porém, sob uma perspectiva afetiva, isto é, sob o núcleo das minhas vivências.

Há um movimento afetivo, que se expressa em mêdo, raiva, alegria, etc. O sucesso atual é reativo não só por um "agora", isto é, por uma "situação atual", mas por uma série de sucessos anteriores. Daí a posição etiológica global face à problemática do comportamento humano.

Para a Pisicologia, a vivência deve chegar à consciência do sujeito. Para a análise, a vivência é inconsciente e de duas naturezas: pessoal, porquanto representa aquisições de existência individual, e impessoal. aquisições de existência filogenética. (2)

Não há um dualismo cartesiano, nem um paralelismo psicofísico, e, sim há "pessoa total". O psíquico e o físico, na visão unitária do homem e do seu mundo, são tomados como totalidade da pessoa onde não há extremos especiais, psíquicos ou físicos, que sejam tão isolados e tão estáveis que possam formar entre êles uma relação direta independente, por assim dizer, da pessoa. Tôda relação entre físico e psíquico "passa pela pessoa", o que a inicia e o que logo a dirige é a atitude total e as aspirações totais da pessoa. Além disso, considera-se que a correlação, seja constante, ou variável, depende de sua significação dentro da pessoa. A relação entre o psíquico e o físico aquí é concebida como "enlace de sentido". (1) (3)

Três contribuições de valor devem ser aqui consideradas **Neuropsicológica** — Uma célula especial do cérebro não "experimenta" uma idéia definida quando excitada; antes melhor, a pessoa responde a uma situação de estímulo definida com uma reação total que no físico se encontra, principalmente, em certas regiões do cérebro e que no espiritual dá lugar a uma experiência ideacional. (3) (4)

Psico-física — As emoções se baseiam em experiências corporais. Assim se pode dizer que o latente ama e odeia com sua boca. Mais ainda, a boca da criança de peito é um grande órgão sensorial para perceber e saborear (ir-se acostumando a alguma coisa), é o seu primeiro mundo fenomênico. Logo seus interêsses se ampliam na medida em que outras partes do seu corpo adquirem primazia e se convertem no centro das sensações para determinar formas mais complexas de desejos e fantasias. (4)

Psico-social — Postula aqui uma interação entre o mundo interno e externo do indivíduo que se põe de manifesto desde o começo da vida sob a supremacia dos impulsos, a criança incorpora um mundo fantástico que logo se vai modificando sob a influência corretiva da realidade exterior. É importante consignar que para a criança pequena êste mundo fantástico interno é tão vivido e real como o externo; as imagens que o povoam exercem uma influência decisiva. Daí falar-se numa sociedade interna constituída por um sistema de objetos internos. (4)

DEFINIÇÃO DA POSIÇÃO

A divisão em somática e psiquíco é arbitrária. Na realidade, o homem apresenta frente a um estímulo externo ou interno uma reação global, indecomponível, uma reação total da personalidade, um dos aspectos psíquicos ou físicos pode ser mínimo, mas nem por isso deixa de estar sempre presente. (1) (2) (4)

BIBLIOGRAFIA

1) Gemelli, Zummi — Introdución a la Psicologia. Editôra Miracle Março, 1953, pág. 70 a 160.
2) Seminário Psicologia Médica — Faculdade de Medicina. Pôrto Alegre, 1958.
3) Scherrington y outros — Las bases físicas de la mente. Editorial Nueva Vision, Buenos Aires, 1957.
4) Grinberg, Langer e Rodrigues — Psicoterapia del grupo. Editôra Paidos, 1957.
5) Stern, William. Psicologia General. B. Aires, Paidos, 1946 pág. 155.
6) Nutin, Joseph — Psicoanálise e Personalidade. B. Aires. Agir, 1955, pág. 136 — 137.
7) Vitória, Marcos. Introdición a la Psicologia — Argentina. Editorial Columbs, 1955.
8) Köehler W. Gestalt. Psychology. Londres Bell, 1930.
9) Koffka K. Prim-of Gestalt Psychology. Londres Kegam, 1936.
10) Guillaume P. La Psycologie de la Forme. Paris Flammarion, 1937.

11) Schilder P. El problema cuerpo y alma en Schuwarz C. Psicogenesis Y Psicot. Barcelona, Labor, 1932.
12) Gaupp, Robert. Psicologia del niño, pág. 17. Labor, 4.ª edição, 1942.
13) Horne, Karen. Psicologia de hombre normal.
14) Iung C.G. Psicologia Y Educación, Paldos, 1949.
15) Brinberg, Langer e Rodrigues — Psicoterapia del grupo: su enfoque psicoanalitico — Pag. 99, Paidos, 1957.
16) Freud, Ana e Burlingham — Niña sin hogar. Iman, 1944.

2.º TEMA

A estrutura da personalidade

As diferentes estruturas da personalidade são independentes entre si ou se interdependem entre suas diversas manifestações?

Um conceito unitário de ser humano leva a uma melhor compreensão da personalidade humana. (6)

O conceito da personalidade, como "uma unidade biopsico-social que individualiza uma pessoa e a diferencia de outra", é uma das tantas formas de conceituá-la, que, em lugar de atribuir exclusivo valor às partes do ser humano, considera em primeiro lugar o "todo".

A personalidade não é a simples figura corporal do indivíduo (biotipo) nem o seu temperamento (disposição afetiva) ou sua inteligência, mas uma integração individual que expressa o conjunto de tôdas as suas caracteristicas. A disposição especial das partes de um todo, consideradas nas suas relações recíprocas, enfim, a sua estrutura, acha-se determinada por propriedades constantes inatas, isto é, recebidas por herança (constituição) às quais se incorporam tôdas as experiências da vida, especialmente as ocorridas no período de lactância, através de tôda a primeira infância, época nas quais se estabelecem os núcleos básicos de conduta. (2) (7) (8).

Dá-se importância no estudo da personalidade ao seu fundamento biológico (soma, corpo) e ao seu fator subjetivo: os aspectos bio-psíquicos da atividade do homem são como elaborados de novo e refundidos na experiência pessoal. (3)

Cada sujeito atribui, como próprio, o que se passa no seu sistema psíquico, isto é, o que vivencia seja no plano consciente ou inconsciente. A estas complexas e distintas atividades que se interjogam e que se expressam numa totalidade unitária é o que chamaremos de "personalidade". (4-5)

Em têrmos de fatôres, diríamos que a personalidade é condicionada, de um lado pela constituição, entendida como herança e mais condições maternas na gestão e, de outro, pelas vivências infantís (inconscientes) e atuais (consciente), entendidas como indivíduo e meio integrativamente. (6)

BIBLIOGRAFIA

1) Koffka, K. Princípios de Psicologia de Ia Forma, pag. 88 e 749.
2) Fromm, Erich, El miedo a la libertação, pag. 48.
3) Fenichel, Otto. Teoria Psicoanalítica de la neurosis.
4) Alexander, Franz. Psicanálise da personalidade integral. Editôra Guanabara.

5) Nuttin, Joseph — Psicanálise e Personalidade pag. 187-193.
6) Stern, Willian — Psicologia General —
7) Koffka — Bases de la vida psiquica. Espasa-Calpe, 1941.
8) Alvim G. S. Les Theories Psychanalytiques de la Personalité. Presses Universitaires — 1953.

3.º TEMA

O Desenvolvimento da Personalidade: fatôres que o condicionam.

Como a personalidade chega a se expressar em conduta?

I — A constituição é um fator a ser considerado na formação da personalidade e que, exclusivo ou não, ou mais importante ou não, é a sede de fôrças herdadas, inatas que constituem o campo de limitação entre o orgânico e o psíquico.

Muitas têm sido as controvérsias em tôrno da origem destas fôrças, do vocábulo para denomina-las e no como originam tensões psíquicas. Quanto à primeira proposição já há uma hipótese aceita; quanto à segunda varia entre instinto, impulso instintivo, necessidade, ou motivo e quanto à terceira ainda é desconhecida.

Considera-se que tôda reação do ser humano é variada e depende de experiências anteriores. Contudo há certos padrões de conduta predeterminados, herdados e inatos e que seguem uma linha de evolução natural. Aceita-se ainda que haja grupos daquelas fôrças e que se acham fundidos numa unidade psíco-física; a predominância de um ou de outro é que dá o colorido final ao se exteriorizar a fôrça predominante. (2)

II — A situação social, em sentido lato, é o segundo fator, pois o acontecimento psicológico nasce do interjôgo das fôrças bio-sociais, concordando os autores na importância daqueles acontecimentos (como totalidade) que já nos primeiros tempos constituem o núcleo da personalidade. A importância que lhes é atribuída é quase definitiva pelo fato de haver possibilidades de trocas posteriores que dão lugar a outros acontecimentos de nossa vida ulterior, ou a medidas pedagógicas e psicoterápicas específicas; é de importância decisiva, tendo-se em vista que se constituem dos primeiros vínculos através dos quais se estabelece o primeiro contato com o mundo exterior. (6)

Segue-se um ciclo de desenvolvimento que uma vez alcançando sua etapa final livra-se dêsses vínculos primários sem dispensá-los, pois outorgam ao indivíduo segurança e orientação, levam-no à integração no mundo exterior, segundo elaborações mentais diferentes das que caracterizam a existência primária dêsses vínculos primários. (3)

Embora sociais, mas estruturados integrativamente (1), constituem fôrças determinantes, que auxiliadas pelas fôrças circunstanciais, ou sociais pròpriamente ditas, favorecem um desenvolvimento humano normal.

BIBLIOGRAFIA

3) Fromm, Erich. El miedo a la libertação, pag. 48.
2) Stern, Willians. Psicologia General. Pag. 180.
7) Fenichel, Otto. Teoria psicoanalítica
4) Alexander, Psicanálise da Personalidade integral
5) Nuttin, Joseph. Psicanálise e Personalidade, pag. 203.
6) Grinbger, Rodriguês — Psicoterapia de Grupo, e Langer.
7) Isac, Susan — Años de infância.
8) Koffka — Bases de la vida psíquica Espasa Calpe, 1941.

4.º TEMA

O sistema psiquico e a percepção

Como percebemos as coisas, as pessoas e os acontecimentos?

Primeiramente de maneira indiferenciada e só gradativamente diferenciados. Não há inicialmente representação mental, há excitação, relaxamento — identificação primitiva e percepção primária — (1), pois carecem de estruturação as funções e mecanismos que precisamente constituirão o sistema mental consciente. (4) Tôdas as atividades específicas dêste sistema derivam de sua função primária de percepção que efetua contato com o mundo exterior. (1)

Através da percepção recebemos ou rejeitamos os estímulos do mundo exterior. Há, pois, na percepção um mecanismo de introjeção e outro de projeção: quando recebemos estímulos de fora e os observamos, fazendo-os parte de nós mesmos, introjetamos; quando impedimos a entrada do estímulo, projetamos.

Êstes mecanismos de introjeção (identificação) e projeção representam não só uma parte essencial das funções do sistema consciente, mas constituem os instrumentos de sua própria formação (a seleção e discriminação estão baseadas na introjeção e na projeção) e estão intimamente ligados às relações com os objetos que internamente são representados por entidades psicológicas (fantasias, emoções, sentimentos).

A ação combinada da introjeção e projeção se deve a transformação parcial do sistema inconsciente, pré-consciente em consciente. Perturbações nestes mecanismos trazem como conseqüência uma falha no desenvolvimento, por ex: uma criança demasiadamente pronta a aceitar tôdas influências, não os equilibrou.

O sistema consciente se faz através da percepção, dos mecanismos de introjeção e projeção e da maturação do sistema nervoso e se torna a sede da consciência psíquica do sentido de tempo e espaço, da razão e da lógica, da tendência para o sínteses e coerência, diferenciando-se do sistema inconsciente pela sua capacidade primária de percepção. Inicialmente a percepção do objeto é muito próxima da reação motora: as primeiras reações aos objetos reconhecidas como tais compreendem muitos elementos que, integrados ainda em uma unidade, mais tarde serão objetos de uma diferenciação. (1)

A percepção como função primária indiferenciada do sistema consciente, ou como função mental já diferenciada não se dá sucessivamente, pois a estrutura perceptiva constitui-se um sistema de relações interdependentes que se expressam em totalidades de relações sem quebrar a unidade do todo como tal. (2) isto é, da pessoa que percebe. Atribui-se à pessoa, e não a elementos isoladamente captados, tôda a atividade psíquica perceptiva.

BIBLIOGRAFIA

2) Koffka, K. Princípios da Psicologia da Forma.
1) Fenichel, Otto. Teoria psicoanalítica de la neurosis. Pag. 51 — Editôra Nova B. Aires.
4) Piaget, Jean. Psicologia de la inteligência pág. 91 Editorial Psique, 1948.

3) Stern, Willians — Psicologia General 2.ª parte pag. 195 Paidos. Buenos Aires.
5) Lewin, Kurts — Principles of Topological Psychology. Mc Graw Hill, 1950.
6) Allport. G. W. Personality, a psychological interpretation N. York Henry Holte

PROFESSÔRA ORGANIZADORA DESTAS SÚMULAS:

Itália Faraco
Da Secção de Psicologia do CPOE

II — SEMINARIO DE PSICOLOGIA PARA OS PROFESSÔRES DAS ESCOLAS NORMAIS

Agôsto — 1959

S I M P Ó S I O S

Local: Pontifícia Universidade Católica — Dia 11, às 20 horas.

Simposiarca: Dr. Manoel Albuquerque

Simposiastas:

Dr. José Barros Falcão
Dr. Luiz Carlos Meneghini
Dr. Roberto Pinto Ribeiro
Dra. Elmira Pelanda
Prof.ª Graciema Pacheco

Dia 13, às 20 horas.

Simposiarca: Prof.ª Itália Faraco

Simposiastas:

Prof.ª Edela Souza
Prof.ª Malvina Rosat
Prof.ª Jurema Alcides Cunha
Prof.ª Juracy Marques
Prof.ª Emília Ribeiro
Prof.ª Maria Sylvia Wilkes

SIMPÓSIO N.º 1

Dia 11 de agôsto, às 20 hs.

Perguntas gerais:

2 — Na sua opinião, qual a relação do conceito de Psicologia e os efeitos que se esperam do ensino da Psicologia na conduta do normalista?

2 — Na sua opinião, qual o efeito psicoterápico no normalista do próprio estudo da Psicologia?

3 — Na sua opinião, quais as possibilidades e limitações dos testes psicológicos que têm sido propostos para a educação na situação escolar?
4 — Na sua opinião, que importância teria a criação literária como instrumento de interpretação psicológica?
5 — Na sua opinião, qual a importância de um clima escolar profilático no ponto de vista psicológico?

Perguntas especiais:

1 — Foi observado algum inconveniente no ensino da Psicologia que movimenta situações vivenciais?
2 — Qual a sua experiência, ou tão sòmente sua impressão, sôbre os princípios e os resultados que já se observaram na Psicologia dinâmica?
3 — Na sua opinião, qual a intensidade da ação psicológica profilática dentro do ambiente escolar sem prejuízo dos propósitos educacionais?

SIMPÓSIO N.º 2

Dia 13 de agôsto, às 20 hs.

Perguntas gerais:

1 — Na sua opinião, a que atribuir a ausência de valorização das formulações psicológicas no exercício do magistério?
2 — Na sua opinião, como orientar o trabalho de sala de aula, sem quebra de continuidade didática, no sentido de uma sondagem vocacional?
3 — Na sua opinião, a orientação psicológica do trabalho na sala de aula (que supõe uma equação efetiva entre o estudante e o aprendizado) está implícita no processo de ensino ou é chamada, ocasionalmente, para resolver um empedimento?
4 — Na sua opinião, a que atribuir a importância que a criança dá à "apreciação do professor" sôbre sua pessoa?
5 — Na sua opinião, justifica-se a significação psicológica atribuída ao exemplo na estruturação e formação da personalidade?
6 — Na sua opinião. pode-se responsabilizar a psicologia pelo "afrouxamento" da profundidade do conteúdo programático?

Perguntas especiais:

1 — Na sua opinião. como explicaria que o potencial psicológico da ciência aumenta, numa progressão geométrica, à medida que o professor possui uma melhor compreensão das condições e necessidades do aluno?
2 — Na sua opinião, quais as condições e intensidade da fundamentação psicológica necessária às unidades de ensino linguagem, matemática, estudos naturais e sociais?
3 — Na sua opinião como explicaria que condições ótimas de trabalho escolar não são incondicionalmente positivas, quanto a resultados, em todos os integrantes de um grupo de estudo?
Quais, na sua experiência, os resultados obtidos quando, nesses casos, são utilizados recursos especiais?

QUADRO — RESUMO DAS SESSÕES DE ESTUDO DO SEMINÁRIO DE PSICOLOGIA DE 1959

GRUPO A	TEMAS BÁSICOS	PROBLEMAS RELACIONADOS	SUGESTÕES	CONCLUSÕES GERAIS
Observadora: Lília da C. Carvalho Coordenadora: Ladimír Aesse Relatora: Nélia T. Rosa Lopes Participantes: Maria Sílvia Wilke Neila Maria Ramos Ir. Maria Joselina Ir. Maria Celeste Clara Elda F. Haag Ir. Maria Elberta Ir. Maria Imeladis Lauro F. Thomé Suzane D. Hotari	1. O homem: sua unidade. 2. A estrutura da personalidade. 3. O desenvolvimento da personalidade: fatôres que o condicionam.	1. Problemas relacionados com a cultura e a formação do professor.	1. A normalista deveria ser submetida a uma seleção vocacional. 2. Que a formação técnica do professor de psicologia deveria propiciar-lhe meios que levassem ao conhecimento da personalidade, como uma unidade, da normalista em seus mecanismos internos de ajustamento e desajustamento. 3. Compreender a normalista em seu dinamismo interno, em suas situações ambientais, a fim de levá-la, por sua vez, a entender a criança.	De ordem teorica, dentro dos temas básicos propostos.

GRUPO B	TEMAS BÁSICOS	PROBLEMAS SELECIONADOS	SUGESTÕES	CONCLUSÕES GERAIS
Observadora — Emília Ribeiro Coordenador — Reginaldo Felker Relatora — Margarita Labarth Participantes: Moysés K. Kejar Margarita Labarth Juracy Hoffman Ligia Bender Reginaldo Felker Ir. Maria Agnetis Ir. Maria Betânia Iedda M. de Mello Dulce de F. Abreu Maria José Carvalhosa Maria Helena C. Schmith Zélia Feto A. Marques Iolanda Ribeiro	Idem. — Idem. — Idem. —	Problemas de Aprendizagem e técnica.	Ressaltar o valor das pesquisas de campo. Despertar vocações, aumentar o interêsse pelo curso e desembaraçar a normalista através de técnicas de ensino atualizadas e variadas: seminários, pesquisas, conferências, simpósios, visitas, etc. Estimular as relações Escola-Comunidade. Desenvolver junto aos Círculos de Pais e Mestres, P. de Psicologia e Normalistas orientação referente a bôa leitura e educação sexual da criança.	A personalidade da normalista, como de todo ser humano, é uma unidade biopsicosocial, interdependendo-se em suas diversas manifestações e, como tal, deve ser considerada pelo professor. A integração da estrutura da normalista deve visar não só as diversas unidades de ensino, como deve estender-se a tôdas as áreas de sua atividade, no conjunto de suas vivências. É imprescindível que haja a máxima atenção à estrutura dinâmica da Normalista, para o que o Professor necessita de equilíbrio emocional, a fim de proporcionar a ela uma situação equilibrada e com esta sua formação de Educadora.

GRUPO C	TEMAS BÁSICOS	PROBLEMAS SELECIONADOS	SUGESTÕES	CONCLUSÕES GERAIS
Observadora: Prof.ª Manoela Ramirez Coordenadora: Irmã Jandyra Maria Relatora: Ivete A. Rodrigues Participantes: Ir. Marta Maria Ir. Lucienne Ir. Claire de Jesus Jussara N.T. da Rosa Helmingart Genehr Therezinha Bolzoni Ir. Jandira Maria Ivete A. Rodrigues Luíza T. Lauffer Alda Bartelli	— Idem. — Idem.	Desajustamento em geral.	1. Orientar os trabalhos das alunas, atendendo a interação da Psicologia com as demais ciências. 2. Proporcionar ao aluno vivências positivas, capazes de contribuirem para o desenvolvimento harmonioso da personalidade. Para tanto não perder de vista: — experiências do primeiro mundo fenomênico; — a intensidade de reações do eu das quais se processam as elaborações mentais; — a forma pela qual a criança elabora a internalização do mundo externo. Prevenir os desajustamentos, oportunizar experiências positivas e canalizar tendências negativas.	De ordem teórica, dentro dos temas básicos propostos. Em relação aos três momentos do Seminário: Palestras, Simpósios, Comunicações, destacamos as mensagens de novos conhecimentos, técnicas e situações de aprendizagem significativas e preciosas que muito contribuirão para o enriquecimento de nosso trabalho. SUGESTÕES Aproveitar as fôrças primárias do aluno no sentido de levá-lo a realizar-se dentro de sua filosofia de vida.

GRUPO D	TEMAS BÁSICOS	PROBLEMAS SELECIONADOS	SUGESTÕES	CONCLUSÕES GERAIS
Observadora: prof.ª Suely Aveline Coordenador: Ir. Egídio Relatora: Ignês Báfaro Participantes: Dejanira G. Pereira Lucy Rudy da Rosa Ir. Maria Daniela Maria J. Müller Ir. Maria José Branca E. Guerra Pe. Roberto Ludovico Roncato Hugo Veronese Ir. Maria J. Pasa Dilla L. Rodrigues Maria Amélia C. F. Metsavah	— Idem — Idem	Problema da cadeira de Psicologia, relacionado com a Reforma do Ensino Normal.	Os professôres das Escolas Normais Rurais sugerem que se institua um curso pré-rural para possibilitar o ingresso de candidatos de maior maturidade. SUGESTÕES GERAIS Preparar a criança para a integralidade de vier, através de vivências reais, efetivas, eis a missão da escola.	De ordem teórica, dentro dos temas básicos propostos e mais: Educar integralmente, respeitando a unidade da pessoa humana. Esta concepção sôbre o têrmo educar deve ser vivida por todos os educadores. Já que a personalidade do mestre influi mais sôbre o educando do que suas palavras, cumpre realize em si mesmo o ideal de personalidade que deve propor ao educando. Deve a escola intensificar a vida das instituições escolares, preparando a criança para preencher ùtilmente as horas de lazer, no atendimento aos interêsses das várias idades.

II — Seminário de Psicologia para os professôres de Psicologia das Escolas Normais

Avaliação do Plano de Trabalho

Sua avaliação auxiliar-nos-á a melhorar os planos de trabalho para futuros seminários. Pedimos seja franco em suas críticas e sugestões.

1 — O programa organizado para êste seminário lhe foi de alguma utilidade? Por quê?

2 — Quais os tópicos de maior valor e interêsse? Por quê?

3 — Gostaria que fôssem acrescentados outros tópicos ao programa? Por quê?

4 — Que tópicos desejaria fôssem eliminados do programa? Por quê?

5 — De que modo os organizadores do programa do Seminário lhe poderiam ser mais úteis?

6 — Apreciação sôbre a duração do Seminário:
muito longo — muito curto — bom

7 — Comente as técnicas de trabalho utilizadas neste período de estudo: Seminário. Simpósio. Palestra. Grupos de estudo. Comunicação.

8 — Gostaria de colaborar no próximo Seminário? Em quê? Como?

9 — Sugestões Gerais.

LEGISLAÇÃO

DECRETO N.º 10043, DE 23 DE JANEIRO DE 1959

Cria o Conselho de Orientação Educacional.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 87, inciso II, da Constituição do Estado de 8 de julho de 1947,

D E C R E T A :

Art. 1.º — É criado o Conselho de Orientação Educacional junto à Secretaria de Educação e Cultura.

Art. 2.º — O Conselho de Orientação Educacional tem os seguintes objetivos:

I — Congregar as pessoas responsáveis, no Rio Grande do Sul, pela solução adequada dos problemas relativos à Orientação Educacional, com vistas à observância dos princípios que norteiam a Orientação Educacional e à articulação dos diversos setores ligados à mesma.

II — Colaborar para a formação de um clima psicológico favorável à prática da Orientação Educacional. utilizando para tal fim os meios mais aconselháveis.

III — Promover a permuta de informações e experiências das diversas regiões do Brasil, proporcionando aos estudiosos do assunto melhor conhecimento da situação e do progresso da Orientação Educacional em todo o território brasileiro.

IV — Propor a realização de encontros dos interessados nos referidos problemas, neste Estado ou em outros do País.

V — Opinar sôbre as questões que forem trazidas a seu parecer.

Art. 3. — O Conselho de Orientação Educacional será constituído dos seguintes membros natos:

Diretor do Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais.

Chefe do Serviço de Orientação e Educação Especial.

Chefe da Divisão Técnica da Superintendência do Ensino Profissional.

Diretores dos Institutos de Psicologia da Universidade do Rio Grande do Sul e da Pontifícia Universidade Católica.

Diretores da Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul e da Pontifícia Universidade Católica.

Inspetor Seccional do Ensino Secundário, de Pôrto Alegre.

§ 1.º — Além dos membros natos, e a convite do Conselho, poderão integrar o mesmo dois educadores ou técnicos de reconhecida capacidade, anualmente indicados.

§ 2.º — A função de membro do Conselho de Orientação Educacional será honorífica, exercida sem ônus para os cofres públicos, constituindo seu desempenho serviço relevante prestado ao Estado.

Art. 4.º — O Conselho de Orientação Educacional reunir-se-á, ordinàriamente, uma vez por mês, e extraordinàriamente, quando convocado pelo seu presidente, podendo deliberar com a presença da maioria dos seus membros constitutivos.

Art. 5.º — Na reunião de instalação e anualmente na reunião do mês de março o Conselho de Orientação Educacional elegerá o seu presidente e o seu secretário.

Parágrafo Único — O presidente convidará um professor para secretariar as reuniões.

Art. 6.º — O Conselho de Orientação Educacional apresentará ao Secretário de Educação e Cultura, até o fim do 1.º semestre, o planejamento de suas atividades e, ao finalizar o ano, o relatório dos trabalhos realizados.

Art. 7. — Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO PIRATINI, em Pôrto Alegre, 23 de janeiro de 1959.

ILDO MENEGHETTI
Governador do Estado

Adroaldo Mesquita da Costa
Secretário de Educação e Cultura

SECÇÃO DE PESQUISAS

FUNCIONÁRIOS QUE INTEGRAM A SECÇÃO DE PESQUISAS

TÉCNICO EM EDUCAÇÃO:

FLÁVIA COELHO CIAGLIA — Coordenadora da Secção

PROFESSÔRES À DISPOSIÇÃO:

BEATRIZ DALFOLLO PIRES
ELY JOBIM VIELLEFOND
MARIA CÉLIA GUERRA MARTINS
MARIA ADELAIDE S. GUARDIOLA
MARLEINE DAISSON FERRARY
NELCY DE CASTRO NASCIMENTO
CLARA DA ROSA FERLAUTO

OUTROS COLABORADORES

TÉCNICOS EM EDUCAÇÃO:

MARIA NADYR DE FREITAS
LUCINDA MARIA LORENZONI
LUIZ JOSÉ FIN

PROFESSÔRA À DISPOSIÇÃO:

GLACIRA AMARAL BARROS

ESTATICISTAS:

MARIA AUCYLA C. XAVIER
EDY MADALENA FRACASSO
ELY CARAVANTES

GEÓGRAFO:

HANS THOFEHRN

ORIENTADORAS DE EDUCAÇÃO PRIMÁRIA:

LYGIA RIBAS DUARTE
DAISY ARAUJO RÊGO

PRESENÇA DA PESQUISA NO PLANEJAMENTO

A presença da pesquisa no planejamento contemporâneo resulta, por um lado, do progresso científico e, de outro, da filosofia do nosso tempo que não visa conservar uma cultura existente, mas favorecer a sua evolução.

Numa atitude de adaptação sempre renovada, cumpre-nos "viver essa evolução" e integrar-nos no presente de forma consciente, a fim de alcançarmos compreensivamente os problemas da nossa geração.

Para trás ficou a fase em que predominavam o costume e a tradição; para trás ficou o domínio do "magister dixit"; para trás vai ficando, também em todos os campos da atividade humana, o apêlo exclusivo à experiência ou ao senso comum pessoal. Ambos de larga aplicação no cotidiano e, sem dúvida, recurso valioso na pesquisa científica, mas insuficientes e inadequados como fonte única de verdade e informação para um planejamento.

Para formular seus planos e alcançar as suas metas, o planejador contemporâneo — administrador, homem de negócios, técnico, educador ou outro qualquer profissional — deve apoiar-se em fatos tomados da realidade, libertar-se de preconceitos e estereótipos, precaver-se contra a generalização do particular, analisar as partes de um problema, globalizar o todo mediante a reunião das partes, prever dificuldades e, afinal, construir sôbre os elementos conhecidos.

Há numerosas obras sôbre planejamento, sendo a contribuição de Friemann um dos mais úteis subsídios a todos os interessados no emprêgo de processos racionais de ação. Para êle, o planejamento é uma construção racional que se erige **com** e **sôbre** o material da realidade.

Na lista dos hábitos de pensamento essenciais ao planejador, Friemann menciona em primeiro lugar o raciocínio objetivo e, a seguir, o raciocínio analítico, completando-os pelo raciocínio integrante e raciocínio projetivo.

Ora, em quase todos, tem a pesquisa papel importante, donde concluir que pesquisa e planejamento exercem influência recíprocas, completam-se.

Ambos, aliás, constituem o símbolo organizatório por excelência dos países mais civilizados.

Síntese das iniciativas e realizações

No intuito de se aparelhar, progressivamente, o C.P.O.E. para o importante papel que lhe cabe no panorama educacional do Estado, estabeleceu-se um programa de desenvolvimento planificado e criador da sua Secção de Pesquisas.

A síntese das iniciativas e realizações a seguir apresentadas refletem a soma de esforços que exigiu um trabalho dessa natureza.

1 9 5 9

1 — Levantamento das necessidades e recursos materiais e humanos da Secção de Pesquisas, para efetivação de um trabalho científico.

2 — Introdução moderada e progressiva de algumas modificações essenciais ao processamento dos trabalhos.

3 — Perfeita delimitação de atribuições.

4 — Revitalização da Secção através do recrutamento e seleção dos primeiros colaboradores permanentes, dando-se início à formação e treinamento em serviço de uma equipe de pesquisadores.
5 — Disciplinação da atividade pesquisional do CPOE e integração do pesquisador na Secção através de dedicação exclusiva, visando a elevação do nível da pesquisa, aumento de sua eficácia e unidade de orientação dos seus consumidores.
6 — Ordenação, apuração e análise de pesquisas que se encontram em andamento.
7 — Desenvolvimento da pesquisa em cooperação.
8 — Mobilização de técnicos e professôres de outras Secções do C P O E, com disponibilidade para colaborar na execução de pesquisas de interêsse comum.
9 — Entrosamento com o Departamento de Estatística da Secretaria de Educação, objetivando dinamizar o tratamento de dados que possam ser apurados segundo processos mecânicos.
10 — Entendimento com o Serviço Hollerith do Instituto de Previdência do Estado e Departamento Estadual de Estatística, com a mesma finalidade.
11 — Articulação com a Divisão de Geografia da Secretaria da Agricultura, procurando obter a cooperação de geógrafos e cartógrafos, especialistas indispensáveis à equipe de pesquisas.
12 — Acôrdo com a Pontifícia Universidade Católica no sentido de assegurar o concurso de alunas do Curso de Ciências Sociais em trabalhos de campo.
13 — Planejamento e execução de novas pesquisas que consultem os interêsses do ensino em nosso meio, não só no plano imediato, mas ainda dentro de um alcance mediato.
14 — Visitas para observação e coleta de dados em escolas primárias e de grau médio, instituições culturais, científicas, econômicas, administrativas, religiosas, assistenciais, recreativas, etc.
15 — Participação em cursos, seminários e reuniões de grupos de trabalho, para atualização científica e cultural, bem como estudo e debate da nossa problemática educacional.

Flávia Coelho Ciaglia
Técnico em Educação

PROBLEMAS EDUCACIONAIS EM ÁREAS DIFERENCIADAS DO ESTADO

PLANO PILOTO

Exposição de motivos

Propondo o estabelecimento de áreas de pesquisa e experimentação educacionais

I — Considerando que o planejamento integral da educação deve basear-se na pesquisa da realidade social e educacional;
II — Considerando que a escola deve adaptar-se às características comunais;
III — Considerando a imperiosidade da experimentação prévia dos métodos ou reformas que se pretendem introduzir;
IV — Considerando a necessidade do contrôle racional, sistemático, das experiências e reformas e a avaliação dos seus resultados;

V — Considerando que é da competência da Secção de Pesquisas:

a — Realizar estudos e pesquisas pedagógicas, psicológicas e sociais;
b — Fornecer subsídios para dar embasamento científico aos trabalhos do C.P.O.E., em seus diversos setores, e estabelecer diretrizes à educação em geral e à aprendizagem em especial.

Propõe-se que:

I — Sejam estabelecidas áreas de pesquisa e experimentação, no Estado.
II — As referidas áreas sejam objeto de:

A — Estudo prévio da situação econômica, social, cultural e educacional.
B — Levantamentos periódicos dos problemas e necessidades educacionais dos municípios e da situação sócio-econômica e cultural dos mesmos.
C — Pesquisas educacionais.
D — Experiências de processos educacionais.
E — Avaliação dos resultados das investigações e experiências que possibilitem uma constante revisão dos processos educativos e aperfeiçoamento dos mesmos.

III — Atendendo às necessidades do plano supra-citado, sejam proporcionados os recursos materiais indispensáveis à sua execução.

RESUMO DE ESTUDOS E PESQUISAS CONCLUÍDAS

O TRABALHO DA CRIANÇA QUE FREQÜENTA A ESCOLA PRIMÁRIA

O CENTRO DE PESQUISAS E ORIENTAÇÃO EDUCACIONAIS, no empenho de encontrar a melhor solução para os problemas educacionais e, tendo em vista que, para tanto, é indispensável a caracterização do educando em relação ao ambiente em que vive, vem realizando uma série de pesquisas que lhe permitam avaliar a realidade educacional do Estado.

O presente estudo, realizado no setor do ensino primário, busca estudar as condições do trabalho da criança que freqüenta a escola primária.

A investigação visa determinar aspectos significativos da realidade educacional, em suas relações com a estrutura social, visando imprimir novos rumos à educação no Estado.

Ao lado do aspecto qualitativo do funcionamento escolar, procura-se atentar para as realidades, as exigências e as peculiaridades do meio em que a escola atua.

OBJETIVOS

Além dos objetivos gerais, foram visados os seguintes objetivos específicos:

1 — promover, através do conhecimento das condições de vida do aluno de escola primária, o atendimento de suas necessidades no currículo escolar;
2 — obter subsídios para a organização do Serviço de Orientação Educacional, nos cursos primários, com vistas especialmente à pré-orientação vocacional;
3 — conhecer as condições em que geralmente se processa o trabalho da criança para o estudo de providências que devem ser solicitadas aos juízes de menores e outras autoridades.

DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO

Usamos como instrumento de coleta de dados, questionários completados pelas respectivas instruções, depois de um estudo prévio dos tópicos essenciais a serem investigados.

O plano de trabalho foi devidamente discutido, visando determinar os objetivos da pesquisa e a delimitação da área de estudos.

Tomamos como base, para esta investigação sociológica, a divisão regional do Estado, em doze regiões sócio-econômicas, feita pela Universidade do Rio Grande do Sul, valendo-nos para tanto da eficiente colaboração do professor Laudelino Medeiros.

Em cada uma desas regiões foram escolhidas unidades escolares que serviriam de campo para a pesquisa.

Dadas as dificuldades que um trabalho como êste apresenta, efetuamos, de início, uma experiência piloto.

Foi aplicada uma amostra adicional para confirmação das hipóteses levantadas.

CAMPO DE INVESTIGAÇÃO DA EXPERIÊNCIA PILOTO

MUNICÍPIOS:

1 — Pôrto Alegre
2 — Novo Hamburgo
3 — Estrêla
4 — Lajeado
5 — Tapes
6 — Alegrete
7 — Itaqui
8 — Uruguaiana
9 — Cachoeira do Sul
10 — Livramento
11 — Passo Fundo
12 — Rio Grande
13 — Santa Rosa
14 — Veranópolis

CRITÉRIO DE ESCÔLHA:

Municípios mais significativos, em relação ao trabalho, nas doze regiões sócio-econômicas do Estado.

NÚMERO DE QUESTIONÁRIOS:

Capital — 678
Interior — 1453

CRITÉRIO DE DISTRIBUIÇÃO EM ZONAS:

C A P I T A L :
— zona urbana
— urbana industrial
— industrial

I N T E R I O R :
— urbana
— rural
— industrial
— urbana-industrial

O TRABALHO DA CRIANÇA QUE FREQÜENTA A ESCOLA PRIMÁRIA

Q U E S T I O N Á R I O

N.º .....
Data .....
Pesquisador .....

Grupo Escolar .....
Nome do aluno .....
Classe ..... Escolaridade .....
Endereço do aluno .....
(Rua n.º e Bairro)
Município ..... Localidade .....
1 — Idade (em anos) ..... 2 — Sexo ..... 3 — Côr .....
4 — Lugar do nascimento .....
5 — Tem pai ? ..... 6 — Tem mãe ? .....
7 — Ocupação do pai ..... 8 — Grau de instrução .....
9 — Ocupação da mãe .....10 — Grau de instrução .....
11 — Quem é responsável pela criança ? .....
12 — Quantas pessoas moram na casa? .....
13 — A criança se ocupa, durante o ano, em algum trabalho: .....
a) em casa ? ..... b) fora de casa ? .....
14 — Qual o tipo de ocupação ? .....
.....
15 — Em que horário trabalha ? .....
16 — Recebe remuneração : .....
a) diária ? ..... b) semanal ? ..... c) quinzenal ? .....
d) mensal ? ..... e) empreitada ? .....
17 — Qual o tipo de remuneração ? .....
18 — Quanto recebe ? .....
OBSERVAÇÕES : .....
.....
.....
.....

INTERPRETAÇAO DOS RESULTADOS

De um modo geral, no que se relaciona à investigação, principalmente no interior do Estado, podemos destacar algumas observações que consideramos importantes sôbre aspecto do trabalho do menor que frequenta a escola primária.

SITUAÇÃO FAMILIAR: — Aspecto social, econômico e educacional.

A maioria das crianças que trabalham, no lar ou fora dêle, tem situação familiar estável, sendo insignificantes os dados de orfandade ou de abandono do lar pelo pai. Predominam, no entanto, as famílias numerosas, de 8 ou mais membros, vivendo em precárias condições, principalmente no interior, embora o desemprêgo dos pais seja fator inexpressivo.

Entre todos os aspectos focalizados, destaca-se o educacional. A maioria significativa dos pais das crianças de escola primária que trabalham, é analfabeta ou simplesmente alfabetizada, como podemos verificar pelos gráficos. Esta verificação é referente não só ao interior do Estado, como a Prôto Alegre.

O TRABALHO DO MENOR:

Dividimos Pôrto Alegre em três zonas distintas: urbana, industrial e urbana-industrial. Verificamos que a maior parte das crianças que trabalham, embora na Capital, procedem do Interior.

QUANTO À IDADE:

Pelo tratamento estatístico verificamos que a região da normalidade está entre 12 e 15 anos.

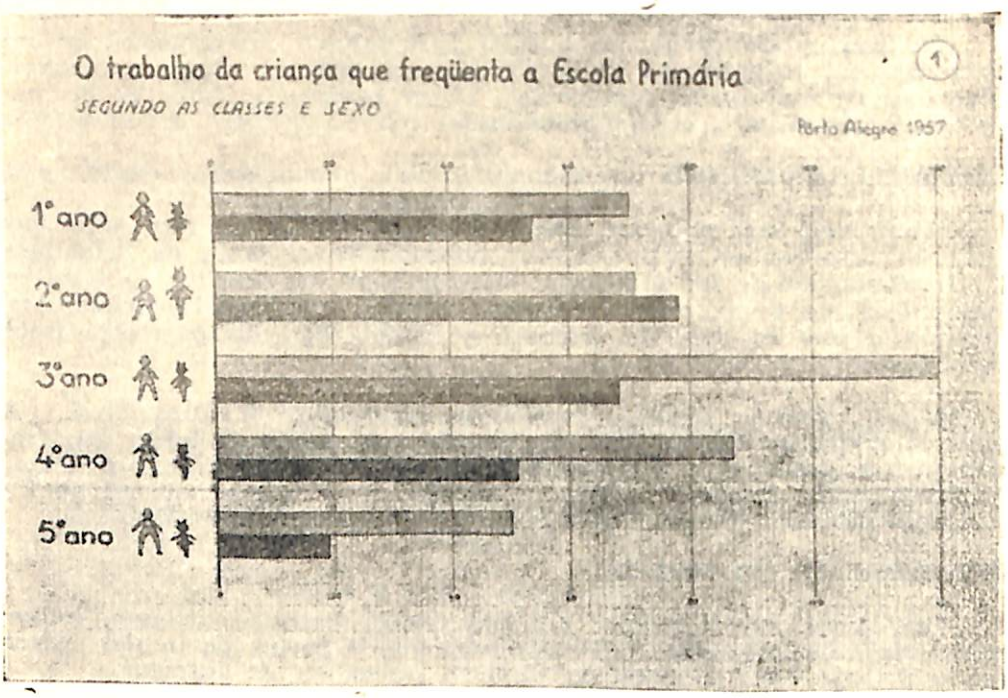
Isso se explica naturalmente, uma vez que se considere que nesse limite de idade se verifica a maior incidência de alunos freqüentando as classes de 3.º, 4.º e 5.º anos do curso primário.

No interior do Estado a pesquisa foi realizada em nove regiões sócio-econômicas, abrangendo 13 municípios. O número de crianças que trabalham foi de 1953. Abrangeu as seguintes zonas:

zona urbana	632
zona rural	511
industrial	120
urbano-industrial	190

A incidência maior de trabalho é de menores de 11 a 13 anos. A exigüidade de salários pagos e o trabalho noturno de menores são casos a considerar. Encontramos, em Cachoeira do Sul, casos de menores de 11 e 12 anos que trabalham à noite.

Podemos observar, pela presente pesquisa, a confirmação de estudos já realizados sôbre as migrações em busca de melhores mercados de trabalho, o que ocorre em Pôrto Alegre e Novo Hamburgo.



AMOSTRA ADICIONAL

Na amostra adicional, posteriormente realizada, tomamos como campo de pesquisa as unidades escolares dos seguintes municípios:

1.ª zona:

Canoas
Novo Hamburgo
Santo Antônio
São Jerônimo
Tapes
Tôrres

2.ª zona:

Jaguarão
Pelotas
Rio Grande
Santa Vitória do Palmar
São José do Norte
São Lourenço do Sul

3.ª zona:

Bagé
São Gabriel

4.ª zona:

Cachoeira do Sul
Encruzilhada do Sul
Rio Pardo
Sobradinho

5.ª zona:

Àrvorezinha
Encantado
Lajeado
Santa Cruz do Sul
Vera Cruz

6.ª zona:

Bento Gonçalves
Caxias do Sul
Guaporé
Nova Prata
Vacaria

7.ª zona:
Caràzinho
Erexim
Lagoa Vermelha
Passo Fundo
Sarandi

8.ª zona:
Cruz Alta
Frederico Westphalen
Santa Bárbara do Sul
Tupanciretã

9.ª zona:
Jaguari
Santa Maria

10.ª zona:
Livramento

11.ª zona:

Alegrete
Itaqui
São Francisco de Assis
Uruguaiana

12.ª zona:

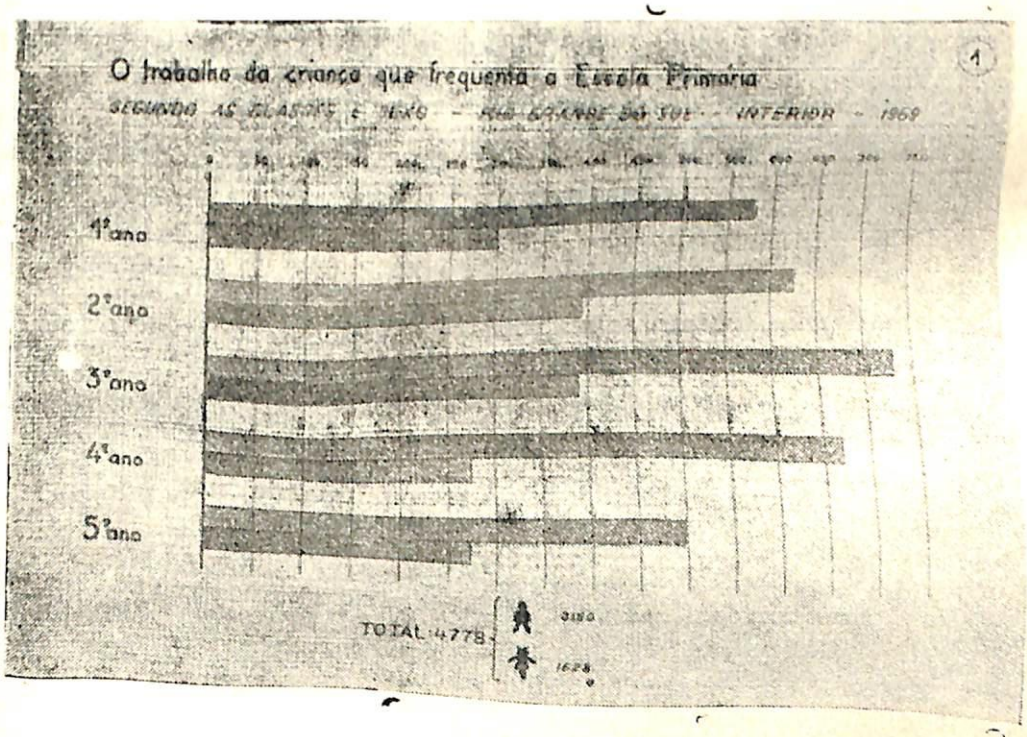
Campo Novo
Santa Rosa
Santo Ângelo
São Luiz Gonzaga

CRITÉRIO DE ESCÔLHA

O critério de escôlha foi o mesmo da amostra anterior: municípios mais significativos, em relação ao trabalho do escolar, nas 12 regiões sócio-econômicas do Estado, tendo-se apenas ampliado o número de municípios, visando dados mais completos.

NÚMERO DE QUESTIONÁRIOS

O total dos questionários preenchidos, no interior do Estado, foi de 4778.



INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Situação familiar-aspecto social e econômico.

Os resultados desta pesquisa vêm confirmar, em linhas gerais, os dados da pesquisa piloto.

A situação familiar apresenta-se estável, havendo predominância de famílias numerosas. O nível econômico é baixo. O fator desemprêgo é inexpressivo.

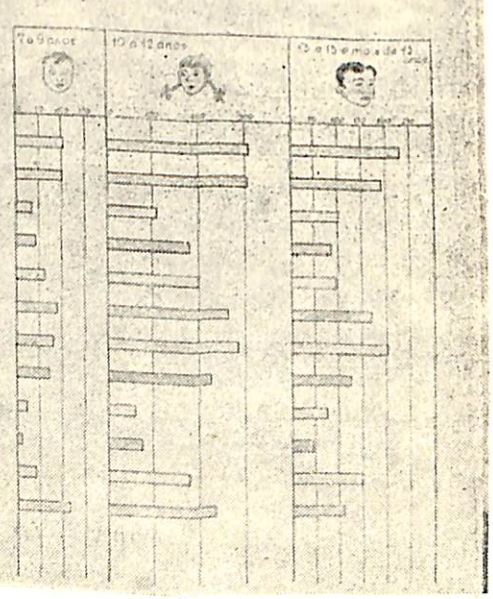
Assume destaque na análise dos resultados da pesquisa, confirmando dados anteriores, o aspecto educacional. A maioria significativa dos pais das crianças de escola primária que trabalham, é analfabeta ou simplesmente alfabetizada.

O TRABALHO DO MENOR

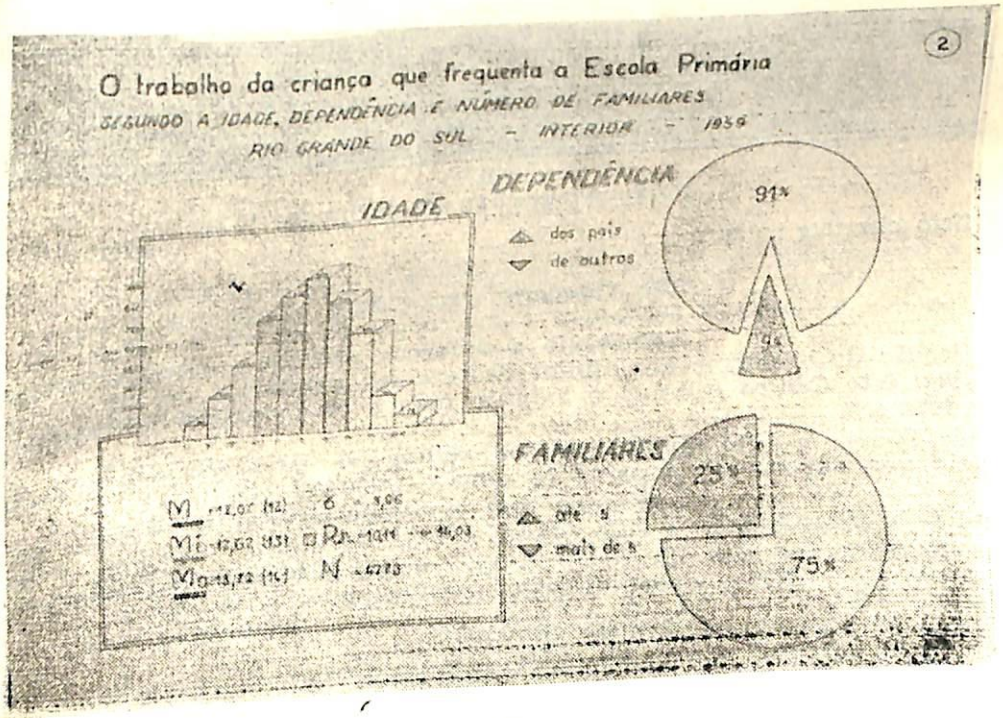
Os dados relativos ao trabalho do menor confirmam os dados da pesquisa piloto, não só em relação à idade e às classes que preqüentam, como às considerações e ao tipo de trabalho.

O trabalho da criança que freqüenta a Escola Primária (3)

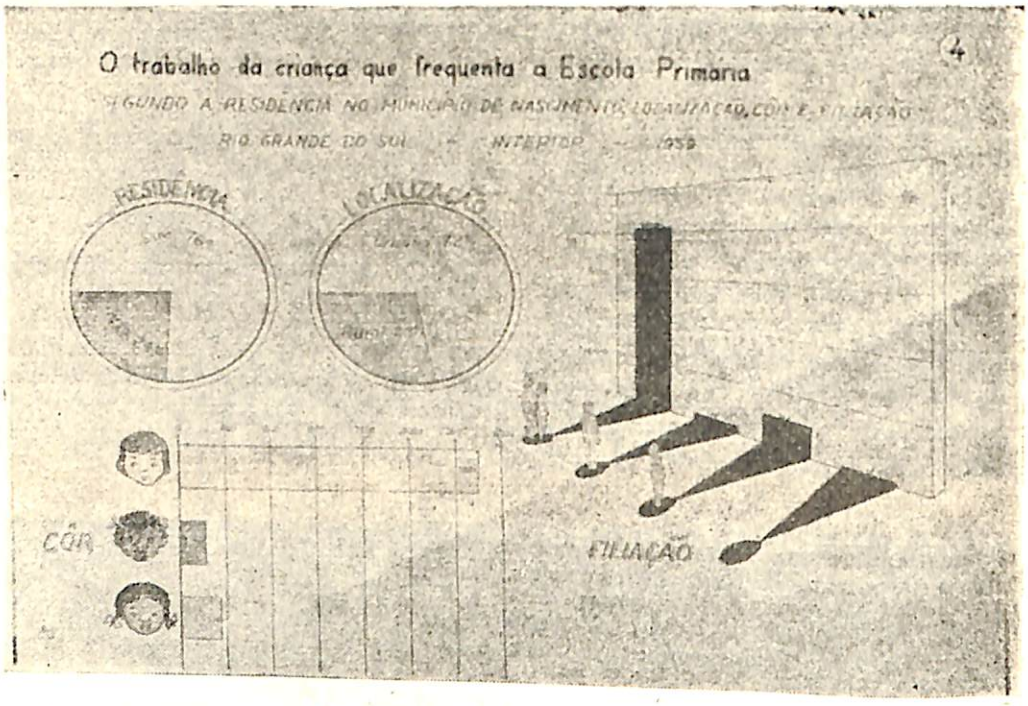
ZONAS	TOTAIS	IDADES 7	8	9	10	11	12	13	14	15	MAIS DE 15
1ª ZONA	648	17	38	51	82	108	122	111	69	35	15
2ª "	695	10	37	51	93	101	111	95	67	23	7
3ª "	244	1	8	24	26	42	43	54	31	13	2
4ª "	314	6	15	24	50	60	72	51	20	5	2
5ª "	354	8	19	33	62	67	71	48	35	7	4
6ª "	530	11	29	51	67	95	105	84	66	17	5
7ª "	545	4	8	43	80	102	104	92	00	21	11
8ª "	423	6	22	44	68	77	81	52	52	14	7
9ª "	160	2	10	10	19	20	23	32	27	13	4
10ª "	131	3	11	6	15	19	40	26	5	10	6
11ª "	373	4	17	21	38	70	74	65	54	19	11
12ª "	461	14	36	63	82	67	98	59	42	8	2
TOTAL GERAL	4778	86	240	421	682	828	934	759	567	185	76



O trabalho da criança que freqüenta a Escola Primária
4
ZONAS
TOTAIS
OCUPAÇÃO
REMUNERAÇÃO
1ª ZONA
2ª "
3ª "
4ª "
5ª "
6ª "
7ª "
8ª "
9ª "
10ª "
11ª "
12ª "
TOTAL GERAL
OCUPAÇÃO da CRIANÇA


2
O trabalho da criança que freqüenta a Escola Primária
SEGUNDO A IDADE, DEPENDÊNCIA E NÚMERO DE FAMILIARES
RIO GRANDE DO SUL - INTERIOR - 1959
IDADE
DEPENDÊNCIA
dos pais
de outros
91%
9%
FAMILIARES
até 5
mais de 5
25%
75%

Supervisão — Sarah A. Rolla
Diretora do C.P.O.E.
Coordenação — Flávia Coelho Ciaglia
Coordenadora da Seção de Pesquisas
Pesquisadora — Dra. Maria Nadyr de Freitas
Técnico em Educação do C.P.O.E.
Colaboradores — Maria Aucyla Xavier e Luiz Borges
Técnicos do C.P.O.E.



Pôrto Alegre, 15 de julho de 1959

Ofício circular n.º 533

Sr.ª Diretora

Atendendo a diversos pedidos referentes à modificação do uniforme dos alunos das escolas primárias do Estado, resolveu êste Centro estudar o assunto com a colaboração dos senhores professôres.

Para isso, anexamos ao presente um questionário que deverá ser respondido com a possível brevidade.

Contamos com a colaboração dessa escola, para que seja encaminhado a êste órgão, até 31 de agôsto próximo, o pronunciamento dos Srs. professôres, através do referido questionário.

Nesta oportunidade, apresentamos a V. Senhoria

Cordiais saudações.

Sarah Azambuja Rolb
Diretora do C.P.O.E.

4

QUESTIONÁRIO

1 Acha você conveniente o uso do uniforme pelos alunos das Escolas Primárias do Estado ?

(SIM — NÃO) POR QUE ?

2 Em sua opinião, o atual uniforme é adequado ? Satisfaz sob o ponto-de-vista econômico e higiênico ?

(SIM — NÃO) POR QUE ?

3. Caso contrário, que sugestões apresenta :

— uniforme azul marinho e branco ?

— uniforme de uma só côr ?

— modêlo atual, porém de côr ?

— outro modêlo ?

4. Desenhe o modêlo de uniforme que você prefere para os alunos da Escola Primária:

GRUPO ESCOLAR . . ..,

..... de ..... de 19....

PROFESSÔRA

SONDAGEM DE OPINIÕES SÔBRE O UNIFORME NAS ESCOLAS PRIMÁRIAS

Objetivo :

O presente estudo foi efetuado no propósito de conhecer o pensamento dos nossos professôres e alunos sôbre a conveniência do uso do uniforme na Escola Primária e investigar o grau de aceitação do atual modêlo

44

Procedimento :

O levantamento realizou-se através de 3 tipos de técnicas:

a) Questionários

b) Entrevistas

c) Composições

Os questionários foram aplicados na Capital e Interior do Estado e a êle responderam 1120 professôres.

As entrevistas foram efetuadas com mais de 300 escolares, do 1.º ao 5.º ano, pertencentes aos seguintes grupos escolares da Capital:

Paula Soares
Uruguai
Presidente Roosevelt
Duque de Caxias
Carlos Rodrigues da Silva
Sarmento Leite
Alberto Tôrres
Matias de Albuquerque

Através de composições, colhemos, também, a opinião de escolares do Interior do Estado.

Todos os depoimentos citados têm um valor bastante significativo e revelam a posição em que se colocam professôres e alunos à propósito de um tema que, entre nós, ainda é motivo de controvérsia.

ROTEIRO PARA ESTUDO DOS DADOS

A análise dos dados processou-se nas seguintes direções:

1)

— Segundo a opinião dos professôres é conveniente o uso do uniforme? Justificativas.

— Adequação do uniforme sob o ponto de vista econômico e higiênico.

2)

— Qual o grau de prestígio do atual uniforme entre os escolares?

3)

— Qual a opinião das mães sôbre o atual uniforme?

4)

— Face às opiniões e sugestões colhidas, qual seria o caminho indicado para a solução do problema proposto?

. . . . . .

1)

A grande maioria do professorado — 99,5% — é favorável **ao uso do uniforme** na escola primária. Entre as justificativas apresentadas predominam as de ordem social e econômica.

Relativamente **à adequação do atual uniforme, sob o ponto de vista econômico e higiênico,** 62% responderam de forma afirmativa e 38%, negativamente.

Quanto **ao modêlo**, 57,5% aprova o atual uniforme; dêstes, 40% prefere tecido de côr e 17,5% tecido branco. Entre as razões invocadas predominam as de **ordem higiênica**.

Uma percentagem pouco significativa, 27,5%, deseja o retôrno ao uniforme azul marinho e branco; 10,5% sugere outros modelos, mas quase sempre em tecido de côr; 4,5% não respondeu à pergunta.

Concluimos, portanto, que grande parte do professorado não faz restrições ao modêlo, e sim à côr do uniforme, lembrando inclusive o emprêgo de várias côres, entre as quais predomina o beije ou areia.

Uma minoria insiste na manutenção do branco e adverte que êste obriga à higiene permanente.

2)

Entre os escolares as opiniões se dividem, segundo a idade, o sexo e a classe social.

Os de 6, 7, 8, e mesmo 9 anos — de ambos os sexos-gostam do guarda-pó branco ou pouco se preocupam em trocá-lo. Mas, entre os escolares de 10, 11, 12 ou mais anos a pesquisa revelou um fato interessante: a maior parte dos meninos — 60% — aceita o atual uniforme, enquanto as meninas estão visivelmente insatisfeitas com o uso do guarda-pó, expressando o desejo de usar **uniforme igual ao das demais colegiais**, isto é, a tradicional saia e blusa.

Esta opinião transpareceu nas entrevistas realizadas com meninas dessa idade, tanto na zona urbana como suburbana da Capital, e foi posteriormente confirmado em composição de alunas do Interior do Estado.

Verificamos que a aspiração de "vestir igual" é mais acentuada em alunas de escolas onde predomina população escolar de **nível médio** ou **médio inferior** e, raramente, entre as de **nível inferior.**

As sugestões apresentadas por meninos e meninas alcançam os seguintes totais:

Outros uniformes
- Sexo feminino: 10%
- " masculino: 20%

Uniforme azul-marinho e branco
- Sexo feminino: 53%
- " masculino: 20%

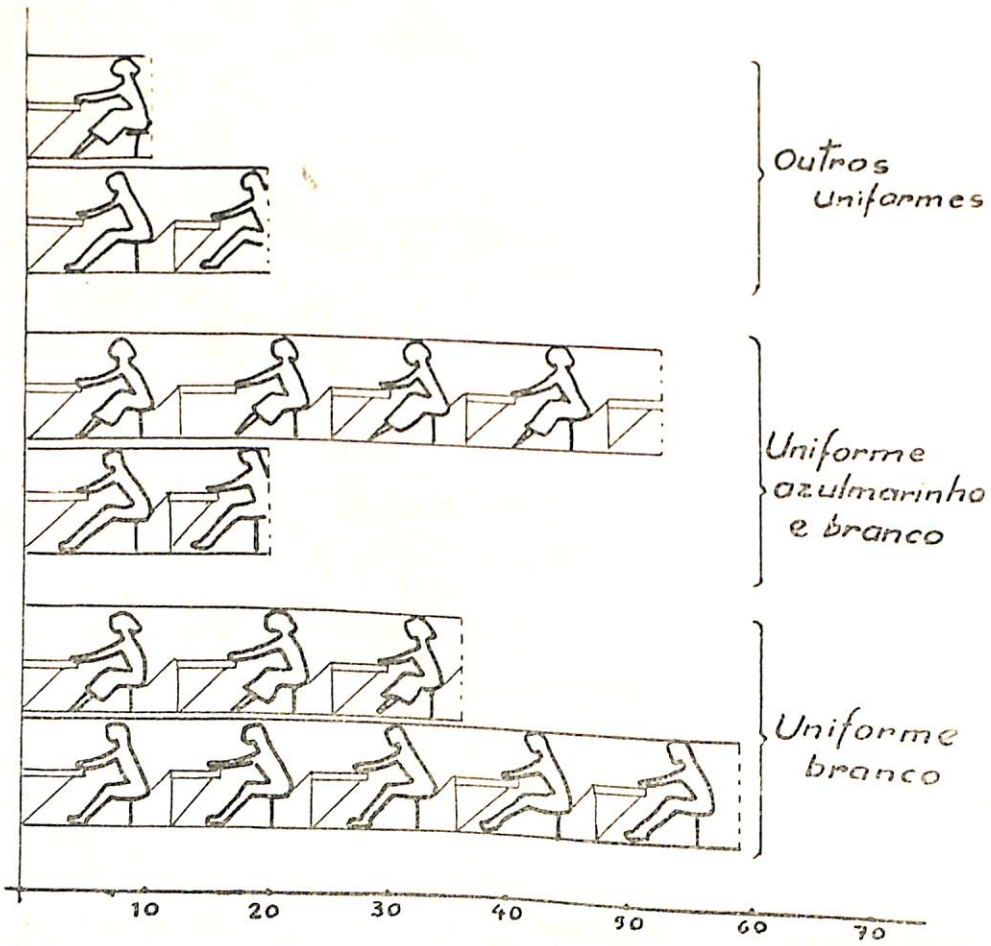
Uniforme atual
- Sexo feminino: 37%
- " masculino: 60%

3)

De acôrdo com os depoimentos colhidos, 71% das mães gostam do modêlo atual, mas declaram também sua preferência pelo emprêgo de outra côr em substituição ao branco.

SONDAGEM DE OPINIOÊS SÔBRE O UNIFORME NAS ESCOLAS PRIMÁRIAS - CAPITAL

Sugestoês apresentadas pelos alunos



Considerando a precária situação econômica de grande parte dos alunos dos nossos Grupos Escolares, é evidente que qualquer alteração no uniforme atual deverá realizar-se parceladamente, no intuito de evitar repercussões negativas.

Se fôr aceita, por exemplo, a sugestão de mudança de côr, esta medida deverá ser tomada a partir do ingresso do aluno no 1.º ano.

Quanto à pouca aceitação do uniforme atual pelas meninas de 11 e 12 anos, é óbvio que o assunto merece atenção especial.

Precedendo, entretanto, qualquer substituição do uniforme, seria recomendável uma campanha junto às nossas pequenas escolares, levando ao seu conhecimento que as colegiais de muitos países, como por exemplo da Argentina, usam uniforme semelhante e muito se orgulham dos seus famosos e tradicionais "delantales blancos".

Vimos observando, aliás, que entre nós êsse tipo de uniforme também vai se tornando uma tradição e a própria imprensa local vem apontando o guarda-pó branco como símbolo do nosso escolar. O fato pode ser constatado nas legendas das fotos que documentam o presente estudo.

Supervisão — Sarah A. Rolla
Diretora do C.P.O.E.

Coordenação — Flávia Coelho Ciaglia
Coordenadora da Secção de Pesquisas

Equipe — Marleine Ferrary
Maria Aucyla Xavier
Edy Fracasso
Maria Adelaide Guardiola
Otilia Walcher
Nancy Mariante

PESQUISAS EM ANDAMENTO

Recreação para o adolescente

Levantamento das oportunidades de recreação que a sociedade oferece aos adolescentes e das preferências que êstes manifestam por atividades de lazer.

O trabalho tem como objetivo fundamental obter elementos para a construção de programas recreativos para a juventude, no lar, na escola e na comunidade.

Nível mental da população escolar rio-grandense

Pesquisa de grande interêsse no campo da Psicologia e da Educação, visando situar o escolar rio-grandense, a partir dos 6 anos de idade até os 18 anos, em relação à média de sua idade e do seu sexo.

A incumbência da execução foi confiada aos Professôres de Psicologia das Escolas Normais das localidades de: Pelotas, Santa Maria, Santo Ângelo, Bajé, Livramento, Itaqui, Jaguarão, Cachoeira do Sul, Soledade, Passo Fundo,, Taquari, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Montenegro, Caxias do Sul e Pôrto Alegre.

Influência da educação pré-primária no desenvolvimento do escolar

Tem por finalidade avaliar o grau de influência do jardim de infância na conduta e rendimento subeqüentes do nosso escolar, sobretudo os que provêm de classes socialmente inferiorizadas.

Após um levantamento preliminar estamos prosseguindo êste estudo através o acompanhametno sistemático de dois grupos de crianças — um de experimentação e outro de contrôle — observando, registrando e comparando o desenvolvimento alcançado por ambos.

Estudo da área de influência da Escola Normal D Diogo de Souza

Pesquisa de campo, reunindo estudos histórico-geográficos e sócio-econômicos da área onde será localizada uma Escola Normal Experimental.

Em 1959(com a colaboração de geógrafos, especialistas em ciências sociais e educação, estaticistas, professôres e Associações do Bairro Cristo Redentor, foram realizadas as seguintes atividades: preparo da equipe, levantamento preliminar, planejamento e experiência dos instrumentos de pesquisa.

S U M Á R I O

	págs.
ORGANOGRAMA DO CENTRO DE PESQUISAS E ORIENTAÇÃO EDUCACIONAIS	5
REGIMENTO DO CPOE	9
OFÍCIO da Diretora ALDA CARDOZO KREMER (Fim de administração)	23
ATIVIDADES DE ORIENTAÇÃO TÉCNICA PEDAGÓGICA	27
SETOR DO ENSINO PRÉ-PRIMÁRIO	29
Regimento para os Jardins de Infância	31
Ampliação da rêde de Jardins de Infância no Estado do Rio Grande do Sul — Exposição de motivos	43
SECÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO	45
Encontro com Delegados Regionais de Ensino	49
Temário	51
Conclusões	55

Comunicados:

N.º 1 — Diretrizes para organização administrativa das Escolas	61
N.º 4 — Instruções para elaboração da Prova Diagnósticos	73
N.º 5 — Orientação de Estudos Sociais — Atualização de conceitos contidos no Programa Primário (II)	82
N.º 6 — Organização dos Museus Escolares	87
N.º 7 — Orientação de Estudos Sociais (III)	98
N.º 14 — Campanha Escolar em prol da formação e fortalecimento de uma opinião pública a favor da mudança da Capital para Brasília	100
N.º 17 — Orientação de Estudos Sociais (IV)	106
N.º 18 — Orientação de Estudos Sociais (V)	111

Ofícios circulares:

N.º 100 — Encaminha folheto "Brinquedos de nossos índios", do Conselho Nacional de Proteção aos índios	117
N.º 114 — Comemoração do "Dia do índio"	117
N.º 145 — Centenário do nascimento do eminente Professor Dr. Protásio Alves	118
N.º 150 — Levantamento do n.º de alunos com mais de dois anos de escolaridade	127

N.º 154 — Relativo aos novos Programas Experimentais para o Curso Primário 128
N.º 228 — Cooperativas Escolares 132
N.º 254 — Festa do Patrono do Magistério Público do Estado — S. João Batista de La Salle 133
N.º 258 — Provas Finais para escolas primárias não em regime de reforma 134
N.º 326 — Sôbre Programa Experimental de Gramática .. 134
N.º 386 — Solicita dados sôbre a aplicação da Reforma do Ensino Primário 135
N.º 733A - Festa da Ave 145
N.º 821 — Uso da letra "Script" 154
N.º 864 — Plano de expansão da Reforma do Ensino Primário no Estado 154
N.º 915 — Participação do CPOE no IV Congresso Nacional de Professôres Primários, em Recife 155

Instruções:

N.º 1 — Organização de Classes Experimentais de 1.º ano primário 159
N.º 2 — Diretrizes para implantação do novo plano de estudos para o Ensino Primário nas Regiões Escolares do Estado 159
N.º 4 — Matrícula de alunos maiores de 14 anos 162
N.º 5 — Encaminha Formulário sôbre organização de classes, de acôrdo com o Comunicado n.º 5-58 162
N.º 5A — Direção da aprendizagem em escrita nas classes de 1.º ano 167
N.º 6 — Revisões Mensais 170
N.º 7 — Estabelecem diretrizes para elaboração da Prova final de Ciências Naturais 171
N.º 8 — Estabelecem diretrizes para elaboração da Prova final de Estudos Sociais 174
N.º 9 — Uso da letra "Script" 176
N.º 10 — Orientam sôbre o preenchimento das Listas de Exame e do Boletim do aluno 177
N.º 11 — Orientam sôbre a classificação dos alunos 179

Bibliografias: .....
Para Estudos Sociais: 1.º ano 185
2.º ano 189
3.º ano 189
4.º ano 190
5.º ano 191
..... 194

Diversos: .....
Reforma do Ensino Primário — Organização das classes .. 197
Ficha de apreciação da Escola 199
..... 204

Legislação: .....
Criação de Cursos Vespertinos na I Região Escolar: 215
Exposição de motivos .....
Decreto n.º 10.532, de 20.6.1959 217
..... 218

Cursos — Estágios — Missões Pedagógicas 219

Ofícios circulares:

N.º 182 — Curso de Biblioteconomia 221
N.º 454 — Curso Intensivo para Orientadores de Educação Primária 221
N.º 647 — Missões Pedagógicas em sedes de Delegacias Regionais de Ensino 222
Quadros demonstrativos de realizações 223
N.º 935 — Curso de Introdução à Cultura Cinematográfica para Professôres 231

Cursos Intensivos para Professôres Contratados 233

Ofícios circulares:

N.º 767 — Realização de Cursos Intensivos para Professôres Contratados 235
N.º 865 — Envia Programas para a prova de suficiência .. 235
N.º 912 — Discrimina Regiões Escolares e Agrupamentos . 237
N.º 952 — Envia Programas para os Cursos Intensivos 238

Supervisão do Ensino Primário Municipal 239

I Reunião de Estudos para Coordenadores — setembro de 1959 241

II Reunião de Estudos para Coordenadores — setembro e outubro de 1959 242

Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo em Júlio de Castilhos: 243

Acôrdo de colaboração e assistência técnica entre a Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul e o Ministério de Educação e Cultura 245

SETOR DE EDUCAÇÃO DE ADOLESCENTES E ADULTOS ... 249

Ofícios e Instruções: 253

N.º 230 — Comunica que o Setor de Educação de Adolescentes e Adultos passou a integrar o CPOE ... 255
N.º 785 — Encaminha Instruções relativas às provas finais nos Cursos Supletivos 255

Comunicados: 259

N.º 10 — Uso da escrita tipo "Script" nas classes de alfabetização para adultos e adolescentes 261
N.º 11 — Instruções para organização e funcionamento dos Cursos Supletivos 264
N.º 12 — Organização das classes nos Cursos Supletivos do Estado 269

SECÇÃO DE PROVAS E MEDIDAS 273

Rendimento Escolar de 1959 277

SECÇÃO DO ENSINO NORMAL E SECUNDÁRIO 279

Ofícios circulares: 283

N.º 15 — Realização do Estágio para Normalistas 285
N.º 333 — Inquérito entre Professôres do Ensino Normal sôbre a Reforma introduzida a partir de 1955 .. 285
N.º 340 — Organização de Fichário de Professôres que dominam línguas estrangeiras 288
N.º 397 — Normativas para elaboração da prova de Conhecimentos Gerais do Exame de Admissão às Escolas Normais 291
N.º 413 — Curso Intensivo para Professôres de Inglês 293
N.º 774 — Comemorações do 14.º aniversário das Nações Unidas 295
N.º 788 — Reunião de Estudos para realização de Estágio de Normalistas 297
N.º 922 — Solicita informações sôbre as Divisões que integram os Departamentos de Cultura Geral e Profissional 298
N.º 923 — Realização de Seminário de Preparação à Reforma 299

Comunicados: 301

N.º 3 — Orientação do Ensino de Línguas Estrangeiras .. 303
N.º 8 — Sugere a organização de um Curso de Inglês e Francês em Escolas Normais 306
N.º 9 — Sugestões para o Estudo de Português 308
Dados biográficos de Jorge de Lima 317
N.º 13 — Trabalho em Grupo 322
N.º 15 — Línguas Estrangeiras nas Escolas de Nível Médio — Leitura suplementar 329

Diretrizes: 335

Departamento de Cultura Profissional — Divisão da Administração de Classes e Escolas:
Diretrizes Básicas: 337
Divisão de Direção da Aprendizagem:
Diretrizes Básicas 342
Diretrizes Programáticas: Linguagem 346
Estudos Naturais 348

Departamento de Cultura Geral — Divisão de Línguas e Literatura:
Diretrizes Básicas 352
Diretrizes Básicas (Revisadas) 361
Divisão de Filosofia:
Diretrizes Básicas 368
Diretrizes Programáticas 370
Divisão de Atividades Econômicas:
Diretrizes Básicas 387
Diretrizes Programáticas 389
Divisão de Agricultura e Zootecnia:
Diretrizes Básicas 393
Diretrizes Programáticas 395
Ensino Religioso: Diretrizes Básicas 397

Bibliografias: 4
Para Literatura e Língua Portuguêsa 311
" o Estudo de Português 311
" Estudos Naturais 351
" Línguas e Literatura 359
e 368
" Filosofia 372
" Ciências Sociais 384
Sôbre Compreensão Internacional 386
Para Atividades Econômicas 392
" o Ensino Religioso 401
" Didática Geral 405
" Artes da Linguagem 406
" Professôres de Estudos Sociais 408
" História do Brasil 410
De História Antiga 413
Para o Ensino das Línguas Vivas e o Humanismo 420
Cursos — Seminários — Encontros — Palestras — Visitas a Escolas Normais 429

Diversos 435

Ensino Secundário:

Plano de Curso 437
Reading Material 445
Word Study 446
Seleção de cumprimentos em Francês e Inglês para uso nas Escolas de Grau Médio 448

Ensino Normal:

Boletim Curricular 451
Saudação à Normalista 453
Modêlo para o Relatório Semestral das Escolas Normais 456
Esquema para um Planejamento Didático 463

Legislação 465

Bôlsas de Estudo para os Cursos do Departamento de Estudos Especializados do Instituto de Educação: Decreto n.º 10 062/59 467
Regulamento 467
Exposição de Motivos para alteração de artigos do Decreto n.º 10 062/59 469
Decreto n.º 10 534/59 471

CAMPANHAS E CONCURSOS 473
Da Cruzada Sul-Riograndense de Assistência Social ao tuberculoso 475
Da Liga Feminina de combate ao câncer 475
Da Comissão Especial de Estudo e Classificação de Publicações Periódicas: 477
Ofícios 479
Relações das Publicações classificadas em 1958 481

Em prol da mudança da Capital Brasileira 485
Da Leitura Recreativa (Semana da Criança) 486
Campeona'o Mundial de vela tipo "SNIP" 493
De maior compreensão entre os Povos — Dia das Nações Unidas 495
Campanha Antialcoólica — Concurso Escolar 496
De Educação Florestal — Concurso de trabalhos 498
Concurso de Reportagens da XXIII Exposição Estadual de Animais e Produtos Derivados 499

SERVIÇO DE EDUCAÇÃO ARTÍSTICA 503
Decreto de criação do Serviço de Educação Artística no Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais 506
Relatório de Atividades 507

SERVIÇO DE CINEMA EDUCATIVO 517
Histórico do Serviço de Cinema Educativo 519

Instruções: 525
N.º 1A — Relação dos Filmes em 16 mm, da Filmoteca do SERCE 527
N.º 2A — Projeções Cinematográficas 534
N.º 3 — Patrocinação de Cursos pelo SERCE 537
Legislação: 541
Regimento do Serviço de Cinema Educativo 543
Decreto n.º 9.362, de 19.9.1958 543
Instalação de um LABORATÓRIO CENTRAL CINEMATOGRÁFICO completo, na Secretaria de Educação e Cultura 548

SECÇÃO DE PSICOLOGIA 553

Ofícios circulares: 557
N.º 240 — Encaminha Ficha relativa ao Gabinete de Psicologia 559
N.º 565 — Comunica realização do II Seminário de Psicologia 561

Seminários 563
II Seminário de Psicologia para Professôres das Escolas Normais 565
Legislação: 581
Criação do Conselho de Orientação Educacional — Decreto n.º 10 043, de 23.1.1959 583

SECÇÃO DE PESQUISAS 585
Presença da Pesquisa no Planejamento 588
Problemas Educacionais em áreas diferenciadas do Estado — Plano Piloto 589

Resumo de Estudos e Pesquisas concluídas 590
O trabalho da criança que freqüenta a Escola Primária 590
Modificação do uniforme dos alunos das Escolas Primárias do Estado 598

Pesquisas em andamento:

Recreação para o adolescente 603
Nível mental da população escolar riograndense 603
Influência da educação pré-primária no desenvolvimento do escolar 604
Estudo da área de influência da Escola Normal D. Diogo de Souza 604